



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

DIEGO MARQUES PEREIRA DOS ANJOS

**“Hoje a aula é na rua”: estudo comparativo sobre as organizações
mobilizadoras MPL-SP (Brasil) e JRA (México)**

Brasília

2019

DIEGO MARQUES PEREIRA DOS ANJOS

“Hoje a aula é na rua”: estudo comparativo sobre as organizações mobilizadoras MPL-SP (Brasil) e JRA (México)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion.

Brasília

2019

DIEGO MARQUES PEREIRA DOS ANJOS

“Hoje a aula é na rua”: estudo comparativo sobre as organizações mobilizadoras MPL-SP (Brasil) e JRA (México)

Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia aprovada em ___ de _____ de _____, pela seguinte Banca Examinadora:

Martin-Leon-Jacques Ibañez de Novion
Prof. Dr.
(Orientador)

Camilo Negri
Prof. Dr.
(membro interno)

Vladimir Puzone
Prof. Dr.
(membro externo)

Nildo Silva Viana
Prof. Dr.
(membro externo)

Dedico este trabalho à Gelcemânia, Renata Matos, Emiliano Matos dos Anjos e ao novo que vem vindo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço fraternamente a todos os que fazem parte das minhas relações pessoais e que contribuíram para que eu pudesse me dedicar a este estudo. Minha família, meus amigos e companheiros de ideias sempre me apoiaram, e a força retirei do apoio que encontrei. Agradeço ao meu pai, José Carlos, meu irmão Tiago, minha irmã Jeane, minha sobrinha Luísa e minha mãe, Gelcemânia, por todo o apoio e orientação que me dão. Aos familiares da Renata Matos e do Emiliano Marques (Maria, Ximenes, Karina e Giovana), que me acolheram como um novo membro da família.

Gostaria de agradecer ao professor Jacques Novion pela liberdade que me concedeu para poder conduzir a pesquisa e formular meu pensamento. Agradeço à secretaria do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Cecília, bem como à CAPES, que cedeu uma bolsa de estudo para o Programa, o que possibilitou à dedicação à esta pesquisa.

Agradeço a todos os militantes do MPL-SP e do JRA que participaram desta pesquisa.

Por fim, agradeço aos amigos de ideias que me estimularam e ajudaram a formular o pensamento que aqui exponho. Devo aos companheiros do MOVAUT parte do conhecimento que adiquiri/formulei, bem como inúmeras experiências pessoais que animam minha reflexão e meu comportamento.

A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. Karl Marx – O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.

RESUMO

As organizações Movimento Passe Livre, de São Paulo, e Jovens em Resistência Alternativa, da Cidade do México, são o objeto desta pesquisa. Este objeto se insere no tema das organizações dos movimentos sociais, um tipo específico de organização que existe na sociedade capitalista, moderna. Os movimentos sociais são um dos temas mais debatidos nas Ciências Sociais e Humanas, porém, estranhamente, a produção teórica é muito reduzida, sendo que a maioria das análises têm uma interpretação empiricista ou descritiva de movimento social. O MPL-SP e o JRA são duas manifestações históricas e concretas do que conceituamos como movimento social, como expressão empírica, poucos poderiam rejeitar tal afirmação. A questão, a saber, é: a qual movimento social o MPL-SP e o JRA pertencem? Este é o problema desta pesquisa, que busca analisar um objeto concreto da realidade através da teoria, no caso, a Teoria dos Movimentos Sociais utilizada para analisar as organizações mobilizadoras MPL-SP e JRA. Pretende-se analisar a origem e o pertencimento de movimento social das duas organizações, sendo que na origem encontramos as condições históricas que levam ao surgimento do MPL-SP e do JRA, e o pertencimento demonstra que tipo de fenômeno social as duas organizações são. A Teoria dos Movimentos Sociais, esboçada por Karl Jensen, desenvolvida por Patrick Berger, Nildo Viana e outros, parte do princípio da unidade e diversidade dos movimentos sociais, bem como da distinção entre movimento social e suas ramificações, pressupostos dos quais partimos para analisar o MPL-SP e o JRA. Chegamos à conclusão de que as duas organizações têm uma origem e pertencimento em comum, formando uma tendência política que ganha espaço dentro do movimento estudantil, mas que direciona a mobilização dos estudantes para fora das instituições escolares. A tendência populista radical se caracteriza por adotar e adaptar concepções políticas anarquistas, autonomistas e marxistas (conselhistas, situacionistas, obreristas) aos objetivos específicos das organizações, readequando tais concepções políticas, agora no contexto das novas organizações estudantis que têm por característica atuar fora da escola, defender objetivos “populares” ou das “classes trabalhadoras” e estão organizadas sem distinção entre dirigentes e dirigidos. Identificar e analisar a existência desta tendência é importante e justifica a existência desta tese, tanto porque demonstra parte da complexidade que envolve o movimento estudantil, como porque pode enriquecer o ramo das Ciências Sociais dedicada ao estudo dos Movimentos Sociais.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Tendência Política; MPL-SP; JRA.

ABSTRACT

The organizations Movimento Passe Livre, from São Paulo, and Youth in Alternative Resistance, from Mexico City, are the object of this research. This object is inserted in the theme of the organizations of the social movements, a specific type of organization that exists in the modern capitalist society. Social movements are one of the most debated themes in social and human sciences, but, strangely, theoretical production is very small, and most analyzes have an empiricist or descriptive interpretation of social movement. The MPL-SP and the JRA are two historical and concrete manifestations of what we conceptualized as a social movement, as an empirical expression, few could reject such an affirmation. The question, namely, is: what social movement does MPL-SP and JRA belong to? This is the problem of this research, which seeks to analyze a concrete object of reality through theory, in this case, Theory of Social Movements used to analyze the mobilizing organizations MPL-SP and JRA. It is intended to analyze the origin and the membership of both organizations, and at the origin we find the historical conditions that lead to the emergence of MPL-SP and JRA, and belonging demonstrates what kind of social phenomenon the two organizations are. The Theory of Social Movements, outlined by Karl Jensen, developed by Patrick Berger, Nildo Viana and others, starts from the principle of unity and diversity of social movements, as well as from the distinction between social movement and its ramifications, from which we start to analyze the MPL-SP and JRA. We come to the conclusion that the two organizations have a common origin and belonging, forming a political trend that gains space within the student movement, but which directs the mobilization of students out of school institutions. The radical populist tendency is characterized by adopting and adapting anarchist, autonomist and Marxist political conceptions (councilists, situacionists, workers) to the specific objectives of the organizations, re-adapting such political conceptions, now in the context of the new student organizations whose function is to work out of school, to defend "popular" or "working class" goals and are organized without distinction between leaders and leaders. Identifying and analyzing the existence of this tendency is important and justifies the existence of this thesis, both because it demonstrates part of the complexity that involves the student movement, and because it can enrich the branch of Social Sciences dedicated to the study of Social Movements.

Key-Words: Student Movement; Political Trend; MPL-SP; JRA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, O MOVIMENTO JUVENIL E O MOVIMENTO ESTUDANTIL .	14
1.1 GRUPO SOCIAL E MOVIMENTO SOCIAL	14
1.1.1 AS ORGANIZAÇÕES MOBILIZADORAS E OUTRAS RAMIFICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	26
1.2 A CONDIÇÃO JUVENIL: RESSOCIALIZAÇÃO, ESCOLA E TRABALHO.	42
1.2.1 A CONDIÇÃO ESTUDANTIL	53
1.2.2 MOVIMENTO ESTUDANTIL E MOVIMENTO JUVENIL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	61
1.3 A TENDÊNCIA POPULISTA RADICAL E AS NOVAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS	78
1.4 IDEÁRIO E DISCURSO NAS ORGANIZAÇÕES MOBILIZADORAS	84
CAPÍTULO 2 - MOVIMENTO ESTUDANTIL E MUTAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO SUBORDINADO	93
2.1 ACUMULAÇÃO INTEGRAL E NEOLIBERALISMO.....	93
2.1.1 IMPACTOS CULTURAIS DA ACUMULAÇÃO INTEGRAL	111
2.2 LUTAS ESTUDANTIS E JUVENIS NA AMÉRICA LATINA.....	123
2.2.1 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL E REGIMES DE ACUMULAÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL E DO MÉXICO.....	139
CAPÍTULO 3 - MOVIMENTO PASSE LIVRE: A UTOPIA DOS TRANSPORTES	158
3.1 CRIANDO UMA NOVA ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL: DA RUA PARA A ESCOLA	158
3.2 A CONSOLIDAÇÃO DO MPL-SP: DA ESCOLA PARA A RUA.....	176
3.3 O MPL EM JUNHO DE 2013 E O JUNHO DE 2013 NO MPL.	193
3.4 O IDEÁRIO DO MPL-SP.....	199
3.5 TRAJETÓRIAS MILITANTES	213
3.6 DISCURSO MOBILIZADOR DOS MILITANTES DO MPL-SP	224

3.6.1 ASPECTOS DO MEIO ESTUDANTIL	224
3.6.2 NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO	230
3.6.3 TEMPO DE ATIVIDADE	232
3.6.4 AUTORREPRESENTAÇÃO SOBRE IDENTIDADE POLÍTICA.....	233
3.6.5 POLÍTICA ORGANIZACIONAL E POLÍTICA INSTITUCIONAL.....	240
3.6.6 OBJETIVOS	245
CAPÍTULO 4 - JOVENS EM RESISTÊNCIA ALTERNATIVA: A UTOPIA DO JOVEM AUTÔNOMO.....	249
4.1 A GUERRA, O NEOLIBERALISMO E OS ESTUDANTES	250
4.2 A CRIAÇÃO DO JRA: JUVENTUDE AUTÔNOMA E LUTA POPULAR	257
4.3 FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DO JRA	264
4.4 IDEÁRIO DO JRA	283
4.5. TRAJETÓRIAS MILITANTES	290
4.6. DISCURSO MOBILIZADOR DOS MILITANTES DO JRA	302
4.6.1 ASPECTOS DO MEIO ESTUDANTIL	303
4.6.2 NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO	305
4.6.3 TEMPO DE ATIVIDADE	306
4.6.4 AUTORREPRESENTAÇÃO POLÍTICA	309
4.6.5 POLÍTICA ORGANIZACIONAL E POLÍTICA INSTITUCIONAL.....	313
4.6.6 OBJETIVOS DO JRA	318
4.6.7 A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA E O PROBLEMA DA BASE SOCIAL	322
4.6.8 A LUTA COMO JUSTIFICATIVA DO VOTO	323
CAPÍTULO 5 – MPL-SP E JRA: COMPARANDO SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	326
5.1 O MODO DE PENSAR COMPARATIVO	326

5.2 SEMELHANÇA ESSENCIAL E SEMELHANÇAS EXISTENCIAIS	330
5.3 AS DIFERENÇAS EXISTENCIAIS	350
5.4 AUTONOMIA ABSOLUTA E AUTONOMIA RELATIVA: OS LIMITES DO AUTONOMISMO DA JUVENTUDE.....	352
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	358
REFERÊNCIAS.....	360
ANEXO – MATERIAL INFORMATIVO	371

INTRODUÇÃO

Outubro de 2006, Brad Will¹ é assassinado ao filmar as barricadas de Cal y Canto durante os eventos da chamada Comuna de Oaxaca. Depois de ter passado por várias cidades latino-americanas, inclusive conhecendo e tendo participado da ocupação urbana Sonho Real na cidade de Goiânia, o estudante norte-americano é assassinado no sul do México. Sua trajetória e morte seguem o mesmo roteiro das ideias que foram sendo divulgadas com o movimento antiglobalização e que alcançaram parte da juventude estudantil, nesses anos, ouvia-se muito falar de mídia livre, manuais de sabotagem, bicicletada, vegetarianismo, ocupações de punks e anarquistas.

O chamado movimento antiglobalização surge na Europa de final da década de 1980 e começo dos anos 1990, desembarca em meados da década de 1990 nos Estados Unidos, e suas ideias rapidamente circulam em importantes cidades da América Latina influenciando diversas experiências que surgiam e recepcionavam parte dessas ideias. A morte de Brad Will simboliza o fim de um ciclo de mobilizações regionais, que durou dos anos 1999 a 2006, período em que milhares de jovens do continente Americano participaram de manifestações, ocupações, organizações, produção de textos e outras expressões culturais, além do intenso intercâmbio, real (em fóruns, congressos, marchas regionais/mundiais) e virtual, com a popularização da internet.

As organizações Movimento Passe Livre e Jovens em Resistência Alternativa surgem neste período, uma explicação fundada na totalidade das determinações sociais sobre um

¹ Alguna vez Will fue una popular leyenda urbana del lado este de Manhattan. Viviendo de manera ilegal en el techo de un edificio en la calle 5 donde residió por años hasta que fue demolido, o como cuando fue sacado del ayuntamiento (City Hall) por estar vestido como un girasol para rescatar los jardines de los vecinos de la comunidad, este niño de la privilegiada y adinerada North Shore de Chicago era un legítimo héroe de la calles en los años previos a que colapsaran las torres gemelas del World Trade Center y se congelara el movimiento de cambio social de la ciudad de Nueva York.

<http://www1.sipiapa.org/casosimpunidad/quien-mato-a-brad-will/>

Outra fonte diz:

A sus 36 años de vida Brad había estudiado, sin pagar inscripción, poesía con Allen Ginsberg y teoría política del anarquismo con Peter Lamborn Wilson, autor del libro Zonas Autónomas Temporales; había vivido en casas okupa de edificios condenados en Nueva York sin pagar renta, donde casi se incineró el edificio entero por haber colgado mal su electricidad de un poste de luz de la calle, y se paró en el techo del edificio para frenar el martillo de demolición con el que el gobierno municipal mandó tumbar el edificio; había vivido también en una pequeña plataforma suspendida a 60 metros en el aire en un bosque de secuoyas para salvaguardar los árboles antiguos de los talamontes; había viajado a manifestaciones contra el neoliberalismo en muchos lugares de los Estados Unidos, Canadá, Europa y Sudamérica; granaderos brasileiros casi lo mataron a golpes cuando filmaba el desalojo de un campamento del Movimiento de los Sin Tierra; tocaba bien la guitarra; andaba en bicicleta a través por las nubes de gas lacrimógeno de las manifestaciones; y le encantaba trabajar en jardines urbanos. En un acto de desobediencia civil en Nueva York, fue arrestado cuando iba disfrazado de una flor de girasol gigante.

<http://www.nuestraaparenterendicion.com/tuyocoincidimosenlanocheterrible/index.php/component/k2/item/9-bradley-roland-will-muerte-en-las-barricadas>

Brad foi um militante político, pioneiro no uso da internet e das redes sociais para divulgação dos movimentos sociais e outros conflitos políticos.

fenômeno social nos leva à explicação das organizações pela época e sociedade em que viveram. Os membros das organizações, as ideias mobilizadas, as ações práticas são fundamentais porque são as ações humanas dentro da história, por isso a importância de analisar o surgimento dessas organizações, tanto como fenômeno gerado pela sociedade, como fenômeno com especificidades próprias.

A pesquisa que apresentamos concebe as duas organizações mobilizadoras como parte de um amplo processo de mudanças sociais mais amplas que ocorreram no continente latino-americano nas últimas décadas, e tal processo, que atinge diversas esferas da vida social, é apresentado aqui na análise de um específico objeto, em sua concretização em torno da mobilização de jovens estudantes nas cidades de São Paulo e Cidade do México.

Esta tese está dividida em cinco capítulos, que estão expostos da forma como convém a apresentar a análise do problema central desta pesquisa. O problema de pesquisa foi o de analisar a qual movimento social o MPL-SP e o JRA pertencem, partindo do pressuposto de que as duas organizações mobilizam um grupo social em torno de determinados objetivos. A maioria das análises apontam para um ressurgir do movimento juvenil ou uma nova onda de movimentos políticos resgatando o anarquismo, o autonomismo, ideias libertárias, o conselhismo, o situacionismo, o resgate de autores como Marx, Bakunin, Proudhon, Korsch e uma vasta gama de autores chamados genericamente de “heterodoxos”. O fato de serem jovens fez com que as análises girassem em torno do tema juventude, política e o redespertar da participação política dos jovens. De fato, são jovens se mobilizando. Mas a análise não pode se deter no aparente, e mesmo que a aparência coincida com a essência do fenômeno, é necessária a análise para demonstrar no que consiste o elemento fundamental e os elementos secundários. A análise fica ainda mais difícil quando observamos pelo lado de que esses jovens se autorrepresentam como “sociedade civil”, “classe trabalhadora”, “população”, ou de que no ideário das organizações a ideia de transformação social ocupe um grande espaço.

Para direcionar a análise, partimos, no capítulo 1, da apresentação da Teoria dos Movimentos Sociais, conforme trabalhador por Jensen, Berger, Viana, Conceição, e outros, que apresentamos detalhadamente. Adotamos a Teoria dos Movimentos Sociais e sua distinção entre movimento social e organização mobilizadora, para no passo seguinte nos dedicarmos à explicação das condições sociais de emergência da juventude e do grupo estudantil. A explicação desse passo se dá porque na Teoria dos Movimentos Sociais, a organização mobilizadora é um dos aspectos fundamentais deste fenômeno social, e o objeto desta pesquisa, nas figuras do MP-SP e do JRA. Na análise da organização, a condição social do grupo de base é fundamental para compreender de que organização se trata, daí nossas reflexões sobre a

juventude e os estudantes, bem como sobre o referido movimento social de cada um dos grupos. Finalizamos o capítulo 1 com uma breve discussão sobre a tendência populista que se forja no movimento estudantil contemporâneo.

No capítulo 2, que tem a função de contextualizar historicamente as duas organizações, apresentamos uma discussão sobre a dinâmica atual da sociedade capitalista em geral, e enfatizando no capitalismo subordinado no México e no Brasil em particular. Enriquecemos esta discussão com a reflexão sobre os impactos culturais do regime de acumulação integral, motor da atual dinâmica da sociedade capitalista. Na segunda parte deste capítulo, apresentamos um quadro geral das lutas estudantis na América Latina e, em especial, no Brasil e no México, buscando reconstituir os condicionantes históricos mais imediatos da mobilização de jovens e estudantes nas últimas décadas.

No capítulo 3 e 4 reconstituímos a história, o ideário e as principais atividades do MPL-SP e do JRA. Lançamos mão de vasta documentação de fontes primárias (textos, panfletos, postagens, reportagens, manifestos, etc.) e reconstituímos a história das duas organizações, que no caso do MPL-SP era necessário, pois são poucos trabalhos reconstituindo a história da organização, e no caso do JRA é praticamente inexistente obras sobre a organização, com a exceção de uma monografia sobre os primeiros anos do JRA. Com o auxílio das entrevistas, aprofundamos na análise da compreensão de aspectos do ideário e da base social das duas organizações.

O capítulo 5 realiza a comparação entre as duas organizações. Acreditamos que o problema fundamental desta pesquisa foi resolvido ao descobrir a tendência política que se materializa no MPL-SP e no JRA, assim, finalizamos a pesquisa comparando as duas organizações e refletindo sobre as consequências das semelhanças e diferenças existentes entre elas. Analisamos dois casos concretos de organizações mobilizadoras criadas por jovens estudantes e que transcenderam tanto o universo estudantil, quanto o juvenil e intervirem nas lutas populares de sua época.

As referências dos capítulos 3 e 4, sobre a história e análise que fizemos do MPL-SP e do JRA, estão todas listadas no anexo 1, Material Informativo, contendo artigos, panfletos, reportagens, postagens, dados da entrevista, etc.. Devido ao fato de que a quase totalidade do material de análise foi produzido por esta pesquisa (com exceção dos trabalhos bibliográficos), eles não possuem registro formal, são “dados” que “coletamos” na realidade “empírica”, o material informativo desta pesquisa é amplo e pretendemos explica-lo através da teoria adotada.

CAPÍTULO 1 - A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, O MOVIMENTO JUVENIL E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Este primeiro capítulo pretende situar o leitor sobre a perspectiva teórica da qual partimos para analisar o Movimento Passe Livre – São Paulo e o Jovens em Resistência Alternativa, Cidade do México. Vamos adotar uma perspectiva em particular, a que denominamos Teoria dos Movimentos Sociais, que difere das abordagens existentes. Com base na TMS, faremos a distinção entre grupo social e movimento social, e entre movimento social e organização mobilizadora, sendo que este último fenômeno é o verdadeiro objeto desta pesquisa. Estabelecido o ponto de partida desta tese, distinguimos nossa base teórica das demais abordagens que existem para explicar os movimentos sociais. O passo seguinte foi analisar as condições reais de existência do grupo social de base das organizações que estudamos, jovens estudantes, assim, fizemos algumas reflexões históricas e sociais sobre os jovens e os estudantes. O último passo foi delimitar um aspecto da existência das organizações mobilizadoras, qual seja, as suas ideias, e apresentar como estas podem ser analisadas a partir da Teoria dos Movimentos Sociais.

1.1 Grupo Social e Movimento Social

Analisar as organizações Movimento Passe Livre – São Paulo e Jovens em Resistência Alternativa, na Cidade do México, a partir da Teoria dos Movimentos Sociais abre um amplo leque de questões. Essas organizações, nas suas manifestações aparentes, nos levam a distingui-las de organizações institucionais, como partidos, sindicatos, escolas, etc.; e também se distinguem de outras organizações que estão mais próximas daquilo que o conceito de movimentos sociais pode abarcar, tal como organizações mobilizadas por moradia, serviços públicos, por direitos étnicos, sexuais, ou por ideias, tal como o movimento pacifista, o movimento ambiental. Para coordenarmos a abertura do leque de questões que a Teoria dos Movimentos Sociais proporciona, decidimos que a análise do MPL-SP e do JRA teria como fio condutor a descoberta do vínculo de pertencimento dessas organizações a um movimento social específico. Com a teoria adotada, estas organizações passam a se chamar organizações mobilizadoras.

Considerando-os em suas manifestações aparentes, o MPL-SP e o JRA, não podem ser definidos com pertencentes ao movimento negro, ou ao movimento de mulheres, que têm origem biológicas, ou ao movimento de atingidos por barragens ou por mais creches em determinado bairro, que são movimentos com origem situacional, ou também a movimentos estritamente culturais, que tem sua origem na defesa de uma ideia, como são os movimentos

religiosos ou pela legalização das drogas. Por outro lado, também pela aparência, o MPL-SP e o JRA apresentam aspectos biológicos (formados por jovens), situacional (estudantes), e cultural (ideias e práticas políticas).

O MPL-SP e o JRA podem ser considerados como membros da grande família dos movimentos sociais² porque os fenômenos agrupados dentro dos movimentos sociais possuem uma unidade, pois são mobilizações de grupos sociais, o que está presente em todos os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, uma diversidade muito rica, que se expressa em cada movimento social específico (movimento feminino, negro, ecologista, estudantil, etc.), ideia que apresentaremos melhor adiante, mas que é fundamental ter essa precisão teórica quando da análise de um movimento social em específico. Por isso, o tipo de organização a que nos referimos são as organizações mobilizadoras, derivação do movimento social.

Analisar o vínculo entre organização mobilizadora e movimento social por meio da Teoria dos Movimentos Sociais ajuda a conhecer mais sobre os movimentos sociais e a entender aspectos da complexidade social que eles expressam e, no contexto desta pesquisa, em que o foco é um dos principais produtos dos movimentos sociais, sua face mais visível, as organizações, buscamos enriquecer a análise de caso concreto com explicações teóricas com maior articulação de ideias, sempre girando em torno da Teoria dos Movimentos Sociais. Ficará claro que grupo social, movimento social e organização mobilizadora são fenômenos distintos e que somente uma percepção da totalidade pode reconstituir a relação entre organização e movimento social.

A análise que propomos das organizações MPL-SP e JRA tem como ponto de partida a reflexão sobre o que é e como surge um movimento social, e a revisão bibliográfica e a escolha pela Teoria dos Movimentos Sociais foram fundamentais para a interpretação que aqui tivemos. Ainda de acordo com a teoria adotada, na constituição ou na consolidação do movimento social este passa a gerar novos fenômenos, como ideologias, organizações, manifestações, representações, subgrupos, etc., que significam ramificações do movimento social. A ênfase desta tese foi a criação de organizações mobilizadoras como um dos produtos dos movimentos sociais, uma de suas ramificações.

Dito isto, o problema de pesquisa foi o de conhecer qual o vínculo de movimento social das organizações MPL e JRA, ou seja, de qual movimento social estas organizações derivam? Por vínculo utilizamos como critério a composição social, a origem da organização, o objetivo,

² Se um movimento social é uma árvore da qual brotam diversos ramos, como diz Nildo Viana em Os Movimentos Sociais (VIANA, 2016a), podemos dizer que o conjunto dos movimentos sociais de uma sociedade é uma floresta política na qual se digladiam os diferentes grupos sociais e as instituições que regulam a sociedade.

o senso de pertencimento, a forma organizacional e forma de mobilização. Tal problemática seria mais fácil de ser resolvida se o MPL-SP e o JRA não se afirmassem em seu discurso como movimentos sociais da sociedade civil, movimento social do transporte, movimento social da juventude, movimento popular, movimento autônomo, movimento anticapitalista, etc., e outras autorrepresentações. A observação empírica contesta a autorrepresentação das organizações, todos os membros das duas organizações são jovens estudantes, quase todos universitários. Definimos como questão desta investigação, analisar como uma parcela do grupo estudantil assume uma identidade que não corresponde à sua condição real. Era necessário, analisar o grupo social de base, reconstituir a história do MPL-SP e do JRA, reconstituir o discurso das duas organizações, para assim, termos elementos para analisar seu efetivo vínculo a um movimento social específico. Constituída a análise das duas organizações em separado, realizamos a comparação do MPL-SP e do JRA.

A hipótese que sugerimos é que o MPL-SP e o JRA expressam uma tendência política que atua no movimento estudantil, mas que atuam de uma forma muito peculiar, organizando os estudantes para mobilizações externas às instituições escolares, diferenciando-se assim do movimento estudantil oficial ou de trajetória interna às instituições escolares. Esta tendência política, que no seu interior abarca diferentes ideias políticas, atua organizando os estudantes para a defesa de interesses vinculados às classes populares, a “mobilidade urbana” ou a participação do jovem autônomo nas lutas populares”, por isto nomeamos esta tendência de populista radical, o que explica o significado da trajetória de mobilização externalista de uma parcela do movimento estudantil.

A Teoria dos Movimentos Sociais adotada nesta pesquisa foi proposta por Karl Jensen (1996; 2014³), desdobrada por Patrick Berger com a questão da elaboração de projeto nos movimentos sociais (2015), até que Nildo Viana adotou as contribuições anteriores e desenvolveu e articulou diversos aspectos da Teoria dos Movimentos Sociais (2016a; 2016b; 2016c; 2016d; 2017; 2017a; 2017b). Recentemente, reflexões específicas sobre os movimentos juvenis e estudantis surgiram a partir da Teoria dos Movimentos Sociais, destacamos as pesquisas acadêmicas de Marcus Vinícius da Conceição, analisando o movimento estudantil francês (2016; 2018), a comunicação apresentada por Gabriel Teles (2018) sobre a relação entre movimento estudantil e luta de classes, e o artigo de Marcus Gomes (2017) que desenvolve breve reflexão sobre o apego ao tempo presente dentro dos movimentos juvenis. Além do

³ O artigo de Karl Jensen Teses sobre os Movimentos Sociais foi publicado pioneiramente no Brasil pela Revista Ruptura, em 1996. Recentemente, foi republicado, e utilizamos nesta pesquisa a publicação da Revista Marxismo e Autogestão, em 2014.

movimento estudantil, o movimento negro vem sendo abordado pela Teoria dos Movimentos Sociais, tal como realizado por Gabrielle Andrade (2018). Além das pesquisas individuais, a Revista Movimentos Sociais, editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais na UFG, vem contribuindo para a difusão da nova Teoria dos Movimentos Sociais.

Atualmente, a Teoria dos Movimentos Sociais está se consolidando como alternativa explicativa sobre o fenômeno dos movimentos sociais, isto porque, indicou novas possibilidades de pesquisa sobre os movimentos sociais, bem como problematizou vários aspectos das abordagens anteriores. Antes da Teoria dos Movimentos Sociais, as análises foram hegemônicas pela abordagem institucionalista, que se auto identificavam como Teoria da Mobilização de Recursos ou Teoria Processo Político, ou pela abordagem culturalista que se formou em torno da auto identificada Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Sendo o nosso objetivo geral estudar o vínculo das organizações mobilizadoras com o movimento social, para expormos nossa escolha pela Teoria dos Movimentos Sociais vamos apresentar os pontos essenciais desta teoria, enfatizando a compressão da organização derivada dos movimentos sociais, e nos momentos oportunos vamos destacar os equívocos das abordagens anteriores se fossem explicar a problemática que adotamos.

Os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais, sintetizou Karl Jensen ao germinar a Teoria dos Movimentos Sociais em seu artigo Teses sobre os Movimentos Sociais (2014):

Os corpos físicos (com a exceção dos organismos vivos) só se movimentam graças à ação de algo que lhes é exterior e a alteração que sofrem é meramente espacial. Um movimento social é bem diferente. O que se movimenta na sociedade não são “corpos físicos” e sim grupos sociais e a alteração que eles sofrem não é espacial e sim histórica. Os grupos sociais se movimentam por motivos internos e, ao mesmo tempo, externos. Isto ocorre porque um grupo social só existe no interior de uma relação social e por isso o seu movimento é provocado por suas necessidades próprias produzidas no interior de sua relação com o conjunto da sociedade (JENSEN, 2014, p. 129-130).

Nessa proposição de análise, é fundamental analisar “a constituição do grupo social” que dá vida ao movimento social, conhecer as relações sociais que originam os grupos sociais. De acordo com as teses de Jensen, os grupos sociais são diferentes das classes sociais porque estas são formadas nas relações de produção, e os grupos sociais se formam nas relações sociais fora da esfera produtiva. Para Jensen, os movimentos sociais estão envolvidos pela dinâmica da luta de classes, mas, a dinâmica própria dos movimentos sociais é determinada pelas questões específicas do grupo social, isto é, pelas relações sociais específicas que formam o grupo social.

O conjunto da sociedade, através das relações de produção, das relações sociais mais amplas e das instituições, envolve os grupos sociais, que, por sua vez, estão inseridos em relações sociais específicas, que formam o grupo. Para Jensen, o grupo social se forma em sociedade, e se diferencia de outros conjuntos de indivíduos, como as classes sociais, daí que na teoria de Jensen, só se compreende o grupo social através da compreensão da sociedade. Os grupos sociais têm aspectos em comum, segundo Jensen, e as suas origens são biológicas, culturais, ideológicas ou:

a condição social, mas também por pertencer a uma mesma categoria social (estudantes, estrangeiros, etc.) ou profissional (professores, advogados, policiais, etc.) ou, ainda, por estar inserido numa coletividade ou comunidade definida por sua localização regional (movimentos nacionalistas, separatistas, etc.), por sua cultura (movimentos culturais, religiosos, etc.), por suas necessidades coletivas (movimentos sociais urbanos, que agrupa movimento de consumidores, usuários, moradores, etc.) (JENSEN, 2014, p. 131).

Após definir o significado de grupo social, Karl Jensen diz ser necessário compreender como este entra em movimento, isto porque é a mobilização do grupo social que define o conceito de movimento social. Para Jensen não é o movimento que define o conceito de grupo social, e sim o fato de que todos os membros do grupo possuem algo em comum, argumenta Jensen que não são todos os indivíduos de um grupo social que compõem o movimento do grupo, e há mesmo condições históricas que levam a um grupo social não produzir nenhum movimento social, tal quando “os membros do grupo social estão isolados uns dos outros ou então a necessidade (a motivação interna e/ou externa) não é muito forte ou consciente ou, ainda, quando a repressão é muito forte” (JENSEN, 2014, p. 131). Grupo social e movimento social são fenômenos distintos, sendo que o movimento social é formado somente pela parte dos indivíduos mobilizados dentro de um grupo social, e não por todos os componentes. Esta mobilização pressupõe consciência e ação voltadas para os interesses do grupo.

É por isso que Jensen diz que o movimento provoca alterações no grupo social, porque gera “desenvolvimento da consciência e da experiência do grupo social”, e alterações no conjunto da sociedade, devido às relações que esta tem com o grupo:

Quando um grupo social produz um movimento social, ele sofre alterações. A relação entre grupo e movimento social é bastante complexa. O surgimento de um movimento social marca um período de desenvolvimento da consciência e da experiência do grupo social que lhe dá sustentação. Neste momento, o grupo adquire mais unidade e eficácia política. Acontece que um movimento social modifica não só o grupo social que lhe sustenta, mas também a relação dele com o conjunto da sociedade e isto significa uma mudança social. Esta mudança se reflete, por sua vez, no movimento social. Os movimentos sociais são movimentos produzidos por grupos sociais que provocam alterações tanto nestes quanto no conjunto da sociedade e no próprio desenvolvimento do movimento social (JENSEN, 2014, p. 131).

O mérito de Jensen foi ter formulado a síntese teórica de que os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais. Jensen refletiu sobre a mobilização grupal como fundamento dos movimentos sociais, relacionando-a com o conjunto da sociedade capitalista. Porém, Jensen deixou somente um texto em formato de teses, e não produziu outras obras para desenvolver o conceito de movimento social, apenas forneceu indicações sobre o significado dos grupos sociais e da mobilização para a compreensão dos movimentos sociais.

A continuidade da Teoria dos Movimentos Sociais iniciada por Karl Jensen coube ao sociólogo Nildo Viana, que na obra *Movimentos Sociais* aprofundou e articulou seu conceito, ao retomar a síntese de Jensen vinte anos depois, desdobrando a ideia de Jensen de que o movimento social é a mobilização do grupo social e que este movimento não é espacial e sim histórico e social, avanço que apesar de aparecer como simples, supera uma série histórica de equívocos nas análises sociológicas e das demais ciências humanas sobre os movimentos sociais. Nildo Viana aprofundou a Teoria dos Movimentos Sociais ao indicar os conceitos complementares que efetivam a mobilização do grupo social, bem como iniciou a reflexão sobre diferentes aspectos dos movimentos sociais.

Para Nildo Viana, “movimentos sociais é apenas uma forma abreviada de dizer movimentos de grupos sociais” (VIANA, 2016a, p. 24)), tese que é retomada, literalmente, de Karl Jensen. Entretanto, Nildo Viana diz que para compreender os movimentos sociais somente o conceito deste não basta, não se pode deter no nível do movimento social, e sim aprofundar na investigação das determinações concretas para o surgimento deste fenômeno, por isso que é necessário ter conceitos complementares que explicam a transformação do grupo social inerte em promotor do movimento social, do grupo social em fusão, segundo Nildo Viana. Para ele:

a base dos movimentos sociais são os grupos sociais. Daí a importância fundamental dos grupos sociais para qualquer análise dos movimentos sociais. No entanto, o conceito de grupos sociais não é suficiente para explicar os movimentos sociais. Para entender o conceito de movimentos sociais é necessário trabalhar o conceito de grupo social e os seguintes conceitos complementares: situação social, insatisfação social, senso de pertencimento, mobilização (ação coletiva/compartilhada), objetivo (VIANA, 2016a, p. 26).

A passagem do grupo social para o movimento social só ocorre quando há consciência e ação coletiva em torno dos problemas específicos do grupo, assim, nem todo grupo social gera um movimento social, mas todo movimento social tem como base um grupo social, ou melhor, a parcela dos indivíduos deste grupo que está mobilizada e efetiva algo com o mínimo de persistência, uma ação coletiva ou compartilhada, em favor dos interesses do grupo (VIANA, 2016a), somente quando há mobilizações, ações coletivas ou compartilhadas que, segundo

Nildo Viana, significam a fusão e a efetividade de uma ação em comum por membros de um grupo social, somente nesses termos de mobilização que há o movimento social do grupo.

Com a utilização de conceitos complementares, Viana reconstitui a concreticidade histórica que faz surgir os movimentos sociais na sociedade moderna. Aperfeiçoando a classificação dos grupos sociais realizada inicialmente por Karl Jensen, Viana classifica os aspectos comuns aos membros de um grupo social tendo por origem semelhanças derivadas da “a) corporeidade; b) situação; c) cultura”, deste modo:

alguns indivíduos nascem pertencendo a determinados grupos sociais, outros são constringidos por sua inserção em determinadas relações sociais e há aqueles que escolhem devido suas opções políticas e/ou culturais (VIANA, 2016a, p. 27).

Os aspectos em comum podem derivar de elementos biológicos, situacionais ou culturais que florescem no interior de determinada relação social: seja ela de raça, sexo, socialização, distribuição dos meios de vida (moradia, saúde, alimentação), projeto político e projeto de vida, participação religiosa, etc. Aspectos em comum de ordem biológica, situacional ou cultural. Quando as relações sociais criam grupos sociais sob relações desiguais os grupos sociais projetam interesses diferentes entre si, assim surgindo os interesses grupais, que constituem uma condição necessária para o surgimento do movimento do grupo social. Os interesses surgem como diferentes e em conflito na medida em que a divisão em grupos sociais na sociedade moderna ocorre como consequência da ampliação e complexificação da divisão social do trabalho, que fragmenta e complexifica a composição da população de uma determinada sociedade.

Por consequência, o grupo social existe porque ele é produto de determinadas relações sociais, e estas relações sociais podem ocorrer sob a forma harmoniosa ou conflituosa, e pode haver o conflito e este não ser percebido conscientemente. Nas relações sociais entre grupos os indivíduos pertencem a determinado grupo e por meio dele entram em relação com outros grupos e com o conjunto das relações sociais, daí que as classes sociais interferem nos grupos sociais, mas também as ideologias, os efeitos das políticas públicas e ação das instituições estatais, mudanças sociais mais amplas, situações sociais, insatisfação social, e outras formas de expressão cultural.

Portanto, compreendido a formação dos grupos sociais, é fundamental para complementar a compreensão dos movimentos sociais conhecer a situação social específica do grupo social, é esta que cria a situação social propícia, a condição de possibilidade para que um determinado grupo tenha necessidade de gerar um movimento (VIANA, 2016a). Os interesses específicos que surgem nos grupos sociais decorrem exatamente da situação específica de cada

grupo social, pois, se um grupo se forma por características em comum, ele se diferencia de outros grupos que se formam por outras características em comum, e que estão envolvidos por outras relações sociais, como por exemplo, a situação específica do grupo estudantil é gerada por uma situação diferente da do grupo dos ecologistas e, por sua vez, ambos diferem, da formação do grupo social dos negros, assim, cada grupo se forma por uma situação social específica, que determina a dinâmica do grupo social, e que por sua vez gera os interesses específicos de cada um destes grupos.

A situação social é a “motivação externa” para os grupos sociais agirem, o pertencimento a um grupo forma a condição de possibilidade de existência do movimento social, mas somente devido a uma “motivação externa”, “que gera a necessidade de agir e lutar” (VIANA, 2016a, p. 33) que o grupo se transforma em movimento social. A situação social específica é a motivação externa e pode ser marcada pela

opressão, necessidades não atendidas, descontentamento com a sociedade ou aspectos dela, difusão de ideologias ou doutrinas que geram inimigos imaginários ou alvos de ódio ou ressentimento, etc. Isto possibilita a fusão dos indivíduos em grupo social ativo e não mais inerte (VIANA, 2016a, p. 34).

A situação social faz com que o grupo tenha “necessidade de agir e lutar”, logo, toda mobilização grupal tem como pré-condição uma situação social específica, que gera o interesse grupal, sendo que determinadas situações sociais podem, inclusive, gerar um movimento social, tal como o caso dos estudantes, que é uma situação provisória, ou a guerra, ou a destruição ambiental, ou indivíduos prejudicados por projetos de expansão produtiva, etc. A situação social é específica, tendo de ser analisada em cada grupo social específico.

Quando observamos que a composição, a chamada base social, do MPL e do JRA é formada por jovens estudantes temos que compreender a situação social específica do grupo que é jovem e estudante, e de saber quais as causas que levam à mobilização juvenil e estudantil. Por outro lado, se observamos as duas organizações somente por meio das suas ideias, temos a aparência de estar diante de um movimento político, pelo resgate de concepções políticas, ideologias, doutrinas, teorias originadas na luta de classes e nos movimentos políticos, entretanto, esta interpretação é questionada ao longo de nossa reflexão.

A situação social é a configuração de um momento das relações sociais entre os grupos, e se caracteriza pela efetiva interação entre os indivíduos isolados, entre os grupos e entre seus representantes. Como exemplo, o sofrimento individual causado pelo racismo pode ter ocorrido imediatamente por uma intervenção policial e apesar da ação não ser praticada pelo grupo assumidamente racista expõe um aspecto da situação social específica grupo social dos negros

na sociedade brasileira; uma comunidade ribeirinha afetada pelo assoreamento do rio que expõe os interesses opostos numa situação social específica entre os beneficiados pela expansão capitalista e os prejudicados por este projeto; as crenças ou o descontentamento com uma situação social específica também podem gerar um movimento social, tal como o movimento contra o consumismo, o movimento contra o uso de carros, o movimento pela democratização dos meios de comunicação e toda vez que um grupo se identifica pelo descontentamento, pela crença, por doutrinas, ou outras expressões culturais que dão unidade aos grupos sociais culturais.

A situação social é fundamental para explicar a existência dos movimentos sociais, pois ela tanto faz surgir grupos sociais, quanto também faz com que um determinado grupo tenha necessidade de agir e lutar (VIANA, 2016a). A situação social reflete as condições reais de existência do grupo e de suas relações com o conjunto da sociedade. Para a Teoria dos Movimentos Sociais, analisar a “constituição do grupo social” é fundamental, e tal análise é feita sobre a situação social específica do grupo social

A insatisfação social é condição para a passagem do grupo social para o movimento social porque é ela que promove a consciência da situação social que o grupo vivencia. Esta consciência nos grupos sociais pode surgir sob a forma de ideologias, crenças, doutrinas, dogmas, etc. e expressa uma mudança no grupo, pois indivíduos, setores, tendências do grupo social vão adquirindo consciência da situação específica e do interesse grupal. Esta mudança no grupo, possibilitada por certo nível de consciência da situação do grupo, cria o grupo social efetivo, que não se distingue pelo fato de todos os seus membros terem algo em comum, mas sim porque uma parcela do grupo social entrou em fusão, saiu da condição inerte, tornou-se um grupo efetivo que exerce uma ação em comum, que é a mobilização (VIANA, 2016a).

O grupo social e uma situação social são pré-condições para a existência do movimento social, entretanto, um grupo social pode existir e ser afetado por uma determinada situação social e não estar mobilizado, pois como vimos, para Jensen e Viana retoma esta posição, não existe mobilização automática do grupo social, e são três fatores que atuam dificultando a mobilização grupal: o isolamento dos indivíduos, a força e consciência da necessidade de organização pelo grupo, e a repressão.

A passagem do grupo inerte para o “grupo social em fusão ou efetivo” (VIANA, 2016a, p. 26) é condicionada pela existência do “processo de autoconsciência coletiva de descontentamento com determinada situação social” (VIANA, 2016a, p. 35), a insatisfação social percebida como problema de um conjunto de pessoas deve gerar também o senso de pertencimento a este conjunto de pessoas, que avançam no nível da consciência ao saírem da

mera insatisfação social e tornam consciente o objetivo específico do grupo que tem um objetivo específico e a busca por esse objetivo se caracteriza pela mobilização social. A efetividade da mobilização se realiza no momento em que a insatisfação social passa a ser percebida como questão coletiva gerando também o senso de pertencimento ao grupo. Assim, a insatisfação social é um salto qualitativo para a formação de um movimento social, que ao gerar o senso de pertencimento, um nível mais avançado de insatisfação social, e ser complementado pela ação coletiva em torno de um objetivo acaba por produzir o movimento social.

O senso de pertencimento é o reconhecimento de que a razão da insatisfação social não é individual e sim social e que se sente pertencente ao grupo insatisfeito, é um avanço no nível de consciência da mera insatisfação social porque reconhece a situação grupal e que se está vinculado ao mesmo compartilhando de sua “situação e destino” (VIANA, 2016a, p. 37). Assim, por mais que objetivos individuais se confundam com os objetivos grupais, o senso de pertencimento gera a consciência do objetivo do grupo, manifesta o interesse grupal que se constituiu com o próprio grupo social e suas relações sociais, sendo assim, o objetivo pode ser formulado como um objetivo comum, um objetivo compartilhado pelo grupo social. Por outro lado, o senso de pertencimento já pode ser o gerador da mobilização porque é o reconhecimento de que vários indivíduos têm uma sua situação em comum e podem agir em torno dessa relação.

Na análise de Nildo Viana, pessoas de fora do grupo social de base também fazem parte dos movimentos sociais, são os chamados alóctones, ao passo que os que são pertencentes aos grupos sociais são os autóctones. Esta questão, pouco tematizada, mas constantemente observada nos movimentos sociais, é resultado do fato de que indivíduos se solidarizam e identificam com a causa e com o grupo que tem o objetivo pela causa específica, mas Viana ressalta que apesar da conflitividade entre alóctones e autóctones, desde que uma pessoa execute algo com o mínimo de persistência e reconheça a importância e causa do movimento esta pode ser considerada como pertencente ao grupo, assim, que o senso de pertencimento pode ser determinado por causas objetivas e materiais, ou pode ser motivado por ideias, vínculo afetivo, identificação, solidariedade, e por isso pode gerar a adesão de indivíduos de fora do grupo a uma determinada causa.

O senso de pertencimento é fundamental para os movimentos sociais porque ele gera os objetivos grupais e a possibilidade de ação coletiva, isto é, coloca em outro nível a consciência e efetiva a possibilidade de ação. Na análise das organizações mobilizadoras e sua relação com o movimento social é importante identificar a formação do senso de pertencimento da organização e dos indivíduos que dela fazem parte, pois este é um elemento crucial para a

identificação do vínculo de uma organização a um movimento social, ou seja, de que forma nos textos da organização e nas falas dos integrantes o grupo é percebido.

A mobilização é o tipo de ação que é grupal, não individual, por isso expressa o tipo de ação que se dá nos movimentos sociais, embora as formas de mobilização variem drasticamente, tanto dentro do mesmo movimento social, quanto entre movimentos sociais diferentes. Sendo ação grupal, a mobilização pode ser tanto uma ação coletiva, quanto uma ação compartilhada, a diferença entre as duas formas de organização Nildo Viana assim explica:

Uma ação coletiva é a que é realizada por um conjunto de pessoas reunidas fisicamente ou integradas através de determinadas concepções (doutrina, plano de ação, projeto político, etc.) e uma ação compartilhada é aquela na qual pode ser realizada por indivíduos isoladamente, mas compartilhando concepções ou práticas a partir de um senso de pertencimento (VIANA, 2016a, p. 38).

A mobilização nos movimentos sociais pode ocorrer sob a forma de um conjunto de pessoas coletivamente realizando a ação ou isoladamente, sob a forma de ação compartilhada, mas inserida dentro de um senso de pertencimento, objetivo grupal e ações realizadas por outros do mesmo grupo. As formas de mobilização têm de estar relacionadas com os objetivos do grupo de base do movimento social, daí que a análise das formas de mobilização das organizações mobilizadoras é importante para compreender um aspecto que age no vínculo da organização ao movimento social, a mobilização.

Por fim, o último conceito complementar sobre o fenômeno dos movimentos sociais é o de objetivo. No livro *Movimentos Sociais*, Viana diz que o objetivo ou finalidade é o que o grupo quer concretizar para resolver sua insatisfação social com determinada situação social, assim, o objetivo grupal pode ser elaborado sob formas simples ou pouco formuladas ou através de programas detalhados e sistematizados, e sua finalidade varia conforme “qual grupo, situação, insatisfação, se trata, bem como a forma assumida por seu senso de pertencimento e sua mobilização” (VIANA, 2016a, p. 39). Desta forma, a formulação dos objetivos é complexa, e devido a diversidade de fenômenos derivados dos movimentos sociais (ideologias, representações, organizações, doutrinas, manifestações, etc.) pode ocorrer de uma ramificação de um movimento social não expressar o objetivo do movimento social como um todo, ou o que é mais comum, diferentes organizações, ideologias, organizações de um mesmo movimento social que formulam objetivos diferentes.

Contudo, através das relações sociais que cada grupo social está envolvido, o objetivo será uma formulação coletiva de parcela do grupo social que tem consciência de sua situação social específica, está insatisfeita com esta situação e sente que essa situação é dela e de outros indivíduos, gerando um senso de pertencimento que é complementado pela mobilização em

torno do objetivo do grupo. Este processo não é linear ou mecânico, e cada um dos fenômenos estão articulados a formação e consolidação dos movimentos sociais. Dito isto, o objetivo é a consciência do interesse grupal, logo, a mobilização dos movimentos sociais é para transformar a situação do grupo, é uma transformação situacional, que ocorre dentro do contexto social mais amplo.

Nildo Viana produz o artigo, *Os Objetivos dos Movimentos Sociais* (2016a), em que desenvolve este aspecto da Teoria dos Movimentos Sociais, analisa os interesses grupais como sendo originados de necessidades e desejos não atendidos e não explícitos, entretanto, quando consciente assumem a forma de valores e revelam os objetivos. Os objetivos são do grupo porque são produtos da insatisfação social e querem transformar a situação grupal, daí que são gerados pela mobilização de parte do grupo social, ou estão na constituição original, por isso que são uma mudança social, porque expressam um novo nível de consciência e de experiência de ação de um grupo social, daí que Viana (2016a) afirma que “uma vez que existem a insatisfação social e a consciência dela e de seu caráter coletivo (gerando senso de pertencimento), se constitui os objetivos para concretizar a solução do problema (VIANA, 2016b, p. 13).

Em que pese a formulação coletiva do objetivo grupal, o estabelecimento de um objetivo não é estático, e dentro de um movimento social podem coexistir diferentes objetivos, objetivos hegemônicos e objetivos marginais, o que depende de condições históricas, do caso concreto e do próprio grupo social de base. Essa situação é complexificada porque geralmente os movimentos sociais convivem com dois interesses no seu interior e que estão relacionados com outros interesses existentes no conjunto da sociedade. Os movimentos sociais possuem interesses imediatos, que solucionam aspectos da situação grupal, e interesse fundamental, que transforma o conjunto da situação do grupo social. Por sua vez, estes interesses do grupo social geralmente estão relacionados com os interesses específicos, que geralmente solucionam aspectos imediatos e conjunturais dentro de uma determinada situação, e os interesses gerais, que tendem a satisfazer o objetivo fundamental do grupo através da transformação social total, e não somente da transformação situacional do grupo (VIANA, 2016b). Esse processo de disputa dentro dos movimentos sociais interfere na formulação dos objetivos nos mesmos.

Assim, ao longo da formação do movimento social, e por condições históricas e sociais, o objetivo de um movimento social pode ser alterado, sobretudo, no contexto das organizações mobilizadoras, a face mais visível dos movimentos sociais. A substituição de objetivos é algo recorrente na história dos movimentos sociais, e o estudo deste fenômeno ajuda a analisar como é estabelecido, revisado e substituído o objetivo de um movimento social e como este se

expressa nas suas ramificações. Adotando a formulação do estudioso das organizações Amitai Etzioni, Nildo Viana diz que as organizações dos movimentos sociais podem ser analisadas através dos seus objetivos, sendo que se estava efetivamente se mobiliza em torno do objetivo grupal os seus objetivos são reais, e caso o objetivo grupal esteja somente nas declarações e na prática a organização está absorvida por outras atividades, o seu objetivo é somente declarado.

Ainda sobre a identificação do objetivo do movimento social, Viana diz que é possível identificá-los através das reivindicações das organizações, das ideologias, falas de participantes, cartazes, representações, etc., isto porque as reivindicações são a forma concreta na qual os objetivos dos movimentos sociais são explicitados (VIANA, 2016b). Em outro artigo, *Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras* (2017), Viana diz que a organização se mantém mobilizadora se expressa o objetivo final do grupo, daí que identificando o objetivo da organização, que pode ser feita de forma concreta na análise de suas reivindicações, temos um aspecto a mais para analisar o vínculo entre organização e movimento social.

Esses foram os conceitos fundamentais para compreender a emergência dos movimentos. Resta ainda a questão dos produtos dos movimentos sociais, as suas ramificações, o que trataremos no tópico seguinte, dando ênfase na discussão sobre as organizações mobilizadoras.

1.1.1 As organizações mobilizadoras e outras ramificações dos movimentos sociais

Vimos anteriormente que grupo social é diferente de movimento social, o primeiro está na base do segundo, mas não é sua totalidade. Agora, vamos distinguir movimento social, de um lado, e organizações, subgrupos, ideologias, representações, manifestações, tendências, setores, de outro lado, isto para apresentarmos os fenômenos derivados dos movimentos sociais e que vamos distinguir como sendo suas ramificações, seus produtos (VIANA, 2016a; 2016b; 2017), para termos elementos para enfatizar na organização mobilizadora, objeto desta pesquisa, e também um dos produtos mais eficientes e conhecido dos movimentos sociais, porém, tendo como ponto de partida a ideia de que a organização mobilizadora não é a totalidade do movimento social, e sim parte do mesmo.

Não somente as organizações são mobilizadoras, as ideias também são mobilizadoras, o que é particularmente válido para os movimentos culturais, que são os movimentos de grupos formados em torno de ideias. Na consolidação e desenvolvimento dos movimentos sociais são criados fenômenos derivados da mobilização grupal: a criação de organizações, reuniões,

manifestações públicas, campanhas, ideologias, representações, dogmas e outras expressões culturais são criadas para efetivar a mobilização do grupo.

Glória Gohn (1997) e Angela Alonso (2009), duas analistas das teorias dos movimentos sociais, são claras na afirmação de que a “Teoria da Mobilização de Recursos” marcou uma nova etapa na pesquisa sobre os movimentos sociais, atribuindo racionalidade e organização ao que durante as décadas de 1940 e 1950 foi considerado irracional e isolado. Com a mobilização do movimento negro na virada dos anos de 1950 para os anos de 1960 e, posteriormente, as mobilizações estudantis, juvenis, feministas, pacifistas, ecologistas, a ciência social estava diante de um fenômeno novo que para ser realmente compreendido precisava de ideias novas.

Segundo a narrativa de Gohn⁴, até o surgimento da Mobilização de Recursos, no começo da década de 1970, predominou nos estudos sobre movimentos sociais a abordagem psicossocial baseada nas frustrações pessoais e na privação material, sem, no entanto, ter grande desdobramento analítico. O fato é que com o desdobrar dos movimentos sociais da década de 1960, surgem as explicações sistemáticas, que formam as abordagens institucionalista e culturalista nas análises dos movimentos sociais. Não vamos considerar como Gohn (1997) fez, a existência de dois paradigmas, mas sim a existência de duas abordagens, a originada nos EUA de orientação institucionalista (que teve um desdobramento na abordagem neo-institucionalista), e a criada na Europa, de orientação culturalista⁵.

⁴ Gohn é a principal referência na sociologia dos movimentos sociais no Brasil. Porém, sua obra mais conhecida sobre os movimentos sociais tem uma série de problemas analíticos e erros. Na própria parte em que dedica à história dos estudos tradicionais, ela inclui autores que não debateram os movimentos sociais, como Eric Fromm, colocam autores que segundo ela afirmavam a irracionalidade dos movimentos sociais só que quando pesquisamos mais vimos que o autor abordado não trata dos movimentos sociais como ela disse (é o caso de Heberle, que define os movimentos sociais como um grupo de indivíduos “unidos y mantenidos juntos por certo sentimento de pertenencia común y cierta consciencia de compartir las mismas opiniones, los mismos valores y las mismas metas, no necesariamente con una organización formal” [Heberle apud Lane, 1977, p. 23]) e parte significativa das obras que ela lista como pioneiras no estudo dos movimentos sociais na verdade não estava enfatizando nos movimentos sociais e sim em outros fenômenos como o comportamento coletivo, a sociedade de massas, movimento de massas, ação coletiva, etc. Na verdade, falta base teórica e metodológica para Gohn para trabalhar a história da sociologia dos movimentos sociais, se tivesse, teria historicizado a emergência destes fenômenos e não atribuído ideias a fatos que não correspondem.

⁵ Em artigo sobre “As abordagens sociológicas dos movimentos sociais” (2017b), Nildo Viana apresenta as diferentes formas de abordar sociologicamente os movimentos sociais. Ele define a abordagem como “um modo de interpretar a realidade através de um enfoque temático e analítico. Desta forma, uma abordagem pressupõe determinadas escolhas (temáticas e analíticas) por parte do pesquisador” (2017b, p. 8-9), assim, quando a abordagem é sistemática ela é feita através de ideologias, e quando não é sistemática são semi-ideologias, ideologia no sentido de falsa ilusão sistemática da realidade, como Nildo Viana frisa ao apontar a explicação de ideologia em Marx e Engels. A abordagem “possui um processo analítico específico para o fenômeno definido pelo enfoque” (2017b, p. 9), logo, não se esboça uma reconstituição do objeto na forma de conceito (MARX, 2008) e sim um enquadramento interpretativo do objeto num determinado enfoque previamente adotado. Em análise das representações sociais (2015c) Viana explicou como se constituiu a abordagem das representações sociais, de caráter descritivista, semisistemática e relacionando mecanicamente o fenômeno estudado (na obra de Moscovici a relação entre a expansão da psicologia e as representações sociais sobre a mesma) com a ideia adotada, que no caso Nildo Viana demonstrou ter vínculo com a ideia durkheimiana de “representações coletivas”.

As abordagens não produziram novos elementos teóricos explicativos dos movimentos sociais, nem a Mobilização de Recursos, nem o Processo Político, nem a abordagem dos Novos Movimentos Sociais, sendo que as duas primeiras reproduzem o pressuposto da racionalidade econômica (GOHN, 1997) e a segunda o pressuposto identitário (ALONSO, 2009). Elas se prendem a enfoques analíticos e temáticos que são reducionistas, o que gera problemas na análise dos movimentos sociais ao direcionar unilateralmente o pensamento, o que não ocorre na concepção da Teoria dos Movimentos Sociais, por fundar-se na análise das múltiplas determinações dos movimentos sociais (seus conceitos complementares e suas ramificações) e na determinação fundamental do conceito de movimento social, ser a mobilização de um grupo social.

As outras abordagens constituem correntes de análises e se definem simplesmente pela tese fundamental que defendem: a Mobilização de Recursos, pelo acúmulo de recursos; Novos Movimentos sociais, pelo surgimento de um “novo sujeito social”. Esta simplificação gera a falta de um sistema explicativo, a ênfase temática na organização ou na identidade, o enquadramento interpretativo dos fenômenos estudados (seja uma manifestação, uma passeata, uma panfletagem, a construção de uma página na internet, ou uma campanha por alguma lei, organizações, grupos informais, encontros) geram problemas para estes enfoques.

Com a Mobilização de Recursos inicia-se a articulação de algumas novas ideias em torno do que seja um movimento social, bem como são criados alguns conceitos, processo que é continuado pela abordagem do Processo Político, bem como com a abordagem dos Novos Movimentos Sociais. O que percebemos é que a palavra movimento social foi pensada antes da existência do atual fenômeno que expressa este conceito, com base nas suas manifestações iniciais, sendo que a palavra foi sendo ressignificada ao longo da história por causa da ação concreta dos movimentos sociais, e não mais no sentido original como significado genérico de mudança ou de movimento dos trabalhadores⁶:

A abordagem é uma interpretação que reproduz os pontos centrais de uma ideia mais ampla em temas específicos através de um determinado enfoque, por exemplo, utilizar a ideia de Foucault sobre as relações de poder, que é uma ideia complexa e ampla, e enxergar poder em todas as épocas, formas de sociedade, fenômenos. Este procedimento é diferente da concepção, que se baseia numa formulação teórica e conceitual ampla e articulada com os pressupostos teóricos, assim, a concepção cria uma teoria específica para temas específicos, mas em relação e articulação com pressupostos teóricos. Abordagem institucionalista reproduz os pontos centrais do utilitarismo econômico na análise dos movimentos sociais, já a abordagem culturalista reproduz os pontos centrais do que se convencionou chamar de “pós-modernismo”, conjunto de ideias sobre a sociedade pós-capitalista, na análise dos movimentos sociais. Nesse sentido, a Teoria dos Movimentos Sociais parte dos pressupostos da Teoria do Materialismo Histórico e do Método Dialético, e avança na teoria inicial com novos elementos teóricos (conceitos, interpretação) resultado de novas análises de fenômenos específicos.

⁶Tilly e Wood (2010) não conseguiram captar a historicidade na formação dos movimentos sociais, na sua obra sobre os movimentos sociais de 1768 a 2008 ele reduz seus exemplos de movimentos sociais aos movimentos do

En un libro de 1850 titulado *Historia del movimiento social francés desde 1789 hasta la actualidad*, el sociólogo alemán Loren von Stein introdujo la expresión ‘movimiento social’ en los debates académicos sobre las luchas políticas del pueblo. En un primer momento, la expresión aludía a un proceso continuo y unitario en virtud de del cual el conjunto de la clase obrera cobrara conciencia de sí misma y fuerza (TILLY & WOOD, 2010, p. 25).

A ideia que adotamos é uma das existentes na história da Sociologia dos Movimentos Sociais, com o diferencial de se constituir enquanto teoria específica sobre os movimentos sociais, ou seja, é um todo explicativo, composto de diversos elementos e partindo de determinada perspectiva sobre a sociedade, a realidade e os seres humanos.

Quando a abordagem da Mobilização de Recursos surgiu o fenômeno social dos movimentos sociais já havia se consolidado. No começo do século XX, o movimento estudantil, o movimento feminino e o movimento pacifista deram seus primeiros passos na Europa e nos EUA, que foram freados pela dinâmica que se instaurou com a transição do regime de acumulação intensivo para o regime de acumulação conjugado, com as guerras mundiais e a reconstrução capitalista atrasaram o desenvolvimento dos movimentos sociais, que só em meados dos anos de 1950 voltam a avançar. A evolução nos meios de comunicação, a formação da opinião pública e das liberdades democráticas⁷, o sistema democrático, a explosão urbana e demográfica, são processos posteriores à consolidação do capitalismo e que possibilitam a constituição dos movimentos sociais.

Com a intensificação das marchas, petições, reuniões, artigos em jornais, produção acadêmica, ideias, representações diferentes movimentos sociais ganham atenção pública, nos meios de comunicação, e impactam nas relações políticas (a exemplo do movimento contra a Guerra do Vietnã, as mobilizações estudantis, o movimento negro, o movimento feminista, e outros). Para explicar o fenômeno surge a abordagem da Mobilização de Recursos nos primeiros anos da década de 1970.

Com o fenômeno consolidado, as ideias anteriores (frustração individual, privação material, e que muitas vezes se referiam a fenômenos que nem movimento social eram, como manifestações, passeatas, rebeliões populares) não tinham mais espaço. Segundo Gohn e Alonso a Mobilização de Recursos inverte a interpretação anterior, atribuindo racionalidade e organização ao fenômeno por elas abordados (entre os exemplos, Associação Nacional para o

século XIX (e quase todos são movimentos de classe) e da explosão dos movimentos na década de 1960 à atualidade, nada se fala sobre a primeira metade do século XX, quando diz é sobre um padre anticomunista, ou sobre a atuação do partido nazista incorporando organizações universitárias e comunitárias.

⁷ A relação dos movimentos sociais com a democracia é ambígua, ao mesmo tempo que requerem certas condições democráticas para seu surgimento, é nos regimes ditatoriais que crescem a mobilização de alguns grupos sociais, e por outro lado a democracia é capaz de integrar alguns movimentos nos seus “canais de participação”

Desenvolvimento de Pessoas Negras; União Americana de Liberdades Civis). O enquadramento interpretativo desta abordagem se funda na escolha racional, aspecto fundamental da chamada “economia marginal”; a interpretação Weberiana sobre a racionalização da sociedade; a sociologia das organizações e da burocracia; a referência na organização empresarial e na racionalidade capitalista, com o cálculo racional. Com esse enfoque analítico, para a abordagem da Mobilização de Recursos os motivos da ação coletiva é o cálculo racional entre benefícios e custos, a presença de recursos materiais, humanos e de organização (ALONSO, 2007).

Para a abordagem da Mobilização de Recursos, o ponto de partida e o ponto de chegada dos movimentos sociais são os recursos, eles geram a mobilização, e também são seus principais resultados. A distribuição de recursos ocorre através da ação racional e econômica dos indivíduos, sendo os movimentos sociais ações para alterar o acesso aos recursos. Dois de seus principais representantes, John McCarthy e Mayer Zald, nos dão a seguinte definição de movimentos sociais:

Um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade (MACCARTHY & ZALD, 2017, p. 8).

Os movimentos sociais são “estruturas de preferência voltadas para a mudança social” (MCCARTHY & ZALD, 2017, p. 8), marcando uma preocupação com o que ocorre nas margens do sistema político e não nas estruturas partidárias existentes, a MR focaliza nas organizações pré-existentes para compreender a distribuição da estrutura de preferencias, que é o conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta desejo pela mudança em alguns elementos da estrutura social ou na distribuição de recompensas. Além do movimento social e suas organizações, segundo McCarthy e Zald existe um contra-movimento social, que é um conjunto de crenças contra os movimentos sociais. Além da definição do conceito, a abordagem da Mobilização de Recursos trabalha com alguns outros conceitos próprios, como:

- Indústria de Movimentos Sociais: conjunto de organizações de um movimento social, que tem como objetivo a realização das mais amplas preferências de um movimento social; segundo McCarthy esse conceito ajuda na análise da dinâmica de um movimento social, porque este nunca está totalmente mobilizado, nem é representado por uma única organização, sendo possível conhecer a dinâmica das organizações em disputa pelos recursos. A IMS é análoga ao conceito de indústria na economia: conjunto de produtos relacionados por interdependência de demanda, ex: indústria do aço.

-Setor de Movimentos Sociais: é composto por todas as IMS em uma sociedade, independente do movimento social a que estão vinculados.

-Recursos: tudo que é legitimidade, dinheiro, instalações, trabalho, recursos humanos, comunicação.

-Público espectador, aderentes e não-aderentes: respectivamente são, testemunhas da atividade de um movimento social, não se opõem a ele; já os aderentes acreditam nos objetivos do movimento, e os constituintes fornecem os recursos.

-Carreira: quanto maior o setor dos movimentos sociais e maiores as indústrias específicas, mais provável é o desenvolvimento das carreiras dentro dos movimentos sociais. Uma carreira de movimento social é uma série de cargos de quadros profissionais e de quadros detidos por aderentes em várias organizações e/ou instituições de apoio.

A definição das organizações dos movimentos sociais é um distintivo desta abordagem, mesmo porque sua ênfase é sobre este tema: “uma organização formal ou complexa que identifica os seus objetivos com o de um movimento social e tenta implementá-los” (MCCARTHY & ZALD, 2017, p. 9) Cada organização tem seu conjunto de metas e um conjunto de preferências de mudanças.

A abordagem do Processo Político surge como desdobramento da Mobilização de Recursos (GOHN, 1997; ALONSO, 2009) na tentativa de incorporar o elemento cultural na sua abordagem. Charles Tilly e Lesley Wood, em uma das obras mais representativas da abordagem do Processo Político, definem movimento social como:

(1) campañas de reivindicaciones colectivas contra las autoridades afectadas; (2) un abanico de actuaciones para llevar a cabo esas reivindicaciones que incluyen a asociaciones con un fin específico, concentraciones públicas, declaraciones en los médios y manifestaciones; (3) manifestaciones públicas del valor, la unidad, el número y el compromiso de la causa. Doy a este constructo historicamente concreto el nombre de movimiento social (TILLY & WOOD, 2010, p. 28).

Ao incorporar os valores, a unidade, números e o comprometimento, Tilly busca trazer elementos culturais para a discussão do Processo Político, além de utilizar outros conceitos como repertório, oportunidades políticas, política contenciosa, etc. A abordagem do Processo Político critica a confusão que os analistas fazem entre o movimento social e suas redes e organizações:

Los analistas a menudo confunden la acción colectiva de un movimiento con las organizaciones y las redes que respaldan dicha acción, o incluso sostiene que las organizaciones y las redes conforman ese movimiento, identificando por ejemplo el movimiento ecologista con la gente, las redes interpersonales y las organizaciones de defensa del medio ambiente antes que con las campañas en las que todos ellos participan (TILLY & WOOD, 2010, p. 27).

Contudo, mesmo incorporando os elementos culturais, a ênfase da abordagem do Processo Político ainda recai nas instituições (reivindicações dirigidas a autoridades-alvo, empreendimentos reivindicativos, que é uma alusão ao modo da Mobilização de Recursos abordar as organizações), segundo Alonso, recai na “estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (ALONSO, 2009, p. 56).

Em que pese as abordagens da Mobilização de Recursos e do Processo Político terem incluídos ideias e crenças na definição de movimentos sociais, as duas abordagens não incluíram esses aspectos em suas análises, a primeira enfatizando as organizações dos movimentos sociais⁸, e a segunda, enfatizando a relação das organizações, através do repertório, com o Estado e suas instituições⁹.

Enquanto isso, na Europa o movimento social era visto sob a roupagem do movimento operário (ALONSO, 2009) até quando em meados da década de 1960 diferentes movimentos sociais aparecem e suscitam novas reflexões. A abordagem pela classe é aos poucos abandonada, durante a década de 1970, no mesmo processo em que a consolidação da ideologia do “pós-modernismo”¹⁰ gera uma virada no modo de enfatizar os temas e as análises no pensamento sociológico e, mais especificamente, nos enquadramentos interpretativos sobre os movimentos sociais.

A abordagem dos Novos Movimentos Sociais não pode ser considerada uma escola homogênea, mas a ideia central que reúne seus principais nomes é a ideia de que a sociedade ocidental passou por uma profunda transformação a partir da metade do século XX e que esta transformação gerou os novos movimentos sociais. Nas sociedades industriais, os movimentos dos trabalhadores foram o principal sujeito dos movimentos sociais, nas sociedades pós-industriais, os grupos marginais são a base social dos movimentos sociais.

⁸ Sobre a TMR Alonso diz: À cultura restou lugar residual. Não há conceito para descrevê-la (2009, p. 53).

⁹ Sobre a TPP Alonso diz: A TPP abre, portanto, mais espaço para a cultura na explicação da ação coletiva do que a TMR – *pero no mucho*. (2009, p. 58).

¹⁰ A abordagem pós-moderna, é uma ideologia, por ser sistemática, apesar de não ser original no conteúdo, sendo que resgata diferentes autores e ideias do século XIX. Esta abordagem deve ser chamada de pós-estruturalismo, que expressa melhor o modo de pensar dos seus adeptos. Apesar de não formar uma escola específica, existe um núcleo de ideias que são encontradas em alguns autores referências da área, que são largamente difundidos porque suas ideias contam com expressivo apoio institucional (universidades, centros de pesquisa, fundações, partidos, organismos internacionais, etc.) e financeiro. Pós-estruturalismo por se basear na crítica da totalidade, na negação das classes sociais e suposta existência de uma sociedade pós-industrial, a ênfase nos fenômenos culturais, e outras ideias subsidiárias. O enfoque temático e analítico gerado pela abordagem pós-moderna é na cultura e temas correlatos (identidade, sujeito, representações, etc.).

A mudança de “sujeito” expressa uma mudança óbvia na mobilização, nos temas e na formação da identidade, esta última base definidora, dos novos movimentos sociais. Para os objetivos de nossa análise, consideraremos aqui, que a mobilização da sociedade civil, os temas pós-materiais e a identidade do grupo como produtos dos movimentos sociais¹¹, para termos um ponto de referência com relação ao nosso modo de pensar.

Para Alain Touraine, um dos principais nomes desta abordagem, embora tenha iniciado suas análises sob a roupagem do movimento operário, a mobilização dos movimentos sociais é resultado da tentativa de persuadir a sociedade civil, não se organizam para combater o Estado, nem para conquista-lo, e sim criar pressão, através da ação direta, para a resolução dos problemas sociais (ALONSO, 2009). Para Alonso, Touraine diz que os movimentos sociais são portadores de um novo projeto cultural para a transformação da sociedade civil, que cresce no bojo de suas mobilizações. Já Jungern Habermas, analisa que os novos movimentos sociais são defensores de formas autogestionárias de mobilização, criando novos modelos participativos e “contrainstituições” fora da política institucional (ALONSO, 2009).

Com esta abordagem, surge a ideia das “demandas pós-materiais”, ou seja, reivindicações simbólicas, de qualidade de vida, que se diferenciam das reivindicações da “sociedade industrial”. Touraine é um dos principais elaboradores desses termos e da forma de pensar em que a sociedade Ocidental da virada do século XX para o XXI não é mais determinada pela dinâmica capitalista. Habermas diz que as demandas por “qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos” (ALONSO, 2009, p. 62) são uma luta contra a colonização burocrática e mercantil do mundo da vida. O simbólico e as boas relações marcam os temas dos movimentos sociais para esta abordagem.

A cultura é o ponto de partida e o ponto de chegada da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, e dentro da cultura, a defesa das identidades é ponto fundamental, é o desdobramento das motivações de ordem simbólica que geram a mobilização, tal como teorizou Melucci, o principal teórico da atuação da identidade nos movimentos sociais (GOHN, 1997; ALONSO, 2009). Também para Habermas a afirmação da identidade dos grupos se faz no contexto de defesa do mundo da vida.

A chamada Teoria dos Novos Movimentos Sociais padece do problema original de confundir movimentos sociais com movimentos de classe, o que já se evidencia pelo nome da

¹¹Esta abordagem não diferencia o movimento social e suas ramificações, geralmente aborda a organização e outras ramificações como sinônimo de movimento social, o que demonstra o limitado desdobramento analítico desta abordagem. Para os objetivos desta pesquisa, vamos considerar que a mobilização, o tema e a identidade são, para esta abordagem, produtos dos movimentos sociais, para fins de exposição do nosso pensamento.

abordagem, e, principalmente, por ser reducionista da cultura na análise dos movimentos sociais. Desta forma, em sentido estrito ela não é uma teoria, pois não representa uma totalidade de ideias articuladas, e sim remete a um pressuposto, no caso a cultura, e enquadra os fenômenos interpretados. Chamamos, pois de abordagem dos Novos Movimentos sociais.

Percebemos que os produtos visam a reforçar a existência dos movimentos sociais, daí seu caráter mobilizador e político. Com o avanço nas pesquisas e a consolidação das abordagens institucionalista e culturalista dos movimentos sociais aspectos da mobilização dos movimentos sociais foram compreendidos mas não o todo, isto deriva do fato de que as abordagens anteriores à Teoria dos Movimentos Sociais não desenvolveram um fundamento teórico articulado, analisaram o fenômeno dos movimentos sociais sem articulá-los a uma teoria mais ampla, daí os equívocos nas definições de movimento social com a confusão com outros fenômenos, tais como partidos, classe social, organização políticas, e inclusive sindicatos e partidos operários algumas vezes são classificados como movimentos sociais, além da análise valorativa e normativa sobre o que devem ser os movimentos sociais, são elementos que dificultam a compreensão deste fenômeno. A perspectiva histórica, totalizante, determinada pelas relações sociais compreende que os movimentos sociais produzem ação e consciência, ideias e experiência, que por sua vez também influenciam no desenvolvimento e na criação de movimentos sociais.

As ramificações dos movimentos sociais são resultados práticos, mas também a produção de ideias que buscam efetivar a mobilização. Os produtos do movimento social representam a mudança que ocorre no grupo social que passa a ter experiência e consciência da situação e dos objetivos grupais e que executam ações com regularidade para atingir os objetivos delimitados. Organizações, subgrupos, setores, debates públicos e reuniões, campanhas, manifestações de rua, produção de material de propaganda são derivações práticas do movimento social; ao passo que ideologias, representações, tendências, produção de ideias, autoctonia, dogmas, doutrinas, crenças, identidade, valores, são ideias produzidas pelos movimentos sociais.

Os produtos do movimento social podem ser gerados por ações coletivas ou compartilhadas. Alguns dos produtos dos movimentos sociais têm de necessariamente ser uma ação coletiva, tal como as organizações, as representações sociais no movimento social, as manifestações de rua, encontros, as tendências, os setores; já a produção e a propaganda de ideias podem ser ações compartilhadas, isto é, atividades executadas por uma só pessoa, mas voltada para o grupo.

No artigo *Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras* (2017), Nildo Viana refletiu sobre este aspecto dos movimentos sociais, suas organizações, e apresentou diferentes tipos de organizações, que podem variar quanto ao caráter formal ou informal, a homogeneidade ou pluralidade interna, e a forma organizacional burocrática ou autárquica. Assim, as organizações mobilizadoras podem ser organizadas sob um estatuto, sob divisão de funções, atuação regular, e se caracterizar como uma organização formal, ou se reunir esporadicamente, não ter estatutos e normas fixas, atribuição esporádica de funções, e ser uma organização informal; bem como pode ser marcada pela unidade interna das suas ideias, ou ser formada por ideias diferentes, mas não antagônicas, compartilhadas por seus membros; e as organizações mobilizadoras estão divididas entre as que estão organizadas através da divisão entre dirigentes e dirigidos, funções especializadas, manutenção da organização com um fim em si mesmo, e, por outro lado, organizações que não se baseiam na divisão entre dirigentes e dirigidos e não são subordinadas a uma organização burocrática, estas são as organizações autárquicas.

Para a abordagem dos Novos Movimentos Sociais a questão da identidade está na origem e no ponto de chegada dos movimentos sociais, eles se mobilizam em defesa da identidade, lutam através de suas identidades (GOHN, 1997) e formam projetos culturais (ALONSO, 2009). Para a Teoria dos Movimentos Sociais as produções culturais, as ideias, as crenças, as representações, a identificação, a constituição de valores são produtos dos movimentos sociais em forma de ideias e estão relacionados com o grupo social de base, com a situação específica, o tipo de insatisfação, com os objetivos o que remete para um conjunto de determinações históricas e sociais da expressão cultural dos movimentos sociais, partindo do grupo social e do conjunto de suas relações com a sociedade. Na Teoria dos Movimentos Sociais as ideias são analisadas a partir da totalidade e com base no conjunto das relações com a sociedade, pressupostos inexistentes nas outras abordagens.

Para a abordagem institucionalista da Mobilização de Recursos nascida nos EUA, a cultura não tem espaço (ALONSO, 2009), mas esta abordagem teve o mérito de diferenciar o movimento social de suas organizações, setores, indústrias, participantes, mobilização, o que contribui para a análise dos produtos práticos dos movimentos sociais, sobretudo, a análise das organizações. Para a abordagem da Mobilização de Recursos os movimentos sociais criam empresas (as organizações), carreiras, acumulam recursos (MCARTHY & ZELD, 2017), esta análise é correta, mas dependendo do movimento social as possibilidades são maiores ou menores, depende do contexto, das ideias que são hegemônicas no movimento, depende das organizações existentes, etc. A análise das organizações dos movimentos sociais pode ser feita de forma mais

complexa com base na Teoria dos Movimentos Sociais, derivado da perspectiva totalizante e do método histórico e dialético, elementos que faltam às outras abordagens, que não são possuem um sistema explicativo complexo como a Teoria dos Movimentos Sociais e, por consequência, são reducionistas, institucionalistas ou culturalistas, na análise dos movimentos sociais.

Os produtos dos movimentos sociais derivam destes e trazem consigo aspectos que os vinculam, tal como o grupo de base, a insatisfação, o senso de pertencimento, o objetivo, as ideias existentes. As organizações mobilizadoras são mobilizações para efetivar a mobilização (VIANA, 2016a; 2017) do grupo social. As organizações são um dos produtos mais visíveis dos movimentos sociais e um dos produtos mais estruturados e complexos, daí que quase a totalidade dos estudos sobre movimento social têm como foco uma organização, geralmente, abordada como se fosse sinônimo de todo o movimento social do grupo. É relativamente mais fácil estudar a organização mobilizadora, tendo em vista que esta deixa registro de suas atividades e ideias, da mesma forma como é mais difícil estudar manifestações, ocupações, campanhas quando não se está presente aos acontecimentos e não se tem fonte informativa.

A organização mobilizadora produz ações, experiências, atividades práticas no sentido geral, e também produz ideias através de textos, análises, manifestos, panfletos, elaboração dos objetivos. Ao concentrar diversos tipos de produtos dos movimentos sociais, as organizações mobilizadoras são uma rica fonte de estudos sobre os mesmos, pois através das atividades e ideias podemos conhecer o grupo mobilizado, a insatisfação e reivindicações, as ideias mobilizadas, a forma de atuação, que se materializam na organização. Como a relação dos movimentos sociais com suas ramificações é complexa, mais ainda se tratando das organizações mobilizadoras, o estudo de caso é importante porque revela a dinâmica do vínculo das organizações com o movimento social de origem.

Assim, como tipos diferentes de organização podem representar um mesmo movimento social, o estudo de caso das organizações pode revelar em como cada caso concreto uma organização está estruturada e se desenvolve, bem como esclarece sobre tendências e setores dentro do movimento social específico. Tendências são orientações políticas que existem dentro dos movimentos sociais, não são exclusivas a eles (sendo observado em partidos e outras associações), e são encontradas nas organizações, ideias e práticas que expressam determinadas orientações políticas que circulam dentro de um movimento social. Para Nildo Viana (2016) as tendências são

Orientações políticas sob a forma de ideologia, doutrina, teoria, utopia, representações cotidianas, etc. Se essas tendências geram organizações ou se tornam organizadas, então

podem expressar a posição de movimentos políticos dentro do movimento social. Assim, no interior dos movimentos sociais podem surgir uma tendência organizada ou uma organização homogênea (pois não sendo homogêneo não constitui tendência) que manifesta determinados movimentos políticos, blocos ou classes sociais (VIANA, 2016a, p. 44-45).

A constituição de uma tendência dentro de um movimento social expressa um desenvolvimento ulterior do mesmo, gerando desdobramentos que expressam ideias distintas, subgrupos, novas organizações, conflitos internos. Outro aspecto é que as tendências manifestam interesses externos ao movimento social com a presença de movimentos políticos, blocos ou classes sociais atuando em parte do movimento social. Assim como o grupo social é diferente do movimento social, e estes não podem ser confundidos com os seus produtos, também os produtos de um mesmo movimento social podem ter conteúdos políticos distintos, como por exemplo, ambientalistas que se dividem entre a reivindicação de legislação mais punitiva e outros que relacionam a conservação da natureza e o fim do capitalismo, ou a divisão entre as reivindicações por cotas, cargos, ou outras vantagens competitivas e o objetivo de transformar todas as relações sociais, que divide setores do movimento negro, feminino, estudantil, sexual, assim, em cada produto de um movimento social é possível encontrar uma certa orientação das ideias.

As organizações mobilizadoras trazem as marcas dos seus criadores, expressam experiências e ideias que circulam nessa forma de ação coletiva. A organização mobilizadora expressa parte das ideias de um movimento social específico, manifesta a tendência a determinadas ideias e oposição a outras que circulam no próprio movimento social, revelando por vezes subgrupos. Por outro lado, as ideias podem gerar novas organizações e gerar outras formas de mobilização, a exemplo do movimento estudantil que já produziu mobilizações guerrilheiras, parlamentárias, ou de auto-organização.

As organizações mobilizadoras têm um significado político que se expressa nas relações internas, que podem ser autárquicas ou burocráticas, formais ou informais, plurais ou homogêneas (VIANA, 2017a). Como ação coletiva, a organização mobilizadora é uma forma de sociabilidade entre os membros da organização, criando vínculos de solidariedade, divisão de tarefas, responsabilidade, participação. Os vínculos entre os membros da organização mobilizadora e o vínculo do membro à organização explicam as relações internas. Já o senso de pertencimento é a forma como os indivíduos se percebem fazendo parte de um grupo social específico, de um movimento social ou de uma organização mobilizadora, é a forma como ele reconhece que sua insatisfação não é individual, é derivada da situação do grupo à qual ele pertence. O senso de pertencimento e a sociabilidade nas organizações são geradas pela

mobilização de uma parcela do grupo social e assim expressam características do grupo social e do seu movimento social.

A posição da abordagem da Mobilização de Recursos sobre as organizações mobilizadoras é válida em parte, pois nem todas as organizações entram na dinâmica empresarial, e não se pode reduzir os movimentos sociais à captação de recursos, a realidade é complexa e cabe à teoria analisar o caso concreto através dos recursos teóricos e conceituais. A dinâmica da burocratização e mercantilização está presente nas organizações, maior crescimento é sinônimo de maior integração, mas para ter sucesso precisa crescer. O estudo de caso e a comparação ajudam a revelar como uma organização manifesta essas contradições.

As organizações mobilizadoras estão vinculadas a um determinado movimento social, e a análise da primeira abre novas questões no estudo dos movimentos sociais. A questão fundamental a saber é: como a organização mobilizadora expressa o vínculo ao movimento social? A análise do grupo social de base, a situação específica, a insatisfação social, o senso de pertencimento, o objetivo, a forma de organização e a forma de mobilização são critérios para análise desse vínculo. Por meio destes critérios analisamos as experiências e ideias surgidas das organizações mobilizadoras Movimento Passe Livre (MPL) da cidade de São Paulo, no Brasil, e Jovens em Resistência Alternativa, da Cidade do México, capital do México. As questões que levantamos nessa pesquisa são mais satisfatoriamente respondidas com base na Teoria dos Movimentos Sociais.

A mobilização é um tipo de ação que é voltada para o coletivo, e nesse sentido ela se aproxima da política. A mobilização é uma ação grupal, ou seja, é uma ação em grupo, isto porque a mobilização é feita pelo indivíduo e/ou indivíduos e para os demais indivíduos do grupo ao mesmo tempo, e mesmo que uma mobilização seja para atender um pedido de ajuda individual, ela só ocorre porque é voltada para um conjunto de pessoas, mais ou menos amplo dependendo do grupo, por isso a mobilização jamais pode ser do plano do indivíduo em si, para ele próprio, pois o que é mobilizado é o grupo e o indivíduo como partícipe do grupo, assim, a política e a mobilização se confundem no ponto em que ambas são ações realizadas tendo em vista a coletividade e não a individualidade. O que diferencia política e mobilização é que a primeira é resultado direto da luta de classes, e a mobilização é gerada pelos movimentos sociais.

A mobilização dos movimentos sociais é diferente da luta de classes, fato confundido por muitos (FORACCHI, 1977; TOURAINE, 1977; SINGER & BRANT, 1981). Restam semelhanças, mas no fundamental são diferentes. A diferença fundamental é que a luta de classes é uma relação entre classes sociais, e a mobilização é a ação coletiva ou compartilhada

de um grupo social (VIANA, 2016a). Os grupos não estão em relação uns com os outros, como necessariamente estão as classes sociais, eles têm sua existência derivada de relações sociais específicas originadas na esfera da sociedade civil, nas relações privadas entre os indivíduos, que não derivam diretamente da divisão social do trabalho, tal como as classes sociais (VIANA, 2016a).

Os aspectos em comum que formam um grupo têm origem biológica, situacional e cultural, ao passo que a classe social é formada histórica e socialmente, diferente dos grupos biológicos, está em relação com outras classes devido a divisão do trabalho, o que gera um modo de vida comum, com interesses comuns e uma luta comum contra outras classes. O que nem sempre ocorre nos movimentos sociais, pois estes podem ser policlassistas ou monoclassistas, das classes privilegiadas ou desprivilegiadas, podem não efetivar mobilização, nem sempre têm interesses em comum, geralmente não compartilham o mesmo modo de vida, com exceção dos estudantes e dos grupos monoclassistas (VIANA, 2016c).

A política pura, isolada da sociedade não existe, senão como relação que expressa a luta de classes. Consideramos aqui política no seu sentido mais amplo, independentemente de suas manifestações concretas, portanto, com o significado mais abstrato de política. Como categoria abstrata e genérica, a política é, na nossa perspectiva, a expressão da luta de classes:

A dominação de classe é econômica, política e cultural – em outras palavras tem muitas facetas diferentes e relacionadas; e a luta contra ela é igualmente variada e complexa. A política pode ser a expressão específica dessa luta, mas, como observei no capítulo anterior, está de fato implicada em todas as suas manifestações. A dominação de classe jamais pode ser puramente ‘econômica’ ou ‘puramente ‘cultural’’: deve ter sempre um forte e dominante conteúdo ‘político’, pois o direito é a forma cristalizada que a política assume ao dar a necessária sanção e legitimação a todas as formas de dominação. Nesse sentido, a ‘política’ sanciona o que é ‘lícito’, e, portanto, ‘permite’ as relações entre membros de classes diferentes e conflituosas, dentro e fora de suas ‘relações de produção’ (MILIBAND, 1979, p. 24).

Como objeto concreto, a política ganha forma nas relações políticas estabelecidas dentro de uma sociedade de classes, assim, toda relação e conflito derivado da luta de classes é política. As relações estabelecidas entre as classes são legitimadas pela política, que estabelece o que pode ser feito para solucionar o conflito. As relações de produção, que sendo entre classes são conflituosas, determinam a vida social, jurídica, política, intelectual, etc. (MARX, 1985). A luta de classes se manifesta de forma política, toda relação que é marcada por uma situação de classe, pelo conflito e antagonismo é relação política. Apesar de suas manifestações complexas no passado, tal como o teocentrismo, imperialismo, a democracia, a monarquia, o conselho de anciões, o senado, a gerúsia, os sistemas filosóficos, a literatura utópica, as revoltas dos escravos, as manifestações plebeias, as rebeldias dos servos, etc., as relações políticas enquanto

manifestação da luta de classes assumem a forma mais complexa de sua existência na sociedade capitalista.

Na sociedade moderna, o termo política foi reduzido às atividades do Estado:

Na época moderna o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como 'ciência do Estado', 'filosofia política', etc., passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a polis, ou seja, o Estado (BOBBIO, 2002, p. 954).

Também para o pensamento sociológico a política se define em termos de Estado, tal como defende Max Weber:

assim a política significará, para nós, a aspiração (Streben) a participar no poder ou influir na distribuição do poder entre os diversos estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de homens que o compõem (WEBER, 1979, p. 9).

Enquanto sua origem referia-se a todas as atividades que mantinham relação com a cidade, com a polis, e era quase que sinônimo do que fosse sociável ou social (BOBBIO, 2002). No nosso modo de pensar, categorias simples, como a política, existem em todas as sociedades humanas baseadas em classes sociais, o que varia imensamente é sua forma de manifestação concreta. A política se manifesta no Estado, mas não se reduz a ele, devido a existência de relações políticas mais amplas, da luta de classes e do pensamento político que manifestam os conflitos existentes na sociedade de classes, assim, a luta de classes é a determinante da política e de suas manifestações, as relações políticas.

A política é uma forma de manifestação das relações sociais, as relações políticas são relações de classe, e sua manifestação mais desenvolvida ocorre na sociedade moderna, em que pese as mais diferentes formas de sua manifestação ao longo da história. As relações políticas enquanto manifestação da luta de classes assumem a forma mais complexa de sua existência na sociedade capitalista, e é nesta sociedade que localizamos a mobilização dos movimentos sociais. A mobilização é um tipo de relação política que exige uma série de pressupostos históricos e sociais para que exista, o que não tornava possível a emergência dos movimentos sociais em outras épocas históricas, como na Antiguidade, no Feudalismo ou nos povos pré-colombianos. A ampliação dos grupos sociais, a complexificação da divisão do trabalho, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a formação da opinião pública, as políticas estatais, o desenvolvimento capitalista em geral, complexificação e fragmentação das relações sociais, etc., são pressupostos para a mobilização e a dinâmica política que esta assume.

As relações políticas manifestam a luta específica das classes sociais. Por sua vez, a mobilização expressa a luta específica dos grupos sociais. Contudo, a mobilização dos

movimentos sociais assume um significado político porque a política entra nos movimentos sociais através da composição social dos grupos sociais que são a base dos movimentos sociais e da hegemonia de uma classe social dentro do movimento social (VIANA, 2016a), sendo geralmente essa hegemonia burguesa.

As relações políticas derivadas da luta de classes se manifestam nos movimentos sociais sob vários aspectos, sendo os principais, a relação com o Estado e suas instituições, os interesses de classe dentro dos movimentos, a forma de organização e mobilização, as reivindicações, e a política como pensamento político, ou seja, as ideias que circulam dentro de determinado movimento social.

A dinâmica que ocorre na relação política, entre as classes, ocorre na mobilização, os membros do grupo social passam a se perceber como pertencentes a um grupo de insatisfeitos com determinada situação. Só que a questão não é uma luta entre grupos, mas sim o reconhecimento da mobilização como busca de solucionar a situação grupal, e dependendo do movimento a transformação social mais ampla.

O significado político da mobilização dos movimentos sociais é derivado da composição de classe e da hegemonia de classe que interferem no desenvolvimento dos movimentos sociais, bem como estes criam relações políticas, e a mobilização é a principal relação política surgida dos movimentos sociais, sendo que a mobilização ocorre através de ações, organizações e de ideias que expressam os objetivos específicos do grupo em movimento.

Nesse sentido, toda mobilização é política, quer seja porque ela é afetada pelo desenvolvimento da luta de classes e também porque passa a interferir nesse desenvolvimento, seja porque a mobilização é uma forma de relação política e que também adota ou elabora pensamentos políticos. A mobilização tem um significado político que é perpassado pelas relações políticas (luta de classes, relação com o Estado, pensamento político, composição de classe, etc.) que envolvem os grupos sociais.

A mobilização se dá através de ideias e de ações práticas que têm um significado político e se expressam nas três variantes de movimentos sociais, os movimentos sociais conservadores, reformistas e revolucionários (VIANA, 2016a). A composição social e o pertencimento de classe do grupo de base são fundamentais para a análise da emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais, podendo ser de composição das classes privilegiadas ou desprivilegiadas, policlassistas ou monoclassistas. Além da composição, a hegemonia, que expressa as ideias e valores “vigentes no interior de um grupo em fusão” (VIANA, 2016a, p. 57), atua na formação dos objetivos, da forma de mobilização, do tipo de insatisfação, do senso de pertencimento, existentes em determinado movimento social. A análise dos movimentos sociais tem de

considerar a luta de classes, eles são derivados dela, e estão perpassados pela luta de classes, e interferem na luta de classes, mas, ao mesmo tempo, são fenômenos distintos.

Os movimentos sociais têm um conteúdo político que se expressa nos produtos de sua mobilização, as ramificações dos movimentos sociais, assim, os produtos dos movimentos sociais se revestem de um significado político.

1.2 A condição juvenil: ressocialização, escola e trabalho.

Os movimentos sociais possuem uma unidade que delimita elementos comuns e possuem uma diversidade muito grande que se expressa em cada movimento social específico. Unidade é porque todo movimento social é movimento de grupo social, a especificidade é que cada movimento social específico é movimento de um grupo social específico; daí que a análise de um movimento social deve começar pelas condições específicas de cada grupo social, pois é numa situação social e determinada insatisfação social que criam as precondições para o senso de pertencimento, mobilização e objetivos específicos que se formulam e circulam no movimento social e nas suas ramificações.

A juventude é um grupo social heterogêneo, ou seja, não é uniforme, contudo, existem aspectos universais e específicos que podem ser destacados sobre a juventude. O aspecto universal é que ela abarca todos os indivíduos que estão em processo de ressocialização (VIANA, 2015a). Saindo do aspecto universal, a juventude pode se distinguir, entre outras possibilidades, em juventude rural, urbana, estudantil, trabalhadora, lumpemproletária, burguesa, pequeno-burguesa, etc. Essa heterogeneidade é derivada de elementos como as classes sociais, a região, o grupo social, tradições culturais, etc. Os membros do MPL-SP e do JRA são quase todos jovens estudantes¹² e é, portanto, este grupo social que nos interessa nesta pesquisa.

Na sociedade moderna capitalista, estudante e juventude são duas situações sociais próximas, que quase sempre se correspondem mutuamente, pois abstraindo das condições concretas, o ideal é que o indivíduo prossiga continuamente os estudos até finalizar a preparação para as relações de trabalho. Por sua vez, o fenômeno social da juventude remete a outras realidades, entre as quais, a questão das fases da vida. Escola, trabalho, fases da vida podem ser

¹² Segundo a Teoria dos Movimentos Sociais indivíduos podem participar de movimentos sociais sem serem do grupo social de base do movimento, estes são os chamados alóctones, indivíduos que participam porque se identificam com a causa do movimento social, consideram-na justa, são solidários com ela. No caso dos movimentos juvenis e estudantis os alóctones geralmente são os adultos, ou jovens que não estudam e se identificam com a causa, no caso do apoio ao movimento estudantil. No caso do MPL-SP e do JRA identificamos poucos alóctones, no MPL-SP tinha um professor entre seus membros, e do JRA, além de professores, uma militante com idade de 53 anos.

alguns dos fenômenos imediatos à realidade da situação juvenil. Diversos outros poderiam ser levantados. Esta questão demonstra que só nos é possível compreender a questão da situação social do jovem estudante relacionando-a com um conjunto de determinações históricas e sociais, pois o jovem estudante é produto de relações sociais, e estas são constituídas ao longo da história. A realidade social produz o jovem estudante, logo, o jovem estudante e sua situação somente podem ser um momento da própria realidade social.

Segundo o sociólogo brasileiro Luís Groppo, especialista em sociologia da juventude, ao longo do século XX e das últimas décadas foram elaborados três modelos sociológicos de interpretação da juventude. Os dois primeiros estavam baseados na ideia de integração social e de moratória social:

O primeiro, o funcionalista, assentava-se no paradigma da integração social e em categorias explicativas como função e disfunção social. Neste, as rebeldias juvenis eram (e são) tidas como “disfunções”, sendo a rebeldia mais característica da “delinquência”. O segundo, o modelo da moratória social, assentava-se em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o “radicalismo” (GROPPO, 2011, p. 11-12).

Por sua vez, o último modelo sociológico elaborado, surgido nas últimas décadas do século XX, assentasse não mais na perspectiva da ressocialização, mas sim na de ideia de identidade cultural, de “estilo de vida”, que não é propriamente temporário, pois busca-se tornar referência para definir o que é juventude. Neste último modelo destaca-se “a ideia de que as categorias etárias se tornam cada vez mais ‘estilos de vida’. A juventude torna-se uma parte da vida humana que constitui uma identidade cultural própria, muito mais que uma ‘fase’ passageira” (GROPPO, 2011, p. 13). A juventude não é mais a preparação para o mundo adulto, mas sim uma identidade um “estilo de vida em si mesmo”, interpretado como “subcultura juvenil”, que produz “diversidade sociocultural”.

Este último “modelo sociológico”, que podemos chamar de “culturalista” poderia ter contribuído na análise da juventude sob o aspecto cultural revelando aspectos da dinâmica cultural na juventude. No entanto, por se reduzir à cultura, este modelo mais reproduziu ideias hegemônicas no capitalismo contemporâneo, que iremos ver com mais detalhes no segundo capítulo, do que explicou efetivamente este aspecto. De nossa perspectiva, acreditamos que existem múltiplas determinações que geram a juventude como produto da sociedade capitalista, a determinação fundamental é que juventude significa processo de ressocialização, de preparação para o “mundo adulto”, com suas responsabilidades sociais e posição na divisão social do trabalho. Sobre a dinâmica cultural, iremos considerar que a juventude, tal como os demais setores da sociedade, está sob a hegemonia cultural do capitalismo da era da acumulação

integral, o que apresentaremos no segundo capítulo. Além desta hegemonia, iremos explicar a produção cultural específica das organizações que pesquisamos.

Não é possível compreender a situação estudantil sem remeter à questão de que quase todos os estudantes também são jovens, por outro lado, nem todos os jovens são estudantes, daí a necessidade de compreensão do que é específico em cada grupo. Por jovem compreendemos o indivíduo que está em processo de ressocialização devido à sua faixa etária, assim, a constituição do grupo juvenil tem um componente biológico, pois só se é jovem por certo período de tempo, mas que é inserido dentro de determinadas relações sociais. A juventude é um conjunto de relações sociais que o jovem moderno é inserido e inicia-se com a família e vai sendo ampliada em outras relações, como a escolar, relações com as instituições da sociedade (que variam de acordo com a classe social do jovem, geralmente os jovens das classes desprivilegiadas estão sob forte controle policial e os jovens das classes privilegiadas estão inseridos nas instituições de formação escolar, profissional, ou cultural), nas associações privadas profissionais e de formação cultural, na assimilação de ideias e comportamentos transmitidos pelos dos meios de comunicação. A socialização e a ressocialização são processos sociais que envolvem os indivíduos para a aprendizagem de comportamentos, de ideias e de habilidades aceitos socialmente.

A socialização inicia, geralmente, no âmbito familiar. Para os objetivos de nossa reflexão vamos considerar as relações familiares sob dois aspectos, sendo um a socialização primária e, o outro, a família como mecanismo de pertencimento de classe. Depois da família, que atua na socialização primária, a escola vai atuar como instituição ressocializadora, isto é, a socialização secundária, mas deixaremos sua análise para o tópico seguinte. A socialização é a forma de preparar o indivíduo para a vida em sociedade, processo em que as relações sociais são introjetadas, delimitando os comportamentos e ideias,

A função de socialização pode ser resumida como o desenvolvimento dos comprometimentos e capacidades do indivíduo, que são pré-requisitos fundamentais de seu futuro desempenho de papéis (PARSONS, 1980, p. 220).

E tal como analisado por diversos pesquisadores o processo de socialização é dirigido pelos adultos. Segundo Berger:

O caráter absoluto com que os padrões sociais atingem a criança resulta de dois fatos bastante simples: o grande poder que os adultos exerce numa situação como aquela em que se encontra a criança e a ignorância desta sobre a existência de padrões alternativos (BERGER, 1978. p. 205).

Segundo as análises sociológicas, a alimentação, necessidades fisiológicas, proteção, sentimentos, a linguagem, o pensamento, a reflexão, se formam nas relações sociais que surgem desde o nascimento, o que leva a criança a aprender a desempenhar o papel do outro através da interação e da identificação:

o que a mãe transmite ao filho, não é apenas uma série de atitudes, mas sim um padrão geral de conduta que pode ser designado como o papel de mãe. A criança aprende não só a tomar atitudes específicas, mas a assumir os respectivos papéis. O brincar representa uma parte muito importante desse aprendizado. Não há quem não tenha visto uma criança que brinca de pai, irmão ou irmão mais velho e, mais tarde, de policial, de 'cowboy' ou de índio. A importância desse tipo de brincadeira não resulta somente dos papéis específicos que envolve, mas do fato de que ensina a criança a desempenhar qualquer papel. Pouco importa, portanto, que a criança jamais venha a ser um 'cowboy' ou um índio. Ao desempenhar estes papéis aprende, antes de mais nada, a seguir um padrão de conduta reiterada. O que importa não é tornar-se um índio, mas aprender como desempenhar um papel (BERGER & BERGER, 1978, p. 207).

Tal relação com o outro não se restringe à mãe, mas está no âmbito dos familiares, amigos da família e, aos poucos, a criança vai conhecendo outras pessoas mais distantes, ampliando as suas relações, indo do contato imediato com o "outro significativo", as pessoas da família, para o outro generalizado, distante, parentes, vizinhos, associações dos pais, etc. (BERGER & BERGER, 1978). Nos primeiros anos de vida, a socialização consolida a introjeção de normas, comportamentos e ideias que atuam na formação da consciência, a partir dos comandos e proibições da sociedade. Assim, a socialização primária é "o meio pelo qual a criança se torna participante da sociedade" (BERGER, & BERGER, 1978, p. 213).

O núcleo familiar é então uma das principais instituições do primeiro período de socialização dos novos indivíduos. Fase esta chamada por alguns estudiosos de socialização primária (VIANA, 2015a). A socialização primária também pode ocorrer em abrigos, internatos para crianças sem família, nas ruas, ou pelos cuidados de empregados domésticos, tutores, internatos para educação de elite, etc. A primeira fase ocorre preferencialmente na família, mas pode se dar sob outras condições. Na socialização primária se aprende as normas básicas de comportamento (distinção de sexo, autoridade, rotina, etc.), os elementos mais universais de uma cultura (por exemplo o idioma, religião, gosto alimentar), que ficam sob direção do responsável pelo novo ser humano.

A socialização é a primeira infância, preparando o indivíduo com os elementos mais universais para ser membro da sociedade (BERGER & BERGER, 1978). Por sua vez, a ressocialização ocorre na juventude, e prepara o jovem para ingresso no "mundo adulto" (VIANA, 2015a). A preparação do jovem para o mundo adulto visa a conformar este para as relações sociais mais amplas. O poder dos adultos sobre os jovens se torna mais complexo e

não abrange somente as relações familiares, mas também as relações na escola, com as autoridades públicas, com as instituições médicas. Segundo Bourdieu, a juventude é uma criação da sociedade que também divide o poder considerando critérios etários (1983), daí Bourdieu afirmar que a juventude ser “apenas uma palavra” quando não relacionada com o caso concreto onde se desenvolve a juventude.

Já a chamada ressocialização, ou socialização secundária, é uma expansão das relações sociais do jovem para além do ambiente familiar, sendo que, na sociedade moderna, a escola é a principal instituição ressocializadora. O jovem é ressocializado para “poder entrar no mundo adulto” (VIANA, 2015a, p. 60), o que significa desenvolver habilidades que serão incorporadas na divisão social do trabalho, daí que a juventude na sociedade capitalista tenha um forte vínculo com a educação e o trabalho, na medida em que a primeira prepara para o segundo (VIANA, 2015a).

A ressocialização são as relações sociais que inserem a juventude no processo de aprendizado do modo de vida no “mundo adulto”:

À medida que a pessoa se torna adulta vai sendo preparada para o desempenho de papéis sociais condizentes com o status quo. Esse é um dos pólos de atuação do sistema doméstico, da escola, do clube, etc. O processo de socialização que envolve a pessoa é um fenômeno contínuo e atuante, e é estruturado segundo as exigências da sociedade presente. Por isso, o indivíduo muitas vezes é paulatinamente levado a justar-se aos padrões e normas vigentes, desenvolvendo atitudes e opiniões políticas adequadas às necessidades da sua nova situação. A mobilidade social e o funcionamento dos mecanismos de controle social, particularmente os de repressão drástica e sistemática da atuação revolucionária, produzem a reorganização do comportamento humano em outras bases orientando-o para ideais consentâneos com a configuração presente da sociedade (...) A sua transformação num profissional qualificado, o casamento, a sua adoção em associação de classe ou clube, em partido conservador etc. são outros tantos fatores operando no sentido de completar a fase de elaboração de uma personalidade ajustada às exigências da sociedade atual (IANNI, 1968, p. 239).

Só que este processo não ocorre de forma similar para todos os jovens, o processo de ressocialização ocorre de forma diferente para os jovens das diferentes classes sociais:

“Para Ares Pons “El problema juvenil es fundamentalmente un problema de clase media y sectores adyacentes. Entre los obreiros la etapa juvenil es más corta y menos típica. Salvo en situaciones especiales (por ejemplo, la crisis de desocupación) pasan de la adolescência a la madurez con escasa transición”. Esto introduce lo que más adelante será el concepto de “moratoria social”: la idea de que la juventud constituye el período transición más o menos extendido previo a la inserción social definida básicamente como instalación de una familia e inserción en el mundo del trabajo (Asunción de roles adultos)” (ROMERO & MOREIRA, 2010, p. 148).

Para atingir o objetivo da ressocialização, preparar para o trabalho e para as atribuições sociais, as relações sociais que o jovem se encontra são repressivas e coercitivas. Os processos

repressivos, visam a impedir a manifestação das potencialidades da juventude, e a coerção, afirma determinados padrões de comportamento e valores dominantes que devem ser assumidos pela juventude (tais como a individualidade, competição, sucesso financeiro, etc.). Ressocialização repressiva é o conjunto das relações sociais nas quais os jovens, ao serem constrangidos pelo processo de imputação de responsabilidades sociais (ter um emprego, ajudar na renda da família, casar, ter que cuidar de filho/a, estudar) estão submetidos a um conjunto de ações que impedem a manifestação de algo (experiências sexuais, comportamentos, ideias). Já a ressocialização coercitiva se dá quando a referida dinâmica social é pautada num conjunto de ações que por sua vez constrangem a manifestação de algum comportamento, de algum valor, de determinada ideia. Ou seja, a repressão possui caráter proibitivo, ao passo que a coerção possui caráter afirmativo.

A criança e o jovem formam-se nesse processo, sua identidade é definida pelo “outro” que é adulto, a juventude se identifica a partir de diferença com o adulto (VIANA, 2015a). A juventude não é somente ressocialização concreta, é também a formação de consciência sobre o que é ser jovem, formação de identidade de jovem, entretanto, esta identificação se forma, inicialmente, a partir da imagem produzida pelo adulto. Como o processo de ressocialização é repressivo e coercitivo, também a identidade que o jovem tem de si é constituída de forma repressiva e coercitiva. Segundo Viana, de quem utilizamos o conceito de juventude, a identificação da juventude ocorre sob um processo de opressão:

Assim, a relação entre opressor e oprimido é a relação do Um com o outro e por isso o oprimido se torna o Outro do Outro, isto é, cria sua identidade a partir do outro. No caso específico da juventude, ela é constituída num conjunto de relações sociais instituídas pelos adultos e ganham sua posição social específica devido à ação destes últimos. Para ter esta posição específica e para assumir o papel de adulto posteriormente o jovem é oprimido e controlado em várias instituições (família, escola. Etc.). No entanto, além destas relações sociais concretas existe a esfera da consciência, onde se coloca a questão de identidade, da autoimagem, e de seu processo de formação. O mundo adulto não só impõe um processo de ressocialização, que é a base unificadora e social da juventude, como também uma imagem da juventude, que será o ponto de partida para a criação da autoimagem por parte desta (VIANA, 2015a, p. 29).

Na constituição da imagem social da juventude atuam as ciências modernas (sobretudo a psicologia, pedagogia), o Estado, regulando o acesso ao trabalho, com políticas públicas de educação, direitos de participação no processo político (votar, ser votado, participar de uma organização), e controle de outras responsabilidades sociais (tais como o casamento, heranças, contratos privados, etc.), a influência dos meios de comunicação (VIANA, 2015a). Nessa imagem inicial, o jovem é um “ser em formação”, “incompleto”, “transitório” e que “deve

chegar ao modelo ideal”, ao modelo ideal de adulto, ao “adulto-padrão” que estará totalmente integrado na sociedade.

É nesse contexto que a juventude cria sua autoimagem, o que gera uma identidade ambígua, inicialmente formada pelo adulto, mas num segundo momento, através da contestação, da crítica, a identidade juvenil também passa a produzir sua autoimagem, que em parte incorpora a identificação com o que é rebelde, com o que é transformador:

Assim, a autoimagem da juventude é marcada pela ambiguidade derivada de sua posição social e projeto de vida. A juventude cria sua autoimagem através da influência das pressões sociais (ciências modernas, meios oligopolistas de comunicação, Estado, família, representações cotidianas, etc.), mas parte da juventude recusa esta produção externa de identidade e assim se lança à contestação, criando uma identidade diferenciada fundada na rebeldia, na irreverência. No entanto, a juventude carrega, em ambos os casos, com maior ou menor grau, esta ambiguidade na sua própria identidade (VIANA, 2015a, p. 33).

Cada dia é um aprendizado, só que mesmo quando sutil não é fácil e o caráter repressivo e coercitivo torna o processo difícil para os indivíduos, que de diferentes classes encontram problemas na ressocialização: privação material, descontentamento com a sociedade, conflito com as normas e ordem estabelecida, ideias políticas, religiosas, culturais, comportamentais, os padrões sociais, a influência dos meios de comunicação, tudo isso torna conflituoso esse aprendizado. Assim a família é a responsável pela inserção inicial do indivíduo. Por outro lado, a escola, o trabalho, as relações de amizade, e outras instituições inserem os indivíduos em relações sociais mais amplas¹³.

Um último aspecto que destacamos em relação à juventude diz respeito à questão da uniformização geracional que se forma e passa a englobar os jovens compartilhando “relações sociais, experiências históricas semelhantes, incluindo a cultura de uma determinada época” (VIANA, 2015a, p. 45). Viana distingue entre “geração etária”, que em cada época é marcada pela coexistência de quatro unidades de geração (criança, jovem, adulto, idoso) e “geração uniformizada” que se caracteriza por compartilhar experiências históricas e as ideias e comportamentos de uma determinada época. Assim, épocas de mudança social tendem a criar um determinado tipo de geração uniformizada, padronizada conforme as tendências gerais da época, e que se impõe pela força da hegemonia da geração mais velha. Assim, as “gerações

¹³ Diversas instituições atuam na formação da juventude. A escola é a mais violenta e influente destas, estando presente desde o período da infância e permanece por mais ou menos tempo, de acordo com a classe e o processo histórico de vida do indivíduo. As chamadas “instituições científicas” como a psiquiatria, medicina, pedagogia, etc., bem como os meios de comunicação (que são responsáveis pela moldagem dos padrões de comportamentos e valores socialmente desejáveis, que são os valores dominantes, tais como o individualismo e a competição social) também exercem um forte poder de intervenção e submissão das juventudes. Por fim, temos a instituição policial, presente no cotidiano dos jovens de periferia e os partidos políticos, além das demais instituições estatais.

marcam mudanças de pensamento e comportamento na população” (2015, p. 46), produzindo uma determinada “geração uniformizada” pelas experiências num determinado momento histórico, o que remete à discussão do papel das transformações na sociedade capitalista e uniformização de uma determinada geração:

Assim, a geração juvenil uniformizada dos anos pós-1970 é um produto social e histórico específico, distinta das gerações anteriores e expressando as necessidades de reprodução do capitalismo na sua fase atual. A conformidade geracional juvenil dominante, pragmática e hedonista, revela o caráter conservador da juventude atual. Em oposição a ela existe uma conformidade geracional dissidente, que resgata as tradições revolucionárias do passado (marxismo, anarquismo, lutas históricas como as do Maio de 1968, Situacionismo, etc.), mas, no entanto, realiza uma mescla entre elas e os valores, representações, modismos e até mesmo elementos das ideologias dominantes em seu discurso e prática. Uma terceira conformidade geracional é a composta por jovens das classes desprivilegiadas e possui influência das demais, mas também possui especificidades e maior ligação com questões concretas e cotidianas, sem no entanto, maior compreensão teórica das relações e lutas sociais. Em certos momentos, de mobilização e protestos, as duas últimas tendem a se influenciar reciprocamente (VIANA, 2015a, p. 55).

A existência das gerações uniformizadas explica como ocorre a inserção dos indivíduos compartilhando comportamentos e ideias, hegemônicos ou dissidentes, em determinada época e ajuda a esclarecer que a ideia de conflito de gerações não pode ser naturalizada, e sim relacionada com o contexto concreto de cada sociedade, pois o que se verifica na maioria das vezes é a uniformização geracional, padronizando comportamento de jovens e velhos.

A preparação que a família faz dos novos membros da sociedade ocorre a partir do pertencimento de classe da família e a qual a criança e o jovem estão vinculadas. Juventude estudantil e classe média foram relacionadas pelas pesquisas da socióloga brasileira Marialice Foracchi, inclusive a condição de classe média é determinante para ele definir o significado da juventude e do grupo estudantil.

Segundo Foracchi (1977) a situação de dependência do jovem e do estudante se dá através das relações de manutenção (1977, p. 17-8) com o vínculo de reciprocidade entre jovem e classe média. A dependência econômica gera a acomodação de comportamentos e de valores que se impõem por meio de compromissos e pressões da família sobre o jovem, objeto da autoridade familiar. Diz Foracchi que “só na qualidade de totalmente mantido é que o jovem dispõe de condições para ser um estudante” (1977, p. 28) “o estudante mantido acaba por se converter numa réplica prematura do adulto” (1977, p. 28) devido às relações de acomodação, autoridade e subordinação. Para Foracchi:

sob as suas mais variadas nuances, o padrão de relações de manutenção praticado pela família estimula o exercício da autoridade (...) o conselho aqui, o dinheiro ali são proporcionados com o arbítrio de uma autoridade que se afirma e que, ao afirmar-se,

não destrói o subordinado, apenas controla o seu desenvolvimento, a sua emancipação (FORACCHI, 1977, p. 29-30).

Através da manutenção dos jovens, a família de classe média impõe seu projeto profissional, assim, com a constituição da camada média do sistema global cria-se as bases materiais para a existência dos estudantes universitários, pois é na classe média onde são recrutados (1977, p. 60-61), e o que determina o comportamento estudantil, pois a posição da classe média marcada pela relação de subordinação e ideologia da ascensão impele o jovem estudante a realizar o projeto profissional de sua classe, assim, segundo Foracchi, o estudante só existe enquanto pertencente a uma família de classe média:

servindo-se do jovem como instrumento da sua vinculação à situação de classe, nele colocando a problemática crucial da continuidade da sua posição no sistema, a família cria as condições necessárias para que ele se transforme em estudante e, portanto, para que ele próprio se realize como jovem (FORACCHI, 1977, p. 115).

Para Foracchi, o pertencimento de classe média faz o estudante ser o agente social dessa camada e o porta-voz da sua ideologia de ascensão social. Daí que para Foracchi, o estudante militante só pode existir enquanto mantido pela família de classe média. Dois problemas existem na análise de Foracchi: primeiramente, o equívoco na utilização do termo classe média, pois tal classe não existe, a não ser como resultado de um sistema classificatório arbitrário, pois toda definição de classe em termos de renda ou consumo, abstrai que as classes se formam na divisão social do trabalho; em segundo lugar, Foracchi, cristalizou em seu pensamento a forma de existência histórica do grupo estudantil da década de 1960, assim, se na época existia mais estudantes de “classe média”, a autora passou a pressupor que ser estudante significa ser de classe média, e daí então passou a projetar atributos que foram projetados pela sociologia norte-americana à chamada classe média.

Contudo, através do reconhecimento dos fatores de dependência, manutenção e de autoridade no ambiente familiar, Foracchi descobre como os indivíduos são vinculados à família, o que nos dá o ponto de partida para perceber que essas imposições repassam para os jovens as determinações de classe sobre a família. As imposições da classe sobre a família, e da família sobre os seus membros podem ser complementadas com algumas ideias de Einsensadt:

A maioria das famílias modernas mantêm uma forte orientação no sentido de critérios gerais de status da sociedade modelando por eles algumas de suas atividades. Estas orientações podem ser somente latentes nas atividades internas da família e nas relações diárias entre pais e filhos. São, no entanto, fortemente enfatizadas nas atividades ocupacionais do pai e em sua imagem humana geral e de certa forma também nos padrões de valor inculcados pela mãe. Esta orientação de status é mais evidente na direção ocupacional que a família pode exercer sobre seus filhos e nas tentativas dos

pais por influenciar na escolha de suas futuras ocupações e estilo de vida (EINSENSTADT, 1976, p. 270).

Para Einsenstadt, a ocupação profissional dos pais se torna referência para os filhos e cria um círculo a qual estes estão envolvidos por padrões de valor e de status. Assim, considerando o que Foracchi e Einsenstadt explicam, consideramos que é por meio da família que as crianças e os jovens têm um pertencimento de classe, mas esse pertencimento de classe é indireto, porque as crianças e os jovens estão em processo de socialização e ressocialização para aprender os comportamentos e ideias de sua classe e que servem para lhe inserir na divisão social do trabalho. Assim, as relações repressivas e coercitivas no seio da família inculcam as ideias, os valores e comportamentos universais de uma sociedade, bem como o vínculo específico da família à classe social que pertencem, herdando para os mais novos as condições materiais da classe social da família.

Dito isto, resulta que o jovem é o indivíduo em socialização, tendo como fundamento, geralmente, a socialização primária no núcleo familiar, ao passo que na condição de jovem estudante a ressocialização marca uma segunda socialização que se estende para a órbita da instituição escolar.

Ainda que ser jovem não é universalidade ao estudante, é fato que todas as mobilizações estudantis conhecidas foram conduzidas por estudantes jovens, o que demonstra que o movimento estudantil é um tipo de movimento juvenil, mas que existem especificidades na primeira situação. Na verdade, juventude como grupo social é um conceito que expressa uma realidade social mais genérica, e que abarca no seu interior alguns subgrupos: o grupo estudantil, grupos culturais, grupos políticos, grupos de classe (tais como grupos de jovens intelectuais, associações de jovens empresários, etc.). Os estudantes são um subgrupo da juventude, mas que como esta atividade, de estudo, está subordinada à relação-capital, em outras etapas da vida também se pode ser estudante, tal como o adulto estudante que não pôde dá prosseguimento ao ciclo de estudos normal. Vimos que a juventude significa exatamente processo de ressocialização e que é levado a cabo por instituições, a escola uma das principais, mas que inclui outras, como a família, o trabalho, estado e políticas públicas, organizações da sociedade civil, os meios de comunicação, etc. avançando para a ressocialização como socialização secundária. Além da escola, os jovens na sociedade moderna estão vinculados ao trabalho, a atividades culturais, organizações políticas e diversos tipos de organizações da sociedade civil.

Durante boa parte do modo de produção feudal, a palavra jovem se referia a indivíduos que hoje consideramos como adultos¹⁴. Atualmente a palavra (ou o conceito, já que faz parte da linguagem de várias ciências) delimita uma determinada faixa etária da população. Para os sociólogos que estudam a juventude, a criação social desse grupo data do período de transição do século XIX para o século XX, quando as fortes lutas dos trabalhadores por diminuição da jornada de trabalho e proibição do trabalho infantil restringiram o acesso de parcelas do proletariado ao emprego nas péssimas condições das fábricas. Outras determinações para a formação da juventude foram a universalização da escolarização, aumento das tecnologias das fábricas que exigiam trabalhadores mais especializados, maior possibilidade de ingresso e permanência nas universidades (para a parcela privilegiada dos jovens, geralmente filhos e filhas das classes privilegiadas), escolas técnicas, consumo dos primeiros produtos do mercado capitalista de cultura como as tirinhas e HQ's, música, cinema, acampamentos, etc., processo de consumo que foi ampliado, criando nichos de mercado para crianças e jovens.

O processo de ressocialização da juventude é mais repressivo que o das crianças, pois é durante essa etapa que anseios pessoais são reprimidos e substituídos pelas imposições que a sociedade determina para cada indivíduo de sua classe, gerando assim diversos indivíduos descontentes e com graves problemas psíquicos, os quais entram em conflito com o processo de ressocialização, não se enquadrando com o que dele é esperado e imposto.

A juventude que é ressocializada na sociedade capitalista atual é atingida por dois processos: de um lado, a precarização dos serviços públicos como saúde, educação, transporte, moradia (através do neoliberalismo) e de outro, ao ingressar num mercado de trabalho em que a intensificação da exploração da força de trabalho se universaliza para todas as regiões do planeta, atingindo todas as parcelas da população trabalhadora. Esse duplo processo é agravado pela intensificação da repressão militar, o que cria condições cada vez mais instáveis e precárias durante a ressocialização, apontando para a intensificação e radicalização das revoltas juvenis e estudantis nos próximos anos, o que tende a ampliar a recusa da burocracia e ideologia da representação. Essas organizações são muito importantes porque tendem a romper com o processo de ressocialização repressivo e coercitivo que os jovens sofrem, manifestando outras

¹⁴ “A França antiga não respeitava a velhice: era a idade do recolhimento, dos livros, da devoção e da caduquice, À imagem do homem integral nos séculos XVI-XVII era a de um homem jovem: o oficial com a echarpe no topo dos degraus das idades. Ele não era um rapaz, embora hoje tivesse idade para ser considerado como tal. Correspondia a essa segunda categoria das idades, entre a infância e a velhice, que no século XVIII era chamada de juventude, Furetière, que ainda levava muito a sério os problemas arcaicos da periodização da vida, elaborou uma noção intermediária de maturidade, mas reconheceu que essa noção não era usual, e confessou: “Os juriconsultos consideram a juventude e a maturidade uma única idade” O século XVII se reconhecia nessa juventude militar, assim como o século XX se reconhece em seus adolescentes” (ARIÈS, 1986, p. 48).

possibilidades de vivência política, cultural e comportamental, longe das instituições controladas pelos adultos-padrão.

1.2.1 A condição estudantil

A escola e a universidade preparam os jovens para a vida adulta, e não para uma eterna vida estudantil. O estudante está organizado institucionalmente, sob pressão pedagógica (HABERMAS et. al, 1968), que é preparação para o trabalho, ao passo que o jovem que não é estudante tem o período de sua ressocialização diminuído, sendo preparado para o “mundo adulto” através do trabalho, da formação da família, o que é mais forte nas classes desprivilegiadas, por isso que se costuma dizer que a juventude é uma questão de classe média (ROMERO & MORERA, 2010), quando na verdade se quer dizer que nas classes privilegiadas (burguesia, pequena-burguesia, burocracia, intelectualidade) esse processo é mais demorado, diferente das classes desprivilegiadas, sendo um processo mais curto.

Foracchi diz que o jovem é transformado em estudante devido aos vínculos de manutenção estabelecidos pela família de classe média. Contudo, por identificar estudante e classe média, Foracchi não pôde perceber de forma mais complexa essa relação, pois o que poderíamos dizer é que não há tal transformação impulsionada pela família, mas sim que a constituição do estudante é um processo simultâneo quando ocorre sob condições ideais, para as famílias que podem manter seus filhos na escola - sendo que atualmente a regulação estatal da educação permite que os filhos das classes desprivilegiadas têm um acesso ampliado às escolas, e universidade, com o financiamento estatal da educação privada. Já esse processo de transformação do jovem em estudante pode ocorrer de forma secundária, quando o jovem não pôde estudar e só na condição de adulto, geralmente propiciada pelo trabalho, pode então retornar aos estudos.

Sobre o significado da educação compartilhamos da concepção de Durkheim sobre o que é esse processo:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem o objetivo de suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual está destinado em particular (DURKHEIM, 2011. p. 54).

A educação formal, que ocorre na escola, é o meio mais complexo de ressocialização, porque ocorre dentro de uma instituição burocrática, regulada pelo Estado, e que tem sua autolegitimação nos objetivos que propõe, preparar os jovens com o conjunto de conhecimentos necessários para a inserção no trabalho e nas relações sociais mais amplas. Assim, a escola é

uma instituição burocrática de controle do saber, e o seu funcionamento revela o seu significado:

A aula e a sala de aula são manifestações de uma sociabilidade na qual há uma hierarquia entre o professor e os alunos fundada não no saber mais desenvolvido do primeiro e/ou em suas experiências maior, mas nos regimentos, valores, legitimação, relação de poder (tanto explícita tal como nos regimentos, quanto que implícito no sistema de exames e controle de presença), exigências formais e técnicas. A organização da sala de aula e a superavaliação das aulas ou sua quantidade penas revela uma mentalidade burocrática. O aulismo, formalismo, o tecnicismo, unilateralismo, são predominantes, pois o objetivo das instituições escolares não é o desenvolvimento do saber, mas o seu controle (VIANA, 2015b, p. 333).

Assim, as instituições escolares estão submetidas à burocratização, à mercantilização e à competição social, que são elementos característicos da mentalidade e sociabilidade na sociedade capitalista. Portanto, a socialização que ocorre na escola/universidade ressocializa os jovens, adequando-os à sociedade em que vivem e às necessidades específicas do grupo que faz parte.

A ressocialização promovida pelas instituições escolares é violenta, pois tal como analisado por vários autores, a escola impõe uma determinada disciplina e um determinado conjunto de saberes, sendo a primeira forma de violência a violência disciplinar, tal como explicado por Foucault, e a segunda forma a violência simbólica, tal como explicado por Bourdieu e Passeron. No artigo sobre Violência e Escola (2002), Viana aborda a contribuição dos principais autores e explica quais são os objetivos da violência institucional escolar:

A violência disciplinar visa manter a ordem na instituição, sua hierarquia, suas regras, pois este é o interesse da burocracia. A violência cultural visa garantir a reprodução do saber escolar. Seu objetivo é, portanto, realizar a produção da própria instituição, tal como ela é. No entanto, além destes objetivos imediatos, existe um objetivo profundo: reproduzir a sociabilidade e as relações de produção capitalistas. A violência disciplinar prepara o indivíduo para atuar disciplinadamente na empresa ou qualquer outra instituição capitalista e a violência cultural produz um indivíduo que possui uma cultura adequada para a reprodução da sociedade capitalista. Ambas preparam o indivíduo para cumprir um determinado papel na divisão social do trabalho. Nas universidades, preparar para a inserção na divisão social do trabalho significa formação de força de trabalho especializada, ou seja, para a inserção em determinada categoria profissional, o que pressupõe imposição cultural específica (o economista, o sociólogo, o psicólogo, o pedagogo, o biólogo, o filósofo, o matemático, o engenheiro, o médico, o odontólogo, etc. devem conhecer e valorar a economia, a sociologia, a psicologia, a pedagogia, a biologia, a filosofia, a matemática, a física, a medicina, a odontologia...) (VIANA, 2002, p. 126-127).

Apoiando-nos na perspectiva totalizante da situação do estudante, fica difícil assimilar algumas características que foram atribuídas à situação estudantil: desenvolver a ciência (SANCHÉZ, 2000), tarefas políticas e de modernização (HABERMAS, 1968; BOURDIEU & PASSERON, 1968), realização do projeto de profissionalização da classe média (FORACCHI,

1977). Essas são algumas características que se atribuem à situação estudantil, que trazem problemas por projetar no estudante demandas insatisfeitas e socialmente difusas. Para nós, estudante é o indivíduo integrado à instituição escolar, e dentro da qual ele passa pelo processo de ressocialização, sendo preparado para a vida em sociedade, ocupando uma posição na divisão do trabalho e valorando o saber que lhe foi inculcado dentro da escola.

Com base na definição de estudante e na explicação do processo a qual está submetido, aprofundamos na definição das relações estudantis, como sendo relações sociais entre os estudantes e a escola e entre os próprios estudantes, e estas relações são marcadas pela: a) **Ressocialização e socialização grupal:** o grupo dos estudantes é constituído por uma determinação externa, a escola; mas por outro lado, também determinações internas atuam na configuração do grupo, ao ponto que internamente também se desenvolvem aspectos da socialização, daí que alguns pesquisadores apontarem para a vida em comunidade no meio estudantil (FORACCHI, 1977; PARSONS, 1968). À exceção de outros grupos sociais, os estudantes estão agrupados no mesmo lugar, não isolados como o negro, a mulher, o pacifista, que para constituir um movimento social precisam antes de tudo estarem reunidos; b) **Subordinação:** a subordinação do estudante ocorre na escola devido à relação de hierarquia entre professor e aluno. A subordinação do estudante, que é a obediência às normas ditadas por outrem, se dá sob a forma da tutela: pelos pais, pela escola e professor, pelas ciências, instituições do estado. Disto resulta que a situação de estudante é, sempre, embora acompanhada de diferentes representações, um constrangimento, uma imposição ao indivíduo no início de sua vida. O ensino básico obrigatório, e com formas de ser um constrangimento diferentes até o ensino superior, comprovam que ser estudante é uma repressão e coerção da vida moderna, inserida num conjunto de obrigações sociais, além do vínculo com as relações de produção, a escola reprime necessidades dos estudantes, tal como independência e estar com os amigos, e no seu lugar faz surgir outros comportamentos desejados, como por exemplo, passar de ano, respeito à autoridade, etc.; c) **Temporária:** o tempo de pertencimento à situação estudantil é provisório, o que gera a constante renovação dos membros do grupo. Habermas et al. (1968) afirmou que os interesses estudantis são provisórios, contudo, esta é uma visão “adultocêntrica” das necessidades e interesses gerados pela situação estudantil, pois se os estudantes passam, a estrutura escolar permanece, e os novos estudantes têm de lidar com a continuidade da estrutura escolar; d) **Alienação:** a alienação nas relações estudantis resulta do fato do estudante ser controlado no ambiente escolar, assim, sua atividade e os produtos desta atividade não lhe pertencem. E nesta atividade o estudante não se reconhece, ao contrário, a estudante estranha as atividades de estudo, devido ao seu caráter obrigatório, de controle por

outro; e) **Mentalidade escolar**: através do conceito mentalidade escolar buscamos expressar a realidade da formação mental exercida pela instituição escolar sobre os seus alunos. Os componentes da mentalidade escolar são o intelectualismo, que é a sobrevalorização das deias; o ideísmo, que é o reconhecimento da validade do saber escolar, mesmo pelos estudantes que não se reconhecem no estudo; o formalismo como meio de expressão do conhecimento para conferir os conteúdos “acumulados”; a valorização da autoridade, valor inculcado desde cedo; e a competição como valor que justifica o sucesso ou fracasso do estudante durante o ciclo de estudos e prepara os indivíduos para a ordem competitiva reinante no “universo adulto”; f) **Uniformização**: a uniformização funciona nas relações estudantis padronizando, dando unidade de comportamento e de pensamento aos estudantes. A disciplina, os conhecimentos mínimos alcançados, os valores reproduzidos criam um modelo de estudante, configuram o “estudante-padrão”. Quando Bourdieu e Passeron afirmaram que o tempo e o espaço no mundo estudantil eram diferentes do mundo adulto eles estavam apresentando uma determinada configuração do comportamento estudantil, que só tem responsabilidade em relação com a instituição (BOURDIEU & PASSERON, 1968), na França da década de 1960. O estudante-padrão varia conforme o sistema escolar, a classe social, a dinâmica cultura, mas ainda assim o ideal das relações estudantis, do ponto de vista institucional, é formar o seu estudante-padrão.

As relações sociais no interior das instituições escolares produzem o estudo alienado. A alienação surge nas relações de produção¹⁵ e é generalizada para outras atividades sociais: na política o indivíduo que não participa do processo de decisão e tem o poder de decisão retirado, no universo cultural moderno que o indivíduo não tem controle sobre suas representações

¹⁵ O trabalho alienado foi compreendido e expresso teoricamente por Karl Marx (2010). Na disputa pelo significado das palavras, a concepção marxista da alienação remete para as relações sociais de produção e para a sua organização historicamente constituída, tendo como características: a) surgimento na sociedade de classes; b) controle do trabalho do trabalhador por outro, o não-trabalhador; c) o trabalhador perde o controle sobre os produtos, sobre o resultado do seu trabalho; d) na sociedade capitalista a alienação do trabalho é a determinação fundamental para o fetichismo da mercadoria, que é quando as coisas parecem ter vida própria, “começam a dançar por iniciativa própria”, isto porque a forma mercadoria é carregada pelo seu “caráter enigmático”. No processo de trabalho o indivíduo está objetivando sua força de trabalho como “complexo das capacidades físicas e espirituais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um ser humano, e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985, p. 139), e dado que o trabalho é social, as capacidades físicas e espirituais também são: ou seja, são desenvolvidas em sociedade. O dispêndio das capacidades fisiológicas (músculo, nervos, visão, etc.) é realizado e adaptado conforme a dinâmica das relações de trabalho e do desenvolvimento dos meios de produção; as capacidades espirituais são os saberes, a cultura, as ideias que são transmitidas de geração em geração e de que dispõem a força de trabalho. O trabalho alienado gera o processo de alienação, que é o não-controle e a perda do produto de todas as atividades da vida social. Este processo é complementado pela burocratização que existe para garantir a exploração via aumento do controle social e das organizações burocráticas, fundadas na relação social entre dirigentes e dirigidos. A burocratização existe para reproduzir e garantir a exploração no processo de trabalho (VIANA, 2012). E por isso se generaliza na sociedade, inclusive no processo de socialização, especialmente na escolarização, pois esta prepara o indivíduo para viver na sociedade capitalista e para o trabalho alienado.

culturais, enfim, em toda atividade social em que os indivíduos não têm controle sobre a atividade e têm os resultados de suas atividades apropriados por outrem.

A determinação de classe da escola/universidade, que é a preparação da força de trabalho, juntamente com o processo de alienação crescente na sociedade, devido à mercantilização e os mecanismos de controle, imprime no estudo a alienação, transformam o estudo em atividade de alienação do estudante. A alienação do estudo transforma a atividade genérica de busca do saber em uma atividade massacrante, desumana, de mortificação para o indivíduo que está na condição estudantil. Isto ocorre porque a sua atividade é controlada e pertencente a outro. O estudo se torna, para o estudante, “a perda de si mesmo”. Daí que o estudo e o estudante são constrangidos a reproduzirem a sociedade. Neste sentido, o caráter alienado do estudo é determinação para a presença maior do conservadorismo entre os estudantes, a presença um pouco menor dos estudantes progressistas, comparada com outras parcelas da população, bem como a presença marginal dos estudantes com concepções revolucionárias. A expansão da alienação gera a luta contra a alienação, e esta se revela no movimento estudantil.

O estudo é a atividade intelectual de busca de aquisição e desenvolvimento do saber. Nas sociedades pré-capitalistas esta atividade intelectual apareceu primeiramente sob controle dos sacerdotes que dirigiam os Estados Antigos (Antiguidade Tardia, com egípcios, babilônicos, chineses e nas três grandes civilizações pré-colombianas da América) e, depois, com a direção propriamente civil do Estado (gregos e romanos são os principais exemplos da Antiguidade), o estudo foi ampliado para outros grupos, o que está presente em diversos conflitos registrados na história antiga em diferentes cidades, mas que foi mais completamente expressado na disputa entre a mitologia e a filosofia. Na Idade Média Europeia ocorre novamente a subordinação do estudo à religião.

Na sociedade capitalista, o estudo descobriu a chave para se libertar de todas as suas antigas correntes (teológicas, filosóficas, tradições, políticas) para poder livremente aprisionar-se ao desenvolvimento do capital. Ao longo da história do capitalismo, a escola e a universidade constituíram-se como lugares próprios, como especificidades (diferente de outras esferas da vida social como religião, lazer, política, trabalho, etc.), cujos interesses próprios, dentre eles o fundamental é o saber, é que justificam a sua existência.

Na sociedade moderna, o estudo geralmente é mediado por instituições, especialmente a escola, mas também instituições financiadoras, sociedades de acadêmicos, grupos profissionais, etc. O estudo desenvolve-se em instituições e organizações burocráticas, assimilando os indivíduos às suas normas de funcionamento. Além disso, o princípio básico da

organização da instituição escolar, a divisão entre professor e alunos, é plenamente desenvolvido sob a alienação capitalista. Nesta sociedade surge o estudo alienado como atividade intelectual que visa à aquisição do saber, porém, como estamos apontando, a busca pelo construto conhecimento inexistente: o que existe é o constrangimento pelo acúmulo de saberes especializados, necessários à reprodução das relações sociais capitalistas.

É isso que está por detrás da ideologia do conhecimento, que separa o sujeito e o objeto do conhecimento, promovendo a inversão da unidade concreta e real entre ser e consciência (MARX & ENGELS, 2007). A busca pelo saber marca a realização de uma potencialidade humana, expressando a luta contra a desumanização e fragmentação do ser humano promovida pela divisão capitalista do trabalho intelectual, na linha do que Marx chamou de idiotismo da especialização (2009), referindo-se à expansão, complexificação e prejuízos gerados pela divisão social do trabalho.

O estudo alienado é derivação do trabalho alienado que funda a sociedade capitalista e, por sua vez, o estudo alienado reforça a formação do trabalhador alienado do futuro. O que é então a alienação do estudo? É uma relação social, na qual o estudo não pertence ao estudante e é controlado por outro e, por consequência, seus resultados só imediatamente podem lhe satisfazer, pelo fato de que a atividade intelectual alienada, o estudo (produção e reprodução de ideias, conhecimentos, práticas, representações, etc.) deve pertencer à instituição ou retornar à sociedade sob a forma de serviço ou produto a ser vendido no mercado. O conjunto da atividade não satisfaz o estudante, justamente por ser controlada e porque nela o estudante não se reconhece. O desenvolvimento das capacidades espirituais do indivíduo é direcionado, tolhido, mutilado, especializado e, por isso, limitado. Ao invés de desenvolver-se como ser humano, o indivíduo se apequena diante do controle dos estudos e demais formalidades que lhe acompanham. A alienação do estudo é acompanhada de diversas consequências: a) Enquadramento: imposição de linguagem, de comportamento e de pensamento, uniformizando o modo de estudar, ou seja, cria a ideia do “estudante-padrão”, o estudante modelo, aquele que se assemelha o máximo possível com os professores; b) Cronograma de leituras pré-estabelecido e impositivo: O pensamento hegemônico dentro de cada campo do saber, dentro de cada profissão é imposto aos estudantes, que sem condições de propor alternativas (devido à sua formação no interior da sociedade burguesa, a hegemonia do pensamento burguês, a pouca formação individual, dentre outros motivos) acabam por submeter-se ao processo de enquadramento; c) Pouco ou nenhum nível de reflexão: uma vez que o estudo alienado se expressa na aquisição e reprodução de saberes indispensáveis à manutenção da sociedade capitalista, qualquer questionamento realmente crítico, que vá à raiz dos problemas e além dos

limites estabelecidos pelo capitalismo, tende a ser mal visto e rejeitado, tanto pelos estudantes quanto pelos intelectuais (professores); d) Submissão do estudante: aceitação de recompensas (bolsas, auxílios, etc.) e promessas de estudo e condições de trabalho menos precárias (melhores empregos, salários mais altos, cargos, etc.); e) Estimula o “entesouramento” do saber: o “conhecer por conhecer”, a acumulação em si de conhecimento, o que no fundo é um conhecimento com maior quantidade de informações sobre poucas ou somente uma coisa. Aqui se revela a função ideológica por detrás do signo conhecimento, o qual, assim como o capital, poderia ser acumulado; neste sentido, ressurge a famosa questão: para quem serve a ideologia burguesa do ‘acúmulo de conhecimento?; f) Quantificação do saber: provas, exames, testes, bancas, etc.; g) Objetificação: produz resultados materiais compatíveis com a expectativa de sucesso e competição: concursos, processos seletivos, relatórios, prêmios, citações, trabalho privilegiado quando finalizada a formação do estudante - o profissional responsável pela “aplicação do conhecimento”, produzindo serviços e novos produtos.

As determinações do estudo alienado atingem desde as crianças com uma determinada preparação para a rotina do trabalho (técnicas simples, rotina, disciplina, etc.) até os jovens e adultos no âmbito universitário e suas promessas de melhor posição na divisão do trabalho. Por consequência, o “conhecimento” que se adquire ao longo do estudo alienado é o mesmo da razão instrumental e funcional à dinâmica da produção capitalista. Desta forma, o estudo alienado contribui para a produção, reprodução e sociabilidade nesta sociedade.

Sob essas condições, o estudante alienado foge do estudo alienado como o trabalhador foge do trabalho forçado e alienado. Ainda que o estudante possa “fugir mais”, por não ser daí que provêm seus meios de sobrevivência e porque muitos vivem do trabalho alheio (família), então podem ser mais rebeldes, tanto em relação aos estudos, quanto ao resto das responsabilidades civis impostas aos adultos. A grande questão é que a atividade de estudo não é controlada pelo estudante, bem como os seus resultados ficam sob o controle do professor, do orientador, do departamento, das instituições de fomento à pesquisa e dos eventos acadêmicos. Tal dinâmica se encerra com a inserção do estudante no processo de divisão social do trabalho, na instância do conjunto das relações de produção e/ou reprodução capitalista.

Dessa forma, em sua situação alienada, o estudante é apequenado diante do estudo alienado, situação que é acompanhada pela competição que se dilui nas relações dentro dos muros das escolas e universidades. Por muitas vezes o estudante se sente feliz no seu mundo submisso, já que ele respira o ar intelectual e acadêmico. Por isso uma parcela dos estudantes reproduz o intelectualismo e academicismo, que são a valorização do estudo alienado e dos

saberes essenciais à reprodução da sociedade capitalista. Assim, alguns estudantes se sentem felizes na sua submissão.

O processo de mercantilização do ensino, na forma de mercancia¹⁶, é o desdobramento necessário do estudo alienado, responsável pela intensificação da competição entre os estudantes. O saber específico que o estudante aprende e o professor transmite é engolido pela dinâmica de obtenção de lucro; daí que o acúmulo de “tempo de estudo” é mais ou menos correspondido à alta remuneração e posições privilegiadas. O intelectualismo e o academicismo são posições extremadas de autovalorização da atividade específica do grupo, e funciona tanto para a obtenção de status social quanto de benefícios materiais decorrentes de uma posição privilegiada no interior da sociedade.

Os efeitos na consciência do estudante são diversos. Primeiramente, parece que o saber e os seus resultados materiais têm vida própria: assim, os estudantes curvam-se diante de ideologias, “tecnologias”, posições privilegiadas e benefícios materiais, tidos como seres com vida própria, e que o estudante não reconhece na atividade de estudo como atividade produtora desses seres autônomos. Em segundo lugar, os estudantes introjetam as ideias do saber escolar, reproduzindo-as: estes são guiados, dirigidos pelos seus conhecimentos. Assim, ao invés de lhes utilizarem como instrumentos de transformação, o estudo e as ideias são adorados, se tornam instrumentos de reprodução e incorporação à sociedade.

É motivada por esta situação alienada que em 1968 os estudantes parisienses escreveram nos muros: “Os estudantes são crápulas”. Os estudantes também são parte do problema,

¹⁶ A distinção conceitual entre mercadoria e mercancia concebe a diferença entre a produção capitalista de mercadorias e a transformação de todos os aspectos da vida social na “forma-mercadoria”, na mercancia. Sobre o papel da mercancia na mercantilização das relações sociais, diz Nildo Viana: “As mercadorias são bens materiais produzidos no interior do modo de produção capitalista e são, ao mesmo tempo, produção de mais-valor. As mercancias geralmente não são bens materiais, são bens intangíveis (“imateriais”, culturais ou coletivos). Existe, no entanto, algumas exceções nesse último caso. Isso será esclarecido adiante. O que diferencia, fundamentalmente, a mercancia da mercadoria (capitalista) é que a mercadoria é produzida no âmbito das relações de produção capitalistas (e, secundariamente, nos modos de produção subordinados, embora não sejam mercadorias capitalistas e sim mercadorias elementares) e a mercancia é consumada nas relações de distribuição e relações de reprodução (formas sociais) burguesas. Disso deriva outras diferenças, a saber: o valor de uso da mercadoria é material e o valor de troca é determinado pelas relações de produção (produção de mais-valor) e relações de distribuição capitalistas (realização do mais-valor). Já a mercancia possui valor de uso imaterial e valor de troca possui outras determinações. O valor de uso imaterial significa que seu uso não é inserido nas relações de produção e relações de distribuição do modo de produção capitalista, ou seja, não gera capital e não está incluído diretamente na dinâmica da reprodução ampliada do capital. O seu uso não é material nesse sentido, embora geralmente não seja material também no sentido comum, com raras exceções (uma escultura, um quadro, etc.). Uma música não é material, bem como a limpeza ou a educação. Mesmo quando a mercancia é material, o seu valor de uso é imaterial. Um quadro de Portinari é uma mercancia material, mas seu valor de uso é imaterial, ou seja, não vai ser utilizado materialmente nas relações de produção e relações de distribuição capitalistas. Ele não é meio de produção e nem meio de consumo produtivo. Ele apenas será exposto e seu “uso” é apenas mental, seja através do prazer de lhe olhar, que é produzido socialmente, seja pelo status e valor cultural que tem para determinadas pessoas” (VIANA, 2016f, p. 84-86).

principalmente a maioria conformista e conservadora, bem como os progressistas. A condição estudantil é marcada por ambiguidades, pois ela reproduz as condições da sociedade capitalista, notadamente, a condição do trabalho alienado, em sua expressão como estudo alienado.

Em resumo, o estudo é alienado porque não é controlado pelo estudante, ele não define o que vai estudar, como estudar, etc., e é controlado através de horários, sistema de exames, presença, etc. Logo, ele não controla o resultado de sua atividade, que não é mercadoria, mas ideias, que são colocadas nas provas – a partir do ensino do professor, tema e conteúdo ministrado e decidido pelo professor, para agradar o professor, etc. Embora no caso dos estudantes há menos controle e dependendo do contexto (universidade, professor, conjuntura, etc.) pode haver maior ou menor liberdade, ou quando há convergência entre professor/estudante – em casos individuais, pois numa turma ou sala de aula a heterogeneidade de estudantes impede isso na totalidade. E dada as condições atuais, a libertação do estudante somente pode ocorrer com a libertação da sociedade do trabalho alienado. Apesar da sua inserção nas relações sociais capitalistas, cresce a parcela dos estudantes que identifica o objetivo de transformação revolucionária dos trabalhadores como também sendo seu objetivo. No novo ciclo da luta de classes, uma das tendências mais fortes entre os estudantes é a de se vincular aos interesses das “classes populares”, dos “trabalhadores”, da “sociedade civil”, do “povo”, tal como elas dizem.

As condições de ressocialização repressiva, coercitiva, alienante, violenta geram o movimento estudantil; somada a essas condições, a dinâmica mais geral da sociedade interfere sob as condições da ressocialização estudantil, daí a diversidade de formas de mobilização dos estudantes. Por outro lado, a instituição escolar é elemento fundamental para distinguir o movimento estudantil do movimento juvenil, questão que nos dedicamos a partir de agora.

1.2.2 Movimento Estudantil e Movimento Juvenil: semelhanças e diferenças

Nas sociedades nacionais contemporâneas envolvidas pela dinâmica da acumulação integral, que iremos apresentar em detalhes no segundo capítulo, é intensificado os conflitos sociais em que a juventude emerge como grupo social mobilizado (SOUZA, 1999; MESQUISTA, 2006). Esses autores consideram a fragmentação e a produção de identidades socio-culturais como determinante na explosão dos “movimentos juvenis”, na medida em que já não existiria um único movimento juvenil, mas várias expressões de rebeldia juvenil que não são mais identificadas exclusivamente pela condição estudantil, e sim várias expressões incluindo o movimento estudantil clássico, os coletivos de gênero, os coletivos de cultura e as executivas de curso (MESQUITA, 2006). De nossa parte, consideramos que a fragmentação é

o resultado e não o motivo para as mobilizações juvenis e estudantis, achamos que considerar a fragmentação, a flexibilidade, a efemeridade como determinações desses movimentos é enquadrar a mobilização no esquema interpretativo dominante na contemporaneidade, o pós-estruturalismo, que discutiremos no segundo capítulo.

O regime de acumulação integral intensifica a exploração do trabalho, mas também a mercantilização, burocratização e a competição social no seio da sociedade (VIANA, 2009), o que intensifica as condições de repressão e coerção dos grupos estudantis e juvenis, gerando assim novas motivações para as mobilizações. Tal processo é facilitado pelo aperfeiçoamento dos meios de comunicação, como a internet, que amplia a divulgação de ideias, sejam elas hegemônicas, críticas e contestadoras, sendo que se considerarmos que as novas gerações possuem maior contato com as novas tecnologias, este passa a ser um elemento a mais na explicação das mobilizações contemporâneas de jovens e estudantes.

Para analisar a complexa questão que envolve os movimentos juvenis e estudantis iremos expor algumas interpretações sobre os movimentos juvenil e estudantil, e em seguida apresentar nossa concepção sobre esses movimentos, destacando suas semelhanças e diferenças. Antes de iniciar, é necessário observarmos que faz parte da tradição sociológica (IANNI, 1968) abordar o movimento estudantil de forma genérica como movimento juvenil, o que perde de vista a especificidade da condição estudantil, e não contribui para analisar a tendência contemporânea desse movimento em ir além das reivindicações meramente estudantis e formular reivindicações que são de interesse de vários setores, grupos ou classes sociais.

O movimento juvenil é um dos movimentos sociais mais ricos nas suas formas de expressão, na diversidade de suas mobilizações, de formas de organização e mesmo o senso de pertencimento, que pode ser valorizado, como exemplo no movimento juvenil alemão da virada do século XIX para o XX, mais conhecido como *Wanderwogel*, ou ocultado, como no movimento punk. Viana (2015) coloca que existem diferentes formas de mobilização dos movimentos juvenis: lutas com objetivos imediatistas, mobilizações de estilos de vida, mobilizações institucionais, autônomas e revolucionárias estão presentes no seio do movimento juvenil. Estamos diante de movimentos juvenis ou estudantis quando o senso de pertencimento e a mobilização surgem da consciência da situação social derivada da condição de ser jovem ou estudante.

Segundo Janice Tirelli Souza (1999), os jovens foram a base social de diversos movimentos sociais nas últimas décadas: mulheres, negros, pacifistas, ambientalistas, nacionalistas, estudantes, e à exceção do último, não era como jovens que seu o senso de

pertencimento se dava, mas certamente foram determinados elementos da condição enquanto jovens que foram levados à mobilização. Observando historicamente, na Rússia Czarista, quase todos os populistas narodnikis eram estudantes; na República Velha do Brasil, um dos setores da oposição política foram os jovens estudantes militares; nas guerras mundiais os batalhões de voluntários eram quase que essencialmente compostos por jovens e, nas fileiras dos partidos, sindicatos e mesmo nos movimentos revolucionários (Alemanha, México, Espanha, Hungria, Polônia) a presença dos jovens era maioria. A participação política dos jovens e estudantes ocorre tanto em movimentos políticos¹⁷ mais genéricos e em outros movimentos sociais (negro, feminino, pacifista, ambientalista, etc.), quanto na mobilização específica, e na mobilização especificamente composta por jovens e estudantes, tanto a mobilização por objetivos específicos quanto objetivos genéricos se faz presente ao longo da história.

Ainda que os jovens fossem a base, o senso de pertencimento era projetado em aspectos distantes da realidade imediata do grupo, e nos casos concretos acima, o senso de pertencimento da mobilização se dava em termos da condição feminina, negra, etc., ou movimento político, sobrepujando a condição de jovem, não sendo este o elemento mobilizador. Assim, o elemento comum, definidor do senso de pertencimento era a situação negra, feminina, concepção política, por isso estes são fenômenos sociais distintos do movimento juvenil, que atraem os jovens, mas não é determinado pela condição juvenil, e nem pelo senso de pertencimento à juventude, e sim por outros elementos da realidade social de outros grupos sociais, classes sociais ou situações sociais.

É na diversidade de manifestações que compreendem a mobilização juvenil que precisamos fazer a síntese que apresenta conceitualmente o que é o movimento juvenil. Partimos da existência desse movimento como consequência da existência do grupo social dos jovens. Outros autores partiram de pontos de vistas diferentes para responderem o que é o movimento juvenil. Segundo Einsenstadt (1976) este movimento é gerado como forma de amenizar os conflitos entre jovem, família e o contexto social, alternativa ao elevado grau de tensão para entrar na vida adulta, quando a família não consegue administrar essa entrada, surge o movimento juvenil:

A orientação comunitária da família e seus símbolos e aspirações de status são considerados inadequados e 'reacionários'. No seu lugar são propostos novos símbolos de identificação coletivos, pelos movimentos revolucionários e por seus vários grupos juvenis, Estes símbolos de identificação orientam-se contra aqueles aos quais está ligado o sistema familiar e com o qual se identifica, os quais, devido à sua conotação universalista e social, devem enfatizar a rebelião contra a família e seus

¹⁷ O movimento político tem por base as classes sociais, e o movimento social tem por base social os grupos sociais (VIANA, 2016a).

valores. Tal ênfase é de enorme importância, já que do contrário estes novos símbolos não podem forjar a identificação da geração mais jovem com os novos valores (EINSENSTADT, 1976, p. 296-297).

A chamada “crise da juventude” é pensada a partir da abordagem acumulativa-evolucionista que compreende o jovem como um ser incompleto, que está avançando para ser o adulto-padrão (VIANA, 2015a). Para Einsentadt, a crise da juventude é produzida pela ampliação das relações sociais do indivíduo para além do ambiente familiar, quando as verdades iniciais aprendidas na família são questionadas pelo meio social mais amplo, o que gera os grupos juvenis, palavra que ele utiliza como sinônimo movimento juvenil (1976). Essa posição é compartilhada por Ianni (1968) que diz que “choques criadores” em “áreas de fricção” (família, escola, grupos de amizade, trabalho) vão afetando a “consciência juvenil” quando esta vai percebendo as contradições entre os valores que lhes são inculcados, o comportamento efetivo dos familiares que preconizam estes valores e outros valores e comportamentos existentes ao nível da sociedade. A desvinculação do jovem do ambiente familiar, com outras relações na escola, com os amigos, no trabalho, acrescida das contradições do sistema econômico, geram alterações na consciência juvenil que percebe as contradições do sistema, fazendo surgir o jovem radical (IANNI, 1968).

Por sua vez, Georges Lapassade interpreta que os jovens chamados de “rebeldes sem causa” são manifestação de uma recusa absoluta da autoridade do adulto; importância está em compreender não a manifestação exterior, mas sim essencial ao mundo hodierno, e assim “pode-se ver aí, efetivamente, uma contestação fundamental da forma do adulto, anunciadora de seu declínio” (LAPASSADE, 1968, p. 123) O que isto significa? Que mesmo o niilismo da revolta sem causa tem uma significação sobre as consequências nos tipos de adultos que se formam pós-juventude, segundo Georges Lapassade o adulto moderno está em declínio. Em síntese, Lapassade (1968) explica neste texto o movimento juvenil por oposição ao mundo adulto.

Para René Fau (1968), o jovem é irresistivelmente impelido ao grupo, sua essência é a busca pela autonomia, e o grupo é o mecanismo pelo qual os adolescentes atravessam a fase de transição da infância à vida adulta, garantindo a busca pela autonomia, mas que tão logo conquistada abandona o grupo porque está em condições de manter relações universais com a sociedade:

é na procura de sua autonomia interior, independente das circunstâncias, que o adolescente percebe a necessidade imperiosa de se agregar a um grupo (...) a adaptação ao grupo no adolescente representa apenas um apoio transitório prestado ao indivíduo, durante a crise que ele atravessa (FAU, 1968, p. 44).

A crise que leva ao grupo juvenil tem motivação sexual, pois esta é reprimida na família e neutralizada no grupo; além da sexualidade, a violência é outro tema recorrente entre os grupos juvenis. Fau coloca que “é por absorver a agressividade individual de seus membros que o grupo é socializador”, ele dá ao jovem a “serenidade que lhe é necessária” (FAU, 1968, p. 46). Entendemos que a busca por autonomia é uma necessidade que o jovem tem devido às relações sociais repressivas e coercitivas que ele está inserido, porém, não é no somente no grupo que se dá essa busca, em grande parte das vezes ele é individual, inconsciente, etc. Logo, o jovem não é automaticamente levado ao grupo, várias determinações atuam até que este seja inserido em algum grupo. Por sua vez, a questão da sexualidade, está presente nos jovens, exatamente pelas experiências que advém com a fase de ressocialização, mas nem sempre a violência também se manifesta, da mesma forma como outros temas recorrentes não foram tratados por Fau, como a criatividade, a experiência com drogas, a participação política, o questionamento de instituições, que regularmente aparecem no movimento juvenil. Assim, Fau acerta ao apontar a existência de temas recorrentes entre os jovens.

Outra interpretação sobre as causas do movimento juvenil foi dada por David Matza, ao estudar as “tradições ocultas da juventude”. Resgatando as ideias de Kingsley Davis, Matza diz que as mudanças nas atitudes costumeiras, a tensão pela distribuição das atribuições legais e sobre os direitos e vantagens financeiras geram a alteração do comportamento juvenil durante as relações sociais de ressocialização, o que se agrava já que os jovens não estão incluídos nos mecanismos de decisão na sociedade burocrática e as vantagens financeiras só chegam através das classes sociais (MATZA, 1968). Resgatando a ideia de Parsons, para quem a cultura juvenil é definida pela irresponsabilidade, em oposição à cultura do adulto, Matza diz que os adultos são realistas devido ao senso de risco de perda e por suas responsabilidades com a evolução da ordem social, por isso, juventude encontra-se “fora da ordem estabelecida” não se responsabilizando pelos defeitos do sistema, daí seu “idealismo demasiadamente exigente” e o “cinismo desapiedado” (MATZA, 1968, p. 82).

Além de Matza relacionar o movimento juvenil com épocas de mudança social, ele evidencia a necessidade de rever alguns pontos para analisar a revolta da juventude, isto porque a maior parte da juventude se comporta de maneira convencional. Assim, as versões extremistas da rebelião juvenil de modo algum atingem a maior parte da população jovem, apesar de muitos jovens serem vulneráveis à revolta, concluindo que não parece haver razão para acreditar que houve aumento ou decréscimo dos indices de revolta da juventude na era moderna. Algumas formas de manifestação de revolta aumentaram e outras declinaram, lembrando que durante a década de 1950 muito se falou sobre a idade do conformismo (MATZA, 1968).

Para finalizar essa revisão bibliográfica, retomamos as ideias de Hans Muchow, que analisa os fãs de jazz como um movimento juvenil. Para ele, movimento juvenil significa movimentar-se por si próprio, “vivendo sua vida em grupos autóctones e autônomos” (MUCHOW, 1968, p. 107). O problema dessa abordagem é sobrevalorizar a autonomia, como se esta fosse sinônimo de viver fora da sociedade; por outro lado, Muchow confunde movimento juvenil com movimento cultural, ele analisou os fãs de jazz, e a dinâmica que se estabelece no movimento cultural não é a mesma da que existe no movimento social, embora possa existir semelhanças, tais como a existência de um grupo de adeptos e pessoas que se mobilizam. No entanto, a ênfase é na cultura, e não na situação social e insatisfação social que geram o senso de pertencimento e mobilização, tal como no caso dos movimentos sociais. Daí que sua interpretação de movimento juvenil é equivocada e confusa.

Decorrente da exposição das análises anteriores, compreendemos o movimento juvenil como gerado pela insatisfação social decorrente da situação social do processo de ressocialização (VIANA, 2015a), realizando a contestação de instituições ou normas, comportamentos ou ideias, quer seja na perspectiva conservadora, progressista ou revolucionária. A autonomia dos jovens é um objetivo recorrente, nas mobilizações de perspectiva progressista ou revolucionária, bem como a defesa da autoridade e da tradição surge nos movimentos juvenis de origem conservadora, objetivos que surgem da situação social dos jovens no processo de ressocialização. Temas recorrentes são a questão da sexualidade, as experimentações, a criatividade, e mesmo a contestação cultural, mas sem se reduzir a esta forma de expressão, mas utilizando-a para realizar a crítica da situação que quer alterar.

O grupo juvenil é um grupo policlassista, existem jovens em todas as classes sociais e, com diferenças de grau, todos estão inseridos nas relações sociais da ressocialização dos jovens. Por isso, o movimento juvenil é policlassista, contudo, nas formas de mobilização juvenil, que expressam a riqueza desse tipo de movimento social, existem lutas com objetivos imediatistas, mobilizações de estilos de vida, mobilizações institucionais, autônomas e revolucionárias e que podem se dá sob maior ou menor homogeneidade de classe; assim, as lutas imediatistas e de estilo de vida tendem a ser monoclássistas, como os hippies que em sua grande maioria eram jovens filhos da pequena-burguesia (comerciantes, intelectuais, burocratas estatais e privados) dos EUA, bem como os punks que em sua maioria são de origem das periferias das grandes cidades, embora em ambos os casos a presença de alóctones seja elevada. As lutas autônomas e revolucionárias tendem a ser policlassistas, reunindo estudantes de diferentes origens de classe, reunidos em torno de um projeto de transformação social radical, mas também podem ser monoclássistas, como no caso dos jovens piqueteiros, muito embora este não conforme um

movimento social em si, mas um setor do movimento piquetero. As mobilizações institucionais dependem de vários fatores, a começar pela estrutura da instituição, e podem gerar mobilizações policlassistas ou monoclassistas.

As mobilizações imediatistas acontecem entre os jovens de diferentes classes sociais, mas seu conteúdo é diferente de acordo com a classe social de origem do jovem, essas mobilizações que se dão no cotidiano e geralmente de forma individual, são lutas contra a família, a escola e as instituições repressivas do Estado. As lutas imediatistas envolvem pequenos furtos, participação em bandos e gangues, e surgem, geralmente, motivadas por problemas no meio familiar, com o objetivo de manter o consumo e encontro de solidariedade em um grupo, como é o caso da gangue. Geralmente as lutas imediatistas envolvem os jovens das classes desprivilegiadas, posto que o que está em questão é satisfazer uma demanda imediata, o que é estimulado pelo impulso ao consumismo divulgado pelos meios de comunicação que alcançam os jovens de todas as classes. Mas também ocorre entre jovens de classes privilegiadas.

Já as lutas estilistas, que são processos de formação de estilo de vida, lutas que têm a “cultura como proeminência” (VIANA, 2015a, 109) surgem nos jovens das mais variadas classes, embora os jovens das classes privilegiadas tenham maior propensão a estas lutas, devido ao acesso facilitado aos produtos culturais. Ao longo da história os exemplos são variados, com o *Wanderwogel* na Alemanha sendo pioneiros ainda no começo do século XX, embora a explosão das lutas estilistas venha a ocorrer nas décadas de 1950 e 1960, com os libertinos, beatniks, vagabundos, hippies, provos, punks, hip-hop, etc. Os jovens das classes desprivilegiadas também desenvolvem seu próprio estilo de vida, inclusive as manifestações estilistas dos jovens das classes desprivilegiadas tendem a unir lutas imediatistas com lutas por outro estilo de vida, como no caso do movimento punk e do movimento hip-hop.

As lutas institucionais “são aquelas nas quais o seu caráter juvenil é relativamente apagado em favor de questões institucionais e seguindo interesses de determinadas instituições que podem subordinar grupos de jovens aos seus objetivos” (VIANA, 2015a, p. 110). Nessas lutas os objetivos juvenis são relativamente secundarizados, permanecendo, mas subordinados aos interesses das instituições. O exemplo mais comum dessas lutas são as juventudes partidárias, que é uma luta dos jovens, mas dirigida pelos partidos, podendo estar presentes elementos da condição juvenil, mas são secundarizados. Não se pode confundir as lutas institucionalizadas, que nos referimos acima, e as lutas nas instituições, como é o caso da luta estudantil, que mesmo ocorrendo dentro de uma instituição, o interesse estudantil é o elemento primário dessa mobilização.

As lutas autônomas são “aquelas derivadas de ruptura com as lutas institucionais” (VIANA, 2015a, p. 110) com a proeminência da participação juvenil. Destacam-se as lutas por direitos civis, o antimilitarismo e pacifismo, ecologismo, pelos direitos dos animais, contra uma situação injusta, por solidariedade, etc. Como a base social dos jovens é policlassista as lutas autônomas têm variadas motivações, mas desde que o senso de pertencimento abarque elementos de insatisfação social contra a condição juvenil elas são lutas juvenis.

As lutas revolucionárias são a “forma de contestação total da juventude” (VIANA, 2015a, p. 111) e colocam como elemento fundamental a transformação social de todas as relações sociais, e não somente a transformação da condição juvenil. O Maio de 1968 na França é o exemplo maior dessa forma de luta, pois a mobilização dos jovens e estudantes radicalizados colocou como elemento fundamental a “aliança” com os trabalhadores para efetivar a transformação da sociedade. As lutas revolucionárias podem ser policlassistas, mas a hegemonia no interior da mobilização é do movimento operário e dos jovens das classes desprivilegiadas que colocam a transformação social pelos trabalhadores como elemento fundamental da mobilização.

Em síntese, o movimento juvenil contesta a ressocialização da juventude e se caracteriza por reunir os jovens em espaços próprios, quer seja através da dinâmica do cotidiano, das atividades de estilo de vida ou da contestação política. A ausência da dinâmica da instituição escolar é fundamental para distinguir o que é manifestação do movimento juvenil, do que é manifestação do movimento estudantil. O movimento juvenil ocorre devido às condições gerais da ressocialização da juventude, e em todas as suas variantes contesta algum aspecto da sociedade “adulta”, podendo mesmo chegar a questionar a totalidade da sociedade, ou mesmo esboçar um questionamento conservador ou transformador. O movimento juvenil se forma rejeitando ou aceitando a representação do jovem feita pelo adulto, daí que questões importantes ao movimento juvenil sejam a sexualidade, o uso de drogas, novos comportamentos ou novas experiências, bem como a questão da autonomia e da autoridade esteja presente nas expressões conservadoras, progressistas e revolucionárias do movimento juvenil. O mundo adulto é o referente do movimento juvenil, ao passo que o universo da instituição escolar é o referente imediato do movimento estudantil, daí que os elementos da ressocialização (cultura, comportamentos, papéis sociais) estejam mais presentes no movimento juvenil, ao passo que os elementos determinados pela instituição escolar (autoridade, política, organização e financiamento da escola/universidade) tenham maior peso na emergência do movimento estudantil.

O movimento estudantil é um dos movimentos sociais mais estudados, fato que se explica por ser um dos movimentos sociais mais ativos nas últimas décadas e com presença nas mais variadas regiões do planeta, desde intensas mobilizações em cidades como Goiânia, ou em países africanos, na China, Índia, Europa, EUA. Assim o movimento estudantil está presente nas mais diferentes cidades e países. O volume de manifestações estudantis não foi acompanhado por uma profunda reflexão das ciências humanas e sociais; a maioria dos trabalhos são históricos ou descritivos, isto é, apresentam as origens e o desenrolar das mobilizações, mas não explicam, não analisam na especificidade, diversidade e nas consequências da mobilização estudantil. A superficialidade das pesquisas é agravada pelo fato de que a maioria dos analistas confundem as organizações estudantis com o próprio movimento estudantil. Nesse sentido, no caso do movimento estudantil brasileiro o mais comum é a redução do movimento estudantil à maior e mais complexa organização oficial, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A tese de Mesquita (2006), tendo como objeto o movimento estudantil contemporâneo comete a dupla confusão de limitar o movimento estudantil à UNE, a maior organização oficial do Brasil, e de analisar dentro dessa organização as “expressões de novos movimentos juvenis”, como coletivos de gênero, raça, ecologia, etc., equiparando movimento estudantil e movimento juvenil. Estas confusões são geradas pela falta de rigor conceitual na análise do movimento estudantil, assim, é problemática porque desconsidera o fato de que é peculiar ao movimento estudantil a existência de organizações oficiais, reconhecidas pelo Estado e pela burocracia escolar e que convivem com organizações autárquicas, sem vínculo institucional e mantidas somente por estudantes. Dessa forma, a falta de rigor conceitual e a complexidade da realidade dificultam a compreensão da riqueza deste movimento.

Portanto, é fundamental definirmos o movimento estudantil, e não somente explicar as causas das mobilizações estudantis ou descrever suas formas de mobilização. Tal como o movimento juvenil que questiona a ressocialização, o movimento estudantil também questiona, mas o faz a partir do seu lugar específico, a escola e/ou universidade. Antes de refinarmos esse ponto de partida, vejamos algumas interpretações sobre o movimento estudantil.

O procedimento mais comum para analisar o movimento estudantil é o abordá-lo através de uma ideia mais ampla que explica a dinâmica mais geral da sociedade, mas sem considerar os elementos específicos da formação do grupo estudantil, portanto, sem ter ideias específicas para explicar a dinâmica do grupo estudantil na sociedade contemporânea. Assim, na década de 1960, Marialice Foracchi explica o movimento estudantil como um movimento da “classe média” para se consolidar no processo de transformação da sociedade brasileira. Para Foracchi,

com a recusa da atuação profissional como ela está configurada surge a intenção de alterar os canais da atuação profissional. O movimento estudantil, nessa acepção, é constituído como instrumento de transformação da profissão: “é da imperiosidade necessidade de alteração dos padrões de atuação profissional que nasce o élan transformador que definirá, inicialmente, todo o curso de ação estudantil” (FORACCHI, 1977, p. 200). Assim, os estudantes aceitam a profissão para poder modificá-la, e os obstáculos a tal transformação produzem no estudante o comportamento radical, porque eles têm de confrontar-se com a classe dominante que dificulta o processo de ascensão social da classe média.

Interpretação semelhante, é dada por Guilhon Albuquerque, que evidencia que o movimento estudantil “é expressão da proletarização das classes herdadas da sociedade pré-industrial” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 118), assim, as antigas classes privilegiadas, que na sociedade latino-americana eram o funcionalismo em torno do Estado, buscam se manter e atualizar na sociedade capitalista.

Aqui se faz necessário a crítica dessa concepção de movimento estudantil como movimento de classe média, o que está presente nos dois autores acima citados, embora Albuquerque fale em funcionalismo do Estado, para o contexto latino-americano e não “classe média”, no contexto europeu, pois ele compreende classe média como “proprietário-produtor-independente” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 144), o que não se encaixa na classe do funcionalismo, mas o fundamento da argumentação é o mesmo.

A ideia de classe média em si é problemática, porque não revela um fenômeno concreto ao considerar aspectos específicos para a definição de classe, tal como trabalhos técnicos, relação salarial, renda, etc. Na análise da sociedade capitalista, as classes sociais são coletividades agrupadas em torno do modo de produção capitalista, organizadas de acordo com as relações de produção e a divisão social do trabalho, existindo as classes fundamentais (burguesia e proletariado) e as classes secundárias (campesinato, burocracia, intelectualidade, lumpemproletariado, classes subalternas) (MARX, 1988; VIANA, 2009). É no conjunto das relações de produção que se compreende uma classe, e não em determinações de tipo ideal.

Desta limitação teórica resulta equivocada sua tese de que o projeto de carreira é a expressão da consciência de classe possível do estudante (FORACCHI, 1977). A questão fundamental é que a consciência de classe surge das relações de classe, nas relações de produção e não no seio do grupo, embora entre ambas possa existir vínculos; ao conceber o plano de carreira como consciência de classe, a autora valoriza o que considera como aspecto positivo na integração do trabalho, mesmo que questione que esta seja autonomia parcial e lembre o trabalho assalariado como trabalho alienado. Antes de ser consciência de classe, o projeto de

carreira é a aceitação da divisão do mundo tal como esta se espelha nas distintas profissões e ramos do trabalho na sociedade capitalista, logo, o conteúdo transformador que Marialice Foracchi atribui ao projeto de carreira é vazio no sentido de ser crítico-transformador e antes representa o conformismo com o mundo tal como ele se encontra.

Por outro lado, é evidente que não houve a proletarização da base social dos estudantes universitários, como afirma Albuquerque (1977). Historicamente o que aconteceu foi a emergência das classes auxiliares da burguesia (burocracia estatal e privada, intelectualidade, funcionários de baixo-escalão) e o desaparecimento das classes privilegiadas da sociedade pré-industrial (as subordinadas permanecem marginalmente, como artesãos, camponeses, etc.), com a conseqüente reconfiguração de sua posição na divisão do trabalho dos herdeiros das classes desaparecidas. A explicação das relações de classes tem de estar presente na explicação do grupo estudantil, mas tal explicação deve ser complementar e estar subordinada à uma explicação sobre a existência do grupo social dos estudantes.

Outra explicação sobre o movimento estudantil foi dada por Habermas e alguns colaboradores no clássico artigo sobre “*O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral*”. Neste texto, a pesquisa coletiva dos sociólogos chega à conclusão de que apesar do comportamento estudantil ser caracterizado pela “competência funcional, ambição de ascendência, disposição de adaptar-se” os estudantes estão “mais dispostos a participar da vida política do que a população em geral” (HABERMAS et al. 1968, p. 123), devido à desobrigação profissional, pressão pedagógica e maior grau de informação. Assim, a presença da instituição escolar faz Habermas considerar que os estudantes têm uma propensão maior à participação que os jovens de mesma idade que não estudando (HABERMAS et al. 1968), o que é um erro, pois desconsidera outros elementos que determinam a “participação política” como a origem de classe, o acesso a determinadas ideias, o pertencimento a determinada unidade geracional. O que gera a mobilização estudantil seria a própria condição privilegiada do estudante, o que nos contrapomos, por considerar que ocorre justamente o contrário, é o próprio caráter repressivo e coercitivo das relações sociais nas instituições escolares que produzem o questionamento estudantil.

Se formos considerar como o faz Leipset, dependendo da estrutura escolar é possível evitar as mobilizações estudantis. Seymour Leipset fala que quanto maior for a pressão sob os estudantes para envolver-se com os estudos, menor será o nível de participação política de qualquer espécie, e que quanto maior o envolvimento dos estudantes em atividades não-acadêmicas (como o trabalho, estágios, grupos diversos, etc.) maior será o envolvimento dos estudantes em movimentos políticos:

Geralmente, quando a sociedade, a universidade e os estudantes aproveitam integralmente os recursos intelectuais à sua disposição, numa atmosfera de liberdade intelectual, e quanto se dispõe de recursos adequados representados pela presença de um corpo docente, bibliotecas, laboratórios e subsídios para os estudantes, verifica-se que os estudantes não costumam se envolver em atividades políticas e se dedicam outrossim a atividades acadêmicas e profissionais relacionadas à reparação para uma futura carreira (LIPSET, 1968, p. 134).

O mérito de Lipset foi o de ter percebido que a qualidade do atendimento das instituições e o auxílio aos estudantes evitam os movimentos estudantis, bem como condições não acadêmicas estimulam a participação política dos estudantes.

Outros autores buscaram explicar o movimento estudantil não pela sua inserção em uma instituição escolar, mas pelas determinações externas da mobilização dos estudantes, e Ruy Mauro Marini deu algumas contribuições nesse sentido. Marini afirma que a participação dos estudantes na vida política da América Latina não é um fenômeno novo. Em 1970 ele coloca que há mais de um século esta participação se faz presente¹⁸. Dessa forma, a luta dos movimentos estudantis não é nova na sociedade moderna, o que é novo é que os estudantes incorporam novas características no seio de suas organizações. Desde a década de 1960 o que é novo no seio do movimento estudantil é a consolidação da “mobilização massiva e radicalização ideológica”, que segundo Marini é resultado das transformações da produtividade capitalista, a mudança tecnicista no conteúdo dos cursos e a expansão do setor privado na educação universitária, em uma sociedade que não tem capacidade de fazer acompanhar o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas e da expansão do ensino. Nesse contexto social o atual movimento estudantil, sustenta-se em dois elementos, segundo Marini:

a crescente mobilização das massas estudantis, rompendo com a ação das minorias vanguardistas de antigamente, e também uma definição ideológica mais nítida, que, em vez de fundar a ação sobre os problemas sociais em geral traduzidos em palavras de ordem abstratas e estranhas à consciência estudantil, dá lugar à militância fundada sobre uma consciência revolucionária do papel dos estudantes na luta de classes (MARINI, 1970, p. 1).

Assim, o movimento estudantil passa a interferir na correlação de forças dentro de seus países, torna-se “uma variável que se inclui no quadro concreto da luta de classes nacional” (MARINI, 1970, p. 10). A contribuição de Marini é que ele indica uma nova forma de pensamento no seio do movimento estudantil latino-americano, a “consciência revolucionária do papel dos estudantes na luta de classes”, essa ideia tornou-se hegemônica no movimento estudantil, orientado a constituição de organizações, campanhas, textos, análises e atividades

¹⁸ Marini não deixa claro, mas aqui devemos esclarecer que essa participação se deu enquanto indivíduos isolados, tanto na vida política em geral, quanto nos sindicatos e outras organizações dos trabalhadores, bem como em movimentos conservadores, como foi o nacionalismo europeu do início do século XX.

em geral. Constituiu-se, ali na década de 1960 uma tendência do movimento estudantil, como um conjunto de ideias que orientam como este deve ser, os objetivos que deve atingir e o que deve fazer. No passado foi falado em aliança operário-camponesa-estudantil, na “universidade-fábrica”; atualmente se diz ir às comunidades, aos bairros de periferia. A contribuição de Marini foi apresentar a existência, mesmo que ele não tenha nomeado como tal, de uma tendência no movimento estudantil, fenômeno que nos dedicaremos no último tópico deste capítulo.

Marini acerta ao indicar que a militância política do ME está mais nítida e claramente direcionada, a “radicalização ideológica” dos estudantes está intimamente vinculada aos fatores da condição estudantil gerados pela evolução do capitalismo nas últimas décadas: ampliação do número de matrículas, crescente dificuldade de absorção no mercado de trabalho da mão de obra qualificada, avanço da profissionalização e tecnicização do ensino e, mais recentemente, a tentativa de transformar as universidades em “grandes empresas” deixando de ser instituições da administração estatal, análise feita no ano de 1970.

A definição que utilizamos de movimento estudantil é a seguinte:

O movimento estudantil é o movimento de um grupo social e este é formado por estudantes. Estes formam um grupo social por sua condição estudantil, sendo um grupo situacional (o que o diferencia dos grupos culturais, unidos por uma causa, ou dos grupos corporais, unidos por semelhança física). A situação social dos estudantes é geradora de diversas formas de insatisfação, especialmente com as instituições educacionais que geram todo um processo de violência disciplinar e cultura, além das carências educacionais e institucionais que atingem os estudantes. Como os estudantes formam um grupo social policlassista, não se limitam a questões especificamente estudantis, há outras situações específicas de cada subgrupo que geram outras formas de insatisfação (VIANA, 2016b, p. 12-13)¹⁹.

Marcus Vinícius da Conceição diz que a condição situacional, a transitoriedade, impacta no movimento estudantil tanto em suas demandas internas e quanto em suas demandas externas, o que faz com que “crie-se pautas e demandas mais conservadoras ou revolucionárias, dependendo dos membros que estão atuando dentro do movimento estudantil, podendo assim fortalecer ou enfraquecer o movimento” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 85).

O movimento estudantil surge contra a ressocialização específica dos estudantes, violência disciplinar, cultural e alienação, condições de estudo, até emergir os setores e as ideias do movimento estudantil que transcendem os muros da universidade. O movimento estudantil surge quando aparecem as primeiras lutas estudantis envolvendo o ambiente escolar, têm como reivindicações questões que envolvem as condições de estudo tais como o acesso aos materiais

¹⁹ Definição semelhante a de Marcus Vinícius Conceição: o movimento estudantil pode ser caracterizado como um movimento social constituído pelo grupo social estudantil que articulam-se através de demandas referentes a partir da área educacional, além de ser marcado pela questão da transitoriedade, uma vez que a condição de estudante não é permanente (CONCEIÇÃO, 2016, p. 86).

de estudos, melhorias na estrutura física das escolas, mais professores, participação nas decisões e administração escolar, políticas de permanência estudantil²⁰, etc.

Com o tempo essas lutas desembocaram na criação de organizações exclusivas de estudantes: podendo ser entidades ligadas às instituições de ensino (DCE, CA, grêmios, etc.) ou organizações de representação na relação com o Estado (Une, Ubes, etc.), essas entidades são oficiais²¹, portanto, seguem a lógica burocrática das instituições escolares²², mas podem expressar o movimento estudantil quando estão organizadas pela base estudantil. Há ainda os grupos políticos formados somente por estudantes mas que não mantêm relação direta com as instituições, alguns intervindo no ambiente escolar, e outros somente fora da escola/universidade. O que dá coesão a todas essas organizações é seu caráter exclusivamente estudantil. Contudo, isso não significa que mesmo na ausência de organizações não exista movimento estudantil, pelo contrário, como muitas greves, ocupações, assembleias, manifestações e mobilizações diversas vêm demonstrando, o movimento estudantil possui uma imensa capacidade de espontaneidade explosiva e de se organizar apesar da inexistência de entidades ou grupos efetivamente construídos.

Encerrados no mesmo ambiente, direcionados para o estudo alienado e pelo período de ressocialização, os estudantes sentem intensamente o peso do processo de ensino e da organização autoritária das instituições escolares. As pressões sociais são muito intensas e da ordem de vários sentidos, assim, o movimento estudantil é gerado pela insatisfação social com a situação estudantil na instituição escolar (estrutura, professores, auxílio, etc.), e tende a produzir diferentes ramificações.

Desta forma, os jovens estudantes vivem as contradições da integração repressiva da instituição que lhe cria, portanto, tendem a reforçar o *status quo* da ordem dominante, mas por viverem sob regime de repressão e coerção dos estudos e das instituições de ensino, além das questões da origem de classe dos estudantes, estes tendem ao caráter crítico e contestatório. Na

²⁰ Maio de 68 começou em Nanterre por reivindicação de que as meninas pudessem receber visitas masculinas na moradia estudantil

²¹ A questão das entidades estudantis é didática para esclarecer a diferença entre movimento social e suas organizações, no caso entre o movimento estudantil e as organizações estudantis. As entidades são organizações reconhecidas pelo estado e que têm sua existência reguladas por ele, geralmente se constituindo como burocracia formal. As entidades cristalizam, reificam a existência do movimento estudantil, tentando se auto reproduzir mesmo na ausência de qualquer mobilização dos estudantes, a sua existência é, na atualidade, confrontada diretamente pelas organizações estudantis que surgem (assembleias, coletivos, organizações, etc.). Nos anos de 1970 Albuquerque disse que um “traço essencial” movimento estudantil brasileiro era seu caráter oficial, o “monopólio institucional da representação” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 122) que determinaram o funcionamento “partidário na base e unitário na cúpula” (1977, p. 124). Conceição (2016) citando Breno Bringel diz que “somente se tratará de um movimento estudantil se a organização não estiver institucionalizada” (2016, p. 80).

²² Bensaïd (1969) diz que a divisão interna aos estudantes, entre a burocracia estudantil e o restante do grupo estudantil, não se cristaliza e por isso a burocracia estudantil é uma burocracia informal.

verdade, percebe-se que o movimento estudantil é uma das principais forças políticas ativas da atualidade; sobre os estudantes pesa o avanço das novas políticas neoliberais, que precariza e privatiza as condições de ensino; por outro lado, a crise das burocracias sindicais e partidárias abre espaço para a ação autônoma e mais radicalizada dos estudantes, construindo modos de ação não-autoritários, baseados no assembleísmo e na auto-organização.

Nesse contexto, uma das principais tendências do movimento estudantil organizado é aquela que se posiciona em luta pelos interesses da classe trabalhadora, sejam eles interesses imediatos como a melhoria e ampliação das políticas sociais e melhores condições de vida e participação política, ou interesses genéricos, como o fim da sociedade de classes. Como estratégia, defendem a massificação dos processos de luta, envolvendo o conjunto da população trabalhadora e grupos oprimidos: daí os grupos de aliança proletário-estudantil, de organização nos bairros e comunidades, ou outros tipos de organizações de intervenção prática (política, cultural, acadêmica).

Tendo em vista as reflexões levantadas sobre movimento juvenil e movimento estudantil, destacamos as seguintes semelhanças e diferenças entre os dois tipos de movimento social.

O grupo estudantil é parte do grupo juvenil, a diferença fundamental é a presença da instituição escolar, determinação externa da vida do estudante. Os jovens das classes desprivilegiadas têm sua ressocialização escolar encurtada, correndo no trabalho precoce e em outras relações. Por sua vez, os jovens das classes privilegiadas são ressocializados (aprendizado de especialização, responsabilidades sociais) por um maior período de tempo.

A escola e a universidade abarcam indivíduos de várias classes, apesar que na universidade a presença dos indivíduos das classes privilegiadas (burguesia e classes auxiliares) seja relativamente maior que os indivíduos das classes desprivilegiadas. Os movimentos juvenis explodem fora da escola, no âmbito da sociedade civil e têm as seguintes formas de luta: lutas imediatistas, lutas estilistas, lutas institucionais, lutas autônomas e lutas revolucionárias. O elemento fundamental a ser negado são os aspectos da ressocialização e nas manifestações concretas dessas lutas existe uma homogeneidade de composição de classe que não existe no movimento estudantil.

A semelhança fundamental entre o movimento juvenil e estudantil é que ambos são movimentos sociais gerados por condições situacionais, a juvenil e a estudantil, que não são condições permanentes, são condições temporárias, por isso são grupos situacionais gerados no período da ressocialização. Existencialmente possuem semelhanças e diferenças. Uma questão específica desses dois grupos é que quase todos os membros do grupo estudantil estão dentro

do grupo juvenil, mas nem todos os jovens são estudantes, e estes podem estar sendo ressocializados em outras instâncias, relações interpessoais, familiares, trabalho, com a condição de indivíduo em ressocialização e ainda não plenamente apto a atuar em todas as instâncias da sociedade.

Entre os diferentes tipos de lutas existentes nos movimentos estudantis, pode-se dizer que os estudantes transitam das lutas nas instituições²³ para as lutas autônomas e revolucionárias; lutas imediatistas existem no movimento estudantil (mais professores, bolsas, moradia, melhores instalações, currículo, acesso, etc.), mas as lutas de estilo de vida, que se aproximam dos movimentos culturais geralmente não ocorrem no espaço escolar e sim em clubes, associações, e seus objetivos não são educacionais ou genéricos, e sim a criação de outro estilo de vida (hippies, punks, beatniks, correntes artísticas, etc). As lutas autônomas podem ocorrer ou não no espaço da escola/universidade, mas geralmente avançam do espaço escolar, mobilizando outros setores da sociedade civil.

Em termos de composição grupal, o grupo juvenil é maior, e o grupo estudantil é bem mais restrito, mas que pode aumentar ou diminuir em contextos sociais e influenciado por políticas estatais, os estudantes não são todos jovens, bem como os jovens não são todos estudantes.

A situação social do jovem é definida pela ressocialização nas relações sociais mais amplas, bem como para os jovens filhos da classe trabalhadora. Quando não estão inseridos na escola têm sua ressocialização adiantada pelas relações de trabalho, ou nas ruas, com amigos e familiares, associações, etc. O estudante além dessas instâncias está inserido na escola.

A insatisfação social do jovem ocorre com a família, com trabalho, com as relações pessoais, o comportamento definido pelas convenções, elementos culturais, enfim, contra os mecanismos de sua ressocialização. O estudante tem sua insatisfação social gerada pela situação escolar e pelas motivações da origem de classe dos seus membros. A insatisfação do jovem tem origem nos elementos da ressocialização, o que varia conforme a classe social; já insatisfação do estudante é contra a instituição (repressão, coerção, violência) e combinação das reivindicações da composição social, por isso se manifesta em termos das mudanças na instituição escolar e com condições de vida em geral, e não nas condições da ressocialização, em específico, tal como os jovens.

²³ As lutas nas instituições diferem das lutas institucionais, na medida em que estas últimas ocorrem sob a dinâmica da instituição (partidos, Estado, igrejas), e as lutas nas instituições ocorrem dentro das instituições, mas não tem dinâmica definida pela instituição, a exemplo das mobilizações dos estudantes.

Nos dois grupos o senso de pertencimento é frágil porque é criado nas condições de transitoriedade (BENSAID, 1969), além de que elementos culturais e ideias atuam na formação do senso de pertencimento. No grupo estudantil o senso de pertencimento pode ser mais forte, por estar agrupado, mas não deixa de ser transitório, apesar que no movimento estudantil e juvenil existem tendências que negam a própria identidade de estudante ou de jovem, embora esta seja mais complexa de ser negada, devido sua determinação biológica.

Porém, o senso de pertencimento pode ser manipulado, objeto de reflexões e ideias políticas e direcionado, mesmo que coletivamente, para outro grupo com o qual se identifica, que se cria valores de solidariedade, etc. Crenças religiosas podem trilhar este caminho, jovens voluntários também podem se identificar com as crianças que moram na rua e assim participar de alguma organização ou produzir textos criticando esta situação. Na análise do nosso material informativo, descobrimos que o senso de pertencimento dos membros das organizações atua vinculando-os aos interesses dos setores populares das sociedades latino-americanas e a defesa de suas lutas.

A mobilização do jovem ocorre essencialmente na sociedade civil através de manifestações, grupos, panfletagens, reuniões, ocupações de espaços públicos ou abandonados. Por outro lado, não ocupa a escola, não faz greve, não tem relação institucional burocrática direta, e sim indireta, por exemplo quando elabora reivindicações do Estado. O estudante tem sua mobilização inicial na escola, e por seu vínculo institucional, geralmente direciona demandas para o Estado, além de exercer pressão sobre a sociedade civil, para tanto utiliza-se das greves estudantis, ocupações, assembleias, manifestações, organizações.

Por outro lado, na atualidade, tanto mobilização juvenil e estudantil não se dão, de forma hegemônica, através da política institucional e, com exceção das lutas imediatamente estudantis, que são geradas com senso de pertencimento estudantil, a maioria das manifestações concretas destas lutas juvenis e estudantis estão envolvidas por determinações sociais de ordem mais ampla. O movimento *Yosoy132* no México, o Movimento *Ocuppy* nos EUA, ocupações de praças na Europa e nos países Árabes e as manifestações de junho de 2013 no Brasil, foram iniciadas e propagadas por jovens e estudantes e não mantinham vínculos com organizações burocráticas ou com as instituições do Estado. O jovem militante ou o estudante militante são produtos das relações sociais que criam a juventude e os estudantes. O engajamento ou a militância em algum tipo de movimento social somente podem ser compreendidos através da perspectiva totalizante do grupo social e das relações deste com o conjunto da sociedade.

Os objetivos juvenis contestam os elementos da ressocialização, daí ser frequente a proposição de outro estilo de vida, recusando o trabalho, as responsabilidades sociais, as

expressões culturais e normas de comportamento. Por sua vez, os objetivos estudantis se voltam para os elementos da instituição escolar, as condições de estudo, bem como, devido a base social policlassista, esboçam, em diversos momentos, a relação entre educação e política geral, fato propiciado pela inserção numa instituição que tem vínculos com o Estado. Nos dois movimentos sociais, a autonomia é um objetivo, posto que é uma resposta contra a situação social da ressocialização juvenil e estudantil.

O grupo juvenil é policlassista, mas as diferentes formas de luta, as mobilizações juvenis tendem a se desdobrar por meio da composição social monoclassistas dos seus membros. Os estudantes são um grupo policlassista e, devido ao agrupamento dos estudantes, suas mobilizações tendem a conservar essa característica do grupo. Entretanto, devido ao fato de que os dois grupos sociais possuem em sua composição social várias classes sociais, esses movimentos tendem à insatisfação com elementos mais gerais da sociedade, o que remete para a análise de cada caso concreto para compreender como cada ramificação estudada pode estar relacionada com um ou outro movimento social. Tomando como exemplo o movimento Wanderwogel, este sintetiza a complexidade dessa relação, pois sua base é estudantil mas o senso de pertencimento é juvenil, que recusa a autoridade do adulto e busca ter o seu próprio estilo de vida. Assim, é somente na análise da situação concreta, na análise do senso de pertencimento, da mobilização e da insatisfação social do grupo, que podemos ter os elementos que definem o significado da mobilização, se juvenil ou estudantil.

1.3 A tendência populista radical e as novas organizações estudantis

Como já indicamos, existem tendências no interior do movimento estudantil. No presente tópico iremos apresentar algumas tendências e enfatizar na tendência populista radical que ganha espaço nas novas organizações estudantis. Como vimos nos primeiros tópicos, uma tendência é uma determinada orientação política, sob a forma de ideias, doutrinas ou qualquer tipo de posição política que aponte diretrizes para um determinado movimento social (VIANA, 2016a). Assim, as tendências orientam as ações, as ideias, os objetivos, os programas, enfim, orientam a prática e as ideias de uma parcela dos indivíduos, organizações, das atividades que existem no interior de um movimento social.

A existência de tendências no movimento estudantil é estimulada pelo fato de que no interior do grupo estudantil se manifestam dois tipos de interesse: os especificamente estudantis, e os interesses da origem de classe dos estudantes, originando uma dupla demanda neste movimento social (SANCHEZ, 2000; VIANA, 2016b; CONCEIÇÃO, 2016; MARINI,

1970). Antes de apresentarmos as tendências, explicaremos os motivos pelos quais surgem as várias tendências no movimento estudantil.

O movimento estudantil e o movimento juvenil são movimentos policlassistas (MARINI, 1970; VIANA, 2016a; VIANA 2016b; CONCEIÇÃO, 2016) e que determina o pertencimento dos seus membros pelo caráter provisório (CONCEIÇÃO, 2016; BENSÁID, 1969). As classes sociais estão divididas por interesses opostos e antagônicos, e a transitoriedade dos seus membros gera uma constante renovação interna, o que pode gerar novas ideias, resgate de ideias passadas, continuidades e rupturas. Esses elementos objetivos interferem na composição dos membros, o que impacta o conjunto de ideias assimiladas por estes. Mudanças sociais, hegemonia de novas ideias, acontecimentos importantes, contribuem para que determinadas ideias se consolidem.

É nesse contexto que Marini (1970) evidencia que os estudantes são uma variável a considerar no quadro da luta de classes de um país. Faletto (2007) analisou o papel das universidades na modernização do Estado na América Latina, contribuição que se deu com a institucionalização da universidade e o engajamento dos estudantes nas décadas de 1940 e 1950 nesse projeto, quando os temas dominantes foram a ciência, a tecnologia, o progresso mas, sobretudo, a ideologia do desenvolvimento. Em outro contexto, no final da década de 1960, Griset e Kravetz (1968) analisaram o desenvolvimento da luta de classes e explicaram que esta pode desenvolver uma consciência mais ampla nos estudantes, podendo superar o movimento estudantil e “quebrar o círculo estudantil” (GRISSET & KRAVETZ, 1968, p. 89).

O movimento estudantil pode encaminhar-se por meio da ação autônoma, inclusive rompendo os limites impostos pelas instituições escolares. Por outro lado, na maior parte do século XX os estudantes estiveram sob hegemonia de outras organizações, sendo as principais os partidos, o Estado, grupos religiosos ou outros movimentos sociais. No caso da relação entre estudantes e partidos esta foi de tal aproximação que Foracchi, na década de 1960 afirmou que “o importante é que a vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil porque, só a duras penas se sustém como vanguarda” (1977, p. 232). Por outro lado, falou-se muito até a década de 1970 que as organizações estudantis oficiais seriam uma espécie de sindicato estudantil, devido ao monopólio da representação (ALBUQUERQUE, 1977), ou da orientação de que os estudantes são um tipo de trabalhadores (GRISSET & KRAVETZ, 1968).

Atualmente, são poucos os que afirmariam que o movimento estudantil só possui força se estiver atrelado a algum partido, ou que os estudantes têm de formar sindicatos. No regime de acumulação integral, essas duas organizações entram em fase de quase total deslegitimação.

Fala-se mais, atualmente, que os movimentos estudantis estão em constante contato com outros movimentos sociais, sendo esta uma de suas principais características (BRINGEL, 2009; MESQUITA, 2006). Nesse sentido, Mesquita diz o seguinte:

Com o surgimento da ampla rede de movimentos sociais ocorrido na década de 80 – por consequência da redemocratização do país – e a partir do contato e diálogo do movimento estudantil com estes segmentos sociais, o movimento dos estudantes vem incorporando bandeiras e formas de organização várias, em seu interior, pulverizando e diversificando sua atuação e oferecendo à sua base outros espaços de militância (MESQUITA, 2006, p. 50).

Considerando essas análises, se torna perceptível que, apesar da “facilidade” na identificação de um movimento estudantil (juventude, estudantes, escola, etc.), a análise sociológica tem de considerar diversos elementos que atuam na formação do movimento dos estudantes, pois são diversos os fatores que atuam nas mobilizações estudantis, sendo que inúmeros destes fatores são determinações externas ao grupo e ao movimento estudantil. É nesse contexto que surgem as tendências dentro do movimento estudantil.

Daniel Bensaïd, analisando o movimento estudantil de 1968 conclui que o contexto político concede ao estudante um lugar privilegiado. É o elo mais fraco da cadeia de integração política legalista, que inclui em seus extremos os partidos burgueses, de um lado, e a política do Partido Comunista, do outro. Aqui, remete-se ao enquadramento institucional do movimento estudantil, através de suas entidades, e ao aparelhamento pelos partidos bolcheviques. Esta situação se altera durante a década de 1960. Com a ruptura da cadeia de integração política legalista, os estudantes criam sua própria tradição de luta e forjam as suas organizações (BENSAÏD, 1969).

As mobilizações estudantis da década de 1960 e 1970 romperam a tradicional integração estudantil às instituições políticas, e abriram espaço para a emergência de várias tendências no interior do movimento estudantil. A ocorrência de lutas dentro da instituição ainda existe, pois é fundamentada na própria condição estudantil que é um grupo criado por uma instituição, a escolar. Entretanto, outras tendências surgiram, e a atuação institucional já não é mais exclusiva, sendo, atualmente, uma entre várias outras tendências no movimento estudantil.

Uma das tendências existentes no movimento estudantil é voltar-se para os interesses exclusivos dos estudantes, tal como uma das tendências existentes no movimento juvenil é isolar os jovens da sociedade dos adultos. Outra tendência orienta-se pela fragmentação estudantil, motivada pela aceitação de ideologias pró-estruturalistas (que abordaremos no segundo capítulo). Para essa tendência, as lutas estudantis estão divididas em interesses específicos dentro do grupo estudantil. Assim, defende-se os estudantes negros, as estudantes

mulheres, etc., sem, contudo, buscar relacionar as lutas específicas do subgrupo, e muito menos buscar relacionar a luta dos estudantes com o conjunto da sociedade.

Uma terceira tendência que conquista espaço, na atualidade, é a tendência de encontro do movimento estudantil com o movimento juvenil e destes com as “classes populares”, implodindo as barreiras institucionais (família, escola, instituições públicas e privadas) e sociais (sobretudo a de classe) existentes entre estudantes e jovens, possibilitando que outros jovens possam participar ativamente mesmo de organizações marcadamente estudantis, mas que se mobilizam por interesses mais amplos, não redutíveis aos interesses estudantis. Nesse quadro, percebe-se que as novas organizações surgidas do movimento estudantil não entram na dinâmica (greves, ocupações de sala, “cadeiraço”) por reivindicações estudantis, e sim na dinâmica de reivindicação de interesses genéricos.

Para essa terceira tendência estudantil a pergunta chave é: quais as possibilidades reais do movimento estudantil ultrapassar os muros das instituições escolares? Tomando como referência as formas de mobilização expressas pelos movimentos juvenis, podemos afirmar que no interior do movimento estudantil existem as lutas imediatistas (contra normas, conflitos escolares, rejeição ao sistema de exames, contra a autoridade do professor, etc.), as lutas dentro da instituição (para aperfeiçoar o atendimento da instituição e o auxílio aos estudantes), as lutas autônomas, que ocorrem tanto por demandas internas quanto externas, e que criam organizações controladas pelos estudantes, e as lutas revolucionárias, que em si questionam a condição estudantil, a instituição escolar e apontam para a transformação social defendendo a aliança entre os estudantes e o movimento dos trabalhadores, sob hegemonia deste último.

Segundo Foracchi (1977), Parsons disse que o poder estudantil não pode transcender o poder da faculdade, sendo limitado às questões que a instituição suscita. Esta é uma afirmação que é parcialmente correta, pois de um lado temos a fragmentação do movimento estudantil, com a emergência de organizações e ideias que se baseiam em questões específicas à instituição, como a situação do negro e estudante, da mulher e estudante, gay e estudante, etc. Por outro lado, o movimento estudantil foi enquadrado institucionalmente, o que gerou as organizações oficiais dos estudantes; estas estão na divisa entre o movimento e a instituição escolar, sendo que ora estão próximas do movimento (e aí se diz que o “grêmio se torna atuante”), ora cumprem suas funções institucionais e rituais burocráticos, formalizando a participação estudantil. Atualmente, até mesmo nas mobilizações estritamente estudantis as entidades encontram dificuldade de atuação no interior do movimento estudantil, no lugar das organizações oficiais, as assembleias livres, os comitês de greve são gerados pela mobilização estudantil no interior das escolas e universidades. É sob estas condições que a parcela mais ativa

dos estudantes mobilizados está orientada politicamente para as lutas sociais e populares mais amplas.

As novas organizações estudantis que surgem podem se opor à fragmentação com a mobilização que unifica e exterioriza a mobilização estudantil em torno de uma reivindicação em comum, que pode ser específica, genérica ou universal. As novas organizações estudantis se opõem à fragmentação da tendência especificista que se justifica através das ideias de uma demanda específica, por isso a meta da unificação do movimento estudantil se opõe a esta tendência.

Na atualidade, uma parcela do movimento estudantil direciona sua participação em outros movimentos sociais. Assim, a orientação política de se autonomizar das organizações estudantis oficiais e de ir além dos muros escolares é uma tendência do movimento estudantil que pode se desprender do “ciclo estudantil” (GRISSET & KRAVETZ, 1968), que é determinado pelas instituições escolares.

Sendo assim, as novas organizações estudantis, que não são tão novas, já que sua origem remonta à radicalização da luta de classes durante as décadas de 1960 e 1970, não estão organizadas burocraticamente, e como elas dizem, realizam a “ação direta” com o objetivo de conquistar suas demandas. A ação direta é uma forma de mobilização direta, sem mediação da burocracia, sendo a mobilização conduzida pelos próprios estudantes, sem divisão hierárquica para o seu funcionamento.

As novas organizações estudantis também se caracterizam pela forma de organização “autárquica” (VIANA, 2016d), ou seja, não estão dependentes de outras organizações para existirem. Ao romper com os partidos, sindicatos, representação institucional, essas organizações se distanciam, também, das entidades estudantis, criticando-as por seu caráter oficialista e burocrático. A “horizontalidade” aparece como forma de organização, isto é, todos têm o mesmo direito de participação e de decisão dentro da organização, o que se complementa com a organização através da rotatividade das funções internas, geralmente cada membro assumindo uma função por determinado período de tempo.

As novas organizações estudantis buscam articular a “dupla demanda” (SANCHEZ, 2000; BRINGEL, 2009) que existe no interior do grupo estudantil. Assim, os interesses estudantis são relacionados com interesses genéricos ou universalistas, sendo que a hegemonia nessa articulação se dá através da busca de objetivos estudantis e objetivos que interessam às classes populares, à classe trabalhadora, apesar de que muitas vezes essa articulação não consegue se efetivar. Por outro lado, também algumas organizações estudantis buscam articular interesses estudantis com os interesses da burguesia ou de outras classes, como burocracia,

embora a hegemonia da ideologia neoliberal direcione essa articulação para os interesses burgueses, como privatização do ensino, tecnicização, retirada de certos conteúdos da grade curricular, etc.

Algumas das principais novas organizações estudantis se definem “anticapitalista”, porém, sem grandes desdobramentos que aprofunde ou desenvolva esse conceito. A crise de referências culturais do século passado, como o pensamento bolchevique ou o pensamento social-democrata, contribui para a dificuldade de sugerir um projeto político de sociedade alternativo, sendo este inexistente, para além da doutrina que se diz “anticapitalista”. Também atua neste processo a hegemonia da ideologia pós-estruturalista, que faz a crítica do “pensamento totalizante”, a apologia da individualidade, da fragmentação e dos elementos culturais, o que cria obstáculos para a formulação de um projeto de sociedade, sendo que muitas vezes esses elementos pós-estruturalistas estão combinados com o resgate de concepções políticas, tais como o anarquismo, situacionismo, conselhismo. Tal questão discutiremos no próximo capítulo.

As novas organizações estudantis são marcadas pela pluralidade interna, coexistindo diferentes concepções políticas, que influenciam mas sem formular uma concepção política unitária. Tal pluralidade de ideias (anarquistas, autonomistas, conselhistas, situacionistas) está sendo adequada para justificar a aproximação dos estudantes com os movimentos populares, buscando intervir nas diversas lutas populares que acontecem atualmente, lutas que têm por objetivo satisfazer necessidades das classes populares, defendendo a demanda por serviços públicos, por consumo, por transporte, por moradia, contra projetos de desenvolvimento, contra a grilagem de terras, contra a privatização de bens públicos, etc.

Nesse sentido, acontece uma aproximação real de um setor do movimento estudantil com outros movimentos sociais, caracterizando a exteriorização da mobilização estudantil para fora dos limites das instituições escolares. Para finalizar esta reflexão sobre a tendência à autonomização de organizações estudantis para fora das instituições escolares, afirmamos que estas organizações estão baseadas na intervenção “prática” nas lutas populares. Marcos Mesquista (2006) analisando o fenômeno de saída dos estudantes do espaço estudantil para irem atuar nas lutas sociais mais amplas, diz que “a tradição de diálogo e interlocução com outros segmentos sociais se dá em dois níveis, dos quais denominamos: a) simbólico visível e; b) interventivo comunitário”. (MESQUISTA, 2006, p. 84). “O nível simbólico visível” é quando as organizações estudantis somente concebem ideias, discursos e projetos que incluem os setores populares em suas demandas, já o nível “interventivo comunitário” é quando ocorre a

intervenção efetiva, e os estudantes saem das escolas e universidades e passam a atuar nas mobilizações populares.

Preferimos denominar essa ação de saída do movimento estudantil como uma orientação “práxica” para atuar nas mobilizações populares, caracterizando-se pela intensa participação de estudantes organizados. O neologismo “práxico” significa uma “ação direcionada por uma finalidade consciente, ou seja, derivado da práxis” (VIANA, 2016a, p. 46) e estabelece uma orientação para a atuação dos estudantes. Essa orientação define que a prática dos estudantes mobilizados deve ser direcionada para as lutas populares, os estudantes devem ter reivindicações e agir para satisfazer interesses que são das “classes trabalhadores”, das “comunidades”, dos “oprimidos”, da “população de periferia”, etc. Esta orientação não se limita ao nível discursivo, que na linguagem de Mesquita seria o nível “simbólico visível”. Assim, esta orientação não se resume a ideias que a justificam; ela tem um desdobramento prático, e a ação fora das instituições escolares se traduz na defesa de interesses populares.

As novas organizações estudantis são geradas por uma nova onda de mobilizações e surgem dentro de um novo ciclo da luta de classes sob o neoliberalismo, que iremos analisar no capítulo seguinte. Aqui tratou-se de apresentar as características principais das novas organizações e mobilizações estudantis.

1.4 Ideário e discurso nas organizações mobilizadoras

As ideias mobilizam os seres humanos. Consideramos as ideias no sentido amplo de atividade, sendo, portanto, uma forma de atividade, que é intelectual e especificamente humana e que ocupa espaço muito importante na análise das organizações mobilizadoras derivadas de movimento social. Tanto as ações concretas, quanto as ideias adotadas, demonstram que uma organização mobilizadora é uma organização complexa, que somente pode surgir em determinado estágio de complexidade da sociedade, no caso, a capitalista. Analisar as ideias adotadas pelas organizações mobilizadoras prescinde de uma compreensão geral sobre o que é o pensamento, uma compreensão genérica sobre o que é uma ideia.

O pensamento é a atividade intelectual, e para exercê-la utilizamos das ideias para representar algo; a representação é tornar presente algo que não está mais presente, no caso expressa-se algo através das ideias. Por sua vez, as ideias são a unidade do pensamento. Cada representação se faz por meio das ideias, que estão articuladas dentro da atividade intelectual, dentro do pensamento, atividade que o ser humano realiza desde que soube desenvolver a potencialidade do uso da mente, tornando-a uma necessidade. Esta potencialidade se torna efetiva, constituindo-se como necessidade, na medida em que o ser humano precisa produzir e

reproduzir suas condições materiais de vida e só o pode fazer sob a forma de relação com outros seres humanos. Assim, a atividade intelectual humana ocorre em diferentes formas de associação humana (das mais simples às mais complexas, do bando primitivo às pequenas associações de capitalistas transnacionais), sendo que no início é mera consciência do meio imediato, é somente um “instinto consciente” (MARX & ENGELS, 2007).

Produzir ideias é uma atividade que é necessária para a vida humana em sociedade, a atividade intelectual existe desde a origem da vida social, e como tal, reproduz a sociedade, estando presente em todas as esferas da vida social, portanto, as ideias correspondem, estão relacionadas a uma determinada forma de sociedade. O conjunto dos pensamentos forma a consciência de um indivíduo, por isso o íntimo vínculo entre pensamento e indivíduo; por sua vez, a totalidade das ideias vão formar parte das tradições culturais de uma sociedade, além outras expressões culturais.

A consciência como conjunto dos pensamentos do indivíduo significa que o indivíduo é sua consciência e sua consciência é o indivíduo, mas este só existe em determinadas relações sociais, e por isso a consciência é o ser consciente (MARX & ENGELS, 2007), o ser social que tem determinada consciência. A divisão do trabalho, a constituição de classes sociais, o aumento populacional determinam novos seres conscientes e nesse processo a consciência se fragmenta e se autonomiza da realidade. A divisão do trabalho cria diferentes classes e com isso distintas posições dos indivíduos na sociedade, que passam a ter consciência da sociedade a partir do estrito ponto de vista de sua posição; a divisão do trabalho cria também a separação entre os produtores e os que comandam o trabalho, cria a divisão entre trabalho material e trabalho espiritual e a partir desse momento a “consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real”, na sociedade de classes a consciência está em condições de “emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc.” ((MARX & ENGELS, 2007, p. 35-36).

O pensamento é a atividade intelectual de representação das coisas através das ideias. Assim, as ideias são os elementos unitários do pensamento, e o conjunto dos pensamentos forma a totalidade da consciência de um indivíduo, que é assim, o ser consciente. Portanto, a ideia é, ao mesmo tempo, unidade e totalidade da consciência, perpassando esta em todos os seus momentos. Ao agir, o homem pensa, e seu pensamento pode ter representações verdadeiras ou ilusórias da realidade, a ideologia é a sistematização da consciência ilusória, ao passo em que a práxis é a unidade entre pensamento e prática.

Com a sociedade dividida em classes sociais, que tem várias subdivisões internas, e outras divisões que ocorrem na sociabilidade, surgem diferentes ideias; muitas delas antagônicas entre si. A complexidade da sociedade capitalista cria as condições para a maior complexidade das ideias, bem como para uma maior produção de ideias. Assim, um sem número de ideias convivem na mesma sociedade, ideias de tipos totalmente diferentes, bem como ideias que expressam a mesma coisa de forma diferente. A profusão de ideias, fomentada pelas distintas posições dos seres humanos em sociedade, ocorre sob a necessidade que o ser humano em sociedade tem de expressar a realidade que ele produz, caso ele não produzisse tal realidade, não haveria necessidade de expressá-la, que representa-la através das ideias. Dessa forma, o ser humano expressa a realidade, mas também realiza a projeção dos pensamentos na realidade, negando, afirmando ou pensando como deve ser a realidade. Na análise do processo de trabalho Marx esclarece a dialética das ideias com o mundo material:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (...) Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim (...) (MARX, 1985, p. 149-150).

A consciência não é só expressão da realidade no pensamento, é também projeção da consciência sobre a realidade, de acordo com as relações sociais do ser consciente. As ideias, unidades da consciência, expressam e projetam-se na realidade, assim, as ideias interferem na realidade e não são somente um “reflexo” da realidade, ao orientar a ação humana as ideias constituem-se em elemento fundamental da existência da vida social.

Daí que os movimentos sociais adotam e/ou produzem ideias, que são utilizadas para a mobilização. Por isso que as ideias estão no centro da mobilização dos grupos sociais, inclusive tendo grupo social que é constituído por meio das ideias, como o pacifista ou os grupos religiosos. Acontece que geralmente um indivíduo, um grupo, uma organização têm mais de uma ideia convivendo umas com as outras. Por esse ângulo, não se tem somente uma ideia, mas um conjunto de ideias que permeiam a consciência. O conjunto de ideias pode se dá pela articulação de várias ideias em torno de uma ideia fundamental, que lhe são desdobramentos, e, portanto, somente têm significado relacionado com a ideia fundamental, quando tal articulação se dá chamamos de doutrina tal como vemos no cristianismo. Ou, várias ideias, de

tipos diferentes, podem ser articuladas e orientadas por interesse de base, que dá significado à ordenação das ideias articuladas, este é o caso do ideário.

O ideário é o conjunto das ideias de uma pessoa, de um grupo social, de uma organização, etc. Estas ideias são diferentes entre si, não são antagônicas e por isso poder ser articuladas para orientar a obtenção de um objetivo, de um interesse. O interesse também está presente nas doutrinas, mas no ideário ele realiza a articulação e orientação das diferentes ideias. Como o ideário é a articulação de ideias, é em cada caso que vamos conhecer o significado, os objetivos, a forma específica do ideário. No caso das organizações mobilizadoras, seus textos, manifestos, panfletos, análises são fontes para o conhecimento do ideário das organizações, posto que é neles que as organizações transmitem suas ideias. Até mesmo a mobilização das organizações está fundamentada em determinadas ideias.

Agora o que nos interessa uma forma específica de expressar as ideias, uma forma em especial: o discurso. O discurso é uma expressão concreta da linguagem e que transmite ideias. A linguagem é composta pelo léxico, pela semântica, por sons e símbolos gráficos. Além desses elementos, o discurso utiliza de elementos sociais e culturais presentes na linguagem, como a tradição, concepções políticas, filosóficas, religiosas existentes em uma determinada sociedade.

Uma das concepções mais utilizadas de discurso é a dada por Michel Foucault, que diz que o discurso é

um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva ("um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva", Foucault, 1969, p- 146) para Foucault, a análise de uma formação discursiva consisti, então, na descrição dos enunciados que a compõem. E a noção de enunciado em Foucault é contraposta à noção de proposição e de frase (unidades, respectivamente, constitutivas da lógica e da linguística da frase), concebendo-o como a unidade elementar, básica, que forma um discurso. O discurso seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva (BRANDÃO, 2004, p. 33).

Esta concepção de discurso, enunciados dentro de uma formação discursiva, é mais interessante que a de Michel Pêcheux, que compreende o discurso como parte dos “fenômenos linguísticos de dimensão superior à da frase” e que se articulam através do “funcionamento” do sistema sociolinguístico e das condições de produção do discurso: “o processo de produção de um discurso (num determinado estado) resulta da composição das condições de produção deste discurso com um determinado sistema linguístico” (PÊCHEUX apud BARDIN, 1977, p. 215). O erro de Pêcheux é conceber a diferença entre linguagem e discurso e da primeira determinar o segundo, apesar da referência às condições de produção. A questão é que o discurso se expressa através da linguagem, mas esta pode ser portadora de diferentes discursos, a linguagem é um meio de expressão, ao passo que o discurso é a própria expressão.

Mas a concepção de Foucault acaba gerando uma concepção metafísica de discurso ao determinar este pela “formação discursiva”, o que é algo não existente na realidade. O discurso expressa algo, e somente quando Foucault analisa o discurso do poder que ele consegue apresentar as determinações concretas de uma forma de discurso, quer seja no discurso do poder, ou no discurso científico, ou no discurso médico, etc. Foucault analisou o discurso do poder, e nesse aspecto, suas análises foram propositivas e concretas.

A partir da definição de discurso como conjunto de enunciados podemos refletir mais a fundo sobre o significado de discurso. Primeiro ponto é partir do pressuposto de que na sociedade de classes a linguagem, a palavra, é perpassada pela luta de classes

Para Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela plurivalência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes (BRANDÃO, 2004, p. 9).

Por isso que as palavras assumem diferentes significados, porque existe uma luta para significar a realidade. A palavra que expressa a consciência também é cindida, ela é polissêmica porque os interesses dividem a sociedade em diferentes classes, grupos, frações, subgrupos, etc. Quem detém o poder, mantém o domínio sobre as condições de produção do discurso, por isso que o discurso mais presente e visível é o discurso do poder. Por isso que as instituições produzem discurso, e este é por excelência o discurso do poder, que assume formas distintas de acordo com a instituição. Por isso existem diferentes configurações de discurso, como o político, religioso, científico, do Estado, etc. Diz Maingueneau que o discurso é produto do “quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação”, dos “embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso” e do “espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso” (BRANDÃO, 2004, p. 17).

Assim, o discurso é uma manifestação concreta da linguagem, caracterizado por enunciados encadeados, e tal como a linguagem, é intimamente relacionado com a sociedade, sendo produzido através da interação entre os indivíduos organizados socialmente. Todo discurso forma uma unidade de ideias, portanto, se na linguagem há a disputa pelo significado, sendo polissêmica, o discurso é sempre proferido por alguém que dá um significado unissêmico ao discurso, sendo esta a parte estrutural do discurso, que é coerente internamente. Além da parte estrutural, os discursos são formados por ideias, palavras, concepções que são auxiliares na transmissão do discurso, e que são polissêmicas, posto que utilizando-se da linguagem, que

transmite as disputas de significado no interior da sociedade, fica sujeito a diferentes interpretações. A depender do discurso, da sistematização ou complexificação, a parte estrutural ou conjuntural ganha destaque. Apresentando uma forma de analisar a estrutura do discurso diz Nildo Viana:

O sentido das palavras estruturantes do discurso devem ser descobertas na sua articulação interna e o sentido das palavras conjunturais do discurso remete ao seu papel na totalidade do discurso. Em outras palavras, para se compreender o sentido de uma palavra (o que significa realizar um estudo semântico) é preciso nos remeter ao contexto discursivo no qual tal palavra está inserida. Portanto, para se entender a unidade do discurso é preciso compreender sua totalidade e para se compreender esta é necessário compreender aquela. Quando se focaliza as unidades do discurso (os termos) se faz um estudo semântico e quando se focaliza sua totalidade (estrutura, conjuntura) se faz uma análise do discurso. Entretanto, ambos os procedimentos são necessários e se complementam (VIANA, 2019, p. 19).

O discurso é sempre proferido por alguém, uma organização, um grupo, uma escola. Entretanto, além do produtor do discurso existem as condições de possibilidade que interferem no discurso, o contexto cultural e contexto social em que o indivíduo está inserido.

Podemos resumir o discurso como uma manifestação concreta da linguagem, caracterizada por enunciados encadeados uns em relação aos outros, compostos por palavras, ideias, concepções. Além disso o discurso é sempre uma unidade unissêmica, uma unidade coerente, a estrutura do discurso, e que é elaborada e expressa pelo produtor do discurso; a parte conjuntural é constituída pelos elementos da linguagem que auxiliam na transmissão do discurso (tradição, cultura, concepções políticas, religiosas, etc.), esta parte é polissêmica, desarticulada e pode ser coerente ou não com a parte estrutural do discurso, depende de cada caso concreto.

Chegamos aqui a um novo ponto que nos interessa. O discurso transmite ideias, e no caso das organizações mobilizadoras, suas ideias são ideias mobilizadoras, que são pronunciadas pelo discurso mobilizador. Novamente retornamos a Foucault, pois ele oferece um ponto de partida interessante ao refletir sobre a relação entre discurso e conhecimento, que é útil para pensar como o discurso mobilizador é produzido pelas organizações mobilizadoras. Quando Foucault relaciona o conhecimento com o poder, aí ele elabora elementos concretos para a análise do discurso. Sua análise enfatiza nos sistemas de pensamento que são criados pelas relações de poder, notadamente nas instituições do Estado, ou nas ciências, e depois ele vai analisar o poder descentralizado em toda a sociedade, recaindo na abstração.

A análise que Foucault realiza da história dos sistemas de pensamento é feita através da ideia de práticas discursivas, que expressam uma forma de poder que tem por base o conhecimento, a imposição da verdade. Diferenciando entre verdade e saber, sendo a primeira

a busca pelo conhecimento que se impõe como uma relação de poder, Foucault diz que as práticas discursivas

se caracterizam pelo recorte de um campo de objetos, pela definição de uma perspectiva legítima para o sujeito de conhecimento, pela fixação de normas para a elaboração dos conceitos e das teorias. Cada uma delas supõe, portanto, um jogo de prescrições que regem exclusões e escolhas. (...) As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm (FOUCAULT, 2011, p. 8).

Foucault indicou um caminho para se pesquisar relação entre discurso e conhecimento, além de ter diferenciado entre verdade e saber, entretanto, devidos a crítica irracionalista da sociedade, ele não trilhou o caminho que indicou, preferiu analisar a relação da verdade com o poder, enfatizando o conhecimento em detrimento do saber. Iremos aproveitar da análise que distingue entre verdade e saber e analisar o discurso de organizações mobilizadoras, portanto, de um discurso que não vem do poder, mas sim de uma perspectiva crítica da sociedade, reconhecendo que não só o poder detém o discurso, mas também indivíduos, organizações, grupos sociais, utilizam-se do discurso para expressar e transmitir suas ideias.

O discurso proferido pelas organizações mobilizadoras que analisamos é um discurso mobilizador, é o discurso da organização mobilizada, que para tanto utiliza-se de determinadas ideias que pretende-se que alcance os objetivos da organização. Por ser crítico, esse discurso mobilizador pode apontar problemas e sugerir soluções a questões que não são de interesse dos grupos no poder. Esse discurso possibilita a elaboração de um determinado saber sobre a realidade, saber que é baseado nas relações do grupo social de base da organização mobilizadora. O saber é a atividade intelectual que se realiza através da razão e que expressa aspectos ou a totalidade da realidade social, e que de forma simples ou complexa expressa a verdade da realidade; o conhecimento é a forma fetichizada do saber, assim, as ideologias geram conhecimento, e podem ter momentos de verdade, mas sempre serão uma falsa consciência sistematizada (MARX & ENGELS, 2007), ao passo que o saber mantém uma relação direta com a verdade, buscando expressar a realidade, embora possa ser afetado por outros elementos como os valores, interesses, ideologias presentes na sociedade.

O discurso mobilizador das organizações mobilizadoras ao criticar a situação que querem transformar formulam um determinado saber sobre a realidade, saber que é produto das relações sociais do grupo. Mas este saber está em contato com outras formas de consciência, como ideologias, doutrinas, concepções políticas, expressões culturais. Daí que nas duas organizações que estudamos o discurso mobilizador esteja envolto por um saber contraditório

que se formula com base no ideário conveniente que adaptou e subordinou diferentes ideias ao objetivo fundamental das duas organizações.

Ao analisarmos as entrevistas dos membros das organizações MPL-SP e JRA, percebemos que as respostas tinham atingido o objetivo ao serem formuladas, qual seja, enfatizar na descoberta das concepções políticas dos membros das duas organizações, o que fizemos realizando perguntas em que os membros pudessem falar livremente sobre temas que, previamente, sabíamos que seria de interesse dos entrevistados. As respostas, mesmo que articuladas espontaneamente, apresentavam um encadeamento de enunciados sobre os temas perguntados, o que nos levou a considerá-las como pequenos discursos, que eram formulados conforme os temas, sendo que a grande maioria dos temas possibilitava a resposta profunda e reflexiva dos entrevistados. Além das entrevistas, os discursos das organizações foram selecionados em panfletos, artigos, análises, manifestos, cartilhas, postagens, etc., enfim, materiais produzidos pelas organizações mobilizadoras e que transmitiam as ideias da organização, além de buscar mobilizar mais pessoas.

Assim, o conjunto de ideias das duas organizações está presente nos discursos, manifestos, objetivos e mesmo na forma de mobilizar que é gerada por determinadas ideias. O discurso mobilizador que analisamos nas duas organizações tem como características convencer, agitar, objetivo, ser informativo, o que significa produtor informações e um determinado nível de saber. Os discursos são coerentes e possuem uma estrutura, que é identificável, o que não quer dizer que não são contraditórios, tendo em vista que também identificamos nas duas organizações a formação de um ideário conveniente, que adapta diferentes concepções políticas ao objetivo organizacional, bem como oculta a verdadeira base social e as condições do grupo de base do MPL-SP e do JRA.

Ainda assim o discurso do MPL-SP e do JRA é um discurso mobilizador, que atrai mais militantes e que contesta e é contestado pelo discurso do poder, do Estado, dos meios de comunicação, da ciência. É um discurso mobilizador porque é projetado por um grupo em mobilização, daí a importância de estudar o discurso e as práticas que estão envolvidas.

Por fim, cabem alguns apontamentos a respeito do processo de entrevista. A entrevista é uma série de perguntas e que estão subordinadas a um objetivo. Pode ser uma entrevista para um programa de comunicação (e aí varia a entrevista desde a concedida por um especialista ou por uma testemunha de um crime). Pode ser uma entrevista de emprego ou qualquer outro fim de seleção. Pode ser uma entrevista de uma testemunha de um processo criminal. O objetivo da entrevista deve subordinar a formulação das perguntas. E, além disso, geralmente se tem a

presença do entrevistador e do entrevistado, e mesmo quando os polos se inverte, a relação permanece.

Não somente as perguntas em si foram fontes de informação, mas também pegamos aspectos de reação dos entrevistados que poderiam ter algum significado para a análise, o que se denomina “observação relacional” no ato de realização das entrevistas. Na observação relacional eu pude perceber aspectos da origem de classe, observando elementos que indicavam determinada composição social, o que contornava em parte a dificuldade de linguagem e de tempo, que no México me levaram a extrair excertos da entrevista, sendo que em nenhuma das entrevistas consegui fazer todas as perguntas sobre o indivíduo na sociedade, sendo feito mais perguntas genéricas. Assim, nas três estudantes com quem fiz a última entrevista o pertencimento de classe (carro, intercambio, casa) ficou evidente, assim como no caso de Gisele e Enrique que moram na sede do JRA, como uma clara alternativa de diminuição de gastos, bem como Pineda recentemente contratado como professor da Unam habita em Navarte com sua noiva, uma agitada região cultural. E ainda que algumas perguntas não tenham sido feitas, na observação relacional, e com as perguntas enfatizando as informações culturais e políticas, conseguimos expandir o leque da conversa, obtendo mais elementos de análise.

Também certa convergência de pensamento entre o entrevistador e entrevistado ocorreu, mesmo que no sentido mais genérico: na entrevista marcada com as três meninas do JRA (Laura, Rebeca e Andrea), as três chegaram ao mesmo tempo, e uma delas, Andrea, comentou, depois da apresentação inicial, que após me verem esperando elas no lugar marcado ficaram pensando, muito provavelmente pela blusa com uma frase política que eu vestia, se eu era anarquista ou marxista. Pequeno exemplo de como na entrevista elementos do universo do entrevistador e do entrevistado se fazem presentes.

Não buscamos a neutralidade, pois como se verifica, nossas perguntas tinham sido anteriormente elaboradas expressando certos interesses e valores. Buscamos analisar a relação entre consciência e realidade, princípio metodológico de que não se pode considerar uma época ou as pessoas pela consciência de que tem de si próprios, mas pelas relações sociais e pela época histórica em que vivem. A análise das entrevistas uniu análise das respostas, informações bibliográficas sobre as duas organizações e a base teórico-metodológica adotada nesta pesquisa, exigindo um conhecimento aprofundado do objeto estudado, do entorno e com questões correlatas e, sobretudo, com determinada perspectiva de análise que expressamos ao longo do texto.

CAPÍTULO 2 - MOVIMENTO ESTUDANTIL E MUTAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO SUBORDINADO

A América Latina é uma totalidade que possui elementos em comuns e aspectos específicos para cada país. Vamos neste capítulo analisar um dos principais elementos em comum: o capitalismo subordinado como forma específica de capitalismo no continente latino-americano, que atualmente está na era da acumulação integral. Em seguida, abordaremos a questão das mudanças culturais que ocorrem na contemporaneidade e que coexistem com uma nova fase do movimento estudantil que também encontra-se no Brasil e no México, bem como em outros países da América Latina.

2.1 Acumulação integral e neoliberalismo

Por Neoliberalismo pode se compreender tanto um conjunto de ideias (que vai da Sociedade de Mont Pèlerin, a Escola de Chicago, a Escola da Virgínia, a Comissão Trilateral aos Chicago Boys e os reprodutores dessas ideias), quanto um conjunto de práticas (as ações concretas do Estado Neoliberal). Por isso que o significado do Neoliberalismo está em disputa nos debates políticos contemporâneos. Enquanto ação do Estado, o Neoliberalismo deve ser analisado por meio das ideias e não do mero descritivismo, e, enquanto conjunto de ideias, deve ser analisado sob o ponto de vista de como tais ideias foram resgatadas pelas “novas necessidades de acumulação capitalista” (VIANA, 2009, p. 81), ou pelos novos “requisitos da regulamentação do capital” (HARVEY, 2008, p. 23).

Acreditamos que o neoliberalismo somente pode ser concebido teoricamente enquanto parte do processo histórico de mudanças no movimento de produção de mais-valia, na reprodução da sociedade capitalista na última parte do século XX e neste começo de século XXI. O fenômeno que delimitamos como neoliberalismo é uma determinada forma de Estado, não estudamos as ideias que se identificam com o neoliberalismo, enfatizamos aqui na ação Estatal Neoliberal a partir da sua criação e significado dentro da história do capitalismo.

Por Neoliberalismo compreendemos uma determinada configuração da ação estatal, configurando uma determinada forma de agir, a forma neoliberal do Estado é a assumida por quase todos os Estados nacionais na atualidade (HARVEY, 2008). Por forma de Estado compreendemos que este tem uma essência, que abordaremos adiante, mas que esta essência se manifesta de diferentes formas ao longo da história, tendo como objetivo reproduzir a sua essência. Assim, existe o Estado Capitalista, mas este assume formas diferenciadas (Liberal, Liberal-Democrático, Integracionista, Neoliberal), e que correspondem a determinadas fases do desenvolvimento capitalista (VIANA, 2009).

A configuração da ação estatal está presente nas diretrizes, normas, políticas públicas, nos padrões de conduta, nas leis, no ordenamento jurídico, no modo de agir nas relações internacionais, enfim, no modo de regulação que o Estado exerce na sociedade civil. A configuração das diferentes formas de ação do Estado Capitalista é baseada num certo entendimento da forma como o Estado deve agir na sociedade; como exemplo temos o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil, onde percebemos como as perguntas e respostas foram elaboradas dentro do modo de agir do Estado Neoliberal:

O diagnóstico da administração pública brasileira envolve a resposta a algumas perguntas básicas:

(1) O Estado deve permanecer realizando as mesmas atividades? Algumas delas podem ser eliminadas? Ou devem ser transferidas da União para os estados ou para os municípios? Ou ainda, devem ser transferidas para o setor público não-estatal? Ou então para o setor privado? (2) Por outro lado, dadas as novas funções, antes reguladoras que executoras, deve o Estado criar novas instituições? (3) Para exercer as suas funções o Estado necessita do contingente de funcionários existente? A qualidade e a motivação dos servidores são satisfatórias? Dispõe-se de uma política de recursos humanos adequada? (4) As organizações públicas operam com qualidade e eficiência? Seus serviços estão voltados prioritariamente para o atendimento do cidadão, entendido como um cliente, ou estão mais orientadas para o simples controle do próprio Estado? (BRASIL, 1995, p. 24-25).

As perguntas formuladas para a Reforma do Estado Brasileiro, sistematizada na década de 1990, foram feitas para se encaixar nas respostas prontas que uma parte da intelectualidade (economistas, sociólogos, cientistas políticos), vinha divulgando, e com cada vez mais espaço nos meios de comunicação, desde os primeiros anos da década de 1960. Apesar de ser em primeira instância uma forma de ação do Estado, o neoliberalismo também é um conjunto de ideias, que inclusive existiam de forma marginal antes mesmo das primeiras vitórias eleitorais de políticos que iniciaram a ação neoliberal nos Estados dos países de capitalismo avançado, com Margaret Thatcher na Inglaterra de 1979, nos EUA o republicano Ronald Reagan em 1980 e na Alemanha o social-democrata Helmut Kohl (1982). Enquanto ideologia, o neoliberalismo precedeu o Estado Neoliberal, e além dos seus representantes iniciais (Hayek, Friedman, Mises), outros passaram a representá-lo depois de abandonar a defesa do Estado de Bem-Estar Social, como Ralf Dahrendorf e vários outros, que percebiam, ainda em 1960, que o Partido Social Democrata da Alemanha “só teria futuro se se transformasse em um partido liberal amplo e moderno” (DAHRENDORF, 1981, p. 2).

O Neoliberalismo é, portanto, uma forma de Estado, que é resultado direto das mudanças ocorridas no processo de valorização do capital que ganham espaço a partir da década de 1970 com a “reestruturação produtiva” iniciada pelo modelo “toyotista” de organização do trabalho. Nesta análise, o neoliberalismo é uma configuração da ação do Estado Capitalista em

determinado momento, e corresponde à interpretação da Escola Derivacionista, para quem as mutações sociais no Estado Capitalista, o Estado Moderno, são compreendidas a partir da relação do Estado com o modo de produção capitalista:

A visão "derivacionista" alemã, representada pelo trabalho de Joachim Hirsch, deduz a forma e a função do Estado do processo de acumulação do capital. Em particular, a tendência da taxa de lucro a cair exige que a classe capitalista organize um Estado que neutralize essa tendência através de gastos do Estado em infraestrutura física e financeira e em investimento em recursos humanos. Apesar de serem, em parte, resultantes diretas do conflito de classes, as crises de acumulação do capital são mais aspectos "inerentemente lógicos" do desenvolvimento capitalista concorrencial; daí poder-se analisar a função histórica do Estado capitalista nos termos dessa lógica inerente. A política na concepção derivacionista é também reduzida aos esforços da classe capitalista para usar o Estado a fim de neutralizar a crise capitalista (CARNOY, 1988, p. 13).

As formas que o Estado Capitalista assume variam ao longo da história devido ao processo de acumulação capitalista. O Estado, enquanto derivado do modo de produção capitalista, precisa ser compreendido dentro de uma teoria da história do capitalismo, que explique os motivos das mudanças internas na sociedade capitalista, mudanças que não geram outra sociedade, mas sim alteram aspectos da sociedade existente que mudam para contornar as crises na acumulação de capital. A acumulação de capital é tendencialmente decrescente porque a produção de mais-valia diminui com os progressos nas forças produtivas que geram a menor absorção de trabalho vivo, trabalho produtor de sobre-valor (MARX, 1996). Somado a este processo, as lutas operárias e de demais setores da sociedade civil impactam negativamente a valorização capitalista, o que, em determinadas condições históricas, gera a revisão do modo geral de produção de mais-valia.

As fases pelas quais a sociedade capitalista passou podem ser analisadas a partir da Teoria dos Regimes de Acumulação que explicam as formas de ação Estatal através das diferentes fases na acumulação de capital, realizando assim o pressuposto da Escola Derivacionista. A Teoria dos Regimes de Acumulação, de origem marxista, tem como ponto de partida a análise de Karl Marx sobre o processo de acumulação do capital, processo fundado na extração de mais-valia. O mérito desta teoria é conseguir analisar as mudanças no interior do capitalismo a partir da totalidade, da reconstituição histórica, social e das continuidades e mudanças históricas no interior da sociedade capitalista.

Todo ser tem uma história, se não o tivesse seria um ser absoluto, inconcebível na análise dialética das relações entre os seres humanos e destes com a natureza. A história de um ser é o desdobrar de sua essência, que se manifesta aparentemente de diferentes formas, mas conservando a essência que lhe constitui. No caso da história do capitalismo, esta é a história

do nascimento, da consolidação, do desenvolvimento e das crises do processo de acumulação do capital²⁴. Na explicação de Karl Marx a acumulação de capital é a vida, a força vital da sociedade capitalista e Marx demonstra que o capital só existe porque se apoia na apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores: “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital” (MARX, 1996, p. 138).

Ser essencialmente a produção de mais-valia, produção de valores de troca sob a forma de mercadoria, é o que define o capitalismo segundo Karl Marx²⁵. A mais-valia é o tempo de trabalho não pago aos trabalhadores e que é incorporado pelo capitalista na taxa de lucro obtida ao final do processo capitalista de produção, circulação, consumo, produção’, circulação’, consumo’, produção, e assim ampliadamente, posto que o lucro é obtido para gerar mais lucro. Sobre o movimento de circulação do dinheiro como capital, que passa a ser uma finalidade em si mesma diz Marx:

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é a sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo, tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação (MARX, 1985, p. 129-130).

Temos aqui, fundamentando-nos na Escola Derivacionista sobre o Estado Capitalista, e nos pensamentos de Marx sobre a sociedade capitalista, que estes dois fenômenos (o Estado e a sociedade capitalistas) são gerados pelo processo de extração de mais-valia. Marx com sua Teoria do Modo de Produção Capitalista, uma teoria sobre a sociedade capitalista, é o ponto de partida para compreender a história do capitalismo²⁶, posto que ao compreender a essência desta

²⁴ Diz Marx: “A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram imutáveis, mas sobre seu conteúdo” (MARX, 1996, Vol. 1, Livro I, Tomo 1 p. 201).

²⁵ “Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valores de troca” (MARX, 1985, p. 155).

²⁶ E de fenômenos derivados do capitalismo como o fetichismo, a burocracia, a mercantilização das relações sociais, as ideologias, etc. Por outro lado existem diferentes concepções de capitalismo, as mais conhecidas são a de Schumpeter, Sombart, Max Weber, Wallerstein, Paul Baran e Sweezy. Para trabalhar a questão dos movimentos

sociedade, no século XIX, deixou uma teoria completa e inúmeros recursos conceituais para a análise das manifestações concretas da valorização no capitalismo. A mais-valia como tempo de trabalho não-pago tem de existir para continuar a existência do capitalismo, tendo como base esse pressuposto e o legado de Marx ao analisar as extrações de mais-valia absoluta e de mais-valia relativa (MARX, 1996), se constituiu a Teoria dos Regimes de Acumulação (VIANA, 2009).

A ideia de regime de acumulação tem como objetivo expressar a periodicidade do capitalismo. Sua contribuição é a de compreender mudanças dentro de uma continuidade (VIANA, 2009), sendo assim um recurso intelectual para quem se interessa pela história do capitalismo. A forma hegemônica da produção de mais-valia (absoluta, relativa ou a combinação das duas) em determinado momento gera uma determinada configuração desta sociedade, alterando a forma da ação Estatal e da dinâmica nas relações internacionais, orientada pela divisão internacional do trabalho (VIANA, 2009). Mudanças culturais, ideológicas, comportamentais também acompanham a dinâmica da acumulação capitalista, estas passam a ser subordinadas ao processo de “relação-capital” que envolve a totalidade da sociedade capitalista:

a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente (MARX, 1996, p. 340).

Ainda que atue a tendência declinante da taxa de lucro, que por sua vez é combatida por contra tendências, é nos termos essencial e crescente que Marx concebe a produção de mais-valia para o capitalismo e é assim que a Teoria dos Regimes de Acumulação se constitui como recurso de análise da história do capitalismo. David Harvey, resgatando a Escola Francesa da Regulação, diz que um regime de acumulação é a junção de determinada forma de produção com um determinado modo de regulação político e social:

podremos ver los acontecimientos recientes como una transición en el régimen de acumulación y su correspondiente modo de regulación social y política. Al representar los problemas de esta manera, recorro al lenguaje de una cierta escuela de pensamiento conocida como la «escuela de la regulación». Su argumento fundamental, sostenido por Aglietta (1979) y por Lipietz (1986), Boyer (1986a, 1986b) y otros, puede resumirse brevemente. Un régimen de acumulación «describe la estabilización en un largo periodo de la asignación del producto neto entre el consumo y la acumulación; implica cierta correspondencia entre la transformación de las condiciones de producción y las condiciones de reproducción de los asalariados», Un sistema de acumulación particular puede existir en la medida en que «su esquema de reproducción sea coherente». Sin embargo, el problema es introducir los comportamientos de todo tipo de individuos -capitalistas, obreros, empleados del Estado, financieros y otros agentes económico-políticos- en alguna configuración que

sociais na sociedade capitalista consideramos que a concepção de Karl Marx sobre o capitalismo seja a mais pertinente.

mantenga en funcionamiento el régimen de acumulación. Por lo tanto, debe existir «una materialización del régimen de acumulación que tome la forma de normas, hábitos, leyes, redes de regulación, etc., que aseguren la unidad del proceso, es decir, la conveniente consistencia de los comportamientos individuales respecto del esquema de reproducción. Este cuerpo de reglas y procesos sociales interiorizados se denomina el modo de regulación» (Lipietz, 1986, pág.19) (HARVEY, 1998, p. 143-144).

A Teoria dos Regimes de Acumulação, que aqui adotamos é a interpretada e desenvolvida por Nildo Viana, no livro *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*, e que compreende esses dois aspectos apontados por Harvey dentro da unidade do conceito Regime de Acumulação:

O regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional (...) se trata de luta de classes relativamente estável, com os posicionamentos e correlação de forças estabelecidas durante determinado período de tempo (VIANA, 2009, p. 30).

O modo de pensar as mudanças no capitalismo, nesta linha de raciocínio, parte das mudanças na acumulação de capital e a compreensão dos elementos relacionados. No entanto, no caso da concepção de regime de acumulação que adotamos, os elementos constituintes de um regime de acumulação devem ser encontrados em determinada organização do trabalho, em determinada forma de ação estatal e em determinada forma de relações internacionais (VIANA, 2009) que se cristalizam em uma fase do capitalismo, e que, por sua vez, geram mudanças sociais, culturais e políticas mais amplas, isto é, nos “posicionamentos e correlação de forças estabelecidas”. Na concepção de Harvey, e da Escola Francesa da Regulação, os elementos constituintes do regime de acumulação estão adicionados de forma mecânica, além da ausência da luta de classes como o elemento fundamental na emergência de um determinado regime de acumulação. Contudo, o substrato deste modo de pensar, de Harvey e da Escola Regulacionista, são contribuições para o trabalho com a Teoria dos Regimes de Acumulação.

Assim, a história do capitalismo pode ser periodizada em determinados estágios da luta de classes em torno do processo de valorização do capital ou “a forma que o capitalismo assume durante seu desenvolvimento” (VIANA, 2009, p. 31), sendo que a tendência deste desenvolvimento é determinada pela essência do modo de produção capitalista: a produção de mais-valia. Na história do capitalismo as diferentes formas de produção de mais-valia marcaram a existência dos seguintes regimes de acumulação:

Depois da acumulação primitiva de capital, tivemos o regime de acumulação extensivo (que durou desde o período da revolução industrial até o final do século XIX); o regime de acumulação intensivo (vigente do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial); o regime de acumulação intensivo-extensivo (que vai do Pós-Segunda Guerra Mundial até o final do século XX); o regime de acumulação integral (que vai do final do século XX até a atualidade) (VIANA, 2009, p. 34).

Para os objetivos de nosso raciocínio, não basta definir o conceito de regime de acumulação e apresentar a acumulação integral, é necessário compreender a mudança histórica dos regimes de acumulação, para assim analisar o verdadeiro significado da emergência do neoliberalismo na era acumulação integral. Por limite de tempo e espaço, apresentaremos os aspectos mais gerais e, portanto, abstratos, da sucessão dos regimes de acumulação até o presente momento, enfatizando na questão do Estado.

Para compreender a sucessão dos regimes de acumulação, retornemos a Marx. Quando Marx publica *O Capital*, em 1867, ele diz que neste momento a “acumulação de capital propriamente dita” tinha se realizado, e subordinado todos os elementos da produção ao processo de valorização de capital. Na Europa da primeira metade do século XIX a acumulação primitiva de capital ainda se fez ostensivamente presente, com o tráfico de escravos, as Guerras do Ópio, a pilhagem das colônias, e diversas outras formas de exploração extra econômica, de separação à força dos produtores dos meios de trabalho (MARX, 1996) de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 1998), que adicionam recursos para finalizar o motor da acumulação capitalista. A subsunção real ao capital se completa em meados do século XIX, e assim Marx que viveu sob o primeiro período de grande efervescência da “acumulação capitalista propriamente dita”, teve condições privilegiadas de observar e analisar o movimento do capital, por isto ele é referência inicial para a análise do suceder de regimes de acumulação.

Marx analisou a acumulação primitiva, os revolucionamentos que separaram os produtores dos meios de trabalho, e a acumulação extensiva, que já n’*O Capital*, Marx apresenta elementos de sua transição (como exemplo a regulação legal da exploração do trabalho (MARX, 1996). A acumulação extensiva é baseada na extração de mais-valia absoluta, em que o método é aumentar a produtividade do trabalho ampliando a jornada de trabalho, o que Marx demonstra com o crescimento das horas de trabalho e com as leis de obrigatoriedade do trabalho que surgem paulatinamente com a decomposição da produção feudal e emergência da manufatura e da grande-indústria. Em meados do século XIX, a jornada de trabalho médio era de 14 horas, com trabalho todos os dias da semana e sem qualquer regulação sobre o trabalho insalubre, de mulheres e crianças, de acidentes de trabalho, sobre remuneração, etc. Os limites da produção eram os próprios limites naturais da capacidade de uso da força de trabalho, a organização do trabalho ampliava em termos absolutos, extensão do tempo, a extração de mais-valia.

À essa forma de organização do trabalho corresponde, ou deriva, na terminologia da Escola Derivacionista, o Estado Liberal. O Estado Liberal se consolida com a acumulação

extensiva e marca a passagem da acumulação primitiva de capital, caracterizada pelo Estado Absolutista, para a acumulação capitalista propriamente dita. O Estado Liberal²⁷ foi um agente da luta de classes que se estabeleceu em torno da jornada de trabalho e dos direitos de associação política dos trabalhadores no século XIX. O Estado Liberal (ou a configuração da ação Estatal sob o Liberalismo do século XIX), buscava se autorrepresentar como um Estado que não intervém nas relações contratuais entre os indivíduos, e aqui o Direito é um ótimo exemplo dessa autorrepresentação propagada pelo Estado Liberal:

As limitações ao poder do soberano impostas pelo modelo de Estado Liberal são um ponto fundamental de sua natureza. Tais limitações constituem o objetivo primeiro do movimento que culminou no Estado Liberal, pois a corrente ideológica que ao fim prevaleceu no seio da Revolução Francesa objetivava a criação de um mercado autorregulado imune a interferências estatais de qualquer gênero. Desse modo, por meio da concepção de lei “geral e abstrata” portadora de uma igualdade estritamente formal e do abstencionismo econômico, o Estado Liberal atribuiu segurança jurídica às trocas mercantis, criou um mercado de trabalho repleto de mão de obra barata (POLANYI, 1957, p. 73) e assegurou à iniciativa privada a realização de qualquer atividade potencialmente lucrativa. Dada essa característica abstencionista, qualquer ação do Estado Liberal se baseava na seguinte premissa: só é legítima a ação estatal absolutamente necessária e esse critério de necessidade somente se perfaz quando a ação estatal vise a preservar a segurança individual dos cidadãos (SANTOS, 1988, p. 19). (MORAES, 2014, p. 272).

Porém, conforme a classe trabalhadora reagia às condições de trabalho acima citada e na luta pelo reconhecimento legal de suas organizações²⁸, uma extensa legislação trabalhista foi sendo criada, primeiro como objetivo de conter a mobilização dos trabalhadores, depois cedendo efetivamente para a pressão da classe trabalhadora:

Conforme se viu: essas determinações minuciosas, que regulam o período, limites, pausas no trabalho de modo tão militarmente uniforme de acordo com o bater do sino, não eram, de modo algum, produto de alguma fantasia parlamentar. Desenvolveram-se progressivamente das próprias circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, reconhecimento oficial e proclamação pelo Estado foram o resultado de prolongadas lutas de classes. Uma de suas consequências mais imediatas foi submeter, na prática, a jornada de trabalho dos operários masculinos adultos aos mesmos limites, uma vez que a cooperação das crianças, dos adolescentes e das mulheres era imprescindível na maioria dos processos de produção. Em suma, durante o período de 1844/47 vigorou geral e uniformemente o dia de

²⁷ O caso clássico aqui é o do Estado Inglês, mas que rapidamente se amplia, e em meados do século XIX, e apesar das especificidades locais (como o liberalismo ser conduzido por reis, como o caso Francês, Alemão, ou brasileiro, ou por presidentes como na América Latina e nos EUA, em nada altera a essência liberal da ação do Estado por mais da metade do século XIX. O fato de que uma das mais conhecidas expressões do sistema de ideias Liberal seja o *laissez faire*, *laissez aller*, *laissez passer*, expressão de origem francesa é apenas um pequeno exemplo da vocação sem fronteiras do modo de agir do Estado Liberal; ou por outro modo de ver a questão, a presença do sistema interestatal, que reproduz a divisão internacional de poder entre os Estados (WALLERSTEIN, 1994) e condiciona a atuação imperialista e subordinada dos países.

²⁸ Em 14 de junho de 1791, a Lei Le Chapelier proíbe a existência de sindicatos, as greves e manifestações de trabalhadores, com o declarado propósito de proteger a livre empresa e a iniciativa privada (art. 4º). As penas podiam chegar à morte (MORAES, 2014).

trabalho de 12 horas em todos os ramos industriais submetidos à legislação fabril (MARX, 1985, p. 224).

Esta detalhada regulação desmonta a tese de que o Estado Liberal é somente guardião do livre mercado e da meritocracia, como surge na ideologia Liberal. O Estado Liberal foi a forma de Estado surgido da vitória da burguesia contra monarquia e o Estado Feudal e foi a forma necessária para a regulação do capital na fase de extração de mais-valia absoluta. Ao legislar permitindo a extensa jornada de trabalho e recusar a existência das organizações dos trabalhadores o Estado Liberal tornava possível as condições de existência da extração de mais-valia absoluta e da acumulação extensiva.

A forma de Estado Liberal que regula as condições de extração da mais-valia absoluta lança as bases para a burocratização e racionalização da organização do Estado Capitalista. Meteucci apresenta um panorama deste processo:

Contra todas as possíveis formas de Estado absoluto, o Liberalismo, ao nível da organização social e constitucional da convivência, sempre estimulou, como instrumentos de inovação e transformação social, as instituições representativas (isto é, a liberdade política, mediante a participação indireta dos cidadãos na vida política e a responsabilidade do Governo diante das assembleias e/ou dos eleitores) e a autonomia da sociedade civil como autogoverno local e associativo ou como espaço econômico (mercado) e cultural (opinião pública) no interior do Estado não diretamente governado por ele. Do ponto de vista institucional, o Liberalismo se configura como a racionalização, na Inglaterra, do constitucionalismo medieval e, na América, da experiência colonial; ou, como a tentativa, na França, de revitalizar antigas instituições, num primeiro momento, e projetá-las de acordo com modelos racionais, num segundo momento; ou, na Alemanha, como tentativa de racionalização jurídica do Estado absoluto (o Estado de direito, os direitos públicos subjetivos); ou como a reinterpretação da antiga estrutura social por categorias, no contexto de um Estado orgânico. Embora na Europa o momento racionalista prevaleça sobre o tradicionalismo, o modelo anglo-saxônico, nas duas formas de regime parlamentarista e regime presidencialista, encontra-se em toda organização constitucional. Historicamente, estas instituições liberais apresentam uma continuidade realmente extraordinária e, com exceção dos dois impérios franceses, apresentam um único verdadeiro momento de ruptura com o advento do totalitarismo. A história do Liberalismo, porém, não coincide com a história das instituições liberal-democráticas: é verdade que elas apresentam considerável continuidade e resistência a mudanças repentinas, todavia encontramos no interior destas estruturas forças políticas e sociais que agem com base em programas e ideologias não-liberais, quando não explicitamente antiliberais (MATEUCCI, 2002, p. 700-701).

Meteucci não deixa claro sobre quais são as forças políticas e sociais que atuam contra as instituições vitoriosas do Estado Liberal, mas no modo de pensar da citação anterior de Marx, é a luta de classes (extração de mais-valia, movimento operário, conflitos na sociedade civil) que abala a “continuidade realmente extraordinária” das instituições Liberais. Daí não ser possível concordar com sua visão, compartilhada por Immanuel Wallerstein, de que o Estado Liberal tem a duração de cento e cinquenta anos, e por suposto com a afirmação de que o Estado de Bem-Estar Social era um Estado Liberal. A configuração da ação Estatal, na Europa e nos

EUA e de forma específica nos países de capitalismo subordinado (América Latina, Ásia, África), do período que vai dos anos de 1930 ao final dos anos de 1970 (com óbvias especificidades) pouco se assemelha a que vigorou no período anterior, na segunda metade do século XIX. Não aconteceu mudanças na essência do estado capitalista, com exceção dos regimes nazistas e fascistas e do capitalismo de estado na URSS, a essência do estado capitalista foi de regular a acumulação capitalista através da racionalidade e da representatividade como recursos da burocracia estatal.

Apesar do equívoco na análise histórica, Meteucci nos deixa dois elementos para análise do Estado Liberal: a representação e a racionalização. O Estado Liberal do século XIX é o Estado da democracia censitária e que proíbe as organizações da classe trabalhadora de existirem legalmente. A democracia representativa aqui é somente para uma pequena parcela da população que passa pelos critérios do censo, daí que no século XIX o sistema de partidos existe somente de forma embrionária na Europa e nos EUA, a universalização do sufrágio masculino somente ocorre no bojo da constituição do regime de acumulação intensivo, no começo do século XX, e o verdadeiro sufrágio universal somente no pós-segunda Guerra Mundial. A representação²⁹, restrita, ampliada ou universal, entra na lógica do Estado Capitalista, na fase Liberal a representação é restrita, na fase Liberal-Democrática (1900-1945) é ampliada, na fase do Estado de Bem-Estar Social (integracionista) (1945-1970), ocorre a universalização da representação, já na fase Neoliberal a representação mantém o caráter universal mas é restringida ao sistema eleitoral, sendo corroído outras instancias de representação existentes na fase anterior, como os sindicatos, os partidos e as instituições vinculadas ao Estado. Apesar de reinar absoluta, a representação entra em crise de legitimidade.

A representação não seria algo concreto se não fosse materializada pela ação da burocracia. A burocracia é classe social e forma de organização (VIANA, 2015a), baseada na relação entre dirigentes e dirigidos, daí ser a forma de controle material que possibilita a representação dos interesses cindidos no interior da sociedade civil e que se voltam para o Estado, a autorrepresentação ilusória dos interesses de toda a sociedade (MARX & ENGELS, 2007).

A representação ilusória dos interesses gerais no Estado é reproduzida nas formas ulteriores do Estado capitalista, que consolida a democracia representativa, com o sistema

²⁹ Para o cientista político Norberto Bobbio o Estado atual, moderno, que estamos chamando de Estado capitalista, é o próprio Estado representativo: “À base do critério histórico, a tipologia mais corrente e mais acreditada junto aos historiadores das instituições é a que propõe a seguinte sequência: Estado feudal, Estado estamental, Estado absoluto, Estado representativo (BOBBIO, 2007, p. 114). BOBBIO, Norberto. Estado Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

partidário eleitoral, como forma de controle burocrático nas relações entre o Estado e a sociedade civil, com exceção dos Estados nazifascistas e dos países de Capitalismo de Estado (URSS, China, Cuba, etc.)

Por sua vez, a racionalização nada mais é que o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação das relações privadas na sociedade civil. Se a representação é a ideologia da burocracia partidária, a racionalização é a ideologia da burocracia estatal permanente, que é fixa nos postos do Estado, diferente da burocracia partidária que é provisória, devido ao sistema eleitoral. A atuação do Estado capitalista é para gerenciar métodos de contornar os efeitos da tendência declinante da taxa de lucro, e criar uma estrutura física (estradas, portos, instalações variadas, etc.) e em investimentos para a reprodução da força de trabalho, isto é, manutenção da classe trabalhadora, o que não pode ser feito pelos capitalistas na esfera individual. Além de responder às necessidades de acumulação do capital, o Estado capitalista reage à pressão da classe trabalhadora e de outros grupos oprimidos para atender suas demandas específicas (aumento salarial, condições de moradia, transporte, saúde, etc.) e, por consequência, também para amortecer os conflitos sociais, que a depender do nível de radicalidade colocam em questionamento, por vezes, a própria reprodução da sociedade, como nos momentos de revolução (VIANA, 2006).

Nesse processo, o Estado capitalista, além de atuar como força de contratendência à queda da taxa de lucro, reagir à pressão da classe trabalhadora e amortecer os conflitos sociais, age também reproduzindo as relações sociais mais amplas e gerais, ou nos dizeres de Nildo Viana age “no processo social global” (VIANA, 2006, p. 6), com um papel repressivo e cultural, ou seja, nas sociedades contemporâneas o Estado é uma instituição quase-absoluta, que interfere em diversas esferas da vida social, regulando as práticas no interior da sociedade civil e de suas organizações.

A compreensão destes dois aspectos é importante porque com eles desenvolvemos o norte dessa reflexão sobre a emergência da acumulação integral e do neoliberalismo após cento e cinquenta anos de sucessão de regimes de acumulação. O Estado Capitalista aponta para a burocratização das relações sociais (por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de representação e de regulação) como mecanismo de regulação da acumulação de capital. Por isso é possível falar em Estado Capitalista e Formas de Estado Capitalista, como o são o Estado Liberal, o Estado Liberal-Democrático, o Estado Integracionista e o Estado Neoliberal e, ainda mais, nas variações subordinadas destas formas de Estado, tal como existem nos países de capitalismo subordinado.

Essas formas de Estado, organizados pela burocracia, respondem historicamente às necessidades surgidas do processo de produção de mais-valia. Assim, o Estado Liberal define quando em resposta à diminuição da jornada de trabalho os métodos capitalistas de produção se voltam para a extração de mais-valia relativa, que ganha impulso devido ao surgimento da organização científica do trabalho e da revolução nas forças produtivas geradas pela invenção do motor à combustão no final do século XIX, possibilitando a acumulação intensiva, baseada na intensificação da jornada de trabalho, que produz em maior quantidade no mesmo espaço de tempo. Assim, no final do século XIX a tendência declinante da taxa de lucro, a diminuição da jornada de trabalho, para em média 10 horas, e as lutas pela legalização das organizações dos trabalhadores (partidos, sindicatos, sociedades de apoio, reuniões, e organizações públicas) geram alterações na acumulação capitalista, que responde intensificando a produtividade do trabalho e possibilitando as bases para a emergência do Estado Liberal-Democrático, que com a formação do imperialismo capitalista, dão as bases para o regime de acumulação intensivo.

A primeira forma de organização científica do trabalho, o taylorismo, possibilitou a maior utilização dos métodos de extração de mais-valia relativa, reduzindo o tempo-morto de trabalho através de mudanças organizacionais e melhores condições das instalações industriais, esta é a revolução organizacional de Taylor, que ao interferir na divisão do trabalho, criando a figura do gerente, dá importante passo para a consolidação da burocracia como classe social. A burocracia empresarial e a burocracia estatal se tornam então os responsáveis pela organização do controle na sociedade capitalista. No Estado Liberal-Democrático com o sufrágio masculino e a legalização das organizações dos trabalhadores (que levou a algumas se tornarem partidos políticos, a exemplo dos partidos social-democratas) e a criação do sistema de partidos para acesso eleitoral ao Estado a burocracia estatal consolida-se como classe responsável pelo controle social e desde então o desenvolvimento da burocracia foi aperfeiçoado.

Na era da acumulação intensiva, que se confunde com a chamada *belle-époque* europeia e a consolidação industrial dos EUA no começo do século XX, surgem os oligopólios nacionais, que vão gerar o imperialismo com forma de expandir o capital sobre-acumulado nos países de capitalismo desenvolvido. Como o ritmo de expansão não foi o necessário, para realizar a alta taxa de concentração de capitais, e com as disputas entre os países imperialistas, logo a acumulação intensiva encontra suas barreiras naturais, e após o impulso industrializante gerado pela Primeira Guerra Mundial, na década de 1920, as condições de reprodução ampliada do capital encontram-se limitadas, fato agravado pelos movimentos grevistas, pelas tentativas de revolução (Rússia, Alemanha, Itália, Hungria) que ocorrem até o final da década de 1930.

A saída para o sobre-acúmulo de capitais era frear o acúmulo de capital na produção de meios de produção e inverter na produção de bens de consumo, era necessário ampliar o consumo, torna-lo em massa como alternativa à tendência de crescimento do trabalho morto (forças produtivas) em comparação ao trabalho vivo. Na década de 1920, Henry Ford projeta as alternativas para a produção de mais-valia ao reorganizar o trabalho com o aperfeiçoamento tecnológico, para aumentar a produtividade, e com os aumentos salariais, ampliar a capacidade do mercado consumidor.

Os oligopólios nacionais que sobreviveram à crise de acumulação da década de 1930 se tornaram oligopólios transnacionais e passaram a exportar capital e mercadorias para os novos países inseridos subordinadamente na divisão internacional do trabalho, é nessa condição que os EUA transferem a pequena parte em excesso de seus capitais para a América Latina, entre as décadas de 1930 e 1960, e ocupam os mercados nacionais com suas mercadorias (MARINI, 2005).

Com a consolidação do capitalismo a partir da década de 1930 nos principais países da América Latina (México, Brasil e Argentina), e em outras regiões do planeta, a expansão do capital dos países imperialistas subordinou os novos países a uma posição retardatária na divisão do trabalho. Com a troca desigual no mercado mundial e a super-exploração do proletariado nos países subordinados (MARINI, 2005), ou seja, com a consolidação da acumulação extensiva nos países subordinados foi possível a acumulação intensiva nos países de capitalismo imperialista (Europa, EUA, Japão), a “sociedade do consumo”, os “trinta anos gloriosos do capitalismo”, como Eric Hobsbawm chama, de 1945 ao começo da década de 1970 (HARVEY, 1998), só foi uma realidade na Europa porque o regime de acumulação intensivo-extensivo foi capaz de drenar vasto fluxo de mais-valia dos países subordinados para os imperialistas.

O Estado de Bem-Estar Social, ou Estado Integracionista, somente pode cumprir seu objetivo de integrar via consumo a classe trabalhadora e via burocracia setores da classe trabalhadora e de outros grupos da sociedade civil enquanto o alto custo da acumulação intensiva era sustentado pela acumulação extensiva nos países subordinados.

Quando na segunda metade da década de 1960 apareciam os primeiros sinais da crise de valorização do capital, com o retorno da tendência declinante da taxa de juros (HARVEY, 1998), e com uma nova onda de lutas operárias e dos movimentos sociais (CASTORIADIS, s/d) ideias liberais foram resgatadas, questionando o alto custo e as limitações da liberdade no Estado de Bem-Estar Social. As propostas que hoje caracterizam Estado Neoliberal foram pensadas exatamente para se contrapor às medidas que foram concebidas pelo Estado

Integracionista, daí que dois elementos da crítica Neoliberal sejam os gastos estatais e a burocracia, elementos fundamentais para o Estado Integracionista. Assim, a descrição das características do Estado Liberal (da década de 1980 em diante) explica a forma de ação do Estado Liberal:

Assim, quando se diz que o neoliberalismo possui como objetivos a estabilização (de preços e contas nacionais); a privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); a liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); a desregulamentação (da atividade privada) e a austeridade fiscal (restrição dos gastos públicos), apenas se apresentam detalhadamente algumas de suas características (VIANA, 2009, p. 87).

Mas o significado histórico do Estado Liberal somente surge quando este é analisado como resposta à crise da produção de mais-valia ao final do regime de acumulação intensivo-extensivo, assim, o Estado Liberal é a configuração da ação estatal sob as necessidades do Regime de Acumulação Integral, que é a atual organização do trabalho, baseada no toyotismo, que possibilita a utilização de métodos simultâneos de extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa em quase todos os países do planeta, e não somente a predominância de um ou outro método diferenciando os países imperialistas e os países subordinados. A acumulação integral é o processo de aumento da exploração do trabalho, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, tanto na extensão quanto na intensidade do trabalho, e ocorre em quase todo o planeta, generalizado através do neo-imperialismo.

A empresa Toyota desde a década de 1950 introduziu mudanças organizacionais e tecnológicas na sua estrutura produtiva que ampliavam a produtividade do trabalho além da produção de mais-valia estabilizada durante o fordismo (que tinha altos custos, como o salário elevado e direitos trabalhistas). A reestruturação produtiva é uma nova forma de organizar o trabalho com a finalidade de intensificar e estender a jornada de trabalho, reduzindo ao máximo o tempo de trabalho improdutivo. Antunes apresenta as seguintes técnicas que atuam na intensificação do trabalho e que surgiram do “sistema Toyota”: Produção por demanda, trabalho em equipe e multivariabilidade de funções, técnica do just in time para organizar o tempo de trabalho, kanban para organizar o estoque, terceirização de atividades, subcontratação, controle de qualidade, gerência participativa (ANTUNES, 2002) e que se combinam com a proposta de aumento do limite da jornada de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas e diversas formas de precarização do trabalho (ANTUNES, 2008) tendo como objetivo a combinação das formas de extração de mais-valia absoluta e relativa. Na análise da categoria intensificação, o professor Sadi Dal Rosso identificou “ondas de intensificação” do trabalho na história do capitalismo, momentos históricos em que a intensificação do trabalho aumenta ou recua (ROSSO, 2008), e no momento atual vivemos uma nova onda de intensificação do trabalho que se inicia na década de 1970.

O modelo toyotista de organização do trabalho renova os métodos de extração de mais-valia relativa, e juntamente com outros elementos reintroduz a extensão da jornada de trabalho, e é portanto a forma de produção de mais-valia existente na atualidade e (VIANA, 2009) e é sobre esta base material que se reconfigura a ação do Estado capitalista, emergindo o Estado Neoliberal.

Temos então, que Estado Liberal, Estado Liberal-Democrático, Estado Integracionista, Estado Neoliberal continuidade do Estado Capitalista complexificação das relações sociais, aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, burocracia, principal instituição reguladora na sociedade capitalista contemporânea, contra as teses do fim ou enfraquecimento do Estado, há um reforço de suas funções mascarado sob o discurso da desregulamentação, desburocratização, da desestatização. Nova forma de agir da burocracia estatal-Estado Neoliberal representa uma continuidade fundamental, responder às necessidades das novas condições de acumulação integral, regulando as condições gerais de extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, e mudanças existenciais, nas formas próprias de exercer a regulação.

O prefixo “neo” acrescentado ao liberal demonstra o caráter conservador desta ideologia, é o novo resgatando o que já existiu em outra época; não é o velho que surge com o novo, mas somente o novo resgatando o velho. Estado Neoliberal também poderia ser chamado somente pelo conteúdo concreto de Estado Capitalista, mas como as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, efetivamente os ideólogos do neoliberalismo se tornaram vitoriosos porque venceram sua batalha pelo controle das ações do Estado sob as condições da crise de produção de mais-valia e aí eles tinham as melhores respostas, as melhores ideias, os mais ricos “think thank”, bancos de ideias para responder à crise de acumulação. E, assim, embora o Estado Neoliberal se diferencie em aspectos importantes do Estado Liberal (democracia censitária, burocracia consolidada, partidos, sistema eleitoral que estavam em estágio inicial e eram restritos), ambos são formas de Estado que reproduz o capitalismo. Nesse sentido, a novidade do sufixo “neo” é validada porque efetivamente a configuração da ação do Estado contemporâneo tem uma forma particular de existir, vinculada à acumulação integral, e por isso que o conceito Estado Neoliberal se torna válido.

Quanto à burocracia, que permanece na direção do Estado devido a sua posição na divisão do trabalho, ela se reforça com uma nova ideologia, o gerencialismo como a nova racionalidade da burocracia que refaz o modo de conduta do Estado adequando-o às necessidades da acumulação integral de capital, nova forma de ideologia da administração cujo objetivo de adequar o controle burocrático aos conflitos sociais da atualidade, que se tornaram

mais complexo com o regime de acumulação integral, seja porque este surgiu devido ao acirramento da luta de classes e dos movimentos sociais na década de 1960 (CASTORIADIS, s/d), seja porque a consolidação da acumulação integral e do Estado Neoliberal dão novos impulsos aos conflitos sociais. As principais características do gerencialismo demonstram como a pressões dos conflitos sociais busca adequar os mecanismos de controle:

Algumas características básicas definem a administração pública gerencial. É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de um grau real ainda que limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; o instrumento mediante o qual se faz o controle sobre os órgãos descentralizados é o contrato de gestão (PEREIRA, 1996, p. 10).

O gerencialismo tenta dá uma sobrevida à burocracia, que atualmente está em crise de legitimidade de seu poder representativo, em grande medida resultado do definhamento das antigas instituições estatais reguladoras existentes no Estado Integracionista. Sob as atuais condições o sistema partidário e o sufrágio universal, baseados na representação individualizada e ilusória do interesse geral, contrapõem-se aos movimentos sociais e da luta de classes através da repressão e cooptação, porque a participação é restrita nos centros de decisão do Estado, e este processo é gerador da crise de legitimidade que o Estado Neoliberal passa sob o regime de acumulação integral.

Até aqui tocamos superficialmente no tema do imperialismo, mas este é fundamental para compreender a sucessão dos regimes de acumulação, bem como analisar o nosso último ponto de reflexão, os países de capitalismo subordinado. A consolidação do capitalismo no século XIX deu uma sobrevida ao sistema colonial, com a corrida colonial deste século, gerando o neocolonialismo que teve como dinâmica a proeminência do capital industrial inglês, a constituição da divisão internacional do trabalho e a primeira onda de exportação de mercadorias para os países incorporados na divisão internacional do trabalho. Na virada do século, a acumulação intensiva possibilita a formação dos oligopólios nacionais, o aumento da produtividade e a exportação de capital-dinheiro substituem o neocolonialismo pelo imperialismo capitalista, iniciando as transformações capitalistas de países de continentes como a América Latina, Ásia e de regiões como o leste Europeu e o Oriente Médio.

Uma nova fase do imperialismo inicia com a acumulação intensiva-extensiva do período pós-guerra até a década de 1980, fase marcada pelo predomínio dos oligopólios transnacionais sobre os países que foram tardiamente convertidos ao capitalismo. Nessa fase, o imperialismo drena a mais-valia produzida nos países subordinados (por meio da super-exploração do trabalho, do endividamento externo e da troca desigual no mercado internacional) para os países

imperialistas. Com a última onda de descolonização no pós-guerra, e com base nos projetos de desenvolvimento financiados pelos EUA, que eram empreendimentos de exportação de capital sub-utilizados nos países imperialistas e que retornavam através de grandes fluxos de mais-valia (MARINI, 2005), o sistema interestatal se consolida sob a hegemonia do imperialismo Estadunidense (WALLERSTEIN, 1994).

O neoimperialismo enquanto nova fase do imperialismo capitalista é a transferência para a arena internacional das respostas e projetos de superação da crise de acumulação de capital das décadas de 1970 e 1980 e que, ao final, geraram a acumulação integral. O neoimperialismo “cumprir o papel de generalizar a busca de acumulação integral em todo o mundo e de reproduzir o processo de exploração intensificado nas relações internacionais” (VIANA, 2009, p. 104). Através dos organismos criados no período anterior (FMI, OMC, Banco Mundial) e que tinham como objetivo regular a expansão transnacional do capital, agora são utilizados para produzir a transformação neoliberal dos estados de capitalismo subordinado.

O atual imperialismo Harvey (2014) chama de “imperialismo neoliberal”, com o objetivo de destacar a continuidade entre esta forma de imperialismo e os anteriores e, assim, reconhecer o papel mediador fundamental dos poderes financeiros e institucionais na acumulação de capital. Diz Harvey que “a política territorializada do Estado e do império retorna para reivindicar um papel-chave no contínuo drama da acumulação do capital e da sobreacumulação intermináveis” (HARVEY, 2014, p. 111). A percepção da existência do neoimperialismo é crucial porque ela é capaz de rebater as interpretações que afirmam a “diminuição do poder do Estado” na atualidade, ou do “Império sem imperialismo”, tal como defendem Michael Hardt e Antonio Negri, o que, segundo Atílio Boron, é somente uma forma de observar o império desde o seu cume, e não de sua base (BORON, 2002). O imperialismo não pode ser outra coisa que a política externa dos capitais nacionais (LUXEMBURGO, 1984), assim, o neoimperialismo é a política externa dos capitais nacionais sob o regime de acumulação integral.

A compreensão das sucessões do imperialismo sob os diferentes regimes de acumulação integral é importante porque ela nos direciona para uma importante constatação. Os países de capitalismo subordinado são países que tiveram sua inserção na divisão internacional do trabalho e conversão em sociedades capitalistas devido a ação do imperialismo, nas distintas fases de acumulação, da mesma forma como atualmente o neoimperialismo é um recurso para imposição do Estado Neoliberal a todas as sociedades capitalistas do planeta (VIANA, 2009).

Por capitalismo subordinado compreendemos as nações que ocupam posições inferiores no contexto das relações internacionais, no moderno sistema interestatal (WALLERSTEIN,

1994). A condição de subordinado é a oposta do autônomo, assim, se o significado de a autonomia é ter lei própria, o significado da subordinação é ter sua lei definida por outrem. A lei do capitalismo subordinado é a troca desigual, e esta é definida por sua posição na divisão internacional do trabalho. Assim, a determinação externa do capitalismo subordinado é dada por sua posição de fragilidade diante do capitalismo dos países imperialistas.

Por sua vez, no âmbito interno, os países de capitalismo subordinado possuem seu campo de ação determinado por suas condições específicas. No que diz respeito à ação estatal nos países de capitalismo subordinado (correntemente chamados de periféricos, dependentes, subdesenvolvidos, em desenvolvimento, terceiro mundo, etc.) este possui um campo de atuação e de intervenção ainda mais amplo, inclusive atuando em questões específicas como reproduzindo a subordinação ao mercado mundial e às economias imperialistas ou centrais, devido ao processo histórico de colonização e, ao mesmo tempo, regular as condições internas da acumulação de capital. O Estado subordinado que surge nos países de capitalismo subordinado teve de promover, em vários setores da produção nacional, o desenvolvimento, notadamente, das forças produtivas, por condições específicas que um capitalista individualmente não conseguiria devido à elevada quantidade de capitais necessária, comprova isto que mesmo sob o Estado Neoliberal, e as diretrizes de abrir espaço pra iniciativa privada, as principais obras de infraestrutura são dirigidas pelo Estado, que seguindo essas mesmas diretrizes, depois privatizam o que foi construído com dinheiro do Estado.

O Estado subordinado nos países de capitalismo subordinado é obrigado a promover, sob as condições determinadas pelo imperialismo e a divisão internacional do trabalho, as condições internas para acumulação de capital. Claro que esta função do Estado subordinado foi, igualmente no Estado imperialista, sendo aperfeiçoada e se alterando ao longo da história, porém, dependendo da inserção concreta de cada país, a formação do Estado subordinado se confunde com a própria consolidação dos Estados capitalistas imperialistas, como o caso do Brasil, que ainda no século XIX se viu dividido nos debates políticos entre os liberais, defensores do livre-cambismo e das vantagens comparativas, e os pioneiros defensores da industrialização nacional, isto tudo dentro de um Estado monarquista e escravagista (!). Já no século XX, o debate público (em meios acadêmicos, instituições estatais, etc.) foi hegemonizado pelos defensores do “nacional-desenvolvimentismo”. Hoje, a hegemonia é do pensamento neoliberal, da ideia de livre mercado, de competitividade, desregulamentação, e outras diretrizes do Estado Neoliberal que situamos sobre a base material da acumulação integral.

O Estado e o capitalismo subordinados ainda que dominados pelos países imperialistas, ainda assim são superiores ao proletariado desses países. Já o proletariado dos países subordinados vive a super-exploração do trabalho e na escala global de exploração são os mais explorados. O capitalismo subordinado de modo algum deixa de fruir dos privilégios de sua posição de classe dominante, mesmo que no plano internacional ele sempre esteja nos últimos assentos nos espaços globais de decisão política, daí que as decisões superiores são mais fielmente seguidas pelas diretrizes dos Estados subordinados.

De qualquer forma, na era da acumulação integral todos os Estados Neoliberais têm como função criar as condições favoráveis para a intensificação da exploração do trabalho. Ao agir devido a esta determinação, o Estado Neoliberal tem de responder ao crescente conflito social, com a classe trabalhadora e os demais grupos oprimidos e seus respectivos movimentos sociais, nas últimas décadas não foram poucas as vezes que a burocracia e os interesses da acumulação integral no Estado foram questionados.

2.1.1 Impactos culturais da acumulação integral

O sociólogo brasileiro Luís Groppo analisando os modelos interpretativos sobre a condição juvenil diz que a partir da década de 1970 um “novo modelo de análise sociológica” sobre a juventude se forma no interior das ciências sociais, diz ele:

- I) A tentativa de superação da ideia da juventude como socialização ou preparação para a vida adulta, substituída pela ideia de que a juventude se torna um “estilo de vida” em si mesmo;
- II) A tentativa de repensar os modelos modernos de rebeldia juvenil – boêmia, delinquência e radicalismo –, que são reinterpretados como “culturas” ou “subculturas” juvenis. Neste segundo movimento, mais que disfunção e desvio (conforme concebia o funcionalismo), mais que rebeldia ou revolta (conforme mais generosa interpretação dos anos 1960), tem-se a construção de identidades e a produção de diversidade sociocultural (GROPPO, 2011, p. 13-14).

Para Groppo, a nova abordagem da juventude minimiza as relações entre juventude e sociedade, e enfatiza a “autonomia”, a “identidade” juvenil como condição de vida, e não mais como processo de preparação para a vida adulta, de ressocialização, mas sim como uma cultura, as subculturas juvenis. A concepção culturalista de juventude surge com o regime de acumulação integral e busca dar respostas para as novas dinâmicas da juventude, sem, contudo, relacionar com o conjunto da sociedade. Só que este procedimento é equivocado, e na maioria das vezes se baseia na manifestação fenomênica³⁰ dos processos sociais, e por tanto fica presa

³⁰ “Tais estudos fazem constantemente uso de abordagens fenomênicas sobre as relações entre os jovens e a sociedade. Resulta tal em análise sem a necessária abrangência histórica, dados os limites deste modo de análise

às aparências da realidade. A compreensão da ação juvenil na contemporaneidade só é possível com base na compreensão totalizante do momento em que vivemos, o que inclui a análise de aspectos da dinâmica cultural que se dá no regime de acumulação integral.

A sucessão de um regime de acumulação para outro provoca “mudanças nas esferas ideológicas, políticas e culturais” (VIANA, 2009, p. 127). Os elementos constitutivos de cada regime de acumulação estão na organização do trabalho (produção de mais-valia), na forma de Estado e nas relações internacionais e é a dinâmica nessas esferas da sociedade que marca a configuração de uma fase histórica da sociedade capitalista. Contudo, a sociedade não se reduz a estas esferas, e as mudanças que ocorrem na base material geram mudanças no conjunto da sociedade, e impactam a forma que a consciência (ideologias, representações, concepções políticas, crenças, etc.) se constitui sob determinadas condições.

A acumulação integral se constitui numa época de “efervescência de ideias”. De um lado, as mobilizações sociais que contribuíram para a crise da acumulação intensiva-extensiva também mobilizaram as ideias, e no final dos anos de 1960 e na década de 1970, surge uma onda de ideias críticas sobre a burocracia, o Estado, o consumismo, dominação de grupos específicos (negro, mulher, gay, etc.) e mesmo contra determinadas situações, como o pacifismo, o ecologismo. Por outro lado, a produção de ideias para aperfeiçoar os mecanismos da produção capitalista também se encontrava a todo vapor, a Comissão Trilateral³¹, Escolas de Economia (Austríaca, Chicago, Virgínia), a reorganização dos círculos de pensamento liberal, as pesquisas de organismos internacionais, setores da academia, foram estrangidos a refletir sobre as condições da crise de acumulação de capital desse período (HARVEY, 2009).

Desta forma, nas origens e na consolidação da acumulação integral as ideias sobre a sociedade estavam e estão em ebulição, tanto na perspectiva da conservação da sociedade, quanto na perspectiva da transformação, seja a mudança em partes ou em sua totalidade. O neoliberalismo saiu vitorioso no campo político institucional, pela reconfiguração que ocorre no Estado capitalista, e também vitorioso no campo das ideias, sendo a ideia dominante e

microsociológico, que tem dificuldades de alçar a sua visão para além do individual, do particular, do cotidiano” (GROPPO, 2011, p. 15)

³¹ “A Comissão Trilateral é um fórum privado de discussão sobre o capitalismo internacional e foi pensada e estimulada por David Rockefeller, e reúne intelectuais, gestores e capitalistas dos EUA, Europa e Ásia. O relatório da Comissão, publicado em 1975 por Huntington e Michel Crozier, conhecido sociólogo da burocracia, lançou pioneiramente as novas diretrizes para reconfigurar a ação do Estado em sua feição mais repressiva, o Estado forte como defendiam, caracterizando-se pela crítica ao Estado Integracionista e os mecanismos de integração da população via instituições (sindicatos, partidos, universidades, etc.). Vitullo diz o seguinte sobre os objetivos da Comissão Trilateral: “forte apelo à necessidade de depurar o regime liberal das excessivas influências democratizantes, tidas por estes como perigosas ameaças populistas, demagógicas e proto-autoritárias, tudo em prol de garantir a estabilidade social e a governabilidade, termo este, aliás, que irrompeu precisamente na linguagem política com a divulgação do próprio relatório da Comissão Trilateral” (VITULLO, 20015, p. 3).

apropriada pelos mais diferentes grupos conservadores e mesmo dentro da área de influência das ideias reformistas e mesmo em setores mais radicalizados, combinando alguns elementos da ideologia neoliberal com outros sistemas de pensamento.

Os movimentos sociais não lutam somente por meio das ações práticas, eles lutam também por meio das ideias, daí a importância de se ter compreendido o quadro mais geral sobre o qual os movimentos sociais contemporâneos pensam e produzem ideias. Em outro sentido, as ideias também impactam os movimentos sociais na medida em que alguns grupos sociais têm o contato regular com os sistemas de ideias, como o movimento estudantil, ou grupos sociais que se formam em torno de uma ideia, como os pacifistas, ecologistas, movimentos religiosos, vegetarianismo, antiglobalização, etc. Portanto, a relação dos movimentos sociais com a cultura em geral e com as ideias de sua época, é uma relação complexa e que remete a vários elementos.

Claro que o impacto das ideologias, enquanto sistemas de ideias, se dá de maneiras distintas nos diferentes movimentos sociais, os movimentos sociais que são compostos por indivíduos das classes privilegiadas (burguesia, pequena-burguesia, burocracia, intelectualidade) tendem a ter maior acesso às ideias complexas, à produção intelectual, aos bens culturais, etc.; por sua vez, os movimentos sociais que têm como base as classes desprivilegiadas (proletariado, lumpem, campesinato, trabalhadores do setor de serviços) têm o acesso restrito à produção das ideias, contudo, ambos estão sob hegemonia burguesa, e a compreensão desta é importante para a compreensão das lutas atuais.

A cada novo regime de acumulação uma nova hegemonia burguesa é afirmada, havendo uma renovação hegemônica que se adapta às necessidades do desenvolvimento capitalista e atualiza a mentalidade burguesa,

A hegemonia (...) é uma manifestação concreta da mentalidade burguesa, mas incluindo vários outros elementos culturais, como valores secundários, concepções políticas, estéticas, pedagógicas, etc., bem como opiniões e outros processos intelectuais mais complexos, como determinadas ideologias. Em síntese, ela é uma determinada manifestação concreta da mentalidade burguesa de acordo com as condições e necessidades do momento histórico e desenvolvimento capitalista (VIANA, 2016a p. 138).

O que torna a hegemonia burguesa presente mesmo nos movimentos sociais (VIANA, 2016a), posto que ela é válida para toda a sociedade. A hegemonia tem como base a mentalidade burguesa, o domínio de determinadas ideologias e as representações congruentes e cotidianas.

A mentalidade burguesa é a “introjeção da burocratização, da mercantilização e competição social” para o conjunto da sociedade e está presente nos “valores fundamentais, nos sentimentos arraigados e concepções mais profundas dos indivíduos” (VIANA, 2016a, p. 137).

A ideologia³² é o sistema de ideias dominante ou vigente num determinado momento, sendo que nas últimas décadas a vigência do estruturalismo foi substituída pelo pós-estruturalismo, o que retomaremos adiante. As ideologias, a mentalidade e a hegemonia são fontes para as representações cotidianas e representações congruentes³³, que passam a atuar reforçando a hegemonia burguesa, além de que as representações cotidianas também são fontes de novas ideologias. Sob o regime de acumulação integral a produção de ideias (ideologias, representações, análises, etc.) ocorrem sob a hegemonia neoliberal:

A hegemonia burguesa consegue dar um ar de novidade a atualização para a mentalidade burguesa ao se adaptar às necessidades do desenvolvimento capitalista. A cada regime de acumulação, ocorre uma renovação hegemônica, mudando o invólucro da mentalidade burguesa de acordo com as tarefas necessárias para a reprodução do capitalismo. É por isso que no regime de acumulação conjugado havia uma hegemonia integracionista e no regime de acumulação integral uma hegemonia neoliberal (VIANA, 2016a, p. 139).

A hegemonia neoliberal é a que torna dominante “as ideologias neoliberais e pós-estruturalistas” (VIANA, 2016a, p. 141). Já vimos anteriormente aspectos das ideias neoliberais ao apresentarmos a constituição do Estado Neoliberal, agora iremos focar na ideologia “pós-estruturalista”, “irmã rebelde” da ideologia neoliberal, como uma das principais transformações culturais ocorridas no regime de acumulação integral e que marca a crise de alguns aspectos culturais que marcaram o ciclo de acumulação anterior. Além de se impor à determinadas produções culturais do período anterior, o pós-estruturalismo revisa as interpretações sobre vários aspectos da história e da sociedade, constituindo novas interpretações para os fenômenos produzidos na sociedade e, o que nos interessa especificamente aqui: a reinterpretação da condição juvenil e estudantil.

Por pós-estruturalismo estamos nos referindo às ideias que podem ser agrupadas dentro daquilo que se costuma chamar de “pós-moderno”. Este modo de pensar se autodefine desta forma porque funda-se em alguns pressupostos que afirmam a transição da sociedade industrial, capitalista, moderna, para a sociedade pós-industrial (Touraine), da era dos serviços e do trabalho imaterial (Negri) e na ênfase da identidade individual (Hall), dentre vários outros

³² “A presença das ideologias nos movimentos sociais se deve ao capital comunicacional (especialmente o capital editorial) e ao aparato estatal comunicacional e educacional (as universidades, mas também o capital educacional, ou seja, as empresas capitalistas de educação). O aparato estatal com seu financiamento de pesquisa, regularização (legislação, etc.) do processo educacional (do ensino superior e dos outros níveis de ensino que reproduzem, mesmo que sob a forma simplificada, as ideologias dominantes) é um dos mais fortes reprodutores das ideologias dominantes e vigentes. As fundações nacionais e internacionais são outras fontes de financiamento e imposição das ideologias hegemônicas e vigentes” (VIANA, 2016a, p. 140).

³³ Representações cotidianas são um tipo de representação que se baseia na simplicidade, regularidade e naturalidade, que são as características do cotidiano, já as representações congruentes são manifestadas sobre a forma de pensamento utópico, doutrinador, etc. (VIANA, 2015c)

aspectos. A ideologia “pós-moderna” é produzida por um conjunto de intelectuais das mais diferentes áreas. Harvey (1998) diz que o “pós-modernismo” começa na arquitetura e daí avança para as ciências humanas e sociais, e Frederic Jameson (1985) enfatiza o surgimento da “pós-modernidade” na produção literária (romãs, poemas, músicas, cinema).

O que aqui nos interessa são os pontos fundantes desta ideologia para demonstrar como esta passa a ser vinculada com outros sistemas de pensamento que foram resgatados com a crise do bolchevismo e da social-democracia. David Harvey nos apresenta uma síntese do pensamento do filósofo Michel Foucault que nos é conveniente para o nosso objetivo:

Las ideas de Foucault - en particular las que desarrolló en las primeras obras- merecen atención, ya que han sido una fuente esencial para la argumentación posmodernista. En este sentido, la relación entre poder y conocimiento constituye un tema central. Pero Foucault (1972, pág. 159) rompe con la noción de que el poder está localizado en última instancia en el Estado y nos impulsa a ‘realizar un análisis ascendente del poder, es decir, empezando por sus mecanismos infinitesimales, cada uno de los cuales tiene su propia historia, su propia trayectoria, sus propias técnicas y tácticas, y luego analizar cómo estos mecanismos de poder han sido (y siguen siendo) investidos, colonizados, utilizados, revertidos, transformados, desplazados, oxtendidos, etc., por mecanismos aún más generales y por formas de dominación global’. El examen minucioso de las micropolíticas de las relaciones de poder en diferentes localizaciones, contextos y situaciones sociales lo lleva a afirmar la existencia de una relación estrecha entre los sistemas de conocimiento (‘discursos’) que codifican las técnicas y prácticas para el ejercicio del control, y la dominación social en determinados contextos localizados. La prisión, el asilo, el hospital, la universidad, la escuela, el consultorio psiquiátrico, son todos ejemplos de lugares donde una organización del poder dispersa y fragmentada se construye independientemente de cualquier estrategia sistemática de dominación de clase. Lo que ocurre en cada lugar no puede comprenderse apelando a una teoría general englobadora. Sin duda, lo único irreductible en el esquema de Foucault es el cuerpo humano, porque es el ‘lugar’ donde en última instancia, se registran todas las formas de represión. De modo que, si en su célebre enunciado afirma que ‘no hay relaciones de poder sin resistencias’, Foucault senala también que no hay esquema utópico que pueda tener la esperanza de escapar de la relación conocimiento-poder en formas no represivas (HARVEY, 1998, p. 62-63).

A partir desta síntese destacamos as seguintes ideias de Foucault: o Estado não é a principal fonte de poder, este possui “mecanismos infinitos”, que se dão em sua “própria história”. Logo, o poder está fragmentado e não é possível compreendê-lo numa perspectiva totalizante; ausência dos elementos da sociedade capitalista para explicar o poder, e sim o próprio poder; consequência da fragmentação é que a dominação de classe é uma entre outras várias formas de dominação, daí não haver uma determinação fundamental na sociedade contemporânea, a não ser que se considere os próprios “mecanismos de poder han sido (y siguen siendo) investidos, colonizados, utilizados, revertidos, transformados, desplazados, oxtendidos” e, assim, cada dominação fragmentada tem sua própria luta, tal como o indivíduo isolado na sociedade neoliberal. Crítica das propostas de transformação social, o poder é eterno, as relações de poder estão presentes em todas as sociedades.

Ainda que Foucault possa ser considerado crítico, um pós-estruturalista crítico, a formulação do seu pensamento funda-se na crítica às chamadas ideias marxistas, atividade intelectual conveniente para a atual etapa do capitalismo. Sua crítica concentra-se na substituição da luta de classes para os múltiplos conflitos e na crítica da totalidade, embora estranhamente introduza uma noção de poder que se generaliza para o conjunto da sociedade, sendo o poder existente em todos os lugares e ao mesmo tempo em lugar algum. Esse pensamento é ideológico porque ocorre sob as condições de aumento da exploração do trabalho, e a atenção sobre esse fenômeno é desviada para a ideia de múltiplos conflitos, e a ênfase nas relações de poder sem um centro ocorre justamente quando da atualização do Estado capitalista, com o Estado Neoliberal reforçando sua atuação na regulação da acumulação integral, ao mesmo tempo em que oculta essa ação sob o discurso da desregulação, desburocratização. Sob essas condições somente basta descrever a realidade aparente, por isso, na aparência das ideias de Foucault, crítica da totalidade, das classes sociais e do poder do Estado, ele está correto, o procedimento ideológico de descrever e normatizar a realidade (VIANA, 2009) manifesta-se na última fase do pensamento de Foucault, que aliás, no período da acumulação anterior era um estruturalista, e com a mudança de regime de acumulação este soube expressar as ideias convenientes à nova era.

Em que pese termos usados o exemplo de Foucault, as ideias pós-estruturalistas não são homogêneas. Viana (2009) analisou três correntes dentro do pós-estruturalismo, uma corrente conservadora, expressa em nomes como Jean Braudillard, Richard Rorty, Michel Maffesoli, Jacques Derrida, Roland Barthes, entre outros; uma corrente crítica, cujo os representantes são Foucault, Deleuze, Guattari, etc., e uma corrente eclética, que funde pós-estruturalismo com marxismo, tal como Antonio Negri, Cormelius Castoriadis, etc. Na corrente eclética, Harvey cita as ideias de Aronowitz:

En la medida en que pueden identificarse múltiples fuentes de opresión en la sociedad y múltiples focos de resistencia a la dominación, este tipo de pensamiento ha sido utilizado en la política radical y llevado hasta el corazón del propio marxismo. Es así como Aronowitz, por ejemplo, sostiene en *The crisis of historical materialism*, que ‘las luchas de liberación múltiples, locales, autónomas que se dan a lo largo del mundo posmoderno vuelven absolutamente ilegítimas todas las encarnaciones de los discursos dominantes’ (Bove, 1986, pág. 18). Me parece que aquí Aronowitz está seducido por el aspecto más liberador y por lo tanto más atrayente del pensamiento posmoderno: su preocupación por la ‘otredad’ (HARVEY, 1998, p. 65).

Mas talvez seja Antonio Negri e Michel Hardt os dois representantes que melhor expressam o ecletismo marxista com o pós-estruturalismo. Se Foucault “descobriu” no poder

um novo fundamento, Negri e Hardt descobriram no trabalho imaterial o fundamento do novo fundamento, isto é, o trabalho imaterial como base do biopoder.

O ponto de partida da reflexão de Negri e Hardt sobre o império são as transformações na sociedade contemporânea, que os autores assumem como a sociedade pós-moderna dominada pelo trabalho imaterial. A ênfase dos autores está no trabalho imaterial, trabalho intelectual massificado e no intelecto geral que são as bases do novo poder biopolítico do império sem imperialismo, da dominação global sem fronteiras e um centro de poder. A transição da economia industrial para a economia dos serviços cria a economia da informação, novo paradigma econômico da pós-modernidade. O modelo toyotista é uma nova forma de produção, que se baseia no trabalho imaterial que, por sua vez, tem duas facetas, o trabalho abstrato (não havendo mais distinção entre as diferentes formas de trabalho concreto) e no trabalho afetivo (trabalho baseado no contato e interação humanos, tais como os serviços de saúde, entretenimento, etc., que se centram na criação e manipulação do afeto). Com essas bases, Hardt e Negri definem a economia da informação:

Em resumo, podemos distinguir três tipos de trabalho imaterial que impulsionam o setor de serviços, no topo da economia informacional. O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informacionalizada e incorporou tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. A atividade fabril é vista como serviço, e o trabalho material da produção de bens duráveis mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina do outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato humano (virtual ou real) bem como trabalho do tipo físico. Esses são os três tipos de trabalho que impulsionam a pós-modernização da economia. (HARDT & NEGRI, 2001, p. 314).

A ideia de modo de produção pós-fordista fundado no trabalho imaterial é a expressão mais completa da fusão entre pensamento marxista, modo de produção, com uma ideia pós-estruturalista, o imaterial. No entanto, tal fusão somente pode ocorrer alterando o conteúdo do primeiro pensamento, pois com o Marx e Engels destacaram, a concepção de história deles “consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata” (MARX & ENGELS, 2007, p. 42), isto é, produção de bens materiais e não simbólicos. É nesse esquema interpretativo que Hardt e Negri podem interpretar como sendo proletariado todo trabalhador submetido ao capital, e não o trabalhador que produz mais-valia, como na perspectiva de Marx.

A partir dessas transformações, Negri e Hardt compreendem a força do pensamento pós-moderno como resistência e negação das bases da modernidade:

Para apreciar devidamente os poderes críticos dos discursos pós-modernistas, deve-se primeiro concentrar a atenção nas formas modernas de soberania. Como vimos em seções anteriores, a soberania moderna é um mundo maniqueísta, dividido por uma série de oposições binárias que definem o Eu e o Outro, o branco e o negro, o de dentro e o de fora, o dominador e o dominado. O pensamento pós-modernista desafia justamente essa lógica binária da modernidade e, nesse sentido, oferece importantes recursos para aqueles que estão lutando para desafiar discursos modernos de patriarcalismo, colonialismo e racismo. No contexto das teorias pós-modernistas, o hibridismo e as ambivalências de nossas culturas e de nosso sendo de participação parecem desafiar a lógica binária do Eu e do Outro que está por trás das modernas construções colonialistas, sexistas e racistas. Da mesma forma, a insistência pós-modernista na diferença e na especificidade desafia o totalitarismo de discursos e estruturas de poder universalizantes; a afirmação de identidades sociais fragmentárias aparece como uma maneira de contestar a soberania do indivíduo moderno e do moderno Estado-nação, juntamente com todas as hierarquias que eles implicam. Essa sensibilidade crítica pós-modernista é sobretudo importante nesse sentido, porque constitui a proposição (ou o sintoma) de uma interrupção de todo o desenvolvimento da soberania moderna ((HARDT & NEGRI, 2001, p. 157).

Como consequência da pós-modernização da economia e do pensamento, Hardt e Negri então afirmam que está chegando o momento do fim do Estado, que é um avanço propiciado pelo império, que desfaz as fronteiras nacionais. E assim como as mudanças sociais se produzem, também se faz necessário alterar a forma de pensar, abandonando a dialética, que Hardt e Negri defendem com base no pensamento de Homi Bhabha, para quem este modo de pensar reproduziu o binarismo, as identidades essenciais e os projetos de totalização, configurando um desafio epistemológico do pós-modernismo às narrativas-mestras (HARDT & NEGRI, 2001).

Importante observar que ao problematizar os projetos de transformação social da era moderna, capitalista, Hardt e Negri resgatam as ideias e práticas de dois santos da Igreja Católica, Santo Agostinho e São Francisco de Assis, pois cada um, a seu modo, o primeiro no fim do Império Romano, e o segundo no nascimento dos Impérios modernos, souberam formular alternativas rumo a uma sociedade emancipada. Nesse modo de pensar de Hardt e Negri eles trazem para o centro do marxismo sistemas de pensamento que são opostos, tal como a defesa do trabalho imaterial e o misticismo.

O útil dessa nossa argumentação é demonstrar que na atualidade do regime de acumulação integral, a ideologia neoliberal se impôs como uma dupla vitória, tanto como ideologia do Estado, quanto como ideologia que se impõe, as vezes de forma mais direta, as vezes mais indiretamente, sobre outros sistemas de pensamento, e no caso do pós-estruturalismo, a combinação com fragmentos da ideologia neoliberal é evidente, sendo assim uma forma de pensamento conveniente para a atual fase do capitalismo.

Além da filiação com a ideologia neoliberal, o pós-estruturalismo torna-se hegemônico com a crise de outros sistemas de pensamento que poderiam ser alternativas, tal como o

bolchevismo e a social-democracia. A social-democracia foi hegemônica em boa parte do século XX porque foi a responsável pela implementação do Estado Integracionista, que exigia uma poderosa classe de burocratas responsável pela integração sob a acumulação intensiva nos países imperialistas, que integravam os trabalhadores via consumo e através da regulamentação burocrática. Com a reconfiguração neoliberal do Estado, as suas ações se tornam “mínimas” e “fortes” ao mesmo tempo (Bobbio), havendo, portanto, uma readequação dos quadros burocráticos do Estado Neoliberal, dando ênfase à face repressiva do Estado e desfazendo instituições que incorporavam setores da classe trabalhadora e da população no geral, tornando obsoleta os setores da burocracia que se dedicavam à elaboração de extensos planos de desenvolvimento e de serviços públicos.

Por outro lado, o fim da União Soviética retira do cenário político a burocracia bolchevique. Como iremos ver no tópico dedicado às lutas estudantis na América Latina, a ausência das organizações juvenis ligadas à estrutura partidária é uma das principais características das lutas estudantis na atualidade, o que deixa incompreensível a análise de Foracchi para quem, analisando nos anos de 1960, a força do movimento estudantil era garantida com o apoio dos partidos de vanguarda:

seríamos levados, destarte, a admitir que, sem cobertura partidária consistente, a vanguarda estudantil não pode desenvolver atuação organizada, sistemática e coerente” (...) Seja qual for a razão desse alheamento, o importante é que a vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil porque, só a duras penas se sustém como vanguarda ((FORACCHI, 1977, p.232).

Por décadas, os partidos comunistas buscaram apresentar a alternativa do partido bolchevique como forma de organização, o que passou a ser questionado pelos movimentos sociais na década de 1960, especialmente pelo movimento estudantil (CASTORIADIS, s/d; BENSID, 1969). A crítica da burocracia e do bolchevismo foi acompanhada do resgate de concepções políticas que foram marginalizadas durante os “trinta anos gloriosos do capitalismo”, durante o período da acumulação intensiva-extensiva, na Europa e nos EUA, os projetos de transformação social foram secundarizados diante da hegemonia burocrática e da integração via consumo nos países de capitalismo privado, e nos países de capitalismo estatal a proposta de “coexistência pacífica” e de “socialismo num país só” deu a tônica das intervenções dos partidos comunistas em cada realidade local.

A partir da década de 1950 ocorre o resgate de pensadores anarquistas, conselhistas, autonomistas, o situacionismo ganha forma e, num processo que chega até a atualidade, tem se uma rememoração do pensamento revolucionário (Marx, Bakunin, Pannekoek, Karl Korsch,

Debord, etc.), embora sem grande desenvolvimento ou elaborações, um esforço que mais se caracteriza pelo resgate do que pela continuidade no desenvolvimento das ideias sob as atuais condições da sociedade capitalista:

O anarquismo praticamente desaparecera de cena como uma força entre os movimentos sociais. Entretanto, os anos 50 marcam o início de uma profunda revisão do marxismo, que se acentuará na década seguinte. Mas a revolução húngara de 1956 “desenterra” na prática a ideia de república dos conselhos operários, cuja chama era mantida acesa apenas por alguns pequenos grupos de extrema-esquerda sem grande influência nos movimentos sociais europeus. No mesmo ano de 1956, a crise do comunismo estatal polonês leva mais longe a revisão teórica do marxismo ou, seria mais preciso dizer, de sua versão ideologizada para a justificação das sociedades burocratizadas do leste europeu. No bojo desta revisão do marxismo, duas importantes vertentes vão oferecer as condições para o nascimento de um novo pensamento libertário: a prática da autogestão, iniciada pelos comunistas anti-stalinistas iugoslavos em seu enfrentamento com a União Soviética, e a recuperação do indivíduo no interior do marxismo, propostas pela filosofia de Sartre e Maurice Merleau-Ponty (VARES, 1988, p. 91).

O resgate das ideias anarquistas é sintomático porque a forma como se deu o resgate foi através do ecletismo com novas ideias que surgem nas últimas décadas:

E este aparente ‘triunfo’ do anarquismo está intimamente ligado ao movimento da antiglobalização, que depois se chamou a si próprio de alter-globalização, ou seja, a esse ativismo global, multifacetado, que ataca a globalização capitalista contemporânea e procura novas formas alternativas de entender e agir no mundo. A face mais visível e mediática deste movimento, principalmente na viragem do século, foram as grandes manifestações de rua aquando de encontros dos ‘poderosos’ do mundo, como, por exemplo, o Grupo dos Sete (G7), ou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Este movimento, que nasceu no final dos anos 90 (simbolicamente com a famosa ‘Batalha de Seattle’, de 1999), tornou-se, contudo, e de uma forma gradual, uma rede difusa de indivíduos e grupos, transnacional, fluida e descentralizada, baseada numa solidariedade dinâmica e voluntária, e essencialmente sem lideranças formais. Esta combinação de autonomismo, horizontalismo e anti-hierarquismo, dá ao movimento uma imagem (ou para alguns uma ‘sensibilidade’) anarquista, mesmo que muitos ativistas não se denominem como tal (a designação anarquista, como já foi dito, ainda é malvista em muitos setores da sociedade). A ‘velha’ esquerda rígida, hierárquica, com as suas marchas sonolentas e os seus slogans já gastos, na opinião entusiasmada do antropólogo anarquista David Graeber, estava a ser finalmente desafiada por um anarquismo pragmático que emergia finalmente como o ‘centro espiritual’ da ‘esquerda revolucionária’ (Graeber, 2012, p. 425). (971) (ZÚQUETE, 2016, p. 971).

Aqui temos alguns elementos que caracterizam o atual resgate do anarquismo: a) é feito por indivíduos e organizações que muitas vezes não se reivindicam anarquistas; b) não tem uma base de classe, tal como surgiu do movimento dos trabalhadores; c) o anarquismo se torna sinónimo de autonomismo, horizontalismo, anti-hierarquismo, embora tais ideias sejam encontradas nos pensadores anarquistas de outras épocas, o anarquismo acaba se reduzindo a estes aspectos. Inclusive a própria abordagem do autor, Zúquete, aponta para elementos do pós-estruturalismo em sua análise, tais como “multifacetado”, “fluidez”, “descentralizado”,

interpretando na atual militância anarquista os mesmos processos que intelectuais do pós-modernismo identificam na sociedade “pós-moderna”.

Retornando a Hardt e Negri, ainda que fazendo uma revisão geral de vários pressupostos do marxismo e do comunismo, eles se identificam como representantes do resgate de ideias marxistas e do autonomismo, daí que esboçam suas interpretações sobre a multidão, população que se contrapõe ao império, e o papel do militante:

O modo de produção do povo reapropria-se da riqueza e do capital e também constrói uma nova riqueza, articulada com os poderes da ciência e do conhecimento social pela cooperação (...) A organização da multidão como sujeito político, como posse, começa portanto a aparecer na cena mundial. A multidão é auto-organização biopolítica (...) Na era pós-moderna, enquanto a figura do povo se dissolve, o militante é o que melhor expressa a vida da multidão: o agente de produção biopolítica e de resistência ao Império. Quando falamos de militante, não estamos pensando em nada parecido com o triste, ascético agente da Terceira Internacional, cuja alma estava profundamente permeada de razões de estado soviéticas, da mesma maneira que a vontade do papa estava cravada nos corações dos cavaleiros da Companhia de Jesus (HARDT & NEGRI, 2001, p. 434-435).

A explicação deste ecletismo pós-estruturalista não deve remeter somente à hegemonia da ideologia neoliberal. Na acumulação integral, também a cultura é subordinada pela mercantilização das relações sociais, a cultura assume a forma mercadoria³⁴ e constitui-se como novo espaço de reprodução ampliada do capital (VIANA, 2009). Interessante observar que alguns pesquisadores constatarem a invasão da mercantilização na produção cultural, e o fazem sob os pressupostos do pós-estruturalismo, como é o caso de Liberato (2014), que baseando-se em Baudrillard afirma que o consumo se faz por meio de um sistema de signos, de classificação e diferenciação social e que por isso se encontram no centro do sistema de produção. Como consequência, Liberato afirma que:

Aquilo que Heath e Potter (2005) chamam de consumismo rebelde, podemos dizer que se confunde com a rebeldia através do consumo, isto é, se dá através do consumo de “produtos alternativos”, seja uma banda de rock “alternativa” e underground, seja o consumo de produtos “politicamente corretos”, ou simplesmente o uso de algo que seja cool e que assim dê a sensação de diferenciação em relação à “massa” ((LIBERATO, 2006, p. 140)

Liberato, assim como as análises pós-estruturalistas, avançam ao tematizar a “esfera cultural” e descobrem nela a invasão da forma mercadoria, a mercantilização da cultura; mas na análise pós-estruturalista, o avanço é acompanhado de um recuo ainda maior, pois idealizam a cultura como um universo que deveria se manter intacto, analisam a cultura por sua lógica interna, pelo sistema de signos e se decepcionam com a invasão mercantil, e esquecem que os próprios signos estão em disputa entre as classes sociais, o que já foi esclarecido por Bakhtin (apud VIANA, 2009). No caso da produção cultural a mercantilização tem o claro objetivo de

³⁴ Nildo, forma mercadoria

contribuir para a reprodução ampliada do capital, com o aumento da produção de bens de consumo que ocorre desde a acumulação intensiva, e a conseqüente adequação, retirando sua criticidade.

Nesse sentido, a análise de Viana sobre o pós-estruturalismo e a produção cultural em geral sob o regime de acumulação intensiva é esclarecedora porque baseia-se na totalidade das determinações dos fenômenos culturais na atualidade. Diz Viana:

O pós-estruturalismo, mesmo o crítico e o eclético, são partes componentes da contrarrevolução cultural preventiva e são mercadorias consumidas em novos nichos de mercado consumidor. Essa mutação cultural acompanha a mudança no regime de acumulação, que necessita da produção ampliada do mercado consumidor, criando uma cultura descartável e diversificada, e da contrarrevolução intelectual, através da expansão e desenvolvimento de uma cultura conservadora (pós-estruturalismo conservador, proto-fascismo, ideologia da globalização, sociologia conservadora, culturalismo, etc.) ao lado de uma cultura crítica domesticada (pós-estruturalismo crítico e eclético, tendências revolucionárias domesticadas, etc.). Desta forma, a dinâmica cultural no capitalismo neoliberal é marcada pela diversidade (que gera nichos de mercado consumidor da cultura) e descartabilidade, principalmente para o grande público) (VIANA, 2009, p. 168-169).

A contrarrevolução cultural ocorre porque a própria emergência da acumulação integral foi marcada pela efervescência das ideias, gerando ideias contestadoras, no bojo dos movimentos sociais e da luta operária nas décadas de 1960 e 1970, o que tornou necessário a apropriação dos temas que foram debatidos (cotidiano, indústria cultural, marginais, movimentos sociais, burocracia, etc.), mas fazendo-o através da “despolitização e recusa da totalidade” (VIANA, 2009, p. 164). De outro lado, os movimentos artísticos e as escolas acadêmicas são substituídos por modismos culturais que disputam nichos de mercado consumidor de cultura.

As mudanças culturais, políticas, jurídicas, filosóficas são caudatárias do regime de acumulação integral, e, por sua vez, a mudança em aspectos da sociedade contemporânea contribui para a formação de novos fenômenos sociais, ou mais exatamente, surgem novas formas de manifestação dos fenômenos sociais sob a acumulação integral. A análise que propomos sobre as organizações mobilizadoras MPL-SP e JRA foi feita tendo em consideração esses elementos gerais que apresentamos.

A abordagem conhecida como Novos Movimentos Sociais é a que mais se aproxima da perspectiva pós-estruturalista, devido sua ênfase na cultura e no pressuposto da transição da sociedade industrial (proletariado e burguesia) para a sociedade pós-industrial (grupos identitários). É interessante observar que autores que estavam identificados a determinada posição mudam de ideia conforme a mudança da sociedade, não no sentido de expressar sua dinâmica, mas de assumir a aparência como critério e fonte de saber.

O francês Alain Touraine migra de sistema de pensamento quando ocorre a sucessão de um regime de acumulação para o outro, e passa a explicar os movimentos sociais sob uma interpretação diferente da que teve quando iniciou suas investigações sociológicas. No começo, Touraine dizia que os “movimentos sociais são sempre, em última instância, expressão de um conflito de classes” (1977, p. 35). Já na sua conhecida análise sobre os movimentos sociais na América Latina relaciona os movimentos sociais com projeto de transformação social, para ele movimento social é

um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética. Acrescentando-se, em seguida, que há duas ordens complementares de movimentos sociais: os que se situam num tipo de sociedade, por exemplo a sociedade industrial, e os que põem em causa o modo de passagem de uma sociedade à outra, a gestão do desenvolvimento (TOURAINÉ, 1989, p. 182).

Se nos anos de 1970 Touraine relacionou os movimentos sociais com classes sociais, na década de 1980 ele ampliou o conceito para abarcar os “novos movimentos sociais”, que debatem a questão da “gestão do desenvolvimento”. Já nos anos 2000, com a emergência do movimento antiglobalização, e para reafirmar a validade do conceito de movimentos sociais Touraine diz que na atualidade,

movimentos sociais merecedores de estudos são aqueles que colocam em questão os mecanismos de globalização que, em larga medida, não suscitam decisões semelhantes às aquelas adotáveis por uma “classe dirigente”, e não aqueles que se opõem a categorias sociais no interior de um conjunto político ou territorial bem determinado (TOURAINÉ, 2006, p. 18).

Touraine repete o erro comum de confundir os movimentos sociais com outros fenômenos sociais, primeiramente com a classe social, depois define o movimento social pelo objetivo do movimento, e agora somente merecem estudos os movimentos sociais que questionam os mecanismos da globalização. Percebe-se que em sua análise falta uma perspectiva teórica articulada para entender o que é específico e universal nos movimentos sociais, busca-se antes mais rever nos movimentos sociais alguma característica anteriormente isolada da sociedade. O movimento social se torna um reflexo das ideias do sociólogo sobre a sociedade, separa-se ainda mais o fenômeno da sociedade, este é mediatizado por sua visão da sociedade e não pelo que realmente é.

2.2 Lutas estudantis e juvenis na América Latina

Entre as organizações estudantis latino-americanas encontramos duas trajetórias. Uma que trilha os caminhos das instituições onde os estudantes se encontram, e aqui não falamos das entidades, mas sim das diversas organizações, ideias, projetos que não se tornaram oficiais, mas que mesmo assim são mobilizações direcionadas para as instituições, são lutas dentro das

instituições; e outra trajetória é a que segue pelos caminhos das lutas políticas de sua época, reivindicando demandas populares, da classe trabalhadora, do movimento camponês, ou mesmo em movimentos políticos vinculados às classes intelectual (reforma universitária) ou burocrática (reforma do Estado); essas ramificações do movimento estudantil estão direcionadas para fora das instituições.

A primeira trajetória das organizações estudantis tem a forma de mobilização interna, pois se mobiliza por objetivos especificamente estudantis, é um movimento estudantil internalista, ou uma mobilização dentro de uma instituição escolar. O outro tipo de trajetória das organizações estudantis se dá nas mobilizações que expressam interesses genéricos, a “demanda externa” se torna elemento principal, e as reivindicações expressam claros interesses de classe, logo, estas mobilizações acontecem fora da escola: este é o movimento estudantil externalista, ou uma mobilização extra-institucional.

Como contraponto às duas trajetórias de organizações estudantis, apresentamos uma terceira forma de mobilização, a do jovem piqueteiro, fenômeno que nos ajuda a entender a diferença concreta entre organizações estudantis e organizações juvenis. O jovem piqueteiro é o jovem lumpemproletário, que no seu período de ressocialização deveria estar frequentando a instituição escolar, mas que devido à degradação extremada das condições de vida, sua família foi empurrada para a classe do lumpemproletariado, fenômeno que aconteceu em larga escala na sociedade Argentina na virada do século XX para o século XXI.

Atualmente, tanto nas organizações juvenis, quanto estudantis, é forte a tendência de se organizar de maneira autônoma, que se baseia na luta direta, e que não possuem hierarquias internas. A maior parte das mobilizações massificadas do movimento estudantil na atualidade, com exceção das ramificações conservadoras, não tiveram direção de organizações partidárias, de jovens ou estudantes filiados a partidos, ou mobilizações hierárquicas, ou voltadas para a representação política nas instituições do Estado. E no caso de campanhas que articularam várias organizações em torno de um objetivo comum, as organizações burocráticas foram submetidas à forma de mobilização autônoma compartilhada pelas demais organizações. No movimento juvenil e no movimento estudantil contemporâneo existe uma maior presença relativa das organizações autárquicas (VIANA, 2016d), que são independentes de partidos, do estado, sindicatos, organizações religiosas, ou outras instituições. São auto-organizadas e não têm como forma de organização a divisão entre dirigentes e dirigidos.

Agora os objetivos se diferenciam de acordo com a mobilização, e estes dão indícios que ajudam na análise do vínculo da organização. Os objetivos ajudam a entender a dinâmica internalista ou externalista das organizações estudantis, bem como diferenciá-la de uma

organização de origem no movimento estudantil ou no movimento juvenil. Vamos utilizar alguns exemplos de trajetórias de mobilizações estudantis que são internalistas e externalistas e, ao final, fazer a comparação com um movimento juvenil também autônomo e de origem de classe, o movimento de jovens piqueteros

A relação das classes com o movimento estudantil é bastante complexa, porque este é um grupo definido pela instituição escolar e porque sua composição social é policlassista, daí que em épocas não-revolucionárias, os estudantes não são estimulados pelo movimento dos trabalhadores, ao contrário, tendências do movimento estudantil se voltam para a prática de “despertar” os trabalhadores. Assim, a análise da relação de classe com o movimento estudantil depende da análise da trajetória que a organização percorreu. Se internalista a tendência é relacionar com várias classes, expressando interesses genéricos, quando a ramificação não se pauta pelos interesses específicos do grupo; sendo de trajetória externalista, a ramificação pode ter um vínculo mais íntimo com determinada classe e assim tomar como interesses seus o interesse da classe com a qual se solidariza.

Nesse sentido, se torna importante conhecer quais ideias tal ramificação está identificada, daí a atuação regular da tendência que orienta os estudantes a atuarem em defesa da classe trabalhadora, dos camponeses, dos moradores de bairro de periferia, etc. Logo, a orientação que se estabelece em tal forma de mobilização passa a “expressar interesses de movimentos políticos dentro do movimento social” (VIANA, 2016a, p. 44). O movimento estudantil não pode simplesmente seguir uma classe, pois ele é policlassista, entretanto, tendências podem se vincular a classes, e mais exatamente, uma determinada elaboração de ideias pode inclusive negar sua identidade estudantil e se afirmar na sua identificação como “povo”, “proletário”, “periférico”, etc. Contudo, tal identificação não deixa de trazer consequências para o desenvolvimento prático de sua mobilização, consequências que iremos analisar no final deste trabalho.

Os movimentos estudantis latino-americanos de trajetória internalista, ou de mobilizações dentro das instituições escolares, aconteceram e vêm acontecendo como reação direta às reformas neoliberais no setor da educação. Com planos e metas elaborados pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial, BID, etc.) em troca de financiamento da dívida pública, os Estados Neoliberais aderiram ao “ajuste neoliberal”, tal como analisado por Laura Tavares Soares em sua tese:

Queremos destacar que essa ideologia espalhou-se para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se para a Área Social, como a Saúde e a Educação, onde a “superioridade” do setor privado foi também apregoada. Durante muitos anos a lógica privatista dominou esses setores (entre outros) do ponto de vista das políticas e práticas governistas. Os resultados são facilmente verificáveis, não causados pelo

"excesso" de Estado, mas pela sua privatização interna. Aqui podemos encaixar, na sequência, outra ideia cara ao neoliberalismo (e explicitada no receituário do FMI e do consenso de Washington) que é a do estabelecimento de um "Estado Mínimo" que cumpra apenas com algumas funções básicas como a educação primária, a saúde pública e a criação e manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico. Ou seja, a proposta era a de que o Estado se afastasse das funções que não fossem "prioritárias" para a alavancagem de um desenvolvimento "autônomo e "auto-sustentado" (SOARES, 1995, p. 177).

Nesse sentido, aconteceram em diferentes países na América Latina e são um sintoma da transformação neoliberal do Estado capitalista subordinado no continente. Os investimentos estatais em educação são reconfigurados, sendo orientados para a educação básica (alfabetização) e nos demais níveis de ensino a orientação privatista, que em termos de gasto no orçamento, não significou redução de verba, mas sua transferência para o setor privado.

A precarização e a privatização do sistema público de ensino foram contestadas pelo movimento estudantil em diferentes países. Essa transformação dentro das instituições encetou diversas mobilizações estudantis internalistas, que ainda continuam acontecendo. O caso chileno é esclarecedor desse processo, pois foi um dos primeiros países a realizar a reconfiguração do sistema de ensino, transformando-o em sua essência em um sistema privado, desde fins da década de 1970, até ser contestado de frente pelas mobilizações estudantis no começo dos anos 2000.

Com um curto período de refluxo, resultado direto da extrema repressão do ditador Pinochet, na primeira parte da década de 1980, encontramos uma intensa mobilização juvenil, abarcando estudantes, jovens desempregados, de movimentos culturais, organizações juvenis, que remonta aos anos de 1960, passando pelo contexto do governo Allende e a movimentação proletária e demais setores, avançando para a oposição à ditadura, e em seguida opondo-se aos efeitos das reformas neoliberais ao longo da transição dos anos de 1980 e 1990 e o fim da ditadura de Pinochet.

Para o caso chileno, as movimentações estudantis contemporâneas possuem dois momentos cruciais: o ano de 2006 com a revolta generalizada entre os secundaristas; e em 2011, com a mobilização estudantil dos jovens universitários apoiada por amplos setores da população, inclusive jovens não estudantes, reunidos em organizações políticas, culturais, desempregados, etc. Há, no Chile, um grande movimento de resgate de concepções políticas, sobretudo, da tradição anarquista, que se espalha e agita entre os jovens estudantes. Apesar de as informações serem dispersas e em pouca profundidade, sabe-se da existência de várias rádios comunitárias, jornais e coletivos políticos, encontros e seminários, manifestações de rua, e é nestes espaços que a juventude chilena experimenta uma sociabilidade alternativa e marginal

às relações sociais dominantes na sociedade, levando para o movimento estudantil práticas e relações sociais que questionam a situação estudantil e aspectos da sociedade chilena.

A libertação para a radicalização do movimento estudantil ocorre com a onda de manifestações conhecida como “*El Mochilazo*” no início do ano de 2001, ocasião em que os estudantes se organizaram para rever o sistema de concessão de passe escolar no sistema de transporte de Santiago; o tipo da organização e a vitória dos objetivos do movimento abrem uma nova era para o movimento estudantil chileno:

A comienzos del año 2001, una serie de manifestaciones de los estudiantes secundarios lograron “estatizar”, dentro de un sistema de gerencia privada del transporte colectivo, la administración del “pase escolar”, documento que permite a los estudiantes tener una tarifa reducida en el transporte colectivo. Dos días de manifestaciones, cada una con más de 10 mil manifestantes, diez días de paro en los establecimientos más importantes de la comuna de Santiago y un escándalo de corrupción producido por el giro de pagos de los pases escolares hacia la cuenta bancaria de un dirigente del transporte, finalizaron con el regreso de la administración del pase escolar al Ministerio de Educación. A partir de “el Mochilazo”, el mundo de los estudiantes secundarios comienza una serie de transformaciones a nivel de organización política y social, un proceso que vería los resultados en solamente cinco años (TORRES, 2010, p. 12).

Passado este primeiro ensaio de mobilização estudantil, com os objetivos garantidos, em cerca de cinco anos uma nova onda de organização, mobilização e conscientização dos interesses estudantis marca a emergência do movimento chamado “*Revolución de los Pingüinos*”. No começo do governo de Michele Bachellet explodem as primeiras manifestações contra o limite do passe escolar (dois por dia) no início do mês de abril de 2006 e contra o aumento no valor da *Prueba de Selección Universitaria*.

Surgem manifestações pontuais, com cortes de pista, assembleias e paralisações na busca de pressionar as autoridades. Porém, os canais de diálogo do governo não fluíam devido à nova posição autônoma da organização estudantil. Revivendo aos acontecimentos do “*Mochilazo*”, a mobilização dos “pingüinos” ocorre no contexto de rompimento do movimento estudantil com organizações burocráticas e vinculadas a partidos políticos ou instituições do Estado Chileno. A ruptura dá-se em fins dos anos de 1999 e começo dos anos 2000, com os estudantes abandonando organizações como a FESES (“*Federación de Estudiantes Secundarios de Santiago*”) e a “*Parlamento Juvenil*”, todas estas com membros com ligações com autoridades estatais, partidárias e religiosas.

En un “congreso de refundación” de la FESES del año 1999, último año de existencia de la tradicional federación, la “Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios” (ACES), fue propuesta como una nueva organización, de tipo “horizontal” y “autónoma” de la tutela de los partidos políticos. Dos factores se presentan como elementos principales de explicación de este proceso: de una parte, el quiebre de la mayoría de los estudiantes políticamente activos con la forma de organización

tradicional partidaria y, por otra parte, la definición de posturas divergentes entre los establecimientos y organizaciones de la periferia de Santiago con los establecimientos del centro de la capital (TORRES, 2010, p. 8).

Libertado das amarras das imposições partidárias e institucionais, o movimento estudantil em Santiago do Chile passa a viver uma nova fase, marcada pela massificação da mobilização e pela consolidação de métodos de mobilização que têm como objetivo paralisar e ter maior pressão sobre as autoridades. Tais métodos que se generalizam são os métodos de corte de pista, ocupações, paralisações e greves, propaganda generalizada, atividades culturais, etc. Sob a criação da ACES, aglutinando diversos coletivos locais, vimos um movimento estudantil atuante e organizado, reagindo a mediadas governamentais e também propondo projetos de políticas públicas. Assim, em 2006, passaram-se seis anos de mobilização estudantil, amadurecidos pelas experiências de ruptura política e de conquista de reivindicações.

No interior dos agrupamentos mais mobilizados algumas reivindicações amadureciam, refletindo um alto grau de conscientização dos estudantes acerca de sua inserção na sociedade. Depois de 2001 amadurece a consciência de conquista dos objetivos de: desmunicipalização da educação, pois no Chile é através da municipalidade do ensino que é transferido dinheiro público e financiada a educação privada; reforma da *Ley Orgánica Constitucional de la Educación* (IOCE), sistema jurídico que estrutura o ensino chileno, sendo este voltado para objetivos mercadológicos; e por fim, a necessidade de estruturar programas acadêmicos e atividades que justifiquem a Jornada Escolar Completa (JEC), o ensino integral no Chile (TORRES, 2010).

Por outro lado, demandas imediatas se fortalecem, como a necessidade anual de reivindicar o direito ao passe escolar e contra os altos custos das taxas de provas universitárias. Quando do início das primeiras mobilizações em abril de 2006 o governo não se dispôs em negociar com o movimento, e a inexistência de lideranças estudantis aumentava o fosso entre o movimento e as instituições burocráticas do Estado; o movimento em torno da ACES mantém coesão, e as ações locais, por colégio, dificultam a contenção. Com a intensificação da mobilização, a resposta repressiva é também aumentada, e como em diversos outros contextos repressão resultou em aumento da mobilização:

A comienzos de mayo, diversas manifestaciones fueron reprimidas por carabineros, especialmente la manifestación del jueves 4 de mayo que termino con la inédita suma de 622 participantes detenidos. A consecuencia del impacto mediático de ésta última manifestación, el Ministro de Educación, M. Zilic, propone un programa de trabajo con los dirigentes de los establecimientos más representativos de Santiago. Sin embargo, la proposición no produjo satisfacción a todos los estudiantes secundarios. Las reivindicaciones de los estudiantes exigían todavía la gratuidad de la PSU y del “pase escolar” para los tres quintiles más pobres de la población y sumaban como

reivindicación una revisión de la “JEC”. La jornada de “paro nacional” del 10 de mayo será recordada como una de las más violentas durante la movilización de los estudiantes secundarios, la que termina con más de mil manifestantes detenidos a nivel nacional (TORRES, 2010, p.13).

Em seguida, uma série de ocupações de centenas de escolas secundaristas em todo o território nacional pressionava ao governo de Bachelet a abrir negociações e apresentar medidas concretas para os estudantes. Nesta nova fase, marcada pela autonomia, auto-organização e ação direta o movimento estudantil logra conquistar suas demandas, intervir politicamente e se organizar. *A Revolución de los Pingüinos* finaliza com importantes vitórias para o movimento:

Finalmente, en un hecho inédito, el jueves 1 de junio, la presidenta Bachelet se dirige a la nación en cadena nacional de radio y televisión para anunciar nuevas medidas. Concretamente, el anuncio presidencial proponía: la gratuidad de la PSU y del pase escolar para los cuatro quintiles más pobres de la población. El aumento de becas de alimentación, la inversión en infraestructura para 500 establecimientos, la creación de un proyecto de ley para mejorar la educación et la constitución de una “Comisión Presidencial” para revisar la JEC y la LOCE (TORRES, 2010, p. 17).

No ano de 2011 novas mobilizações estudantis estouram no cenário político nacional chileno; desta vez, os estudantes universitários é que se mobilizam. De fato, estes jovens universitários são o resultado da mobilização daqueles estudantes secundaristas no ano de 2006, agora amadurecidos pela vida acadêmica, e mais importante ainda: a experiência de luta dos anos passados. A mobilização começou quando convocatórias chamaram para debater a ineficácia do sistema de bolsas e os problemas com o crédito nacional estudantil; inicialmente, reuniões e pequenas manifestações de rua chamaram a atenção para o problema anual com o pagamento das matrículas e financiamento do curso, mas tão logo as manifestações ganharam consistência, tanto em termos de adesão quantitativa, quanto de formulação de objetivos claros, assim, a consolidação do movimento avança para o questionamento do projeto dominante de educação, propondo uma educação pública a partir de três pontos: “1) *Acceso con equidad, calidad, integración y heterogeneidad social en la matrícula*; 2) *Aumento del financiamiento público de la educación* y 3) *Democratización del sistema educativo y las instituciones* (Urta, 2012).” (CUBIDEZ, 2014, p. 13).

Esta mobilização se somou à antiga mobilização dos estudantes secundaristas por desmunicipalização da educação. Além disso, diversos movimentos sociais, organizações políticas, familiares, jovens desempregados, enfim, diversos setores da sociedade civil, apoiaram a mobilização estudantil por educação gratuita, culminando nas maiores manifestações de rua na sociedade chilena desde muitas décadas, provavelmente desde o período anterior à ditadura de Pinochet:

En el mes de junio tuvieron lugar las manifestaciones más masivas convocadas conjuntamente por la CONFECH, las organizaciones de los estudiantes secundarios y el Colegio de Profesores; las marchas, paros y jornadas de movilización contaron con

la participación y el apoyo masivo de otros actores y sectores de la sociedad. Las consignas fueron claras y contundentes: ¡Fin del lucro en la educación! ¡A desmunicipalizar sin privatizar! Democracia en las Escuelas, Institutos y Universidades ¡No más endeudamiento! ¡Chile se une para recuperar la educación pública! ¡La educación chilena no se vende, se defiende! El movimiento estudiantil se estaba prefigurando como un amplio movimiento social y ciudadano por la educación pública (CUBIDEZ, 2014, p. 13/4).

Na tentativa de responder ao movimento, o governo chileno irá propor o *Gran Acuerdo Nacional por la Educación*, mas os estudantes universitários, secundaristas e professores fazem uma contraproposta, chamada *Bases para un Acuerdo Social por la Educacion Chilena* objetivando a educação pública:

La educación pública debe ser gratuita, en todos sus niveles, entendiendo que el Estado debe proveer de los recursos necesarios para garantizar de manera plena el derecho sin ningún tipo de restricción socioeconómica (CUBIDEZ, 2014, p. 14).

Um dos principais momentos da generalização da mobilização em 2011 se deu com a organização de duas mega-marchas, a *Marcha familiar por la educacion* e o *Domingo Familiar por la educacion* realizadas no mês de agosto, uma grande demonstração de forças da mobilização, com a incrível capacidade de atrair um grande contingente da população nacional em torno do debate sobre a educação. Nos anos seguintes, tramitará uma nova lei da educação nacional, incorporando as demandas estudantis e buscando ampliar o ensino gratuito no Chile. A reflexão sobre a nova lei foge aos objetivos deste trabalho, entretanto, a constatação de que a mobilização conseguiu alterar o sistema legislativo é uma informação de extrema relevância para este trabalho.

O movimento estudiantil pela educação gratuita se torna vitorioso sem lideranças, nenhuma organização de vanguarda, ausência de estruturas hierárquicas e autonomia em relação às instituições estatais, partidárias ou religiosas; e outro fato igualmente notável: a inexistência de organizações de adultos (sejam elas de professores, sindicatos, partidos, instituições do estado), sendo todo o espaço de mobilização movimentado e dirigido pelos estudantes.

Também na Colômbia as ramificações do movimento estudiantil de trajetória internalista se contrapuseram às reformas neoliberais da educação. A mobilização configurou-se de forma autônoma, através da luta direta, sem lideranças e divisão de hierarquias dentro das organizações. A trajetória internalista do movimento estudiantil se reorganiza com a proposta de reforma de Lei de Educação Superior apresentada pelo presidente Juan Manuel Santos em março de 2011. A articulação produz a Mesa Amplia Nacional Estudiantil e a proposta de Lei Alternativa da Educação Superior. O rechaço à nova lei era devido aos seus objetivos: "el desmonte sistemático del financiamiento público, en las alianzas ‘público-privadas’ para la

apertura a inversionistas privados con animo de lucro” (CUBIDEZ, 2014, p. 10), que gerou insatisfação dos estudantes que a compreenderam como contrapartida à reestruturação do mercado de trabalho. A Mesa Amplia Nacional Estudiantil se definiu como:

un espacio amplio, democrático, pluralista, de orden local y nacional que aglutina las diferentes expresiones organizativas del estudiantado colombiano” (Prensa Estudiantil, 2011b), organizada a partir de tres instancias de coordinación: un plenario nacional, como instancia máxima de decisión sustentada en la forma asamblearia con participación libre y directa; los comités operativos, orientados a dirimir los disensos y dinamizar los consensos del movimiento en los tres ejes de acción establecidos: lo programático, lo organizativo y la agenda de movilización (MANE, 2012); y las vocerías nacionales rotativas que actuarían como interlocutores del movimiento a nivel nacional, sin intermediación ni representación de organizaciones ni instituciones a nivel particular. Las vocerías tuvieron como función principal las mediaciones y relaciones con el gobierno, los medios de comunicación y la opinión pública y los procesos de articulación continua con los sectores sociales y populares (CUBIDEZ, 2014, p. 11).

A forma de organização interna da MANE se caracterizou pela pluralidade de ideias, decisões por assembleia, luta direta, sem burocracia e representação, bem como pela rotatividade das funções, como alternativa à divisão de funções e contra a representação. Já a forma de mobilização buscou pressionar as autoridades governamentais através da mobilização da sociedade civil:

“La apelación a formas mas creativas, culturales y artísticas no es un elemento exclusivo de esta generación de activistas juveniles, los estudiantes históricamente han combinado formas de protesta tradicionales (paros, marchas, bloqueos, tomas, tropel...) con acciones más lúdicas y creativas; de la actual experiencia de movilización destacamos la novedad de los abrazatones y besatones por la educación, la marcha de antorchas, los festivales y carnavales que acompañaron las jornadas de movilización, los flashmobe, las innumerables expresiones audiovisuales que inundaron conjuntamente las calles y las redes sociales y la participación directa en espacios institucionales de representación política, es el caso de la intervención de los voceros nacionales en audiencias públicas en el Congreso de la República” (CUBIDEZ, 2014, p. 11).

Contudo, essa orientação civilista do movimento estudantil colombiano, não quer dizer que seja uma trajetória externalista, mas sim que para atingir os objetivos específicos dos estudantes somente era possível através de uma luta auto-organizada e atraindo os diferentes setores e classes da sociedade para o apoio à demanda estudantil. Por outro aspecto, essa configuração da mobilização (lúdica, criativa, beijaços, carnavais combinados com marchas, flashmob) tem de ser compreendida como mobilização que crítica das organizações burocráticas e das entidades oficiais do movimento estudantil e busca satisfazer necessidades estudantis através da própria auto-organização. Por outro lado, a influência da ideologia pós-estruturalistas em algumas ideias do movimento estudantil conduz alguns analistas para a análise ingênua e abstraída do contexto social em que surge

Frente al ordenamiento jerárquico, centralizado y dirigido por una idea evolucionista de desarrollo y de destino común preestablecido (que en el actual momento histórico toma la forma de la necesidad de insertarse en la globalización mercantil), emergen

modos moleculares de agrupación y de participación de los jóvenes caracterizados por ser cambiantes, múltiples, informales, sin jerarquías definidas, no orientados por ideas trascendentes de política ni por universalismos esencialistas (de “bien general”, “ley”, “justicia”), pero que permanentemente transforman el llamado “orden social” y hacen evidente que otro mundo se crea y se efectúa constantemente” (CUBIDEZ, 2014, p. 115).

A inexistência de um projeto político no movimento estudantil contemporânea abre espaço para esse tipo de “enquadramento interpretativo”. Contudo, analisando a trajetória internalista, não podemos concordar que essas novas mobilizações sejam resultado de uma ação individual que se faz pela simples vontade de contestar, ela demonstra a crítica das instituições do Estado (partidos, eleições, políticos profissionais, etc.) e um modo de atuar que não está voltado para obter representação ou inserção nas instancias de decisão, e nesse sentido a participação nas audiências públicas estava vinculada a outras estratégias que envolvia marchas, cortes de rodovias, produções culturais, panfletagens, enfim, mobilizações que buscam envolver o conjunto dos estudantes de forma auto-organizada, e não através de mecanismos de representação política e organização burocrática.

A trajetória internalista pode até desenvolver a ação civilista, para pressionar as autoridades governamentais com o apoio de setores da população, com a chamada “força das ruas”, mas o seu conteúdo (objetivos, ideias, organização) ocorrem como um desdobramento da luta dentro das instituições escolares. Em outro caminho trilhado, a trajetória externalista do movimento estudantil busca influir nas lutas políticas da sociedade, interferindo nos rumos dos acontecimentos e defendendo determinados interesses. Essa trajetória, por si só, não significa uma consciência da auto-organização estudantil que, como vimos, desdobra-se atualmente nas lutas estudantis internalistas, assim como dentro das instituições escolares outras instituições interferem nas organizações estudantis, também nas mobilizações externalistas outras instituições podem interferir (partidos, associações, sindicatos, grupos religiosos, grupos políticos, etc.) e efetivamente nesse caminho as mobilizações estudantis se tornam mais suscetíveis de estar vinculadas a outros grupos. A trajetória externalista somente significa que se dá fora da instituição.

Para identificar a trajetória externalista de ramificações do movimento estudantil, vamos analisar, brevemente, dois casos: o movimento caras-pintadas no Brasil, em 1992, e o movimento Yo Soy 132, no México, no ano de 2012.

Em outra parte do continente latino-americano também a mobilização estudantil permanece ativa desde as últimas décadas, tratando-se da sociedade mexicana. Impulsionada por outras movimentações mais gerais no contexto mexicano (tais como movimentos de classe do campesinato, proletariado, reestruturação capitalista, reformas na estrutura do estado e lutas

políticas mais amplas), o movimento estudantil no México age em contexto de intensa transformação social, com a juventude crescendo e sendo socializada em uma sociedade em crise social permanente e subordinada aos interesses neoimperialistas dos EUA na região, intervenção que ocorre desde o favorecimento à expansão econômica das indústrias de tipo *maquillas*, crescimento do tráfico de entorpecentes, submissão aos interesses comerciais dos EUA, intervenção militar indireta, e sobretudo em estratégias preventivas contra os movimentos sociais e de classe que regularmente explodem no México.

Recentemente, o Movimento *YoSoy132* iniciou-se como parte da rejeição ao projeto neoliberal representado pelo então candidato presidencial Peña Nieto. Rapidamente a rejeição generalizada entre os estudantes estimulou a criação de reuniões e da organização de assembleias em diversas universidades para debater mecanismos de contestação ao candidato. O objetivo que reunia a todos os jovens estudantes era o de barrar a candidatura de Peña Nieto, além da crítica ao monopólio dos meios de comunicação que somava-se ao primeiro objetivo. Exemplar da mobilização do Movimento *YoSoy132* foi a ocupação de rede de televisão Televisa, ocasião em que o movimento apresentou o seu manifesto, que em determinado momento afirmava buscar os seguintes objetivos:

(...) un movimiento estudiantil y social, político, apartidista, pacífico, autónomo, antineoliberal, independiente de los partidos, candidatos y organizaciones que responden a un programa electoral; un movimiento democrático donde la toma de decisiones emana de sus asambleas locales y generales, que ha trascendido la coyuntura electoral y seguirá organizándose y luchando para transformar profundamente a México, como contrapeso a cualquier decisión y política que vulnere los derechos e intereses de nuestro pueblo (CUBIDEZ, 2014, p. 17).

A rejeição ao candidato presidencial em 2012 foi somente o estopim de sentimentos e necessidades latentes para uma parcela dos estudantes mexicanos. A mobilização do movimento *Yo Soy 132* iniciou-se dentro das universidades, motivada por um discurso de campanha de Peña Neto na Universidad Iberoamericana que mobilizou os estudantes, sendo a quase totalidade da base social desta mobilização, mas em nenhum momento se restringiu ao ambiente institucional universitário.

Os objetivos da campanha *Yo Soy 132*, que aglutinou centenas de organizações estudantis e milhares de estudantes, eram se contrapor ao projeto neoliberal, às constantes denúncias de fraudes no sistema eleitoral e à cobertura dos meios de comunicação, identificados como alinhados ao projeto de transformação Neoliberal do Estado. Em nenhum momento reivindicações especificamente estudantis hegemonizaram a campanha, que tinha como objetivo alterar o quadro das políticas estatais.

Em outro aspecto, a forma de mobilização reproduziu elementos que já vimos em outras ramificações do movimento estudantil, como organizações autônomas, funcionando sobre o esquema da horizontalidade, rotatividade, sem lideranças e representação, opondo-se à forma de mobilizar-se característico das organizações burocráticas. A força e crescimento da campanha foram expressadas por Raúl Romero:

Mientras en los principales noticiarios de Televisa intentaban disminuir el impacto de la protesta, en las universidades y en las redes sociales la gente comenzaba a organizarse. Los estudiantes de la Ibero crearon el colectivo #Másde131 y animaron la formación de la Coordinadora Interuniversitaria, la cual agrupó a estudiantes de diferentes instituciones públicas y privadas de educación media superior y superior. La tarea principal de la coordinadora fue organizar en una red de redes a los miles de colectivos que se iban sumando (...) Así sucedió el 30 de mayo, fecha en la que más de 6 mil jóvenes asistieron a las instalaciones de la Universidad Nacional Autónoma de México a la primera reunión del #YoSoy132. Al principio, hubo mucha desorganización: algunos estudiantes enfocaban todas sus propuestas para incidir en las elecciones, otros argumentaban la necesidad de trascender el proceso electoral y no faltó quien emotivamente habló sobre derrocar al Estado y su democracia burguesa (ROMERO, 2018, p. 115).

Embora mobilizando estudantes e muitas vezes reunidos em universidades, a mobilização se dava basicamente nas ruas da Cidade do México, em ocupações dos meios de comunicação (Televisa e TV Azteca) e com reivindicações genéricas, embora como Romero deixa entrever, reivindicações universalistas, como o fim do domínio da burguesia também apareceram, embora de forma marginal na organização. Outro aspecto da mobilização que o autor destaca é o “caráter lúdico e festivo” das manifestações da campanha *Yo Soy 132*, relembrando a posição dos participantes quando ocuparam a sede da Televisa: “los policías encargados del resguardo del edificio se sorprendían al ver que los jóvenes no los confrontaban, todo lo contrario; les leían poesía y hasta los invitaban a bailar” (ROMERO, 2018, p. 116). Aqui, onde Hardt e Negri poderiam ver o militante contra o império, diferente do “agente triste e ascético” da Terceira Internacional, subjaz a crítica da organização burocrática, sendo ironizada e ridicularizada, mas de acordo com ideias vinculadas à corrente crítica da ideologia pós-estruturalista.

O caminho das lutas externalistas no México encontra-se em aberto, e por isso as mobilizações estudantis vêm sendo alvo constante de uma das mais claras facetas do Estado neoliberal, a intensificação da repressão. Em 2014, com o desaparecimento e assassinato de 43 estudantes na cidade de *Iguala, Ayotzinapa*, as mobilizações estudantis foram novamente despertadas. Em uma visão histórica, percebe-se que as mobilizações estudantis no México respondem a um contexto social mais amplo, processo que podemos remontar em sua explosão inicial com o levante armado do EZLN em 1994, o que precipitou a emergência de diversas organizações estudantis influenciadas pelo discurso zapatista e também confluuiu com

mobilizações estudantis contra as reformas neoliberais das universidades ao longo da década de 1990.

No Brasil do ano de 1992 o presidente Fernando Collor foi impedido de seu mandato por uma série de mobilizações de vários setores da sociedade brasileira. Entre os principais participantes do “Fora Collor” estavam os estudantes. O primeiro esclarecimento a se fazer é que a saída do presidente não foi resultado da mobilização de um movimento social, como poderia parecer dado à relevância que os meios de comunicação deram aos “cara-pintada”, estudantes que participaram do processo de impeachment. Não foi um movimento social que tirou o presidente, mas a combinação da atuação de vários setores e classes da sociedade brasileira, e os motivos dessa coalizão não interessam imediatamente a esta pesquisa. Interessa a participação dos estudantes nessas mobilizações, a constituição da mobilização estudantil externalista, fora das instituições escolares, mas sob hegemonia de setores e classes sociais da sociedade brasileira. O verbete sobre o movimento cara-pintada no site da Fundação Getúlio Vargas diz o seguinte:

Em 29 de maio, na ABI, teve lugar o Fórum pelo Impeachment. O Fórum, organizado pelo Movimento pela Ética na Política, contou com a participação de entidades da sociedade e de partidos (PT, Partido Comunista do Brasil [PCdoB], Partido Socialista Brasileiro [PSB], Partido Popular Socialista [PPS], Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB], PMDB, representado parcialmente, CUT, Sindicato Estadual dos Profissionais do Ensino [SEPE], União Nacional dos Estudantes [UNE], União Brasileira de Estudantes Secundaristas [UBES] e União da Juventude Socialista [UJS]) (...)Novamente a bandeira da UNE, que tivera importante papel nos movimentos de resistência à ditadura militar, tomava as ruas e chegava à mídia. Lindberg Farias, paraibano de 22 anos, filiado ao PCdoB, filho de um ex-militante da Ação Popular e vice-presidente da UNE em 1961, era o presidente.

Coberta pela grande imprensa, a manifestação dos estudantes de São Paulo foi comparada com o movimento estudantil de 1968, cuja história romanceada ocupava as telas de televisão. Sem deixar escapar as diferenças entre os dois movimentos, as reportagens sobre as manifestações pró-impeachment reforçavam o caráter irreverente e apartidário dos jovens do início dos anos 1990, que saíram para as ruas não para revolucionar o mundo, mas para exigir ética ao poder público (FGV/CPDOC, 2019).

Nada de greve estudantil, ocupação de salas de aula, reivindicações estudantis, etc. Reuniões com partidos e outras associações de classe dão a dinâmica do movimento estudantil quando suas ramificações seguem uma trajetória externalista. Os objetivos da trajetória externalista também explicam essa forma de mobilização, e no caso do “Fora Collor”, as reivindicações estudantis foram marginalizadas em torno de uma única questão:

No entanto, não chegamos a perceber, no movimento pelo impeachment, “a convergência de temas sócio-políticos diversos”, posto que o debate centrou-se exclusivamente na cassação do mandato do presidente Collor. Não houve, excetuando-se em raros momentos, uma discussão sobre temas mais profundos (...) Percebemos a existência de outros temas, além do impeachment, que, inclusive foram veiculados nos panfletos distribuídos nas manifestações e também nos discursos. Crítica à política educacional; às privatizações; ao sistema previdenciário; ao desemprego. No entanto, acreditamos que a possibilidade do impeachment foi, sem

sombra de dúvidas, o que realmente motivou e guiou a mobilização (DIAS, 2008, p. 15).

O Fora Collor foi hegemônico por interesses genéricos. No caso uma insatisfação com a corrupção generalizada na sociedade brasileira, mas que também encontrou ressonância nas classes privilegiadas atingidas pelas medidas do governo Collor³⁵. Os objetivos especificamente estudantis foram marginalizados na Campanha Fora Collor, e quando o presidente caiu, o movimento estudantil que se forjou ao redor da campanha também deixou de mobilizar (DIAS, 2008).

A trajetória externalista das ramificações do movimento estudantil está sob maior influência das classes sociais, de suas organizações e representantes sobre o movimento estudantil. A principal organização estudantil a aderir ao Fora Collor foi a UNE, mas sua atuação só alcançou a força que teve devido à grande participação da “base estudantil”:

A UNE, por sua vez, teve um papel fundamental na criação desse “produto”, pois acabou funcionando como um elemento aglutinador dos estudantes. Ao mesmo tempo em que reunia em torno de si os estudantes, aumentava o seu prestígio junto às instituições e à sociedade. A exposição dos jovens na mídia colocava a UNE em evidência por todo o país. Com uma atuação modesta no cenário político, desde o final da década de 70, a UNE foi rapidamente alçada ao estrelato. Lindbergh Farias - à época presidente da UNE - em reunião com o presidente do Senado, Mauro Benevides, sela o apoio da UNE ao processo de impeachment. Desta forma, a entidade acaba tornando-se a maior organizadora de passeatas contra Collor (DIAS, 2008, p. 11).

A participação em bloco dos estudantes, que ficaram conhecidos como “caras-pintadas”, pode-se dizer que conformou uma ramificação do movimento estudantil, que acompanhou as mobilizações de outras organizações, setores, associações de classe. Tal atuação deu uma nova orientação às entidades existentes, que inclusive saíram do estágio anterior de paralisia. E nesse sentido, seus dirigentes aderiram à ideia que parecia a mais assimilável dentro daquele movimento especificamente contra o presidente Collor. Assim o vice-presidente da UNE na época, Lindberg Farias, hoje senador pelo PT, pôde esboçar a nova demanda estudantil:

O movimento estudantil hoje é outro (...) mudou pelos próprios estudantes. Eles despertaram e começaram a descobrir o que é lutar verdadeiramente pela cidadania. É uma geração que tem consciência de cidadania (FARIAS apud MISCH, 1997, p. 134).

O movimento estudantil é altamente suscetível às influências sociais dominantes no momento, isto devido ao caráter de transitoriedade que marca o grupo situacional dos estudantes. Assim, de uma geração de estudantes para outra, novas demandas, reivindicações e

³⁵ Na década de 90, os estudantes encontravam, geralmente, nas ruas a aceitação do seu protesto, e as forças policiais agora os protegiam, organizando o trânsito para as suas manifestações. Ao contrário do movimento estudantil de 20 anos atrás, os estudantes pareciam ter ganho a simpatia da grande maioria da população, dando margem à participação de outros setores que aderiram ao movimento pró impeachment (BARBOSA, 2002, p. 9).

organizações podem surgir, alterando a configuração do momento anterior, ora mais conservador, ora mais revolucionário (CONCEIÇÃO, 2016). Quando a trajetória de suas ramificações envereda pelo caminho externalista, a força das influências externas se faz ainda mais presente. No caso específico analisado, as forças sociais (classes, grupos, organizações, ideias hegemônicas) se impoem ao movimento estudantil, em outros contextos e mobilizações as condições dadas não foram estas.

Contrapondo essas duas trajetórias das ramificações estudantis, as ramificações do movimento juvenil não possuem trajetória internalista nem externalista, não tem a instituição escolar para sair dela. Na verdade, os setores da juventude vinculados às classes desprivilegiadas já estão excluídos das instituições escolares; para os jovens que estão insatisfeitos com determinada situação e encontram na classe a que pertencem a alternativa coletiva para resolver sua insatisfação, eles só têm de agir junto com sua classe. Uma manifestação concreta dessa relação se deu com a constituição do movimento piquetero, que é o movimento do lumpemproletariado e que produziu seu setor de jovens piqueteros. Estes, combinaram a insatisfação da classe, a exclusão da divisão do trabalho, com elementos da ressocialização juvenil, criando o setor juvenil do movimento piquetero, e imprimindo nele elementos próprios de sua situação social.

A emergência do movimento piquetero arrastou consigo um setor dos jovens, os desempregados, que passaram a formar parte do movimento. Esse movimento foi político, movimento da classe dos excluídos do trabalho, um movimento do lumpem, portanto, não foi um movimento juvenil, mas sua força e as condições de vida da juventude bonaerense acabaram por criar um setor juvenil piquetero. Na crise social Argentina de final do século XX, as condições de vida da juventude acompanharam a degradação geral das condições de vida da população:

A juventude bonaerense constitui o grupo etário que, majoritariamente, já inicia seu processo de ressocialização (cf. VIANA, 2009a) marginalizada na divisão social do trabalho e com uma forte tendência a consolidar-se nessa condição, quer dizer, o processo no qual ela se prepara para realizar uma integração completa na sociedade já ocorre em condições de inteiro despojo da propriedade sobre suas condições materiais de existência. Consequentemente, se vê impossibilitada de reproduzir sua vida com seus próprios meios de produção, não conseguindo obter regularmente seus meios de vida sob a forma salário. Portanto, a intensa lumpemproletarização faz com que esse processo de ressocialização ocorra em condições de grande incerteza, instabilidade, medo, frustração e revolta. Tais condições foram amplamente canalizadas para a luta no movimento piqueteiro (BRAGA, 2012, p. 48-9).

Assim, os jovens piqueteros levaram elementos da crítica juvenil à mobilização do lumpemproletariado. A mobilização juvenil no movimento piquetero não foi resultado de uma ação dos jovens lumpemproletariados no seio do movimento juvenil, ao contrário, foi uma ação

dos jovens lumpens no interior do movimento de classe do lumpemproletariado, e essa ação foi facilitada porque o pertencimento do jovem às classes é via família, ou no caso dos jovens excluídos da escola que são ressocializados, entre outras instituições, através do trabalho, assim, quando as condições de reprodução da vida através do trabalho foi impossibilitada a esses jovens, a única alternativa foi acompanhar sua classe social. Contudo, como veremos não foi uma submissão completa à classe, e na medida em que elementos da condição juvenil acompanharam os jovens, eles levaram esses elementos para o movimento da classe, ainda que subordinados a ela.

Os estudos sobre o setor juvenil no movimento piquetero são escassos, a análise de Lisandro Braga é um dos raros trabalhos em português, e mesmo na Argentina os estudos sobre esse tema são escassos. Utilizamos aqui algumas ideias apresentadas por Analía Otero, que realizou várias pesquisas sobre o tema. Para Otero, as relações familiares e de vizinhanças introduziram os jovens no movimento. A inserção precária e instável no trabalho, que acabou por deixá-los desempregados, eram os elementos comuns de identidade ao movimento piquetero, e que trouxe os jovens dessas famílias para o núcleo do movimento. Segundo Otero:

Como corolario subrayaba entonces que estos jóvenes de sectores pobres urbanos que establecían vínculos frágiles con el mercado de trabajo, padeciendo los efectos de un proceso de segregación residencial y de baja calidad de los servicios percibidos, menguaron este progresivo aislamiento social a través de la adscripción en la organización de trabajados desocupados. Mientras que este colectivo constituía un ámbito en el que era posible generar un sentido compartido de problemáticas comunes, estrechar vínculos con la comunidad territorial y afianzar posiciones e identificaciones, además de mediatizar la obtención de subsidios sociales (OTERO, 2014, p. 8-9).

A participação juvenil no movimento piquetero teve o caráter peculiar de ser realizada pelos jovens da própria classe marginalizada, e que se fazia a partir das próprias relações no bairro. Nesse movimento, os jovens tiveram importante papel e, com a ausência de organizações burocráticas, puderam colocar-se em pé de igualdade com os demais participantes:

Na divisão de tarefas efetuadas entre os integrantes de cada agrupação, quando são criadas as diferentes comissões que se encarregam da segurança, das relações com a imprensa, da biblioteca, dos refeitórios, das oficinas, de organizar atividades para arrecadar fundos, os mais jovens sempre cumprem alguma função importante. Muitos optam por militar nas comissões de segurança, em que canalizam seu espírito de rebeldia e alimentam uma nova mística em seus enfrentamentos com as forças repressivas do Estado. Nos cortes eles podem demonstrar sua coragem e exteriorizar o profundo ódio que sentem pela polícia, única e perversa dimensão para eles visível da estatalidade, a que conhecem a partir das perseguições de que são objeto, levadas a cabo quase diariamente pelos agentes policiais do “mete bala” (gatillo fácil), dos fuzilamentos, da tortura e da permanente discriminação por “portación de cara”. Mas os adolescentes e vinteaneiros não servem apenas de frente de choque para parar a repressão. Vários deles tem alcançado lugares importantes na direção do movimento, protagonizando as instâncias de debate político e tomada de decisões. São muitas as agrupações encabeçadas por militantes com menos de 30 anos, principalmente as independentes, aquelas que rejeitam qualquer relação orgânica com partidos e sindicatos (VITULLO apud BRAGA, 2012, p. 49).

Na participação, os jovens foram os que trouxeram determinados temas para dentro da organização, tais como as relações igualitárias, como analisa Otero:

La experiencia en el movimiento, habilitaba reflexionar sobre dimensiones vinculadas a las características propias del “trabajador” de antaño, pues ese “tipo” aludía a la formación de un perfil de trabajador, obediente con respecto a la escala piramidal, orientado en función del esfuerzo personal, a la luz de un proceso de disciplinamiento creador del espacio rutinario. En rigor, ese carácter orientador de la acción en el ámbito laboral, obviamente, no gobernaba la experiencia cotidiana de los jóvenes dentro del MTD, donde primaba el intento por acentuar las acciones colectivas en términos de “igualdades”. Desde allí la mixtura generacional era un intercambio “novedoso” y complemento fructífero, pero también limitado sobre todo por tratarse de emprendimientos productivos de corto alcance (OTERO, 2010, p. 129).

Percebemos aqui a diferença concreta entre as ramificações do movimento estudantil com trajetória externalista, que devido a origem policlassista dos estudantes estão sob hegemonia das várias classes sociais, tanto os “caras-pintadas” quanto a campanha *Yo Soy 132*, e o setor juvenil do movimento piquetero, que atuando junto com sua classe, pode trazer para dentro do movimento objetivos que lhes são próprios e articulados com os objetivos genéricos da classe. Essa possibilidade existe em algumas ramificações do movimento estudantil, contudo, somente naquelas que estão conscientemente orientadas para tal objetivo; o conjunto do movimento estudantil encontra-se limitado por barreiras de classe intransponíveis.

A reconstituição do processo de surgimento e ampliação dos movimentos estudantis na América Latina em pleno contexto de neoliberalismo é uma tarefa importante a ser realizada pelos pesquisadores comprometidos com a história e com a mudança social desse continente. Perceber a unidade em meio a diversidade dos processos locais possibilita que processos futuros se tornem perceptíveis para a ciência social, bem como torna possível a realização da crítica ao pensamento social conservador, que busca consolidar a visão de que não há saídas e alternativas para o continente latino-americano que não seja se render ao avanço do neoliberalismo e, ainda mais: perceber, no movimento de mudança, o surgimento de forças contrárias, contestadoras. A atual mobilização dos estudantes em diversos países do continente aponta para esta percepção da mudança, percepção da contestação, bem como possibilitar atuar de forma consciente e crítica. O objetivo deste tópico foi o de apresentar uma reflexão sobre o atual processo de constituição dos movimentos estudantis contestadores para situar a emergência do MPL-SP e do JRA.

2.2.1 Organização estudantil e regimes de acumulação na história do Brasil e do México

O objetivo deste tópico final é analisar a história das formas de organização estudantil dentro de uma breve história da sucessão dos regimes de acumulação no capitalismo subordinado de Brasil e México. Vamos focalizar na história desses dois países, abstraindo que

consideramos esse processo de amplitude muito maior, envolvendo vários países da América Latina, da Europa e dos EUA.

A história das organizações estudantis passa pela luta pelo reconhecimento de sua existência, sua incorporação nas instituições escolares, disputas internas, crise de legitimidade e a criação de organizações estudantis alternativas. Tal história se desdobra em distintas fases do capitalismo subordinado na América Latina, cada qual fazendo surgir um tipo de organização estudantil e que elaboram seus objetivos e criam formas de mobilização sob tais condições.

O modo de produção capitalista no Brasil e no México consolida-se como modo de produção dominante quase ao mesmo tempo, na década de 1930, depois de meio século de crescente evolução com a inserção capitalista do setor agrícola no mercado mundial, através de financiamento, espaço no mercado, troca mundial, exportação de capitais, dando impulso para a acumulação de capital e a criação dos primeiros núcleos de industrialização no final do século XIX. A inserção no mercado mundial gera uma condição comum aos dois países, a condição de capitalismo subordinado aos países imperialistas, da Europa e dos EUA (GORENDER, 1988; VIANA, 2009). Nesta condição, a industrialização vem ocorrendo de maneira retardatária e subsidiária do setor agrícola (CUEVA, 1984), necessitando o constante aumento da exploração do trabalho nos diferentes setores da produção, decorrente da troca desigual que ocorre no mercado mundial (MARINI, 2005).

Desde então, os ciclos de renovação capitalista ocorrem sob a direção da “tríplice aliança”, análise a que chegaram Peter Evans (1979) e Jacob Gorenader (1988) para a aliança Estado, capital nacional e capital internacional. A acumulação originária de capital nos dois países³⁶ ocorreu sob relações de produção não capitalista engendradas pela acumulação

³⁶ Não temos tempo e espaço para a reflexão sobre a transformação capitalista do continente latino-americano, nem especificamente para os dois países aqui analisados. Resta notar que este é um debate importantíssimo, tendo muita coisa sido escrita no passado, mas inúmeros aspectos a serem explicados. As abordagens, no sentido que anteriormente conferimos, sobre a história do capitalismo na América Latina geraram diferentes tipos de discussão, como a abordagem Modernista, a abordagem da Teoria da Dependência, a abordagem Desenvolvimentista e outras, cada qual criando seu próprio modo de pensar o capitalismo na região, sendo muitas vezes incomunicáveis entre si, isto porque um mesmo ser é entendido de formas diferentes, ou seja, o capitalismo é significado de maneiras diferentes e quase sempre os autores não estão falando da mesma coisa, embora pensem que estejam falando. A “coisa” capitalismo para uns é relação com o mercado, para outros é economia monetária, para outros é relação salarial, para outros, é produção de mais-valia, daí que para alguns autores o capitalismo existe desde a descoberta da América Latina, para outros surge na época das independências, para outros somente com o fim da escravidão, e segundo outros autores somente no século XX. Nesse sentido, existem interpretações que entendem a era pré-capitalista da América Latina como sendo feudalismo colonial, outros falam em escravismo colonial e outros em capitalismo colonial. De nossa parte, acreditamos que a reinterpretção desse debate feito por Jacob Gorenader merece destaque como leitura obrigatória para este tema, tanto pelo debate que realiza com outras interpretações, tanto pela qualidade de sua análise. A transformação interpretativa de Gorenader sobre o passado colonial é revolucionária para esse tema tal como a teoria dos regimes de acumulação de Nildo Viana é revolucionária na reinterpretção da história do capitalismo subordinado da América Latina. Para a leitura introdutória de algumas

primitiva de capital, na América Portuguesa o escravismo negro, e na América Espanhol a semiescravidão indígena, que se mesclou com elementos herdados das sociedades pré-capitalistas (aonde tinha impérios nativos os elementos herdados foram muito fortes).

A acumulação originária de capital na América Latina se deu sob as bases não-capitalistas, escravistas e semi-escravistas, existentes no continente. O setor agrícola (com o trabalho escravo, trabalho tributado e formas marginais de trabalho livre), direcionado para o mercado externo, gerou uma massa de dinheiro que nas últimas décadas do século XX passou a ser utilizada para aperfeiçoar a estrutura de exportação, sendo modernizada sob as bases materiais da produção capitalista (ferrovias, armazéns, portos, iluminação, funcionários, administração). Ainda na segunda metade do século XIX, a produção capitalista avança sobre todos os ramos da produção nos países Europeus e nos EUA, o que pressionava mundialmente pelo fim da escravidão, que se encerra em metade da América Latina por volta da década de 1860, e na outra metade permanece por mais duas décadas, no caso brasileiro.

Mas a pressão maior veio com a renovação da produtividade possibilitada com a reorganização do trabalho sob bases tayloristas, que necessitou ampliar o mercado consumidor dos países capitalistas. Para essas mercadorias serem consumidas não podia haver coexistência com o trabalho escravo, porque o seu dono evita toda espécie de gastos com sua propriedade. Porque diferente do proletário, o escravo tem de ser mantido pelo seu dono. Para reproduzir a força de trabalho, era necessário o consumo de mercadorias que era imposto pelos centros produtores, assim, as últimas décadas do século XIX presenciam a entrada em massa de mercadorias estrangeiras e de uma nova estrutura para a exportação, que por sua vez aprofunda a produção agrícola e amplia a acumulação interna de dinheiro. É nesse ponto que surge, entre as décadas de 1870 e 1930, milhares de pequenas fábricas que importam o modo capitalista de produzir, produzindo mercadorias para a crescente massa da força de trabalho.

Com o aumento da produção agrícola exportadora esta estimula o crescimento do setor bancário e do setor comercial, que para dar conta do volume da exportação também deveriam estar sob a lógica da produção capitalista; daí que os principais agentes deste setor eram provenientes do capital internacional. Uma parte do que o setor agrícola faturava ficava em mãos do setor bancário e comercial, que passaram a reinvestir, outra parte do faturamento, na nascente indústria, principalmente sob a forma de empréstimos e empreendimentos industriais

concepções de capitalismo na América Latina sugerimos nosso artigo *O conceito de capitalismo na historiografia latino-americana (1940-1970)*. In BRAGA, Lisandro et all. América Latina em movimento: hegemonia, dominação e resistência. Curitiba: CRV, 2018.

de comerciantes. Regulando as inter-relações dos agentes do processo produtivo está o Estado, que na América Latina do século XIX que transita entre o Estado da era escravista e o novo Estado, necessário para a nova era capitalista. Absorvendo parte da renda dos agentes deste processo, o Estado na América Latina entra em cena como o fiador dos empréstimos internacionais para os empreendimentos privados e para a modernização dos serviços públicos (iluminação, gás, estradas, edificações, etc.). Com a incipiência da produção industrial nacional, a virada para o século XX presencia inúmeros empreendimentos capitalistas, sobretudo na área de estrutura, dirigidos pelo Estado, ainda que o Estado desse período seja apontado por muitos como tradicional, seja no Porfiriato mexicano ou na República Velha no Brasil, a partir deste momento o Estado assume a tarefa onde os capitalistas individuais não têm condições.

Com a ampliação da produção possibilitada pela acumulação intensiva na Europa e nos EUA, tem-se o início da exportação de capitais para o Brasil e o México, responsável pela efetivação da produção industrial nos dois países, criando núcleos industriais em algumas regiões: no Brasil, as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, e no México, Puebla, Veracruz e Estado do México, e também em estados menores dos dois países. Pequenas fábricas de alimentos (carne, conservas e banha), de roupas, cigarros, material de construção vão surgindo para atender à crescente demanda nas cidades, sede do capital bancário e comercial. Nas décadas de 1900 e 1910, Brasil e México já tem um grupo expressivo de proletários, que iniciam suas primeiras lutas contra a jornada média de trabalho de 12 horas por dia, os baixos salários, as péssimas condições das indústrias, e vão criando associações culturais e pedagógicas, sociedades de apoio mutuo, fundo de greve, sindicatos e enfrentando a dupla oposição, tanto da reivindicação, quanto da organização.

A industrialização, o desenvolvimento dos transportes e meios de circulação e de comunicação pressionam sobre as terras, fazendo emergir centenas de conflitos agrários no Brasil e no México nas primeiras décadas do século XX. No México o conflito pela terra se torna nacional, gerando a guerra civil e a Revolução Mexicana de 1910. No Brasil, os conflitos se mantêm regionais, com Canudos e Contestado sendo as expressões iniciais desse processo que se intensifica ao longo do século XX.

Temos então o quadro que funda a “Tríplice Aliança” do capitalismo subordinado de Brasil e México, e que torna compreensível as ulteriores alterações no capitalismo no nestes dois países ao longo do século XX até essas primeiras décadas do século XXI. A exportação de capital internacional, o papel de fiador e promotor de investimentos na figura do Estado, e o capital nacional hegemônico pelo setor agrícola, com alternância com o setor industrial. Sob tais condições Brasil e México, ao lado da Argentina, se tornam as principais nações do

capitalismo subordinado na América Latina. A super-exploração do trabalho e a troca desigual no mercado mundial são as condições objetivas do capitalismo subordinado, que assim se mantém pela imposição imperialista da posição marginal na divisão internacional do trabalho.

Quando Vargas e Cárdenas assumem o controle do Estado, o papel que lhes cabia era o de aprofundar tais transformações, e eles o fizeram através da modernização da estrutura estatal, que veio na esteira do processo de ampliação das “funções empresariais do Estado”, que iniciara com a participação no provimento do setor de transporte e de serviços públicos e na década de 1930 em diante, e que se estende para a produção industrial, notadamente a indústria metalúrgica e petrolífera para dinamizar o setor agrícola, que foi capitalizado e modernizado com o apoio técnico do Estado. Por outro lado, a luta operária avançou a tal ritmo que já na década de 1930 os dois países tinham legislação trabalhista impondo limites à exploração do trabalho, com a diminuição da jornada de trabalho, definição do salário mínimo, proibição do trabalho de crianças e limitação do trabalho insalubre das mulheres

A crise da acumulação flexível nos países Europeu e nos EUA (que inicia em 1929 e se estende por toda a década de 1930 e só tem fim com as novas condições geradas pela 2ª Guerra Mundial) ampliou, momentaneamente, o mercado externo para os produtos agrícolas, o que possibilitou a consolidação das relações capitalistas e sua generalização no interior das sociedades Brasileira e Mexicana. Em que pese a sistemática tentativa de industrialização nas décadas de 1940 e 1950, esta foi subordinada à capitalização do setor agrícola (cujo sintoma é a incorporação em massa de tratores na agricultura), tendo, portanto, um crescimento retardatário à expansão deste setor. Ao mesmo tempo, acontece a “tomada” do setor industrial pelo capital transnacional no final da década de 1950, que representou o fim do populismo e do ciclo de renovação marcado pela industrialização nos dois países. As conquistas da classe operária foram minadas com a corrosão real dos salários dos trabalhadores, que somente foi possível com os governos autoritários (no Brasil a Ditadura Militar e no México o domínio do PRI), ampliando a exploração do trabalho e a ênfase no desenvolvimento capitalista da agricultura. As décadas de 1950 e 1960 foram de aumento da subordinação do capitalismo brasileiro e mexicano, o que explica a existência de teses que conjecturavam sobre o desenvolvimento autônomo do capitalismo nos dois países, o que na prática acabou restrito ao campo das ideias.

O regime de acumulação extensivo tem uma sobrevida, combinado com elementos da acumulação intensiva tal como a renovação tecnológica, e possibilita a acumulação intensiva nos países imperialistas com a transferência de mais-valia dos países subordinados. A especificidade dos países de capitalismo subordinado é a tríplice aliança (estado, capital

nacional e capital internacional), que se impõe e é aceita como dinâmica interna, dividindo tarefas, cooperando internacionalmente e equilibrando a produção capitalista, embora de maneira desfavorável para o estado o estado e o capital nacional.

Dos anos de 1940 ao final da década de 1960 tal equilíbrio se deu em torno da acumulação intensiva-extensiva, mas a crise de acumulação capitalista cujo marco é o ano de 1973, projetou uma nova dinâmica da luta de classes. O ciclo de renovação capitalista que se abre no capitalismo subordinado amplia ainda mais a taxa de exploração desses países, adotando, mecanismos de prolongamento e intensificação da exploração do trabalho, além das formas extra econômicas de acumulação capitalista (precarização, terceirização, despossessão). Na era da acumulação integral a exploração do trabalho se generaliza até mesmo nos países imperialistas, fonte histórica dos Estados Neoliberais.

No capitalismo subordinado a ascensão do Estado Neoliberal passou a ser identificada por alguns autores como desindustrialização e desinstitucionalização. Parte da produção industrial foi transferida pelo capital transnacional para alguns países da Ásia e os mecanismos institucionais de participação do estado na economia e na sociedade civil têm uma nova regulação, excluindo grande parte da legislação que justificava a intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho. O “poder empresarial” do Estado foi corroído pela dívida externa, ampliando a transferência de mais-valia para os países imperialistas. O crescimento dos setores parasitas da produção (capital financeiro, tráfico, serviços, indústria bélica), indicam que a super-exploração do trabalho contribui para estabilizar a acumulação capitalista, mas que também com limites.

O moderno sistema de ensino é produto direto da consolidação capitalista nas primeiras décadas de século XX, com o surgimento ou modernização de antigas universidades, transformando-se em instituições públicas, nas décadas de 1910 e 1920, ou com o sistema escolar básico da década de 1930 em diante. O sistema público de ensino é fruto do crescimento do aparato administrativo do Estado, uma de suas ramificações e, quando consolidado, passa a reproduzir os quadros burocráticos para o Estado e para as instituições empresariais.

As instituições escolares do capitalismo subordinado, além de reproduzir a ressocialização das novas gerações, o faz sob as condições específicas do capitalismo e do estado subordinados, assim, seu processo de expansão e generalização para toda a juventude encontra barreiras nas condições de existência das classes sociais, o que gera mais motivos para a existência do movimento estudantil. De acordo com a evolução histórica do movimento estudantil no Brasil e no México, podemos distinguir três fases: A) a primeira fase é marcada pela formação da base estudantil e a luta pelo reconhecimento de suas organizações e objetivos

imediatos; B) a segunda fase é marcada pela legalização da representação estudantil e sua burocratização durante os governos populistas; C) esta fase dura até a atualidade e é marcada pela luta pela autonomia e os objetivos específicos existentes nas tendências, orientações, etc. Vamos analisar, adiante, como se deu esse processo em cada um dos países.

Brasil

No desdobrar de nossa reflexão estamos argumentando que a existência do movimento estudantil e de suas ramificações é resultado de múltiplas determinações. Entre as que destacamos, está a dualidade das reivindicações estudantis, a trajetória internalista ou externalista de suas organizações e outras ramificações, a composição de classe e, fundamentalmente, a existência de um senso de pertencimento que mobiliza os estudantes a partir de uma insatisfação específica, resultado das relações sociais do grupo estudantil. Nesse sentido, é incompreensível a afirmação de Arthur Poerner, *O Poder Jovem*, para quem a primeira manifestação estudantil no Brasil aconteceu no distante ano de 1710 para expulsar invasores franceses da cidade do Rio de Janeiro. Ou ainda, a participação de estudantes nas tentativas de independência, ou nas sociedades abolicionistas, ou durante o período de rebeldia da juventude militar; todos esses episódios da história de formação desse poder jovem.

As primeiras organizações estudantis no Brasil surgiram dentro das Faculdades e Institutos: foram os grêmios e os centros acadêmicos; devido à composição de classe dos estudantes nesta época, e com a esfera intelectual positivista que dominara a proclamação da República, seu objetivo maior estava voltado para a divulgação das ciências e das artes, visando a uma renovação do pensamento científico que se tornava necessário com a criação das primeiras Universidades no Brasil. Já nesse período florescem outras organizações estudantis, muitas das quais marcadas pela trajetória externalista:

Sociedade Epicurea, o Ensaio Filosófico Paulistano, o Ateneu Paulistano, a Arcádia Paulista, a Associação Culto à Ciência, o Instituto Acadêmico e o Grêmio Literário Álvares de Azevedo, todas, por coincidência, na Faculdade de Direito de São Paulo; os agrupamentos restritos a uma determinada corrente política, como a Juventude Comunista, a FVE (Federação Vermelha dos Estudantes) e a Juventude Integralista; os pequenos grupos ou facções, verdadeiras panelinhas com pretensões à aristocracia estudantil, como o Grupo da Chave e o Grupo do Estado ou dos Mesquita, em São Paulo; as sociedades secretas de tipo maçônico e caráter assistencial, como a Bucha, em São Paulo, e uma versão pernambucana da Tugendbund (Liga da Virtude) alemã; e, finalmente, as agremiações boêmias e folgazãs, de formação influenciada pelas correntes migratórias de origem européia, tais como a República Destruidora e a Catacumba, cujos membros, da Faculdade de Direito de São Paulo, tinham o vezo de se intitular “inexcedíveis” (POERNER, 2004, p. 120).

O senso de pertencimento ao grupo estudantil está presente nessas organizações, que se organizam ora em prol do desenvolvimento da ciência, ora em prol de atividades tipicamente estudantis. Os estudantes militares, do Tenentismo, ou os estudantes paulistas que se

mobilizaram pela Revolução Constitucionalista de 1932, não tinham o senso de pertencimento estudantil, eram jovens impulsionados pela instituição a que pertenciam, o Exército ou o Partido Republicano Paulista. Logo, objetivos estudantis poderiam existir nesses meios, mas eles eram secundários, e estavam subordinados aos interesses específicos dessas instituições.

Segundo a história oficial, o 1º Congresso Nacional de Estudantes, ocorre em São Paulo, no ano de 1910³⁷. Este congresso se notabilizou pela quantidade de participantes, que em relato consta mais de mil. Não foi organizado por uma corrente específica, como eram os comunistas ou integralistas, mais sim como mobilização a partir de um tema em comum a todos os estudantes. A riqueza de detalhes do relato de Gilberto Amado é esclarecedora da formação do movimento estudantil:

Mil e tantos estudantes, do Norte, do Sul, do Centro, do extremo Norte e do extremo Sul, quase todos da mesma idade, indivíduos diferentes, de pele e de roupa, mas todos revelando, apesar da diversidade de origem, sem exceção de um só, uma só mentalidade ... Impressionou-me tanto aquela estupenda unidade ali manifestada que repeti em seguida, poucos meses depois, ao tornar ao Rio, já formado, em artigos no O País e no Comércio de São Paulo, a tese, que me empolgara... Certo, podiam-se notar nuances de concepção doutrinária e política. Havia positivistas, na bancada gaúcha. Entre os nortistas, agnósticos, heckelianos, spenceristas... Um rapaz de Sergipe, Florivaldo Linhares, que se formara em São Paulo, apaixonara-se tanto pelo monismo alemão que aprendeu a falar alemão, tornou-se depois de formado advogado de firmas alemãs e morreu cedo, de tanto beber cerveja alemã. O poeta Ricardo Gonçalves (o mais belo rapaz do Congresso), cabeleira negra, ar de Álvares Azevedo, que iria acabar num suicídio dramático, e o orador Maurício Lacerda, que agitava as sessões com o problema das candidaturas, não se pareciam, mas as dessemelhanças eram como espuma do oceano: não vinham do fundo, afloravam e morriam na superfície..." (citado por Joel Silveira, na reportagem seriada Praia do Flamengo, 132 – II, Correio da Manhã, 23 ago. 1964) (POERNER, 2004, p. 125).

Em 1910 já está formado o grupo estudantil no Brasil. Claro que este vai altera-se, sobretudo pelas mudanças na institucionalização das universidades e escola, e mais ainda pela sociedade que muda e altera os critérios da ressocialização de cada geração. A base estudantil é diversa no seu conjunto, com as suas facetas intelectuais, ou com os poetas, ou com os que se declinam para políticos. O Congresso de 1910 não funda nenhuma organização, e os estudantes permanecem dispersos em organizações de tendências, nos grêmios locais e em outras formas de manifestação, na medida em que as dificuldades de articular uma organização nacional eram grandes, desde o isolamento geográfico, até as cisões que passaram a se constituir no meio estudantil, entre os extremos estavam os estudantes comunistas e os integralistas, além dos estudantes republicanos. Outro fator que dificultou foi a intensa repressão aos movimentos estudantis, durante a República Velha e o primeiro governo Vargas. A politização no meio estudantil era crescente, o que refletia o contexto internacional de entre-guerras, bem como

³⁷ Com a criação da UNE em 1937 este congresso vai ser assimilado como o primeiro, embora não exista continuidade entre os dois, que acontecem quase com trinta anos de diferença.

especificamente a onda de manifestações estudantis que surgira na América Latina desde 1918 com a luta pela autonomia universitária.

A diversidade dos estudantes não é somente de “estilos”, e também aí nessa época já se revelam as diferenças de classe no seio do grupo estudantil. A Casa do Estudante do Brasil, organização de assistência social aos estudantes é criada em 1929,

Em 13 de agosto de 1929, um grupo de estudantes universitários de todas as escolas superiores do então Distrito Federal, mais os representantes das escolas Naval e Militar, em assembléia promovida pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, criou a Casa do Estudante do Brasil, aclamando presidente Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça e secretário Pascoal Carlos Magno (CPDOC/FGV, 2019).

A questão do auxílio material a uma parcela dos estudantes já está presente nas origens do movimento estudantil, e fora possível a partir do momento que o Estado assumiu a política de promoção do auxílio estudantil

Pelo Decreto nº 20.559, de 23 de outubro de 1931, o presidente Getúlio Vargas dou à instituição 730 contos de réis provenientes de fundos angariados em campanhas populares logo após a Revolução de 1930, com a finalidade inicial de contribuir no pagamento das dívidas externas brasileiras. A entidade dispunha, também, de uma subvenção anual do Ministério da Educação. Os estatutos da entidade foram organizados por uma comissão de estudantes de direito, sob a orientação do professor Castro Rebelo. Foram criados os departamentos e serviços internos em favor da classe acadêmica, sendo estudantes todos os primeiros diretores dos mesmos (CPDOC/FGV, 2019).

Sob o populismo o Estado cria mecanismos de incorporação do estudante, concedendo o auxílio material e reconhecendo oficialmente algumas organizações estudantis em troca do apoio político, a Casa do Estudante do Brasil é uma das primeiras organizações reconhecidas oficialmente. É dela que vai surgir a UNE

Em 1932, a Casa do Estudante do Brasil recebeu a visita de dois estudantes poloneses que sugeriram sua filiação à Confédération Internationale des Étudiants, sediada em Bruxelas, entidade que reunia associação de estudantes de quase todos os países. Para isso, a Casa do Estudante do Brasil precisava se transformar em entidade representativa dos estudantes de todas as escolas superiores do país. Com esse fim, a entidade convocou um conselho nacional de estudantes, previsto em seus estatutos, esperando receber dele esse *status*. No entanto, o conselho acabou por criar a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938, a qual assumiu a representação pretendida pela Casa do Estudante do Brasil. A partir daí, esta entidade restringiu-se a promoções culturais locais, funcionando como um órgão de distribuição de favores governamentais (CPDOC/FGV, 2019).

A Casa do Estudante do Brasil mudou seu caráter assistencial, com o fim do populismo. A UNE, que ocupara a Sede do Clube Germânico e em troca recebeu a posse do terreno de presente do presidente Vargas, se torna uma entidade oficial, representação de todos os estudantes universitários, ou como diz Albuquerque detentora do “monopólio institucional da representação” estudantil (ALBUQUERQUE, 1977, p. 122), em troca foi uma das principais

apoiadoras ao governo Vargas³⁸, só mudando de posição quanto a tendência progressista ocupou a direção no fim dos anos 40, e em outro plano de ação as organizações de tendência e os grêmios locais ainda mantinham intensa atividade muitas vezes contrária ao governo federal, mas as facilidades de tal empreendimento, criar uma organização de assistência estudantil a nível nacional de estudantes, só poderiam existir se fossem dadas pelo apoio do Estado.

A mudança de posição da UNE ocorre com o fim do Estado Novo, com uma parte dos estudantes aderindo à União Democrática Nacional, e a outra, posteriormente, ao Partido Socialista Brasileiro, que em 1947 retira da UDN a presidência da UNE e a partir de então reorienta a organização para a campanha “o Petróleo é nosso”. Esta mudança reflete a ação de outras tendências e organizações dentro do movimento estudantil, bem como é resultado também do processo de expansão do grupo estudantil que ocorre nos anos seguintes. Se no nível da entidade nacional as relações com o governo eram íntimas, com os funcionários do Estado participando das reuniões e quadros da organização, bem como com a decisão da UNE de não debater assuntos políticos (POERNER, 2004). No fim da década de 1940:

esse setor se achava em plena expansão, aumentando de 27.253 estudantes matriculados em 1945, para 142.386 em 1964, o que significa um crescimento linear anual de 12,5% (Cunha, 1983). Até 1971, esse número aumentou para 561.387, um crescimento de mais de 500% ao longo da década dos 60 (MISCH, 1997, p.141).

Em 2017 foram mais de 8 milhões e 200 mil matrículas no ensino superior. Além da quase universalização do ensino básico³⁹, ainda que conforme o nível de ensino se eleve, a proporção de jovens fora da escola aumenta, como atualmente 35% dos jovens de 15 a 17 anos não estão finalizando o ensino médio, ao passo que o total de matriculados até no ensino básico passa de 48 milhões de jovens.

A transformação em entidade oficial dos estudantes, embora incerta, pois a UNE foi alvo de várias campanhas de censura de setores do bloco dominante, aprofunda a burocratização não só da UNE, mas das organizações locais, com as novas leis sobre autonomia escolar. A organização de tipo oficial do movimento estudantil é produto do populismo e do estado integracionista subordinado que se ergue sob o regime de acumulação extensiva-intensiva, que no capitalismo subordinado tem predominância da extração de mais-valia absoluta mas já alguns poucos elementos da mais-valia relativa, mas de forma marginal.

³⁸ “Vargas teve uma política ativa de “auxílios às universidades e escolas superiores, patrocínio de excursões de intercâmbio cultural aos estados e ao exterior, atendimento a necessidades dos diretórios acadêmicos, oferta de bolsas de estudo para especializações, aproveitamento de estudantes no serviço público, regulamentação do esporte universitário e oficialização da UNE” (POERNER, 2004, p. 157)

³⁹ A taxa nacional de analfabetos é de 3%, variando conforme a região.

A integração dos estudantes nos mecanismos do Estado ocorre na América Latina sob o contexto da acumulação extensiva-intensiva, é produto das relações que se estabelecem no capitalismo subordinado entre as décadas de 1940 e 1960, expressa determinada correlação de forças existente na sociedade daquele período, com a constituição do “estado empresário”, a consolidação do capitalismo, a integração de alguns setores urbanos, as lutas do movimento operário, camponês, etc., são expressões dessa correlação de forças na sociedade.

A democracia parlamentar, notadamente a sua feição populista, baseou-se em governos que tinham estreita relação com sindicatos, partidos de “esquerda” (no Brasil o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil), organizações de bairro, organizações estudantis, organizações de camponeses, capitalistas progressistas. No caso da UNE⁴⁰ seu apoio ao populismo se dá com a chegada na presidência de estudantes que eram membros de partidos políticos, assim, tanto PSB, quanto PCB, tinham como orientação o controle da UNE, embora outras tendências dentro do movimento estudantil buscavam o rompimento com o populismo, desde as tendências conservadoras, quanto tendências que foram radicalizando acompanhando a radicalização da luta de classes no Brasil da década de 1950 e aprofundando nos primeiros anos da década de 1960.

Com a crise do populismo, a radicalização da luta de classes, com milhares de greves, ocupações, manifestações, campanhas, tendo agitado a vida política brasileira ao longo da década de 1960, setores do movimento estudantil começam a propor novas estratégias. Assim, a proibição de existência da UNE, logo após o Golpe Militar de 1964, e análises crítica à estratégia do Partido Comunista Brasileiro, dão espaço ao que Groppo (2006) denomina de a Nova Esquerda Estudantil. As dissidências surgiram no seio das juventudes partidárias e de organizações que mudaram seu caráter, como a Ação Popular, que de origem católica, que se aproxima das ideias do maoísmo. A proibição de atuar legalmente, bem como a crítica à estratégia do PCB que não propôs a reação armada ao golpe militar, criaram condições para uma reemergência do movimento estudantil de “forma autônoma” (GROPPO, 2006), ainda no começo da Ditadura Militar. O texto de análise do encontro clandestino da UNE em 1968 dá

⁴⁰ “Enquanto se desenvolviam as atividades do CPC, a UNE e o movimento estudantil também atuavam em prol da Reforma Universitária e se envolviam com as querelas políticas dos últimos anos da democracia populista. Um forte populismo, de caráter às vezes até autoritário, estava presente na UNE, assim como nas demais organizações, partidos e movimentos esquerdistas no último governo populista. A própria postura de criar o CPC continha motivações como as que foram expressas nas “Resoluções do Conselho da UNE”, de 1962, que afirmavam no mais fiel estilo do populismo paternalista: “O estudante brasileiro, tomando consciência da situação de exploração em que vive o país e o seu povo, é chamado ao papel histórico de conscientização das massas populares” (GROPPO, 2004, p. 9).

uma demonstração das novas ideias que alteram a estratégia populista para uma estratégia de enfrentamento:

A mais importante lição que se pode retirar daquele acontecimento é a da total incapacidade dos partidos comunistas burocratizados para analisarem concretamente a situação real em um país qualquer, conquistarem as massas operárias e dirigi-las na tomada do poder [...] No Brasil ficou evidenciado o erro do PC ao fazer “aliança” com a “burguesia nacional”, totalmente impotente para se opor ao imperialismo. (UNE apud GROPPPO, 2006, p. 2).

As dissidências ou correntes estudantis já não mais respondiam às ordens do PCB e os novos militantes passavam a atuar nas correntes e não mais vinculado ao partido, além que a UNE estava proibida de atuar. Nesse contexto, as entidades estudantis passam a se organizar de maneira autônoma, contestando a estratégia dos partidos de aceitar a reorganização estudantil proposta pelos militares, devido a proibição da representação oficial que se plasmava na UNE.

Em 1968, as dissidências reativam a UNE, agora não mais sob as bases burocráticas e oficialistas mas, segundo Groppo (2006), a partir da ação autônoma das bases estudantis e fortalecida pelo intenso trabalho das dissidências (Ação Popular, Política Operária, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). As dissidências, geralmente de caráter marxista-leninista, passam a se organizar de outra forma, alterando a composição anterior da UNE, oficialista e populista e, a partir de então, iniciam uma nova fase do movimento estudantil no Brasil, marcada pela contestação das entidades oficialistas por meio da atuação de tendências que buscam relacionar os interesses estudantis com a necessidade de uma revolução dos trabalhadores.

A destruição dessa estrutura, com o aumento da repressão, ocorre no ano de 1968, o que constrange uma parcela dos estudantes, aqueles vinculados com as tendências estudantis, a decidirem pela luta armada, organizando o movimento de guerrilha, que aí já se desloca totalmente do campo do movimento estudantil. Somente no final da década de 1970 que ocorre nova reorganização do movimento estudantil desta vez com a orientação de busca de demandas setoriais, que dentro de um regime autoritário, tinha de necessariamente incorporar demandas de liberdades democráticas. As entidades ressurgem na segunda metade da década de 1970, impulsionada por uma nova onda de mobilizações pela defesa do ensino público e gratuito e verbas para as instituições particulares (BARBOZA, 2002) e ainda têm novo impulso com o “processo de abertura democrática”.

Nas décadas de 1980 e 1990 o movimento estudantil diminui suas expressões de luta, e a maior participação dos estudantes ocorre sob a mobilização contra o impeachment, sendo hegemonizados, devido a fragmentação e desarticulação, por esse objetivo específico. As entidades estudantis, que são fruto do período populista, aprofundaram a burocratização da

estrutura organizacional; a intensa participação dos partidos no interior das entidades gerou a identificação desta com os partidos, o que entrou em nova fase com os governos do PT, e que teve por consequência alargar ainda mais o fosso entre os estudantes mobilizados e as entidades⁴¹. Ao mesmo tempo, as lutas estudantes se voltaram, nas últimas três décadas para o contexto local da organização estudantil, o que deu sobrevida para entidades de curso, mas foi sobretudo com a emergência das novas organizações estudantis, que defendendo a autonomia como forma de organização e como objetivo, que o movimento estudantil entrou em uma nova fase de mobilizações, e atualmente, se torna incompatível a auto-organização dos estudantes e a participação das entidades, tendo gerado muito conflito nos locais onde as entidades têm presença.

Nesse sentido, o tipo de organização estudantil que surge sob as condições da acumulação integral é a organização estudantil autônoma, forma de organização que uma parte do movimento estudantil traz para o centro da sua forma de atuar, obrigando até mesmo as entidades estudantis saírem em defesa, ao menos no nível do discurso, da “autonomia estudantil”. A autonomia estudantil não é nova, foi propiciada pelas condições que puseram fim ao movimento estudantil na virada da década de 1960 para 1970 (repressão e dissidências com o Partido Comunista e com o populismo). A organização estudantil autônoma dá continuidade à orientação política que defende o afastamento com os partidos políticos e a simultânea aproximação com as lutas populares, com o movimento dos trabalhadores, tendendo, assim, em duas estratégias: de um lado, trazer para as lutas nas instituições os interesses genéricos de vários setores da população e, por outro lado, superar os muros das instituições e inserir-se nas lutas concretas organizadas pelos trabalhadores e setores populares.

Desde a década de 1980 nenhuma organização estudantil internalista conseguiu atrair massivamente a base estudantil, com exceção de alguns Grêmios e Centros Acadêmicos atuantes de forma isolada, por outro lado, as várias organizações estudantis de trajetória externalista que emergiram (coletivos de imprensa, passe livre, organizações políticas, revistas, produção cultural), foram experiências pontuais e isoladas.

México

A história das organizações estudantis no México é muito parecida com a existente no Brasil, e segue, em linhas gerais, os mesmos traços da evolução que anteriormente explicamos:

⁴¹ A crítica da ruptura entre entidade e movimento estudantil é apresentado no documentário “Que porra é essa?”, que traz para o centro do debate a pseudo-aproximação através dos congressos festivos do Encontro Nacional de Estudantes da UNE.

formação da base estudantil, burocratização com a legalização das entidades e luta pela autonomia estudantil, que marca a fase atual das lutas sob o regime de acumulação integral.

Apesar de existirem no México universidades no período Colonial, algo inexistente no Brasil, estas estiveram sob o controle da Igreja Católica, e data somente da época de consolidação do capitalismo as universidades modernas, sendo a Universidade Nacional do México (UNM) criada em 1910, último ano do Porfiriato, e as demais instituições de ensino criadas ao longo da década de 1920 e 1930, e na década de 1940 a institucionalização do ensino básico, período que também coincide em linhas gerais com os acontecimentos do Brasil. Assim, de igual modo, em torno de 1910 já havia sido consolidado o grupo estudantil no México e estes estavam envolvidos nas lutas políticas do Porfiriato, mas ainda não sob senso de pertencimento e por reivindicações especificamente estudantis.

As primeiras organizações estudantis vão surgir na década de 1920, com a criação da Federação de Estudantes, que definia como seus objetivos a reivindicação por alojamentos, alimentação e auxílio financeiro; posteriormente, a Confederação Nacional de Estudantes, as duas organizações estudantis surge no momento em que o movimento estudantil tem suas primeiras mobilizações vitoriosas, como a conquista da autonomia universitária, a UNM incorpora o termo autônoma, dando-lhe a feição atualmente conhecida, bem como a reivindicação de liberdade de cátedra, conquistada no começo dos anos de 1930.

A orientação liberal do movimento estudantil mexicano foi forte desde suas origens. Essa orientação, no entanto, não possui o significado que tem para nós, brasileiros, pois no México, no começo do século XX sob a ideia de liberal estavam inclusas diversas outras tendências, que ia desde o anarquismo ao marxismo, aos estudantes católicos, a defesa da ciência e do positivismo e vários outros. As cisões da sociedade entraram dentro do movimento estudantil e este, particularmente no México, sempre foi agrupado em torno de diversas tendências e, tal divisão interna foi agrava com a tentativa do presidente populista, Lázaro Cárdenas, de impor a chamada “educação socialista” como objetivo da educação oficial.

Nos anos do populismo de Cárdenas, a universidade entrou em crise nas décadas de 1930 e 1940, devido ao decreto presidencial de aprofundar o sistema secundário e técnico, com o surgimento das escolas rurais e dos institutos técnicos, no bojo do processo de reforma agrária. Segundo Nashiki, com o projeto estatal de desenvolver o ensino secundário, surgiram as organizações estudantis secundaristas, como a Federação de Estudantes Camponeses e Socialistas, a Federação de Estudantes Técnicos e a Federação de Estudantes Socialistas do Ocidente e a principal, a Confederação de Estudantes Socialistas Mexicano, que será incorporada na Confederação da Juventude Mexicana, organização do Partido Institucional

Revolucionário (PRI). Tal como o governo Vargas no Brasil nessa mesma época, desde as estruturas administrativas do Estado Mexicano buscou-se incorporar aos estudantes, reconhecendo-lhes suas formas de atuação, em troca do apoio político:

Esta tradición fue impulsada desde las esferas estatales y el ejemplo más elocuente fue la presencia de la Confederación de Jóvenes Mexicanos, en 1938, en la constitución del Partido de la Revolución Mexicana, como parte del sector juvenil del nuevo organismo (NASHIKI, 2003, p. 193).

Nesse contexto, algumas ramificações do movimento estudantil passam a ser incorporadas no Estado, passando a fazer parte do conjunto das instituições do populismo para a integração de setores da população. Algumas organizações, tendências, ideias, projetos dos estudantes não se introduziram no Estado. Tal caso foi o das organizações universitárias, onde a influência do Estado foi menor, devido a marginalização das universidades no projeto inicial do populismo e pela influência de ideias católicas, assim, mantiveram o caráter autônomo as organizações Confederação Nacional dos Estudantes (CNE) e a Federação de Estudantes Universitários (FEU), que até a década de 1940, mantinham o objetivo de liberdade de cátedra e o discurso humanista de perspectiva católica (NASHIKI, 2003). Essas organizações deixariam de ter uma atitude conflitiva com o Estado a partir do momento em que a modernização das universidades, combinada com uma nova etapa de industrialização do país na década de 1950, estreitaram a relação da universidade com o mercado de trabalho, o que levou ao Estado ampliar o orçamento das universidades e conseguir maior apoio interno aos projetos modernizadores. Nesses anos, o Estado Integracionista de caráter subordinado consegue, por um período de tempo, incorporar as principais organizações estudantis dentro de sua estrutura.

Em fins da década de 1950 o “milagre mexicano” dá sinais de que está em crise, e com o novo contexto de intensificação das lutas sociais novas ideias e organizações estudantis surgem. As greves de trabalhadores aumentaram exponencialmente, algumas que marcaram o desgaste das instituições estatais de integrar as organizações de trabalhadores, como a famosa greve os ferroviários em 1956, bem como no contexto internacional, a Revolução Cubana e as críticas ao comunismo bolchevique ganhavam corpo. A corrupção, troca de favores e cargos no governo do PRI, atingiam as principais organizações estudantis, que passam a ser questionadas no desenrolar das lutas políticas de fins da década de 1950 e começo dos anos de 1960.

No final da década de 1950 organizações internas à Confederação da Juventude Mexicana, vinculada ao PRI, entram em conflito com as diretrizes da CJM e começam a tensionar no seu interior até concluir-se por sua retirada, criando novas organizações estudantis como Federación de Estudiantes de la Universidad de Michoacan (FEUM) y el Consejo Estudiantil Nicolaita (CEN) e a Organización Socialista Autónoma Nicolaita, que são as

primeiras a questionar incisivamente o poder estatal sobre as organizações estudantis, tendo aqui já aparecendo a palavra autonomia como diferenciação das antigas organizações. Vai ser no ano de 1968 que a cisão entre o Estado e as organizações estudantis vai se realizar, inclusive de maneira dramática, com o massacre de estudantes em Tlatelolco.

No México de fins dos anos 60, uma das reivindicações mais debatidas e levantadas pelos movimentos sociais e organizações autônomas dos órgãos estatais era a necessidade de reformas democráticas que derrubassem os mecanismos de vinculação e de predomínio das instituições do estado sobre a vida política da população. Os principais sindicatos mexicanos (Confederação Regional Operária Mexicana, Confederação Geral de Trabalhadores, Confederação de Trabalhadores do México) estavam atrelados às decisões do chefe do executivo, à estrutura partidária do PRI e ainda à força política das organizações patronais, ou seja, o único espaço de reconhecimento de demandas populares ocorria no interior das estruturas de negociação comandadas pelo PRI e auxiliadas por organizações sindicais e patronais. Devido a esta estrutura estatal que buscava integrar as organizações representativas das classes sociais, qualquer mobilização política fora das instituições estatais era reprimida e seus participantes sequestrados, presos e muitas vezes mortos; durante as décadas de desenvolvimentismo se constitui uma sistemática política estatal de repressão para que nenhuma mobilização dos trabalhadores criasse obstáculos para a acumulação do capital, reduzindo as negociações à esfera institucional e enviando tropas militares para os locais de organização e manifestação dos trabalhadores.

Somando-se às mobilizações autônomas dos trabalhadores desvinculados do sistema institucional-partidário (cuja figura-chave era o PRI), as organizações estudantis lutavam por autonomia universitária e contra o encarceramento dos presos políticos. No mês de fevereiro de 1968, a Central Nacional de Estudiantes Democráticos (CNED)⁴² organiza a Marcha Estudiantil por la Ruta de la Libertad, pedindo a libertação dos presos políticos, mas não obtém resposta alguma por parte do governo, somente a acusação de que os estudantes teriam sabotado um trem de passageiros. No dia 14 de julho, a Faculdade de Ciências Políticas entra em greve em solidariedade ao líder ferroviário Demetrio Vallejo, que está preso. No dia 22 de julho, ocorre um conflito entre estudantes secundaristas que serve como pretexto para que as forças militares passem a reprimir e invadir escolas e universidades nos dias seguintes. Com a escalada da

⁴² Esta nova organização, de caráter nacional, foi criada a partir da ruptura com a CNE: “De esta manera, se dio una ruptura entre la organización corporativa oficial y la corriente que buscaba la independencia y la democracia en el movimiento. Esta división daría como resultado la creación de la Central Nacional de Estudiantes Democráticos” (CNED) (NAHSIKI, 2003, p. 204).

repressão policial, estudantes e professores decidem convocar uma greve nacional que inicialmente duraria apenas 24 horas, mas por ocasião da ampla adesão chega a durar 72 horas.

Para o dia 26 de julho, os estudantes secundaristas (das escolas vocacionais 5 e 7) convocam uma manifestação de rua que tem ampla adesão entre os estudantes universitários da UNAM, do Instituto Politécnico, das Escolas Normais e da Escola Nacional de Agricultura Chapingo. Durante a manifestação, as diferenças entre as organizações estudantis se intensificam e os grupos mais radicalizados passam a questionar a legitimidade da Federação Nacional de Estudantes Técnicos (FNET) por seu caráter corporativista e governista. Nos próximos dias ocorrem novos enfrentamentos de ruas, levante de barricadas e invasões policiais a escolas e universidades, mas a intensificação da repressão policial reforça a mobilização e a generalização da adesão ao movimento nacional de greve, incorporando universidades de outros estados do México. No início de agosto, é constituído o Consejo Nacional de Huelga incorporando todas as escolas e universidades em greve. Essa nova organização reunia os representantes diretamente eleitos pelas unidades em greve e se organizava por meio de assembleias; através do CNH foram elaboradas as pautas reivindicativas da mobilização: 1) Liberdade para todos os presos políticos; 2) Fim do artigo 145 do Código Penal Federal que punia o “delito de opinião”; 3) Fim do corpo de granaderos, tropa especializada; 4) Destituição dos comandantes militares Luis Cueto e Raúl Mendiola; 5) Indenização aos familiares de todos os mortos e feridos desde o início do conflito, e 6) demarcação de responsabilidades dos funcionários culpados pelos atos sangrentos (PONIATOWSKA, 1987).

A mobilização estudantil se estende pelos meses de agosto e setembro e atrai para suas reivindicações o apoio de vários setores da população como funcionários públicos, trabalhadores em greve, camponeses, intelectuais e artistas reunindo em manifestações de rua nos dias 27 de agosto e 13 de setembro, cerca de 500 mil pessoas em cada dia; mesmo a manifestação convocada pelo governo (encabeçada por funcionários públicos e sindicatos oficiais) no dia 28 de agosto transcorreu de forma favorável às reivindicações estudantis e às mobilizações de massa nas ruas. O governo do presidente Gustavo Díaz Ordáz decide então por fechar todo o cerco às manifestações de ruas e ocupações de universidades e escolas públicas e não participar do diálogo público como era proposto pelos manifestantes. No dia 18 de setembro, o exército ocupa a UNAM com 10 mil soldados e prende cerca de 700 estudantes, além de invadir outras universidades pelo interior do país. A situação encaminha as mobilizações para a semi-legalidade com os estudantes se organizando em brigadas e levantando barricadas e uma das principais figuras públicas do movimento, o reitor da UNAM Justo Barros Sierra, se vê obrigado a sair do cargo.

O maior golpe contra a mobilização viria no dia 02 de outubro de 1968, com o cerco militar aos manifestantes na Praça do Tlatelolco, um espaço semifechado e rodeado por prédios, o que impossibilitou a fuga dos manifestantes, emparedados pelas tropas militares e fuzilados ali mesmo. Os poucos registros médicos da época dão conta de que os mortos tinham grandes perfurações na cabeça causadas por balas expansivas, utilizadas em guerra, e os órgãos vitais perfurados por baionetas, a forma de um massacre típico de um enfrentamento militar, mas no caso objetivando exterminar vidas de civis.

Na semana seguinte ao massacre, começam as Olimpíadas no México com a oposição ao governo dissolvida, pela morte ou pela prisão. Em dezembro o CNH é extinto e os militantes que continuam mobilizados decidem aderirem às guerrilhas que vão explodir ao longo da década de 1970. Nenhum político ou militar mexicano foi condenado pelo massacre, o que confirma a política sistemática de repressão do estado mexicano subordinado aos interesses da ordem do capitalismo mundial ameaçado pelas lutas operárias e estudantis durante o ano de 1968. A diferença do estado europeu é que lá ocorreram transformações na organização do trabalho e uma contrarrevolução cultural preventiva para reprimir o potencial contestador das lutas operárias e estudantis (VIANA, 2009), enquanto nos países de capitalismo subordinado, como é o caso mexicano e brasileiro, ocorre uma brutal intensificação da repressão para abafar a continuidade das lutas.

As manifestações de 1968 no México significam, por um lado, a explosão do interesse reprimido de autonomia das organizações estudantis, e por outro lado, um novo ciclo da luta de classes no capitalismo contemporâneo com a possibilidade concreta da aliança entre estudantes e trabalhadores. Sobre a continuidade das lutas estudantis na década de 1970 Garza de la Toledo diz o seguinte sobre essa época:

a principios de los setenta los movimientos obrero, campesino y popular se reactivaron en niveles nunca visto en la Historia, que llevó a los estudiantes radicalizados, reprimidos en el 68 y en el 71, a buscar vínculos y espacios de acción más allá de las Universidades. Este fue “El Otro Movimiento Estudiantil”, el negado por los líderes-intelectuales del 68, especialmente por los que se acogieron a la “apertura democrática de Echeverría”, es el movimiento estudiantil que rompió la barrera de los campus y se internó entre los sectores más activos colectivamente del momento, contribuyendo a su organización y en especial a la difusión de discursos coherentes acerca del porqué de la lucha, de sus objetivos, de las formas de la lucha, de las demandas, de la identificación de amigos y enemigos (GARZA DE LA TOLEDO, 2014, p. 22).

As mobilizações estudantis só entraram em profundo refluxo nas décadas de 1980 e 1990 e, ainda assim, realizaram grandes mobilizações contra a elevação nas cotas de pagamento das mensalidades das universidades públicas, notadamente na UNAM (1988 e 1999/2000) e em universidades de outros estados. Contudo, nenhuma organização estudantil se reconstruiu como ponte entre a burocracia estatal e os estudantes, e atualmente, todas as mobilizações estudantis

que se fazem no México, sejam as de caráter internalista ou externalista, têm como forma de organização a autonomia e as tendências mais ativas do movimento estudantil buscam relacionar os interesses estudantis e das classes populares.

CAPÍTULO 3 - MOVIMENTO PASSE LIVRE: A UTOPIA DOS TRANSPORTES

O Movimento Passe Livre – São Paulo se originou em 2004 com as primeiras reuniões do Comitê Municipal pelo Passe Livre-SP. Embora existissem mobilizações e organizações antes do Comitê, ele é considerado o embrião do MPL-SP. Isso porque no momento da criação da organização “nacional” no 5º FSM, em 2005, os membros do Comitê decidiram pela adesão ao formato de organização e às ideias defendidas pelo MPL nacional. Ao longo de sua existência o MPL-SP passou por mudanças. Assim, neste tópico apresentaremos a evolução histórica desta organização.

3.1 Criando uma nova organização estudantil: da rua para a escola

Aspectos sobre a história do MPL-SP já foram apresentados em artigos, dissertações, reportagens, etc. – estes materiais são fonte de informação da presente pesquisa. Além disso, também pesquisamos materiais produzidos pelo MPL-SP, incluindo postagens na internet, e ainda realizamos algumas entrevistas, que contribuiriam com mais informações sobre outros aspectos da história da organização. A análise que apresentamos baseia-se neste conjunto de informações.

As informações recolhidas no site do Coletivo Mídia Independente justificam-se porque sabemos que entre os anos de 2003 a 2012 este site foi um dos principais recursos de informação e divulgação das mobilizações dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, além do fato de que outros pesquisadores já se utilizaram do site, como Roberto Spina (2016) e Leo Liberatto (2006). Delimitamos a busca por entre as postagens no site no ano de 2004 até a data da Plenária de criação do MPL no FSM de 2005, em 29 de janeiro. Selecionamos dezesseis postagens que refletem as lutas na cidade de São Paulo em torno do passe livre estudantil ao longo do ano de 2004 e até a data da Plenária, no começo de 2005. Como veremos, a mobilização social pelo passe livre em São Paulo gerou organizações, atividades, publicações, engajamento individual e manifestações de rua, isto é, ações sociais compartilhadas por membros de um grupo social – os estudantes.

Uma das novidades das redes sociais é que elas ampliam drasticamente a capacidade de transmissão da informação. Sem a internet, a capacidade de circular informação depende, muitas vezes, do contato pessoal, na medida em que o uso de outros meios de comunicação (rádio, TV, jornais) é quase impossível para certos grupos, barreira particularmente válida para grupos marginais e com escassos recursos materiais. Uma organização política, que pretende transmitir suas ideias, depende, então, das ações mais próximas à população, como

panfletagens, debates ou outras ações de rua. No caso das redes sociais, a divulgação se torna muito mais ampla, fácil, com menor custo e, por isso, mais eficiente. O site do CMI entrou para a história recente dos meios de comunicação e redes sociais no Brasil ao se tornar canalizador e catalizador de diversas mobilizações, já que o próprio site se tornaria um modelo de organização reproduzido em diversos estados no Brasil.

No site do CMI encontramos postagens que convidavam as pessoas para as primeiras reuniões do Comitê – tais como postagens da Frente de Juventude em Defesa do Passe Livre, organização que tinha participação do PT; postagens divulgando críticas internas durante a consolidação da organização; postagens com análises sobre o governo da capital paulista; postagem convidando para ajudar na organização de atividades; dentre outras. Enfim, a constante publicação de postagens em grupos (Frente, Comitê, Fórum) e de indivíduos revela que o site era intensamente utilizado na mobilização social em torno do passe livre. Ainda na origem do MPL-SP, assim como em outras localidades do Brasil, indivíduos oriundos de outras organizações também contribuíram, e o que sabemos é que vários membros do Comitê eram igualmente da organização do CMI na cidade de São Paulo.

Reconstituir a história do MPL-SP através das postagens no site revelou que foi da intensa atividade de mobilização dos estudantes que a organização se tornou realidade, apegados ao objetivo de conquistar o passe livre estudantil. Desde as primeiras reuniões, ainda em conjunto com a juventude do PT, em abril de 2004, até a Plenária no FSM e as primeiras manifestações contra o aumento das passagens em janeiro de 2005, foi um momento de intensa mobilização. Após propagandas, reuniões, disputas internas (primeiramente com a juventude do PT e depois com a juventude do PSTU) que se consolidou a organização do MPL-SP, com a vitória da concepção de luta focada no passe-livre estudantil. Assim, a origem deste movimento foi marcada tanto pela mobilização dos estudantes, quanto pela disputa interna em torno de que organização se criar.

Assim, o MPL-SP não surgiu pronto, tal como pode parecer à primeira vista. O que vemos é o resultado do processo histórico de constituição da organização, produto das lutas pelo passe livre, das manifestações contra os aumentos da passagem, da criação e abandono de algumas organizações, da participação ativa de centenas de estudantes diretamente e outros milhares de forma indireta, do estudo, produção e divulgação de ideias sobre a questão do transporte. Ou seja, é o resultado direto da mobilização de um grupo social: os estudantes em diversas ações compartilhadas coletivamente, em busca do objetivo de não pagar as passagens de ônibus.

Desta forma, as distintas siglas – sob os nomes de Campanha, Comitê, Fórum, Frente e, enfim, MPL-SP – revelam a disputa que existiu na criação e consolidação da mobilização social pelo passe livre. Disputa que envolvia ideias e práticas que se digladiaram durante o ano de 2004 na condução da luta pelo passe livre. Se fosse em outro momento histórico, na era de domínio das entidades estudantis, por exemplo, tal conflito não teria sido esboçado, pois geralmente se limitava à “disputa pela direção” das entidades. Porém, com o ciclo de lutas que envolvia o meio estudantil paulista, movido por transformações sociais mais amplas, o poder das entidades estudantis foi ruído com o surgimento de novos grupos e indivíduos críticos do movimento estudantil, influenciados por ideias marxistas, anarquistas, autonomistas, libertários e conselhistas.

Porém, como tratava-se do início de um fenômeno social, a criação de uma organização mobilizadora, as ideias não estavam bem claras aos indivíduos; somente com o desenrolar dos acontecimentos que elas foram ganhando forma. Em que pese o objetivo ser claro – isto é, o passe livre estudantil – os meios de agir ainda não estavam. Por isso, nos primeiros momentos na Frente de Lutas a composição foi heterogênea, a ponto de reunir a juventude do PT, mas também jovens que se identificavam como punks, anarquistas, autonomistas, além de indivíduos que participaram do movimento antiglobalização e os chamados independentes, que tinham concepções políticas distintas, mas não estavam vinculados a nenhuma organização.

Agora que o fenômeno social que marcou o surgimento do MPL-SP se completou, o pesquisador pode se apoiar em aspectos desse processo, notadamente no seu resultado, pois este levou ao fim dos espaços com atuação do PT e PSTU; ao lento processo de afastamento de aspectos do pensamento anarquista; e, por fim, à vitória da concepção de organização especificamente voltada para a questão do passe livre. Na linguagem e no vocabulário utilizado nas postagens podemos encontrar distintas práticas e ideias vinculadas aos diferentes posicionamentos que, desde o início, participaram da luta pelo passe livre; sendo que na linguagem encontramos relações sociais. A seguir apresentamos uma visão sobre o desenvolvimento dessa luta que resultará na criação do MPL-SP.

No dia 11/04/2004 é feita a primeira postagem do Comitê Municipal pelo Passe Livre São Paulo. Nela, havia um convite para os “estudantes de São Paulo lutarem pelos seus direitos!”, e que agora “chegou a vez” de eles terem acesso livre aos ônibus. “Chegou a vez” porque os estudantes de São Paulo precisariam fazer igual aos estudantes de Salvador, em que no “agosto do Buzu, em Salvador, onde cerca de 20 mil estudantes foram às ruas lutar pelo passe-livre”. Inspirados por essas ações coletivas, o Comitê diz que está retomando as atividades pelo passe livre em “sampa”, como alternativa às ações individuais e contra aos que

lucram com a situação do estudante e do trabalhador, tal como é exposto no seguinte trecho: **“Chega de ficar passando por debaixo da roleta pra sustentar a BMW que leva o filho do burguês pra escola!!!”** (grifo do original). Nesta frase, o comportamento individual passa a ser questionado a partir de uma nova informação (do “agosto do buzu”), o que remete para o acesso a tal informação, além da questão da compreensão do transporte em termos mais amplos, isto é, que vai à origem do problema (a referência ao transporte para a escola do filho do burguês).

Com auxílio da revisão bibliográfica e de informações das entrevistas, sabemos que apesar de o convite ser para a primeira reunião do Comitê Municipal de Luta pelo Passe Livre, realizada no dia 17/04/2004, este somente surgiu pelo descontentamento de alguns setores politizados entre os estudantes, que entraram em divergência com uma organização que já estava sendo criada – a Frente de Juventude em Defesa Passe Livre, reunião de entidades estudantis, juventude do PT e do PSTU, e indivíduos independentes. As correntes que romperam com a Frente, e criaram o Comitê atuando de forma alternativa, foram a juventude do PSTU e indivíduos independentes, estes muito heterogêneos, aglutinando estudantes que estavam tendo sua primeira experiência política, e estudantes e jovens em processo de formação em relação às ideias autonomistas, anarquistas, marxista-leninistas, autogestionários, conselhistas, negristas.

Pouco antes de surgir a iniciativa do Comitê, houve uma manifestação e duas reuniões da Frente, todos esses eventos nas primeiras semanas do mês de abril de 2004. Da manifestação somente temos o registro da postagem de “Diego”⁴³ (sem mais identificação), usuário do CMI, comentando da notícia no SPTV sobre a manifestação na manhã daquele mesmo dia, 1º de abril de 2004, pedindo passe livre e reserva de metade das vagas nas Universidades Públicas para as Escolas Públicas. O que Diego enfatizou em seu comentário foi que a Globo deu destaque ao trânsito prejudicado, mas poucas informações sobre a manifestação, de tal modo que nosso informante somente sabe afirmar que eram cerca de mil e duzentos estudantes, o que ele diz ser “pouco para a importância do assunto”.

Essa unidade de informação nos é valioso, pois indica: a) o registro de uma manifestação, que consideramos relativamente grande – aproximadamente mil e duzentas pessoas – sendo que a maioria das manifestações se perdem no cotidiano e somente algumas alcançam registro histórico; b) a crítica à elaboração da informação, tal como propagado pela Rede Globo; c) o registro de um evento que é um produto da mobilização social pelo passe livre estudantil.

⁴³ Disponível em: <https://midia independente.org/pt/blue/2004/03/276742.shtml>. Acesso em 04/07/2016

A referência aos participantes da manifestação é genérica: “Estudantes pedem transporte gratuito” (erro de grafia no original) tal como era o título da postagem. Mas podemos elaborar alguns raciocínios que vinculam essa manifestação à Frente de Juventude em Defesa do Passe Livre: quantidade de estudantes, o que exige logística para levá-los ao local das manifestações, algo que os membros do Comitê nunca tiveram e que seria mais facilmente conseguido por organização com recursos, tal como a Juventude do PT; a relação entre passe livre e cotas de Escola Pública para a Universidade Pública, um reivindicação presente no projeto da Frente; e também a proximidade com a primeira reunião convocada pela Frente em 2004, realizada na semana seguinte, no dia 07 de abril de 2004.

A manifestação aconteceu na quarta-feira (1º de abril), e para a terça-feira seguinte (07/04) estava planejado a reunião da Frente em SP. Sabemos essas informações, pois em 05/04, domingo, foi postado no CMI um convite para participação da reunião da “Frente de Juventude em Defesa do Passe Livre”. O autor da postagem foi Eduardo Valdoski, que descobrimos, em pesquisa em seu blog pessoal, que foi um quadro do PT desde o final da década de 1990, sendo da Juventude do PT na época em que atuava na Frente. E em nome dela, Eduardo Valdoski publicou a postagem convidando para a reunião de terça-feira 07/04. E novamente, no dia 13 de abril, segunda-feira, havia outra postagem dele com um convite para a segunda reunião da Frente neste ano de 2004, no dia 15/04. Fica assim esclarecido o vínculo entre as duas postagens, no qual rastreamos as duas primeiras reuniões da Frente naquele ano.

Contudo, já na terceira semana do mês de abril, o que era para ser a terceira reunião desde o surgimento da Frente, o Comitê surge como alternativa, explicitando o primeiro racha na mobilização inicial pelo passe livre, separando várias correntes (Juventude PSTU, independentes, autonomistas e anarquistas) da Juventude do PT, que então participava da Frente.

Nas duas postagens da Frente há algumas indicações dos pontos que levaram às divergências entre os vários grupos. A presença das entidades estudantis gerava discordância em alguns grupos que criticavam desde a cooptação a partidos, a burocracia e o governismo. E a presença de entidades era desproporcional na Frente, que na primeira reunião contou com a “participação de 15 pessoas de 6 entidades diferentes”, o que revela a pouca presença da base estudantil, pois quase todos ali representavam alguma entidade.

Também na definição da reivindicação havia um ponto de distinção: para a Frente, com a participação da juventude do PT, o que devia ser definido como reivindicação deveria ficar em torno do “mote” de passe livre como direito a educação, tal como foi decidido na primeira reunião: “Foi indicado inicialmente, que o mote da campanha será a defesa do acesso à educação,

cultura e lazer pelo passe livre para a juventude”. Esboçado desta forma, o “mote” do passe livre pela educação não se tornou uma constante no Comitê, nem no MPL-SP, depois de sua consolidação. Como veremos, a questão do passe livre será pensada de forma muito mais complexa com a criação do MPL, tanto em nível nacional, como em São Paulo, sendo que na origem do MPL tentou-se vincular passe livre e transformação social.

Se o “mote” tinha um sentido de conseguir acesso à educação, cultura e lazer, também no vocabulário a Frente não acomodava bem os grupos autonomistas, anarquistas e mesmo a Juventude do PSTU com o discurso de conflito de classe mais aprofundado. Aliás, o próprio uso da palavra “mote” aponta para o vocabulário mais tipicamente vinculado às lutas partidárias e sindicais. Dominando alguns jargões do discurso político, tais como encaminhar, entidades estudantis, e em um texto direto, destoando das postagens do Comitê e do MPL-SP, até mesmo na escrita se diferenciavam as correntes que se mobilizavam pelo passe livre. E se refletirmos bem, até mesmo o nome da Frente estava em disputa.

A seção de comentários das postagens, algumas bastante movimentadas em discussões, embora algumas com baixa qualidade de conteúdo⁴⁴, amplia a riqueza de informações, pois alguns comentários apresentavam visões contrapostas ao conteúdo da postagem inicial. Além de ampliar as informações, os comentários também contavam com recursos, tais como imagens, título, o que algumas vezes dava um formato de panfleto ou cartaz político. Assim é que na primeira postagem da Frente, um comentário é feito com o título: **“Governo Federal Pelo Passe-Livre (Hahaha!)”** (negrito no original), acompanhado da seguinte mensagem:

Que cara de pau! O rapaz aparece se identificando como juventude do PT (Governo Federal) e falando que irá lutar pelo passe-livre. Ou você está no Parlamento ou a favor do povo! Os dois juntos impossível!

Assinado por Dudu no dia 07/04/2004 às 04:53, ou seja, poucas horas depois de realizada a reunião, o que indica ser um descontente da organização da Frente que vinha se formando. Somando todos os elementos anteriores (entidades estudantis, modo de conceber a reivindicação, linguagem) talvez o que tivesse mais peso era a presença da Juventude do PT, sendo um ponto de conflito aberto no interior da Frente. Daí a vida curta desta.

A articulação pela saída da Frente já tem sua primeira manifestação visível na postagem do dia 11/04 (portanto antes mesmo da segunda reunião), convidando para a reunião da **“Campanha pelo passe-livre em SP!!!”**, título da postagem. Nos textos do Comitê, outra linguagem é expressa, com um posicionamento ofensivo, e um vocabulário com palavras

⁴⁴ O que pode surpreender, por ser um espaço de debate político. Mas a chacota e o infantilismo muitas das vezes se fizeram bastante presentes nos debates do CMI.

informais. As postagens do Comitê foram convites para suas reuniões ou atividades, não produziu textos elaborados sobre a questão do transporte, o que viria a ser uma das características do MPL-SP. Talvez, devido o curto espaço de vida, até a Plenária de criação do MPL, no FSM de 2005. O MPL-SP teve tempo para produzir vários materiais refletindo sobre a questão do transporte.

Duas postagens convidam para as reuniões do Comitê, nos dias 17/04 e 30/04. As demais postagens são análises sobre a condução da organização, ou convite para atividades, tais como um debate e dois shows que foram planejados, embora nenhuma destas atividades tenha sido efetivada, indicando problemas de consolidar a organização.

Na primeira postagem do Comitê, datada de 11/04, chamando para a reunião do dia 17/04, já destacamos que há a apresentação de uma alternativa às ações individuais (“chega de ficar passando por debaixo da roleta”): participar da Campanha; a apresentação de uma crítica ampla do problema (“sustentar a BMW que leva o filho do burguês pra escola”); e indica que estes estudantes têm acesso à informação sobre manifestações pelo passe livre em outras localidades do Brasil (“Muitos ficaram sabendo do agosto do Buzu, em Salvador, onde cerca de 20 mil estudantes foram às ruas lutar pelo passe-livre”). A atitude ofensiva dos “Estudantes na luta!!!” busca eco na participação da base estudantil nas reuniões do Comitê, o que deixa claro ser um panfleto feito de estudante para estudante com o uso de termos, tais como: “passar debaixo da roleta”, “buzu”, ônibus são “semi-carroças”, “transporte do filho do burguês pra escola”, “passe livre é direito e não esmola”, “POR FAVOR, COMPAREÇAM!!! (grafia no original), “DIVULGUEM!!!”, ou “Essa semana está sendo de ampla divulgação, passem nas escolas, colem cartazes, conversem com as pessoas nos pontos de ônibus, enfim o que der pra fazer”, revelando também a preocupação em atrair o maior número possível de estudantes.

A postagem convidando para a primeira reunião possui um comentário que diz o seguinte:

Não reconhecera entidades falidas que nos persegue

marx_rj canal:#comunismo(brasnet-irc) 12/04/2004 01:20

Para garantir o passe-livre é essencial não reconhecer as entidades, primeiramente por que conservam as mesmas estruturas de mais de 30 anos atrás, segundo: todos nós já sabemos que essas entidades já estão infectadas pelos partidos oportunistas(PC do B,PT e etc), p(r)op(o)r novas formas de organização dos estudantes, eis o que devemos construir, esta nova fora não deve ter as estruturas de uma entidade, nao pode cometer os erros já conhecidos, por democracia e uma estrutura horizontal!

O comentador toca no ponto central que gerou o Comitê: a presença das entidades estudantis “infectadas” por partidos, sendo necessário, de acordo com a pessoa que se identificou como “marx_rj canal:#comunismo(brasnet-irc)”, “propor novas formas de organização dos estudantes”, que não deve ter a estrutura de uma entidade e sim “por

democracia e uma estrutura horizontal”. Neste momento de tentativa de criação do Comitê este comentário deve ter tido uma grande ressonância entre os participantes do Comitê que acessavam ao site CMI. E toca notar que o comentarista se identificou como Marx_rj, sendo uma referência a Marx, o que é exemplo de que também pessoas identificadas com o marxismo estiveram presentes nas mobilizações estudantis, inclusive expressando a corrente radical crítica às entidades estudantis, e não somente autonomistas e anarquistas.

Voltando às postagens, seu conteúdo revela também que a questão do passe livre está inserida dentro do sistema de transporte que prejudica estudantes e trabalhadores, e que os estudantes que dependem do transporte vivem sob uma mesma situação que os trabalhadores, daí que o pagamento das passagens encerra a situação do estudante numa determinação de classe, junto aos trabalhadores e em oposição aos empresários do transporte. Vejamos alguns trechos retirados das duas postagens convidando para as reuniões do Comitê:

Não podemos mais ficar quietos vendo os empresários enriquecendo as custas dos motoristas e cobradores mal-pagos, e de nós, estudantes e trabalhadores que pagamos um absurdo de R\$1,70 pela passagem

Chega de ficar passando por debaixo da roleta! Chega de ficar 3 horas na fila da SPTrans "mendigando" uma cota que não satisfaz a necessidade dos estudantes! Chega de andar em semi-carroças enquanto o filhinho do empresário vai de carro à escola!!
conversem com as pessoas nos pontos de ônibus

Percebe-se nestes trechos a vinculação de um modo de vida em comum, bem como oposição de interesses. O objetivo do estudante é o mesmo do trabalhador: diminuir gastos com a passagem de transporte.

Porém, superado a ação conjunta com a Juventude do PT e entidades estudantis, o próximo ponto de conflito foi com o PSTU. Postagens individuais e não em nome da organização revelam o conflito, desde a perspectiva anarquista; e em comentários nas postagens, defesas da atuação do PSTU.

Ao passo que nos meses de maio e junho o Comitê não fez postagens, duas postagens foram feitas discutindo a presença do PSTU dentro do Comitê. Por meio delas, percebe-se que a tentativa de formar o Comitê estava passando por dificuldades de consolidar-se. Como motivo, os indivíduos que postaram apontam as práticas do PSTU: “manipulando”, “aparelhando”, “cooptando”, buscando criar uma “massa de manobra” com as ações do Comitê. A primeira postagem é intitulada “O fiasco do passe livre em São Paulo”, feita pelo pseudônimo “Mazarope”, no dia 11/06. A segunda postagem, intitula-se “A toda juventude libertária revolucionária: coordenar a luta pelo passe livre”, postada no dia 15/06, por pessoa que se identificou como “Estudante autônomo, sem vanguarda nem direção” e convoca a juventude

libertária revolucionária para a reunião do Comitê no dia seguinte, 16/06 (quarta-feira), e para outra reunião do Comitê dia 19/06, no sábado.

Pela exposição que estamos apresentando, tem-se claro que um movimento social produz diversas ramificações, que são os grupos, tendências, organizações, atividades, manifestações, produção intelectual e ideológica. Para esta concepção de movimento social este é composto por muitos produtos, que em si apresentam aspectos diferentes. Vejamos o exemplo da organização e da produção intelectual. Toda organização tem de ser composta por vários indivíduos, ao mesmo tempo em que geralmente uma produção intelectual é realizada individualmente, quando muito em dois ou um grupo muito pequeno. Por mais que um determinado texto expresse fielmente as ideias de um grupo de indivíduos, este é concretizado, em sua própria escrita, pelas mãos individuais; mas toda organização, em que pese mesmo o mínimo vínculo do indivíduo com o grupo, ainda assim somente é organização, grupo efetivo enquanto for composta pelo conjunto de indivíduos que a formam.

No caso do movimento social estudantil que gera o MPL-SP, as ações compartilhadas e que foram elaboradas por indivíduos tiveram grande impacto, na medida em que expressaram o movimento de vitória da tendência “anarquista, autonomista, libertária”, logo os indivíduos emergem como representantes de suas respectivas correntes e quanto maior a força da corrente ou tendência mais claro o discurso de seus representantes nos é dado. Não somente a Frente, o Comitê, a Campanha eram produtos da mobilização estudantil, mas diga-se que a própria participação individual converte-se em elementos influenciador do processo, revelando um dos aspectos da riqueza do fenômeno social que são os movimentos sociais, que ainda que ação coletiva compartilhada tem na ação individual uma autonomia relativa que não encontra condições em outros tipos de relações sociais, como na empresa, no Estado, na escola e outras instituições.

“Mazarope” e “Estudante autônomo...”, por trás de seus pseudônimos, representam a força da tendência anarquista no interior da mobilização pelo passe livre, que num primeiro momento avançou sobre a Juventude do PT e agora passa a contestar a presença do PSTU. A primeira postagem enfatiza a denúncia das práticas do PSTU no Comitê e convida os “anarquistas convictos” à participação nas reuniões, e a segunda postagem é exclusivamente o convite aos “jovens libertários revolucionários” a participarem do Comitê, e em segundo plano, também a crítica ao PSTU.

A crítica das práticas do PSTU é rica em detalhes, tal como se percebe pela seguinte exposição da luta entre as correntes no interior do Comitê:

O Comitê pelo Passe Livre em São Paulo, onde se realizam as reuniões na sede da APEOESP no centro de São Paulo, é uma piada autoritária. Os dirigentes do PSTU fazem todas as resoluções do Comitê em sua cúpula, sem opinião nenhuma da base, e quando sentem seu poder ameaçado e questionado, manipulam reuniões, provocam atrasos para que a reunião seja a mais rápida possível (os horários são estipulados pela APEOESP e devem ser cumpridos os horários), ou não informam as datas e horários de reuniões. O dinheiro e material que seria impresso para ser distribuído, era para ser cedido e financiado por um deputado da câmara de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, que se diz simpático ao Passe Livre. Todo o material a ser fornecido iria ser bancado pelo deputado, mas com a única condição de que seu nome e sigla partidária estivessem presentes nos panfletos, o que foi aceito imediatamente pelo PSTU – o material está prestes a sair. Nem votações são permitidas no comitê, a burocracia ordena e a base cumpre.

O Comitê pelo Passe Livre virou mais uma forma de cooptar jovens ao Partido, prática muito usada pelos Bolchevi\$tas. Não podemos deixar essas palhaçadas prosseguirem! É indispensável neste momento que os anarquistas, simpáticos ao ideal, autônomos, e todos aqueles que se opõem ao oportunismo do PSTU e acreditam e querem estar nesta luta pelo Passe Livre, que compareçam às reuniões pelo Passe Livre em São Paulo, pois até então existem apenas 2 supostos anarquistas e mais 3 ou 4 de outra corrente partidária, todo resto é a base do PSTU, o que facilita a manipulação.

Tal como as entidades, os partidos, mesmo de orientação “extrema-esquerda”, são questionados no interior do Comitê, e suas práticas de obter novos membros é repudiada na análise que faz este indivíduo ligado às ideias anarquistas. O foco da crítica é o PSTU, e não os partidos no geral, é uma crítica das práticas, da conduta, do modo de agir das pessoas vinculadas ao PSTU e a tentativa de conduzir o Comitê. Há uma explicação, além disso, sobre por que as táticas do partido não vão ao encontro do objetivo do Comitê, “não contribuindo em nada para a causa, que longe parece ser intenção de Luta do PSTU”. Opondo-se ao “oportunismo” do PSTU, propõe que “se necessário, criemos um comitê paralelo e de Luta, autônomo e Combativo”.

A segunda postagem, reproduzimos aqui em sua originalidade e completude:

**A Toda Juventude Libertária Revolucionária -
Coordenar a Luta pelo Passe Livre!**

Por Estudante Autônomo, sem direção nem Vanguarda 15/06/2004 às 03:58

Convocatória a todos os Jovens Estudantes Anarquistas, Simpatizantes do Ideal, Autônomos, todos aqueles que querem travar uma luta combativa pelo Passe Livre aos estudantes e trabalhadores desempregados.

Está ocorrendo uma mobilização em vários estados do país de estudantes pelo Passe Livre.

Em São Paulo, as reuniões estão restritas e com pouca participação. Esta é uma luta importantíssima e de nenhuma forma pode ser desconsiderada. Todos nós devemos agir e participar desta luta que esta sendo levada pelo PSTU da forma mais burocrática e crapulista, sem discussão nem orientação da base.

A Reunião do Passe Livre ocorrerá às 18 horas na CEFET (Federal) em São Paulo, próximo ao metrô Tietê (Atrás do Shopping D). E no sábado às 2 horas da tarde na sede central da APEOESP, na República (próx ao metrô).

Nos vemos todos lá!

Avante na Luta!

Viva o Anarquismo

URL.: <http://www.anarquismo.org>

Cabe refletir sobre esta intervenção individual, no site reconhecidamente de acesso dos membros do Comitê, e como esta é produto da movimentação social pelo passe livre. A partir do conjunto da ideia, refletimos: o que faz parte do anarquismo? O que é dedicado ao passe livre? Ser anarquista e lutar pelo passe livre é, para o autor da postagem, uma convergência de interesses. A “juventude libertária revolucionária” deve comparecer às reuniões do Comitê, questionar e não “deixar essas palhaçadas prosseguirem!”, retomando a discussão e orientação de base.

Além de voltado para o passe livre, a perspectiva do texto é vinculada ao anarquismo, ao autonomismo ou à libertária, principais nomes mencionados. Ao opor essas ideias “contra a corja imunda dos troskos do PSTU” o autor da postagem se insere no debate entre duas correntes políticas da modernidade, o anarquismo e o marxismo. Sendo a base do Comitê formada por estudantes a questão que se apresenta é que estas determinadas ideias eram divulgadas e conquistavam espaço no meio estudantil

Quando o MPL surgir como “organização nacional” o apartidarismo definido como princípio da organização será rastreado (LIBERATTO, 2006; SARAIVA, 2010) nessa intensa participação anarquista em sua origem, durante o tempo de Comitê. Por outro lado, pensamos que a fusão entre anarquistas e a luta pelo passe livre não teve como vitória a tendência anarquista, pois, historicamente, esta tendência se reivindica como contrária aos partidos, ou seja, ela é antipartidária. Mas como as postagens evidenciam, desde a época de intervenção anarquista do Comitê, não havia uma posição antipartidos no geral; na verdade, as práticas partidárias no interior do Comitê que são questionadas, daí a denúncia a um partido em específico, e não a posição de ruptura com todos os partidos.

Pelas postagens anteriores sabemos que duas reuniões ocorreram na parte final de junho. A próxima postagem data de 11/07, convidando para a viagem de participação no Encontro Nacional pelo Passe Livre, organizado pela Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis. O encontro foi realizado entre os dias 16 e 18 de julho (mês de férias) e aconteceu no Camping Rio Vermelho, na ilha de Florianópolis. Em outra parte, apresentaremos com mais detalhe o que fora decidido neste Encontro. O que resta compreender é que com as críticas anarquistas à corrente de Juventude do PSTU no Comitê, desde os últimos encontros e a participação em encontro nacional que debateu especificamente o passe livre (e com isso os contatos abertos no Encontro), o PSTU não participou mais da mobilização pelo passe livre organizada pelo Comitê em São Paulo, mas participou discretamente em algumas manifestações de rua nos anos seguintes.

A saída do PSTU é narrada como vitória no convite para a próxima reunião do Comitê, que se realizou no dia 07/08. Diz a postagem:

Se reunirá mais uma vez o comitê de luta pelo passe-livre de sampa, nesta reunião veremos o vídeo da revolta do BUZU. O comitê é apartidário... até pouco tempo o povo do PSTU dominava pintava e bordava. Mais a realidade hj é outra.

A postagem se inicia com a afirmação, “se reunirá mais uma vez o comitê de luta pelo passe-livre de sampa”, o que deixa explícito, mais uma vez, a continuidade do Comitê, a persistência em manter a organização. Em seguida, é apresentado que uma atividade será realizada: assistir ao vídeo (ao filme, na verdade) “A Revolta do Buzu”, de Carlos Pronzato.

Além do aparente esforço de manutenção do Comitê, o que chama atenção é a satisfação com a saída do PSTU: este “dominava, pintava e bordava”, mas a realidade hoje é outra e o Comitê é “apartidário”. O autor da postagem, Gabriel Reis Simeone, parece que não se manteve por muito tempo no Comitê, e na internet não há nenhuma informação sua. É certo que naquele momento ele era um secundarista postando convite para participar das reuniões do Comitê. E o que impressiona é que Gabriel era de outra “juventude do PT”, a corrente “Vamo Batê Lata”, que segundo comentários à postagem: “Esse Vamo Bate Lata é ligado ao PT sim, infelizmente, mas não se preocupem que apenas uma ou outra pessoa participa desse comite, por isso qualquer estudante independente e libertário tem espaço para participar desse comitê”.

É importante observar que, mesmo pertencendo a um grupo que identificam como vinculado ao PT, Gabriel Reis Simeone reforça, na sua postagem, a crítica da burocracia, finalizando-a da seguinte maneira: “ME "VAMO BATE LATA" EM OPOSIÇÃO A BUROCRACIA... E EM UMA ALTERNATIVA AO SECTARISMO. ESTUDANTES AS RUAS!!!!”. A existência efêmera deste grupo (além da postagem não localizei mais nenhuma informação sobre quem eram) somada à força da tendência anarquista no Comitê, levaram o autor da postagem a ter uma consciência bem peculiar da realidade, já que ao mesmo tempo estava em uma organização com vínculo partidário, defendia o apartidarismo, e opunha-se à burocracia. É certo que Gabriel e seu grupo não são nosso foco, de tal forma que bem como antes a Frente tinha organizado uma manifestação e as primeiras reuniões da mobilização pelo passe livre no começo de 2004, agora, no mês de agosto, a Frente reaparece com o nome de Fórum, realizando nova atividade que também não são nosso foco. Mas estes foram momentos na disputa pela criação e consolidação do Comitê, e sua contribuição deve ser medida no seu caráter efêmero ou por ter sido o alvo do processo que consolidou a derrota das posições partidárias dentro do Comitê.

Dia 14/08 foi a próxima reunião do Comitê divulgada no site. Na postagem, novamente havia referência às mobilizações estudantis, mas, desta vez, analisando que com o fim da greve das universidades estaduais paulista “não poderia haver melhor momento para organizarmos lutas que unam universitários e secundaristas”. Afirma que o “direito de ir-e-vir custa R\$ 1,70” e que com isso o preço das passagens está sufocando estudantes e desempregados “não tendo, assim, acesso a lazer e cultura!”.

Depois da reunião do dia 14/08, o Comitê planejou uma atividade de “debate sobre o passe-livre, as mobilizações estudantis em Floripa no primeiro semestre de 2004, situação atual da luta pelo Passe-livre em Florianópolis. Com integrante da Juventude Revolução Independente”. Lucas era o membro da Campanha pelo Passe Livre Florianópolis (também da JRI, que iremos comentar mais adiante) a ir participar do debate. Planejado para o dia 25/08 o debate não aconteceu, e não teve outra postagem justificando, embora um comentário na postagem convidando para o debate diz que houve problema com o “espaço”, sendo que o local agendado era na sede da APEOESP.

O mês de agosto encerra as últimas postagens do Comitê no ano, convidando para suas reuniões ou atividade, indicando um “esfriamento”, que só terá fim no começo do ano seguinte, com o aumento das passagens e com a Plenária pelo Passe Livre que aconteceu na 5ª edição do FSM.

Outra atividade que o Comitê planejou e que foi cancelada foi o show em “benefício ao Comitê do Passe-Livre São Paulo”, que aconteceria no dia 22/01/2005. O evento ocorreria no Espaço Impróprio, espaço de música “alternativa”, e contaria com a participação de duas bandas envolvidas com o som punk, Social Chaos e Alforria. O “Espaço impróprio” fica localizado no centro de São Paulo, próximo à Rua Augusta, sendo região de encontro de estudantes e de diversão noturna.

Na postagem de convite afirma-se que desde o meio do ano de 2004 o Comitê está “Promovendo eventos, atividades e cursos em várias escolas secundaristas públicas busca impulsionar a luta pelo passe-livre em São Paulo de uma maneira participativa e horizontal”, porém para manutenção financeira do Comitê realizam o show, já que são os próprios membros da organização a financiar suas atividades. Na postagem feita no dia que aconteceria o evento e informando do cancelamento, diz o seguinte: “foi cancelado por falta de organização e alguns problemas”.

Na primeira fase em que o Comitê tenta se estruturar, período pré-MPL-SP, o momento final se abre com o aumento das passagens de ônibus, que gerou diversas atividades do Comitê,

e a Plenária de Porto Alegre que formaliza o Movimento Pelo Passe Livre de caráter nacional, com uma série de princípios e critérios para os grupos locais “aderir à Federação”.

No que diz respeito à questão das passagens em São Paulo, esta afetou diretamente a estudantes e trabalhadores. Contudo, como estamos mostrando, a questão da passagem se tornou um problema para os estudantes, erigindo-os em movimentação grupal com o objetivo de não pagar as passagens. O Comitê, bem como a Frente, mas também as manifestações, os textos publicados, a participação individual em ações compartilhadas, foram produtos da movimentação social do grupo estudantil reivindicando a gratuidade nas passagens de ônibus. Nesse rico quadro de produtos do movimento estudantil contra o aumento das passagens, novamente nos deparamos com uma produção individual que se manifesta sobre o problema gerador de insatisfação na situação estudantil.

Identificado por “A.” a postagem tem por título “Passe Livre em Osasco”, mas na verdade o conteúdo trata do aumento das passagens no município de Osasco, região metropolitana de São Paulo. “Agora chega! Isso é um roubo!” Anuncia a postagem sobre o aumento de 0,20 centavos na passagem, aumento no Natal de 2004, no fim de ano “pensando que isso passaria despercebido e tentando “evitar” alguma mobilização (já que os estudantes estão em férias)”. Porém, diz que as autoridades se enganaram, porque agora “estamos com tempo de sobra para nos mobilizar e lutar pelo passe livre”.

Como se percebe, há uma indistinção entre aumento das passagens e passe livre, sendo que uma questão leva à outra, característica que acompanhará a evolução ulterior do MPL-SP, sempre mais “ativo” quando das épocas de contestação do aumento das passagens. Daí percebe-se a fusão entre a questão do valor das passagens e do passe livre estudantil, claramente dada nesta perspectiva em que o título da postagem é sobre o passe livre, o conteúdo é sobre o aumento das passagens, e finaliza convidando os estudantes a lutarem pelo passe livre:

Por enquanto estamos organizando um movimento pró-passe-livre. Você, estudante de Osasco, que não aguenta mais o preço abusivo do transporte privado, ou qualquer outra pessoa que quer ajudar a luta dos estudantes (já que estamos propondo para o passe-livre também abrangir os desempregados); por favor mande um e-mail para mim. Se alguém preferir, pode falar comigo pelo MSN (o e-mail é o mesmo), ou pelo ICQ, o número é: 328- 591-085. Chega de preços abusivos do transporte público, Passe-Livre agora!!!

Email:: cataiasandman@hotmail.com

Depois do aumento em Osasco, na virada de 2004 para 2005 ocorreram outros aumentos no sistema de transporte (trem, metrô, ônibus, municipal, intermunicipal), o que precipitou as primeiras manifestações de rua chamadas e organizadas pelo Comitê. O aumento no valor das passagens dos ônibus na capital ocorreu no final do mês de janeiro, embora desde o último mês de dezembro surgiam vestígios da movimentação social contra os aumentos. Primeiro foi a

postagem de “A”, já no dia 18/01/2005, o Comitê posta a reivindicação da organização: Passe Livre contra o aumento!

Na postagem do Comitê, a crítica ao valor das passagens é acompanhada de uma crítica mais ampla a aspectos da sociedade: a frase inicial é “o circo tá ficando mais caro”, “Os aumentos nas tarifas de transporte público só servem para elevar o lucro das empresas que(segundo eles) estão "empobrecendo"; “É simples, o que vale mais: o pão na mesa do trabalhador, ou o lucro dos empresários? Para eles, é óbvio, o lucro. Mas para nós não pode ser, pois é nosso pão que vai faltar!”; “O Comitê Municipal de Luta pelo Passe-Livre é contra esses aumentos, pois acredita que o direito vem antes do lucro”; “O Passe-Livre para estudante é a exigência de que o Poder Público cumpra com suas obrigações de fornecer educação pública e gratuita. Se você paga para chegar a escolas, a educação não é de forma alguma gratuita!”.

Nessa análise sobre as passagens que a vinculam com questões mais amplas, percebe-se a oposição entre lucro e direito: prejuízo tanto para o trabalhador, quanto para o estudante. E, além da questão do lucro, a política é vista como legitimador desta situação: “O governo Alckmin deixa o que já era caro, impagável”, “o governo Serra já sinaliza um aumento de passagem ainda este ano”. Ademais, o fim do texto convida para a panfletagem que a organização estava planejando: “Panfletagem nos metrô Barra Funda, Sé e Ana Rosa, às 12h no dia 18/01”.

Se na postagem do Comitê a organização denunciava a possibilidade de aumento nas passagens municipais, este aumento se confirma no final do mês, e na postagem de “Mazarope”, “Prefeito sem vergonha fode o povo de São Paulo”, do dia 30/01/2005, analisamos que as mobilizações contra o aumento no preço das passagens também tiveram na ação consciente de certos indivíduos e na produção de textos um de seus resultados. Mazarope, na sua postagem apresenta informações que dão a entender que ele é membro do Comitê, e que se identifica com a corrente política do anarquismo, pela citação de Bakunin que faz na postagem.

Crítico dos governos petistas e do PSDB, Mazarope analisa que a confirmação do aumento das passagens de ônibus municipal se dá no contexto de governos com “medidas antipopulares”, que dão “continuidade do descaso e arrogância governista/empresarial sobre o povo de São Paulo”. Ele apresenta em sua postagem um conjunto de informações e de conhecimento sobre a situação do sistema de transporte na cidade de São Paulo:

Os terminais de ônibus, aqueles na qual depois que se entra não é necessário pagar outro ônibus, fazendo-se baldeação gratuitamente, serão sumariamente abertos. Isso já se iniciou com os terminais de menores portes, como o Terminal Casa Verde (ZN), Terminal A.E. Carvalho (Z/L), entre outros. Até o fim do ano, todos os terminais serão abertos, ou seja, é livre a entrada dentro deles, porém não será mais possível fazer a

baldeação gratuitamente. Os próximos da lista são os Terminais Parque Don Pedro II, Terminal Princesa Isabel e Terminal Santo Amaro, os 3 maiores do município. O transporte intermunicipal também teve aumento de 15%, e na cidade de Guarulhos a tarifa também subiu para R\$ 2,10. O metrô, gerido pelo Governo do Estado de SP, comandado também pelo PSDB nas mãos de Geraldo Alkmin, passa a custar também R\$ 2,10.

Também são apresentadas outras políticas dos governos municipal e estadual: corte de gastos, taxa de limpeza urbana, atraso salarial dos professores, isto é, medidas adotadas pelos diferentes governos e partidos, que precarizam a cidade, sendo o aumento das passagens apenas uma das “medidas antipopulares”. E finaliza com a proposta de organização: “Já é tempo de se organizar. Pelo Comitê do Passe Livre e pela organização da Classe”. Para Mazarope, a questão do transporte está vinculada com a estrutura da sociedade: empresas e governo de um lado, trabalhadores e estudantes do outro. O autor da postagem defende, assim, a necessidade da organização pelo passe livre e da organização da “Classe” – o que se pressupõem pelo seu texto, que inclusive finaliza citando Bakunin, ser a organização da classe trabalhadora.

O ponto de diferença entre as postagens individuais e as postagens assinadas pelo Comitê é que os indivíduos têm maior liberdade de crítica e de posicionamento comparado ao Comitê que, para manter a organização em torno do passe livre, focou-se neste tema, não sem a custo de muita oposição contra outras concepções, tais como as geradas por indivíduos de partido dentro do Comitê. A Plenária do 5º FSM foi importante porque, enquanto criadora do Movimento Pelo Passe Livre, buscou definir e delimitar os propósitos e ideias de uma organização voltada para a conquista do Passe Livre estudantil. Pôde-se, a partir daquele momento, e como o fez particularmente nos primeiros anos de existência, haver o desenvolvimento de uma crítica mais ampla em relação ao sistema de transporte e a organização da sociedade – inclusive, nos primeiros momentos, considerando a questão do passe livre estudantil na perspectiva da transformação social mais ampla da sociedade.

A postagem do dia 07/01/2005 convidando para a “Plenária Nacional do Movimento pelo Passe Livre” anunciou e consolidou mais uma organização mobilizadora no quadro geral dos movimentos sociais no Brasil. É parte da história pois a força deste acontecimento não se encerrou em si, mas nos desdobramentos que gerou ao criar a organização MPL, interferindo não somente no meio estudantil da qual brotou, mas também no Estado e nos interesses privados, dado o conflito de interesses.

Analisados os efeitos da existência do MPL em suas diversas localidades, a Plenária foi um planejamento que deu certo, considerando o envolvimento das pessoas em sua realização. Já era o segundo encontro nacional planejado pelos grupos locais pelo passe livre, embora a

atuação da Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis tenha se destacado, sendo a responsável por idealizar os dois primeiros encontros nacionais.

Finalizamos a parte sobre a origem do MPL-SP com a Plenária devido à importância deste acontecimento que, ao criar a organização fundada no objetivo do passe livre estudantil, criou um modelo de organização para os vários MPLs locais, reunindo as experiências e ideias que emergiram nos últimos anos. Mais do que um modo de formalizar uma organização, a reunião que criou o MPL foi também expressão de uma autêntica mobilização fundamentada na base do grupo social; a organização que se criava expressava interesses e o próprio movimento do grupo. A participação da base estudantil nas reuniões do Comitê em São Paulo foi baseada na disputa com as entidades estudantis e “juventudes partidárias”, o que pressupôs uma frente comum de indivíduos independentes, de tendências autônomas, anarquistas e marxistas que realizaram a constante crítica das entidades e partidos, encontrando ressonância na base estudantil – daí as derrotas anteriores que impuseram o fim da Frente de Luta pelo Passe Livre e, depois, a saída da juventude do PSTU das reuniões do Comitê.

A concepção “passe-livrista”, com apoio das tendências não vinculadas a entidades e partidos, foi a vitoriosa e esta posição está clara no convite para a Plenária postado no site do CMI. Chamamos de concepção “passe-livrista” a posição que considerou o passe livre estudantil como o objetivo fundamental da nova organização que nascia. Derrotadas as concepções anteriores, que se materializa nas entidades e juventudes partidárias, as ideias e práticas voltadas exclusivamente pelo passe livre deram a dinâmica de criação do MPL, baseado em objetivos e critérios mínimos para a criação dos grupos locais, determinação que logo se cumpriu em São Paulo, com a transformação do Comitê em Movimento pelo Passe Livre São Paulo.

O convite para a Plenária no Fórum de 2005 inicia-se com a seguinte afirmação:

RUMO A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO NACIONAL PELO PASSE-LIVRE - O ano de 2004 entrou para história da juventude brasileira como um ano de lutas, de resistência e imposição das suas necessidades concretas frente ao Estado e ao Grande Capital. Foi na esfera do Direito Fundamental ao acesso à educação que explodiram, em vários rincões do país, movimentos que sublevaram a tranquilidade de "pacatas" cidades onde o refluxo das mobilizações juvenis abriu caminho para a exploração máxima dos jovens e de seus pais trabalhadores, principalmente através de um setor considerado historicamente estratégico para o desenvolvimento urbano e econômico das grandes cidades: o transporte urbano coletivo.

As várias mobilizações em diferentes cidades brasileiras são o ponto de partida para se pensar no acesso gratuito ao sistema de transporte: onde teve mobilização a tranquilidade foi sublevada, e onde não teve mobilização predominou a exploração máxima dos jovens e dos

pais trabalhadores. Pelo direito fundamental de acesso à educação a juventude “mobilizou-se, organizou-se” e

foi às ruas, ocupou prefeituras, assembléias legislativas, câmaras de vereadores, obstruiu avenidas, ruas, logradouros públicos, terminais de transporte coletivo. Conscientizou a classe trabalhadora e a juventude de suas necessidades particulares e acima de tudo, fomentou a luta quando fomos às ruas, indignados com novas e abusivas majorações nas tarifas de ônibus.

O convite para a Plenária é para efetivar “a construção do MPL - Movimento Nacional pelo Passe Livre - ” como “uma realidade que não pode mais ser contida, porque a juventude brasileira não pode esperar e não quer esperar pela "boa vontade" de governantes comprometidos não com a melhoria de suas condições de existência, mas com os patrocinadores de suas campanhas eleitorais”. Como produto das lutas locais, mas que precisam se tornar nacionais, efetivar o passe livre estudantil para todo o Brasil, e não somente nos municípios.

Sendo expressão das lutas locais, no convite à Plenária feito pela Campanha de Florianópolis não somente as ações que os estudantes realizaram eram iguais em diversos locais, como na citação anterior, mas também o tipo de conflito aberto entre as entidades estudantis e o “movimento de massas” – o que implicitamente encarna a tendência da participação de indivíduos independentes, anarquistas, autonomias, marxistas, etc., juntamente com a base estudantil em mobilização pelo passe livre. Nas duas seguintes citações, a postagem destaca as duas práticas opostas, de um lado as entidades estudantis:

Os movimentos de juventude que se restringiram à disputa das entidades estudantis, esquecendo da efetiva e necessária mobilização das massas, penetraram em uma lógica que pontua seu caráter pela agenda traçada pela burguesia em seu processo eleitoral. Uniões nacionais, estaduais e municipais de estudantes, bem como grêmios estudantis, centros acadêmicos e diretórios centrais de estudantes não raras vezes foram transformados em meros aparelhos burocráticos, verdadeiras escolas de tecnocracia ou fornecedores de futuros quadros para o aparelho de Estado.

E do outro lado, o “movimento de massas”:

Em 2004, demos um grande passo rumo à construção de um movimento qualitativo de massas que deve ter por meta a imediata nacionalização da reivindicação, exigindo que o governo federal aprove imediatamente uma lei regulamentando o artigo 208, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, concedendo o direito de todos os jovens gozarem de passe livre para a garantia do acesso integral à educação.

A consolidação do movimento de massas encaminha para alcançar a reivindicação de regulamentação do “direito de todos os jovens gozarem de passe livre” para o acesso à educação. O convite finaliza afirmando que “a juventude tomou consciência de seu papel revolucionário e de sua capacidade transformadora da realidade”. Daí a importância da participação na Plenária para reforçar esse movimento de conquista pelo passe livre estudantil.

Com o convite para a Plenária encerramos a análise da primeira fase da história do MPL-SP, fase marcada por intensa mobilização e por disputas entre diferentes ideias em torno da questão do passe livre. O tamanho do espaço da exposição desta fase inicial na história do MPL-SP se deve por considerarmos que a criação do MPL-SP tem uma história e que esta revela o grupo estudantil se mobilizando, e as ideias que foram adotadas para mobilizá-lo.

3.2 A consolidação do MPL-SP: da escola para a rua.

A segunda fase do MPL-SP se inicia em 2005, chegando até 2012. As atividades realizadas pela organização consistiram de um lado, no chamado “trabalho de base” nas escolas, trabalho “invisível”, “subterrâneo”; e do outro, nas manifestações de rua, mostras de vídeos, debates e audiências públicas. Também foram feitas importantes publicações, como o Jornal Passe Livre e a Cartilha do Tarifa Zero; mas iremos abordá-las na parte sobre as ideias da organização.

Como vimos, a mobilização que criou o MPL-SP foi estudantil que dentre os vários resultados surgiu esta organização formal, que, por sua vez, passou a interferir no grupo estudantil. As lutas internas na Frente, depois repassadas para o Comitê, foram levadas adiante por indivíduos e pequenos grupos informais de tendências autonomistas, anarquistas, marxistas e afins contra as entidades estudantis e as juventudes partidárias. Com a afirmação dos princípios em torno do passe livre na Plenária do 5º FSM, as filiações partidárias que ainda se faziam presentes nos Comitês locais se afastaram, processo que já ocorria em São Paulo e logo consolidou-se.

O trabalho em escolas de São Paulo foi uma ação constante na história do MPL-SP entre os anos de 2005 e 2012. Tal continuidade deveu-se ao preparo e dedicação que os membros da organização tiveram, como se percebe no relato, estilo memorial, que o MPL-SP fez para a Revista Urbana 5, em 2014. Nele o MPL-SP expõe o roteiro da “Atividade geradora do MPL-SP nas escolas”, espécie de texto com “linhas de raciocínio” para o modo de condução das atividades a serem realizadas nas escolas. O MPL-SP reafirmava-se, com a saída das entidades e juventudes partidárias, como organização que estava próximo da base estudantil, periodicamente fazendo atividades e estimulando a participação, o que com que alcançasse legitimidade em parcelas do meio estudantil paulista. Por isso que algumas de suas atividades, como manifestações de rua contra o aumento das passagens, chegaram a reunir, em algumas ocasiões, cerca de 5 mil pessoas (isto considerando um período anterior a junho de 2013, numa época que nenhuma outra organização ou entidade se propôs a realizar mobilização estudantil).

O documento que por anos guiou a ação do MPL-SP nas escolas foi elaborado por uma comissão especialmente criada para este fim e depois submetido à discussão em reunião da organização, conforme relato do MPL-SP na Revista Urbania. Chama atenção que o modelo da atividade se assemelha muito aos planos de aula elaborados cotidianamente pelos professores, parecendo tanto nos aspectos formais (divisão de tempo, materiais, dinâmica de grupo), quanto nos aspectos de conteúdo (ideias, perguntas, debate). Ainda que o texto avise “não é para serem decorados, não é para ser modelo”, a organização conduziu durante anos verdadeiras aulas junto aos estudantes de diversas escolas da capital paulista, condensando uma atividade de “formação” em tempo de quarenta e cinco minutos, um horário de aula cedida pelo professor. Também se faz necessário observar que esta “atividade geradora” somente ocorreu entre os estudantes secundaristas, mostrando o vínculo mais estreito entre o MPL-SP e sua base, apesar da presença dos estudantes universitários, tanto na organização, quanto nas demais mobilizações em torno do passe livre.

Na parte inicial planeja-se a “pré-atividade”, que inclui uma carta à direção da escola anexando o “programa ideal de atividade” com “roteiro de atividade, equipamento necessário, quantidade de alunos/as e duração da atividade”. Combinada a atividade na escola, a comissão local que vai até a escola, deve se dividir por funções, agendar um novo encontro com possíveis alunos interessados ao término da atividade, e preparar os materiais (panfleto, cartolina, caneta) para serem levados.

Na segunda parte, de acordo com a proposta, segue-se a atividade propriamente dita, toda esta demarcada em minutos que marcam etapas: apresentação dos membros do MPL-SP que fazem a atividade, passar lista de contato e seguir com vídeo de até dez minutos. Em seguida há uma dinâmica de grupo, de até quinze minutos, onde o objetivo é elaborar um mapa da cidade a partir das necessidades cotidianas dos alunos (escola, casa, hospital, cinema, trabalho, etc.) e refletir sobre a presença das catracas: “o momento mais importante desta dinâmica é mostrar como o transporte (“ÔNIBUS”) liga todas essas atividades”.

Com a dinâmica do mapa, a atividade geradora espera gerar a reflexão sobre a ideia de “público”:

A conclusão fundamental aqui é de que só existe educação pública de verdade se o transporte for público de verdade. Só existe saúde pública de fato se o transporte for público de fato. E só existe transporte público de verdade se não houver exclusão social, se todas as pessoas tiverem acesso a ele.

Com a conclusão, os membros do MPL-SP devem, com o tempo de até cinco minutos, apresentar aos alunos o significado de passe livre: “direito dos estudantes andarem de ônibus de graça”, ou melhor, subsidiados por uma redistribuição do orçamento da prefeitura.

O passo seguinte, é apresentar, em até dez minutos, o que é o MPL. Distribuir panfletos, apresentar a história do MPL, os princípios, a forma de organização, agendar um encontro na saída da escola para mais informações e grifar na lista de contatos os alunos que demonstraram mais interesse. Foi este o modo geral de atuar do MPL-SP nas escolas paulistas em que a organização teve condições de estar presente. Apesar de não termos informações estatísticas, acreditamos que o número de escolas seja bem pequeno comparado ao conjunto da rede escolar, incluindo escolas particulares e públicas. Geralmente as escolas que tinham algum trabalho de base eram aquelas onde havia atividade do grêmio local ou tinha algum professor simpatizante do movimento, ou um grupo de alunos interessados.

O relato do MPL-SP na Revista Urbania é complementado com a experiência mais recente de atividade em escola realizada pela comissão na região de M'Boi-Mirim, zona sul de São Paulo. A reflexão da comissão que passou em algumas escolas da região apontou para a crítica de só passar em sala de aula antes das manifestações de rua:

Geralmente feitas em inúmeras salas, em sequência, as vésperas de atos, as atividades do movimento tinham mais o caráter de uma campanha de agitação.(...) Entretanto, os militantes que compoem a Luta do Transporte da M'Boi Mirim e que focam sua atuação nessa região há mais de um ano, observaram que, na ansia de falar com o maior número possível de secundaristas, acabava-se criando pouco espaço para a construção coletiva do fazer político. Os questionamentos normalmente perdiam-se nas aulas que se seguiam e eram raros os casos em que os frutos da atividade mostravam-se para além daquele espaço. Elas deixavam um desejo, de ambos os lados, de que aquele contato pudesse durar para além daqueles poucos 45 minutos. Foi seguindo esse desejo que o grupo resolveu experimentar, no início deste semestre, uma nova maneira de interferir no cotidiano escolar.

A “nova maneira de interferir no cotidiano escolar” se deu através de uma nova atividade, mudando o formato e os temas. Decidiu-se planejar uma dinâmica em que os alunos se imaginassem numa manifestação e daí recebem cartolinas para preencherem com frases sobre o que “melhor representasse o que eles gostariam de dizer naquele espaço”. Ao longo de semanas a comissão organizou a reflexão sobre vários pontos, levantados de acordo com os alunos, mas que levavam a um “eixo temático” comum:

Sob o eixo temático das catracas que cerceiam a vida nas cidades, as atividades passaram pelas mais variadas questões, sendo os temas de discussão ou sugeridos pelos alunos no encontro anterior ou então pensados pelo movimento a partir dos interesses demonstrados nas discussões. Rolezinhos, greves, eleições, mídia, repressão policial, prisões, transporte, manifestações foram alguns dos assuntos discutidos em sala de aula.

Pretendia-se, assim, relacionar as catracas com a totalidade da vida nas cidades: “diferentes espécies de catracas, conectadas nesse formato excludente de cidade”. Ou seja, a partir da perspectiva do passe livre analisar a totalidade da vida na cidade, ou “destruir catracas e viver a cidade”.

A comissão M’Boi-Mirim também refletiu sobre a necessidade de a organização sair do centro da cidade e “enraizar seus trabalhos nos bairros e estabelecer lutas regionais pela cidade”, demonstrando que os membros do MPL-SP não eram daquela região (que, aliás, é marcada por elevados índices de pobreza na cidade de São Paulo), mas que sentiam a necessidade de estarem presentes naquele local.

Ainda refletindo sobre a ação do MPL-SP em relação ao grupo social de base, a reflexão da comissão M’Boi-Mirim diz:

Durante as atividades, os militantes buscam, nessa construção coletiva, o distanciamento da posição de autoridade que ocupa o professor, na certeza de que essa hierarquização de papéis não cabe nesse espaço. Entretanto, na medida em que se propõem a mediar os debates e a fomentar a construção e a desconstrução de certas ideias, não conseguem escapar - ainda que seja de uma maneira diferente - dessa posição, da qual tentam se diferenciar. E é no seio desses e de tantos outros questionamentos e contradições que se costura essa malha de anseios, incômodos, certezas e propostas.

Tal reflexão nos induz a crer que os membros do MPL-SP querem se identificar com os jovens que eles buscam atrair para suas atividades, mas, ao mesmo tempo, sabem que existem diferenças entre o militante da organização e o estudante da base – no entanto, não querem que assim o seja. A consciência desta distinção está em não querer a “posição de autoridade que ocupa o professor”, embora não consigam escapar “dessa posição”. Essa reflexão surge do entendimento de que os resultados imediatos não são satisfatórios, daí a alteração na atividade, mudando o seu conteúdo, isto é, o tema e a dinâmica, sem alterar em si o fato objetivo que os membros do MPL-SP estão ali exercendo uma ação sobre os estudantes. Não ter objetivos imediatos satisfeitos indica um erro na ação, um problema na estratégia que precisa ser solucionado; não sendo mais parte daqueles estudantes que estão adiante deles, rejeitam qualquer forma de vinculação com a autoridade, o que gera “anseio, incômodo”. Isto ocorre pois, objetivamente, eles estão numa relação diferente com os estudantes; não são o grupo na sua condição dentro das relações sociais, mas sim a parte do grupo que está mobilizada. Com os interesses imediatos não satisfeitos (mobilizar, se identificar com o grupo, etc.) foi necessário mudar a estratégia, o que acaba por colocar o imediato no centro das atenções.

Por outro lado, ainda neste relato, o MPL-SP diz que aprendeu, na mobilização, que estudante e trabalhador compartilham o mesmo destino, de produtores de mercadorias, de seres alienados, cada qual em sua condição:

Além das relações pessoais, de confiança e afinidade construídas voluntaria e involuntariamente pela escola, as alunas e alunos também se percebem, ainda que sem falar nesses termos, como classe trabalhadora não remunerada. Ao longo de enfadonhos anos de estudo, elas e eles fabricam, ali, a única mercadoria que possuem para vender (sempre numa troca desigual) no mercado: sua força de trabalho condicionada e

obediente, uma parte de si mesmos que lhes é alienada e objetivada em mercadoria. Estudantes passam pelos mesmos obstáculos e humilhações cotidianas que outras e outros trabalhadores, como a limitação do direito à cidade e a humilhação cotidiana nos transportes públicos. A identificação como estudantes, mão de obra não remunerada, é a mesma identificação das militantes e dos militantes do Movimento Passe Livre com as alunas e os alunos. Todos nós percebemos, ou deveríamos nos perceber, como parte do grupo de baixo, que é explorado e sustenta os de cima (MPL, 2014, p. 61).

O relato que acompanha a descrição da atividade foi feito em 2014, o que demonstra que mesmo sob a hegemonia da concepção passe-livrista que se afirmou ao longo da mobilização do MPL-SP, ainda persistiam elementos no ideário da organização que apontavam para a aliança com a classe trabalhadora, crítica do capitalismo e transformação social como objetivo da mobilização.

Apesar do objetivo principal do MPL-SP ser a luta pelo passe livre, em todas as vezes que ocorreram aumento das passagens em São Paulo a organização realizou manifestações e outras atividades em oposição aos aumentos – sendo que algumas vezes somente eles e a base estudantil eram convocadas. Ainda é importante notar a ausência da massa dos usuários do sistema de transporte, isto é, a classe trabalhadora – principal prejudicada com os aumentos. Especificamente nesse sentido, o MPL-SP é efetivamente um movimento social de luta pelo transporte, de luta por um serviço público para a população – no caso, para a parcela das classes desprivilegiadas que utilizam desse serviço, que, aliás, é utilizado principalmente para a locomoção para o trabalho, tal como se evidencia na ordem do sistema (da periferia para o local de trabalho).

Somente em uma ocasião o MPL-SP logrou o objetivo de reverter o aumento das passagens, justamente em 2013. Desde a criação do MPL-SP, a prefeitura paulista aumentou as passagens de ônibus nos anos de 2005, 2006, 2010, 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2019. Ainda como Comitê, na metade de janeiro de 2005, a organização se manifesta pela primeira vez contra os aumentos das passagens (naquele momento somente uma possibilidade, mas que se concretizaria no fim do mês). Apresentamos anteriormente a postagem “Passe Livre contra o aumento”, de 18/01/2005, em que o Comitê apresenta sua posição contrária aos aumentos.

Encontramos uma enorme dificuldade em obter informações desse primeiro ano de existência do MPL-SP. Em nossas pesquisas nas fontes primárias e na revisão bibliográfica, a informação mais concisa que encontramos deste período foi a seguinte, que se encontra na dissertação de Paulo Pina sobre a história do MPL-SP:

Em 2005 era início do movimento, mas o então prefeito Gilberto Kassab aumentou a tarifa de R\$1,70 para 2,00 reais. Neste contexto aconteceu o primeiro protesto do MPL São Paulo, na zona noroeste da cidade, local em que existia uma comissão de mobilização do movimento. Algumas performances que se tornariam constantes nos protestos do MPL São Paulo já estavam presentes como, por exemplo, a bateria, o ato

de queimar a catraca, estender faixas em viadutos e interromper vias (SPINA, 2016, p .64).

Além disso, localizamos um panfleto sobre uma atividade de mostra de vídeos, mas que ocorreu no mês de abril (cuja postagem se deu em 08/04/2005). Portanto, dois meses depois de entrada em vigor do novo valor da passagem. Ainda que se limite a um panfleto, utilizaremos suas informações e refletiremos a partir do conjunto de informações que dispomos.

A parte de cima do panfleto consiste em uma imagem feita com base na foto de uma placa de ônibus em que o ônibus está pegando fogo. Em seguida, há a primeira frase, a qual a organização deixa claro que sua forma de mobilização se diferencia das outras formas: “engana-se quem acha que somos apenas baderneiros: estamos nos organizando”. Tal frase torna explícita a aceitação do grupo à identificação não somente como “baderneiros”, mas também como “organizados”, já que agora convidam para a atividade de mostra de vídeos. E então descobrimos que o Comitê já tinha realizado algumas manifestações contra o aumento da passagem no começo do ano de 2005:

o comitê de luta pelo **passé-livre** de são paulo convoca todos e todas estudantes para uma mostra de vídeos pública nesta sexta-feira*, onde serão mostrados trechos da REVOLTA DO BUZU (salvador), da REVOLTA DA CATRACA (floripa) e os atos contra o aumento da tarifa aqui em são paulo.

Assim, além dos já conhecidos filmes sobre a Revolta do Buzu (Salvador) e Revolta da Catraca (Florianópolis), havia vídeos sobre os atos contra o aumento da tarifa em São Paulo. Portanto, além de ter feito outras manifestações, que não encontramos informações, a atividade da mostra de vídeos se insere na mobilização de oposição ao aumento das passagens. O Comitê ainda explica o que é o passe livre, que é o direito de andar de ônibus sem pagar, é ter “acesso à educação e outros lugares” e apresenta várias cidades onde existe o passe livre estudantil (Rio de Janeiro, Florianópolis e Cotia).

Figura 1 - Ônibus pegando fogo – Panfleto MPL-SP “Não dá mais para dormir no ponto. A hora é agora” 08/04/2005

não dá mais para dormir no ponto. a hora é agora.



mas se engana aquele que acha que somos apenas
baderneiros: estamos nos organizando.

O pequeno panfleto, “mosquitinho” na linguagem de alguns militantes, é encerrado apresentando o que é o Comitê de Luta pelo Passe Livre:

são pessoas que se organizam de maneira horizontal (=sem hierarquia, sem líderes, sem coordenadores), independente, autônoma e apartidária (e não anti-partidária). estamos abertos a todos e todas!

Pela primeira vez aparecem, claramente, os princípios que o MPL-SP busca se identificar – inclusive, esta é a primeira vez que aparece expressões como horizontal e apartidário.

Ainda em 2005 a organização adota o nome MPL-SP, como consequência da criação do MPL nacional na Plenária do 5º FSM e assume o compromisso de participar do Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre – todo dia 26/10. A atividade daquele ano foi a manifestação que Pina disse ter sido a primeira na história do MPL-SP, o que descartamos com a análise do panfleto anterior, com o convite para a mostra de vídeos. Seguindo a referência⁴⁵ de Spina fomos até o site do Tarifa Zero e encontramos um breve relato:

ato do Movimento Passe Livre, realizado no dia 25 de outubro de 2005. Foi a contribuição paulistana para os atos da semana nacional de lutas do MPL, concentradas no dia 26, e assim foi registrado o ato no Centro de Mídia Independente:

Cerca de 150 estudantes, integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), realizaram um ato pelo passe livre hoje (25/10/2005) na zona oeste de são paulo. Saindo do Instituto Butantã por volta das 7h40min da manhã, os/as estudantes seguiram pela Avenida Vital Brasil em direção a ponte Eusébio Matoso, sobre a marginal do rio Pinheiros. O ato foi finalizado por volta das 9h15min, após os/as manifestantes queimarem uma catraca e estenderem uma bandeira do movimento.

⁴⁵ Disponível em: <http://tarifazero.org/2010/02/18/relembrar-e-viver-ato-do-mpl-sao-paulo-no-dia-nacional-de-luta-pelo-passe-livre-em-2005/>. Acesso em: 04/07/2016

Este ato, ocorrido nas proximidades da USP (Butantã), mostra a origem de muitos dos membros da organização: a universidade; ainda que o trabalho de base e a constante presença do MPL-SP ocorresse nas escolas secundaristas.

No dia 26/10 de cada ano o MPL-SP realizava atividades públicas, geralmente uma pequena manifestação chamando a atenção para a questão do passe livre. Esta foi a única manifestação que o MPL-SP se “comprometeu” em organizar, sendo que as manifestações contra o aumento sempre foram uma reação imediata contra esta medida. A organização sempre se mobilizou em torno do aumento, e foi a luta contra este elemento que fez com que o MPL-SP contribuísse para o reconhecimento do Estado do direito ao passe livre, quando em 2013 milhares foram às ruas de São Paulo.

Na história do MPL-SP não houve muitas manifestações com mais de 5 mil participantes. No entanto, mesmo relativamente pequenas, estas manifestações, que contavam com a participação da base estudantil, foram diversas vezes reprimidas. Sobre a manifestação anterior⁴⁶, encontramos uma postagem no site do CMI sobre a presença de policiais disfarçados, que acompanharam todo o trajeto da manifestação e fizeram perguntas, filmagens, disfarçando-se de jornalistas. Um membro do MPL-SP conseguiu tirar várias fotos destes policiais e as incluiu na postagem realizada.

Em 2010, após três anos do último aumento, há novamente uma elevação do preço das passagens. A medida passa a valer já na primeira semana do ano. O MPL-SP convida indivíduos e organizações de movimentos sociais a se juntarem na luta contra o aumento, resultando daí a Rede de Luta Contra o Aumento, que, como é apresentado no blog de divulgação da mobilização, funciona como uma rede de indivíduos e coletivos que querem barrar o aumento. Assim, a Rede é uma organização informal, uma reunião de várias organizações e indivíduos independentes, sendo que na prática a organização mais estruturada e atuante a compor a rede foi o próprio MPL-SP.

A primeira ação do MPL-SP foi divulgar um panfleto contestando o aumento concedido pelo prefeito Kassab. Os pontos principais do panfleto são:

- Aumento em período de férias para evitar mobilização;
- 2ª passagem mais cara do Brasil;
- Se o transporte é um direito não pode ser lucro empresarial;
- Crítica das políticas públicas de transporte

⁴⁶ Disponível em: <http://tarifazero.org/2010/02/18/relembrar-e-viver-ato-do-mpl-sao-paulo-no-dia-nacional-de-luta-pelo-passe-livre-em-2005/>. Acesso em: 04/07/2016

- O conjunto da população pode e vai barrar este aumento.

A partir deste momento, a Rede planeja uma série de atividades, com manifestações de rua, audiência pública, debates, reuniões para organizar a mobilização para barrar o aumento. A primeira postagem da Rede é de 03/01/2010 e a última postagem data do dia 25/03/2010, consistindo, portanto, três meses de intensa mobilização. O panfleto foi a primeira atividade, já a segunda foi uma manifestação de rua, no dia 07/01, e a terceira, uma reunião da Rede, no dia 10/01, indicando a seguinte dinâmica de condução: panfletagem como atividade de propaganda apresentando insatisfação e objetivo a alcançar; atividades diversas para alcançar o objetivo; e organização interna ao grupo em movimento, podendo ser organizações formais e informais.

Ainda que vários dias tenham se passado desde o aumento, nenhuma outra organização ou manifestação espontânea ocorreu para contestar a medida do governo. Houve uma manifestação planejada pela Rede, que saiu em passeata e interrompeu o trânsito do centro da cidade, na busca de entrar no terminal sem pagar passagem, com todos os participantes da manifestação. Com esta manifestação, houve o rompimento do conformismo dominante, presente na maior parte dos passageiros. A manifestação do dia 07/01/2010 foi organizada pela Rede e contou com a presença de algumas centenas de participantes. Em seu blog há um relato que utilizamos como base (este relato também foi publicado no site do CMI).

No dia da primeira manifestação contra o aumento das passagens houve uma forte repressão policial, no momento em que a passeata da manifestação tentou entrar no Terminal D. Pedro (maior terminal de ônibus da América Latina). Na postagem, a Rede afirma que cerca de 800 manifestantes estavam presentes no protesto contra o reajuste de R\$ 2,30 para R\$ 2,70. Segundo o texto da Rede,

A manifestação dessa tarde foi marcada por uma grande festa, com vários faixas, cartazes, apitos e fogos – um verdadeiro Carnaval de Rua contra o aumento das passagens e por um transporte público de verdade.

A manifestação concentrou-se em frente ao Teatro Municipal e seguiu pelas ruas do centro, com palavras de ordem, cartazes, chamando a população para participar. Apesar de seu caráter pacífico, quando a manifestação tentou entrar no Terminal D. Pedro, ela foi intensamente rechaçada pela polícia militar que acompanhava a manifestação.

A repressão da Polícia Militar também se fez presente. **Policiais utilizaram bombas, balas de borracha e spray de pimenta para atacar a população** que protestava nas imediações do Terminal Parque Dom Pedro.

Grupos de pessoas que já deixavam o protesto e aguardavam em pontos de ônibus também foram atacados. Pessoas que nem participavam diretamente da manifestação – como os comerciantes locais e pedestres – **foram reprimidas e espancadas.**

Moradores de rua foram presos e levados pelos carros da polícia – mas não foram encontrados nas delegacias para onde manifestantes estão nesse instante (negritos do original).

Alvo da repressão seletiva do Estado, as manifestações da Rede (e também do MPL-SP em outros momentos de sua história) foram regularmente negligenciadas pelas autoridades governamentais e contidas pelas autoridades militares, pelo aparato de repressão do Estado. Sabemos, contudo, que nem todas as manifestações são reprimidas pelo Estado – nem mesmo todas do MPL-SP, mas apenas algumas. Nesse sentido, realizamos o seguinte questionamento: o que faz uma manifestação ser reprimida? Se observamos somente a dinâmica dos acontecimentos, a primeira manifestação foi reprimida após uma tentativa de entrada em massa no Terminal D. Pedro, o que pode ser uma justificativa para a repressão. Já na segunda manifestação uma das maiores faixas dos manifestantes estava com a seguinte frase: “2,70 não dá, pule a catraca já!” – esta frase não poderia ser interpretada como uma apologia ao crime, por defender o não pagamento de uma mercadoria? O fato de as manifestações seguintes não terem sido reprimidas, mesmo com algum aspecto isolado que pudesse ser utilizado como pretexto para a repressão, aponta para a ação dúbia do Estado Constitucional, isto é, aquela forma de Estado com garantias constitucionais, que ora reprime e ora insere tais organizações em seus instrumentos institucionais, tal como a participação da Rede em Audiências Públicas.

Também é verdade que a variedade de atividades que o MPL-SP organiza vai ao encontro do conflito aberto ou do conflito moderado: bloqueio de avenidas; “escrachos”, isto é, atividades de desagravo contra uma pessoa; “catracaços”; colagens e pichações; etc. Tais ações são feitas pelas mesmas pessoas que debatem em audiências públicas, se reúnem com representantes do governo e do judiciário, dão entrevistas para os meios de comunicação, publicam artigos de opinião, e fazem pesquisas sobre o sistema de transporte.

Figura 2 - 1ª Manifestação Contra o Aumento das Passagens em 2010.



Fonte: Acervo Histórico [Portal do MPL-SP, 2018]

Para se pensar a ação violenta do Estado em relação à Rede, mais especificamente em relação ao MPL-SP, uma afirmação da organização é importante para se considerar o motor dessa relação: o vínculo políticos e empresários do setor de transporte. A ação da polícia reflete a força da relação entre esses dois grupos. Ao passo que nos canais institucionais os governantes esvaziam seu campo de ação, como ocorreu com as audiências públicas em que o MPL-SP participou. Qual força política de algumas centenas ou poucos milhares de pessoas por um dia na rua?

Na imagem seguinte, a clareza da repressão à organização, o manifestante pacífico, com um latão pendurado no ombro para acompanhar músicas e palavras de ordem, e com as mãos levantadas, é alvo certo do spray de pimenta; pessoas ao redor se viram em sinal de proteção, e, de todos na cena, o policial é o único a representar um real ato de violência.

Figura 3 1ª Manifestação Contra o Aumento das Passagens em 2010.



Fonte: Acervo Histórico [SITE MPL-SP, 2018]

Com as atividades da Rede, houve uma série de manifestações, reuniões e oficinas para os manifestantes. Além da manifestação nos dias 07 e 14/01, que já referimos, houve os

“grandes atos”⁴⁷ nos dias 04/02, 11/02 e 25/02. E as reuniões da Rede ocorreram nos dias 10/01, 17/01, 24/01, 31/01, 07/02, 21/02, 28/02, 07/03, 25/03 e 25/04, marcando a agitação da mobilização de 2010. Como pode-se perceber, havia um intenso calendário de reuniões. Também foram realizadas oficinas de produção de materiais para as manifestações e sobre o Exército de Palhaços, embora não sabemos sobre o que este último realmente tratou.

Durante as atividades da Rede, o grupo também lançou o vídeo “E o transporte é público em São Paulo. Né?”, no qual perguntavam a opinião das pessoas sobre o transporte público de São Paulo. Todas as respostas apontaram para uma insatisfação geral com o sistema de transporte.

Outra atividade da Rede consistiu na elaboração e distribuição do panfleto “Diga não às enchentes e ao aumento”, distribuído nas três manifestações de fevereiro. Na ocasião do aumento das passagens, a cidade de São Paulo sofria com vários alagamentos, o que inclusive gerou mobilização dos atingidos pelas enchentes, a qual o MPL-SP apoiou. Neste panfleto, a Rede estabelece uma relação entre os aumentos das passagens e a mercantilização dos espaços da cidade, vinculando diversos problemas vividos pelos moradores de São Paulo devido ao vínculo entre o poder público e o poder empresarial. Assim está no panfleto: “**É que a cidade tem dono: os empresários do transporte, das empreiteiras e construtoras**, que são financiadores das campanhas dos políticos” (negritos do original).

Assim como o MPL-SP, os moradores de bairros alagados que se organizaram em manifestação também foram reprimidos, provavelmente porque, igualmente, os interesses deste grupo vão contra outros interesses consolidados⁴⁸. Em outro cartaz divulgado nas manifestações, a Rede arremata: “Transporte é direito não fonte de lucro para o empresário”.

Outra atividade organizada pela Rede foi o Debate de formação da Rede contra o aumento, que refletiu sobre a conjuntura nacional, movimentos sociais, transporte público e Tarifa Zero. O primeiro tema teve como debatedor Gilmar Mauro, da coordenação nacional do MST, e o segundo tema foi discutido por Lúcio Gregori, ex-secretário de Transporte na gestão de Luísa Erundina na prefeitura de São Paulo. Segundo a Rede, o objetivo da atividade de formação era o de tornar pública a luta e aprofundar a discussão de questões mais amplas relacionadas ao sistema de transporte. Este foi um momento de formulação de ideias, e que no

⁴⁷ Além destes atos que ocorriam no centro da cidade, houve atos menores nos bairros em regiões onde o MPL-SP tinha trabalho de base em escola.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>. Acesso em: 04/07/2016

seu conjunto apontou para a relação entre transporte público e o conjunto dos problemas sociais na cidade de São Paulo.

No primeiro dia de março a Rede foi participar de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para debater a questão do aumento das passagens. Inclusive a Rede convida os seus apoiadores a participarem da audiência. Na verdade, a audiência pública fora uma iniciativa da Rede “em conjunto com o mandato do Deputado Estadual Carlos Gianazzi – que manifestou seu apoio às reivindicações e propostas da Rede por meio de uma saudação inicial”. No blog da Rede foi postado o relato sobre esta atividade.

Segundo o relato, os principais convidados, o secretário municipal e o estadual de transportes, não compareceram; eles deveriam fazer a “prestação de contas e esclarecimento público das secretarias sobre as motivações do aumento das tarifas dos ônibus municipais e intermunicipais, trens e metros de São Paulo”. Os membros da Rede que participaram do debate destacaram que a ausência dos secretários representa o descaso e esvaziamento dos espaços institucionais para o debate sobre uma questão de tamanha importância para a população. Os membros da Rede também apresentaram na audiência pública a lista de reivindicações da Rede:

contra o aumento dos transportes públicos em São Paulo; o custeamento indireto dos transportes coletivos (rumo a um transporte verdadeiramente público); a gestão pública dos transportes; e o combate ao transporte individual.

A audiência deu continuidade com a exposição das ideias de Lúcio Gregori sobre o sistema de transporte e mobilidade urbana como direitos fundamentais da população, ressaltando a necessidade de alterar a “lógica de circulação da cidade”, deixando de atender os “interesses exclusivos dos lucros dos empresários”.

Certamente quando aconteceu a audiência pública, no começo de março, as atividades da Rede já estavam desgastadas pelo excesso de atividades e nenhum objetivo alcançado, sendo que aos poucos suas atividades foram se esvaziando. As últimas atividades que encontramos foi a colagem de cartazes pela cidade, um debate realizado na USP sobre “Mídia e Cultura do automóvel”, e uma festa para arrecadar fundos para as atividades da Rede.

O aumento não foi revogado e a mobilização agitada pelo MPL-SP não teve força política sequer para evitar a ideia de um novo aumento para o ano seguinte, 2011. No site do MPL-SP⁴⁹ foi postado a cronologia da mobilização contra o aumento das passagens daquele ano, cujo início data de 05/01, com oficina de faixas e panfletagem, finalizando com uma

⁴⁹Mais exatamente no tópico “Luta contra o aumento de 2011”. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/historico/790-2/>. Acesso em 04/07/2016

manifestação na casa do prefeito Kassab, no dia 08/04 – ou seja, três meses depois, mais ou menos o mesmo período de mobilização do ano anterior.

Na verdade, antes mesmo de ser confirmado o aumento, o MPL-SP já estava engajado em evitar uma nova alta nas tarifas das passagens:

Ainda no período da campanha eleitoral começou rumores que teria um novo aumento. A hipótese de dois aumentos na tarifa no mesmo ano fez com que as oportunidades políticas para o confronto político se ampliassem. Desta forma, o MPL São Paulo, mesmo sem a confirmação do aumento iniciou a mobilização. Em 24 de novembro o movimento realizou um protesto denominado “Ato das escolas contra o aumento” na região oeste. Na semana seguinte, o movimento realizou o “primeiro dia sem tarifa” com catração na cidade. E no dia 13 de dezembro, mais um protesto, agora na Avenida Paulista. Estes três protestos antes mesmo da confirmação do aumento prepararam a jornada que aconteceu a partir do mês de janeiro do ano seguinte (SPINA, 2016, p. 67).

Assim, a mobilização contra o aumento das passagens ganhou espaço na mobilização do MPL-SP, que fazia o trabalho de base nas escolas denunciando os aumentos e defendendo o passe livre. O destaque dado à questão dos aumentos na agenda de mobilizações do MPL-SP contrasta com a situação de que os usuários trabalhadores, notadamente os mais prejudicados pela elevação de preços, possuíam pouca voz de manifestação. O engajamento na luta contra os aumentos deve ser entendido como a expressão de interesses genéricos, isto é, da população usuária do transporte público, e não somente de interesses específicos do grupo estudantil. E a força destes interesses genéricos é perceptível pelo espaço ocupado pelas mobilizações contra o aumento. Por outro lado, esses elementos trazem a reflexão do porquê o MPL-SP nunca conseguiu barrar um aumento das passagens, nem conquistar o passe livre estudantil, fato que ocorreria tão-somente quando uma onda de manifestações massivas se espalhasse pela cidade de São Paulo em junho de 2013.

No ano de 2011 o MPL-SP repete os mesmos recursos em sua mobilização: manifestações, debates, audiência pública, panfletagens. Mas, neste ano, não foi somente o MPL-SP contestou o aumento das tarifas. Também houve uma manifestação de punks no centro de São Paulo, com uma passeata que, ao final, foi reprimida pela Polícia Militar. A diferença das manifestações organizadas pelo MPL-SP foi justamente a existência de uma organização regular e que tem sua existência definida pela questão do transporte, ao passo em que manifestação dos punks foi pontual – a unidade deste grupo existe por outros motivos, além disso, este ato foi isolado e não teve continuidade.

Na semana seguinte à panfletagem do dia do aumento das passagens, 05/01/2011, o MPL-SP organiza a primeira manifestação de rua contra os aumentos, no dia 13/01/2011. A Rede de Luta contra o Aumento não aparece mais nessa nova jornada e a organização fica exclusivamente a cargo do MPL-SP – mais um elemento que demonstra a regularidade da

organização. Nesse dia, duas mil pessoas compareceram à manifestação, e o MPL-SP distribuiu um panfleto que, em síntese, traz duas ideias principais:

- O aumento é um absurdo, evidenciando que a gestão do prefeito Kassab está voltada exclusivamente para benefício dos empresários do setor de transporte;
- A luta é pelo direito à cidade e por uma vida sem catracas.

A primeira manifestação foi finalizada pela repressão da Polícia Militar:

Caminhávamos em direção à Câmara Municipal, mas no meio do trajeto fomos duramente reprimidos pela PM, que dispersou a passeata à tiros balas de borracha e bombas de estilhaço. Manifestantes se reagruparam em lugares próximos, mas PM empreende uma perseguição aos grupos remanescentes, atacando-os ainda mais violentamente. 11 pessoas foram detidas e mais de 30 ficaram feridas.

Diferentemente da repressão do ano anterior, que ocorreu sob justificativa da proibição da entrada da manifestação no Terminal D. Pedro, neste novo episódio não havia uma justificativa, assim como informa Ninna Cappello:

“Os detidos já foram liberados”, informa ao Viomundo a estudante de Direito Nina Cappello, do Movimento Passe Livre. “Por enquanto nenhum foi indiciado, não teve nenhuma acusação específica, foi só para averiguação. Quanto aos feridos, dois fizeram boletim de ocorrência e um realizou exame de corpo de delito”⁵⁰.

Algumas manifestações do MPL-SP foram alvos de repressão preventiva, além da já habitual repressão seletiva que sofrem. Preventivamente a Polícia Militar decidiu por finalizar a manifestação, o que nos leva a pensar tanto sobre qual temor a PM tinha do que ocorresse naquele dia, quanto sobre a estratégia para desestimular a participação em novas manifestações.

Apesar da repressão ter alcançado seu objetivo, o caráter preventivo de finalizar a manifestação não logrou resultados imediatos; mas com a repercussão, na semana seguinte, na segunda manifestação no dia 20/01, o número de manifestante foi maior, pulando de dois mil para três mil e quinhentos. Na terceira manifestação, dia 27/01, foram mais de quatro mil presentes. A partir de então, houve um declínio para três mil na quarta manifestação, dia 03/02, com a mesma quantidade na quinta manifestação, dia 10/02, mas saltando novamente para cinco mil pessoas no sétimo ato, dia 24/04 – o MPL-SP explica tal aumento pela intensa repressão, depois que ativistas se acorrentaram na Prefeitura de São Paulo após uma reunião fracassada com representantes do governo municipal, no dia 17/02.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/estudante-denuncia-a-perseguaoc-da-pm-no-centro-dacidade-comecou-apos-o-fim-da-manifestacao.html>. Acesso em: 04/07/2016

A oitava manifestação declina bastante em número de presentes, variando em poucas centenas.⁵¹ Na nona manifestação, ocorrida dia 17/03, comparecerem cerca de 250 pessoas. Ao final desta manifestação, um grupo que tentou entrar na Estação Anhangabaú com a palavra de ordem “pula catraca” foi rapidamente dispersado pelos seguranças do metrô e Polícia Militar.

No dia 24/03 aconteceu a décima manifestação contra o aumento das passagens no ano de 2011. Apesar de não informado o número de participantes, acreditamos que tenha sido o mesmo da média das manifestações, ou seja, cerca de duzentas pessoas. Novamente a manifestação é reprimida pela Polícia Militar. Reproduzimos aqui um breve relato deste dia:

10º ato tem início na av. Paulista. A manifestação passa em frente à FMU, onde estudantes interrompem aulas, descem, abrem os portões à força e aderem ao ato. A passeata segue, e bloqueia completamente a av. 23 de maio. Três são detidos.

No dia 28/03 o MPL-SP organiza, juntamente com o Sindicato dos Metroviários, uma manifestação durante inauguração da Estação Butantã. No dia 30/03, há a última manifestação organizada pelo MPL-SP, que concentrou menos de duzentas pessoas na Avenida Paulista.

Além da jornada de manifestações, o MPL-SP organizou outras atividades, tais como debate sobre o transporte; participação em audiência pública; e o chamado “escracho”, realizado em duas ocasiões contra o prefeito Kassab. O primeiro “escracho” ocorreu durante inauguração da Biblioteca Mário de Andrade, no dia 25/02; e o segundo foi realizado em frente à casa do prefeito, no dia 08/04. Esta foi a última atividade da campanha contra o aumento das passagens em 2011.

O debate organizado pelo MPL-SP mencionado acima teve como tema específico o transporte público, cujo título foi: “Porque lutar por um transporte público”. Ele ocorreu no espaço anarquista Ay Carmela, localizado no centro da capital paulista, no dia 15/01. Outros debates foram organizados pelo MPL-SP, cujo tema era, no geral, a questão específica do transporte público. Em 28/04 um novo debate acontece, mas desta vez na USP, intitulado “Tarifa Zero é possível?: Mobilidade Urbana e Tarifa Zero”. Esta mesa-redonda contou com a participação de Lúcio Gregori (já citado), Chico Whitaker (um dos criadores do FSM), Mauro Zilbovicius e representantes do MPL-SP.

Na campanha pela revogação do aumento das passagens em 2011, o MPL-SP participou de duas audiências públicas em busca de pressionar as autoridades governamentais. Na primeira

⁵¹Os números de manifestantes destoam bastante, no site do jornal Rede Brasil atual falam em mil e quinhentos manifestantes (Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2011/03/em-manifestacao-menor-ativistas-destacam-apoio-da-populacao-contr-aumento-das-tarifas-de-onibus>. Acesso em: .), já no site do G1 falam em 200 (Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/03/protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-bloqueia-avenida-paulista.html>. Acesso em: .) e no site do UOL falam em cerca de quinhentas pessoas (Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/transito/protesto-contr-aumento-da-passagem-bloqueia-vias-de-sp.bcb8eb5e3abda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 04/07/2016

audiência, ocorrida dia 12/02, a organização reclamou da pouca negociação das autoridades governamentais. E em resposta à atitude do “Secretário de Transportes Marcelo Branco [que] desconversou e fez uma fala pouco convincente: ‘por trecho, a tarifa em São Paulo é uma das mais baratas do país’”, os manifestantes, em número calculado pela organização em cerca de 800, decidiram por ocupar o plenário da Assembleia Legislativa como forma de pressionar – único recurso que a organização pensou poder abrir mão naquele momento, como forma de obter nova reunião, que ficou marcada para o dia 17/02.

No dia combinado, os representantes do governo não compareceram à reunião, o que levou a uma nova ação da organização, com sete de seus militantes se acorrentando nas catracas da Prefeitura. Do lado de fora da Prefeitura, houve a formação de uma manifestação de apoio aos acorrentados. Mas, rapidamente, a Polícia Militar interveio e dispersou a concentração, prendendo um manifestante e lesionando outro. Sem força e percebendo os canais de diálogo com o governo fechado, “à noite, em assembleia, decide-se pela saída dos acorrentados”.

Diante destes acontecimentos, podemos dizer que a relação do MPL-SP com o governo de São Paulo é a de pressionar, de diferentes maneiras, pelo passe livre e pela revogação dos constantes aumentos das passagens; e por outro lado, a relação do governo paulista é a de ignorar, não negociar e reprimir a organização e as manifestações planejadas por ela. Por outro lado, o MPL-SP utiliza-se de diferentes meios/recursos para pressionar: desde a manifestação de rua, com bloqueios de avenidas, escrachos, passando por debates e reuniões com o poder público, indo até às esferas institucionais que possam regular suas demandas, seja com o poder legislativo ou o poder executivo. Assim, da manifestação de rua até a participação em audiência pública, o MPL-SP dispõe e utiliza de vários recursos para alcançar suas reivindicações. Entretanto, sua verdadeira força está em algo que ele não controla: a massificação das manifestações de rua – única forma de mobilização que garantiu ao MPL-SP abaixar as tarifas e conquistar o passe livre estudantil.

A organização sempre esteve consciente de que esta era sua força, e buscou ao longo de várias tentativas estimular manifestações em vários pontos da cidade. A ida aos bairros foi pensada juntamente como estratégia de atrair novos membros para a organização. Assim, o MPL-SP buscou se mobilizar em vários pontos da cidade:

aconteceram também protestos nos bairros, organizados por estudantes das escolas em que o movimento fazia trabalho de mobilização. Estes tinham a presença da bateria, mas eram organizados por ativistas mais novos e foi um importante espaço tanto de formação quanto de recrutamento de novos ativistas como relata um destes ativistas: “Nos atos centrais tínhamos uma única tarefa a cumprir, mas nos atos regionalizados tínhamos que pensar o protesto como um todo”. Estes atos nos bairros eram menores no número de ativistas e no impacto político, no entanto, foram importantes na aprendizagem do confronto político para estes novos ativistas e, também, eram espaços

privilegiados para – tanto ativistas mais novos quanto os demais que acompanhavam a realização destes – testarem novas performances, pois a capacidade de repressão também era menor.

Diante da história do período de consolidação do MPL-SP, podemos dizer que a mobilização desta organização foi intensa, utilizando-se de diferentes meios e recursos para mobilizar e alcançar seu objetivo. Sua forma de mobilização tinha a dinâmica de se iniciar na escola, mas logo avançando para a rua, por isso uma das palavras de ordem mais cantada nas manifestações organizadas pelo MPL-SP é “vem pra rua contra o aumento”. A organização sai da escola para a rua, e é assim que compreendemos sua forma de mobilização para o alcance de seu objetivo; mas ela também precisa fazer o caminho de retorno, pois sua base é estritamente estudantil, e é na escola onde se reforça a participação e onde há o surgimento de novos participantes das manifestações. Os novos membros da organização fazem o percurso de volta, da rua para a escola, o que garante a continuidade do MPL-SP enquanto organização mobilizadora formada por estudantes.

3.3 O MPL em junho de 2013 e o junho de 2013 no MPL.

Em vinte dias de manifestações no mês de junho de 2013 o MPL alcançou algo que não havia nem chegado perto nas mobilizações dos anos anteriores: a revogação do aumento das passagens e o direito ao passe livre estudantil. Entre os dias 06 e 20 de junho, a organização convocou manifestações de rua, até que no dia anterior (19), o prefeito Haddad anunciou juntamente com Alckmin a revogação do aumento. A última manifestação organizada pelo MPL-SP aconteceu para comemorar a revogação; a partir de então a organização decidiu por não mais convocar atos, porque uma onda conservadora tomava conta das ruas, tal como noticiou o jornal Folha de São Paulo no dia 21 de junho⁵²:

O Movimento Passe Livre anunciou hoje a suspensão de novas manifestações em São Paulo. Segundo um dos integrantes do grupo, que pleiteia tarifa zero nos transportes públicos, "grupos conservadores se infiltraram nas manifestações" e defenderam, ontem, propostas como a redução da maioria penal (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de junho de 2013).

Este é o período da história do MPL-SP que monopoliza quase toda a bibliografia de artigos e teses. Para quem gosta da narrativa do suceder dos fatos, há duas referências principais, que podem ser escolhidas como a “melhor narrativa”, de acordo com a preferência ideológica do leitor. A referência “progressista”, ou de “esquerda”, consiste no livro *Vinte centavos: a luta*

⁵² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspendenovasmanifestacoes-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 04/07/2016. Ver também: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/mpl-encerra-protestos-reforca-origem-deesquerda-e-diz-que-nao-e-antipartidario.html>. Acesso em 17/07/2016

contra o aumento, organizado pelo professor da USP Pablo Ortellado; já para quem se coloca na perspectiva “conservadora”, ou de “direita”, há a narrativa em prosa de xingamentos escrita pelo assessor do presidente Jair Bolsonaro, o “analista político” Flávio Morgenstern, com o livro *Por trás da máscara: do passe livre aos Black Blocs as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*.

Como esta pesquisa se fez sob a perspectiva da crítica materialista, temos elementos de discordância e de concordância em relação às duas obras, além de outras sobre este período. Apropriamo-nos de algumas ideias produzidas sobre aquele período a partir de uma perspectiva crítica, e, a partir disso, defendemos que durante junho de 2013 a continuidade do tipo de ação de rua do MPL-SP foi responsável pela organização ter sido ultrapassada no contexto das manifestações massivas de rua, não conseguindo contribuir para um direcionamento das mesmas de acordo com suas ideias – isto, por sua vez, é interpretado como uma expressão dos limites do autonomismo contemporâneo no Brasil⁵³.

O que aconteceu em junho de 2013? Por parte do MPL-SP houve o mesmo roteiro de atividades que faziam a vários anos: trabalho de base em escolas; manifestações de rua; panfletagem; participações em reuniões com governantes e audiências públicas; publicação de textos e artigos sobre a tarifa e o transporte em geral. A organização do MPL-SP sempre teve clareza de onde vinha sua força e qual sua inspiração: primeiramente a mobilização da base estudantil, e, em segundo lugar, a crença na autonomia, na horizontalidade e no apartidarismo⁵⁴.

Para o MPL-SP, junho de 2013 começou em novembro de 2012, no momento em que as notícias começaram a circular sobre o aumento previsto para o orçamento do ano seguinte. No dia 26 de novembro de 2012, a organização participa de audiência pública de discussão do orçamento, em que é divulgado que o governo cortará 300 milhões de subsídios, levando ao aumento da tarifa – embora o novo prefeito, Haddad, tenha dito que tentaria uma tarifa abaixo da inflação. No dia 28/11/2012 a organização faz uma manifestação alertando contra a medida de aumento das passagens. Sabemos deste ato pela participação de dois representantes do MPL-SP em entrevista ao jornal da TVT⁵⁵ (TV dos Trabalhadores, ligada ao PT). Os representantes do MPL-SP, na entrevista, informam sobre as justificativas do novo governo para o aumento, que comentamos mais acima, e um deles diz o seguinte: “se o povo for pra rua a gente consegue

⁵³ Em artigo no prelo, defendemos a ideia de que Junho de 2013 mostrou o limite da mobilização que se reduziu ao passe livre e, por outro lado, também mostrou simplificação da ideia de autonomismo (retirando os elementos que a relacionavam com o anarquismo e a transformação total da sociedade), que, por sua vez, reforçou o reducionismo passe-livrista. A simplificação do autonomismo vem justificando lutas especificistas ao invés de contribuir para fomentar lutas universalistas, que se fundam na transformação social total.

⁵⁴ Irems aprofundar sobre as principais ideias do MPL-SP na seção seguinte.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8iWtSaNV5g&t=1s>. Acesso em: 04/05/2016

impedir que isso [o aumento] aconteça”. Poucos meses depois, o MPL-SP tinha conseguido mobilizar manifestações massivas.

Na semana seguinte, dia 02/12/2012 o MPL-SP organiza a “atividade aberta” (uma espécie de debate) cujo tema foi “Por que lutar pelo transporte público?”, para “discutir sobre como o sistema de transporte está organizado hoje” e “para conhecer o passe livre e um pouco mais sobre as lutas por transporte público nas cidades brasileiras”. No cartaz, há várias imagens de manifestações pelo Brasil em diferentes épocas.

Figura 4 - Cartaz – Aula Pública “Por que lutar pelo transporte público?” 02/12/2012.



Fonte: Acervo Histórico [SITE MPL-SP, 2018].

A dinâmica de mobilização do MPL-SP se repete: trabalho de base em escola, manifestações de rua, participação de reuniões com algumas autoridades do governo. Tradicionalmente, o aumento ocorre no começo de ano, no período de férias escolar, mas, no começo do ano em 2013, o aumento foi prorrogado pelo prefeito Haddad, a pedido da presidente Dilma Rousseff, como medida para não pressionar a elevação da inflação no primeiro semestre de 2013 (ORTELLADO, 2013).

Esta foi a primeira das várias atitudes dos gestores estatais que resultaram em mais impulso para a mobilização. Com o aumento durante o calendário acadêmico, o aviso do cartaz do MPL-SP de alguns anos atrás se mostrava correto: “pensavam que iam nos pegar desprevenidos com o recesso escolar”. A mobilização contra o aumento foi conduzida em sua totalidade pela base estudantil secundarista e uma parcela bem menor de universitários. A opção

por não dialogar (gestão Alckmin), ou dialogar mantendo a posição a favor do aumento (gestão Haddad), e a repressão intensificada foram outras atitudes que contribuíram para a “massificação” dos protestos”.

Não houve grande diferença nas formas de mobilização pelo MPL-SP em 2013 em relação aos anos anteriores⁵⁶. Tendo em vista o que apresentamos acima, consideramos equivocada a análise que coloca o “ciclo de protestos de 2013” como “expressão de um novo padrão de mobilização contestatória” tendo como base as alterações trazidas pelas TICs (Tecnologias de informação e comunicação). Estas teriam se mostrado, em 2013, como um movimento articulado em torno da rápida difusão de informações e de redes de sociabilidade acentuadas nos indivíduos, tendo em vista que as TICs contribuíram para a desarticulação das organizações partidárias e sindicais, por tornar desnecessária a participação formal em organizações para efetivar mobilização (SILVA, 2014).

Os seis protestos organizados pelo MPL-SP e as outras atividades, como audiência pública, publicação de artigos, participação de debates e aulas públicas, colagens, panfletagens, eram uma repetição do padrão de mobilização adotado pelo MPL-SP. Uma diferença tática, isto é, mudança na condução da estratégia, e não na estratégia em si, foi apontada pela organização: realizar uma jornada de mobilização menor e com maior intensidade (ORTELLADO, 2013) – ao contrário das mobilizações anteriores que duraram cerca de três meses e com várias atividades. Outra diferença tática foi a de não formar uma “Frente Ampla” com outras organizações (em outros anos chamada de Campanha, Rede, Frente), geralmente formada com pequenos partidos e organizações de bairro e estudantis (que por sua vez tinham membros dos partidos pequenos, considerados de extrema-esquerda). De acordo com Ortellado (2013), segundo o MPL-SP esta tática teria dado “autonomia total” para o MPL-SP organizar e coordenar os atos (data, local, trajeto, conteúdo do panfleto, etc.) (ORTELLADO, 2013). Ou seja, as questões pontuais das atividades, sobretudo manifestações de rua, seriam decididas exclusivamente pelo MPL-SP, pois estaria “sozinho” e com sua base para as ações de rua, havendo a participação dos partidos de esquerda meramente na ação, e não na organização das manifestações.

A primeira manifestação de 06 de junho reuniu alguns milhares de manifestantes, mas em número menor que os cinco mil que participaram da segunda manifestação, no dia 07 de

⁵⁶ “Neste período de 2005 a 2012 o MPL São Paulo testou e combinou diferentes performances e formas de organização no confronto político. Desta forma o movimento vivenciou diversas interações com os detentores do poder, com a polícia, com a mídia, com outros movimentos e com o público em geral. Foi com este vasto acervo de performances, formas de organização e experiências em interações que o MPL São Paulo começou a planejar o confronto político em 2013” (PINA, 2016, p. 70).

junho. No dia 11 de junho aconteceu o terceiro ato, com quinze mil participantes, que triplicou em quantidade de pessoas. Todas essas manifestações foram finalizadas com repressão policial. No dia 13 de junho aconteceu o quarto ato, com vinte mil pessoas; já no quinto ato, que aconteceu dia 17 de junho, compareceram cem mil pessoas, reduzidas para cinquenta mil no sexto ato, dia 18 de junho de 2013 (ORTELLADO, 2103).

Em todas as manifestações o trânsito foi parado, houve panfletagens e tentativas de encontro com as autoridades governamentais. O MPL-SP foi alvo de acusações, tais como: “as manifestações trazem o caos para a cidade”, “tiram o direito de ir-e-vir do cidadão”, direcionadas pelos meios de comunicação e por seus representantes mais conhecidos.

Ao suceder de um ato para outro, os relatos de violência policial se multiplicavam e ganhavam realismo com a presença de milhares de celulares filmando as manifestações. No Youtube há centenas de vídeos que, sob diferentes ângulos, registraram a repressão: de cima dos prédios, de dentro de bares e restaurantes, calçadas, no meio das manifestações, além das filmagens dos meios de comunicação – o que deixa clara a má-fé do “conservadorismo” da narrativa de Morgenstern:

As imagens da “brutal repressão”, quando envolvem a Tropa, sempre mostram os marmanjos mais revoltadinhos diante da polícia, gritando slogans ociosos como “Sem violência!” – cometendo eles próprios grandes atos de violência –, enquanto os vândalos queimam o chão [...] Mas sobretudo nos vídeos envolvendo a Tropa de Choque, assistir apenas à cena final sem ver o filme inteiro é como ver apenas o momento em que o mocinho atira no bandido que matou toda a sua família no começo da história: os vídeos suscitam uma impressão errônea e manipulatória, ainda que de maneira inconsciente, sobre como se dava a dinâmica da violência nas manifestações (MORGENSTERN, 2015, p. 179-180).

Na primeira fase das manifestações de junho conduzida pelo MPL-SP, os meios de comunicação também exerceram seu poder através da violência “cultural” contra o MPL-SP e as manifestações. Há, por exemplo, o editorial “Retomar a Paulista” da Folha de São Paulo; o jornal Estado de São Paulo, com o “Chegou a hora do basta”; além da declaração de jornalistas, como Arnaldo Jabor que em conhecido comentário no Jornal da Globo (no começo da madrugada) disse que as manifestações eram de vândalos que não valiam vinte centavos, pessoas com raiva da cidade:

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível: ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis-molotovs, que ganham muito mal (ORTELLADO, 2013, p. 81).

O aumento das passagens no transporte contra qual o MPL-SP se organizava foi uma medida do governo municipal – gestão Haddad, que controlava os ônibus – e governo estadual,

gestão Alckmin, que controlava o trem e o metrô. Geraldo Alckmin assumiu a postura de ignorar a reivindicação do MPL-SP, colocando-se contrário ao vandalismo, e por isso sempre se manifestou somente para justificar a repressão policial. Assim, o governo estadual ignorou a demanda de revogação dos aumentos, respondendo com repressão policial, ou simplesmente fingindo não ter acontecido nada quando as manifestações passaram a ser desacreditadas por certos setores devido à intensa repressão. É possível exemplificar tal conduta quando, no dia de maior repressão policial sobre as manifestações, o governador se calou e finalizou suas atividades do dia com o seguinte comentário no Twitter: “Parabéns a toda a população de Guaratinguetá pelos 383 anos da cidade. Boa noite a todos!” (MORGENSTERN, 2015; ORTELLADO, 2013).

Provavelmente Alckmin teria ignorado e reprimido as manifestações ainda por mais algum tempo, pois conforme lembra Ortellado, citando a informação exclusiva dada pela colunista de política Mônica Bergamo, durante a reunião de Alckmin e Haddad, que decidiu pela revogação do aumento no dia 19/06, Alckmin teria dito o seguinte:

Minutos antes do anúncio de que reduziriam as tarifas de ônibus e metrô, o governador Geraldo Alckmin disse ao prefeito Fernando Haddad que, caso o petista quisesse, ele estaria disposto a resistir à pressão e a manter o preço de R\$ 3,20. “A gente aguenta firme, juntos” (ORTELLADO, 2013, p. 220).

Já o prefeito Haddad, do PT e com uma base eleitoral diferente do governador Alckmin, manteve uma postura dúbia em relação ao MPL. A partir das primeiras manifestações, ele chamou a organização para uma reunião, mas com a recusa desta e com a permanência das manifestações de rua, o prefeito passou a dar comunicados na imprensa buscando caracterizar o MPL-SP como intransigente e fechado para o diálogo (ORTELLADO, 2013). Na verdade, o MPL-SP não estava fechado para o diálogo: como vimos, a organização sempre participou de reuniões com autoridades políticas. A questão era que a reivindicação, isto é a revogação do aumento, era irredutível; nesse caso, o diálogo se daria somente para se ter um meio prático para cancelar o aumento das passagens, por isso esta foi a postura que a organização manteve durante toda a Jornada de Junho de 2013.

O prefeito buscava negociar, tendo como recursos argumentos técnicos, tal como a municipalização de imposto para ampliar o subsídio às tarifas. Com a irredutibilidade da reivindicação do MPL-SP, o prefeito encerrou a negociação e passou a fazer coro com o discurso repressivo dos principais meios de comunicação e do governo estadual (ORTELLADO, 2103).

Quando em 2013 o MPL-SP iniciou mais uma jornada de mobilização contra o aumento, já havia passado dez anos de experiências reivindicando melhorias e maior acesso ao sistema

de transporte. Nestes dez anos, desde 2003, a dinâmica das mobilizações passou por experiências diferentes: em 2003, na “Revolta do Buzu”, em Salvador, a luta contra o aumento das passagens foi conduzida pela base estudantil que, no processo de mobilização, se opôs frontalmente às entidades estudantis, realizando a mobilização diretamente pela base estudantil. Nas “Revoltas das Catracas”, em 2004 e 2005, na ilha de Florianópolis, a base estudantil mobilizada contribuiu para a emergência da Campanha pelo Passe Livre, embrião do MPL, desenvolvendo uma mobilização que tinha numa organização específica, a Campanha, o apoio e participação massiva da base. Por sua vez, em 2013, além da organização específica, o MPL-SP, da mobilização da base estudantil, há o ineditismo de uma participação em massa da população, sobretudo de jovens que nunca tinham participado dos protestos contra o transporte e que, apoiando a mobilização contra o aumento e contra a repressão policial, participaram de manifestações de rua, acrescentando novas reivindicações – em alguns momentos conflituosas em relação às reivindicações do MPL-SP.

Quando os governos recuam e revogam o aumento, o MPL-SP põe fim às manifestações. No dia 24 reúnem-se com a presidente Dilma, ainda que tenham decidido não sorrir para a presidente durante o encontro (Mayara em entrevista pessoal), e selam o fim das manifestações de rua por parte do MPL. Nos dias seguintes, as manifestações de rua vão deixando de ocorrer.

Assim, acreditamos que a novidade da mobilização do MPL-SP não está na organização, e sim na “onda de manifestações” despertadas pelo MPL-SP. De fato, a jornada contra o aumento foi uma das mais rápidas na história da organização: foram dois protestos iniciais com a média de participação de manifestantes nos atos de rua dos anos anteriores, cinco mil pessoas, nos dias 06/06 e 07/06; no dia 11/06 o número de participante salta para quinze mil, e no dia 13/06 vai a vinte mil pessoas. Todos estes atos foram intensamente reprimidos pela polícia militar, e a cada repressão mais gente participou do ato seguinte. Relação válida para os atos dos dias 17/06 e 18/06, manifestações com cem mil e cinquenta mil pessoas, respectivamente. Conquistado a revogação do aumento, o MPL-SP, em acordo com o governo federal e prefeitura, deixou de organizar manifestações de rua.

3.4 O ideário do MPL-SP

Neste tópico vamos apresentar o conjunto das ideias do MPL-SP, o seu ideário. Estas ideias justificam o objetivo da organização mobilizadora, sua forma de organização e suas mobilizações. Nossa análise revela o espírito passe-livrista da organização, que conserva, secundariamente, outras ideias.

As ideias do MPL foram produzidas sob um espírito de reivindicação estudantil e marcadas por uma dualidade inicial que aos poucos cedeu espaço para a unidade de ideias dentro da organização. Vejamos a seguinte frase final de chamado para o Primeiro Encontro pelo Passe Livre, em julho de 2004, na cidade de Florianópolis:

Dentro dessa reivindicação legítima e incontestável repousa a chave das correntes, da gaiola que nos tange a liberdade, da porta de uma nova sociedade, onde possamos passar livres não apenas nas catracas de ônibus, mas nas catracas da vida.

Uma reivindicação grupal, inserida no “Manifesto aos estudantes do Brasil Por um Encontro Nacional pelo Passe Livre”, é compreendida no aspecto mais amplo, de chegar na “porta de uma nova sociedade”. As catracas de ônibus simbolizam as catracas da vida, necessitando, portanto, passar livres nas catracas. Ao nos depararmos com a evolução histórica das ideias do MPL, percebemos a mudança dentro da estrutura global de justificativa do passe livre, em que há um trânsito da justificativa da reivindicação para ir “além do capitalismo”, e para a justificativa da mobilidade urbana, do “direito à cidade”.

Em que pese a presença de correntes políticas dentro do MPL⁵⁷, as ideias que foram objeto desta pesquisa foram todas elaboradas e publicadas como ideias consensuais da organização: “as decisões do movimento são construídas na busca pelo consenso através da livre e ampla discussão” (Carta de Princípios). Nas “Resoluções Consensuais” do Encontro de 2004 lemos que “1. Não existe saída para a classe trabalhadora e para a juventude que não passa pela Revolução”.

Já a Cartilha da Campanha Tarifa Zero, de 2011, diz o seguinte: “a Tarifa Zero mudaria tudo na cidade!”. Já adiantamos anteriormente, e agora trata-se de expor o processo em que o MPL, enfatizando na organização em São Paulo, vai elaborando a concepção que chamamos de “passe-livrista” a respeito da sociedade.

De fato, o MPL, em suas origens, havia definido um modelo de organização que está em sua Carta de Princípios:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. (Carta de Princípios).

E os objetivos de médio e longo prazo:

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pelo passe-livre estudantil não tem um fim em si mesma [...] Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os

⁵⁷ O que variava bastante em cada localidade. Em Florianópolis, por exemplo, havia a presença da JRI, que teve origem no PT; em São Paulo, havia a presença da juventude do PSTU e de anarquistas; e em Brasília havia a participação quase exclusiva de anarquistas e autonomistas.

limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente (Carta de Princípios).

Com a Carta de Princípio, a organização se expressava afirmando um modelo de organização e objetivos que estariam, segundo a própria organização, alinhados com pontos essenciais do anarquismo, do autonomismo e dos denominados princípios libertários. Esta junção de ideias em comum levou a diversos analistas, ao longo do tempo, a entenderem o MPL através de seu próprio discurso, daquilo que eles próprios dizem – e isto aqui reside um procedimento metodológico problemático. Isso porque estes analistas acabam não relacionando o que é dito com o que é feito, bem como se esquecem que o que é feito só o é feito sob determinadas condições.

Assim, há um aspecto importante das ideias do MPL em geral, e do MPL-SP em específico, que não foi esclarecido na ordem do dia como deveria ter ocorrido. Na mesma Carta de Princípios se lê o seguinte a respeito da luta pelo passe livre:

Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários).

Na origem do MPL se expressavam duas formas de compreender a questão do transporte: de um lado, reivindicar para ir além e formar parte do processo revolucionário, e, por outro lado, contribuir para transformar a atual concepção sobre transporte, inserindo-o na lógica do público, gratuito e de qualidade (e fora da iniciativa privada).

Ao longo dos Encontros Nacionais do Movimento Passe Livre (que ocorreram em 2005, 2006, 2007 e um último em 2013) e nos seus documentos lançados, o debate buscou articular o objetivo do passe livre e a geração de condições para transformar a totalidade da sociedade. Assim, encontramos as seguintes “resoluções consensuais”:

- “Para a juventude independente que se reúne hoje no Encontro Nacional pelo Passe Livre, o que está colocado é ampliar a luta pelas reivindicações, disseminando no seio da juventude a ideia da luta revolucionária como única alternativa, contribuindo na construção de uma geração de quadros revolucionários, e na criação de um grande movimento social capaz de abrir caminho para a Revolução” (1º Encontro, Julho/2004);
- **ELEIÇÃO É FARSA, VOTO É ILUSÃO, VIVA A REVOLUÇÃO!** Frase que unifica a Campanha Nacional pelo Passe Livre sobre as eleições (1º Encontro, Julho/2004);
- O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização,

colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente (Carta de Princípios);

- O movimento não tem fim em si mesmo, é um meio para a construção de uma outra sociedade (2º Encontro, Julho/2005);
- O engajamento na luta por uma nova concepção de sociedade, não capitalista, sem opressão e exploração (2º Encontro, Julho/2005);
- O passe livre não é um fim em si mesmo, mas parte de uma nova concepção de sociedade (2º Encontro, Julho/2005);
- A luta pelo passe-livre também deve ser anti-capitalista (2º Encontro, Julho/2005);
- O MPL é um dos atores da luta de classes, posicionado ao lado dos interesses das classes trabalhadoras, e fortemente guiado por esse sentido de classe (2º Encontro, Julho/2005);
- O norte final da nossa atuação deverá ser construído a partir de pautas que envolvam um amplo conjunto de transformações em diferentes estruturas. A perspectiva é avançar rumo à concreta autogestão social dos transportes e da sociedade. Para que alcancemos esse objetivo de longo prazo, com possibilidade de intervenção direta de todos e todas agentes envolvidos no processo da organização dos transportes desde sua raiz, precisamos, necessariamente, de uma ruptura com as estruturas sociais vigentes. A perspectiva de longo prazo é, então, revolucionária. (3º Encontro, Julho/2006).

A partir das afirmações anteriores do MPL, com base em seu próprio discurso, estudiosos e mesmo análises de outras organizações, ao longo de vários anos, reafirmaram a identidade deste movimento com o autonomismo:

Pela própria trajetória de luta do movimento, defini como foco da pesquisa a forma como o movimento concilia a sua perspectiva autonomista de negação ao sistema capitalista e às formas tradicionais de organização política com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Ou seja, de que maneira lida com o dilema entre identidade e estratégia (BRITO, 2009, p. 43).

Ou com o “campo libertário”:

Entendemos o Passe Livre como parte do que chamamos de campo libertário, o que se expressa em seus princípios. Federalismo, horizontalidade a autogestão social são algumas das bases deste coletivo que subverte as regras do jogo político autoritário e neoliberal, bebendo da fonte da tradição libertária e organizada, mesmo sendo um movimento mais aberto em relação a outros que tem uma estrutura mais dura (Coletivo Anarquista Núcleo Negra, 2017,s/p).

Ou a identificação simultânea com as ideias libertárias e autonomistas:

O Passe Livre no transporte coletivo, a partir de 2004, e especificamente o Movimento Passe Livre (MPL) a partir de 2005, se tornaram um atrativo campo de atuação política de uma juventude libertária e autonomista em diversas cidades brasileiras. Continuando

em nota sobre o significado de juventude libertária e autonomista: Por “juventude libertária e autonomista” entendemos uma juventude que possui afinidades ideológicas ou práticas com o anticapitalismo e antiestatismo que caracterizaram o anarquismo histórico e/ou que possuem uma prática política autonomista, no sentido dado à autonomia por Castoriadis (1982): a regulação ou legislação por si mesmo, em oposição à heteronomia, a legislação e a regulação pelo outro; em suma, autonomia seria a capacidade de autogoverno (Liberato, 2006 apud Sousa, 2007, p. 84) (PONTE SOUZA, 2014, p. 138).

E também teve quem concluiu haver clara hegemonia anarquista no MPL-SP. Em observação feita sobre o segundo encontro em Campinas, no ano de 2005, Leo Vinícius afirma:

No Encontro de Campinas ficou nítida uma hegemonia anarquista, menos pela grande quantidade de anarquistas entre os militantes presentes do que pelos princípios e formas organizativas caras aos libertários, e tradicionalmente defendidas por eles, serem as de melhor aceitação e receptividade pelos jovens presentes como um todo, por refletir a vontade, o espírito e as próprias práticas desses jovens localmente (LIBERATO, 2006, p. 231).

E ainda houve quem apontasse uma espécie de resgate e reunião de radicais da esquerda de épocas passadas, sobre uma “base” na “genealogia política libertária”:

O MPL adota uma perspectiva construída com base numa genealogia política libertária, que bebe no anarquismo do século XIX, no marxismo heterodoxo do início do século XX, nos movimentos contraculturais dos anos de 1960; nos movimentos autonomistas dos anos de 1970 e 1980, na Itália e Alemanha (surgidos, estes últimos, do movimento estudantil radical e apartidário, também denominado extraparlamentar, na tradição alemã); no zapatismo e nos movimentos anti/alterglobalização (SARAIVA, 2010, 44).

Para nós, todas estas definições são problemáticas, tanto as análises acadêmicas, quanto as análises de organizações políticas, e inclusive a autodefinição dada pelo MPL (nos documentos) e por seus membros. O MPL não é uma organização de um movimento político, como o são o movimento anarquista e autonomista, e sim uma organização derivada de um movimento social, mais especificamente do movimento estudantil. Efetivamente, as origens de suas ideias políticas anarquistas, autonomistas, libertárias, conselhistas, tiveram importância para estruturar a organização, mas ao definir o passe-livre como objetivo fundamental, elas foram secundarizadas, e, assim, a organização abandona as ideias iniciais que lhe moveram.

Além da distinção entre movimento político e movimento social se faz necessário compreender a distinção entre os vários tipos de movimentos sociais (situacionais, culturais ou biológicos), e ter a noção de que o MPL é produto da mobilização estudantil pelo passe livre – o MPL é uma organização que foi constituída ao longo dos anos para atingir esse objetivo. Quanto mais este objetivo se tornou claro, mais as ideias da organização foram se transformando, inovando e consolidando o que aqui chamaremos de concepção “passelivrista” da sociedade.

Na concepção “passelivrista” o MPL concebe o mundo do ponto de vista da catraca, por isso o objetivo é o de “libertar a vida das catracas”, e de garantir o “direito à cidade”. As forças que atuaram para a criação do MPL pensavam que a luta pelo passe livre estava relacionada com o objetivo maior de transformar a sociedade, daí a afirmação, “a luta pelo passe livre não pode ser um fim em si mesma” – esse era o pensamento de uma orientação política que contribuiu para a criação e consolidação do MPL desde o ano de 2004. Porém, na criação do MPL enquanto organização específica sobre tal reivindicação estava o germe de algo novo e diferente no contexto da sociedade brasileira dos anos 2000. Como uma organização específica pelo passe livre estudantil, ao consolidar-se como tal, o MPL tinha de necessariamente secundarizar e, por fim, abandonar os ideais presentes numa das correntes impulsionadora de sua criação, a autonomista, libertária, anarquista, etc. O abandono concreto da perspectiva “revolucionária” se materializou em 2013, com escolhas que reforçaram os limites da atuação do MPL como uma organização independente que busca o passe livre estudantil ou universal. O abandono ideal ainda não se efetivou, pois discursivamente o MPL ainda defende a transformação revolucionária, tal como consta na Carta de Princípios, revisada em fins de 2013, mas mantendo o grosso das ideias que animaram a criação da organização em 2005.

Desde o ano de 2005, o MPL-SP atuou em escolas da capital seguindo as diretrizes do documento Atividade Geradora do MPL-SP nas escolas. O texto foi elaborado por uma comissão específica para este fim, que, ao final, foi aceito por reunião geral da organização. O texto é um muito parecido com um plano de aula planejado pelos professores, dividido em vários tempos até atingir o limite de quarenta e cinco minutos, uma aula de Ensino Médio. A atividade ocorria nas escolas depois de solicitada autorização da direção, em documento descrevendo a atividade, e com a disposição de algum professor de liberar sua aula – geralmente isso ocorria com um professor que já tinha tido algum tipo de contato com o MPL-SP.

Os membros do MPL-SP que passavam nas escolas tinham de apresentar a organização, passar lista de contato, um vídeo de até dez minutos, realizar a discussão, entregar panfleto, sublinhar nome dos mais interessados e marcar um novo encontro para depois das aulas, tudo em quarenta e cinco minutos. A parte principal da atividade tinha como objetivo, em até quinze minutos, elaborar um mapa da cidade a partir das necessidades cotidianas dos alunos (escola, casa, hospital, cinema, trabalho, etc.) e refletir sobre a presença das catracas: “o momento mais importante desta dinâmica é mostrar como o transporte (‘ÔNIBUS’) liga todas essas atividades”. Com a dinâmica do mapa, a atividade geradora pretende levar a uma reflexão sobre a ideia de “público”:

A conclusão fundamental aqui é de que só existe educação pública de verdade se o transporte for público de verdade. Só existe saúde pública de fato se o transporte for público de fato. E só existe transporte público de verdade se não houver exclusão social, se todas as pessoas tiverem acesso a ele.

A base estudantil do MPL-SP sempre foi considerada por todos os analistas, e mesmo pelos membros da organização. Contudo, nenhum pesquisador se preocupou em verificar a relação do MPL com sua base estudantil, a dinâmica do grupo social de base do MPL. Tal dificuldade se dá devido à dinâmica das novas organizações estudantis, que relacionam os interesses grupais com os interesses de classe (e raramente atuam instituições do espaço escolar), e por isso não se constituem como entidades estudantis (C.A., DCE, entidades estaduais e nacional, etc.) ou grupos expressamente estudantis. O MPL foi definido como “movimento juvenil” por seus principais analistas (LIBERATO, 2006; SOUZA, 2014; SARAIVA, 2010) – o que, pela generalidade do termo, mais facilmente encaixa com a percepção dessa organização como autonomista, libertária, anarquista; assim, são jovens autonomistas.

Para se fazer ouvido por sua base estudantil, o MPL passou a enfatizar o passe livre como determinante do acesso à escola e encontrou um meio estudantil receptivo, reforçado pelo resgate de ideias anarquistas que vinha sendo feitos por estudantes, muitos deles adeptos da contracultura (LIBERATO, 2006). Aliás, fator crucial para a formação do MPL (nacional e de São Paulo) foi a existência da orientação autonomista, anarquista, libertária, que, atuando conjuntamente, deram à organização sua forma e suas ideias mais genéricas (autonomismo, horizontalidade, apartidarismo, etc.). Na criação do MPL-SP há estes jovens que entendem que suas concepções políticas podem se materializar através da luta pelo passe livre, por isso essa tendência política é a principal força mobilizada no MPL-SP e que teve participação crucial na criação e consolidação da organização, sendo secundarizada somente com a vitória da perspectiva passelivrista.

Um exemplo que revela a ênfase ao passe livre, em detrimento dos objetivos a longo prazo (somar-se aos movimentos revolucionários, ultrapassar o capitalismo), é a aproximação do MPL-SP com o ex-secretário de Transporte, durante a gestão da petista Luiza Erundina, Lucio Gregori. O projeto de Tarifa Zero defendido pelo MPL-SP é o mesmo que o elaborado pelo ex-secretário, baseado na municipalização dos impostos e gestão popular do sistema de transporte. Em diversas atividades de formação do MPL-SP, Lúcio Gregori foi o convidado, e suas ideias foram divulgadas em vários materiais de formação da organização. Inclusive na Cartilha da campanha do Tarifa Zero realizada pelo MPL-SP, em que encontramos as seguintes ideias.

Na Cartilha da Campanha Tarifa Zero uma das primeiras frases em destaque é a seguinte: “uma cidade só pode existir pra quem pode se movimentar por ela”, e a última frase, uma das principais “palavras de ordem” do MPL-SP: “por uma vida sem catracas!”. O transporte é apresentado como fundamental para ter acesso a direitos, para circular pela cidade e acessar os “seus equipamentos de muitos tipos”: culturais, saúde e lazer, que ao lado da moradia e alimentação dignas são direitos fundamentais.

A concepção passelivrista é novamente sintetizada e reforçada no seguinte trecho da Cartilha Campanha Tarifa Zero:

A catraca que exclui as pessoas não está só no ônibus. A cidade está cheia de catracas, muitas delas invisíveis, que separam as pessoas da saúde, da educação, do esporte, do lazer, dos bairros vizinhos, do Centro. Toda a vez que vamos a algum lugar, esbarramos neste obstáculo concreto: a tarifa; sem falar nas dificuldades de locomoção devido à falta de linhas e dos ônibus lotados, o que isola cada vez mais grande parte da população nas periferias da cidade. Por isso lutar por um transporte verdadeiramente acessível, sem tarifa, é também lutar pelo direito à cidade.

E arremata: a “Tarifa Zero mudaria tudo na cidade”. Do universalismo inicial ao especificismo atual, o MPL-SP forma sua concepção de sociedade baseada no domínio da catraca e, a este domínio, ele generaliza sua concepção da sociedade.

Ao passo que no campo das ideias o MPL-SP foi fundado e consolidado sob o vínculo da luta contra as passagens com a busca de transformação na sociedade. Nas suas ações e nas ideias que esboçaram ao longo da trajetória da organização, a concepção passe-livrista ganhou corpo e forma, tendo no projeto do “Tarifa Zero” a sua maior expressão. Nos jornais “Passe” e na “Cartilha do Tarifa Zero”, elaborados pelo MPL-SP entre os anos de 2008 e 2011, a concepção passe-livrista é desenvolvida.

A consolidação da mobilização específica pelo passe livre se justificou, também, pela articulação deste objetivo com outros objetivos, tal como o Jornal Passe, 1ª edição, apresenta:

No entanto, mais do que isso, acreditamos que somente com a articulação entre os diversos movimentos sociais urbanos e rurais, a luta conjunta e no apoio mútuo, é que conseguiremos obter o que reivindicamos: Transporte, Moradia, Renda, Educação. Reforma Agrária e Urbana.

Mas marcar o vínculo das “várias lutas” justificou a afirmação de uma luta específica, o transporte como acesso a outros direitos. A legitimação do fim das passagens foi feita através da elaboração de um conjunto de ideias que justificavam tal mobilização. E como se tratava de um objetivo específico, as ideias que surgem são específicas para este objetivo, substituindo, assim, a configuração inicial de objetivos e reivindicações generalistas para uma configuração baseada em um objetivo fundamental, o passe livre.

A apresentação do número 1 do jornal Passe diz:

Esta é uma publicação feita pelas pessoas que se reúnem no movimento passe livre, que defendem um TRANSPORTE PÚBLICO DE VERDADE: gratuito, de qualidade e fora da iniciativa privada, o movimento passe livre se organiza de forma horizontal (sem hierarquias, sem lideranças) e não tem ligação com nenhum partido político.

O transporte livre é o objetivo fundamental do MPL – primeiramente pensado somente para estudantes, mas num segundo momento o objetivo foi ampliado para transporte gratuito para todos. O objetivo real vem acompanhado de outros objetivos que se declaram: alcançar outros direitos, interferir na cidade, etc. Inclusive a forma de organização passa a ser entendida como um objetivo: a horizontalidade, a autonomia. Assim, o conjunto das ideias do MPL orbita em torno do objetivo fundamental de desmercantilizar o transporte e do objetivo declarado de ir além da questão do transporte.

Mas existem diferenças no significado do que seja “ir além”, desde se opor ao transporte como mercadoria. No jornal Passe (1ª edição), a proposta alternativa, a reivindicação que exige o fim do atual sistema de transporte é a de municipalização dos transportes:

Nossa proposta é que o poder público assuma para si, retirando do âmbito privado das empresas de ônibus, o planejamento e a execução da gestão dos transportes coletivos [...] Somente uma gestão pública dos transportes, com a efetiva participação da população que está diretamente ligada ao transporte (usuários e trabalhadores) garantirá um transporte público voltado aos interesses coletivos.

Como vimos na Carta de Princípios do MPL, o passe livre não deve ser um fim em si mesmo, mas sim construído com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo e somar o MPL aos movimentos revolucionários. E, neste momento, surgem as ideias de controle público, expropriação

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente.

Porém, o que possibilitou que a municipalização do transporte fosse expressada como reivindicação do MPLSP foi essa outra tendência que existiu nas origens do MPL, tal como expressa em outro trecho da Carta de Princípios da organização:

Da mesma forma, a luta pelo passe-livre estudantil não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários).

E é como continuidade desta tendência que se compreende as ideias expostas no jornal Passe e na Cartilha da Campanha Tarifa Zero. Ao transitar da concepção de vínculo entre passe livre e transformação social (expressa nos documentos criadores da organização) para a

concepção passelivrista, novas ideologias vão sendo incorporadas: sociedade do automóvel, mobilidade urbana, direito à cidade, transporte como direito.

Nos jornais *Passe*, a proposta do passe livre é enfatizada como um direito fundamental, uma necessidade da população e a mobilidade urbana como o projeto a ser alcançado para superar a crise do setor de transporte, que enquanto mercadoria só pode beneficiar os donos das empresas de ônibus e políticos que têm suas campanhas eleitorais financiadas. A municipalização é garantida através do controle pela prefeitura, incluindo participação da população e dos trabalhadores do setor, sendo o sistema de transporte financiado por impostos progressivos sobre determinados grupos.

O MPL-SP se define então como um movimento que luta por uma política pública, tal como aparece no *Passe*, 2ª edição:

O MPL luta, inicialmente, por uma política pública, o passe livre universal. Acreditamos que o transporte é um direito (não uma mercadoria) e que a prefeitura deve dedicar uma parte do seu planejamento e de seu orçamento para custear totalmente o transporte. Da mesma forma que como a prefeitura consegue investir R\$ 233 milhões em uma única ponte para automóveis no novo centro econômico da cidade, ela pode investir milhões no transporte coletivo, beneficiando o conjunto da população.

Sendo, portanto, representado em seus textos como um “movimento social do transporte coletivo” (*Passe*, 3ª Edição) que questiona o excesso de carros e a desigualdade social, contribuir para que “São Paulo tenha cada vez menos carros e cada vez mais justiça social”, e para que os ricos paguem pelo transporte coletivo: “pagará mais quem tiver mais, menos quem tiver menos, e quem não tiver dinheiro não irá pagar”.

Para este objetivo (a gratuidade universal do transporte), o MPL-SP pretende contribuir, desde a sua perspectiva da organização, para o “Plano de Circulação Viária e de Transporte”, organizado pela Prefeitura, utilizando como exemplo a cidade de Hasselt na Bélgica, que constituiu um fundo público para custear o sistema de transporte, o que aumentou em 1319% o número de passageiros (*Passe*, 3ª Edição). Desde o ponto de vista do transporte o MPL-SP elabora sua crítica pensando na “cidade em sua totalidade”:

Ainda que a ênfase do Movimento *Passe Livre* seja a gratuidade no transporte, interessamos pensar a cidade em sua totalidade. Cada medida de estímulo ao transporte individual afeta toda a mobilidade urbana e aumenta a desigualdade sócio-espacial. Não bastasse a redução irresponsável do IPI e os 400 milhões destinados à Ponte Estaiada, exclusiva para automóveis, fomos todos surpreendidos com o corte de árvores centenárias e a notícia de 1,3 bilhão de reais para ampliação da Marginal Tietê para mais automóveis. Junto com essa operação a prefeitura e o governo aproveitaram para remover do mapa toda favela que encontrarem em seu caminho, empurrando comunidades inteiras para regiões distantes e provocando maiores deslocamentos no transporte coletivo caro e precário, além de impossibilitar cada vez mais os deslocamentos ao trabalho a pé ou de bicicleta (*Passe*, 3ª Edição).

A abordagem da totalidade da cidade se dá a partir da perspectiva do passe livre, da crítica do transporte como mercadoria, do objetivo de pôr fim às catracas do transporte e, através da transformação da mobilidade urbana, pôr fim a todas as catracas da vida. Na parte final da 3ª Edição do jornal Passe, o MPL-SP deixa explícito o que estamos interpretando como concepção passelivrista desenvolvida pela organização ao longo de sua história:

O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social composto por estudantes secundaristas, universitários, trabalhadores, artistas e pesquisadores que se juntam para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Construímos um movimento independente e horizontal (sem hierarquia, sem líderes), além de não ter vinculação a nenhum partido político. Nós acreditamos que não devemos esperar por iniciativas e ações de políticos e empresários, e que somente a organização e a iniciativa popular pode gerar mudanças realmente significativas na sociedade. Acreditamos que a forma como a mobilidade é hoje ordenada faz com que as pessoas não se movimentem e atrapalha suas possibilidades de viver com mais liberdade e de se organizar: é por isso que não queremos que os ônibus tenham catracas, que impedem tanta gente de ir e vir em todas as grandes cidades do Brasil.

A catraca que o MPL repudia é também simbólica. Existem catracas invisíveis por todas as partes, limitando o acesso pleno aos espaços e serviços, limitando nossas possibilidades de conhecer, ressignificar e transformar a cidade em que vivemos. A articulação da luta por transporte gratuito com lutas antirracistas, de gênero, anti-homofóbicas e outras lutas urbanas (renda básica de cidadania, moradia, educação, saúde, cultura, reciclagem, acessibilidade, bicicletada, democratização da mídia etc.) objetiva repensar a cidade em sua totalidade. As catracas estão por toda parte: nossas críticas, proposições e lutas para combatê-las também devem estar. Discuta essas questões com seus amigos e suas amigas, com seu coletivo, na sua escola, no trabalho e com a família. Organize ações em sua região. Entre em contato com o MPL, traga suas idéias e participe! (Passe, 3ª Edição).

A questão do transporte entrelaça uma diversidade de questões, da remoção de favelas ao tipo de organização, passando pelo antirracismo e anti-homofobia. A questão específica, transporte, está em articulação com a cidade em sua totalidade. Todavia, como expusemos na trajetória da organização, especialmente nas manifestações de junho 2013, a opção da organização, sua tendência dominante, foi a de fundamentar a organização no passe livre. E o histórico de mobilizações da organização, bem como a mudança nas ideias que apontamos, confrontam-se com o discurso de articulação das lutas feito pela organização, ou seja, o objetivo em nível do discurso realizado pela organização diverge da sua trajetória prática e em evolução de ideias. Se o passe livre está articulado com outras questões sociais, uma totalidade, é porque este interfere em todos os outros, assim, a questão da tarifa “muda tudo na cidade”, isto na consciência de que determina a totalidade a partir da questão do transporte público.

Para o MPL-SP, o transporte divide a sociedade, tal como se depreende do tópico “Pra quem é o transporte?”, presente na 4ª Edição do jornal Passe:

A prefeitura discursa que o transporte coletivo está a serviço do interesse da população, afinal, quem nunca viu aquele adesivo nos ônibus “Transporte: um direito do cidadão, um dever do estado”? Quem depende todo dia de ônibus, trem e metrô em São Paulo

sabe que isso não é verdade. O transporte vive lotado, com linhas de ônibus que só nos levam aos nossos locais de trabalho – mas não servem para circular pelos bairros –, falta metrô e trem pra quase toda a periferia da cidade – enquanto os bairros ricos têm em abundância esse tipo de transporte –, e, para completar, o que gastamos diariamente com as passagens faz muita falta no final do mês – o transporte chega a ser o segundo maior gasto de uma família pobre (Passe, 4ª Edição).

O sistema de transporte é marcador de desigualdades sociais, sendo que os mais beneficiados são os patrões, que recebem a força de trabalho, enquanto os trabalhadores têm o segundo maior gasto de sua renda com o pagamento de passagens. O transporte, ainda, tem o funcionamento muito precário para outras atividades, como circular pelo bairro, participar de atividades culturais, visitar familiares, etc. As recentes melhorias no sistema de transporte aconteceram, a partir do ano de 2009, segundo o MPL-SP, por causa da Copa do Mundo. Por conseguinte, os bairros beneficiados foram aqueles já privilegiados por uma estrutura de transporte desenvolvida.

Ainda dentro da divisão da sociedade que o sistema de transporte causa, o MPL-SP surge como oposição e alternativa à crise do sistema. Ele surge para contestar tal divisão desigual do acesso ao transporte e, assim, contribuir para a transformação da cidade:

Mas, principalmente, defendemos que o transporte garanta um dos direitos mais importantes: o direito de poder se movimentar pela própria cidade, conhece-la, e ter ferramentas para transformá-la (Passe, 4ª Edição).

A “luta” do MPL-SP se dá, então, especificamente dentro do sistema de transporte, ainda que discursivamente a alusão a “outros movimentos” esteja regularmente presente. “Lutamos para que o transporte seja gerido pelos maiores interessados: trabalhadores e usuários” (Passe, 4ª Edição). A “Participação Popular” é, então, parte da diversidade de instrumentos utilizados pelo MPL-SP em sua mobilização pela gratuidade no sistema de transportes.

O MPL-SP ao longo de sua trajetória adotou os mais diversos recursos em suas mobilizações, das instituições às ruas, a organização se mobilizou em torno de projeto de lei; audiências públicas e contatos com parlamentares; e reuniões com representantes do poder executivo. Mas também manifestações de rua; ocupações relâmpagos de terminais de ônibus; bloqueio do trânsito; colagem de materiais de propaganda pelas ruas da cidade; enfim, instrumentos políticos de diferentes tipos, como uma audiência pública ou um bloqueio de trânsito, foram incorporados à mobilização.

Na primeira edição do jornal Passe a organização avisava: “Alertamos, por fim, que a construção deste projeto apenas no campo da política institucional é insuficiente. Por este motivo, os movimentos sociais e a população organizada devem criar seus próprios projetos e intervir na cidade que vivemos”. Estava acertado o campo de ação insuficiente, se considerado somente a política institucional. Logo, era uma questão de complementar, satisfazer a “luta

institucional” com a ação dos “movimentos sociais e a população organizada”. Diz assim na 2ª Edição do jornal Passe:

“AÇÃO DIRETA” Antes, durante e após as eleições nós do Movimento Passe Livre vamos continuar pressionando os governos por um transporte público, gratuito e de qualidade. Fazemos isso através de manifestações de rua, debates, mostras de vídeo e jornais como este (2).

A máxima consensual na criação do MPL “movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” foi a responsável por ter aberto o caminho pela diversidade de lutas. “Apartidário”, mas não “antipartidário” significa que a organização não tem vínculo partidário, mas não descarta a possibilidade da ação conjunta, a “ação por Frente Ampla” também descrita na Carta de Princípios, com partidos apoiadores do passe livre. E se não era antipartidário, não tinha motivo de o MPL, recusar a participação na política institucional (e especialmente a história do MPL-SP comprova isto).

Por isso, o jornal Passe, 2ª Edição, diz que: “ganhe quem ganhar queremos uma prefeitura disposta a escutar nossas necessidades e, mais que isso, que abra espaços de participação popular”. Desta forma, o MPL-SP faz uma combinação de formas de pressão aos governos, com meios e recursos distintos, por isso no âmbito do discurso a organização aponta dois objetivos: “Mas tão importante quanto lutar por políticas públicas, ou muito mais importante, é as pessoas se organizarem”. Um é o objetivo fundamental, real, que guia todas as mobilizações, a política pública de passe livre, e outro é um objetivo que justifica o primeiro, que o legitima ao relacioná-lo com a possibilidade de alcançar mudanças mais amplas, como “as pessoas se organizarem”.

Nesse sentido, a criação de um projeto de lei popular sobre a Tarifa Zero é um instrumento legítimo para o objetivo do MPL-SP. Tal elemento poderia ser objeto de críticas na época da origem do MPL, com a forte presença da tendência autonomista e anarquista. Porém, com a vitória da tendência que queria lutar especificamente pelo passe livre, a proposição de uma lei popular surgia como alternativa necessária e legítima.

Na 5ª Edição do jornal Passe a frase inicial, reproduzida a seguir, destaca o passelivismo do MPL-SP: “É a luta que transforma o transporte”. Tal frase é uma adaptação de outra, que diz “É a luta que transforma a vida”. Na adaptação feita pela organização o reducionismo da questão específica do passe livre é adotado no lugar da ideia de transformar a vida. A intenção do MPL-SP foi a de abordar a totalidade da cidade a partir da perspectiva do transporte, determinando as demais dinâmicas das relações sociais, dividindo a sociedade, ao invés de ser por ela determinada, o transporte é então a determinação da dinâmica na cidade. O

seguinte poema acompanhado de uma imagem, adotado na 5ª Edição do jornal Passe, é expressão explícita da representação que compreende o transporte como determinante da sociedade:

Figura 5 - Poema



Fonte: Jornal Passe, 5ª Edição.

Até mesmo os sentimentos são impedidos de se concretizarem devido às catracas da vida. Sentimentos não realizados, direito à cidade, mobilidade, desigualdade social (“a gente mora distante cada qual em seu inferno”) resultam do sistema de transporte, da catraca no caminho.

A partir da frase “A Tarifa Zero mudaria tudo na cidade”, se compreende toda a estrutura de ideias contidas na Cartilha da Campanha Tarifa Zero, que é a maior expressão da concepção passelivrista de sociedade elaborada pelo MPL-SP ao longo de sua trajetória.

Outras frases em destaque na Cartilha são: “São Paulo sem catracas”; “Uma cidade só existe pra quem pode se movimentar por ela”; “Pelo fim de todas as catracas”; “Toda São Paulo para todos”; “Por uma vida sem catracas”; “Sem mobilidade não se vive na cidade”; “As catracas da educação”; “As catracas da cultura e do lazer”; “Catracas da saúde”.

As imagens também estão centradas na questão do sistema de transporte e dos diferentes aspectos da vida: imagem de ônibus lotado, imagens de catracas, imagem de pessoas lendo do

ônibus, outra imagem de pessoas descontraídas e animadas dentro do ônibus (que busca remeter o leitor para a alternativa de organização do transporte), uma imagem com uma cruz de hospital e o cobrador pedindo o dinheiro da passagem, estudantes no ônibus.

Em termos de ideias, o MPL-SP efetivamente consegue submeter diferentes questões da vida moderna (“a cidade em sua totalidade”, que anteriormente apontamos) a uma questão central, o sistema de transporte. A Cartilha da Campanha Tarifa Zero foi o produto mais bem-acabado dessa perspectiva passelivrista, pois, como vimos, para o MPL-SP “A Tarifa Zero mudaria tudo na cidade”. Na Cartilha, o movimento diz quando surgiu a ideia: em 1992, na gestão de Lúcio Gregori a frente da secretaria de transporte durante o governo municipal de Luiza Erundina, do PT. Com a criação do FUMTRANS, o fundo de financiamento do transporte, o sistema teria seu próprio custeio nos impostos progressivos, e a participação popular ocorreria por meio do Conselho Municipal de Transporte.

A luta pelo transporte justifica-se por ser instrumento de conquista a outros objetivos populares, tal como diz na Cartilha da Campanha Tarifa Zero:

A luta por Tarifa Zero é fundamental para que as pessoas possam ter garantido seu acesso ao transporte público. Mais do que isso, porém, ela é fundamental porque o acesso ao transporte significa maior acesso a todos os outros direitos: a escola, o hospital, o teatro. Ela une, portanto, o conjunto das lutas sociais.

O transporte é “direito fundamental” e deste direito estão excluídas 37 milhões de pessoas que não podem pagar passagem para ter acesso aos bens da cidade:

São Paulo possui equipamentos de muitos tipos: culturais, como os museus, bibliotecas, cinemas e teatros; de saúde, como postos e hospitais; de lazer, como os parques, e de educação, como as escolas e universidades, além de espaços públicos de circulação, como praças e ruas. O acesso a esses locais compõe, ao lado da moradia digna e da alimentação de qualidade, o conjunto de elementos fundamentais para a satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento de cada indivíduo que vive na cidade. É um conjunto, portanto, de direitos sociais, que pode ser chamado de direito à cidade.

As políticas públicas, elaboradas por políticos que recebem financiamentos dos empresários do setor de transporte, estão voltadas para o transporte individual, que reforça um sistema baseado nas catracas da educação, nas catracas da cultura e do lazer e nas catracas da saúde, delimitando como principal função do transporte público a de levar os trabalhadores para os locais de trabalho. O transporte é que determina a vida.

3.5 Trajetórias militantes

Conseguimos realizar nossas entrevistas com um número representativo dos participantes do MPL-SP. Foram oito pessoas entrevistadas, com participantes que atuaram na organização em momentos diferentes: alguns participaram desde a origem e saíram; outros entraram no momento de amadurecimento da organização, entre os anos de 2006 e 2012; e há

aqueles que entraram na organização após as manifestações de junho de 2013 (um dos principais acontecimentos na história do MPL-SP). Por outro lado, o grupo de militantes entrevistados nos deu um bom quadro dos membros da organização: estudantes, participantes de movimentos culturais (como o punk), de movimentos e organizações políticas (anarquistas, marxistas, filiados a partidos políticos). Participantes que tiveram suas vidas intimamente vinculadas à organização, sendo que alguns entraram ainda no começo da juventude, e outros ficaram conhecidos na cidade de São Paulo exatamente pelo fato de militarem no MPL-SP, como no caso de Mayara, que estampou reportagens de jornais de grande circulação na cidade, e mesmo no Brasil. Entrevistamos jovens que entraram no MPL-SP em 2015, e mesmo em 2017, durante a realização desta pesquisa, como também até indivíduos que hoje são pais de família e já saíram da organização há alguns anos. Apresentamos aqui as trajetórias individuais de alguns militantes do MPL-SP.

Mayara Vivian

Mayara é a militante em atividade mais antiga da organização, participando desde a época do Comitê da Campanha pelo Passe Livre, e, inclusive, autora de algumas postagens que utilizamos na parte dedicada à história do MPL-SP. Na data da entrevista, julho de 2017, Mayara tinha 27 anos de idade, e recém-formada em geografia pela USP.

Mayara morou boa parte da sua vida no “Baixo Ipiranga”, região mais pobre do tradicional bairro de São Paulo, e disse que com o processo de especulação imobiliária sua família não conseguiu manter a moradia na região, mudando-se para o Jardim Celeste, bairro mais popular que o anterior. Filha de mãe solteira, cresceu com a mãe e avó. Sempre frequentou escola pública.

Na escola pública Mayara conheceu novas atividades que iriam lhe acompanhar por todos os anos seguintes. Primeiro, os laços com os amigos punks, o que a levou a participar ativamente de várias atividades deste movimento cultural: encontros, debates, manifestações, shows. Depois ela teve contato com o Comitê pelo Passe Livre, que conheceu através de amigos punks, com os quais passou a organizar um “núcleo” dentro da escola.

Mayara tem um amplo leque de preferências culturais, incluindo temas como taoísmo, culinária, horóscopo e política, e é uma estudante que diz ter aversão a grupo de estudos, buscando deixar clara a crítica que tem a alguns aspectos da vida acadêmica. Ao perguntar se tinha religião ou era adepta a alguma filosofia, ela disse que não. Em relação à visão política Mayara respondeu que acredita em outra sociedade, baseada na felicidade, no estudo livre e sem exploração do trabalho.

Nas últimas eleições foi mesária, mas ainda assim não votou no processo eleitoral. Ela vota nulo e diz ser contra o sistema de partidos. Entende que os partidos PT e PSDB não são iguais, pois realizam políticas neoliberais de modo diferente – o PSDB aplica medidas neoliberais clássicas e o PT, medidas neoliberais mais contidas, baseadas em um pacto de classe. Considera que o conservadorismo é uma “burrice” ou “má-fé”.

Mayara entrou com 13 anos de idade no Comitê, e desde então foi uma das militantes mais ativas na organização. Conheceu o pessoal mais velho organizado em torno do “movimento antiglobalização”, presenciou a primeira tentativa de criação de uma organização anarquista a nível nacional, a FAO, conheceu militantes de vários estados do Brasil e participou de muita atividade em torno da questão do passe livre. Aliás, foi nesta organização que teve sua primeira experiência política. Apesar de atualmente se dizer “desmotivada”, ainda permanece no MPL-SP, organização que, segundo ela, tem um forte vínculo com sua própria vida, a ponto de dizer que não sabe o que mudou no seu comportamento depois que entrou na organização. Mayara afirma: “eu era uma criança que assistia Xuxa e de repente estava no meio do rolê punk e participando do MPL-SP”. Mas diz que nesta organização aprendeu a ter responsabilidade, disciplina, “prática” política, além de conseguir diagramar textos, falar em público, ter paciência e serenidade.

Mayara é da “velha guarda” da organização. Sua trajetória no MPL-SP é simbólica da época em que eram indivíduos punks e anarquistas que tomavam a frente na construção da organização. Época em que o MPL-SP arrecadava show com festas punk, e vários punk participavam das reuniões e manifestações, faziam pichações pela cidade, oficinas sobre o “Exército de Palhaços” e “yomango⁵⁸”. Os punks diminuíram a presença na organização e mesmo Mayara diz que “já aposentou do punk, mas ainda assim continua no MPL-SP, sendo uma das pessoas mais conhecidas publicamente da organização”.

Sobre o EZLN, Mayara disse que leram “muitos materiais deles na nossa formação política” e que o MPL-SP se formou compartilhando de princípios do EZLN, e cita a frase “de cima para baixo”, como exemplo de ideia política que adotaram. Mayara, devido ao tempo na organização, nos informou que membros do MPL-SP participaram da *Escuelita*, curso de formação pedagógica oferecido pelo EZLN, e que em 2013, membros do MPL-SP estiveram no México e contribuíram com a luta dos transportes na capital mexicana, além de vários intercambistas mexicanos que passaram por São Paulo e estiveram em contato com o MPL-SP.

⁵⁸ Yomango é pegar algo no comércio e não pagar. Era uma ideia bastante difundida entre punks e militantes no começo do século XX.

Apesar de conhecer informações pontuais sobre contatos do MPL-SP com o EZLN e iniciativas com outras organizações mexicanas, as respostas de Mayara foram insuficientes para estabelecermos uma relação direta e efetiva de influência do EZLN sobre o MPL-SP, a não ser em termos de contatos esporádicos e efêmeros (a participação na *Escuelita*, os membros do MPL-SP que estiveram na mobilização contra as passagens na capital mexicana) e o seu conhecimento sobre o EZLN.

Os outros participantes mais antigos que entrevistamos foram Vitor Duarte, Tiago Calixto e André Ciola, todos ex-participantes da organização.

Vitor Duarte

Vitor participou do MPL-SP entre os anos de 2004 e 2011 como militante orgânico, e de 2011 a 2013 na “periferia do movimento”, isto é, sem muito “envolvimento”. No momento da entrevista, ocorrida em julho de 2017, Vitor tinha 31 anos, com família constituída e a alguns anos fora da organização. Enquanto Mayara nos relatou que não saberia dizer o que o MPL-SP mudou em sua vida, devido ao seu íntimo vínculo que teve desde a adolescência, Vitor nos disse que no período anterior à sua entrada na organização ele foi “mudando de opinião” devido à influência de uma amizade que tinha, o que acabou por resultar na sua entrada na organização na época do cursinho pré-vestibular.

Nascido em Pirituba, e atualmente morando na Parada Inglesa, dois bairros com melhores condições de vida, Vitor fez o curso secundarista e pretendia entrar na faculdade para fazer o curso de Direito. A mudança ocorreu durante o cursinho, momento em que abandonou o antigo projeto de curso e entrou na faculdade de História, onde se formou. Aliás, seu interesse pela leitura veio com a participação na organização, como ele disse.

Vitor se identificou como ateu e militante anarquista, quando perguntamos se tinha religião ou alguma concepção política. No MPL-SP também teve sua primeira experiência política, participando das origens da organização e conhecendo diversos membros e as atividades que eram feitas por anarquistas na metade dos anos 2000 – atividades que Mayara também participou. Também foi mesário nas últimas eleições, apesar de sempre votar nulo.

O período de militância no MPL-SP foi dividido entre a universidade, o trabalho e as atividades da organização. Vitor é funcionário do metrô desde 2008 e com base em algumas de suas falas fica perceptível que trabalhar no sistema de transporte foi consequência e reforçou sua atuação dentro do MPL-SP, apesar de já ter deixado de participar na organização. Vitor disse que durante o conflito dos anos de 2005 e 2006 entre os membros que tinham objetivos

de envolver o MPL-SP nas lutas mais genéricas e os que tinham objetivo de enfatizar na questão da gratuidade dos transportes, ele preferiu ficar com o segundo grupo, acreditando que a “Tarifa Zero iria revolucionar a vida das pessoas na cidade”, ou em outra afirmação sua: “São Paulo é enorme e o transporte público é definidor da vida”. Assim, tanto na militância, quanto no trabalho Vitor estava envolvido pela questão dos transportes.

Com as informações obtidas com o entrevistado, percebemos que a sua inserção no MPL-SP foi definidora de alguns dos percursos posteriormente trilhados, como o novo curso escolhido, o trabalho que exerce, bem como sua identificação com o anarquismo, que ele ainda hoje se define enquanto tal, e que conheceu no momento da sua participação na organização.

Tiago Calixto

Tiago tinha 35 anos quando o entrevistamos, em julho de 2017. Ele é, portanto, um dos membros mais velhos da organização, mesmo levando-se em conta que começou a participar ainda na época do Comitê, dado que a idade dos outros membros era em torno de 4 ou 5 anos mais novos. Nascido, crescido e ainda morador na região da Zona Leste de São Paulo, conhecida região periférica, morou com a família no bairro de Itaquera e atualmente mora em Guaianazes, divisa com Ferraz de Vasconcelos, extremo leste da cidade. Tiago gosta muito da região onde ele mora. Segundo ele, nesse local a “vida pulsa e as pessoas não são mórbidas”, pois na Zona Leste concentra vários outros movimentos culturais e sociais (hip hop, movimento negro, movimento de bairro, punks).

Desde 2004 participou das atividades do MPL-SP, mas somente veio a ser militante orgânico entre os anos de 2009 e 2012, época em que esteve na faculdade de Artes Cênicas. Tiago conheceu a organização através de amigos do movimento punk, atividade cultural que ele participa desde a adolescência até a atualidade. Foi com o MPL-SP que ele despertou a vontade de fazer um curso universitário, tendo mudado sua opinião anterior: “no MPL mudei meu pensamento sobre a academia, tem de ocupar esse espaço”.

Tiago se define como um ateu espiritualizado, que lê algumas coisas sobre budismo e taoísmo, e que gosta da filosofia oriental devido a seu vínculo com as artes marciais. Tiago também se define como anarquista e não participa do processo eleitoral, apesar de também ter sido mesário nas últimas eleições. Considera os partidos políticos como uma “forma autoritária de organização política”, apesar de entender, citando Malatesta, que um partido é um

agrupamento dos que tomam uma posição a respeito de algo, por isso defende a organização dos anarquistas em uma organização específica, o chamado especificismo.

Com o MPL-SP Tiago diz que aprendeu a expor suas ideias: “eu falava pouco, nesse aspecto o MPL ajudou meu desenvolvimento, eu vinha do punk, que é mais grosseiro”. Ele disse que aprendeu a ser “mais apurado politicamente, menos sectário”, comportamentos que Tiago diz ter aprendido com sua participação na organização. Atualmente o entrevistado é professor de Arte na Rede Municipal, e diz que sua participação no MPL-SP o ajudou a lidar melhor com o público.

Com as perguntas sobre o EZLN, Tiago disse que conheceu bem esta organização, e que inclusive participou da iniciativa “Existe política além do voto”, campanha de conscientização política, inspirada nas ideias do EZLN, que ocorreu em algumas eleições (em 2006 e 2010) para debater a questão da participação política da população. Para Vitor, o EZLN é uma organização indígena, autonomista e anticapitalista que juntamente com outros movimentos (movimento *Ocuppy*, mobilizações na Europa, movimento punk) fazem a crítica contemporânea ao anarquismo. Apesar de ter certo nível de conhecimento sobre o EZLN, pelas respostas de Tiago não foi possível extrairmos elementos mais completos sobre uma possível influência do EZLN no MPL-SP.

André Ciola

André é o último dos militantes da “velha guarda” do MPL-SP que apresentamos. Entrou na organização em 2005, no ano de adesão do Comitê ao MPL nacional. André tinha 31 anos quando o entrevistamos, em julho de 2017. A família de André morou no bairro Butantã durante sua infância, e hoje mora em Pinheiros – dois bairros tradicionais, que estão entre os melhores níveis de vida na cidade de São Paulo. Atualmente, fora da casa dos pais, André divide o tempo entre Pinheiro e Jardim Ângela, bairro periférico da capital em que escolheu morar por trabalhar como professor e ter atuação política na região, embora não tenha entrado em detalhes sobre essa questão.

Enquanto esteve no MPL-SP, André morava com sua família, portanto, nesse período ele basicamente estudava e militava na organização. Formou-se em música, sendo que a atividade que mais executou na organização foi a da participação na bateria do MPL-SP. Hoje, André é professor de música e diz que foram suas “oportunidades de falar” no MPL que contribuíram para seu trabalho como professor, desempenhando de forma mais eficiente suas atividades em sala de aula.

A entrevista com André teve de ser resumida em algumas partes, pois ele estava com tempo contado para ir a outra atividade. Como tivemos de suprimir as perguntas sobre informações culturais e políticas para este entrevistado, optamos por extrair algumas informações a partir do que ele disse sobre sua atuação no MPL-SP.

Segundo André, existe um vínculo muito grande entre sua vida e a existência do movimento. Ainda que tenha saído do MPL-SP, ele respondeu as questões na perspectiva da organização, demonstrando ter concordância com ela, fato que buscou deixar claro – inclusive que não saiu da organização por discordância, mas sim por questões pessoais. Para este entrevistado, a questão das tarifas era um elemento estratégico central dentro do objetivo principal de “retomar as cidades”, “retomar a vida na mão das pessoas”. “Tudo era estratégia”, responde André sobre como o MPL-SP lidava com a formação política; a relação com o Estado, “sem viés ideológico, era para ser usado a favor do movimento”. Ele disse que compartilhava desta visão “pragmática” com relação ao Estado, e apesar de se dizer contra os partidos, e dizer que o Estado “é uma metodologia desgastada” e defensor da autonomia, André entende que o fundamental é “retomar as cidades”, reafirmando o objetivo principal do MPL-SP na luta contra o atual modelo do sistema de transportes.

Nas perguntas sobre o EZLN, André disse que esta organização influenciou os militantes da organização, mas não a ponto de influenciar o surgimento do MPL-SP. Ele disse conhecer as ideias principais da organização e considera o EZLN uma organização política radical. Foram esses os poucos elementos informativos que ele nos deu para esta pesquisa, sendo que os principais elementos serão utilizados na próxima seção, quando analisamos as entrevistas a partir do conjunto das respostas obtidas.

Diego Soares

Dos membros da geração atual do MPL-SP (que entraram na organização de 2013 em diante) que entrevistamos, Diego é o membro mais antigo. Entrou na organização nos meses seguintes às grandes manifestações de junho de 2013. Apesar de já conhecer e participar de atividades do MPL-SP por influência de um primo, apenas após as jornadas de junho que Diego começou a participar como “militante orgânico” do MPL-SP. Atualmente, o entrevistado exerce a função de “figura pública” da organização, tendo nesses últimos cinco anos participado ativamente. Assim, sua trajetória pelo MPL-SP repete traços das trajetórias dos membros anteriores, sobretudo na condição e meio estudantil da qual tem origem.

Diego é da Zona Leste de São Paulo: nasceu no Carrão e vive somente com a mãe, em Sapopemba. O pai é agente penitenciário e a mãe cozinheira. Não gosta do seu bairro por ser de difícil acesso, um “bairro dormitório”. Diego é formado em História, trabalha como

professor assistente e em uma ONG que oferece auxílio para pessoas em situação de rua. Diego disse que lê diariamente, sobre temas como economia, política e esporte. Disse também que com a militância a leitura surgiu como uma “obrigação”. Nosso entrevistado mencionou não ter nenhuma religião, identificando-se como agnóstico, e definindo-se politicamente como “libertário”, “anarco-comunista”, “socialista libertário”.

Apesar da sua definição política, Diego participa do processo eleitoral votando, embora diga que “não acredita que o voto pode trazer alguma mudança substancial”. Sobre os partidos, ele disse que “acho da hora, importante para a luta (...) pode ser um partido que não disputa eleição”. Apesar de não ter dado mais detalhes sobre uma concepção de partido, Diego disse que ter preferência por autores marxistas antes de Lênin. O entrevistado também mencionou que o primeiro livro que leu na 7ª Série foi sobre Che Guevara e que desde a escola decidiu pelo curso de História, influenciado por suas leituras políticas, por seu primo, e pelo personagem Che, que ele gostava. É importante notar que Diego lembra exatamente quando foi sua primeira leitura de um tema político, na 7ª série, fato que ele recorda pelo ano escolar, e não pelo ano de sua vida.

Apesar de Diego dizer que o MPL-SP tinha uma rixa com o movimento estudantil, quando ele respondeu sobre as atividades que realizou no MPL-SP, percebemos que grande parte delas envolveram os estudantes: “panfletagens, atividades em escolas, universidades, cursinho, organização de bairro”. E se suas atividades foram voltadas para os estudantes, Diego reconhece que o que aprendeu a valorizar com o MPL-SP foi a “vontade da população se organizar para mudar”, ou seja, nenhuma referência à mobilização estudantil. Atualmente o entrevistado se identifica como “classe trabalhadora”, atuando como professor, e ainda assim permanece atuante na organização do MPL-SP – que como estamos vendo, tem sua dinâmica de funcionamento determinada pela “base estudantil”.

Francisco Ximenes

Em comparação aos membros que apresentamos anteriormente, os próximos entrevistados estavam na casa dos vinte anos de idade no momento da entrevista. Além disso, ainda cursam a universidade – todos eles na USP. Francisco tinha vinte anos de idade quando o entrevistamos em julho de 2017. Morador do bairro Jardim Queiroz, Zona Oeste, perto do metro Butantã, ele estudou na Escola da Vila, tradicional colégio particular de São Paulo, berço de vários militantes do MPL-SP e uma das escolas em que o grêmio estudantil participou da experiência da Poligremia que já comentamos. O entrevistado mora com a mãe, que é psicóloga. Ele cursa o 3º ano de Geografia, na USP, nos relatou que não tem religião, e se identifica com

o autonomismo: “essa luta construída de baixo por pessoas que sofrem da realidade, que querem transformá-la”.

Francisco entrou no MPL-SP em 2015 em uma comissão de bairro, no Jardim Bananal, na região da M’Boi Mirim, região da cidade onde o MPL-SP tem atuação regularmente. Na mesma data ele ingressou em Geografia na USP, coincidindo sua participação na organização e sua entrada na Universidade. Ao invés de seguir o caminho das reuniões de centro acadêmico, da participação de cervejada, da programação de alguma Atlética, ou da ida às reuniões do Grupo de Orações Universitária, Francisco descobre na universidade um tipo de realidade que ele não havia vivido até então. Uma organização que era voltada para o objetivo do passe livre o leva a fazer “trabalho de base”, no Jardim Bananal, no momento em que a organização decidiu apoiar a luta da comunidade local⁵⁹.

Só a partir de 2016 Francisco entrou no MPL-SP, na “luta pelo transporte em si”. Nessa época, outros membros da organização saíram: “as pessoas estavam saindo do movimento, divisão interna bem grande” e “outras estavam chegando, como eu”. Francisco foi ajudar na realização de um curso de formação, juntamente com Mayara, em uma ocupação da M’Boi Mirim. A ocupação não conseguiu se manter, a proposta do curso se desfez, e desde então Francisco atuava na organização na comissão de finanças e era “figura pública” da organização, que podia dar entrevistas em nome do MPL-SP.

A atuação militante de Francisco no MPL-SP levou este indivíduo a ter experiências para além da sua classe social, no mesmo momento em que ele iniciava uma nova etapa dentro da instituição educacional, entrando no ensino superior. Ainda que a militância no MPL-SP coincida com sua condição estudantil, aparentemente as duas situações caminham em posições contrárias: a primeira vai além dos interesses imediatamente estudantis e gremiais que estão contidos na segunda condição. A crença na autonomia como concepção política, a experiência de participação em atividades com pessoas de outras classes e experiências que a sua, a mobilização pelo objetivo da gratuidade dos transportes são elementos determinantes na trajetória individual de Francisco, trajetória que se fez dentro de uma situação, a estudantil, mas sem se identificar com ela: “Com o MPL fui encontrar outra realidade, foi um choque, e aos poucos fui construindo outra identidade”.

Daniel Ferraz

Daniel Ferraz entrou no MPL-SP no começo de 2017, um dos últimos membros a entrar na organização à época da entrevista, julho de 2017. Daniel tem 22 anos, nasceu no bairro do

⁵⁹ No entanto, não chegou a dar maiores informações sobre o que fizeram no Jardim Angela.

Butantã e hoje vive no bairro do Morumbi, dois bairros tradicionais de São Paulo. Filho de pai engenheiro e mãe advogada, estudou na Escola da Vila, e entrou no MPL-SP a convite de Francisco, que também estudou nesta escola e junto com Daniel estudam na USP, só que este último no curso de História.

Daniel se identifica como “marxista-leninista”, mas disse que “apesar do meu posicionamento ser diferente do MPL, não me impediu de entrar na organização”, ao lembrar que na organização a maioria era formada por anarquistas e autonomistas. Ele não participa das eleições e não vota e considera que “os partidos não são o caminho para a transformação real”. Apesar de ter o pensamento de que “a maneira como o PT conduziu certas coisas eu não descarto, evitou o neoliberalismo total”. Mesmo com pouco tempo de participação na organização, disse, de igual forma a todos os outros, que participou de todas as atividades que aconteceram, sobretudo manifestações e reuniões, e atualmente assume uma função na comissão do financeiro, mas “sei que é rotativo”.

Daniel é um militante que entrou para a organização porque “sentia a necessidade de lutar. Não adianta só reivindicar, tem de deixar de ser retórica e ir para ação”. Se por um lado, ele tinha conhecimento das condições da vida, o “reivindicar”, por outro, sentia-se incompleto. Como estudante, filho de pais de uma classe privilegiada, a única possibilidade de Daniel ter acesso a tal realidade era pelo conhecimento, pela escola, pelas ideias que passou a acreditar, o marxismo-leninismo. Mas esses elementos não eram suficientes. Era necessário ter “a ação”, aliás, como um dos princípios da concepção política que este adotou.

Mas nas condições históricas atuais, marcada pela crise das tradicionais formas de representação estudantil, Daniel encontrou expressão para sua necessidade de lutar e suas ideias no MPL-SP. Ainda que marxista-leninista, não foi em um partido comunista, ou qualquer outro, não foi nas entidades estudantis revolucionárias que ele se encontrou. Foi no MPL-SP.

Ana

Juntamente com Daniel, Ana entrou no MPL-SP no começo de 2017, embora sua história de relação com a organização remonte ao ano de 2013. Ana tem 20 anos, e também entrou na organização pouco tempo depois que entrou na Universidade – ela cursa Pedagogia. Nasceu no centro de São Paulo, mas com 2 anos de idade os pais foram morar em uma ocupação, que virou conjunto popular. A mãe é auxiliar de enfermagem e o pai auxiliar de contador. Ana sempre estudou em escola pública.

Ela não tem nenhuma religião e diz que acredita numa sociedade anarquista, embora não saiba se o anarquismo é um “método ou um fim”. Não participa do processo eleitoral e não acredita em partidos, apesar de já ter participado. Sobre a questão das tarifas no sistema de

transporte, Ana considera que lutar pela gratuidade é só “uma pequena parte do que acredita, no mundo igualitário”.

Em sua trajetória, a presença do MPL-SP surge já no seu segundo ano como secundarista, que aconteceu em 2013, sendo que Ana participou de algumas manifestações da jornada de junho. No ano seguinte ela participou dos protestos contra a Copa de 2014, e em 2015 participou das mobilizações dos secundaristas de São Paulo contra a reorganização escolar proposta pelo governo Alckmin. Em 2016 entra na USP e no ano seguinte entra no MPL-SP, por influência de um amigo próximo.

Os três anos do ensino secundário de Ana foram marcados por mobilizações em que os estudantes atuaram ativamente. Contra o aumento nas tarifas, contra a Copa do Mundo, contra a reorganização escolar dão o quadro de mobilizações estudantis dentro de uma determinada conjuntura. Ao passo que as duas primeiras mobilizações não representam interesses imediatos do grupo estudantil, a mobilização contra a reorganização escolar proposta pelo governo Alckmin afetava diretamente a distribuição de vagas em escolas públicas. A oposição ao projeto atraiu milhares de estudantes, que resultou em centenas de escolas ocupadas, atividades, produção de material de formação e muitas manifestações pelas ruas da cidade⁶⁰.

Ativa em várias mobilizações estudantis, mas em nenhuma dentro da estrutura oficial do movimento estudantil, tais como grêmios e DCEs, Ana tem sua formação política iniciada dentro do grupo estudantil, mas não determinada pelas condições de estudo – exceto da reorganização escolar da qual participou, e que não contou com a direção de entidades estudantis, mas sim com um processo de mobilização espontânea que fez surgir os comandos de greve como organização da mobilização. Por outro lado, a luta contra o aumento das passagens e o questionamento dos gastos na Copa são reivindicações que surgem da mobilização estudantil que vão além dos interesses gremiais, apontando para interesses sociais mais amplos.

Ana faz parte da última geração de militantes que entraram no MPL-SP, de militantes que estão se formando depois da experiência de 2013. Ela disse que apesar do pouco tempo na organização já assumiu diversas tarefas e ajudou na produção de materiais da organização. Enquanto milita, Ana estuda e trabalha, dividindo seu tempo com a organização que ela acredita que tem a “capacidade de lutar”.

Em relação às perguntas sobre o EZLN, Ana respondeu que conhece e já leu algumas coisas sobre a organização, lembrando mais dos textos escritos pelo Subcomandante Marcos.

⁶⁰ Este livro coletivo é interessante referencia introdutória sobre os acontecimentos. CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. Escolas de luta. São Paulo: Veneta, 2016 (Coleção Baderna), 352p.

Disse que formalmente não tem influência sobre o MPL-SP, mas que individualmente os membros gostam do EZLN. Disse também que tinha conhecimento das ideias de autonomia, horizontalidade e anticapitalismo defendidos pelo EZLN, e que além deles o Exército de Rojava é outra organização radical que existe na atualidade.

3.6 Discurso mobilizador dos militantes do MPL-SP

Considerando o conjunto das entrevistas, os temas levantados foram: autorrepresentação sobre identidade política dos membros; o tempo dedicado às atividades do MPL; os aspectos do meio estudantil presentes nas trajetórias individuais; as concepções sobre política da organização e a política das instituições, notadamente do Estado e dos partidos; a definição do objetivo do MPL-SP; e a necessidade de estar organizado, segundo os membros do MPL-SP.

Os temas destacados, com as respectivas respostas, serviram como fonte de informações para descobrirmos as concepções políticas que justificam a mobilização dos membros do MPL-SP, segundo eles próprios. Além da autorrepresentação sobre concepções políticas, os valores formulados pelos membros da organização, as práticas que tiveram, a base social dos participantes do MPL-SP foram temas que conseguimos avançar com o auxílio das entrevistas e posterior análise.

Os temas em comum nos fazem refletir sobre como militantes engajados numa organização se mantêm coesos em torno de um objetivo grupal. Revela como alguns indivíduos aderiram a uma ideia particular, o que pensam e o que fazem motivados por estas ideias.

3.6.1 Aspectos do meio estudantil

Todos os membros do MPL-SP entrevistados por nós eram estudantes, ou atuaram no MPL-SP enquanto foram estudantes. Não houve exceção nas entrevistas. Na história da organização diversos membros podem não ter entrado na organização pelo vínculo da escola. Mas estes foram exceção, e a parcela entrevistada por esta pesquisa serve de parâmetro. Na verdade, na maior parte do tempo de atuação no MPL-SP os seus membros foram, ou são, estudantes universitários, pois mesmo os que conheceram a organização ainda durante o ensino secundário, logo entraram no ensino superior. E na dinâmica relação do MPL-SP com sua base estudantil, pode-se ainda afirmar que mesmo sendo a quase totalidade dos “militantes orgânicos” formada por universitários, seu “trabalho de base” ocorria quase que exclusivamente com os estudantes secundaristas, ainda que a presença do MPL-SP nas universidades (arrecadando fundos com calouradas e contribuições de professores, organizando seminários) fosse constante.

Sob o tema de “aspectos do meio estudantil” destacamos algumas respostas dos entrevistados que nos levavam ao grupo social de composição do MPL-SP. Assim, por meio das palavras e formas de expressão utilizadas, das atividades realizadas, dos contatos pessoais, das representações sobre a escola/universidade e sobre o movimento estudantil elaboramos alguns indicadores de que os membros do MPL-SP pertencem ao meio estudantil paulistano, que gerou uma corrente do movimento estudantil mobilizado politicamente pela gratuidade no sistema de transporte.

Os aspectos do meio estudantil expressam as relações mais amplas que os estudantes têm com outros setores do meio escolar, ou que giram em torno dele. Nesse sentido, percebemos relações, e também representações, dos membros do MPL-SP a respeito de amigos, movimentos culturais, organizações, influências de ideias políticas que estiveram presentes no meio estudantil que os membros do MPL-SP atuaram.

O primeiro “aspecto do meio estudantil” é que todos estudam, caso contrário não fariam parte deste meio. Pode-se formar parte do meio estudantil sem estudar, o que trata é da condição universal do grupo, daí que em certas ocasiões indivíduos com pouca ou nenhuma presença escolar (reprovações, desligamento, desistência) permaneçam vinculados ao meio, isto ocorre devido à sua forma de se vincular (culturalmente, politicamente, através da religião, movimentos de voluntários, ou inserção profissional, etc.). Entretanto, para a definição do grupo, inserção e permanência em determinado meio estudantil é fundamental que o estudante seja um estudante. Nossos entrevistados estavam, ou estiveram, no ensino superior após ao término dos estudos secundários, o que indica continuidade na situação de estudantil, embora transitando do meio estudantil secundarista para o meio estudantil universitário. A formação universitária é composta da seguinte forma: Vitor, formado em História; Diego, formado em História; Mayara, formada em Geografia; Tiago, formado em Artes Cênicas; Francisco, terceiro semestre de Geografia; Daniel, terceiro semestre História; Ana, primeiro semestre de Pedagogia; André, formado em Artes.

Alguns conheceram e entraram no MPL-SP ainda durante o ensino secundário: Mayara, André. Outros entraram para a organização durante o curso universitário: Francisco, Daniel, Diego. E há ainda aqueles que conheceram o MPL-SP através de amigos (Vitor), ou na escola (Ana) ou em outro movimento cultural (Tiago), mas só passaram a fazer parte da organização tornando-se “militante orgânico” quando entraram na universidade.

Vitor entrou no MPL-SP em 2005 e até 2011 disse que foi “militante orgânico”. Quando conheceu a organização tinha acabado de terminar o ensino médio e estudava cursinho para fazer faculdade de Direito, mas foi mudando porque se aproximou de um amigo:

Eu tava no cursinho na época, na época queria fazer Direito, eu tinha outra cabeça. Eu conheci um amigo, a gente foi trocando ideia, eu fui mudando de opinião, e aí conheci o Passe Livre e mudei mesmo.

Vitor conta que desde esta época que ingressou no MPL-SP, começou a fazer atividades nas escolas onde os membros do movimento haviam estudado, com a ideia de criar uma “célula” de divulgação da organização e onde seria possível reativar o grêmio. Também a arrecadação de recursos financeiros acontecia em atividades dentro da escola ou universidade, com festas e colaborações de professores. Apesar deste vínculo do MPL-SP com o espaço escolar, Vitor diz que o MPL “nunca militou no movimento estudantil”, “nunca participou da vida acadêmica” e que tem dúvidas de que os estudantes secundaristas sejam parte do movimento estudantil.

Tal percepção é semelhante à de Diego, que quando perguntado se a escola ou a universidade contribuíram para a existência do MPL-SP, diz o seguinte: “institucionalmente não, relação com o movimento estudantil é de rixa, estão dominados pela esquerda tradicional que não dá importância para a pauta dos transportes”. Contudo, a trajetória individual de alguns militantes, e mesmo a de Vitor, confirma o vínculo estudantes, porque começou a participar ainda durante o curso pré-universitário. A marca do MPL-SP se faz desde o início no ensino secundário e lhe acompanha para o ensino superior (Mayara, André, Ana). Mayara, a militante mais antiga ainda em atuação, disse que entrou no “Comitê com 13 anos”, “tinha os punks da escola e comecei a dar rolê com os punk...quando tinha manifestação eu procurava os punk” e na “escola a gente fazia bastante coisa”. Foi participando do movimento punk, do qual vários membros estudavam na mesma escola que Mayara, que ela passou a se interessar mais por questões políticas: “determinado momento os punk sentiram a demanda de ter atuação social”

Mayara e André, que iniciaram sua participação na mesma época, a primeira em 2004 e o segundo em 2005, afirmaram também que suas vidas estão vinculadas intimamente com o movimento – por isso não souberam responder o que mudou em seus comportamentos desde a entrada no MPL-SP. Todos os participantes do MPL-SP entrevistados afirmaram que a entrada na organização foi sua primeira experiência de participação política, e que coincidiu, ou coincide, com o período de pertencimento ao grupo estudantil. O que pode explicar a análise de Mayara que acredita que “os mais velhos devem sair do MPL-SP”, percebendo, mas sem entender as consequências reais, da dinâmica estudantil sobre a composição e dinâmica do MPL-SP.

Tal incompreensão do processo é reforçada por uma forma de abordar a realidade presente na consciência de Mayara, que disse: “quando uma categoria usa da representatividade é problemática, gera a dificuldade de definir o MPL-SP como movimento estudantil”. Aqui,

entramos em outro aspecto do meio estudantil presente nas falas dos entrevistados: o vocabulário e as ideias utilizadas que se referem a teorias e sistemas de pensamentos vinculados na universidade.

Já nessa fala da Mayara fica explícita como ela utiliza-se de palavras (categorias), ideias (representatividade é problemática) que geram uma interpretação (dificuldade de definir o MPL como estudantil). É com base em conceitos, ideias e análises que provém grande parte das teorias e sistemas de pensamento aprendidos no ensino superior, e sendo Mayara formada em geografia acreditamos que foi da sua formação escolar que esta retirou tal forma de pensar o mundo. Esta entrevistada, para fundamentar sua convicção na justiça do objetivo de gratuidade nos transportes, cita o trabalho de um psicanalista que concluiu que “circular livremente pela cidade empodera as pessoas”.

A formação estudantil é tão forte sobre o meio estudantil que mesmo pessoas que entraram no MPL-SP vindo do movimento punk, assimilaram aspectos do modo de pensar e de expressar sobre a realidade, aprendido nos cursos de Humanidades, tal como Tiago:

no meu ponto de vista, parte da juventude que vem chegando na última década na cena punk, na minha leitura, no meu ponto de vista, nós não temos feito um trabalho, eu não gosto desse termo, mas eu vou aplicar esse termo que é o trabalho de base. Entao nos não temos feito muito bem um trabalho de base com esse juventude...é que vem chegando ai mostrando sua rebeldia, sua forma de contestar e tudo...é ta meio que distorcendo o que vem a ser a cena punk, esse atrelamento com a cultura skinhead, mas em parte deve se a nossa arrogância...

Tiago nos fala que existe um termo, palavra similar para conceito, que é o de trabalho de base, que ele não gosta de utilizar, mas que no momento ele vai usar para analisar o movimento punk na atualidade. Embora de maneira simplificada, não se pode diminuir as similaridades entre sua forma de analisar (conceito, ideia) e a dos sistemas de pensamento, do pensamento complexo ensinado nas Faculdades. Tiago também disse que a partir de sua militância no MPL-SP ele passou a interpretar de forma diferente a academia: “no MPL mudei meu pensamento sobre a academia, tem de ocupar esse espaço” e passou então a levar o debate para onde estudou, apesar da pouca ressonância, à exceção de um professor que colaborava com as atividades. Assim como outros entrevistados, Tiago considera que sua passagem pelo MPL contribuiu para sua formação: “eu falava pouco, nesse aspecto ajudou muito no meu desenvolvimento, eu vinha do punk, era mais grosseiro”.

Já André diz que o “Estado é uma metodologia desgastada”, ao tempo que Ana nos disse não saber se o anarquismo “é um método ou um fim”. O modo de esboçar e expressar seus pensamentos aqui encontra similaridade na forma como a universidade cobra de seus estudantes, e a palavra método, que se espere que um universitário a utilize, é largamente

utilizada no esboçar do pensamento, ou seja, demarca um tipo específico de linguagem, que remete ao lugar de origem do seu enunciador.

Dos membros antigos aos mais novos do MPL-SP a inserção escolar foi fundamental para a entrada no movimento. Mas não meramente a inserção no grupo estudantil enquanto tal, mas sim em determinadas relações estudantis, em que amizades, mobilizações, ideias políticas compartilhadas aproximaram certos estudantes. Daniel, como já dissemos, foi convidado por outro estudante, Francisco, um amigo que reconheceu nele uma semelhança de pensamento com a organização. Ana, que também entrou na organização em 2017, disse que “estudou em escola de luta”, uma referência aos seus estudos secundaristas terem ocorrido em escolas que lutaram contra a reorganização escolar (no final de 2016), e contra a máfia das merendas, um esquema de corrupção para desviar dinheiro da merenda escolar e amplamente divulgado na imprensa. Também disse que durante as manifestações de 2013 compareceu em algumas das manifestações, participando pela primeira vez, e que após todas essas experiências, quando entrou na universidade conheceu um amigo que lhe apresentou para a organização e então ela decidiu ser “militante orgânica” do MPL-SP.

Com as entrevistas e o conhecimento das trajetórias individuais percebemos que para o conhecimento e participação no MPL-SP foi fundamental o contato com um amigo; estudar em determinada escola onde já havia algum grau de mobilização; participar de movimentos culturais e de ideias políticas; enfim, fatores externos à situação meramente estudantil e que adentrados no meio estudantil atuaram constantemente atraindo e renovando os membros da organização mobilizadora sem, no entanto, conquistar espaço entre outros membros pertencentes a outros grupos sociais ou mesmo classe, tal como os trabalhadores, interessados diretamente na questão da gratuidade do transporte.

A origem dos membros do MPL-SP remonta tanto a escolas públicas, quanto escolas privadas. Nas escolas públicas, em que havia a presença de membros vinculados ao movimento punk ou debates e atividades organizadas pelo grêmio escolar, contribuíram para atrair novos membros as atividades que eram organizadas pelos próprios estudantes. Além da presença dos punk, que, na virada dos anos 2000, contribuiu na divulgação das ideias sobre o anarquismo e do movimento antiglobalização (LIBERATO, 2006) no meio estudantil das escolas públicas. Já as várias tentativas de ressuscitar grêmios locais ampliaram a participação estudantil (entrevista Vitor Duarte).

Já nas escolas particulares, o perfil da escola, dos alunos e da família interferiram neste processo. Foram escolas consideradas progressistas, com projetos pedagógicos considerados democráticos e apoiados em teorias pedagógicas de participação dos alunos que cederam os

membros do MPL-SP com origem familiar de classe privilegiada, diferentemente dos estudantes das escolas públicas. Analisando os entrevistados na dissertação de Paulo Spina, percebemos que dos quatro participantes do MPL-SP entrevistados, três estudaram em colégios particulares da cidade de São Paulo que são considerados exemplos de ideias progressistas: o Colégio Equipe, Colégio Santa Cruz e a Escola da Vila (SPINA, 2016). Desta última escola outros dois membros que entrevistamos, e que só entraram no MPL-SP depois de 2016, e não foram entrevistados por Spina, também estudaram na Escola da Vila, localizada no Butantã, bairro onde está localizada a USP e com forte tradição de lutas estudantis e populares na região.

A aproximação entre estudantes de escolas particulares e públicas, e a consequente união de uma parte importante do movimento estudantil em torno da questão das tarifas, formou um apoio importantíssimo. E, ainda, contribuiu para a renovação do movimento estudantil nas escolas com a existência da Poligremia, reunião de vários grêmios na cidade de São Paulo, que contribui para divulgar a reivindicação do transporte entre os estudantes:

A Poligremia citada anteriormente do começo dos anos 2000 deixou algumas marcas, pois, no final de 2006, os grêmios destes mesmos colégios se reaproximaram formando uma segunda Poligremia denominada Poligremia Pindorama. Segundo Ferreira (2013), esta poligremia participou junto ao MPL São Paulo do protesto contra o aumento da tarifa de ônibus na região oeste da cidade, que fechou a ponte Eusébio Matoso. A estratégia do movimento envolvia a escola, os grêmios e os protestos locais como espaço de mobilização e formas de recrutar novos ativistas (SPINA, 2016, p. 63-64).

Apesar deste impacto em certo meio estudantil alternativo na cidade de São Paulo, e mesmo no movimento estudantil oficial, o MPL-SP jamais trilhou os caminhos do movimento estudantil oficial, das entidades estudantis, ou mesmo de organizações internas ao meio escolar, com suas ocupações de escola, assembleias e greves estudantis, pauta de reivindicações nas condições de estudo, organizações em forma de entidades reconhecidas pelas instituições (universitárias e governamentais). E nas próprias falas de alguns entrevistados detectamos informações sobre a relação dos militantes do MPL-SP, e da organização como um todo, com a escola e o movimento estudantil.

Mayara disse em certa parte de sua entrevista que tem “alergia a grupo de estudos”. Já para a pesquisa de Oliver Scarcelli, Mayara disse que:

Tínhamos ranço de parecer movimento estudantil. Sentíamos a necessidade de avançar com trabalhadores, até mesmo para ter mais cara de movimento social. Mas não foi um insight teórico, foi uma prática que amadureceu (SCARCELLI, 2014, p. 15).

O desdém com a situação estudantil, entendida como privilegiada, faz o participante adaptar sua autorrepresentação, com o objetivo de estar coerente com a ideia adotada. Assim, na luta pela gratuidade dos transportes, os membros do MPL-SP voltam-se para outros “grupos”, a classe trabalhadora, e passam a ver criticamente seu grupo de origem.

Diego afirmou que existe uma rixa entre o movimento estudantil e o MPL, devido ao fato de o primeiro, dominado por partidos, não valorizar a pauta dos transportes. Já Vitor disse que os estudantes secundaristas não formam o movimento estudantil, pois possuem outra lógica, optando se envolver somente com o MPL-SP e suas atividades com os secundaristas. Mesmo sendo parte do movimento estudantil, os membros do MPL-SP não se reconhecem como tal, e realizam a crítica aos estudantes – por sua composição privilegiada – ou ao movimento estudantil, controlado por organizações partidárias e entidades.

A relação conflituosa do MPL-SP com a base estudantil resulta da relação interna conflituosa da organização, formada por estudantes de diferentes classes sociais e com concepções políticas divergentes. Expressando a situação genérica do movimento estudantil, o MPL-SP é uma organização composta por indivíduos de várias classes sociais, que tem na condição estudantil e no compartilhamento de ações coletivas em torno da gratuidade dos transportes, as determinações para a existência deste fenômeno.

Ainda que sejam estudantes, nem todos do MPL-SP desfrutam exclusivamente desta condição. Dos participantes que entrevistamos, uma parte foram (André) ou ainda são mantidos exclusivamente pela família (Francisco e Daniel). Já outra parte dividiu o tempo de estudo com o trabalho e a militância (Vitor, Diego, Mayara, Ana e Tiago).

3.6.2 Necessidade de organização

No movimento estudantil paulista da virada do século XXI as entidades estudantis ainda mantinham a posição intocada de representantes e principal mecanismo de expressão das mobilizações estudantis. Mas como vimos, na crítica dos textos do MPL-SP e na visão de alguns membros, as entidades, desde muito tempo deixaram de cumprir o papel de mobilizadora, e se transformaram em instrumentos de cooptação para os partidos da esquerda eleitoral. Além disso, como também já apontamos, o grupo estudantil está inserido no processo de ressocialização da juventude, e sua inserção específica está na escola, que exerce violência cultural, repressão, coerção e aliena os estudantes.

Como já demonstrou Nildo Viana (2016), uma das motivações para a emergência dos movimentos sociais são as necessidades não atendidas, não satisfeitas e que geram a demanda para a sua satisfação. Diante da situação de repressão, opressão e alienação a que o grupo estudantil está submetido em suas relações com as instituições educacionais, surge a necessidade do estudante poder se reunir com outros, criar suas organizações, participar da instância escolar. Por isso que desde a consolidação do sistema educacional na América Latina uma das reivindicações mais constantes do movimento estudantil seja a autonomia, com o

direito de se organizar. Inicialmente, esta necessidade de se organizar se dá principalmente no interior da instituição, participando das instâncias decisórias. Mas como se trata de um grupo policlassista, outros interesses são incorporados nas mobilizações históricas dos estudantes, por vezes projetando a sua organização em aliança com outras classes, inclusive divulgando projetos de transformação social, como ocorreu no Maio de 1968.

Diversas falas durante as entrevistas apontaram para a necessidade que os participantes do MPL-SP tinham de poder participar em alguma organização de caráter político. A necessidade de organização explica o porquê da adesão de muitos indivíduos que nem precisavam da gratuidade nos transportes para irem às suas escolas particulares. A circulação de ideias anarquistas, de notícias e textos em defesa do movimento antiglobalização também contribuíram para a percepção da necessidade de organização entre uma parte dos estudantes, e assim formava-se um meio estudantil receptivo às “questões políticas”, dando vazio à necessidade de organização. É desse círculo que brota o Comitê de Luta pelo Passe Livre, germe do MPL-SP, que, por sua vez, é um dos resultados de um movimento que acontecia em escala nacional.

O fato de o MPL-SP ter sido, para todos os membros entrevistados, a primeira experiência de participação em uma organização política, é revelador dessa força da necessidade de organização que fora percebida pelos estudantes na metade da década de 2000. Às vezes tal necessidade de organização não foi claramente percebida pelos militantes. É o caso de Vitor Duarte, já mencionado, que tinha “outro pensamento” até o fim do ensino secundário, e ao conhecer um amigo no cursinho foi debatendo com este e “mudando de opinião”. A não ser que seja entendida como um tipo de convencimento muito forte, o amigo de Vitor contribuiu para vir à tona algo que já existia com Vitor, mas que ainda não tinha se manifestado – uma tendência que se efetiva e passa a ter força de mudança na vida da pessoa, de forma total, como ela mesma admite.

Para outros, tal necessidade se manifestou desde muito cedo, e assim aconteceu por ter coincidido com um momento de efervescência política no meio estudantil. São os casos de Mayara, que participa da organização desde os 13 anos de idade, ou de André, que entrou em 2005, também muito novo e só recentemente saiu da organização. André disse que o MPL-SP “é parte de mim”, e Mayara que o MPL é “parte da minha vida”, “sempre estive nele”. Inclusive Mayara percebeu claramente essa necessidade de organização: “nós punks sentíamos muito a necessidade de ter atuação social”.

Para outros, a entrada no MPL-SP como “militante orgânico” somente veio a acontecer depois de um período acompanhando as atividades, o que demonstra interesse persistente pela

sua forma de organizar, tal como responderam Diego e Tiago, que estiveram próximos por um tempo, e depois decidiram por entrar na organização.

Para outros, a crença em uma ideia de transformação deu expressão à necessidade não satisfeita de estar participando em uma organização, e que encontraram espaço no MPL-SP. Para Diego, o que lhe motiva participar do MPL-SP é “vislumbrar outra sociedade”, o que se tornou para ele um valor depois de participar na organização: “valorizo a vontade da população de se organizar”. Por sua vez, quando perguntado sobre o que o motiva a participar do MPL-SP, Daniel respondeu que foi a “necessidade de lutar”, porque “não adiantar só reivindicar, tem de deixar de ser retórica e ter ação”. Para Daniel, só ter ideias não basta, é necessário estar organizado. Assim, ele encontrou numa determinada concepção política, o “marxismo-leninismo”, a explicação racional para sua necessidade de estar organizado. Nesse sentido, a adoção de concepções políticas reforça uma determinada percepção da necessidade de organização, como diz Tiago: “utopia é acreditar que a sociedade que está aí é a melhor possível”.

3.6.3 Tempo de atividade

Como a participação dos membros do MPL-SP cumpria, em parte, a necessidade não satisfeita de estar organizado, a questão do tempo de atividade dedicado à organização nos ajudaria a ter uma noção mais ampla da adesão dos seus membros. Quando perguntados sobre a participação em atividades e se estas atividades interferiram na vida pessoal, os militantes e ex-militantes do MPL-SP foram unânimes em afirmar que participaram de todas as atividades que a organização planejou e que não tinham que reclamar do excesso de atividades, ainda que vários citaram diversas atividades cotidianas fora da organização que deixaram de fazer para poder cumprir com alguma tarefa na organização. Na verdade, nas respostas, percebemos uma visão em conjunto de que as atividades enriqueceram a formação dos militantes, contribuindo para se desenvolverem em outras áreas, como falar em público (Tiago), organizar e executar tarefas (Mayara), conhecer questões técnicas do transporte (Francisco).

Muitos militantes do MPL-SP combinaram as atividades na organização com a escola e o trabalho (Vitor, Diego, Ana), acumulando atividades, mas conciliando com a participação na organização. E nenhum dos três reclamaram de excesso de atividades.

Uma palavra é chave para se entender a importância do tempo de dedicação à organização por parte dos membros: “militante orgânico”. A partir do momento que o indivíduo passa a ser militante orgânico do MPL-SP, ele passa a se comprometer ativamente com a organização: participando das reuniões, assumindo funções, executando atividades, enfim, as

atividades executadas pelo MPL-SP passam a depender deste indivíduo, desde que ele se comprometa.

A ideia de “militante orgânico” retoma concepções do pensamento de esquerda, a respeito do papel dos militantes comunistas ou anarquistas, debate que se encontra desde Marx, Bakunin, Malatesta, Lênin, Gramsci, dentre outros. A figura do “militante orgânico”, segundo um debate interno, demarca a fronteira entre os pertencentes ou não ao movimento, conforme nos informou Diego:

Eu entrei em 2013 de maneira orgânica [...] Lembrando que tem um debate de quem faz parte do movimento e quem não faz. É meio contraditório isso. Inclusive o racha que teve. Em 2015 teve o racha e uma das discussões era, quem era do movimento? É só quem participa das reuniões ou o cara que tá na rua em todo ato? [...] O trabalhador que mora na periferia, trabalha oito horas por dia, leva duas horas pra ir e duas horas pra voltar do trabalho, ele não tem tempo pra ficar cinco horas, seis horas na reunião. Então esse cara não vai ser considerado do movimento? [...] a pessoa pode até ter uma consciência política e tal, mas ela não vai ficar mais tempo da vida dela lutando por causas coletivas, pela causa social do que tentando ganhar seu próprio prato, seu próprio sustento.

Ainda que Diego também não reclame das atividades, ele cita as reuniões com cerca de cinco ou seis horas como impeditivo para os trabalhadores participarem da organização, mas não o considera como impeditivo para os estudantes. Na composição do MPL-SP é dos “militantes orgânicos” que se espera a presença nas reuniões e colaboração com as atividades. E tal forma de decidir pela participação individual não se encontra livre de críticas, como Mayara que disse que numa sociedade pós-capitalista terá de ser “vertical em alguns aspectos porque tem gente que pega tarefa com mais peso que outras, outros não querem fazer”, realizando uma projeção para o futuro de problemas que atualmente ela encontrou no MPL-SP.

Mas ainda assim, em suas respostas, os militantes do MPL-SP não consideram a participação na organização como uma atividade desgastante, mas sim enriquecedora. A rotatividade na divisão das funções é representada como o critério que não possibilita que uns participem de mais, e outros de menos, não concentra poder e não diminui a possibilidade de cada qual participar na medida do seu interesse, e é nesse sentido que se pode compreender que se dá a “ética do sacrifício” destes militantes – só fazem o que querem na organização porque assim o desejam.

3.6.4 Autorrepresentação sobre identidade política

Segundo a Carta de Princípios do MPL, este é um “movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário”. Tendo o conhecimento prévio desta autodefinição feita pela organização, perguntamos aos participantes e ex-participantes do MPL-

SP se eles possuíam alguma visão política de mundo; se concebiam outra forma organização da sociedade; se o MPL-SP fazia cursos de formação política; e se indicava autores para leitura. Com as entrevistas, constatamos haver uma diversidade de concepções políticas dentro do MPL-SP, sendo o fator de coesão entre elas o fato de que foram “adaptadas”, “moldadas” para inserirem-se na mobilização pelo passe livre e pela Tarifa Zero.

Nossa interpretação sobre a diversidade de concepções políticas, moldadas dentro do objetivo comum de conquistar a gratuidade nos transportes, poderia ser questionada pela afirmação do participante Daniel Ferraz, que disse que sua entrada na organização se deu porque “dois amigos viram que eu tinha semelhança de pensamento e me convidaram”. Que “semelhança de pensamento” é essa? Identificando que a gratuidade nos transportes é o elemento fundamental para o MPL-SP, a “semelhança de pensamento” e, portanto, entre as várias concepções políticas existentes no seio do MPL-SP, só pode se dar no sentido do pensamento que considere a gratuidade dos transportes um elemento fundamental dentro da sociedade que vivemos.

Entre os participantes do MPL-SP que entrevistamos, a autorrepresentação sobre identidade política variou entre: anarquistas especificistas (Vitor Duarte e Tiago Calixto), libertário e anarco-comunista (Diego Soares), autonomista (Francisco Ximenes), marxista-leninista (Daniel Ferraz), e outros que não responderam claramente à pergunta, o que relacionamos com motivos de ordem de reflexão pessoal sobre o processo de transformação social, mas que podem ser direcionados para a identificação com o anarquismo (Ana: “quero um mundo igualitário, daí você denomina o que é isso”, Mayara: “quero um mundo melhor, com felicidade”). Essa variedade de concepções políticas tem relação com o fato de que a maioria dos participantes citem mais o objetivo de uma sociedade “anticapitalista” do que o objetivo de uma sociedade “comunista” ou “anarquista”, quando perguntados sobre se acreditam em outro modo de a sociedade estar organizada. Por não ser uma definição do que é, mas do que não é, o termo “sociedade anticapitalista” se torna um fácil recurso intelectual manejado no contato entre as diversas concepções, dirimindo possíveis divergências.

O “acomodamento”, “amoldamento” das diversas concepções políticas ao objetivo da gratuidade nos transportes é perceptível em diversas respostas dos participantes e ex-participantes do MPL-SP. Embora a consciência deste processo não esteja clara para estas pessoas, alguns aspectos da dualidade revolução *versus* passe livre foram percebidos por alguns, tal como Vitor Duarte que nos apresentou o “racha” que aconteceu na organização nos anos de 2006/2007, sobre qual deveria ser o objetivo da mobilização do MPL-SP:

Isso foi um divisor de águas na militância do movimento. Esse entendimento, que chegou em 2006, 2007...Tinha gente lá dentro que achava que era mais importante a “luta” de uma forma genérica, tinha gente que achava mais importante a efetivação do passe livre. Esse primeiro entendimento era minoritário, ele rachou o movimento, hoje eles estão militando em partidos por aí, mas eu fiquei nesse outro campo que a luta por transporte público era muito mais importante, a Tarifa Zero ia revolucionar a vida das pessoas na cidade.

A subordinação das concepções políticas ao objetivo da gratuidade nos transportes é percebida por um dos ex-participantes do MPL-SP, mas tal subordinação é defendida como a posição correta, que o entrevistado diz ter assumido ao acreditar que a “Tarifa Zero ia revolucionar a vida das pessoas na cidade”. Esta frase está na Cartilha do Tarifa Zero, demonstrando aqui uma forte correspondência entre a ideia deste participante e a expressa pela organização. Na resposta sobre qual a sua visão de mundo, Vitor Duarte se disse anarquista, e em outra parte da entrevista disse ter escolhido o especificismo como corrente dentro do anarquismo.

As respostas sobre a autorrepresentação da identidade política apresentam uma organização em que aqueles que aderiram ao grupo também aderiram a uma determinada concepção política, ao passo que a coesão interna se dá pelo convívio de “trotskistas a anarquistas” (Diego Soares). Vitor Duarte, “anarquista”, participou da mesma organização que hoje participa Daniel Ferraz, “marxista-leninista”, e ainda que ambos tenham aderido a concepções políticas diferentes, para os dois o objetivo de pôr fim às tarifas do transporte vai transformar a sociedade. Para Vitor:

Malatesta, por exemplo, ele fala da...sempre foi uma influência no movimento...ele fala da ginástica revolucionária, é a classe entendendo que a política quem faz é ela, se apropriando do fazer político. O MPL não era um fim em si mesmo, era uma experiência de construção de uma sociedade não capitalista.

Ou segundo Daniel Ferraz:

O MPL entende que a partir do momento que destrói o problema da mobilidade do transporte urbano dá conta de reestruturar de certa maneira certos aspectos da nossa sociedade que são contraditórios...o objetivo é esse mas entende que alguma coisa que alcançada vai melhor a sociedade e destruir um pilar do capital.

Juntamente com Tiago Calixto, Vitor e Daniel, foram os únicos a se afirmarem convictamente como adeptos de uma concepção política. Nos demais, a adoção de uma concepção política ocorreu sob questionamentos da verdadeira significação a respeito do que pode vir a ser um processo de transformação social. Mesmo Tiago Calixto, que se definiu como anarquista, defensor da autogestão e dos conselhos como mecanismo de democracia direta, ponderou que apesar de sua autodefinição como anarquista “não tenho muita legitimidade para

me colocar a frente de algumas questões como raça e gênero”. Para Tiago, o limite de sua concepção política está em que não tem “legitimidade” para avançar sobre determinadas questões.

As auto representações de identidade política, mesmo pressupondo livre escolha pessoal, estão sob constante crítica entre os membros do MPL-SP entrevistados. Diego Soares, que se definiu como “libertário e anarco-comunista” aprofundou sua resposta da seguinte forma: “é que os conceitos são bem complexos, quando você rotula, você limita”. Ao passo em que eu pergunto: você acredita em outra sociedade? E Diego responde: sim, numa “sociedade anticapitalista”. E eu pergunto novamente: essa sociedade tem nome? Diego Soares responde perguntando: “Socialismo libertário pode ser usado?”. Para Diego Soares se autodefinir como “socialista libertário”, ou como na parte anterior da entrevista tinha afirmado ser “libertário ou anarco-comunista”, é uma limitação, porque os conceitos são “complexos”, “limitam”. Nessa forma de aderir a uma concepção política, Diego Soares reconhece que assumir uma concepção pode ser algo problemático, uma “limitação”, logo, sua adesão não é absoluta, mas relativa, segundo o critério das possíveis “limitações”. Não tendo adesão absoluta a uma determinada concepção, no caso a que ele escolheu, o que pressupõe certo nível de coerência com as ideias adotadas, é por isso que Diego Soares participa do processo eleitoral votando, diz ele “eu escolho o menos pior”.

Mayara e Ana também não responderam qual concepção política tinham, embora as duas tenham refletido em suas respostas sobre os meios e os fins, relacionando-os com a possibilidade de transformação social em direção ao “anarquismo”. Perguntada sobre qual sua visão política, Mayara alonga-se em sua resposta e finaliza afirmando sobre as formas mais genéricas da outra forma de organizar a sociedade que ela deseja:

Sempre vai ser difícil o modo de organização, se você conseguir diluir o poder ao máximo, porque ao contrário do cara que falava lá que o ser humano é inerentemente bom, eu acho que a gente tem ser humano de tudo quanto é jeito né...as pessoas pensam nelas em primeiro lugar, em sua maioria, não sei se isso tá certo ou tá errado pros outros...agora não dá pra acreditar que todo mundo vai ser bonzinho e legal, você tem de criar mecanismos de controle porque se qualquer pessoa conseguir controlar outra pra tirar proveito...tem gente que escraviza criança..né...Então você vai ter uma sociedade anarquista, auto-organizada com gente que é filha da puta. Então a gente pensa num modelo de sociedade auto-organizada com tudo bem distribuído e tudo mais achando que todo mundo é que nem nossos amigos punk legal, mas não é...tem muito filha da puta. Tem que pensar o sistema penal..., mas uma sociedade onde as pessoas, assim, onde a prioridade da pessoa seja ser feliz, onde ele estuda porque ela gosta, onde ele trabalhe pra sua sobrevivência e não tenha seu trabalho explorado por outro e que tenha liberdade de ser quem é...Não é uma coisa tão radical [...] não é muito difícil do que quer uma tiazinha que faz trabalho voluntario na igreja.

Mayara prefere justificar sua visão de outra sociedade como uma questão moral, “que a gente seja feliz”, como ela própria afirma. Foi somente quando perguntada sobre sua posição em relação aos partidos políticos que Mayara deu mais elementos sobre sua concepção política. Na sua resposta, o elemento central está em torno da ideia de prefiguração. À pergunta sobre o que acha dos partidos Mayara responde:

Sou contra. Temos que organizar de maneira autônoma. A forma de combater o capitalismo já deve formar a gente pra sociedade que a gente quer organizada pra além do capital. Por que não dá pra derrubar o poder, e depois a gente pensar como vamos organizar? A gente se mata e a burguesia toma o poder de novo. Então como você vai formar o cidadão pra uma sociedade socialista se ele tem que ficar recebendo ordem de dirigente? [...] Partidos funcionam por disputa [...] como vai decidir e ser prático?; a forma como nos organizamos tem de ser a mais parecida possível com a sociedade que a gente quer criar, e acho que ela tem de ser o menos vertical possível, embora será vertical em alguns aspectos porque tem gente que pega tarefa com mais peso que outras, outros não querem fazer.

A organização atual deve corresponder à forma de organização da sociedade que nós queremos, por isso a autonomia e a horizontalidade fazem o MPL-SP prefigurar a sociedade futura. Então, ainda que Mayara não se defina anarquista, acredita que o que estão fazendo no MPL-SP denuncia esta transformação social, apesar de que em outra parte da entrevista Mayara tenha dito o seguinte: “se o Tarifa Zero for aprovado cada um faz o que quer depois, o MPL não quer representar revolução”. Estas duas falas vindo de uma mesma pessoa reforçam nossa interpretação de amoldamento das concepções políticas ao objetivo fundamental da gratuidade nos transportes, ainda que na consciência dos membros este amoldamento, e esta subordinação não apareçam como tais, e sim como objetivos que se complementam e apontam um para o outro.

Ana também não quis responder sobre sua autorrepresentação de identidade política, me disse o seguinte:

Eu acredito no mundo igualitário, aí você descreve como você quiser, eu não denomino nada. Eu enxergo um mundo de uma maneira em que não haja nem rico nem pobre, e que todos participem da construção dessa sociedade.

E perguntada sobre a possibilidade de a sociedade estar organizada de outra forma Ana nos disse o seguinte:

Não acredito nesse [modo], nada funciona. Anarquia é o método, dizem que vai chegar ao comunismo, eu tenho dúvida sobre isso ainda. Eu tenho dúvida se o anarquismo é um método ou um fim.

Ainda que incerta sobre sua concepção política, quando Ana fala sobre o significado da luta pela gratuidade nos transportes ela reafirma sua crença no mundo igualitário: “o transporte é só uma parte do que acreditamos, do mundo igualitário que queremos”.

Quando confrontamos sua adesão a uma determinada concepção política com essa fala sobre o transporte, retornamos à dinâmica de acomodamento, de amoldamento das concepções políticas para lutar contra os transportes, como se somente pudesse existir mobilização pelo transporte gratuito quando esboçada uma justificativa geral para tal mobilização.

É nas ideias que formam a autorrepresentação do autonomista Francisco Ximenes que temos uma maior correspondência com a definição que o MPL tem de si, formulada na Carta de Princípios. Enfatizando o autonomismo e sua especificidade, diz Francisco Ximenes:

Eu tento enxergar a realidade, os conflitos políticos, econômicos pelo viés autonomista, que as vezes acaba se confundindo como uma questão anarquista, acho que é meio como a gente associar os movimentos autonomistas, a luta não partidária, com a prática anarquista. Mas o tempo vai passando, a gente vai vendo que nem todo autonomista é anarquista. O próprio MPL tem uma estética e uma forma de organização muito puxada pro anarquismo, de não ser um partido, de ser um movimento social, horizontal, não querer criar lideranças, construir a coisa sem figuras que vão guiar o processo e sim a luta por baixo, a partir dos usuários de transporte. Acho que só leva esse ar de anarquista porque no geral a esquerda sindicalista, partidária acabou se distanciando da realidade da população, parece aí que o autonomismo, no fundo essa luta construída de baixo por pessoas que sofrem da realidade, que querem transformá-la, já é uma estética, mas que não corresponde aos princípios anarquistas. Ai nesse sentido eu não diria que eu sou anarquista, socialista, comunista.

Francisco Ximenes foca no autonomismo, que ele diferencia do anarquismo. O objetivo principal do MPL é, segundo Francisco, desmercantilizar o sistema de transporte, fazer com que “o transporte seja organizado pela demanda da população”, ao passo que o objetivo secundário é o de “fortalecer as lutas autônomas, transformar a vida a partir da cidade, difundir o autonomismo”. Não por acaso, Ximenes foi quem convidou Daniel para conhecer e participar do MPL, segundo informação de Daniel, respondendo agora do porquê Francisco, um autonomista, convidou Daniel, um marxista-leninista, sob justificativa de “semelhança de pensamento” para participar do MPL, já que para ambos o fundamental se dá na transformação do sistema de transporte – fundamental a ponto de dirimir as divergências entre autonomismo e marxismo-leninismo.

Com as respostas de André Ciola tivemos mais um claro exemplo de como as ideias políticas estão subordinadas ao objetivo principal da organização de gratuidade nos transportes, ainda que na aparência a questão das tarifas seja tida como elemento secundário de algo maior. Para André o objetivo principal do MPL é “retomar a vida, a cidade, criar a autogestão urbana, e a luta pelo transporte é elemento estratégico”. A existência de concepções políticas dentro do MPL será a responsável pela tendência à confusão quando da definição do objetivo da organização, o que veremos como incoerentes entre as várias respostas. André, que militou no MPL-SP entre os anos de 2005 e 2016, expressou inclusive uma ideia que se assemelha a um

tipo de concepção política, a autogestão urbana, e colocou a luta pelo transporte como elemento estratégico, inserido no objetivo da autogestão urbana.

A autorrepresentação dos membros do MPL-SP é marcada pela relação ambígua entre crença e descrença. Assim, ao mesmo tempo em que apresentam posições firmes e ideias claras, também desacreditam de suas ideias, destacam aspectos que podem criticar a ideia que defendem. Não há como não relacionar esse procedimento com a ausência de um projeto totalizante de transformação social, mesmo a mobilidade urbana sendo implementada, esta não transforma o modo em si de a sociedade estar organizada. Nesta situação, definem-se enquanto adeptos de uma concepção política, mas ao mesmo tempo os próprios membros do MPL-SP entrevistados fazem afirmações que colocam em xeque sua autodefinição: “estamos no fim das ideologias, na era da pós-verdade”; “quando você rotula você limita”; se tem passe livre a gente volta pra casa, “o MPL não quer representar revolução”; “tento enxergar com o viés do autonomismo, que é confundido com o anarquismo”.

Vimos que é forte a presença de concepções políticas entre os membros do MPL-SP, porém esta presença não contribuiu para a adoção de uma concepção política como fundamento para a organização. A ideologia do MPL-SP é a da mobilidade urbana, do direito à cidade; os sistemas de pensamento que se ergueram em torno das ideias anarquistas ou socialistas surgem na ideologia da mobilidade urbana de forma secundária, complementar, adotando aspectos das ideias anarquistas ou socialistas, ou por meio dos membros da organização, mas sem se materializar em pontos consensuais; além de adotar aspectos das ideias anarquistas, a ideologia da mobilidade urbana adota aspectos de outras ideologias, ou ideologemas, como definiu Nildo Viana (2013), fenômeno que destacaremos mais adiante.

Algumas respostas trouxeram a questão de que no MPL-SP há a presença de “trotskistas a anarquistas” (Diego Soares) ou presença majoritária de “socialistas e anarquistas” (André Ciola).

Já uma participante do MPL-SP que entrou na organização no começo de 2017, Ana, respondeu que sobre a questão do Estado, um dos temas fundamentais para a organização, não existe consenso do MPL-SP: “acho que não tem uma visão... do movimento sobre [o Estado], não tem posição enquanto movimento, mas a gente pensa parecido...a gente tá falando do transporte, e o Estado não funciona...”. Resposta similar à de André Ciola, que foi “militante orgânico” do MPL-SP do ano de 2005 a 2016: “nunca houve um consenso nítido e formulado...no MPL-SP acho que em geral a gente tinha um consenso muito forte sobre o poder popular”.

O MPL-SP é plural em termos de ideias, havendo, no seu interior, a presença de várias concepções políticas, tendo como critério de aceitação a defesa da luta pela Tarifa Zero nos transportes públicos.

3.6.5 Política organizacional e política institucional

Já falamos da autorrepresentação política dos membros do MPL-SP que foram entrevistados. Agora vamos abordar a representação da política da organização e da política do Estado e instituições afins. Neste momento trata-se de apresentar como os participantes e ex-participantes do MPL-SP representam a organização, e de igual forma sobre a política que acontece nas instituições.

Nossa maneira de apresentar as representações dos membros da organização sobre o MPL-SP e sobre as instituições do Estado se dará por meio da oposição entre “mobilização” e “desmobilização”. Ainda que outros aspectos possam ser considerados, iremos enfatizar as ideias que sustentam a representação de que o MPL-SP é uma organização para mobilizar com o objetivo da gratuidade dos transportes; ao passo em que o Estado (partidos, polícia, eleições, políticos) são o principal fator desmobilizador, tanto na política em geral, quanto na sua relação com o MPL-SP.

Como até aqui já tratamos em várias partes sobre o MPL-SP, começemos pela representação das instituições do Estado. De todos os participantes entrevistados, Daniel Ferraz foi o que possuía uma concepção política mais divergente entre os membros. Declarando-se marxista-leninista, Daniel disse que quer o fim do Estado, mas que no processo de revolução “precisa de uma entidade maior”. Esta foi a única posição a representar positivamente o Estado como instrumento de mobilização a ser utilizado em determinado momento. Mas como outros membros informaram, Ana e André, não existe consenso sobre a questão do Estado, o que ajuda a situar a representação de André à sua posição pessoal, bem como permite entender que também existem pontos em comum, inclusive que incorporam as representações de Daniel.

Nas representações sobre o Estado e suas instituições, as ideias são de dois tipos: princípios, que estão originados em alguma concepção política, como no caso de Daniel; e análises pontuais, sobre acontecimentos, processos ou uma opinião sobre alguma questão.

Partindo dos princípios, a representação majoritária entre os entrevistados do MPL-SP é a de que este não mantém relação direta com o Estado e que um dos objetivos da mobilização do MPL-SP é a destruição do Estado, tal como vários membros afirmaram. Na explicação da necessidade de destruição do Estado, no entanto, surgem diferentes representações – ou seja,

não há consenso. Mesmo o entrevistado que se assumiu como Socialista Libertário (que tem como um dos princípios o fim do Estado) nos dá a seguinte resposta:

O MPL não quer tomar o poder do estado, quer destruir o Estado. Mas também cada Estado tem sua particularidade...né...O estado tem os diversos papeis que você tem de adaptar segundo a realidade local. Por exemplo, Cuba eles precisam do Estado pra sobreviver, uma ilha de 12 milhões de pessoas não vai conseguir resistir às pressões externas ...é uma opinião pessoal minha não é do movimento, [não vai conseguir sobreviver] sem o Estado.

Como vimos, Diego dá duas versões sobre a questão do Estado, a primeira, da organização (quer destruir o Estado), e a segunda, pessoal (tem suas particularidades). E este entrevistado finaliza afirmando que o MPL de São Paulo é um grupo que tem consenso em torno dos transportes, não em torno do que é o Estado.

Ana vai na mesma linha de representação (pensamento) que Diego e diz: “sobre o estado não tem consenso mas visão parecida de que não funciona [...] não ter vínculo público gera maior repressão [...] Estamos na luta contra o Estado”. Por sua vez André nos disse:

Não tinha consenso. MPL sempre foi predominante socialistas e anarquistas e nunca houve um consenso nítido e formulado. No MPL-SP agente tinha um consenso muito forte sobre o poder popular. Era o caminho pras mudanças que a gente queria ver na sociedade...não quer dizer unanimidade em todos os momentos. [Qual relação do MPL com o Estado?] Na luta a gente pode procurar relações estratégicas com o estado, mas o objetivo é a destruição dele, assim, como na luta queremos suprimir o MPL como liderança [...] O Estado pode ser usado taticamente de maneira muito pontual. Mas o objetivo é suprimir ele enquanto regulador das relações do capital, da luta social.

As representações da relação do MPL-SP com o Estado criam a ideia de oposição e de mobilização contrária por parte da organização, contra o aparato estatal. Mayara afirmou: “o MPL não negocia com o Estado”. Mas sabendo da diversidade de posicionamentos entre os membros, já vimos um participante marxista-leninista e outros três identificados com o anarquismo representam tal relação. Agora veremos como Francisco Ximenes expressa sua representação da relação do MPL com o Estado:

O próprio MPL tem uma estética e uma forma de organização muito puxada pro anarquismo, de não ser um partido, de ser um movimento social, horizontal, não querer criar lideranças, construir a coisa sem figuras que vão guiar o processo e sim a luta por baixo, a partir dos usuários de transporte. Acho que só leva esse ar de anarquista porque no geral a esquerda sindicalista, partidária acabou se distanciando da realidade da população, parece aí que o autonomismo, no fundo essa luta construída de baixo por pessoas que sofrem da realidade, que querem transformá-la, já é uma estética, mas que não corresponde aos princípios anarquistas. Ai nesse sentido eu não diria que eu sou anarquista, socialista, comunista.

A representação feita por Francisco é importante porque sua convicção em ser autonomista está baseada em pertencer a uma organização que apesar de parecer anarquista, segundo ele “não corresponde aos princípios anarquistas” e sim à prática autonomista de transformar a realidade por “de baixo” a partir da própria luta das “pessoas que sofrem”.

Sobre os partidos políticos a representação dos membros do MPL-SP converge na crítica aos partidos eleitorais e, para alguns, na defesa de um partido que “englobe todas as mobilizações” (Daniel), ou o partido no sentido de “tomar parte de algo” (Tiago Calixto). Na representação crítica dos partidos, as principais ideias utilizadas relacionam os partidos políticos e a desmobilização popular. Vitor disse que “os partidos são uma estratégia errada, a disputa eleitoral é perda de tempo”, e ainda segundo ele “o lulismo desmobilizou e enfraqueceu a luta popular”. Já para Tiago, “os partidos são uma forma autoritária de organização política”. E para Francisco, os “partidos são oportunismo, não constroem para a cidade”, sendo, por isso, necessário “acabar com a ilusão das eleições e manter o trabalho de base”. E a crítica de Mayara sobre os partidos, que já apresentamos, está na lógica da prefiguração, para quem a forma de sociedade que se deseja no futuro já deve estar em germe nas mobilizações e organizações atuais, sendo, portanto, contra a organização partidária e a separação entre dirigentes e dirigidos.

No entanto, ainda persistem algumas representações que pensam em formas alternativas de partidos: como para Diego, para quem um partido não necessariamente precisa disputar as eleições; ou para Daniel que pensa em uma forma de partido que dirija todas as mobilizações; ou o partido na perspectiva de luta popular, tal como diz Tiago sobre o significado da ideia de partido como tomar parte de algo, se posicionar. Apesar das representações críticas, dois membros ainda dizem votar nas eleições: Diego, que se diz libertário, anarco-comunista e socialista libertário; e Francisco, que se identifica como autonomista. Para Diego, “votar não traz mudanças”, e Francisco diz que é necessário “acabar com a ilusão das eleições”.

Nas representações sobre os partidos, tanto os indivíduos que aderiram a uma concepção política anarquista, quanto os identificados com o marxismo, combinam a crítica aos partidos, apesar de nas duas perspectivas também existirem indivíduos que votam e participam das eleições, tal como Diego, Francisco, e outros que não votam, como Vitor, Mayara, Tiago, Daniel e Ana.

O último tema de representação foi a instituição policial, consenso absoluto entre os membros do MPL-SP de que é uma instituição contra a organização, instrumento do Estado e parte da oposição à organização para atingir os seus objetivos.

Concluimos que a representação que fazem do Estado e suas instituições é a de desmobilizador, repressor da organização e um inimigo contra o qual lutam. Tal representação se constitui por oposição à representação feita sobre o MPL-SP.

As representações sobre esta organização produzidas pelos membros entrevistados transmitem ideias de uma organização mobilizadora, que para uns tem o objetivo fundamental

de transformar o sistema de transportes, e para outros transformar as bases da sociedade capitalista, o que analisaremos no tópico seguinte.

Ainda que vários membros da organização defendam o fim do Estado, como vimos anteriormente, há a ideia difundida entre os membros do MPL-SP que “o MPL não quer representar revolução” (Mayara), logo, seria uma organização que faz parte do campo reformista, o que tem origem em sua reivindicação – a gratuidade no sistema de transporte. Porém, na representação do MPL-SP seus membros incorporam a ideia de “reforma como meio de luta” (Tiago). Tal ideia tem origem na “perspectiva anarquista”, como disse Vitor. Um entendimento tácito e implícito se estabelece, nos entrevistados, em torno da crença de que reformas conduzem à revolução, visto que, como vimos, sob justificativa da gratuidade nos transportes, o MPL adota aspectos do sistema de ideias de algumas concepções políticas de transformação social.

Existe, portanto, uma contradição na representação da organização, que, de um lado, propõe a destruição do Estado e a sociedade anticapitalista e, do outro, a transformação na gestão do sistema de transporte, unindo a “gestão popular” com as entidades estatais de controle do sistema de transporte. Esta contradição na representação se dá ao fato de que as atividades, as ideias principais, e todo aspecto mobilizador do grupo está direcionado para a gratuidade nos transportes. É como se disséssemos: o MPL diz uma coisa e faz outra, ou melhor, representa algo que na prática faz de outra forma. Ao considerar a formação política, esta é bastante limitada, como vimos nas respostas dos próprios membros; a considerar manifestações, panfletos, artigos, campanhas, etc., produzidos pelo MPL-SP não encontramos em destaque principal a transformação social total, mas a transformação de um aspecto desta sociedade, o sistema de transporte urbano.

Transitando entre o campo da “reforma” e o da “revolução”, o MPL é representado a partir de uma dinâmica de funcionamento que rompe a lógica da organização do Estado. Tiago nos afirmou considerar o partido como “uma forma autoritária de organização política”. A prefiguração que Mayara nos contou, é representada na seguinte forma de funcionamento do MPL: autonomia em relação ao Estado; poder popular; horizontalidade como ausência de lideranças; militante orgânico e participante periférico; divisão de funções e rotatividade.

A partir destes aspectos, os membros do MPL-SP representam a organização como mobilizadora, ocorrendo a efetiva identificação e participação dos membros com a organização, materializando a vontade pessoal de participação na mesma. Já vimos que todos os membros do MPL-SP entrevistados afirmaram que participaram de todas as atividades da organização. A participação nas atividades, assumindo tarefas, é estimulada pelo MPL-SP, e o mecanismo da

rotatividade nas funções é representado como mecanismo para participação e não concentração de funções, o que reforça a norma da horizontalidade nas relações entre os membros.

Devido à horizontalidade e rotatividade nas funções, o MPL-SP definiu como condição de pertencimento ao grupo ser um “militante orgânico”. Das outras pessoas que participam das atividades, que comparecem em manifestações, que estão em contato regular com a organização, não se espera a participação nas reuniões e execução de tarefas, mas dos “militantes orgânicos” sim. São eles que assumem alguma tarefa de acordo com a divisão de funções que a organização define: a figura pública é o militante que pode aparecer nos meios de comunicações e apresentar a versão da organização; o militante que ajuda nas questões jurídicas, o que ajuda nas questões financeiras, o que desenvolve trabalhos técnicos (desde informática até estudos sobre o sistema de transporte). E mesmo durante as manifestações a divisão de funções se fazia presente, como diz Diego:

Nas reuniões todos os integrantes fazem a mesma coisa. Participa da reunião da mesma maneira, o que a gente faz é debater a pauta, o que um faz todo mundo faz. [Nas manifestações o que você faz?] É rotativo, ultimamente eu tô de figura pública, dou entrevista e tal, mas eu costumo panfletar...mas isso é rotativo. Já fiquei de corre-ato, ficar vendo o que ta acontecendo na manifestação pra orientar todo mundo [...]. Cada ato eu faço uma coisa, o que mais fiz foi panfletar, mas ultimamente to de figura pública.

Ana nos lembrou que sua primeira função nas manifestações foi ficar responsável pelo diálogo com a polícia. Assim, verificamos que é grande a diversidade de funções dentro do MPL-SP. Importa notar que a divisão de funções não é questionada na organização, mesmo alguns de seus membros se identificavam com tal divisão: “geralmente eu tava na ação direta”, diz Tiago sobre sua participação enfatizar nas ações concretas executadas pela organização: manifestações, colagens e pichações, conversas com participantes das manifestações para evitar conflitos desnecessários, etc.

A horizontalidade é a representação da ausência de lideranças, e a rotatividade a representação da não especialização de funções – ainda que exista a divisão de tarefas, e certo nível de permanência de determinados membros em algumas atividades, como relatado por Diego, que comentou sobre membros que se especializaram em questões jurídicas, ou Tiago que disse ter participado mais em atividades de ação direta.

A representação da organização como mobilizadora é clara na fase de Mayara: “o MPL não negocia com o Estado”. As manifestações, enquanto atividade da organização, são representadas como um mecanismo de força do movimento, as quais são capazes de pressionar o Estado. Por isso Daniel divide as manifestações em pacíficas, isto é, aquelas organizadas por partidos como o PT; ou manifestações de enfrentamento, tais como as organizadas pelo MPL.

E André diz que as manifestações têm de estar “inseridas numa estratégia maior”. Isto está relacionada tanto com a definição dos objetivos e reivindicações, quanto com a forma de mobilizar o grupo de base através do “trabalho de base” (Francisco). Tiago tem claramente representada a questão do trabalho de base:

As manifestações podem conseguir muitas coisas cara. Elas podem construir uma identidade, elas podem construir um senso de apoio mutuo, forma de ginástica de consciência de classe, as manifestações colocam em evidencia o que está intrínseco na população de revolta, intrínseco no sentido de introjetado no cotidiano. As manifestações podem conseguir muitas coisas. Os direitos que estamos perdendo hoje foram contos, de muita luta, de muita manifestação, inclusive de sindicatos autônomos [...]. Mas não é apenas isso, pra chegar nas manifestações é necessário estar em contato diário sendo e fazendo parte do povo. O que se convencionou a chamar trabalho de base. Mas não um trabalho de base eu vou levar a luz para o povo, mas do tipo eu sou da base, estou na base e estamos junta com a base fazendo esse trabalho. Nesse sentido de construção do poder popular, que não se dá num dia, em uma manifestação, mas se dá no cotidiano, se dá nas organizações de bairro, nos conselhos, nos sindicatos buscando autonomia.

A história do MPL-SP não é senão a história da mobilização de parte do grupo estudantil em busca da gratuidade dos transportes. Sua existência deve-se à participação de estudantes que criaram a organização com determinados interesses e justificando a mobilização com base em determinadas ideias. O MPL-SP é, portanto, produto do modo de mobilização que criou um determinado modo de representação. Segundo alguns membros entrevistados, a “política é tudo” (Diego e Daniel), a “política é o controle sobre nossas vidas”. O MPL é então a representação desse agir político que muitos estudantes encontraram.

3.6.6 Objetivos

Apesar de os membros do MPL-SP considerarem a organização no campo das reformas sociais, para alguns, o MPL-SP é uma organização que luta por uma “sociedade anticapitalista”, o que necessariamente significa uma “revolução” na atual organização da sociedade. Por que existe esta contradição nas ideias dos membros do MPL-SP? A raiz está na confusão em torno de qual é o objetivo principal do MPL.

Como já vimos, através da análise da história e do material informativo, o objetivo fundamental do MPL é a implantação da Tarifa Zero, e a este objetivo a organização adequou aspectos das ideias de concepções políticas anarquistas e marxistas. Porém, para os membros da organização essa adequação aparece de forma contraditória, confundindo os objetivos da organização.

Para analisarmos a questão do objetivo principal do MPL optamos por realizar o seguinte procedimento. Perguntamo-nos: para além do passe livre e da tarifa zero, o que a organização executa de atividades? Isto é, o MPL realiza outras atividades além das atividades

voltadas para a obtenção da gratuidade dos transportes? Relembrando a história da organização e problematizando as respostas sobre os objetivos, e tendo como referência a autorrepresentação política dos membros da organização, podemos afirmar que no âmbito do discurso, os objetivos da organização se dividem em dois: transformação do sistema de transporte ou transformação social mais ampla. Objetivos que expressam interesse grupal, no primeiro caso, e interesse de classe e interesses mais amplos, no segundo caso.

Na fala de Mayara sobre o objetivo principal do MPL vemos claramente a dualidade de objetivos na organização:

O objetivo principal do MPL é ser um movimento anticapitalista que entende que a luta pelo passe livre, luta pelo direito à cidade se encaixa na luta do espectro maior anticapitalista. A gente é um movimento anticapitalista, a gente está no espectro da esquerda anticapitalista, autônoma, blábláblá...A gente entende que acessar a cidade é importante, por causa das políticas públicas. Só que a nossa forma de organização é importante, a gente poderia tá lutando dentro da UMES, o que não é lutar. Nossa forma de luta é tentar empoderar, fortalecimento da organização popular. Os objetivos estão todos relacionados.

Afirmado que a mobilização pelo passe livre, o direito à cidade, e a forma de organização autônoma (empoderada, popular) são partes do objetivo principal do MPL em ser “um movimento anticapitalista”, Mayara reconhece que se “a Tarifa Zero for aprovada cada um faz o que quer [depois], o MPL não quer representar a revolução”. Em um mesmo indivíduo da organização a consciência contraditória sobre o objetivo do MPL impede a pessoa perceber as incoerências do discurso no nível do conjunto das afirmações. Mas no nível pontual, argumentativo e explicativo do porquê ter gratuidade nos transportes não se encontra contradição, e sim uma complexa produção de ideias (direito à cidade, mobilidade urbana, anticapitalismo) que justificam a mobilização.

Para Diego, também lutar por uma sociedade anticapitalista é o objetivo final da organização. Perguntado sobre o objetivo principal do MPL-SP Diego responde:

Não tem consenso, objetivo principal é lutar por outra cidade, o movimento luta por outro tipo de sociedade, uma sociedade anticapitalista. Mas tipo, dentro do capitalismo luta por melhoria dos transportes na cidade, transporte público. Luta pelo direito a cidade e tal. O objetivo final é outro tipo de sociedade que não é o capitalismo.

Para estes membros, e também para Ana que diz que “o fim da tarifa é só uma parte do que queremos”, a transformação social é definida como objetivo da organização, e a questão da gratuidade é relacionada como condição necessária para tal transformação. Acontece que o que verdadeiramente está presente nestas definições do objetivo é a necessidade de transformar a sociedade sob a justificativa de transformar o sistema de transporte, e não a necessidade de transformar o transporte sob a justificativa de transformar a sociedade. A ênfase discursiva na

transformação social funciona como “legitimador” da transformação dos transportes, apoiada por um conjunto de ideias que lhe dão fundamento.

Mas outros membros definem o objetivo principal do MPL correspondendo ao que a organização diz e faz. Vejamos a resposta de Tiago:

A leitura que eu faço, e acho que é a do próprio movimento, o objetivo principal do MPL é a gestão do próprio povo do transporte público. E obviamente com gratuidade. [E objetivos secundários?] Eu acho que você me pegou cara. Eu acho que o objetivo secundário seria a formação dos militantes.

Francisco e Daniel, membros que entraram nos últimos anos, diferente de Tiago, que esteve presente desde a fundação e como militante orgânico por vários anos, reafirmam o objetivo principal e o objetivo secundário, tal como definidos por Tiago. Para Francisco, o objetivo principal do MPL é

conquistar Tarifa Zero e fazer com que o sistema de transporte de São Paulo e do Brasil seja organizado a partir das demandas da população que mora na cidade, que usa cotidianamente e isto só é possível a partir do momento que o transporte deixa de ser mercadoria, deixa de ser mercantilizado e passa a ser gratuito e ser organizado em função disso. Aí a gente pode dizer que a tarifa zero é o objetivo concreto material, último, o direito à cidade a gente acaba construindo nesse processo. O MPL é um movimento pelo transporte, pelo passe livre dentro da ideia de uma outra cidade, uma cidade voltada para o uso das pessoas, voltada pra apropriação e não pra geração de lucro.

Aqui, o transporte aparece como objetivo real e que pode gerar outras transformações, como o direito à cidade e questionamento do domínio da “geração do lucro”. O transporte surge como justificativa para transformar a cidade, diferente das definições dos membros que justificam transformar o transporte através da transformação social. Para estes indivíduos, o objetivo do MPL é claramente definido, correspondendo ao que fazem (atividades, ideias, manifestações) e pensam como objetivo fundamental da organização. Para Daniel, o objetivo principal é acabar com as tarifas como um entrave ao direito à cidade, sendo que “a mobilidade pode reestruturar aspectos da sociedade que são contraditórios”.

Anteriormente já comentamos que alguns indivíduos perceberam a transição de objetivos no MPL-SP, da definição da luta “mais geral” como objetivo principal para a luta enfocada na gratuidade dos transportes, como lembrou Vitor, processo que teria ocorrido ao longo dos anos de 2005 e 2006. Foi esta transição que resultou na adequação das concepções políticas ao objetivo fundamental de gratuidade nos transportes, bem como a produção e reprodução de ideologias específicas em torno do objetivo principal da organização, a gratuidade nos transportes passa a ser justificada ideologicamente por ideias como mobilidade urbana e direito à cidade. Assim que encontramos para alguns indivíduos do MPL a união entre

objetivo e ideologia, o que já destacamos anteriormente ao longo da análise das ideias da organização.

O direito à cidade e a mobilidade urbana são ideologias presentes no pensamento de Francisco e Daniel, e também em outros membros, como Mayara, que disse que o “direito à cidade é para contestar o capitalismo”. E como diz André:

O objetivo final do MPL é a retomada da vida das pessoas na mão das pessoas, com enfoque na questão urbana. A retomada da cidade. Toda a cidade para todas as pessoas. Ai o nosso elemento central nisso é a tarifa zero no transporte público como ponto chave pra conquistar o acesso à cidade. Esse é o nosso ponto central, mesmo esse ponto é difícil de alcançar. Isso passa por fazer a discussão chegar em mais lugares além do movimento.

O objetivo estratégico é o fim das tarifas e o objetivo final o direito à cidade. Na ideologia reproduzida pelo MPL o direito à cidade surge como objetivo final. Esse objetivo disputa espaço com as definições dadas por outros membros, tal como uma sociedade “anticapitalista”, ou as definições mais específicas dos indivíduos vinculados ao anarquismo ou marxismo e que estão na organização. O direito à cidade, a mobilidade urbana são, então, os sistemas de ideias que mais correspondem ao objetivo da gratuidade no sistema de transporte, conseguindo então, suplantar as ideias que no interior do MPL-SP defendiam a busca da transformação social total como o objetivo principal da organização.

Concluimos, em relação aos objetivos do MPL-SP, de que o interesse grupal é apresentado como interesse geral, e inclusive ideologias são apropriadas criando um véu em torno do objetivo fundamental da organização. A inexistência de um projeto político (vimos a diversidade de concepções que existem dentro do MPL-SP) contribuiu para que a ideia de luta exclusiva pela gratuidade do sistema de transporte se tornar consenso dentro da organização, derrotando os grupos que tinham como objetivo enfatizar a “luta” em termos mais amplos que somente a questão do sistema de transporte. Desta forma, o MPL-SP é uma organização que luta especificamente por interesses grupais, apesar de, discursivamente, representar interesses mais amplos de transformação social.

CAPÍTULO 4 - JOVENS EM RESISTÊNCIA ALTERNATIVA: A UTOPIA DO JOVEM AUTÔNOMO

A história formal da organização Jovens em Resistência Alternativa compreende os anos de 2002, data de criação, e o ano de 2017, com o fim da organização. Na perspectiva tradicional de conceber a história, a exposição cronológica dos acontecimentos considerados os mais importantes é o modo de pensar desejado e, assim, um recorrido por estes quinze anos de história do JRA alcançariam os objetivos para tal tipo de conhecimento. Esta pesquisa partiu de outra perspectiva, a perspectiva dialética, que dispensa o relato temporal do início, meio e fim de uma história lógico-formal e ao mesmo tempo busca compreender através das múltiplas determinações a explicação fundamental do tema estudado. Também não tratamos de catalogar o maior número possível de “causas”, “fatores”, “motivações”, “explicações” para constituir um “acervo de conhecimentos” sobre o JRA. Nossa investigação elaborou um rico quadro explicativo da evolução histórica do JRA e que, para fins de exposição, dividimos em “partes” ou “momentos”, que agrupam no seu interior determinados aspectos dessa história⁶¹.

Os três momentos da história da organização JRA que sintetizamos foram: os processos de luta anteriores à organização, a criação do JRA em 2002 e as ações e ideias que consolidaram a organização em seu tempo de existência. Essas partes, aspectos, ou momentos da realidade da história do JRA são produtos da análise do material informativo, resultados do trabalho investigativo de abstração da realidade concreta, expressando-a em ideias de forma a trazer os elementos essenciais na compreensão do JRA. O elemento fundamental por detrás de todos estes aspectos é o verbo mobilizar, tipo de ação coletiva que possibilitou a existência do JRA, uma organização criada e mantida pelos seus próprios membros e que existiu somente pela capacidade de seus membros reunir, relacionar, movimentar, criar um pensamento comum a indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social, no caso os estudantes.

A origem social dos estudantes, épocas de transformação e mudança social, acontecimentos de impacto na sociedade, novidades históricas, conflitos sociais adentram o grupo estudantil e influenciam em suas relações. É, portanto, da história do meio estudantil na Cidade do México, e, mais especificamente, em algumas universidades públicas, que vamos iniciar nossa jornada para conhecer a história do JRA.

⁶¹ Por história compreendemos o transcorrer do tempo que não retorna mais. Assim, a história é o tempo em sua concreticidade, sendo a história humana determinada pelos seres humanos, e a história natural determinada pela natureza. Cada ser tem sua historicidade, seu desenvolvimento histórico, ao mesmo tempo que também é determinado pela historicidade de outros seres.

4.1 A guerra, o neoliberalismo e os estudantes

Em janeiro de 2002 surge o JRA. Uma espécie de documento formal de criação é a *Declaración de principios y Documento base* da organização, publicada neste momento. Esta data também coincide com informações retiradas do artigo/entrevista de Mina Navarro (2016) e do trabalho monográfico de Mireille Arzeta (2008). A *Declaración*, em que pese ser valiosa de informações sobre as ideias da organização, é marcada pela ausência de dados sobre a criação do JRA, o local, os participantes e a data. A *Declaración* é um documento “fundacional”, ou seja, é um texto que formaliza a criação do JRA. De histórico é o seu conteúdo, e a data da publicação, no restante é necessário recorrer a outras fontes em se tratando de reconstituir os eventos da criação do JRA.

A seleção de material identificou que por meio do informe *Festival Echa una mano por la paz* podíamos reter informações sobre a criação do JRA. A identificação desta unidade de informação remeteu ao histórico de mobilizações estudantis elaborado por Mireille (2008), assim, outra fonte importante foi a descrição por Mireille dos festivais e caravanas organizados por estudantes, na virada da década dos anos de 1990 para os anos 2000, em apoio ao EZLN. Organizações como *Uameros por la Paz*, *El Otro Colectivo*, *Jovenes Constuyendo la Paz*, *Colectivo Paz*, *Baile y Resistencia*⁶² foram criadas por estudantes tendo como objetivo se opor ao conflito armado em Chiapas, desatado com o início do levante armado do EZLN, e oferecer mantimentos e defesa dos direitos humanos.

As mobilizações estudantis contra a guerra em Chiapas, das quais estas organizações eram expressão, realizavam concertos musicais, coleta de alimentos, caravanas a Chiapas, seminários temáticos, protestos, etc., tendo como objetivo divulgar a situação de guerra em Chiapas. Mina Navarro, por ter participado do JRA desde as origens e ter tido a oportunidade de fazer uma entrevista coletiva com a organização, pôde esboçar o levantamento sobre as várias campanhas e concertos feitos por organizações estudantis desde 1994. Navarro apresenta a seguinte lista que está organizada pelo nome da organização e o nome da atividade realizada:

Por Caravana Ricardo Pozas (CEU histórico) y las Bandas de los Corazóns Solitarios: “Rock por la Paz y la Tolerancia” (Estadio de prácticas, 1994); “El 12 Serpiente” (Estadio de Prácticas, 1995), “Rock por la Consulta Zapatista” (Islas de cu, 1995), “10 años del CEU” (Estadio de Beisebol de cu, 1996). Por La Bola (Santa Sabina, Uameros por la Paz, CEU, OPEX): “Muévete. Gira por la libertad” (UAM Xochimilco, 1997), “Muévete Durito contra la Guerra” (Deportivo Reynosa, 1998), “Caravana Universitaria Ricardo Flores Magón” (Zócalo de la Ciudad de México, 1998). Por el Consejo General de Huelga y los colectivos universitarios: Festival del Estadio Olímpico (1999). Por el Colectivo Paz, Baile y Resistencia: “Rock por la

⁶² Como o nome dos grupos indica, somente um faz referência direta à condição de estudantes, ao passo que um coletivo faz referência ao EZLN, a palavra otro; e os dois últimos referem-se respectivamente à paz e política, respectivamente

Consulta” (1999), Rock sobre Ruedas” (1999), “Paz, Baile y Resistencia” (UAM Xochimilco, 1999), “Festival Echa um mano por la paz” (Zócalo de la Ciudad de México, 2001. (NAVARRO, 2016, p. 103).

Cada concerto musical realizado era acompanhado de várias outras atividades relacionadas com a questão da guerra em Chiapas, que se torna questão importante para um setor e correntes do movimento estudantil, gerando a criação de organizações para lutar contra a guerra, bem como a reorientação de algumas organizações estudantis já existentes voltando-se para a situação em Chiapas, o que indica o forte apelo da questão Chiapas entre o grupo social dos estudantes no México.

Em pesquisa na internet, encontramos um comunicado que convida a população para contribuir com a Caravana Ricardo Pozas, organizada pelo *Consejo Estudiantil Universitario*⁶³.

NUMERO DE REFERENCIA:4080202

FECHA: 2 de Agosto de 1994

ETAPA: III.- Primer Impasse

EVENTO OFICIAL:

ACTOR: Organismos y Movimientos Civiles Nacionales

LUGAR DE EMISIÓN: Cd. de México

SOPORTE FÍSICO: Copia del Original

TIPO DE DOCUMENTO: Comunicación privada

COMENTARIO: CARAVANA Universitaria RICARDO POZAS CHIAPAS México D.F. a 2 de agosto de 1994.

Empresarios, Industriales y ciudadanos en general

PRESENTE

Por medio de la presente, los estudiantes y académicos universitarios que conformamos la Caravana Universitaria "Ricardo Pozas", hacemos una invitación a la gente en general, a que se solidarice con las comunidades indígenas chiapanecas que viven en condiciones de pobreza extrema y que debido al conflicto y tensión que impera en este estado, ven agravada aún más la situación. Nuestro objetivo consiste en brindar AYUDA HUMANITARIA (víveres, medicamentos, herramientas de trabajo, plantas de luz, etc.) a estas comunidades, lo cual hemos realizado en tres ocasiones de manera exitosa. El apoyo es, en estos momentos, de vital importancia, dado que a causa del conflicto se perdieron gran parte de las cosechas y día a día perecen niños, mujeres, hombres y ancianos tanto por escasez en el abasto como por enfermedades curables (cuando hay medicamentos para tratarlas). En esta ocasión, nos proponemos llevar junto con los víveres y medicamentos que recolectamos plantas de luz y herramientas para el campo, los cuales tienen un alto costo y resulta en extremo difícil obtenerlo como donación. Por tal razón, solicitamos su apoyo por medios de donativos, agradecemos de antemano la aportación que guste

⁶³ Organização estudantil mais conhecida pela sigla CEU. Foi criado em 1986 por estudantes da UNAM contra a implementação de medidas neoliberais pela reitoria. Teve importante atuação na greve estudantil de 1987 e ao longo dos anos de 1990, sendo dissolvido em 1999, ano da maior greve estudantil da história da UNAM, foi substituído pelo *Consejo General de Huelga*, organização criada para coordenar a chamada “greve do fim do mundo”, que durou dez meses, entre 1999 e 2000.

hacer para impulsar esta iniciativa, a la cuenta de inversión inmediata no. 2952038-4 de Bancomer a nombre de Aimee Enriquez Robinson (estudiante del ITAM y miembro de la Caravana "Ricardo Pozas"). Los mexicanos hemos mostrado apoyo solidario en anteriores momentos críticos, y en esta ocasión confiamos en lo que usted brinde a las comunidades indígenas de nuestro país que tanto lo necesitan. Atentamente,

Por la Caravana Universitaria "Ricardo Pozas" (Firma)

Alma Maldonado Consejera Técnica de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Ciudad Universitaria. CONAI_4080202⁶⁴.

Convocada pelo CEU, assinada por uma trabalhadora da Faculdade de Filosofia (Alma Maldonado) e dirigida a “*empresarios, industriales y ciudadanos en general*”, a Caravana Ricardo Pozas, assim como todas as demais que a seguiram, tinha como objetivo levar “*ayuda humanitaria*” para Chiapas. As relações desse meio estudantil na *Ciudad do México* na década de 1990, não somente UNAM, mas também em outras universidades públicas presentes na cidade, não estão limitadas pela relação com a instituição, pelo contrário, expandem-se para além da universidade, e fazem estudantes se solidarizarem com o conflito social existente em Chiapas, gerando uma nova mobilização social, e buscando atrair apoio de outros setores da sociedade civil, como se percebe a quem a comunicação é dirigida.

A assinatura da comunicação ficou a cargo de uma funcionária da UNAM, o que aponta para que os estudantes também tinham relações consolidadas com os trabalhadores da instituição. E essa relação entre estudantes e trabalhadores da instituição indica o objetivo de aliança entre estes dois setores da instituição. Estes estudantes estão em relações que o vinculam com outros setores da sociedade, ampliando os contatos sociais que o estudante militante possui. Além da aliança consolidada com um setor dos trabalhadores da instituição, é evidente a tentativa de vincular-se com os *ciudadanos em general*, sem distinção, na tentativa de ampliar a ação de solidariedade para as comunidades indígenas de Chiapas.

Em entrevista que fizemos com Enrique Pineda, o membro mais antigo em atividade na organização, este disse que “*yo estuvo participando de 94 a 2000 en Uameros por la Paz e ai empezamos a fraguar*”. Hoje com 41 anos de idade, e professor da Unam, Pineda é uma das expressões mais representativas da história do JRA. Pineda participou da movimentação estudantil em diversos momentos desde 1994, o explosivo ano em que emergiu o EZLN e que gerou um ciclo de mobilizações estudantis em torno da questão de Chiapas. Ainda que Pineda tenha participado nas movimentações estudantis nestes primeiros anos, e que durante toda a segunda metade dos anos 90 tenha ocorrido diversas campanhas estudantis sobre Chiapas,

⁶⁴ Fonte: http://www.logospoetry.org/document.php?document_id=67441&code_language=ES Acessado em 13/02/2018.

segundo uma nota da organização é somente em fins da década de 1990 que surgem as primeiras organizações que vão influenciar de forma mais efetiva e desembocar na criação do JRA.

Na monografia de Meirelle é relatado sobre a *Campaña Preste pal Sureste*, ocorrida em 1999, e que mobilizou a solidariedade de milhares de estudantes e organizações estudantis para levar apoio, material e humano, aos municípios organizados pelo EZLN. A mobilização consistiu em:

Entre los meses de noviembre e diciembre de estos años [1999] una serie de colectivos estudiantiles impulsaron una campaña informativa y de solidaridad con el nombre de Preste Pal Sureste estos colectivos se dedicaron a explicar en las escuelas y otros lugares, lo que significaba esta estrategia de guerra, la cual provocó cerca de 1.000 muertos en Chiapas, por ejemplo, la conocida matanza de Acteal y las numerosas violaciones a los derechos humanos (MIRIELLE, 2008, p. 209).

Entre as atividades das mobilizações, convém ressaltar que eram *estudiantes explicando* para outros *estudiantes* (“y otros lugares”, o que no contexto significa levar a discussão para outras pessoas) sobre as causas da guerra em Chiapas. A guerra em Chiapas causa agitação no seio de parcelas dos estudantes que se opõem aos acontecimentos da guerra. Note-se que os estudantes se opõem à guerra, isto é, rejeitam ao conflito entre os dois lados da guerra, e não ao que era esperado pelo EZLN, a adesão massiva à tentativa de guerrilha esboçada pelo EZLN.

Ainda entre as atividades da *Campaña Preste Pal Sureste* estão a realização da Caravana Nacional Estudantil, que entregou diretamente à algumas comunidades em Chiapas o material arrecadado, e o *Festival Paz, Baile y Resistencia* que reuniu dez mil jovens na UAM-Xochimilco, arrecadando 100 mil pesos mexicanos.

No ano seguinte, em 2000, estas várias organizações planejaram uma nova campanha sob a orientação comum, com um espaço organizativo e decisório comum, uma espécie de “aliança de organizações estudantis”, grande parte delas não-formais. O nome desta nova organização ficou conhecido como *Colectivo Echa Una Mano por la Paz* e foi esta a responsável por novamente organizar debates sobre a situação em Chiapas, coletar alimentos e ao final organizar um novo festival de rock para arrecadação de fundos financeiros e mantimentos. O Festival de mesmo nome da campanha foi organizado para finalizá-la, e sua execução ficou sob a responsabilidade das organizações de estudantes que foram criadas para reivindicar o fim da guerra em Chiapas e oferecer apoio às comunidades vinculadas ao EZLN.

Durante el año 2000, integrantes de Uameros por la Paz da UAM-Azcapotzalco, el Otro Colectivo da UAM Xochimilco y Jóvenes Construyendo la Paz (de la Ibero-Puebla) nos reunimos en un solo espacio llamado Colectivo echa una mano por la paz. El objetivo fue generar una CAMPAÑA NACIONAL E INTERNACIONAL, por el cumplimiento de los acuerdos de San Andrés y por el retiro del Ejército Federal de Chiapas. La campaña era un mecanismo de organización, de presión política al gobierno federal, y una forma de solidaridad con los pueblos indios zapatistas (VÁRIOS, 2000).

Ainda no informe das organizações que realizaram o Festival, eles relatam a variedade das atividades oferecidas (“*talleres, juegos, rifas, venta de carteles, agendas, discos, libros, realización de graffitis entre muchas otras actividades*”) e os valores arrecadados, com 32 mil pesos, 8 toneladas de alimentos e a participação de 3 mil jovens no festival. A Campanha e o Festival foram para os seus idealizadores a busca por “*paz justa y digna y el reconocimiento de los derechos de los pueblos índios*” (VÁRIOS, 2000).

Além das organizações de estudantes que idealizaram e estiveram na frente da Campanha (*Umaeros por la Paz, El Otro Colectivo, Jovenes Constuyendo la Paz* que agora estavam reunidos sob o nome de *Colectivo Echa una mano por la paz*, além do grupo *Paz, Baile y Resistencia*) cabe destacar que esta foi executada em conjunto com várias outras organizações civis tais como cooperativas, sindicatos, ong’s, organizações de bairro, intelectuais engajados, organizações religiosas e indivíduos independentes. Foi uma atividade pensada, organizada e executada por estudantes e com apoio de organizações da sociedade civil. O início da atividade se dá na universidade, mas as estratégias e os objetivos da Campanha iam mais além do espaço escolar, universitário, institucional a qual os estudantes estão vinculados. O JRA dará continuidade a estas mobilizações, mais adiante veremos como a organização mobilizava os estudantes.

Se a motivação para a mobilização dos estudantes era externa ao universo escolar, o que se expressava na rejeição à guerra e pelos direitos indígenas, a mobilização teria de transbordar as linhas divisórias da escola ou da universidade e por consequência colocaria em contato este setor do movimento estudantil com problemas e necessidades mais amplos que os relacionados com a instituição escolar e as condições imediatas da vida estudantil. Era um movimento voltado para um objetivo específico fora da universidade e, ao mesmo tempo, apontava para interesses mais amplos e gerais que os interesses imediatamente estudantis. Neste caso, a mobilização pelo fim da guerra em Chiapas e algumas passaram a se inspirar nas ideias do EZLN.

Representativo desta situação da mobilização estudantil, em que o espaço de atuação transborda o universo escolar, está em duas passagens do informe sobre o Festival em que os organizadores da Campanha dizem quem são eles:

ECHA UNA MANO POR LA PAZ, tejió una red de solidaridad e información de organizaciones de derechos humanos, de homosexuales y lesbianas, de estudiantes, de trabajadores, organizaciones vecinales, organizaciones civiles y eclesiales de la ciudad de México y de todo el país (...)

Nosotras y nosotros, mujeres y hombres de México, de todas las edades, de 15 entidades del país, del campo y de la ciudad; de diversos oficios y artes y profesiones, de múltiples orientaciones políticas e ideológicas, de variadas preferencias sexuales; individuos y representantes de una parte de la sociedad civil, de más de 100

organizaciones indígenas, sindicales, campesinas, de niños de la calle, estudiantiles, urbano populares, de mujeres, ambientalistas, de derechos humanos, empresariales, religiosas y políticas, reunidos en el corazón del país, en el zócalo de la Ciudad de México, y contando con la solidaridad de 9 países hermanos en esta campaña nacional e internacional por Chiapas deseamos decir nuestra palabra, ante la opinión pública, ante el pueblo de México, ante los pueblos del mundo (...)

Mas eram eles realmente esta diversidade toda? Considerando as condições sociais, com a quais nos remetemos aos produtores das atividades (as organizações de estudantes, mais os apoiadores), mas também ao público assistente (no primeiro festival dez mil, no segundo 3 mil), o grupo social majoritário destas mobilizações são estudantes, que por condições sociais específicas são levados a crer que são eles próprios a concretização da “diversidade” da sociedade. É a esse público majoritário estudantil que nos interessamos nesta pesquisa. Como estes estudantes chegaram à consciência de que na luta pela “paz justa” eles eram a diversidade da sociedade civil? No que consiste essa apologia da sociedade civil?

Através de mais um exemplo de mobilização, esta no ano de 2001, reafirmamos o que estamos pensando para agora responder às perguntas anteriores. Neste ano, ocorreu a *Marcha de la Color de la Tierra*. As campanhas anteriores consolidam a experiência das organizações estudantis mobilizando-se pela paz em Chiapas. O planejamento de uma caminhada das lideranças zapatistas e de centenas de membros das comunidades do EZLN, abre a expectativa de um evento inédito e muito aguardado por todos os envolvidos com o conflito em Chiapas. Novamente, as organizações estudantis se mobilizaram para ajudar na organização e na logística para receber a *Marcha de la Color de la Tierra* na *Ciudad do México*.

Para receber o EZLN, o *Coletivo Paz, Baile y Resistencia* e a organização *Echa una mano por la paz* planejaram o festival *Vibra Votan por las tres señales*. No informe do festival (VÁRIOS, 2001), retirado do site do JRA, os organizadores dizem que 400 estudantes universitários ajudaram no planejamento, juntamente com os músicos e representantes das organizações civis que anteriormente comentamos. No festival foi calculado a presença de cerca de 25 mil jovens.

Varios de los jóvenes y universitarios que hoy formamos jovenes en resistencia alternativa, decidimos impulsar una gran acción para su recibimiento en la Ciudad de México, considerando a la marcha como un parteaguas político en la historia. Con la experiencia adquirida en los festivales y conciertos realizados en las iniciativas anteriores decidimos organizar uno de los más grandes conciertos por el EZLN (VÁRIOS, 2001).

O esforço dos seus organizadores é descrito no informe do festival, esforço que é destacado, pelos organizadores, na medida em que esta relaciona o ato organizativo com sua significação política:

Impulsar la organización de un festival de esta envergadura no es tarea sencilla, pero hemos encontrado que estos conciertos son un vehículo importante de organización,

información, politización, fiesta, diversión, expresión, protesta y también de generación de recursos y recopilación de materiales. TODOS los conciertos en que hemos estado involucrados, han sido organizados de forma autónoma y autogestiva, lo que implica meses de planeación, preparación, organización y difusión del evento. Músicos y estudiantes solicitamos y algunas veces, tenemos que exigir los permisos de realización para los eventos; difundimos miles y miles de volantes, conseguimos préstamos para algunos adelantos necesarios, organizamos la producción técnica y también la seguridad (VARIOS, 2001).

E além do trabalho gasto na atividade, neste informe do festival os organizadores fazem uma consideração política mais aprofundada sobre os festivais: “*la demostración de la autoorganización y la autogestión*” (VÁRIOS, 2001), ou seja, ao executarem o planejamento do festival eles caminhavam, segundo o informe, para a auto-organização e autogestão.

A criação de organizações estudantis contra a guerra em Chiapas, embora ao longo dos anos novos objetivos fossem acrescentados, é a determinação imediata fundamental para a criação do JRA. Na mobilização contra a guerra surge uma crítica mais profunda da sociedade e o referencial eram as próprias ideias que vinham de Chiapas e do EZLN, daí que no apoio à *Marcha de la color de la tierra* a motivação política da mobilização é destacada. E ao mesmo tempo em que agem, em que executam uma prática, este mesmo movimento também incorpora, produz e divulga ideias. Primeiro vimos a questão da diversidade, por último a consideração política da auto-organização e autogestão. A consciência que surge é determinada nas condições sob as quais surge a organização. Diversidade e auto-organização aparecem aos estudantes como representação da mobilização.

A movimentação estudantil contra a guerra produz as organizações de estudantes contra a guerra. As organizações são um dos produtos da mobilização estudantil, outros produtos foram as manifestações, o apoio material e a participação em atividades diversas. A mobilização estudantil, para deter a guerra, foi o objetivo que mobilizou milhares de estudantes. Da diversidade de resultados da mobilização, a criação das organizações estudantis foi uma ação concreta, real, e que deixou elementos para a análise posterior da movimentação social existente. Daí um dos maiores convenientes em estudar o movimento social enfatizando a organização, tendo em vista que essas geralmente deixam uma relativa maior quantidade de vestígios de sua existência, tais como panfletos, relatos, análises, filmagens de atividades, produzem materiais (como sites, livros).

A mobilização destas organizações estudantis aponta para a orientação social de um setor do movimento estudantil. Este é cindido em duas orientações, a gremial, que visa aos interesses estudantis, e a orientação social que dirige os estudantes para a mobilização que vai além dos interesses do grupo social (ROMERO, 2018; SANCHEZ, 2000; VIANA, 2016b). Nas mobilizações de orientação especificamente estudantil a dinâmica dos acontecimentos tem no

espaço escolar/universitário o local privilegiado, daí a ocorrência da greve estudantil, ocupação de salas, etc.; já nas mobilizações de orientação social a dinâmica central dos acontecimentos se dá no espaço extraescolar, geralmente em comunidades, campanhas, manifestações de rua, etc., em que pese a adesão e renovação dos membros continuar através do grupo estudantil.

Dois outros eventos contemporâneos, que fazem parecer se tratar de uma conjuntura de lutas estudantis, as greves estudantis, cuja maior foi a da UNAM e durou dez meses entre os anos de 1999 e 2000, e no ano seguinte as manifestações contra o encontro do Fórum Econômico Mundial em Cancún, em 2001 e 2002

A mobilização contra a guerra em Chiapas, as greves estudantis contra a privatização do ensino, participar das mobilizações antiglobalização, luta contra a violência estatal, são expressões diferentes das mobilizações estudantis na *Ciudad do México* nos últimos trinta anos. Estes tipos de mobilização representaram as duas orientações existentes no seio do movimento estudantil, a orientação social e a orientação gremial. A primeira orientação foi a mais forte nas origens do JRA, o que não quer dizer que aspectos do meio estudantil estivessem no JRA, pelo contrário, o JRA representa uma outra forma de relação dos estudantes com o meio estudantil, ou outra forma do meio estudantil manifestar as relações entre os estudantes e destes com a sociedade mais ampla.

Além da mobilização e organizações de estudantes que surgiram pela paz em Chiapas, também organizações convencionais do movimento estudantil participaram da mobilização de solidariedade ao EZLN e para deter a campanha repressiva em Chiapas, tal como foi o caso com a participação do *Comitê Estudantil Metropolitano* (CEM), *Consejo Estudiantil Universitario* (CEU), *Consejo General de Huelga* (CGH). Outra face da história da mobilização estudantil nestes anos são as lutas contra projetos de privatização/mercantilização do ensino. A principal das greves estudantis ocorreu entre 1999 e 2000, na UNAM. Entretanto, neste período e nos imediatamente próximos, dezenas de greves e outras atividades de movimentação dos estudantes aconteceram em diferentes estados do México, e com bastante força na capital e suas três universidades públicas, um expressivo conjunto de escolas e uma população de cerca de três milhões de estudantes.

4.2 A Criação do JRA: juventude autônoma e luta popular

O JRA surge imediatamente depois destas mobilizações, criado no ano de 2002. No processo de luta contra a guerra, ideias foram sendo incorporadas e elaboradas pelas organizações e indivíduos envolvidos; vimos anteriormente que a organização dos festivais resultaram na consciência da auto-organização e uma certa noção de senso de pertencimento se

criava: o “nós” da diversidade da sociedade civil. Deste processo de mobilização surgem ideias e organizações. O JRA, sintetizando ideias e organização surge como um grupo específico. Veremos agora como foi sua criação. Em entrevista para Mina Navarro um dos membros diz o seguinte:

Nosotros como JRA, junto con otros, heredamos ese proceso muy claro de ocupación del espacio a partir del rock, política y resistencia; y ese vínculo fue el otro elemento que nos ubicó en un trabajo que se reivindicó y que podríamos conceptualizar en una especie de ocupación efímera del espacio, es decir, como un momento de ocupación para lo lúdico y para el rock, para la solidaridad, la cooperación y la autoorganización (NAVARRO, 2016, p. 104-5).

Com a *Declaración* de janeiro de 2002 a organização é criada, sendo que a maioria dos seus membros tinham participado das organizações anteriores (*Uameros por la paz*, *El Otro Colectivo*, etc.), além de novos aderentes. A análise da *Declaración* deve ser feita dentro desta exposição histórica que apresentamos: a movimentação estudantil. Esta apresentou exemplos das duas orientações existentes no movimento estudantil, sendo que aprofundamos na que consideramos ter maior peso na criação do JRA, a mobilização estudantil contra a guerra em Chiapas como manifestação de uma orientação social. Na ausência de relatos sobre a criação do JRA, a *Declaración* será nossa unidade de informação referencial para conhecer os elementos que foram levantados pelos organizadores do JRA na época de sua criação, janeiro de 2002.

A *Declaración* feita pública no site do JRA é antecedida por uma breve informação: “viejo texto de análisis político que explica nuestra formación y nuestra postura inicial alrededor de la situación de la izquierda global y nacional, así como sintetiza algunas de las reivindicaciones que en aquel momento nos parecían substantivas”. A informação avisa: velho texto de análise política que explica sobre nossa formação, postura inicial e resume algumas das reivindicações que naquele momento nos pareciam substantivas, logo, o aviso remete à ideia de que mudanças ocorreram.

A primeira frase da *Declaración* é clara: “*Nos constituimos como un espacio juvenil, alternativo a los mecanismos de participación política tradicionales*”. Tal frase é a forma estendida para se falar o nome da organização; logo, deve conter os elementos fundamentais desta. Um espaço juvenil e alternativo à participação política tradicional. Resistencia é a participação política alternativa destes jovens, da forma como estes representam. Em seguida, a *Declaración* diz que “*como parte de nuestra identidad y base de nuestras acciones e ideas*” elabora-se os princípios da organização, e inicia:

Nos reconocemos como parte de la población joven y por lo tanto nos reivindicamos como sujetos de derecho, como agentes activos de creación y de inserción de nuevos valores libertarios en la sociedad global. Nos oponemos a la discriminación y opresión

a la que los jóvenes estamos expuestos por el simple hecho de ser jóvenes. Nos organizamos para la defensa de nuestros derechos y para alcanzar todas las condiciones de desarrollo pleno y digno, como individuos y como colectivo. Nos manifestamos por la solidaridad y la participación de los jóvenes en las luchas libertarias de nuestra sociedad.

Na linha de continuidade das movimentações estudantis dos anos anteriores, a primeira afirmação reforça o caráter juvenil do movimento e segue-se marcada pela ausência do estudante ou da dinâmica estudantil/escolar. Nota-se que o texto tem afirmações que são claras: identidade juvenil, nossas ideias e ações, são elementos que demarcam os limites daquilo que se pode dizer sobre o que é o JRA, ao menos para seus membros. Considerando que já vimos parte da formação histórica do JRA, é de interesse constatar que enquanto um dos produtos da mobilização estudantil, o JRA não se reconheça como tal. Tanto em termos de organização, pois não se constitui como entidade ou outro tipo de organização estudantil, quanto em termos de ideias, pois não reivindica demandas do universo escolar. Assim, o JRA não se constitui no campo do movimento estudantil oficial, legal, institucional, do mundo das entidades, nem tampouco nos interesses imediatamente gremiais. A existência do JRA é a de uma organização formal voltada para a juventude, e a *Declaración* é uma manifestação desse seu caráter formal e juvenil.

Na explicação de sua “identidade” e das bases de suas “ações e ideias” o JRA elabora uma reflexão sobre o grupo em si e sua relação com a sociedade em geral. E esta reflexão se desdobra numa explicação complexa e sistemática que abrange o espaço interno da organização, bem como sua relação externa com a sociedade. A *Declaración*, bem como várias outras unidades de informação sobre o JRA, especialmente as que delimitamos na unidade temática de “análises”, podem em seu conjunto serem definidas como parte da produção intelectual da organização. A racionalidade, os fundamentos teóricos, os resultados interpretativos são características de uma produção intelectual, e que podemos enfatizar tal produção intelectual entre as atividades produzidas pelo JRA. Mas é como discurso militante que se afirmam essas ideias, elas são assim porque buscam mobilizar o grupo social de base da organização.

Em vinte pontos, a *Declaración* de criação do JRA reflete sobre questões tais como: a juventude como sujeito de direito, luta integral e multisetorial, globalização neoliberal, sistema hegemônico, novo poder democrático, esquemas organizativos (embora não usando esta palavra), nova sociedade civil, novo mundo, ação política autônoma, ação econômica de autodesenvolvimento/autogestão, ação de resistência global, modelo de desenvolvimento e experiências históricas (JRA, 2002).

É necessário analisar o conteúdo desta produção intelectual tendo como critérios: quem produziu? quando produziu? Qual objetivo da produção? Destes critérios podemos avançar para outras questões sobre: as relações sociais e as ideias dos seus produtores, as determinações históricas do momento de produção, a situação social e a insatisfação específica que estão relacionadas com os objetivos⁶⁵.

Considerando essas questões, podemos afirmar que quem produziu o texto foram jovens estudantes que se identificam com o autonomismo. Produziram o texto quando do surgimento da organização, que é criada no contexto de mobilizações contra a guerra em Chiapas e do setor que passou a incorporar aspectos das ideias defendidas pelo EZLN, tal como eles dizem. O texto e seu discurso militante, buscam mobilizar os jovens para a criação de uma organização especificamente juvenil. Ao criar a organização tendo como base determinadas ideias que a justificam, os membros da organização estão criando novas relações sociais, que se materializam na prática do JRA e nas ideias que a organização tem. O objetivo de organizar os jovens é elaborado sob a situação que é criticada nas ideias da organização, sendo um objetivo criado pela insatisfação com aspectos da sociedade, e nas ideias do JRA o grupo de base, os jovens, precisam se mobilizar. O JRA constitui-se como organização mobilizadora que é movida por ideias, organizar politicamente os jovens.

Nesse processo incorporam a ideia de autonomia, que passa a ser o núcleo do JRA, a criação da autonomia política juvenil. Assim o JRA se forma em torno de uma ideia, mas o desdobrar da ação orientada pela ideia de autonomia ocorre sob um grupo específico, os estudantes. Mesmo que o JRA não tenha consciência deste processo, ao longo de sua história, a organização acabou por se tornar uma tendência organizada dentro do movimento estudantil, criando uma organização estudantil de trajetória externalista. O que lhe caracteriza é, então, ser uma orientação política, a posição de um movimento político (fundado na ideia de autonomia) dentro do movimento social dos estudantes. O JRA expressa a tendência das novas organizações estudantis que agem externamente às instituições escolares, e seu vínculo com as novas organizações estudantis se dá através da ideia de autonomia. O JRA desloca a ideia de autonomia historicamente considerada como movimento político de classe social (BRUNO, 1985) e passa a ser utilizada e defendida por jovens estudantes. Cria-se assim o autonomismo de movimento social, e não de movimento de classe, este é o elemento verdadeiramente novo na história da organização. O MPL-SP também funda-se na ideia de autonomia, mas como a reivindicação do transporte gratuito se tornou o elemento fundamental de suas ideias e

⁶⁵ Considerar que o objetivo do movimento social é um e que nas organizações mobilizadoras nem sempre os objetivos correspondem às vezes avançam ao movimento social (VIANA, 2016a).

organização, então não podem se tornar uma organização que se fundamenta no objetivo da autonomia por ela mesma, posto que esta é subordinada ao interesse reivindicativo da organização.

Considerar o JRA como tendência organizada que passa a interferir no movimento estudantil é dar um novo olhar para o significado desta organização. É uma organização em que os membros se autorrepresentam como pertencentes ao “movimento juvenil” e que expressa a luta autônoma, mas sua força e sua dinâmica só existem enquanto produto da mobilização do seu grupo de base, os estudantes. Compreender essas nuances, que parece superficial, pelo simples fato de que quase todo estudante é jovem e também na medida em que praticamente todos os estudiosos a ignoram, permite identificar o vínculo de movimento social efetivo, e não de intenção, do JRA, este é uma organização realizada por estudantes que produz uma organização criada por estudantes mas que não busca se definir pela sua situação social real, própria e peculiar, mas sim pelas ideias que mobilizam a organização, a autonomia da juventude.

Para o JRA trata-se de garantir a “juventude como sujeito de direito”. Diz a *Declaración* de criação do JRA:

Nos reconocemos como parte de la población joven y por lo tanto nos reivindicamos como sujetos de derecho, como agentes activos de creación y de inserción de nuevos valores libertarios en la sociedad global.

Como parte do discurso mobilizador produzido pelo JRA, analisamos o trecho acima, e entramos em seu próprio campo, com suas ideias que pretende comunicar. A referência ao “direito” é portanto um elemento deste discurso, presente em diversas passagens: “Nos organizamos para la defensa de nuestros derechos y para alcanzar todas las condiciones de desarrollo pleno y digno” (...) “Reivindicamos la tolerancia, la diversidad, la paz, el dialogo, la resistencia, la organización, movilización y formación colectiva y popular” (...) “Nos oponemos a las formas de discriminación, imposición, dominación y exclusión en nuestras familias, escuelas y trabajo, entre hombres y mujeres, entre adultos y jóvenes, en nuestras organizaciones, en nuestras relaciones cotidianas” (...) “Nos oponemos y enfrentamos enérgicamente a toda forma de discriminación por género, edad, raza, religión, apariencia o preferència sexual”.

Isolamos os trechos anteriores tendo como objetivo destacar o emprego da ideia do “direito” pela organização. Feito este destaque isolamos outro elemento: a “crítica radical” da sociedade, que se apresenta em trechos como: “*Nos manifestamos por la solidaridad y la participación de los jóvenes en las luchas libertarias de nuestra sociedad*” (...) “*Quienes formamos la organización consideramos que la lucha actual y en perspectiva debe llevarse a*

cabo de manera integral, en todos los espacios de la vida humana y en todos sus ámbitos de desarrollo. Así mismo, tiene que darse de manera multisectorial, para lograr la convergencia de todos y todas quienes resistimos el sistema de mercado y la deshumanización” (...) “Buscamos la resistencia activa a la globalización neoliberal; luchamos por la eliminación del sistema hegemónico, intentando proponer e impulsar una nueva forma de relaciones humanas y de hacer política” (...) “Consideramos que las vías electoral o armada son insuficientes para lograr la transformación profunda y radical de nuestra sociedad” (...) “Pretendemos generar y construir organización, vinculación y comunicación desde abajo y junto con la población joven hacia la resistencia y subversión al sistema imperante utilizando para ello la construcción de un nuevo poder democrático que invierta las relaciones del sistema; posibilitando también una alternativa de participación y de lucha hacia la eliminación del sistema hegemónico y un mecanismo hacia la transformación integral de las relaciones humanas en todos sus niveles” (...) “buscamos la eliminación del sistema en su conjunto, intentando construir un nuevo poder, una nueva sociedad civil y junto con ellos un nuevo mundo” (...) “La acción política autónoma” (...) “La acción económica de autodesarrollo y autogestión” (...) “La acción de resistencia cultural” (...) “Creemos y luchamos por la autodeterminación del individuo y la sociedad, y por tanto, por la verdadera realización de la libertad”.

E isolados estes dois elementos da *Declaración* isolamos um terceiro, que se sintetiza na presente afirmação:

Reivindicamos lo mejor de las experiencias históricas de los proyectos anteriores: social-demócrata, nacionalista-revolucionarios, comunistas y anarquistas, y tratamos de evitar los errores que éstos cometieron. Nos enriquecemos de los movimientos nacionales e internacionales, tomando lo mejor y lo que nos es útil de las luchas populares representadas en Gandhi, Salvador Allende, Mandela, el Ché, Bolívar y Zapata, del movimiento estudiantil del 68, de las luchas obreras y campesinas, de la insurrección cívica del navismo y el cardenismo, del movimiento indígena y estudiantil, la insurrección zapatista y el movimiento global de resistencia al capital, así como de todos los esfuerzos libertarios que buscan la construcción de un mundo más justo.

Os elementos isolados apontam para: a busca por direitos na atualidade; a consideração do que é ser radical; e por fim a exemplificação do que a organização considera como ideal. A organização combina a luta por direitos da juventude, com a transformação radical, e seus exemplos de transformação, por sua vez, são uma combinação de propostas nacionalistas, social-democratas e revolução; portanto, agrega ecleticamente diferentes ideias. Para o cientista político italiano Norberto Bobbio, no seu livro *A era dos direitos*, a sociedade contemporânea caracterizou-se por um processo histórico em que a resistência e a revolução foram constitucionalizados, ou seja, foram incorporados legalmente, como maneira de abrandar os

impactos da oposição, diz Bobbio que a moderna legislação é uma “constitucionalização da oposição” (BOBBIO, 1992, p. 149).

Por outro, a reivindicação da condição de sujeito de direito é combinada com a afirmação da busca da inserção de novos valores libertários na sociedade. Considera-se tal junção como atípica, pois funde conceitos antagônicos, visto quer seja sob a perspectiva liberal ou a perspectiva da transformação social radical, na medida em que o sujeito de direito baseia-se na reafirmação do direito consagrado e o que se entende por valores libertários fazem parte de outro universo político.

Na medida em que sua mobilização ocorreu com outros grupos, estes estudantes rejeitaram a identidade estudantil no seio do contato com várias outras organizações civis, mas ainda assim são estudantes organizados pela paz em Chiapas. A mobilização se dava fora da escola, por isso a impressão da diversidade. Autorrepresentação que fazem é como jovens, e os estudantes são representados de forma negativa (privilegiados), e que no outro aspecto da questão faz uma apologia acrítica dos movimentos sociais.

É nestes tipos de atividades que o JRA se constitui, destas experiências, acrescidas com diferentes tipos de lutas sociais ao longo dos anos. Nos próximos anos a consolidação do JRA se dará por meio destas atividades e são, portanto, elas o conjunto da mobilização da organização. A origem do JRA está no contexto da mobilização pela “paz justa”, a “paz com dignidade”, como resolução do conflito em Chiapas. Neste processo uma parcela destes estudantes mobilizados passam a se influenciar pelas ideias do EZLN, e do encontro de vários jovens influenciados pelo EZLN nasce o JRA, uma organização mobilizadora em torno de ideias. A “fusão” de uma parcela dos estudantes ocorre porque eles compartilham de ideias divulgadas pelo EZLN, o senso de pertencimento é em torno de uma ideia.

Ao longo da história do JRA, junto com o objetivo inicial, novos objetivos são acrescentando, bem como os interesses a que a organização busca expressar vão se maturando. Em algum ponto da história, os interesses suplantam os objetivos imediatos, marcando a consolidação da organização política em torno da ideia de autonomia, autogestão, horizontalidade.

Considerada as condições acima, o JRA é parte do movimento juvenil, pacifista, movimento político ou estudantil? Não são jovens estudantes que lutam pela paz através de uma organização política? A questão é complexa e confusa, mas exatamente por apontar diversos elementos diferentes (juventude, política, luta pela paz, estudantes) é que se faz necessário apontar o que é específico no JRA. E o elemento específico surge da história da organização,

das relações entre seus membros e destes com a sociedade, do grupo social de base que sustenta o JRA, das ideias adotadas e elaboradas pela organização.

Em síntese, o JRA surge no contexto de mobilização de um setor do movimento estudantil contra a guerra em Chiapas; dessa parcela mobilizada, um outro setor foi surgindo, incorporando ideias do EZLN. Na esfera mais ampla, o movimento estudantil estava muito ativo, com efervescência da virada dos anos 2000 e as várias mobilizações daquela época, como a greve na UNAM, as manifestações antiglobalização, as campanhas organizadas pelo EZLN e várias outras lutas populares. Sob a influência do EZLN nos jovens universitários, é criada uma organização o JRA para impulsionar as lutas populares.

4.3 Formas de mobilização do JRA

Por pertencer a um tipo de grupo social em que a condição transitória é um fator condicionante de pertencimento, as organizações estudantis apresentam a especificidade da elevada renovação dos seus membros, bem como a dificuldade de aceitação de membros fora dos limites da condição transitória, o que se evidencia na figura criticada do “estudante profissional”. Junto a este fator, outro fator a influenciar na evolução do JRA foi o fato de não ter havido distinção entre os membros da organização e a própria organização formal, esta última sempre foi somente o resultado da militância de seus membros, diferentemente de outros tipos de organização, como Estado, partidos e sindicatos, que estão cindidas entre a estrutura organizacional e os seus membros, sendo que mesmo com a elevada renovação dos membros a organização mantém-se estável. O JRA sempre foi dependente da renovação de seus membros, prova disso é a elevada rotação no interior da organização, isto é, o elevado transito e substituição de membros, como cita Pineda: *“todo ano haciamos llamados a la participacion en el JRA, por esto centos de ativistas pasaran por la organizacion, no era como un partido formando quadros, no hay estructura jerarquica de escalada como en el partido”*. O que nos dá base para afirmarmos a existência de ciclos de entrada e saída na organização, tal como veremos em outra parte.

Em conversa com um dos entrevistados foi mencionado a existência de um documento do JRA que os membros têm de manter concordância para poder ingressar na organização. Não tivemos acesso a este documento, por dificuldade de retorno dos entrevistados, mas como foi indicado em conversa, tal documento tratava das ideias da organização e da concordância que os membros deveriam ter.

A forma que encontramos para conhecer a consolidação e evolução do JRA foi através das atividades e ideias que a organização produziu em seus quinze anos de existência.

Antes de iniciar a exposição desta evolução, um pequeno detalhe que conhecemos ao analisar o material informativo. Em 2005, com três anos de existência, o JRA foi participar pela segunda vez do Fórum Mundial Social, em Porto Alegre. Neste conhecido encontro, a participação do JRA se deu no espaço Caracol Intergalática, uma das diversas tendas montadas pela organização do evento para organizar os debates. Foi num dos dias de debate no Caracol Intergalática, no dia 28 de janeiro, que o MPL foi oficializado como uma organização de luta pelo passe livre.

As atividades realizadas ou apoiadas pelo JRA revelam aspectos das relações sociais que a organização e seus membros desenvolveram. São relações reais, concretas, estabelecidas entre indivíduos, entre organizações, com movimentos sociais, que ocorreram algumas nas universidades, outras em comunidades, outras nas ruas da *Ciudad do México*.

O essencial nestas atividades é que foram pensadas e executadas pelos próprios membros da organização. Esta dinâmica de produção de atividades funda-se na relação com posições igualitárias entre seus membros, não havendo relação de direção e dirigidos. Em que pese pesquisadores constatarem a existência e especificidade da burocracia estudantil, uma burocracia sem poder (BENSAID, 1969), neste setor do movimento estudantil ela não brotou.

As principais atividades realizadas pelo JRA ao longo de sua história foram: participações no Fórum Social Mundial, participação de manifestações contra a globalização, a organização de seminários de debates na universidade, organização de acampamentos de debates, organização de festivais, participação no projeto conhecido como *La Otra Campaña* e ações com outras organizações. Em quinze anos de existência foram muitas as atividades que a organização participou, seja como organizadora principal, seja como co-organizadora. A ação coletiva compartilhada vincula os membros e a organização em um posicionamento crítico à sociedade, é neste aspecto que devemos compreender a motivação do porquê fez o que fez o JRA.

Entre os anos de 2003 e 2005 o JRA participou ativamente de algumas atividades que contestavam o processo conhecido popularmente como “globalização”, uniram-se então ao que ficou conhecido como “movimento de movimentos”, as massivas mobilizações antiglobalização, ou por uma globalização alternativa, não capitalista como diria alguns de seus representantes (LIBERATO, 2006; SARAIVA, 2010). Nesse espaço de três anos, a organização participou duas vezes do FSM em Porto Alegre (Brasil), e ainda atuou em manifestações contra a Guerra no Iraque e contra o encontro ministerial da OMC, em Cancun, no ano de 2003.

Em janeiro de 2003, segundo ano de existência do JRA, a organização participa do FSM em Porto Alegre, sendo que esta foi a primeira atividade da história da organização que

conseguimos localizar no material informativo. Na unidade de informação que é o texto *Participación en el FSM en Brasil* a organização relata o objetivo da participação e suas impressões sobre o evento. Quatro membros do JRA compareceram ao Fórum unindo-se aos mais de cem mil participantes de diversas regiões do planeta. Relata o JRA que em um dos principais espaços do evento, o Acampamento da Juventude, cerca de trinta mil jovens e setecentas organizações estavam presentes, atividade comparada ao Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que aconteceu em 1996 em Chiapas, organizado pelo EZLN.

Percebe-se no relato que os membros da organização ficaram muito impactados com o Acampamento da Juventude, uma “*experiencia de asombro y alegría*” diz o texto. Além de mencionar, em diversas passagens, o caráter festivo e rebelde dos jovens acampados. Quando retornam em janeiro de 2005, os membros do JRA novamente se mostram impactados com o Acampamento da Juventude, o que descrevemos melhor mais adiante, e não por coincidência no meio daquele mesmo ano o JRA organiza seu primeiro de vários acampamentos.

Porém, o tema que é estrutural ao relato da participação no Fórum diz respeito ao objetivo da participação do JRA e o que eles esperavam que fosse acontecer dali em diante. Assim, diz o texto que uma das prioridades do JRA é inserir-se no movimento global ou altermundista já que participar neste “espectro político” é fundamental para resistir ao capitalismo e analisar as distintas alternativas. “*Pensar global y actuar local es cada vez más necesario y útil*”, e é por isso que, diz o texto, vamos participar no terceiro Fórum, um espaço para pensar, discutir e propor formas de chegar a um outro mundo possível. Destaca-se que o vocabulário utilizado pela organização é muito similar ao que se criou em torno do movimento antiglobalização, com expressões como “pensar global, agir local”, “outro mundo é possível”, “movimento global”. Já para o Fórum de 2005 novos elementos do movimento antiglobalização estarão presentes na linguagem e prática do JRA.

Segundo o JRA, o principal interesse no espaço era o de conhecer a maior quantidade de organizações de jovens do mundo, trocar experiências, conhecer outras formas de luta e discutir a situação atual do planeta e de suas localidades na perspectiva dos movimentos. Como atividade, o JRA inscreve uma oficina chamada “*Jovenes, Zapatismo y Resistencia*”, que conta com a participação de cerca de duzentos participantes. Outra atividade que a organização participa é da proposta da *Red de Resistencia Global* e da *Red Antiglobalización*, dois espaços de debates e articulação de organizações contra a globalização, a primeira em nível global e a segunda em nível de América Latina.

Segundo o relato, “*el foro fue extenuante, divertido, aleccionador, excitante, motivador. Nos llenó de esperanza y de sueños de utopía*” e que o mais importante foi o encontro e a descoberta do outro, de irmãos “*que con esencia identica luchamos en todo el planeta*” (...) “*construyendo procesos de autonomia, autogestión y horizontalidad*”. Assim, o Fórum com suas atividades demonstrou que “um outro mundo é possível” e que conheceram diversos “exemplos de movimentos”, tais como os *piqueteros* da Argentina, o Movimento Esquerda ao Socialismo do Brasil⁶⁶, o grupo *Resistir y Crear* da Argentina, Centros Sociais da Itália e Coletivos da Espanha.

A segunda participação do JRA no Fórum foi em 2005 e dela resultou o texto que faz parte desta pesquisa como unidade de informação intitulada *Cronica del Quinto Foro Social Mundial en Brasil y participacion del JRA*. Mais estruturado que o relato anterior, é um texto escrito em tópicos, embora continue o tom de relato que caracteriza o texto da primeira participação no Fórum. Novos símbolos do movimento antiglobalização aparecem e mesmo no vocábulo a organização incorpora novos termos vinculados ao movimento antiglobalização.

Compreendido como uma estrutura global este relato ganha um contorno político claro e a análise do seu conteúdo revela nitidamente como a organização estava vinculada a uma determinada conjuntura de lutas e as influências que teve sobre a organização. De um lado, a presença do EZLN com um modo de escrita que favorece a poética, o imaginário e o metafórico. Diz o relato:

Porto Alegre, Brasil, Enero del 2005. Un hombre, entrecano, un poco calvo y con gafas redondas, de unos 60 años, sube al balcón de un enorme edificio que mira pasar la marcha de inauguración del quinto Foro Social Mundial. Este hombre, sube a una silla y alguien más joven, quizá su hijo, lo sostiene desde las piernas para que no caiga al vacío sobre los asistentes a la marcha. El mismo hombre, vestido de traje, saca un enorme letrero que a la letra dice: Samba SI, Davos No. La multitud, abajo, en la calle, ruge al ver el mensaje, y más lo hace cuando este hombre se menea, grita, le mueve los hombros a la marcha y baila, baila, baila. Mientras arriba, entre los integrantes del Consejo Internacional que impulsa la quinta edición del Foro Social Mundial, las tensiones y las contradicciones crecen entre los movimientos sociales y las organizaciones no gubernamentales, abajo, como es costumbre, se construye un foro distinto; abajo, como suele suceder, sin la atención de los grandes medios, ni el escrutinio de los grandes liderazgos del movimiento global, abajo, se sueña y se construyen los otros ritmos de Porto Alegre.

E de outro lado, o vocábulo com termos como “*Samba si, Davos no!*”, os de “*acima*”, os de “*abajo*”, “*los mas pequeños*”, “*los ritmos que faltan por bailar*” e outros termos e práticas, que veremos em detalhes, são referências diretas ao movimento antiglobalização. Deste

⁶⁶ Pela pesquisa que fizemos, trata-se da organização que hoje é tendência do PSOL, mas que à época era uma tendência dentro do PT, Movimento Esquerda Socialista.

conteúdo destaca-se o aspecto lúdico, festivo e que o JRA opõe à esquerda clássica, esquerda tradicional como uma nova forma de fazer política, a política dos de baixo:

Estas experiencias de aprendizaje y de fiesta deberían ser ya un motivo suficiente para alentar al foro, pero la izquierda clásica ve con desprecio la fiesta por frívola, y los pequeños espacios de aprendizaje como insuficientes; pero en ellos, nosotros vemos pistas y señales de cómo el movimiento se acerca a los no organizados, les habla, dialoga, los convence, y cómo empiezan a nacer y germinar pequeñas y novedosas luchas

Na lógica da luta como festa, sob o tópico do texto denominado “*fiesta y aprendizaje*”, introduz o JRA a crítica aos organizadores do Fórum:

La izquierda tradicional no comprende cómo este espacio de encuentro de las rebeldías globales puede servirles. La izquierda tradicional, anclada en la dinámica de controlar todo lo que toca, dividir todo lo que construye y cooptar todo lo que quede, no comprende la utilidad política de este espacio de espacios que, en los ritmos de abajo, poco se puede controlar y cooptar.

(...) Cerca de 40 mil chavos y chavas en el campamento de la juventud realizan la mayor congregación de prácticas y formas distintas de vida. La fiesta no se hace esperar, y la izquierda clásica se pregunta porqué sus largos discursos y consignas cansadas no hacen efecto sobre los miles de jóvenes, que prefieren vender camisetas en la campaña global contra Coca Cola, hacer reuniones sobre medios de comunicación libres, patinar en las pistas de skate, escuchar al fuerte movimiento de hip hop brasileño o, de plano, dejarse llevar por las más de 7 fiestas simultáneas que cada noche hacían vibrar el campamento.

Criticam a presença de ong’s internacionais, a divisão entre os que organizam o Fórum e a base de participantes, a presença de líderes políticos como Hugo Chávez e Lula. Além disso, fazem os seguintes apontamentos críticos para a direção do Fórum na reunião de encerramento:

1. que es poco ético y contradictorio que varias agencias o empresas multinacionales como Fundación Ford o el banco Santander financien el FSM;
2. Que el foro no puede ni debe ser utilizado por ningún grupo o personalidad, en especial para impulsar una agenda de reformas a los organismos políticos (ONU) o financieros (OMC) internacionales para supuestamente “democratizarlos”.
3. Que el Foro tiene el deber de radicalizar las formas organizativas que favorezcan la construcción de redes, el impulso de acciones y el diálogo entre movimientos;
4. Que el foro debe imaginar mecanismos que permitan participar de manera más equilibrada a los movimientos asiáticos y africanos y terminar con la exclusión explícita con actores tan importantes como el EZLN. y
5. (quizá el más importante) que el Foro DEBE SER UN INSTRUMENTO más eficaz para objetivos concretos, como detener la invasión estadounidense em Irak.

Porém, o JRA reafirma o Fórum como um espaço de organização das lutas e alternativas contra o capitalismo, uma espécie de arma, defendendo radicalizar com maior participação das bases. E a análise do conteúdo do relato demonstra que neste relato há uma ainda maior assimilação pelo JRA de ideias e práticas que ficaram conhecidas como características do “movimento antiglobalização”.

Várias ideias que ganharam força no bojo do movimento antiglobalização também aparecem neste relato da participação do JRA na quinta edição do Fórum. Uma destas ideias é a de “*movimento de movimientos*”, que seria o processo global a que os movimentos antiglobalização vão se ampliando: “*Exponíamos, en la asamblea final del Caracol*

Intergaláctica, que nuestro espacio era sólo una señal, una pista, un ejemplo, de lo que el movimiento de movimientos estaba logrando en el mundo". Também a ideia de organizar a sociedade através de redes, sem um centro de comando, tão cara aos movimentos de antiglobalização aparece no relato do JRA como um ideal a se buscar: *"El caracol y cada centro de acción mostraron una versión mucho más colectiva, mucho más organizada y con un concepto mucho más claro de aglutinamiento y de construcción de redes"*.

Outra ideia presente no relato do JRA e que é clara referência ao movimento antiglobalização, que tinha entre seus principais slogans a frase "outro mundo é possível", é a de que os movimentos de resistência estão organizando uma "outra política", compreendida como outra forma de fazer política fora do Estado e das esquerdas tradicionais. Nos grupos, nos espaços, nas redes, surgem *"las nuevas formas de hacer política que visibiliza este espacio global, son pequeños espacios, fisuras, grietas, zonas liberadas, espacios de experimentación de un mundo otro, de otra política, del mundo donde caben muchos mundos"*.

Não somente no nível das ideias os membros do JRA que participaram do Fórum fazem referência ao movimento antiglobalização, mas também em relação às práticas que estes passam a defender. O JRA faz defesa do que consideram como *"prácticas experimentales"* na busca de *"un otro mundo"*, e a descrição destas práticas que consideramos reveladora do vínculo da organização com as mobilizações antiglobalização. Nesse sentido diz o comunicado:

Pero el mejor discurso en Porto Alegre son algunas prácticas experimentales que por apenas seis días de foro dejan mirar algunas pistas de cómo se vería un mundo otro. A lo largo de todo el foro, a través de galpones acondicionados, el campamento de la juventud y cientos de carpas al aire libre, se pueden encontrar una veintena de tiendas de comercio justo. Uno entra a estas tiendas y mira, quizá sólo un poco, otro comercio: jugos y fruta orgánicos libres de transgénicos, dulces y galletas elaborados en cooperativas solidarias, productos de los que se asegura no fueron producidos bajo ninguna forma de explotación, y lo mejor de todo, uno no puede encontrar productos de las odiadas multinacionales que en decenas de talleres del Foro, son repudiadas y se organizan campañas contra los íconos globales del capitalismo. Muchos de los espacios del foro y prácticamente todos los espacios colectivos del Campamento de la juventud han sido construidos en una técnica llamada arquitectura bioconstruida (atelié), utilizando materiales locales, naturales y de menor impacto ambiental, con paredes de tierra, paja o bambú, reivindicando también las culturas locales, generando una identidad distinta del foro, y quitándole, aunque sea un poco, ese olor elitista que el FSM tenía cuando se realizaba en las universidades de Porto Alegre. Cuando uno se inscribe dentro del campamento de la juventud recibe una lista elaborada por Greenpeace sobre todos los productos que fueron elaborados con transgénicos para que no sean consumidos, especialmente aquellos elaborados por grandes empresas multinacionales como Nestlé o Kellog's. La organización del campamento utiliza software libre en todas sus computadoras, y esta vez, se organizaron cuatro cocinas colectivas, coordinadas por movimientos sociales brasileños.

É somente como parte integrante desse processo de movimentos antiglobalização que é compreensível tal visão de "outro mundo" que o JRA defende. E neste "outro mundo" reina o

comércio justo, cooperativas solidárias, produtos orgânicos, arquitetura bioconstruída, identidades locais, etc.

Outros dois “símbolos” que acompanharam as manifestações antiglobalização estão presentes e valorizados no relato do JRA. O “Exército de Palhaços” e a prática do *Yomango*. Nas manifestações de rua dos anos de 1990 surgiram, não se sabe exatamente se na Europa ou nos Eua, grupos que se vestiam de palhaços e com uniformes militares parodiavam o militarismo e a repressão policial. Já o *yomango* é uma prática de levar produtos dos mercados e não pagar, uma espécie de renovação da “apropriação” que se identificava com jovens de esquerda em outras épocas. Como que encantados com essas práticas diz o relato do JRA:

Un ejército de payasos poéticos rebeldes se multiplicó en tres ejércitos: a través de talleres consecutivos de malabarismo, expresión corporal y acción directa en las calles, cerca de un centenar de jóvenes quedaron preparados para hacer acciones dentro del campamento y en sus propios movimientos a través de su capacitación circense, para hacer acción política innovadora, creativa y sobre todo que llame la atención de la gente en la calle.

Una cena, en una enorme e improvisada mesa construida en el caracol, reunía fruta, vino, verduras, quesos...todo un banquete, todo llevado por los integrantes del caracol, todo mangado, es decir, robado. YOMANGO, un pequeño movimiento surgido en Europa que expropia a los grandes centros comerciales lo que debería ser de la gente, termina con el miedo al castigo y sobre todo, divierte a quien participa en él, había llegado a Porto Alegre. Abraham, activista mexicano hablaba unas horas antes de la cena: el capitalismo transforma nuestros deseos en mercado. El capitalismo crea la ilusión de la propiedad y el miedo al castigo para el robo. Salgamos a manganle al capitalismo, salgamos a romper las relaciones con el mercado, la propaganda y los médios de coherción.

O jovem que fez o discurso sobre o *Yomango* e a crítica ao capitalismo dominador dos desejos, foi o mesmo que apesar de ter confirmado uma entrevista para esta pesquisa tratou de postergar até tornar inviável em nossa curta passagem pelo México. Embora não tenhamos entrevistado Abraham sua intervenção pública deixou elementos para a análise posteriori, uma característica do agir político que é não poder nunca se dá no âmbito individual. *Yomango*, exército de palhaços, outro mundo possível, arquitetura bioconstruída, etc. dentre outras ações e ideias que remetem ao movimento antiglobalização foram incorporadas pelo JRA.

Em termos concretos, essas primeiras décadas dos anos 2000 ocorreu um processo em que milhares de jovens se mobilizaram e deram uma certa forma ao movimento antiglobalização, que se era muito heterogêneo, ao menos uma tendência se formava ao redor destes jovens que se inspiravam no EZLN e nas manifestações de rua contra os encontros de instituições internacionais.

Fundamentada na *Declaración*, as ideias e ações do JRA ganham corpo numa época em que o EZLN e o movimento antiglobalização atraem os jovens, e assim se compreende essa afirmação do JRA sobre o fórum:

Los organizadores del Campamento de la Juventud supieron escuchar. Lograron descifrar el malestar de muchos participantes em campamentos anteriores y lograron transformar al campamento, mejorarlo y en especial, radicalizarlo. Y, al tomar las decisiones de la nueva forma de organización del campamento de la juventud 2005 supieron, como dicen los zapatistas, mandar obedeciendo.

Além da melhoria da infra-estrutura, na nova forma de organização, o Acampamento fora dividido por “centros de ação” que debatiam temas específicos. Um destes centros se chamou Caracol Intergalática:

Yomango, los payasos poéticos rebeldes, la construcción de la horizontalidad, el zapatismo como una nueva forma de hacer política, la investigación militante, la generación de campamentos en todas las latitudes del mundo, la preparación de las movilizaciones contra el G8, contra el ALCA, contra la OMC, el FMI o el Banco Mundial, fueron sólo algunos de los temas reunidos en las cerca de 100 actividades que se realizaron dentro del Caracol Intergaláctica. Caracol, como las formas organizativas zapatistas, que hablan de conectar las luchas locales, con las nacionales y con las globales, y de regreso, de lo global a lo local, como en forma de caracol. Intergaláctica, como el encuentro Intercontinental lanzado en 1996 por el EZLN, reunión pionera en las luchas globales. Caracol Intergalactika, el séptimo centro de acción del campamento de la juventud tenía entonces una fuerte inspiración zapatista. Y por ello, cerca de 80 activistas de todo el mundo, reunidos en el caracol salimos a la marcha de inauguración con paliacates en el rostro, con una enorme bandera del EZLN que llevamos desde México y nuestra enorme manta: CARACOL INTERGALACTIKA.

Chama atenção que ainda que tenha sido criado o MPL no mesmo espaço que o JRA teve intensa participação, não há menção no relato sobre esta nova organização que surge no Brasil.

Ainda no terceiro Fórum, fora retirado duas datas de protestos globais e das quais o JRA iria participar ativamente, a primeira, no dia 15 de fevereiro contra a guerra no Iraque, e a segunda, protestar contra a reunião da OMC em Cancun, no mês de setembro de 2003.

A data de 15 de fevereiro, ou 15F como ficou conhecido, fora tirada com o objetivo de ter uma manifestação global acontecendo no mesmo dia. A reivindicação, contra as ameaças de invasão do Iraque por parte dos EUA, era uma questão de acordo comum, daí que uma grande diversidade de organizações dela participou. Por isso que já na decisão pela atividade, vê-se que fora debatido que esta seria uma “*marcha de carácter pacífico y plural*”. Na unidade de informação “*15F Día de acción global contra la guerra*”, panfleto divulgado pelo JRA eles acusam que a guerra é motivada por petróleo, e que o México além da proximidade com os EUA possui muitas reservas de petróleo e que por este motivo a guerra não é distante aos mexicanos. Por isso pedem que o governo mexicano mantenha os princípios da política internacional (não-intervenção, autodeterminação dos povos e resolução pacífica dos conflitos).

A manifestação de rua, seguida da apresentação de bandas musicais, era para reunir todos os que são contra a guerra e nesta atividade o JRA se engajou e assim foi forte a

participação de seus membros. Mireilla, que atuou com a organização em seus primeiros anos de criação, assim descreveu as atividades que fizeram contra a guerra no Iraque:

Dentro del marco de las movilizaciones contra la guerra, en las dos marchas que se llevaron a cabo contra la guerra de Irak, la participación del JRA consistió en la logística y difusión de ésta mediante la elaboración del pronunciamiento central, y la recolección de firmas que se publicó en un desplegado en el diario La Jornada. A través del JRA se contó con saludos y manifiestos de otras partes del planeta, gracias a los contactos obtenidos en Porto Alegre. En la segunda marcha del 15 de marzo (días antes de la invasión del Irak, 19 de marzo del 2003) la comisión de autogestión del colectivo realizo su primera impresión de playeras y camisetas con motivos contra la guerra para venderlas en ese día y a su vez iniciaban este camino de la autogestión.

Os membros do JRA decidiram participar ativamente nas mobilizações de rua contra a guerra, ainda que nesta mobilização também estivessem organizações de tipo totalmente diferente da organização que construía, algumas mesmo opostas, como partidos e sindicatos. Ainda que reivindicando ser um “*espacio juvenil, alternativo a los mecanismos de participación política tradicionales*”, e realizando por si mesmos as atividades que se propõe, sem direção e hierarquias, ainda assim o JRA decidiu por atuar na “*marcha de carácter pacífico y plural*”, contando com a participação de partidos, sindicatos, ong’s, organizações de direitos humanos, organizações camponesas, indígenas, estudantes, intelectuais, ecologistas, pacifistas, feministas e até mesmo o ator Hector Bonilla, que estão entre os que assinam o panfleto que o JRA divulga.

Esta forma de atuar vai se repetir nas mobilizações contra a reunião da OMC em Cancun. As manifestações contra a reunião interministerial da OMC ocorreram durante os quatro dias do encontro, 10 a 14 de setembro, e tiveram a participação de diversas organizações e reuniram milhares de pessoas em Cancun. O JRA se preparou e participou de atividades desde meses antes, tendo participado ativamente nos preparativos, em reuniões, coleta de financiamento, preparação de materiais e a realização de um ato contra a rede de supermercados Wal-Mart.

Por otro lado, respecto a la movilización Cancun 2003 – JRA acudió a diversas reuniones de convergencia de colectivos y organizaciones de estudiantes y jóvenes que preparaban dichas movilizaciones –, a propuesta de la Coordinadora Amplia de lucha contra la ALCA y la OMC, el 15 de junio se preparó un boicot, una protesta en frente al Walmart que significa el símbolo del poder empresarial multinacional, de la explotación y el de la venta de productos que dañan al medio ambiente y la salud. Esta campaña de denuncia y a su vez informativa, es una forma muy alternativa de explicarle a la gente cuáles son los verdaderos intereses que esconde el libre comercio y Walmart es uno de los protagonistas (...)

‘La protesta se llevó a cabo sin contratiempos frente a um Walmart ubicado en la calzada de Tlalpan con diferentes formas de protesta: un grupo de manifestantes entró a las instalaciones del centro comercial para cambiar de lugar productos y llenar los carritos de productos para despues negarse a pagar, provocando el caos en la tienda y realizar acciones con disfraces; un grupo más (nosotros) entregábamos informaciones a las familias que acuden a hacer sus compras y se les explicaba los motivos de la protesta. Estas acciones se realizaron con rapidez por el temor a cualquier operativo policiaco’ (A um año de JRA apud MIREILLA, 2008, p. 218-219).

Nesta manifestação que o JRA chamou de boicote o que se destaca é o caráter lúdico das ações, tais como encher o carrinho de mercadorias e não pagar, trocar os produtos de lugar, “*clausurar simbolicamente la tienda*” e deste modo “*provocando el caos*”. Este boicote assemelha-se mais a uma intervenção artística, um flash mob, com pouco impacto social, pois intervém em um espaço privado e com pouco visibilidade na vida da esmagadora parcela da população.

Após esta ação, o JRA foca-se em angariar fundos e participação da população em geral e, especialmente aos jovens e estudantes, para as manifestações em Cancun. Assim, na unidade de informação nomeada *Llamado global y nacional a protestar en Cancun* encontramos alguns vestígios das ideias e ações que o JRA estava envolvido. Após considerarem que a “*guerra y neoliberalismo parecieran ser parte de un mismo proyecto de dominación global*”, mas que ao mesmo tempo surge o “*movimiento de movimientos*” com resistências populares em várias partes do mundo e com destaque para a ação de jovens e estudantes o JRA convida:

A todos los hombres y mujeres jóvenes de todo México y todo el planeta; a todos los jóvenes del campo y de la ciudad; de todos los oficios y artes y profesiones, de todas las orientaciones políticas e ideológicas, de todas las preferencias sexuales; a todas y todos los jóvenes de organizaciones estudiantiles, indígenas, sindicales, campesinas, populares, de mujeres, ambientalistas, de derechos humanos, religiosas y políticas.

Para participarem das atividades e manifestações de rua em Cancun. O JRA organiza uma caravana de estudantes para Cancun e na cidade de Cancun propõe várias atividades durante os dias de encontro contra a reunião da OMC. No dia 10 de setembro participar da manifestação da Via Campesina, para o dia 11 a organização propõe o debate “*Zapatismo y Resistencia Global*”, para o dia 12 propõem o que chamam de ocupação do espaço público e no dia 13 a participação no Dia Internacional contra a OMC, ALCA, e a guerra.

O texto convidando para as mobilizações contra a OMC foi redigido pelo JRA e pela organização Resistencia Global, que os membros do JRA conheceram no Fórum e da qual decidiram aderir. A lista das organizações que fizeram parte da Resistencia Global apresenta em sua composição a hegemonia absoluta de organizações de origem estudantil, além do caráter informal de todas elas:

Jóvenes en Resistencia Global, Alianza Global S9: [Coordinadora Amplia de Lucha contra el ALCA y la OMC, No Nuevo Orden Mundial, Acción Informativa en Resistencia, Libre Animalia] Caravan Carlo Giuliani, Coordinadora UNAM: [psicología, Ciencias Políticas, Filosofía, Derecho, Economía, Medicina, CCH Vallejo, CCH Naucalpan, CCH Sur, CCH Oriente] Contracorriente, Preparatoria Popular Tacuba, Colectivo Ernesto Guevara, jóvenes y estuaintes de Querétaro, Guadalajara, Puebla, Veracruz,y Morelos Colectivo Globo.

Evidentemente o JRA não era uma organização única, idiossincrática, e sim parte de uma onda de criação de organizações com aspectos similares: origem estudantil, mas não

gremial; daí o caráter generalista de suas mobilizações, horizontal e contra hierarquias, autonomia e crítica aos partidos e sindicatos. Em que pese a composição estudantil, são outras questões que fazem esses estudantes se mobilizarem: antiglobalização, mídia livre, direitos dos animais, política. E mesmo a *Coordinadora UNAM*, reunião de estudantes de diversos cursos desta universidade, que mais poderia se assimilar a uma organização tipicamente gremial, tem aqui sua existência marcada por esta mobilização contra a globalização, rompendo as reivindicações puramente gremiais e do espaço escolar/universitário.

Mas assumindo outra perspectiva encontramos os aspectos que vinculam diretamente o JRA e a situação estudantil de seus membros. Não são todos os estudantes que se dedicam à realização de seminários, na verdade, na condição alienada do estudante este foge dos estudos como o diabo foge da cruz, mas é na elaboração de um ciclo de seminários que o JRA deixa claro um aspecto fundamental de sua existência, a origem estudantil, e o que lhe acompanha em termos de situação grupal, a situação estudantil.

A “*Campaña Universitaria de Información y Debate: el mundo que tenemos, el mundo que queremos*” foi uma das principais ações realizadas pelo JRA ao longo de sua história. O objetivo principal destas campanhas foi:

Visibilizar las resistencias, movimientos, rebeliones en todo el planeta nos parece primordial, debido a que en México, o al menos en muchos centros universitarios existe un grave desconocimiento de estas nuevas luchas (2ª Campanha, 2004).
La idea de la campaña es abrir debate e información en las universidades, pero también generar herramientas de análisis para nuestras organizaciones y movimientos (3ª Campanha, 2005).

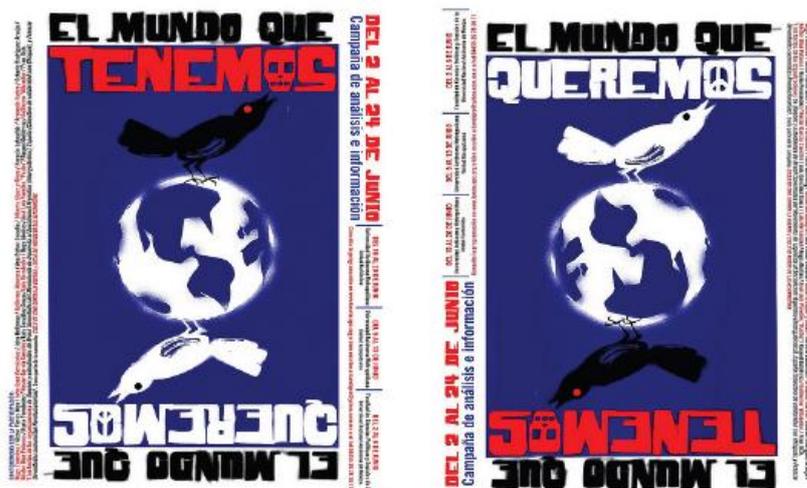
Portanto, gerar conhecimento e debate sobre as lutas sociais no seio da universidade, entre os estudantes, este era o objetivo das campanhas realizadas pelo JRA. Esclarecer, levar informação, conhecer, debater, produzir propostas em temas relacionados com os movimentos sociais e lutas contemporâneas, considerando que os estudantes que organizam consideram eles próprios os participantes destas mobilizações, tal como apontam ao afirmar de “*nuestras organizaciones y movimientos*”. Vincular universidade, movimentos e lutas sociais como objetivo das campanhas universitárias de informação, reforçando e ampliando determinada perspectiva no meio estudantil.

Entre as ideias gerais que a organização utilizou para direcionar os debates está a compreensão da existência de novas formas de exploração e de resistência, a questão da guerra como essência da recomposição da ordem global e a formação de novos movimentos e novas formas de fazer política. Para o JRA trata-se de demonstrar dois lados de um mesmo processo: de um lado a recomposição da sociedade capitalista e do outro, a emergência de alternativas e novas formas de questionamento.

Para Alicia Hopkins, no Seminário *Jornadas por la Libertad y Autonomia*, em 2014, tão necessário quanto ler livros e escutar aos professores, é ouvir aos que estão lutando, daí a presença de representantes dos movimentos sociais nos eventos organizados pelo JRA. Já Pineda esclarece que trata-se articular as várias experiências de luta de forma a criar uma rede pós-capitalista que crie um novo tecido multicolor com muitas formas desde abaixo, tal como apresentou sua fala no mesmo seminário.

Esta opção do JRA de resgatar uma concepção crítica de conhecimento, com a perspectiva dos “debaixo”, se torna claro com o cartaz elaborado pela organização para a primeira edição da Campanha Universitária Informativa, em 2003:

Figura 4 Cartaz – Seminário “El mundo que tenemos, el mundo que queremos”.



Fonte: SITE JRA, 2018.

A imagem de divulgação da atividade apresenta como a organização compreende o conhecimento: com criticidade, a inversão da realidade, e a distinção entre o estado atual das coisas e o desejado, o que se quer.

A programação da campanha informativa, com os temas debatidos e os professores convidados, nos dá a medida do que o JRA vinha se propondo a pensar e se envolver em sua prática. Em 2003 a programação foi a seguinte:

FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS (UNAM)

Martes 3 de junio “Globalización y crisis educativa en América Latina” Guillermo Villaseñor y Hugo Aboites 13: 00 hrs. Auditorio Ricardo Flores Magón

Jueves 5 de junio. “Crisis de las democracias y los sistemas políticos” Octavio Rodríguez Araujo y Héctor Díaz Polanco 11:00 hrs. Auditorio Ricardo Flores Magón

Viernes 6 de junio “Guerra y dominación.” John Saxe Fernández y Ana Esther Ceceña 11:00 hrs. Auditorio Ricardo Flores Magón

UAM AZCAPOTZALCO

miércoles 11 de junio “La guerra infinita” Guillermo Almeyra, Ana Esther Ceceña y Nuria Fernández 12:00 hrs.

UAM XOCHIMILCO

martes 17 de junio “Perspectivas del Movimiento Global y el zapatismo” Gilberto López y Rivas, Luis González Souza y Luis Hernández 12:00 hrs. Auditorio Javier Mina

Jueves 19 de junio “Naturaleza y dominación” Armando Bartra 13:00 hrs. Auditorio Javier Mina

Viernes 20 de junio “Cultura Dominación y Resistencia” Néstor García Canclini, José Luis Paredes Pacho, Fran Ilich 13:00 hrs. Auditorio Vicente Guerrero

Lunes 23 de junio. “Perspectivas del estado en la era global” Víctor Flores Olea y Horacio Labastida. 12 hrs.

Martes 24 de junio “Poder y emancipación” John Holloway y Raquel Gutiérrez. 11 hrs. Auditorio Javier Mina. Miércoles 25 de junio Hugo Zemelman (por confirmar esta fecha).

Destaca-se que a organização conseguiu contactar e trazer para o debate diversos intelectuais, e alguns de reconhecimento internacional, como Canclini, Armando Bartra, John Holloway, dentre vários outros que figuram em diversas ementas de graduação em Ciências Humanas, inclusive no Brasil. Nos seminários seguintes outros intelectuais conhecidos são convidados e participam, tais como Adolfo Gilly, Pablo Gonzalez Casanova, Luis Villoro e até o ex-candidato a presidente Cuauhtémoc Cárdenas, além da regular presença de Ana Esther Ceceña, Raquel Gutiérrez, John Saxe, Guillermo Almeyra, dentre outros conhecidos intelectuais.

Com os seminários, o JRA conseguiu um certo trânsito entre um setor da intelectualidade mexicana, muitos dos quais professores dos membros da organização. Convidando especialistas sobre cada tema, e também com a participação de representantes de organizações de movimentos sociais e de classe. Questões sobre a natureza, América Latina, guerra, educação, neoliberalismo, movimento operário, povos indígenas, zapatismo, imprensa alternativa, governos de esquerda, utopia, antiglobalização, foram temas debatidos e alguns mais de uma vez anunciados na programação.

Os festivais organizados pelo JRA ficaram conhecidos na *Ciudad de México*, notadamente entre jovens com o gosto musical do Rock, e entre os estudantes, pois além de organizado por universitários, não somente do JRA, mas também apoiadores. Com os

“*festivales masivos*” o JRA esperava levantar fundos para as comunidades indígenas e movimentos sociais (em algumas edições até afirmaram que também incluiria a construção do Centro Social do JRA, mas este projeto nunca engatou). Além deste objetivo, afirma o JRA que pretendia trazer para os festivais musicais o debate político sobre temas candentes, entre os principais o zapatismo, mas também para movimentos camponeses e indígenas e outras organizações de movimentos sociais. A aproximação efetiva com movimentos e organizações populares se repete tanto nos seminários nas universidades, como nos festivais, mas também nos acampamentos, que veremos mais adiante.

Daí que através da música o JRA buscou expressar a “participação política” do seu grupo social de base, maciçamente composto por estudantes e outros jovens, sendo que com a realização de festivais maiores ficou perceptível que o JRA era formada por uma base estudantil que buscava incorporar os jovens mas sem se fundamentar no critério gremial. Assim, como se percebe nos seminários na universidade, conseguiam reunir poucas centenas de estudantes a cada edição, mas já nos festivais reuniam alguns milhares de jovens, muito provavelmente a grande maioria formada por estudantes, mas aqui em sua manifestação efetiva mais interessada: ouvir música!

Enrique Pineda, em entrevista para um programa de rádio a que tivemos acesso, diz que cerca de cento e trinta mil jovens participaram dos concertos organizados pelo JRA, e que arrecadaram cerca de um milhão e duzentos mil pesos. Se alcançasse o objetivo de massificar os festivais a organização sabia bem ser uma oportunidade importante a politização dos festivais. Em vídeo feito para contar a história dos festivais, o JRA expõe a seguinte mensagem: “sin gobierno, sin empresa, sin policía”. Ou seja, os festivais iniciavam-se com um planejamento que não incluía o apoio estatal para realização do evento, não contava com financiamento privado e todos participavam na organização.

Nas unidades de informação que analisamos com relação aos festivais (*Caracol de Paz, Baile y Resistencia, 2003; Festival Revolución, 2005; Festival por las Autonomias, 2007; Festival por las Resistencias, 2010*) o JRA afirma que os organizadores diretos eram todos universitários que apoiavam a iniciativa do JRA, contribuindo com diversas tarefas (contactar bandas, aluguel de instrumentos e logística, panfletagem, assessoria, etc.) e sem obter retorno financeiro, sendo que cerca de mil universitários participaram na organização dos festivais. E de igual forma todas as bandas também abdicavam de receber pagamento pela apresentação.

Além da música, também atividades de debates, atos políticos, coleta de assinaturas, etc., aconteciam nos dias anteriores ao do festival. O primeiro festival organizado pelo JRA, *Caracol de Paz, Baile y Resistencia, 2003*, foi organizado através da criação do que o JRA

chama de caracol, um espaço de organização de pessoas e grupos, tal como denominou o EZLN. Na unidade de informação desta atividade também encontramos um manifesto político lido pelos músicos durante o Festival, que prestava homenagem aos EZLN pelos dez anos do levante de 1994:

Hoy salimos a celebrar 10 años de rebeldía, de palabra, de lucha, resistencia y alternativa. El día de hoy, en este Caracol de la ciudad de México, Zapata camina entre nosotros. Suenan los tambores de la resistencia, con la música, con el rock y con las voces y los cuerpos que estamos aquí, y que unimos nuestras voces para decir: ¡ya basta!; otro mundo es posible, un mundo donde quepan muchos mundos (...) Hermanos, hermanas, hoy es un día de celebración, que siga la fiesta de los 10 años de los movimientos, de los 10 años de lucha, de los 10 años de detener la guerra, de los 10 años de solidaridad, 10 años de rebeldía, 10 años de paz, baile y resistencia, 10 años de construir y decir que otro mundo es posible.

Quando da criação das Junta de Bom Governo pelo EZLN, o JRA organizou o *Festival Revolucion* (2005), e o *Festival por las Autonomias*, em 2007, foi organizado para arrecadar dinheiro para o Encontro Nacional Indígena e parte seria destinado para o projeto de construção do Centro Social do JRA. E no *Festival por las Resistencias*, 2010, o dinheiro arrecadado era para apoiar várias organizações de movimentos sociais:

Frente de Pueblos en Defensa del Tierra (Atenco), del Consejo de Ejidos y Comunidades Opositores a la Presa la Parota, del Frente Popular Francisco, Villa Independiente-UNOPII, del Consejo Autónomo regional de la Zona Costa de Chiapas, del Consejo, Indígena Popular de Oaxaca-Ricardo Flores Magón, de las viudas de Pasta de Conchos y de Radio Ñonmdaa.

A ideia que sustenta essas ações diz: *reivindicamos la musica y el rock como expresión política y de participacion, no como manifestación cultural*, tal como afirma Pineda no programa de rádio, já citado. Assim, na consciência da organização, expressa em seus membros, pensava-se na organização dos eventos como uma ação de autogestão e independente:

Todos los conciertos son organizados sin apoyo del Estado, sin patrocinadores. La Autogestión es la vía que han privilegiado los organizadores y músicos para generar estos espacios, que sin embargo, requieren de meses de preparación; pero son sobre todo, una apuesta arriesgada, ya que prácticamente toda la producción (audio, iluminación, equipo técnico, estructuras de seguridad) se paga ese mismo día, con las entradas de los asistentes.

A organização dos festivais foi o tipo de atividade com maior complexidade realizada pelo JRA. Conseguir efetivar cada projeto levou à organização a pensar a autogestão como capacidade de organização e possibilidade concreta. Quando nos determos na análise do conteúdo das entrevistas, teremos ocasião de apontar como nos meandros do pensamento dos membros da organização a ideia de autogestão é compreendida em termos de independência para poder realizar as atividades a que se propõe a organização, tal como deixa bem claro Mejia: *“la autogestión es la base material del colectivo, es libertad de poder decidir”*. Sendo complexa, demandava muito tempo e compromisso dos membros da organização, tal como diz

Pineda: “*autogestión implica dez vezes más trabajo que la forma comercial, autogestión es la capacidad de organización y de nos mantenermos*”. Os festivais foram importantes porque materializaram boa parte das ideias que a organização formulou, reforçando as ideias que tinham, daí que na pesquisa pode-se conhecer o que esta organização pensou sobre a ideia de autogestão.

Utilizando a música para arrecadar fundos e informar sobre lutas políticas, o JRA consolidou-se nesses anos de atividade e se tornou atuante e conhecido. Os festivais foram importantes ferramentas neste processo, atraindo membros e simpatizantes da organização e do que esta defendia em seus eventos. Um retrato deste grupo próximo ao JRA nos é dado no relato do primeiro festival organizado pelo JRA, em 2003:

Cientos de chavos salían de la estación Puebla del Metro y emprendían una larga caminata, en la que prácticamente daban la vuelta por el lado poniente de la deportiva; la mayoría eran jóvenes cantinfleros que dejaban caer el pantalón debajo de sus cinturas, mostrando calzoncillos de colores vistosos; las chavitas con trenzas, colitas y diminutas playeras pegadas a sus tiernos cuerpos, dejaban ver algunas sexys tangas. Muchos de ellos compraban chelas en la tienda y las vaciaban en bolsas de plástico. Chavitas con su kilo de arroz en el hombro y un buen suéter para soportar el frío del invierno nocturno de esta ciudad.

Este grupo de jovens estavam ali para ouvir e dançar ao som de conhecidas bandas da música Rock e Ska. É interessante observar que o JRA na realização dos concertos conseguiu a participação de vários cantores e bandas nacionalmente conhecidas, algumas delas hoje referência na música pop do México. Desde a realização dos festivais pelas Caravanas Estudiantis em meados dos anos de 1990, algumas bandas já tinham certo reconhecimento do grande público, mas os festivais foram trampolim e consagraram algumas bandas, dando destaque ao posicionamento favorável que assumiam em relação ao zapatismo. Exemplos são bandas como: Panteon Rococo, uma banda muito conhecida no México, que faz shows para milhares de pessoas e tem milhões de visualizações de suas músicas no Youtube; também Café Tacuba, Control Machete; outras menos conhecidas Maldita Vecindad, Santa Sabina, Yucatan A Go-Go. Bandas que formam uma corrente musical que poderíamos chamar de “pop crítico”. Além de participar dos festivais, alguns cantores participaram de debates sobre música e política em edições da Campanha Universitária Informativa.

Os acampamentos organizados pelo JRA, num total de quatro, foram outros tipos de atividade a que se dedicaram bastante. Desde a concepção, planejamento e execução, o que esteve dado foi a iniciativa do JRA em aglutinar em torno da ideia de autonomia, no que ficou conhecido como os Encontros Nacionais de Jovens pela Autonomia. Convidando indivíduos independentes, organizações de movimentos sociais ou de “*cualquier otra forma organizativa*” e que privilegiem a autonomia e a autogestão:

A todas y todos los jóvenes organizados o no, de todas las entidades del país, del campo y de la ciudad, de todos los oficios, artes y profesiones, de todas las preferencias sexuales, a las y los jóvenes organizados en espacios estudiantiles, de mujeres, ambientalistas, de derechos humanos, de medios alternativos, de organizaciones indígenas, sindicales, campesinas, urbano populares, culturales, ecologistas, religiosas, políticas o cualquier otra forma organizativa. A todas y todos los jóvenes zapatistas, anarquistas, magonistas, libertarios, autonomistas, okupas, desobedientes, altermundistas, o cualquier otra ideología, identidad, estrategia o propuesta política que privilegie la autonomía y la autogestión para permitir que nuestro sueños dialoguen.

As experiências no Acampamento da Juventude durante as edições do FSM das quais o JRA participou foram importantes para inspirar na ideia de realização de acampamento somente com jovens com aproximação da proposta de autonomia. O primeiro acampamento realizado foi em maio de 2005, poucos meses depois da participação do JRA no Fórum em janeiro daquele mesmo ano. Até mesmo algumas atividades, como a oficina de yomango, que inclusive será considerada um sucesso no acampamento do JRA, foram repetidas, ainda que toda a programação fosse elaborada com as propostas dos acampados.

Aproximadamente dois mil jovens participaram das edições dos acampamentos nos anos de 2005, 2007, 2012 e 2014, o que dá uma média de quinhentos participantes por edição. A procura pela participação era tão intensa que em mais de uma edição do acampamento a organização teve que emitir comunicados sobre o reordenamento das atividades, tendo em vista o elevado número de inscritos, tanto como proponentes, como por participantes. Desde a primeira edição, o JRA definiu os seguintes critérios de participação:

Participando de forma individual o colectiva en los espacios de convergencia. Inscribiendo actividades autogestionadas, como talleres, foros, videos, debates o asambleas temáticas como parte de la programación del campamento. Inscribiendo actividades culturales, conciertos, performance, danza, teatro, exposiciones, etc. Conociendo y debatiendo con las experiencias autogestivas y autonómicas de movimientos de Argentina, Brasil, España, Grecia y otros países que han confirmado su asistencia. Integrándose a la organización del campamento de manera horizontal e incluyente o bien difundiendo, replicando, multiplicando, rolando, esta convocatoria.

A realização dos acampamentos demonstrou a disposição destes jovens em criarem um momento de reunião que contemplasse diferentes tipos de atividades e de temas vinculados à sua mobilização política, desde questão ambiental, ao pensamento autônomo, defesa dos povos indígenas, movimentos urbanos, espaços de convivência política, música e movimentos culturais, etc., tendo como eixo a ideia de autonomia. Na convocatória do encontro do JRA, em 2014, diz o seguinte:

Nuestra lucha no es por la toma del poder estatal, nuestra lucha es contra la separación de gobernantes y gobernados; nuestra lucha no es para ayudar a los pobres, nuestra lucha es contra una vida basada en el dinero y la explotación; nuestra lucha no es por gobernar a otras y otros, nuestra lucha es por la construcción de autonomías, la cual implica recuperar y construir nuestras capacidades colectivas políticas y de autogestión, hacernos cargo de los asuntos comunes que nos afectan o interesan así

como realizar en colectivo acciones de resistencia, lucha, veto y boicot para transformar las relaciones sociales, económicas y políticas dominantes. Nuestra lucha es también contra la dominación, el poder, las jerarquías, el racismo, el machismo y por la gestión colectiva de los medios para reproducir la vida en colectivo.

Auto-organizando-se na atividade do acampamento, o JRA têm a consciência de que estão organizados para atingir a um objetivo, unindo meios e fins, daí que o que fazem prefigura a sociedade não capitalista: “*porque en los espacios de lucha que compartimos entre nosotros mismos y con otros, pensamos que se prefigura la sociedad no capitalista que queremos construir*”. Com a auto-organização é a crítica às relações políticas entre governantes e governados, aos partidos e ao Estado: “*nos ha movilizado y comprometido la búsqueda por crear y experimentar otras formas de hacer política alternas y por fuera del Estado y sus partidos*”.

Os acampamentos foram bem-sucedidos, do ponto de vista da quantidade de participação, devido a aceitação pelo grupo de base do JRA, estudantes e jovens politizados, a organização possuía respaldo no seio do grupo, de indivíduos e de outras organizações, daí a elevada participação. A aceitação da proposta do JRA fica clara nas falas de dois participantes do acampamento:

Una chava de Jalisco comentaba lo importante y simbólico de que todos los talleres fueran impartidos por chavos y chavas, rompiendo el esquema frío y solemne de otros encuentros y demostrando que en la banda hay también conocimiento, experiencias por compartir y posibilidades de intercambiar. A un chavo de Morelos le gustó la idea de que los talleres fueran horizontales, priorizando el aprendizaje en colectivo y no las exposiciones personalistas o las cátedras sobre los movimientos.

Além da aproximação com o grupo de base, os acampamentos revelaram a constante tentativa do JRA de se aproximação e aliança com organizações populares e outros movimentos sociais no México. Todos os acampamentos foram realizados em comunidades indígenas ou camponesas com processos de mobilização comunitárias e autônomas, algumas delas lutando pelo direito à terra, outras contra os desmandos do tráfico de drogas e outras contra projetos empresariais do Estado Mexicano. Foi notável a aproximação do JRA com os movimentos populares, indo realizar acampamentos nas comunidades para também estreitar os laços com algumas lutas populares.

Em 2005 o JRA organizou seu primeiro acampamento na comunidade indígena de *La Soledad*, no estado de *Oaxaca*, e no ano seguinte aconteceu uma das principais revoltas populares deste início de século XXI, a *Comuna de Oaxaca*, indicando isto que processos anteriores de mobilização e organização já estavam em andamento. Em 2007, o acampamento dos jovens pela autonomia ocorreu na comunidade de *Zirahuen*, que é mobilizada contra a privatização das terras comunais. Em 2012, o JRA e outras organizações que se uniram em

torno da RRAA, organizaram um acampamento sobre autonomia e anticapitalismo no município autônomo de *Chéran K'eri*, sendo que esta edição buscou enfatizar na perspectiva do anticapitalismo e não somente da autonomia. Já em 2014, o JRA organizou o terceiro e último acampamento de jovens pela autonomia, desta vez na comunidade de *San Francisco de Xichicuautla* que estava mobilizada contra a construção da autoestrada *Toluca-Naucalpan* que se concretizada vai cortar ao meio os bosques da comunidade.

A aproximação com os movimentos populares atua distanciando ainda mais o JRA da orientação gremial existente no meio estudantil. Lido o início do relato do acampamento de 2014, de nada na aparência nos leva a pensar que se trata de estudantes organizados:

Todas y todos quienes firmamos el siguiente pronunciamiento queremos manifestar nuestro apoyo a las comunidades indígenas y campesinas, a los pueblos que con dignidad y profunda fuerza defienden los territorios, el agua, la tierra, los bosques y todos los bienes comunes naturales, contra los proyectos de muerte, despojo, destrucción y avasallamiento de la vida por parte del Estado y del capital. Los múltiples esfuerzos de resistencia que están surgiendo en todos los territorios son luchas para garantizar la reproducción de la vida, y por tanto, es una lucha que nos incluye y nos atraviesa a todos.

Se no início não tivesse escrito que se tratava de apoiadores, a mensagem poderia bem ser interpretada como feita pelas próprias comunidades. Por outro lado, a iniciativa das comunidades onde os acampamentos foram realizados inclui desde a recepção até a participação na organização, dirigindo debates e oficinas.

Considerando as mesas-redondas e oficinas realizados no terceiro encontro de jovens pela autonomia, temos uma representação geral das ideias que o JRA e os participantes do acampamento buscavam debater: música e resistência (com músicos de bandas participantes dos festivais, lutas em defesa da terra, luta em Xochicuautla (com membros da comunidade sede do encontro), autonomia e emancipação (participação de representantes de um movimento urbano, da professora Raquel Gutiérrez e do jornalista e militante Raul Zibechi). E as oficinas sobre: contradição capital/natureza, educação popular, análise de conjuntura, Cidade do México: dinheiro e poder, fotografia, texto e vídeo.

Os acampamentos organizados pelo JRA ampliaram e reforçaram os laços da organização com o setor autonomista da juventude politizada. Nesse momento é impossível distinguir o que é movimento estudantil, o que é movimento político e o que é movimento juvenil. A consolidação das atividades do JRA representou uma base estudantil organizada politicamente em defesa de interesses mais genéricos, da juventude aos movimentos populares. Organização de estudantes, orientada politicamente para a juventude e para as lutas sociais, assim foi se constituindo historicamente o JRA.

Esta realidade é tão complexa e de difícil compreensão que tomando aspectos isolados do fenômeno somos imediatamente empurrados para a compreensão unilateral, submetendo-se ao modo positivista de classificar, caindo nas armadilhas do pensamento que se deixa influenciar pelas ideias dominantes. Dito isto, o unilateralismo que busca enxergar a reemergência do movimento estudantil, ou a nova sociabilidade política da juventude, ou mesmo novas organizações políticas, somente está reproduzindo certas noções comuns que se divulgam na academia e nos meios de comunicação. Através dos acampamentos percebemos aqui quão longe pode ir um setor do movimento estudantil ao se desprender das limitações gremiais que marcam este grupo social.

4.4 Ideário do JRA

Até aqui foi somente em posição secundária que abordamos as ideias do JRA. A partir de agora trata-se de apresentar os aspectos essenciais das ideias que o JRA foi incorporando e/ou desenvolvendo entre os anos que esteve ativo.

Em organizações pequenas e que possuem as características mais simples da formalidade, a escrita dos textos é facilmente identificada a um dos membros; já para as organizações sem especialização e hierarquias, como o caso do JRA, geralmente a elaboração de um material qualquer fica a cargo de uma pessoa que se autoindica ou por formas de escolha que não são impostas. Acrescido do princípio da horizontalidade tem por consequência que quase todos fizeram alguma atividade, inclusive escrita de texto, ao menos apoiando. Várias unidades de informação anteriormente analisadas foram identificadas por um dos membros, e outras não foram assinadas. Sabemos que Pineda escreveu importantes textos, como o relato da participação do Fórum Social de 2005, e que outros textos não assinados podem ter sido escritos por ele. O certo é que aparecer o nome de Pineda é uma exceção que confirma a regra de que a maioria dos textos da organização não são assinados individualmente, e sim como organização, como se esperaria de ser.

Os textos do JRA que selecionamos para esta pesquisa possuem como característica a ênfase nas ideias que a organização defende. Na medida em que o que pode ser considerado como “ideias” da organização é algo muito amplo e genérico, delimitamos a seleção do material informativo em torno de ideias que expressem um claro posicionamento a respeito de alguma questão. Assim, escolhemos um texto que foi apresentado como intervenção do JRA no Fórum das Américas, no Equador em 2004, e escrito por Pineda. Este texto, *Cinco sueños del Zapatismo, Cinco sueños para la resistencia*, pretende explicar cinco temas da propuesta e do

pensamento político do zapatismo que o diferenciam do pensamento político ortodoxo, é, pois, um texto sobre política, com uma ideia sobre como deve ser a política, a “resistencia”.

O texto *Ante la destrucción ambiental, destruyamos el capitalismo* foi utilizado como material informativo por apresentar a concepção do JRA a respeito da natureza e da sociedade capitalista, pois relacionou a questão ambiental com a questão do capitalismo e assim é importante por desenvolver uma ideia a respeito dos dois temas. E o último texto analisado foi *La relación de los movimientos sociales con el Estado*, que reflete sobre a ação do Estado sobre os movimentos sociais e destes sobre o Estado, desenvolvendo uma ideia sobre as experiências alternativas de participação.

Já vimos até aqui o quanto a existência do JRA esteve vinculada ao EZLN: o processo de mobilização estudantil contra a guerra, a criação da organização em 2002, as atividades organizadas (seminários, festivais, acampamentos) foram impulsionados pela solidariedade com o EZLN o que resultou na criação e consolidação da organização política orientada pelas ideias do EZLN.

Também já mencionamos que alguns textos do JRA estão escritos sob a forma de metáforas, o que remonta ao jeito de escrever do subcomandante Marcos, porta-voz e liderança do EZLN. É através da metáfora que Pineda, representando o JRA no Fórum das Américas, faz sua intervenção que foi escrita. Pineda nos convida a imaginar o capitalismo como um muro feito com os materiais da “*dominación, la explotación, la alineación*”; ainda segundo seu exercício de imaginação, se alguém olhar para o muro pensa que este é intransponível, porém, se se olha detidamente percebe fissuras, “*grietas*”, no muro, sendo o zapatismo uma destas fissuras que “*nos ayuda a ver del otro lado. A soñar con el otro lado, ya que apenas podemos ver una pequeñísima parte*”.

Para o JRA (Pineda está aqui representando o JRA), trata-se de apontar os cinco temas que o EZLN, em seu pensamento político, se distingue do “pensamento ortodoxo”, e contribui para a resistência das alternativas ao capitalismo. No seguinte trecho busca-se destacar no que o EZLN diferencia:

El zapatismo nos ayuda a pensar al revés. De hecho, en muchas formas, es una revolución al revés. Es un ejército que no usa sus armas. Son revolucionarios que hablan de amor. Son una forma de hacer política que no busca tomar el poder. Son unos indígenas pobres, no una vanguardia ilustrada cuyo programa, liderazgo y carisma haya que seguir ciegamente.

A compreensão deste trecho é de fundamental importância pois a partir dele se identifica o que quer o EZLN e o que queria a “vanguardia ilustrada”, e daí se fundamenta a crítica ao “pensamento ortodoxo” e a defesa do pensamento político do EZLN. O “*pensamiento hortodoxo*”, ou o “*marxismo clasico*” que a organização se refere em outras unidades de

informação, fundamenta-se na liderança e na obediência cega, já as contribuições do Zapatismo rompem com este pensamento e se erguem em torno destes cinco pontos: um mundo onde caibam vários mundos; mandar obedecendo; somar e não diminuir; caminhar ao ritmo do mais lento; e caminhar perguntando.

Um pequeno detalhamento destes pontos se faz necessário. Sobre o primeiro ponto, por um mundo onde caibam vários mundos, o JRA está resgatando conhecida frase do EZLN, que faz uma defesa da “*diversidade y identidad*”. Um mundo onde caibam vários mundos é a proposta do EZLN, que para o JRA significa que “*el zapatismo propone la idea de la verdad múltiple frente a las leyes universales de verdades únicas*”. A defesa da identidade e da diversidade se faz contra o domínio da racionalidade e da ciência modernas:

Durante muchos años, de hecho durante los últimos dos siglos, el pensamiento humano y también de los movimientos de resistencia fue construido bajo algunas premisas básicas. El pensamiento moderno, bajo el influjo de la ilustración, del pensamiento newtoniano y luego del positivismo generó la visión de que podíamos construir la verdad a partir de la racionalidad. Se construyó la idea de que podíamos encontrar a través de la ciencia, la verdad, y con ella, construir leyes universales del funcionamiento de la historia. Nuestros movimientos, los movimientos de resistencia históricos adoptaron esta visión. Si encontrábamos y comprendíamos ese funcionamiento, sólo era cuestión de seguir las pautas de esa verdad científica para construir la revolución. Esta idea sobre la verdad, la racionalidad y la ciencia, generó un marco de pensamiento patriarcal, lineal, mecanicista, teleológico, que ayudó mucho en la construcción de una modernidad desarrollista y en constante expansión. La idea de progreso, desarrollo y crecimiento se adoptó por la humanidad, por la izquierda y por nuestros movimientos como un hecho sin cuestionamiento de la evolución humana.

Além do JRA trazer para o debate questões hoje muito debatidas no ambiente acadêmico e mesmo no Estado, tais como identidade e diversidade, traz uma argumentação complexa e fundamentada a propósito destas duas ideias. É possível dizer que a defesa do “mundo onde caibam vários mundos” é feita através de uma argumentação histórica: “*durante muchos años, de hecho durante los últimos dos siglos*”, filosófica: “*el pensamiento moderno, bajo el influjo de la ilustración, del pensamiento newtoniano y luego del positivismo generó la visión de que podíamos construir la verdad a partir de la racionalidad*”, e sociológica: “*pero ese pensamiento ayudó mucho al funcionamiento de un sistema que precisamente necesita crecer sin obstáculos. Es el funcionamiento del capitalismo. El capitalismo crece, o perece*” – próximo parágrafo. O pensamento racional e científico que sustenta o funcionamento da sociedade capitalista também foi adotado pela esquerda e por “*nuestros movimientos*”, arremata a crítica do JRA. O zapatismo “*es parte de esta nueva forma de pensar, que decimos, es pensar al revés*”, adotando a identidade e a diversidade em seu pensamento político.

O segundo ponto é o “mandar, obedecendo”. Segundo o JRA, o EZLN não é crítico de toda forma de Estado e de poder, ao contrário, o zapatismo reconhece a representatividade

(mandar obedecendo), sendo que se necessita de novos controles coletivos da democracia, com lideranças democráticas e não vanguardas, para reconstruir “*un nuevo poder que decida de abajo hacia arriba*”. O EZLN supera a “*estrategia estadocéntrica*” que a esquerda construiu em torno de “*una idea providencial y heroica de la toma del poder*”. O mandar obedecendo forma parte do pensamento ao contrário (*pensar al revés*) por ser crítico do sistema em seu conjunto, invertendo as relações de poder:

Este planteamiento es crítico del sistema imperante en su conjunto y no sólo del gobierno en turno. Es una revisión a la lógica del sistema y no sólo una crítica a los dominadores. Mandar obedeciendo significa también la subordinación del estado a los pueblos. Implica la democratización cada vez más profunda del nuevo poder y el correspondiente proceso de devolución progresiva de las funciones usurpadas por el estado a la sociedad misma. No hay que tomar el poder, sino construirlo. No hay que tomar el sistema por asalto, hay que deconstruirlo y en ese proceso experimentar, diseñar, soñar, un sistema alternativo.

Mandar obedecendo como ruptura da estratégia estadocêntrica baseia-se na reconstrução de um “novo poder”, subordinando o Estado aos “povos”. E aqui a palavra povos é para incluir as comunidades camponesas e indígenas.

O terceiro ponto da proposta política zapatista é o “*sumar y no restar. Construir y no destruir. Convencer y no vencer*”. Representa um “*nuevo marco ético*” para a construção de “*otra política*”. Não reproduzir “*los peores vicios del poder dominante*” como mesmo a esquerda e “*nuestras organizaciones*” fizeram antes. É unir os meios e fins, e não justificar os meios de acordo com o fim desejado. Assim, o zapatismo propõe unir, construir, convencer e representar a diversidade de “*voces de muchos que suelen ser la voz de uno solo*”.

Caminar al ritmo de lo más lento é o quarto ponto apresentado pelo JRA sobre o pensamento político do EZLN. Esse ponto não remete claramente à discussão que quer trazer, que ao detalhar no texto sabemos que é sobre a “*revolución y el sujeto de cambio*”. Afirma o JRA que:

no sólo hay un actor de transformación, el pensamiento y la acción zapatista son un ejemplo entre muchos otros de que ningún sector tiene un papel histórico predeterminado. Y más aún, que la clase obrera industrial, a la que se le asignaba un rol protagónico ha tenido posiciones más bien conservadoras frente a la emergencia de nuevos actores como los pueblos indios, los trabajadores desocupados o los movimientos de mujeres y por el ambiente.

Assim, caminhar ao ritmo do mais lento é não impor nossas ideias, mesmo que sejam as concepções corretas, afirma o JRA. A resistência é um processo que não é compatível com

La imagen “ultra” de empujar metas que todavía no son realizables se desdibuja frente a la idea de que hay que caminar al ritmo del más lento. Desechando de nuevo la intención de imponer ideas y estrategias que por muy correctas, por muy avanzadas que sean no pueden ser cristalizadas sin el otro, sin los otros, que deben compartir, entender y enriquecer dichas propuestas

A caminhada coletiva não pode deixar ninguém para trás. Caminhando ao ritmo do mais lento, a resistência se compreende como um processo em que os “*otros*” vão se incorporando à luta.

No quinto e último ponto o JRA retoma a metáfora da caminhada e da necessidade de ouvir os “*otros*” agora argumentando ser necessário reconhecer “*otras*” estratégias.

Caminar preguntando implica el reconocimiento de los otros como actores para las alternativas y la construcción, digámoslo así, revolucionaria. Caminar preguntando se inscribe en una visión profundamente democrática interna y externa de los actores

O experimentar constante é um dos princípios do EZLN, segundo o JRA. O diálogo com “*otras experiencias*” é fundamental no pensamento político do EZLN, que não se fecha para os “*laboratorios de experimentación: [las] juntas de buen gobierno, asambleas populares, tierras tomadas que producen; son señales, pistas de cómo se mira la vida, el mundo, del otro lado del muro*”. Assim, para o JRA, o EZLN é uma das fissuras no muro capitalista, e sua estrela é símbolo de novas resistências, novas políticas que precisam se articular para a derrubada do muro:

Estos cinco aportes se entrelazan cada uno, estos cinco sueños son como las cinco puntas de una estrella, la zapatista que abre una discusión universal sobre el poder, la diversidad, el estado, la revolución y las formas de hacer política. La estrella zapatista no es un nuevo dogma. Es una fisura en el pensamiento hegemónico para pensar al revés y para mirar del otro lado del muro.

Fechamos a exposição deste texto do JRA de 2004, reconhecendo que para esta organização o EZLN era um referencial importante, no “*laboratorio de experimentación*”, ao esboçar outro “pensamento político” fundado nestes cinco pontos.

No ano de 2008, o JRA produz um novo texto que pelas suas características próprias foi selecionado para esta etapa da pesquisa que busca expor a consolidação das ideias ao longo dos anos. No texto *Relación del Estado con los movimientos sociales* a organização faz uma intervenção no seminário *Jovenes y Moviminetos Sociales* e discute a relação perigosa de integração, cooptação e controle do Estado sobre os movimentos sociais, visão que diz ser a partir da participação dos jovens nos movimentos sociais, reconhecendo neste setor um dos principais alvos da política de repressão e cooptação por parte do Estado.

No início da discussão, o texto do JRA diz que para se compreender a situação dos movimentos sociais frente ao Estado, é necessário ter como ponto de partida duas questões: o contexto político e social mexicano e a atual etapa do capitalismo mundial. Da discussão sobre esses dois pontos, o JRA tira como conclusão de que com o neoliberalismo houve uma crise nas correias de transmissão do Estado, afetando a capacidade deste de garantir direitos e serviços básicos, bem como de controlar movimentos no interior da sociedade:

Podemos constatar que algunos de los resultados de las reformas “neoliberales” en las estructuras estatales, han tenido como efecto un “adelgazamiento” de las funciones sociales del Estado, lo que sin duda ha hecho impacto en los derechos y servicios básicos que éste utilizaba como mecanismo de integración y control sociopolítico de la población. Ello ha provocado la dislocación y ruptura de las “correas de transmisión” que el Estado, particularmente en el caso mexicano, había asignado a una multiplicidad de organizaciones campesinas, sociales, sindicales, políticas.

As consequências da reorganização neoliberal afetaram a organização política; daí que a democracia está controlada pela elite e submetida aos interesses empresariais, a corrupção está generalizada, a deslegitimação popular dos partidos políticos torna a política institucional ainda mais elitizada, e a simbiose entre Estado e máfia estão gerando o questionamento sem precedentes das classes políticas, dos partidos e do Estado. Na atualidade, o Estado executa a “gestão da incerteza” como mecanismo facilitador do controle e da despolitização.

O neoliberalismo é devastador para os jovens. A nova etapa do capitalismo abriu uma nova forma de subjetivação da juventude, marcada pela “*cooptación o manipulación (su integración al sistema) o bien su invisibilización, exclusión, o sometimiento a través de la coerción*” como consequência do “*proceso anómico devastador para la población juvenil, que ha erosionado o desestructurado el tejido social, las relaciones sociales y las identidades colectivas, abriendo el paso a la descomposición social en todas sus formas*”.

Porém, segundo o JRA, neste mesmo “*proceso anómico*” também se produzem novas formas de socialização, que são alternativas, outras experiências que se caracterizam por ter uma forma distinta de se relacionar com o Estado e com as propostas da “*izquierda hortodoxa*”. Estas experiências alternativas sob o ponto de vista dos jovens significam “práticas prefigurativas” que rompem a subjetivação da juventude no capitalismo neoliberal. Sob o ponto de vista da juventude surge “*otra política*” que possui várias “*divergencias con respecto a la relación de los movimientos sociales con el Estado*”

Si bien los puntos de conflicto son múltiples, queremos destacar sobre todo tres:

- A) La idea de que es posible llegar a un pacto con la clase política o con el poder económico para reorientar el rumbo del país (mediante la creación de un nuevo pacto social);
- B) La idea de que desde el poder del Estado es posible imponer la soberanía nacional y una mayor redistribución de la riqueza;
- C) La idea de que una vez que nos hayamos hecho del gobierno (o tomado el poder), es posible controlar el sistema económico y el poder del Estado para el beneficio del pueblo, de las mayorías, de los pobres o de los trabajadores.

Não existe possibilidade de pacto com a classe política ou com o poder econômico, não se consegue impor a soberania nacional e a redistribuição da riqueza e o Estado em benefício do povo são três pontos da divergência do JRA na relação dos movimentos sociais com o Estado. As experiências alternativas, práticas prefigurativas rompem a lógica do Estado,

expressam a emancipação, que segundo o JRA, não pode ser uma ideologia ou algo parecido, mas sim “*formas de sociabilidad alternativas*”, que criam um mundo novo:

Para nosotr@s es en estas experiencias y luchas donde existe la posibilidad de un mundo distinto al que conocemos. Y son estas experiencias, en vez de la lucha denodada por ocupar puestos de gobierno, de la toma violenta o electoral del aparato del Estado, de la espera del o de la mítica huelga o paro nacional, las que requieren ser protegidas y fortalecidas, las que requieren ser expandirse y hacerse visibles y de las que tenemos mucho que aprender.

Hemos visto jóvenes que al mismo tiempo que construyen hornos, huertos os comedores/escuelas populares, rádios comunitarias, etcétera, también van construyendo autogestión. Tenemos jóvenes que mientras participan, se forman y se involucran en la vida política en el barrio, van caminando y preguntándose sobre la horizontalidad, la democracia directa o radical y la autonomía. Existen también aquellas experiencias que intentan rescatar los saberes y la identidad del barrio mediante el sostenimiento de centros culturales que vayan fortaleciendo procesos comunitarios donde los jóvenes son aquéllos que organizan fiestas, exposiciones, conferencias, talleres, reuniones, entre múltiples actividades, que nadan o andan a contracorriente del control de los espacios de cultura, de la lógica institucional y asistencialista que empujan incluso los gobiernos “progresistas” como el de la ciudad de México.

Esta citação em extensão foi necessária porque traz diversos debates que o JRA se posiciona. Além de definir autogestão, o JRA também cita exemplos de práticas, de “*experiencias prefigurativas*”, que antecipam e projetam relações sociais desejadas nas relações criadas no presente, relacionando a forma de agir com o tipo da sociedade que se quer, reproduzindo-a na mobilização que se desenvolve.

Em 2010, o JRA participa das manifestações em torno da Cúpula Climática de Cancun e dentre suas ações divulga o seguinte texto: *Ante la destruyccion ambiental, destruyamos el capitalismo*. Ao realizar a crítica da destruição ambiental, o JRA apresenta diversas ideias, formando um pensamento crítico e aprofundado sobre temas como meio ambiente, dominação e exploração, desenvolvimentismo, alternativas ao dinheiro.

O eixo e início da argumentação é que o:

El desastre sobre los ecosistemas, biodiversidad, especies y clima terrestres ha sido provocado por una forma de gestión humana basada en el mercado, la máxima ganancia, el crecimiento infinito de las economías y la visión de que el hombre puede dominar la naturaleza.

Logo, para o JRA existe um íntimo vínculo entre sociedade capitalista e destruição ambiental. O capitalismo é uma “*forma de gestión*”, é “*un sistema de explotación, exclusión y dominación de clase, raza y género*”. Aqui, percebemos como o JRA além de apresentar as consequências do capitalismo, apresenta uma discussão sobre o que ele é, sistema de exclusão e dominação, tanto de classe, quanto de raça e gênero, alargando assim na discussão do capitalismo para a existências de grupos oprimidos no seu interior. Além destes grupos, com a afirmação “*la tierra no es del hombre. El hombre y la mujer somos de la tierra*”, o JRA inclui

o universo de pensamento das comunidades indígenas e camponesas do México, o pertencimento do ser humano à terra, e não o contrário.

Além dos grupos oprimidos, o JRA apresenta os grupos dominadores, ao destacar o conjunto de interessados na ideia dominante a respeito do desenvolvimento econômico:

Ese sistema se basa en un aparato de ideas repetidas una y mil veces por los gobiernos de todos los partidos en el poder, por todos los medios de comunicación hegemónicos y por la mayoría de la ciencia dominante que dicen que el crecimiento económico es la solución a nuestras necesidades, que entienden al desarrollo como construcción de obras de infraestructura, que dicen que el desarrollo es la producción acelerada de mercancías, es el consumo posesivo y enfermizo que promueven.

Logo são vários os grupos interessados na conservação do capitalismo. Daí que a produção acelerada de mercadorias e o consumo possessivo tornam a lógica capitalista contraditória aos ciclos naturais. O capitalismo é a crescente mercantilização da vida e da natureza, por isso a oposição a este sistema.

O JRA se opõe a esta lógica capitalista através da “*resistencia, la desobediencia y el boicot a las corporaciones y estados*”, e apoiam as alternativas ao dinheiro, que se constroem ao redor do mundo e se baseiam na:

La reconstitución, recuperación, reconstrucción y generación de economías locales, comunitarias y regionales como base de una economía alternativa al capitalismo e integrada a los ciclos naturales del planeta.

La gestión y propiedad social de los bienes comunes (agua, tierra, bosques) como alternativa a la gestión privada basada en el dinero pero también a la gestión estatal burocrática.

La reconversión energética urgente a sistemas de producción de energía descentralizados y gestionados o cogestionados por asambleas, consejos, pueblos y comunidades.

La reconstitución del tejido colectivo, comunitario y barrial como sustento de procesos autogestivos, autonómicos que permitan la autoregulación del consumo, producción y distribución no explotadores de los humanos, otras especies y de la naturaleza.

As alternativas ao capitalismo têm de reconstituir as economias locais, possibilitar a gestão social dos bens comuns para poder recompor o tecido coletivo com base na autogestão e na autonomia.

Assim, compreendemos que estas ideias formam um pensamento complexo e aprofundado sobre “pensamento político”, englobando práticas, objetivos e outras ideias.

4.5. Trajetórias militantes

Nossas entrevistas foram feitas com membros do JRA que participaram nos seguintes momentos: 2002-atualidade: Pineda; 2007-atualidade: Cesar Mejia; 2008-atualidade: Gisele; 2006-2012: César Ortega; 2011-2017: Alicia; 2013-atualidade: Laura, Andrea e Rebeca. Como se percebe, a entrada dos membros na organização se concentrou no ano de criação, entre 2006

e 2008, e entre 2011-2013. Considerando somente os entrevistados⁶⁷, percebe-se que existe um espaço de renovação dos membros e que este é pequeno. Graças a muita correria pela Cidade do México, e alguma sorte, consegui entrevistar um grupo representativo da composição da organização ao longo da história do JRA.

Os membros entrevistados estavam concentrados em alguns cursos. Ainda que inicialmente a origem fosse de cursos como economia, desenho industrial, medicina, o fato é que deixado de lado as trajetórias individuais e analisado o conjunto, todos os membros entrevistados são ou foram estudantes de sociologia ou filosofia. Novamente nos deparamos com uma afirmação de Foracchi, segundo a qual os estudantes militantes se concentram nos cursos de Ciências Humanas. E aqui se observa novamente que todos os entrevistados seguiram a carreira das Ciências Humanas e basicamente direcionam-se para os cursos de sociologia, filosofia, ou estudos latino-americanos. Porém, antes de afirmar unilateralmente que o curso politiza, o que observamos foi que: ou antes de entrar na universidade o estudante já tinha tido algum tipo de experiência política (Laura, Rebeca), o que pode ter influenciado na escolha da carreira, ou no transcorrer da vida universitária, do ciclo de estudos envolveu-se com a mobilização, ocasionando a mudança para alguma carreira da área de Humanas, como se observa com Pineda (desenho industrial foi para sociologia), Alicia (direito para a filosofia), César (psicologia social foi para estudos latino-americanos), Gisele (medicina para sociologia), Henrique (economia para sociologia), sendo que metade fez ao menos o curso de mestrado e a metade restante é aspirante, com exceção de Giselle, formada desde meados dos anos 1990. Foracchi interpreta como radicalismo pessoal preexistente e crise.

Outro aspecto a considerar é o ciclo de vida dos entrevistados: Pineda completou o ciclo de vida em que o estudo determina as demais atividades da vida; Alicia está finalizando atual etapa do ciclo de estudos; César completou e saiu do meio estudantil; Enrique segue sendo estudante; e Laura, Rebeca e Andrea estão na etapa de conclusão de estudos e decidindo o que irão fazer nos próximos passos; Giselle é alóctone no meio estudantil. É numa determinada fase do ciclo de vida, da ressocialização no seio da instituição escolar, mais exatamente na instituição universidade e no meio estudantil politizado que aderem os membros à organização do JRA. A história do JRA deve ser contada pela participação dos seus membros, sendo um tipo de organização em que não se efetivou a separação entre a “organização” e seus membros,

⁶⁷ Além do número de entrevistados só representar uma parte dos membros da organização ao longo de sua história, também tivemos contato com alguns ex-militantes da organização, mas que não pudemos entrevistar, como Mina Navarro, Abiff e Abraham.

ou seja, o JRA não se consolidou como organização em que uma das finalidades é manter-se a si mesmo, como nos partidos, sindicatos, Estado, etc.

Os três momentos que concentram a entrada de militantes na organização são a criação e agitação política do começo dos anos 2000; agitação política de 2006 (Oaxaca, Atenco), e nova onda de manifestações estudantis anos 2011 e 2012 (Yosoy132). Considerados os contextos de agitação política não é surpresa a capacidade dos membros do JRA de se pronunciar sobre diversos temas, notadamente política e situação nacional. Percebemos que o JRA inseriu na mobilização estudantil os estudantes que não tinham interesse ou identificação por organizações como partidos, grêmios, c.a's. Tal inserção ocorreu através da organização e de sua mobilização com os estudantes e nas lutas populares.

Outro aspecto considerado nas entrevistas foi a existência de duas “gerações” dentro do JRA, primeiramente a “velha guarda” e depois a “jovem guarda”.

Enrique Pineda

Enrique Pineda é o único membro da primeira geração do JRA que ainda permanece na organização. Quando o entrevistamos, ele tinha 41 anos e trabalhava como professor universitário no departamento de Ciências Políticas da Unam. Em 1994 entrou na graduação, cursando Desenho Industrial na UAM até 1999. Abandona esse curso e de 2000 a 2004 faz o curso de graduação em Sociologia, e depois se especializa nesta área. Tendo esta data como referência, significa que Pineda acompanhou as principais mobilizações na Cidade do México de meados dos anos de 1990 até atualidade. Além da entrevista, muito material do JRA teve participação de Pineda, apesar de que ele não tenha repassado os materiais que prometeu. Da época de Pineda, Mina Navarro também participou ativamente na organização e hoje não está mais atuando, porém Mina não quis participar da entrevista.

Sua relação imediata com o grupo estudantil se dá na sua inserção como membro de um curso e pertencente a uma instituição. Porém, Pineda, assim como todos os membros do JRA entrevistados, não se limitaram à relação estritamente institucional escolar, sua inserção no meio estudantil se deu através da participação em mobilizações, organizações, produção de ideias, de textos. Ainda que transitando em espaços com outras organizações, o vínculo e evolução de Pineda dentro do espaço escolar o relacionam intimamente com o movimento estudantil.

Pineda disse que não tem religião e se auto representou politicamente da seguinte forma: “se tuviera como me definir soy anarco-comunista, pero soy más autonomista”. Nessa frase de

sua autorrepresentação Pineda faz um quadro das principais concepções políticas existentes dentro do JRA, anarquistas, comunistas e autonomistas, mas tal como iremos ver na próxima seção, existe o consenso dentro do JRA de que “no nos gusta mucho definir...usamos cosas anarquistas, cosas marxistas, lo que nos identifica es la autonomia”, tal como disse Pineda.

A universidade onde Pineda estudou, a UAM, foi um dos locais onde a mobilização estudantil em favor do fim da guerra em Chiapas foi mais forte, berço do grupo Uameros por la paz, do qual Pineda foi membro. No ano de 2001, o EZLN retornou a essa universidade (Iztapalapa e Xochimilco) e se encontrou com estudantes, evento que foi um dos principais pontos da Marcha que se realizou naquele ano. Importa notar que a pessoa que o governo mexicano acredita ser o Subcomandante Marcos, é exatamente um ex-professor da UAM, Rafael Sebastian Guillén Vicente, portanto, Pineda foi estudante em um período especialmente ativo das mobilizações nesta universidade.

Atualmente Pineda é professor, e como tal mantém o vínculo com a instituição universitária. Além disso, inclusive, como professor, foi o responsável pelo ingresso de novos membros na organização.

Cesar Ortega

Pela análise da trajetória individual de Cesar no seio do JRA, percebemos que sua trajetória foi dividida com outras responsabilidades sociais, pois de origem popular, diferente de Pineda, Cesar teve de dividir o tempo com a militância e as atividades em família. Na época da entrevista, fevereiro de 2018, Cesar tinha 37 anos, pai de duas filhas. Sua mãe é educadora infantil e o pai artesão e livreiro, nasceu e cresceu em bairros periféricos da Cidade do México. Atualmente Cesar é Coordenador de um Centro Cultural, projeto de uma ONG, mas como a renda é insuficiente, também trabalha na venda de roupas, doces caseiros e como professor de português.

Entre os anos 2000 e 2005 Cesar estudou a graduação em Psicologia Social na Unam. De 2008 a 2012 fez o mestrado em Estudos Latino-Americanos, também na Unam. Entre os anos de 2006 e 2012 foi membro do JRA, depois dessa data, época que terminou o mestrado, foi gradualmente saindo da organização, devido a outras atividades e responsabilidades sociais (trabalho, filhos, manutenção da casa, etc.) que ocupavam cada vez mais tempo. Não surpreende, pois, que ao comentar sobre a atração da organização aos jovens, Cesar relaciona com a dificuldade de manter o ritmo de militância:

A organização atraía jovens, sim, mas a dinâmica própria da organização exigia muito, e era difícil 1) manter esse nível de engajamento por longo período e 2) manter em movimento a complexa dinâmica de articulação da organização.

No novo ciclo de vida de Cesar ela reconhece que no pós-estudo é muito difícil retornar à universidade, apesar de continuar tentando, participando de grupo de estudos em formação em música, estratégias narrativas e intervenção em conflitos. No atual momento, Cesar busca consolidar o sustento de sua família, conseguindo um emprego estável e acalmar a quantidade de atividades que desenvolve: “preciso acalmar meu espírito e restabelecer meu equilíbrio físico, emocional e espiritual. A enorme quantidade de informação que estamos veiculando tem efeitos de médio e longo prazo”. Por sua origem social, o envolvimento de Cesar com a universidade é instável, pois apesar de querer participar não pode, pelas responsabilidades da família e do trabalho, “mas às vezes tem alguma que me interessa muito e consigo dar uma fugida pra assistir”. Ainda que interessado no estudo do anarquismo, do marxismo, do pensamento de Gramsci e do poder comunitário indígena, Cesar diz interessar por capoeira, terapia, budismo e Tai Chi:

Me formei na visão de materialismo histórico... Agora eu poderia dizer que a minha visão é uma mistura entre marxismo a anarquismo... entre Gramsci e poder comunitário indígena. A consistência teórica dela, não sei, mas a minha prática política se baseia mais na possibilidade impulsionar ações comuns num marco ético, que desenvolvi na aproximação com o movimento zapatista, meu desenvolvimento como capoeira, e trabalho terapêutico. Recentemente, por conta de falta de saúde, comecei mudar formas de alimentação, de comportamento cotidiano, e também comecei me aproximar do budismo, do Tai chi e de uma compreensão abrangente dos seres e da natureza na sua dimensão energética

Ele não se definiu politicamente, mas disse ter interesse nas perspectivas políticas do anarquismo e do marxismo e que compartilha do objetivo do JRA, ainda que tenha saído da organização. Logo, ele defende a “organização anticapitalista, o posicionamento autônomo e horizontal”. E dentro dessa formação política que Cesar decide por participar do processo eleitoral:

Votei em 2000 por López Obrador, mesmo tendo participado da greve universitária em 1999-2000, apesar de ter um grande desgosto do seu partido, PRD. Nunca fiz nem participei de campanha eleitoral. Desde 2003 tive uma posição muito mais definida contra os partidos políticos no México, decorrente da minha participação política em organizações e colectivos pró-zapatistas. Em 2006 tive uma postura de denúncia da fraude eleitoral, o que não foi bem compreendido nem por essa tendência nem pelos lópez-obradoristas, pois ao mesmo tempo chamávamos para a organização apartir da chamada da 6ª Declaracao. Não me aproximei mais de procedimentos eleitorais desde então. Em 2018 estou pensando votar, apesar do meu crescente desgosto com o candidato e a equipe dirigente de Morena.

Percebe-se que Cesar participa das eleições conforme a conjuntura que ele analisa e retira seu posicionamento, não tendo por critério a abstenção ou participação, e sim o contexto mais amplo.

Esta fusão de elementos diversos que Cesar realiza, tem diversos fatores explicativos, e ressaltamos aqui somente os aspectos de sua formação acadêmica que contribuíram neste processo. Formado em Psicologia Social, curso de graduação que não existe no Brasil, mas que tem uma forte ênfase nos processos sociais e a formação psíquica, suas leituras são variadas, desde o trabalho psicossomático às leituras sobre a realidade histórico e social. Além disto, como o próprio Cesar indicou, sua formação se deu no ambiente universitário do pós-greve Unam dos anos de 1999/2000, portanto, ainda, com a efervescência política que caracterizou a mobilização estudantil contra as reformas neoliberais na universidade. No final do curso, 2005, ele se aproxima do JRA, e manterá sua militância ativa até o final do seu ciclo de estudos.

Cesar disse que participou de todas as atividades do JRA durante o tempo que esteve na organização, o que lhe demandava muito tempo, e assim ele disse o que fazia durante as reuniões do JRA:

Manter a calma, kkk. As reuniões eram sempre longas, havia sempre muitos detalhes a serem definidos. Isso é que nos dava, acho, um diferencial frente a outros coletivos; a gente dava ênfase para o planejamento, avaliação e sistematização das atividades e discussões. A gente fazia relatórios das reuniões (prática que tenho levado para outros campos da atuação profissional e militante. E a gente se apropriou e desenvolveu mecanismos próprios de diálogo e toma de decisões por consenso.

Cesar não participou das entidades oficiais geradas pelo movimento estudantil, seu interesse no JRA era porque:

Me chamou a atenção a “novidade” de algumas propostas.. A possibilidade de discutir politicamente, sem dogmatismos, no horizonte da autonomia, sobre o Estado e o capitalismo, sobre as resistências ao capitalismo no mundo, o marxismo e o autonomismo, as experiências históricas... A dinâmica de mobilização permanente e a possibilidade de agir/contribuir com diversos atores e lutas

E ainda sim, Cesar teve sua mobilização determinada por sua condição estudantil e pelo meio estudantil que produziu o JRA na Cidade do México nos primeiros anos do século XXI, porém, através da trajetória externalista do JRA.

Cesar Mejia

Em 2007 entrou no JRA Cesar Mejia, que até o final da organização militou e que atualmente migrou para a nova organização, o Comunal, tal como Enrique Pineda. Mejia tem 34 anos de idade, é formado em Economia e está fazendo a segunda graduação em Sociologia. Não mora com a família, mora na sede do JRA, junto com Giselle, outra participante que entrevistamos.

Mejia participou por 10 anos no JRA e, em todo esse tempo, foi estudante universitário, inclusive, em sua segunda graduação Pineda é seu orientador. Atualmente Mejia estuda, milita

e trabalha. Perguntado sobre religião Mejia disse que não tinha, e perguntado sobre sua visão política Mejia disse que defende a “autogestão”, a “autonomia”. Mejia disse que não votam nos processos eleitorais, mantem a organização, o que deu a entender que sua posição é a mesma compartilhada pela organização, porém, como veremos nos membros mais novos, não existe tal percepção.

Mejia disse que não acredita em reformas sociais, elas fortalecem o poder do Estado e a organização tem uma política anti-Estatal. Mejia, assim como outros membros, responderam sobre diversos aspectos da realidade mexicana (conservadorismo, partidos e políticos, Estado), o que demonstra a capacidade de se pronunciar sobre temas variados. Algumas de suas representações serão descritas na próxima seção. Mejia participou ativamente do JRA, se dedicando a diferentes tipos de atividades, tais como seminários, projeto editorial, articulação com outras organizações, etc.

Ainda que esteja perto dos 40 anos de idade, Mejia, e de igual modo a Pineda e Giselle, mantiveram a participação no JRA até o fim, mesmo com o envelhecimento individual e a saída formal do grupo da juventude. Esse ponto nos indica que a juventude não pode ser a determinação fundamental para a existência do JRA, mas sim a condição estudantil. Ainda que pareça ser a juventude, como o próprio Mejia disse “*es algo que tiene que ver con el cierre del JRA*”, falando sobre o envelhecimento dos participantes e a crise na organização, a determinação da condição estudantil é que dá a dinâmica desse processo, o que não por coincidência corresponde a trajetória individual e o ciclo de estudos, com todos os membros entrevistados formados ou formandos, sem ter ocorrido uma renovação na composição do JRA.

Giselle

Entre todos os entrevistados desta pesquisa, Giselle foi a mais velha, com 53 anos de idade, logo, a que mais “distoa” do perfil dos jovens estudantes do MPL-SP e do JRA. Além de não ser mais jovem, Giselle também é mais de dois filhos com cerca de 20 anos, e está a muito tempo fora da universidade, desde que se formou em medicina e sociologia, somente trabalhando em empresas do mercado financeira, com análises e revisões de pesquisas. Logo, Giselle é a verdadeira alóctone, no sentido que Nildo Viana (2016) nos fala, e que está presente no meio do JRA. Portanto, não compartilha do meio estudantil, mas se faz presente num determinado tipo de meio estudantil que incorpora a sua presença.

Giselle não é mexicana, ela veio do Uruguai, migrando para o México depois da crise social dos anos 2000. Entrou no JRA em 2008, quando os filhos ainda eram crianças e

trabalhava em uma empresa de estudo de mercado. Foi a mudança para o México e o conhecimento de outra realidade que lhe despertou para a luta autônoma, segunda ela, ao conhecer o JRA percebeu a existência de uma nova forma de fazer política. No Uruguai ela tinha sido do grupo Tupamaros, que atualmente virou um partido e tem sua origem como organização guerrilheira nos anos de 1960.

Giselle não tem religião. Não se definiu politicamente, mas ao responder as perguntas sobre tema política respondeu com concordância às ideias do JRA, destacando que estava falando em termos de “nós”. Aliás, Giselle não saiu do JRA quando a organização foi dissolvida, indo para a nova organização Comunal. Assim, sua autorrepresentação política é expressa em termos de autonomia, autogestão, horizontalidade, anticapitalismo e a ideia de “hacer comum”, conceito defendido por alguns intelectuais vinculados ao JRA. Giselle assume as concepções consensuais da organização e é, portanto, exemplo para nos referirmos às ideias arraigadas no JRA.

Ainda que alóctone, Giselle participa do JRA em igualdade com os demais membros, ainda que sua presença se demonstre inesperada naquele meio, na organização enquanto tal não existe qualquer tipo de ato discriminatória com a sua presença.

Alicia Hopkins

Alicia representa a renovação no JRA que acontece a partir de 2012. Com a saída de alguns membros, permanência de outros e a chegada de novos membros a partir deste ano, aumentando em 2013, com uma nova onda de mobilizações estudantis no México, que culmina com o movimento YoSoy132. Apesar de ter 36 anos, ela entrou um pouco tarde na organização, quando estava no mestrado e atualmente acabou de terminar o Doutorado.

Alicia nasceu no norte do México, de um município do Estado de Sonora, onde cresceu e se formou em Direito. Quando foi fazer a pós-graduação, decidiu ir para a capital, Cidade do México, e foi fazer o mestrado em Filosofia. Terminado o mestrado foi fazer o Doutorado em Estudos Latino-americanos. Portanto, Alicia é mais uma representante dos estudantes que iniciam a graduação em um curso de uma área e acabam migrando para outra área do saber.

Alicia encontra-se em transição no ciclo de vida. Situação eminentemente estudantil vem sendo deixada para trás. No entanto, o fato de ainda viver com amigos, não ter outro vínculo familiar faz aparentar uma juventude tardia. O que de essencial permanece na vida de Alicia é a relação-capital, tanto antes como hoje; tanto como estudante ou assalariada, ou nas duas condições. A determinação fundamental dos ciclos de vida é a relação-capital, daí que no

período transitório em que se encontra Alicia: nem mais estudante e nem ainda só trabalhadora, a determinação capitalista permanece, a relação-capital como motor da própria transição, aliás, a própria origem das duas condições.

Alicia disse que não possui religião. Perguntada sobre política, ela respondeu reafirmando que suas ideias compartilhava tal como aprendeu no JRA e, assim, respondeu que se define como anticapitalista, pela defesa da comunidade, do horizontalismo, o antagonismo ao capital e a autonomia da comunidade em relação aos governos. Mas Alicia já não participa mais do JRA. Seu egresso do grupo combinou questões pessoais, como o excesso de atividades (trabalho e doutorado), com questões políticas, com a mudança para Comunal e o apoio velado à candidatura de Marichuy, representante indígena, ao cargo de presidente do México, já que Alicia não vota.

Andrea Quevedo

Andrea, Rebeca e Laura são as três militantes mais jovens da organização, entraram em 2013, depois de participarem no ano anterior das mobilizações estudantis em torno do movimento Yo Soy 132. Ainda no ensino secundário participaram da mobilização, e no ano que entram na universidade é também o ano que entram para o JRA. A trajetória das três militantes é muito parecida, e apesar de a entrevista ter sido feita com as três ao mesmo tempo, vamos apresenta-las separadamente.

Andrea tem 26 anos de idade. Vive com as duas amigas, em uma casa perto da universidade. Está terminando o curso de Ciências Sociais, e as outras duas também. Se define como “anticapitalista, feminista, com afinidades al anarquismo y quizás al marxismo tambien”. A participação no movimento YoSoy132 e logo a entrada no JRA foram as primeiras experiências políticas de Andrea, e a partir de então passou a se definir desta forma.

E apesar de se definir com afinidades ao anarquismo e como anticapitalista, Andrea que nunca tinha votado antes de suas primeiras experiências políticas passa votar depois de sua entrada no JRA:

yo nunca hay votado...risos...no por postura politica, nunca estuve involucrada com actividad electoral ademas de Marichuy. Voy a votar no partido que menos apoya la militarización, una decisión por condiciones mínimas para resistencia

A ambiguidade desta forma de “aplicar” as concepções políticas não deixa de surpreender ainda mais porque Andrea acredita na “fraude eleitoral, de que sirve el voto? Hay minisculas posibilidades de decidir”. Demonstrando uma percepção contestadora das eleições, ainda assim Andrea vota e não demonstra considerar haver ambiguidade entre a ideia e a ação.

Andrea ainda foi membro da “Brigada de formación”, uma espécie de comissão do JRA responsável por propor atividade de formação intelectual dos membros, e conta ela que sua participação na realização de seminário sobre a autonomia foi crucial para a sua entrada na organização.

Esta ambiguidade consideramos que se origina não pela convicção e embasamento em alguma concepção política, o que pode ter relação. No entanto, elemento mais importantes a se considerar é que Andrea tem valores e sentimentos que a movem para participar do JRA:

Conoci los Panchos y vi las personas organizándose, cambiando las cosas, desde entonces decidí participar de las reuniones. No es una organización cerrada en ideología, pero en la defensa de los bienes comunes. Estoy convencida y motivada por cosas bonitas y solidarias. Me siento muy bien acompañada, espacio político, asambleas barriales, teniendo relaciones con quienes quiero estar.

E o mais interessante é considerar que Andrea não compartilha do pertencimento aos grupos que ela defende (trabalhadores, comunidades, indígenas). Como percebemos, sua origem familiar é de classe privilegiada (é sustentada pela família e não precisa trabalhar) e, morando longe de casa, seu modo de vida se reduz à vida estudantil, juntamente com a participação no JRA. Auto representando-se como anticapitalista, Andrea, e de igual modo as demais, não expressam sua verdadeira posição dentro da sociedade (estudantes), e assim o seu senso de pertencimento se expressa em identificação com outros grupos, no caso, as comunidades, organizações e movimentos em luta e às ideias em torno da concepção de autonomia.

Rebeca Salazar

Rebeca, 24 anos de idade, também participa do JRA desde 2013 e igual Andrea e Laura, iniciou sua participação política com o movimento Yo Soy132; quando entrou na universidade também entrou no JRA. Mas diferente de Andrea, Rebeca vem de uma família com tradição no movimento estudantil, já que seus pais também participaram e que desde cedo idealizou sua participação neste movimento.

A origem social de Rebeca também é similar das suas amigas, saindo de uma família de profissionais liberais com formação universitária. A filha é sustentada pela família e se dedica integralmente à universidade, sendo que na data da entrevista, fevereiro de 2018, estava se dedicando exclusivamente para finalizar a monografia de graduação em Sociologia.

Rebeca se define como marxista apesar de vislumbrar outras concepções:

JRA articula uma parte más libertaria, outra parte más marxista yo soy marxista, em términos estratégicos soy marxista, pero quería decirme feminista, pero no estoy em uno espacio feminista, es algo as filosófico que militante. Yo soy Comunista Libertaria.

Como percebe-se, juntamente com a ideia de marxismo, Rebeca incorpora ideias sobre o feminismo e as ideias libertárias. No momento da entrevista, depois que eu perguntei a todas sobre sua visão de mundo, e com as respostas apontando para o “anticapitalismo”, fiz um comentário para as entrevistadas, questionando que a palavra “anticapitalismo” não explicava muita coisa, pois se baseava somente na negação de algo, ao passo que Rebeca assim respondeu:

Yo podría decir algo muy abstrato, queremos una sociedad comunista, pero tienes muchas implicaciones en entender lo comum, buscamos la participación política activa.

A resposta de Rebeca veio para reafirmar a disposição na “participação política ativa”, independente da questão do “comunismo”, pois as implicações se dão na questão de “entender o comum”, a defesa da ideia de comunalidade, que é o cerne da ideia da nova organização criada depois do JRA, o Comunal. A resposta veio a tornar explícito o que estava implícito na pergunta, qual a visão de mundo da entrevistada, o que passava pelo conhecimento da concepção política, e que pressupúnhamos o comunismo, anarquismo ou outra ideia que expresse uma outra forma de sociedade. E ao tornar explícito, ao falar que “podría decir una sociedad comunista”, mas que “tienes muchas implicaciones en entender lo comum” claramente Rebeca expõe que seu referente não é o comunismo, mas sim o que chama por “comum” ou a “participação política ativa”.

Por outro lado, quando perguntada sobre sua participação no sistema eleitoral, Rebeca disse que sempre votou, ainda que seja uma “comunista libertária” ou que diga que ser comunista “tienes muchas implicaciones em entender lo comum”, ou mesmo que o voto “no eres nuestra via”:

Yo hay siempre votado, hay muchissima abstencionismo. El colectivo no tiene una línea de acción colectiva, es algo personal. Yo voy a votar en Marichuy pela visibilidad indígena, por condiciones mínimas, no eres nuestra via, pero necesitamos condiciones para seguir luchando...Alto a la militarización.

Interessa notar que nos novos membros, a questão da participação eleitoral aparece como algo aceitável, questão que discutiremos no tópico de análise em que apontamos que a luta surge como justificativa do voto. Já nos membros antigos da organização, somente Cesar Ortega, entre os entrevistados, disseram participar no processo eleitoral.

Agora quando perguntada sobre o que a motiva a participar no JRA, Rebeca demonstra consciência de que a organização tem uma base estudantil e que entre as várias organizações, para os estudantes, como ela, o JRA possui legitimidade

Antes yo no habia encontrado espacio de participación. Participé de varios espacios, el JRA me da mucha satisfacción. Yo e mis amigas crescemos juntas en el JRA, com trabajo y compromiso.

Rebeca também nos disse que conheceu o JRA pelo fato de que Enrique Pineda e Mina Navarro foram seus professores na faculdade. Ainda que não compreenda sua organização como parte do movimento estudantil, Rebeca tem consciência do peso que o grupo estudantil tem sobre o JRA, inclusive, ela mesma, como disse, encontrou na organização a idealização que tinha de participar no movimento estudantil. Porém, quando da participação efetiva, as suas ideias e ações não se voltaram para o meio estudantil e sim para o meio das lutas sociais mais amplas na Cidade do México.

Laura Alvarado

Laura tem 23 anos de idade. Terminou recentemente a faculdade de Sociologia. Trabalha como professor auxiliar, mas disse que é quase como um trabalho simbólico, o que refere-se à pouca remuneração. Até certo ponto Laura ainda é estudante, pois ainda é mantida pela família e sua saída da universidade é muito recente, além que ela está se preparando para entrar na pós-graduação. Laura, ainda que não tenha respondido sobre sua origem familiar, o fato de ser mantida pela família, ter carro próprio, realizado estudo de intercâmbio indica que a questão financeira não é um problema imediato. Divide uma casa com suas duas amigas, próximo a UNAM e numa região de “áreas verdes e casa ampla”. A história de vida das três amigas realmente é muito próxima, com diversos aspectos em comum.

Perguntada sobre qual a sua visão de mundo, Laura disse que é “anticapitalista, feminista e autonomista”. E sobre se acredita em outra forma de a sociedade estar organizada ela disse que “anticapitalismo...pero tienes que complementar con el ecologismo, la defensa de los recursos, la ecología política y la sustentabilidad”. Sobre a questão da participação eleitoral, Laura afirma que não vota, mas que também não é uma questão debatida no coletivo, reafirmando fala de sua amiga, e contrastando com a afirmação dos membros mais antigos, que não participam do processo eleitoral: “yo voté antes de entrar a la prepa [ensino médio], despues de la organización no mas, pero no es una postura discutida en lo colectivo. No apoyo ni militaria en alguno partido”.

Por outro lado, Laura diz que o JRA “no tienes relación con el movimiento sindical, con el movimiento estudiantil, y si con las luchas por los bienes comunes”. A identificação de Laura, reforçada em dois momentos, antes a relação entre autonomia e ecologia política, agora a relação com “las luchas por los bienes comunes”, está bem mais próxima para a nova organização que se criou com o fim do JRA, a Comunal e a defesa dos bens comuns sob a ideia do “comum”. Esta proximidade maior tem relação com o fato, reconhecido por Laura, de ela

ter entrado em um período de transição dentro da organização, era um momento de “reestructuración del JRA quando entramos. Existia la Liga Universitaria, acampamentos de formación, la lucha em Xochicuatla”, e foram atividades que foram abandonadas ao longo do tempo, marcando assim a fase final do JRA. E ainda que Laura reconhecesse que a “universidad teve todo que ver” com a história do JRA, está ausente a identificação como parte do corpo estudantil e de suas mobilizações, por outro lado, a consciência de representar outros interesses, dos “bienes comunes”, é a que se desenvolve em Laura.

A motivação de Laura em participar do JRA ela respondeu da seguinte forma:

Creyo que la sociabilidad y vivir em este espacio es mucho mejor. Estuve de intercambio e me sentí insatisfecho em otra sociabilidad. Muchas cosas del JRA me tocan el corazón. Mi vida es mejor porque estoy em JRA, es amable, solidaria y justa, no tengo que vivir mi vida por la ley de lo más fuerte.

Percebe-se o forte vínculo que ela tem com a organização, na qual ela diz que encontrou outra sociabilidade. Tanto nos aspectos das ideias (autonomia, bens comuns e outras), quanto no aspecto da participação nas atividades, são ressaltados na trajetória de Laura, que teve sua formação política consolidada em torno do JRA.

Sua experiência política se forja dentro da história do JRA, e a história do JRA, por sua vez, é produto de um determinado meio estudantil que se politizou nos últimos anos na Cidade do México. Na trajetória de Laura, que nasceu na mesma época que o JRA estava sendo criado, as tradições que atuaram na criação da organização são percebidas pela força que adquirem no seu discurso, nas suas ideias e nas suas práticas.

4.6. Discurso Mobilizador dos Militantes do JRA

Tal como as entrevistas com o MPL-SP, as entrevistas com os participantes e ex-participantes do JRA produziram informações sobre a trajetória individual e temas em comum aos membros da organização. Sobre o conjunto das entrevistas, os temas levantados foram sobre: autorrepresentação da identidade política dos membros; o tempo dedicado às atividades do JRA; os aspectos do meio estudantil presentes nas trajetórias individuais; as concepções sobre política da organização e a política das instituições, notadamente do Estado e dos partidos; a definição do objetivo do JRA; e a necessidade de estar organizado, segundo os membros do JRA. Além destes temas, que encontramos no MPL-SP, outros temas em comum se destacaram na análise das trajetórias individuais, tal como “territorialização da luta” e a “luta como justificativa do voto”, dois temas que apareceram nas entrevistas com os membros do JRA, mas não com os membros do MPL-SP.

4.6.1 Aspectos do meio estudantil

Para considerar os aspectos do meio estudantil na existência do JRA vamos iniciar analisando duas trajetórias. A primeira de Cesar Ortega e a outra, por oposição, de Enrique Pineda. Cesar já concluiu seu ciclo de estudos. Teve uma vida na universidade onde entrou na organização e, conforme ele, permaneceu na universidade, reforçando a sua atuação. E outra vida pós-estudo, que não coincidentemente marca o fim da sua participação na organização, no JRA. Por outro lado, Enrique Pineda, que entrou na universidade em 1994, como anteriormente vimos, e desde então ele reforçou sua participação no JRA, permanecendo na organização, sendo hoje conhecido entre várias organizações de movimentos sociais na Cidade do México, além estar iniciando carreira como professor universitário na UNAM. Pineda permaneceu no JRA de suas origens até a extinção, e está presente na nova organização criada.

Nesse sentido, o que os dois casos evidenciam de forma mais clara, é a dinâmica do ciclo de estudos. A dinâmica da formação, a dinâmica de aspectos do meio estudantil que estão no JRA. Num caso, o fim do ciclo de estudos que coincidiu com a saída da organização. No outro caso, a ampliação do ciclo de estudos e a posterior fase como professor marcam a permanência no meio estudantil, que é o caso de Pineda. A partir destes dois casos iniciamos nossa reflexão sobre a presença de aspectos do meio estudantil no JRA.

Na história do JRA duas comissões marcam a questão da presença do grupo estudantil na organização. A Liga Universitária e a Brigada Estudantil foram duas comissões dentro do JRA em que determinadas ações foram caminhadas para se direcionar ao meio estudantil. Essas ações foram de vários tipos e podemos encontrar nelas as Campanhas Informativas já comentadas em outro momento deste trabalho. Incorporamos na análise da entrevista um fragmento da monografia de Mireille Arzeta para analisarmos a base estudantil do JRA. Diz ela:

En este sentido, el colectivo JRA mediante sus evaluaciones y como parte de la política de articulación o enlace con otros actores sociales y políticos vio la enorme necesidad de impulsar una campaña informativa en el sector estudiantil universitario para ser un facilitador que pueda proporcionar mecanismos eficientes e públicos de reflexión sobre los grandes temas que estan movilizandoy articulando la resistencia a nivel continental y global, temas que no necesariamente son discutidos dentro de las aulas. Es por eso la necesidad de invitar a los intelectuales y academicos que han desarrollados sobre estos temas para que el resto de la comunidad pueda conocer la discusión sobre las alternativas al avance global: los nuevos movimientos antisistémicos; los efectos de los planes macroeconómicos y el funcionamiento del organismos financieros internacionales; y la mercantilización de la educación pública (ARZETA, 2008, p. 219).

A exposição desta tese é muito próxima da reprodução do que foi escrito pelo JRA em um comunicado de avaliação das atividades de um ano da organização. E que diz o seguinte:

Como parte del plan de trabajo, se consideró necesario impulsar una acción que enlazara los distintos espacios educativos en donde estudian los integrantes del JRA. La acción pensada fue una campaña de conferencias, videos, cine y la impresión de un periódico en tres espacios universitarios. La Facultad de Ciencias Políticas de la UNAM, la UAM Azcapozalco, y la UAM Xochimilco. Los objetivos trazados en el plan de trabajo y el proyecto de la campaña eran concretos: impulsar una campaña de información y análisis entre la población universitaria alrededor de la globalización y sus alternativas prácticas y teóricas, como vehículo de acercamiento y posicionamiento de nuestra organización con la población universitaria, como herramienta para colocar el tema de lo global en las escuelas, como forma de articulación, movilización interna y para empezar a formar una red electrónica de información con los estudiantes (JRA apud ARZETA, 2008, p. 220).

Como a exposição descritiva da tese limitou-se a reproduzir a autoconsciência do grupo estudado, não se chegou à compreensão de que o elemento fundamental que movia a organização era a mobilização do seu grupo de base, do grupo estudantil, sendo esta questão de suma importância para compreendermos como o meio estudantil adentra na composição e atuação do JRA.

A visão da organização, como vimos anteriormente, é compartilhada pelos membros, como diria Alicia, “nuestro traje era de difusión das luchas, visibilizar las luchas em las universidades, por médio de foros estudiantiles, presentación de libros, mítins, toquines, nosotros decíamos: miren esta pasando esto!”. Além da intervenção com os estudantes nas universidades, e apesar dos objetivos da intervenção não serem imediatamente estudantis, outras atividades são incorporadas através da mobilização estudantil, tal como a Caravana Estudiantil para as manifestações contra o Encontro de Cancun, a participação na Coordenação Geral de Lutas Estudantis, no mesmo evento, e os festivais que contaram a participação estudantil na elaboração, planejamento e execução, encontramos em alguns informes, como o Festival Echa una mano por la paz, que é lembrado em informe do JRA como um festival organizado por estudantes em nome dos vários grupos da sociedade civil e contando com a participação de cerca de três mil estudantes. Ou no Festival Vibra Votan, em comemoração aos dez anos de levante do EZLN e que segundo o JRA foi organizado por cerca de quatrocentos estudantes universitários.

E por outro lado, ainda que os membros do JRA reconheçam suas atividades com o grupo estudantil, como no exemplo claro de Rebeca que diz que conhecemos o JRA porque Mina e Pineda eram nossos professores, e em outra parte diz: “aunque no hace política exclusivamente estudiantil, lo estudiantil es lo que hay consolidado”. Ou seja, sua política não é estudantil, mas o estudantil é o que possibilitou sua consolidação. Pensamento que vai no mesmo sentido de Pineda: “la participacion de jovenes universitarios era nuestro método de trabajo, era el médio que trabajamos”.

A organização reconhece que o fundamento eram os estudantes, mas não que participam de uma mobilização estudantil. Diz Pineda:

JRA rompió con la universidad em el sentido estudiantil, de sus luchas internas, rompemos la temporalidad del estudiantil, del efemero y local por escuela, no es una organización estudiantil, pero esta formada por la racionalidade estudiantil, racionalidad ideológica de izquierda universitaria.

Neste sentido os membros entrevistados compreendem que a organização é formada por estudantes, mas não faz parte da “política estudantil”. E por que que não faz parte? Alguns indícios nos são dados nas próprias respostas, e que pode ter relação com uma visão negativa do grupo estudantil. Giselle diz: “ya no somos más los estudiantes mantenidos por los papas”. Ou então quando Pineda também diz: nosotros somos estudiantes precarizado, no tenemos familia clase media como denominador comum del grupo”, ou “JRA y Uameros eran estudiantes, pero se fue precarizando”. O que isto quer dizer? Quer dizer que embora sejam estudantes, são estudantes que não disfrutaram de determinados benefícios que o grupo estudantil. Então, a visão que os membros também é a de que os estudantes têm privilégios, são beneficiados, são filhos de classe média.

4.6.2 Necessidade de organização

Várias respostas nos levaram à conclusão de que os membros do JRA sentiam a necessidade de estar participando de alguma organização. Em termos práticos, todos tiveram sua primeira participação política organizada no JRA e todos responderam que participaram de todas as tarefas e atividades que o JRA executou durante o tempo de sua participação.

Alicia, que tem origem na cidade nortenha de Sonora, disse que quando chegou na Cidade do México queria sair para a rua protestar, e que antes do JRA tinha pouca experiência de participar em organização, disse que aprendeu tudo o que sabe no JRA. Resposta parecida a dada por Rebeca, que disse que sempre fora interessada pela participação no movimento estudantil, mas que antes do JRA nunca tinha encontrado um espaço de participação e que ao conhecer o JRA percebeu estar em um espaço que lhe dava muita satisfação.

Já para Laura, os partidos são organizações que nunca lhe interessaram por ser espaços hierárquicos, diferente do JRA, sendo que se sente a tal ponto integrada na organização que hoje “mi vida es mejor porque estoy em JRA”.

Por sua vez, Andrea percebeu que precisava participar de alguma organização após presenciar uma reunião de uma organização chamada Los Panchos Villa⁶⁸, viu as “personas se

⁶⁸ Los Pancho Villa é uma organização de movimento social por moradia, e que desde longa data mantém contato e realização de atividades com o JRA.

organizando, cambiando las cosas” e desde então decidiu participar do JRA, uma organização que não é fechada em uma ideologia, mas sim na defesa dos bens comuns, do anarquismo, do marxismo crítico, das comunidades indígenas.

Resposta similar a dada por Cesar Ortega, que disse que o que o traiu ao JRA foi discutir política sem dogma, debater autonomia, marxismo, experiências históricas, o que lhe fazia sentir que estava contribuindo para a “luta”. A percepção da vontade de estar organizado veio para Cesar Ortega, segundo ele, com a sua entrada na universidade que coincidiu com o ambiente de pós-greve dos anos 2000 na Unam.

4.6.3 Tempo de atividade

Todos os membros do JRA entrevistados disseram que participaram de todas as atividades da organização e que assumiram as mais diversas funções, ainda que tenham se concentrado em determinada função, contribuíram com outras comissões e atividades. Vimos que a necessidade de participação em uma organização era clara entre os membros entrevistados. Por outro lado, quase todos tinham algum apontamento a fazer quer seja sobre o excesso de atividades, a dificuldade de acompanhar ou os conflitos que foram surgindo com outras atividades da vida fora da organização. Dos membros entrevistados, as únicas a não tocarem no tema do tempo foram as mais jovens (Laura, Rebeca e Andrea). Ainda são estudantes em tempo integral e com perfil de família de origem intelectual ou de profissionais liberais, como já destacamos. Laura que está finalizando o curso diz que se ocupa de um trabalho simbólico, Andrea somente estuda e Rebeca se apresentou como “tesista”, isto é, estudante de educação integral para desenvolver sua monografia.

Enrique Pineda disse que o JRA esteve no meio de todas as mobilizações políticas na Cidade do México nos últimos anos. Este ritmo de atuação demanda a participação dos membros, e para os jovens que entraram no JRA para participar de uma organização, a quantidade de atividades é um atrativo. Por outro lado, é importante notar, tal como diz Pineda, que o “núcleo duro” da organização ficava em torno de 15 a 20 pessoas, o que por consequência gerava uma alta demanda sobre os membros.

Ao longo do tempo, e geralmente o conflito aumentava com o período de egressão da universidade, se tornava difícil acompanhar o ritmo de militância e de participação nas atividades, ainda mais quando além das atividades rotineiras da organização surgiam atividades extras, como era o caso das manifestações que o JRA participava ou convocava em solidariedade a algum grupo ou oposição a algum acontecimento (Alicia). Apesar de alguns

participantes serem de origem privilegiada, outros não eram, assim, alguns estudavam e trabalhavam (Cesar Ortega) e outros conseguiam se manter em grande medida com o auxílio financeiro dos estudos (Alicia). E são estes tipos de trajetórias as que mais encontraram dificuldade para permanecer na organização, seja pela exigência do trabalho e outras responsabilidades civis, seja por obrigações escolares. Vejamos os casos de Cesar Ortega e Alicia.

Cesar Ortega é de uma família de trabalhadores, a mãe professora do ensino básico e o pai artesão. Viveram em bairros periféricos da Cidade do México e, durante o período de estudos, Cesar Ortega dividiu o tempo entre a universidade, o trabalho e a participação no JRA. As atividades no JRA lhe ocupavam bastante tempo. Sobre as reuniões da organização Cesar Ortega disse, em tom de brincadeira, que era necessário manter a calma porque as reuniões eram longas, e incluíam o planejamento, a avaliação e a sistematização das atividades e seus resultados. Quando Ortega terminou a graduação pouco tempo depois ele entrou no mestrado, e em seguida veio fazer intercâmbio no Brasil. Apesar de ter contribuído para criar novos contatos e divulgar as ações do JRA, como disse Ortega, a partir da pós-graduação seu tempo estava sendo limitado e a participação na organização veio somente diminuindo, o que se concretizou com a saída da universidade e os novos compromissos familiares e de trabalho. Em determinado momento, o tempo disponível para Ortega já não dava mais para incluir a alta carga de atividades do JRA, era o ciclo de estudos sendo deixado para traz, e com ele o pertencimento de Ortega ao meio estudantil e as condições concretas para participar no JRA.

A trajetória de Alicia é reveladora dos conflitos entre as atividades na organização e as outras atividades da vida dos indivíduos, inclusive o choque com as atividades da universidade. Alicia disse que enquanto esteve na organização não pôde se dedicar ao doutorado e que a bolsa de estudos ajudava a cobrir despesas da organização, porém, chegando a etapa de finalização do curso, somando com o trabalho de professora e divergências que surgiram dentro da organização, resultaram na sua escolha por sair do grupo. Alicia disse que a militância era intensa, um compromisso muito forte e que demandava 24 horas nos sete dias da semana. Disse que durante este período deu sua vida à militância e que renunciou a outras sociabilidades, e que ao final do período em que militava todos os dias sentia que estava sendo muito “demandada”.

Enrique Pineda e Cesar Mejia explicaram, em suas respostas, o motivo de tantas atividades. Segundo Pineda, organizar-se pela autogestão demanda 10 vezes mais trabalho que a forma comercial, e o que se coloca em jogo é a capacidade de organização e manutenção do JRA, assim, criando-se um paradoxo dentro da organização: “quanto más horizontales

queremos ser más demandamos de los integrantes, lo que tiene como consecuencia la diferenciación entre los miembros”, referindo-se aos membros que formam o núcleo duro e os que são apoiadores (colaboradores) da organização.

Por sua vez, Cesar Mejia acredita que pelo fato de “desde el primer día puedes participar a tu ritmo de las actividades” acaba por criar distinção entre os militantes, com participantes que assumem mais funções, e responsabilidade, e outros que se limitam à participação esporádica.

Dois elementos são necessários para se compreender a dinâmica de participação dos membros do JRA. A rotatividade das funções como norma de funcionamento da organização, que determinava que a cada seis meses os membros deveriam migrar para uma nova função. Na prática, vimos que alguns membros permaneciam mais tempos em determinada função, como Cesar Mejia que foi lembrado por vários membros como pertencente à comissão financeira, Giselle que disse que há bastante tempo se dedica ao editorial (o que facilita sua participação é o fato de ela trabalhar com revisão de textos), ou Enrique Pineda, que esteve à frente a articulação política do JRA, responsável pelo contato com outros grupos.

A rotatividade como mecanismo de funcionamento do JRA, foi muitas vezes relacionada, pelos próprios entrevistados, com a questão da horizontalidade nas relações internas, ou seja, indistinção de posições dentro do grupo, sem lideranças, com todos os membros tendo igual espaço de participação. A horizontalidade, nome dado a ausência de posições de mando e obediência, rompe a dinâmica das estruturas hierárquicas, sendo um dos elementos fundamentais da forma organizacional assumida pelo JRA. Cria um ambiente que estimula a participação individual e demonstra um ponto de divergência fundamental entre este tipo de organização, e outros tipos de organização, como partidos e sindicatos, e por consequência estabelece outros tipos de relações entre estes diferentes tipos de organização, na medida que torna menos suscetível o aparelhamento por organizações mais estruturadas.

Cabe ainda notar que a rotatividade e a horizontalidade se dão dentro de uma organização em que a pouca experiência política dos membros é um fator comum entre eles. A inserção dos novos membros ocorre sob as condições da rotatividade e horizontalidade e, dizem os entrevistados, os efeitos destas acabam por contornar a falta de experiência. Sob contexto de intensa mobilização, em momentos que a organização assume a participação em alguma campanha, tendem a sobrecarregar tantos os novos membros quanto os membros antigos de atividades extras, além das rotineiras.

Alicia disse que a ênfase da participação no JRA se dava mais pela experiência do que pela formação “intelectual”, era muito aberto à participação de todos. A questão da participação dá uma dinâmica própria ao JRA, com seus membros participando mais quanto maior o tempo

exclusivo para a universidade (estudantes de tempo completo) e diminuindo a participação quando da finalização do ciclo de estudos, como ficou claro na situação de Cesar Ortega, ou no caso de Giselle, a alóctone da organização, que participou mais quando desistiu de ter um emprego formal. O exemplo de Alicia, que saiu da organização no momento de término da tese também confirma nossa interpretação do tempo de dedicação, pois no seu caso particular, finalizar a tese representava a última parte do ciclo de estudos em sua trajetória.

A dinâmica da rotatividade, a indistinção entre os membros do JRA e a pouca experiência de participação são elementos da própria condição estudantil, tal como a transitoriedade dos seus membros, a inexistência de uma burocracia consolidada no seio dos estudantes (e mesmo suas organizações maiores e oficiais a burocracia não ganha força e destaque como em outros lugares), e estar em um período de formação e acúmulo de experiências. Estas determinações na dinâmica interna do JRA têm origem na própria condição estudantil e não podem ser desconsideradas na análise da organização. É a condição estudantil impondo-se como determinante na evolução da organização, tanto que com a não-renovação dos membros a organização, considerando-se que na atualidade novas questões afetam o movimento estudantil na Cidade do México (MODONESI, 2014), foi um dos motivos principais para a sua dissolução no ano de 2017.

4.6.4 Autorrepresentação política

O JRA é uma organização autônoma, horizontal e anticapitalista. Tais definições apresentadas nos documentos da organização buscam apresentar o que a organização almeja: autonomia em relação às instituições do Estado; horizontalidade como forma de organização; e o anticapitalismo como ideal de outra forma da sociedade estar organizada. Porém, quando contrastada com as auto representações dos membros sobre si e sobre a organização as definições nos documentos não expressam a diversidade de ideias dentro da organização, diversidade a tal ponto que observado o JRA desde uma particular concepção política a organização se torna ambígua, posto que encontra em conflito com princípios que se originam, quer seja do anarquismo, do marxismo, além da pouca elaboração sobre o que de fato é a autonomia defendida pela organização. A diversidade de concepções políticas dentro da organização teve espaço porque o objetivo fundamental do JRA não era defender e difundir esta ou aquela concepção política, e sim satisfazer ao interesse de jovens estudantes de estarem organizados, que no caso do JRA se apresentou como uma diversidade de objetivos concretos, todos convergindo para a participação organizada como necessidade não satisfeita.

Ainda que se definindo como autônoma, horizontal e anticapitalista, as principais auto representações encontradas nos textos, os entrevistados apresentaram diferentes concepções políticas bem como tendência a não definir o JRA em termos de uma concepção política, sendo na maioria das vezes valorizada a prática, a participação, como critério legitimador da organização, o que tem relação com a questão do tempo de dedicação nas atividades da organização. É como se os membros do JRA dissessem: “não nos definimos”. Perguntados sobre questões políticas, sobre outro tipo de sociedade, sobre visão de mundo, algumas respostas convergirem no sentido de entender o JRA como aberto a diferentes concepções políticas⁶⁹. E as auto representações também mostraram indivíduos que não se determinam por uma concepção política específica, e sim que mesclam diferentes concepções, algumas com fundamentos estranhos entre si.

Pineda, o membro mais antigo do JRA assim se auto representa politicamente: “se tuviera como me definir soy anarco-comunista, pero soy más autonomista”, a combinação de diversos elementos (anarquismo, comunismo, autonomismo) se dá de modo acrítico, tendo em vista a subordinação destas ideias aos objetivos imediatos de intervenção nas “lutas”, no apoio às diversas “luchas libertarias de nuestra sociedad”. E ainda numa rápida pesquisa sobre os textos acadêmicos de Cesar Pineda percebemos que também Michel Foucault exerce certa influência sobre suas ideias.

Pineda reconhece que não gostam muito de se definir, “usamos cosas anarquistas, marxistas, lo que nos identifica es la autonomia”. E diz que as atividades de educação popular que realizavam em ocupações de moradia tinham como objetivo criar espaços de análise não doutrinários, referindo-se a não ter um pensamento único na organização.

Cesar Mejia diz que além de não se definirem, eles vão experimentando a política, ou seja, a fonte de seus aprendizados está na prática da organização. O que por sua vez é reafirmado por Alicia:

(...) Aprendí a hacer analisis, aun que no sea una organización dedicada a hacer teoria; no eres un grupo de estudios para sacar la ultima verdad de Marx, Bakunin, partia mas de la experiencia, mui aberto a la participación (...) Hacemos formación interna, pero no es tan teórico (...) formación quando podíamos, nunca fue un movimiento eminentemente teorico

Na fala de Alicia, a crítica à definição é acompanhada pela crítica aos grupos de estudos, de formação e que ela diz que são “teóricos”. E se Pineda se define como anarcomunista, Mejia como autonomista, Alicia já não assumirá nenhuma concepção política. E ao passo em que

⁶⁹ O que tem relação com a ideia presente na Declaração de Princípios, reivindicamos o melhor das experiências histórias.

Rebeca se diz marxista, Andre e Laura se definem como anticapitalistas e Cesar Ortega se diz adepto tanto do marxismo, quanto do anarquismo, combinando ideias de libertação do italiano Antonio Gramsci com ideias sobre o poder comunitário indígena.

Na Declaração de Princípios do JRA lê-se que: “no se rige por dogmas, ni por formulas”, assim, reivindicam o “melhor das experiências históricas”. Portanto, não existem determinantes de ideias específicas a serem adotadas pela organização, excluindo-se as que possam gerar um conflito aberto com as principais ideias defendidas pela organização: autonomia, horizontalidade e anticapitalismo.

Além da autorrepresentação de Pineda, que como vimos, combina diferentes teorias, nas respostas de duas integrantes da geração mais nova do JRA também encontramos a combinação e confusão entre concepções políticas. Diferentes respostas de Rebeca nos dão o tom da fusão de ideias diferentes e ainda assim sem produzir um pensamento claro, uma concepção política coerente e unitária. Disse Rebeca:

JRA articula uma parte más libertária y otra parte más marxista, yo soy más marxista en términos estratégicos, soy marxista, pero quero decirme feminista, pero no estoy em um espacio feminista, es algo más filosófico que militante (...)

Assim, Rebeca diz que diferentes concepções estão dentro do JRA, e que esta se identifica mais com uma concepção, a marxista, mas que também tem outra concepção que queria adotar, o feminismo. Rebeca quer “complementar” sua militância “marxista” com as ideias feministas, não encontrando na primeira todas as “respostas” que procura. Por outro lado, Rebeca também diz que a militância do JRA é mais de oposição do que de proposição:

(...) mucho de nuestro que hacer politico es mas como de resistencia, de ir em contra de certos proyectos, de ciertas partes sistemicas. Como ideal tenemos una formación y nuestra tirada es más como termos assemblearios, espacios de autogestión y autonomos, sin ser sectario.

A combinação de várias ideias de diferentes concepções políticas, a prática de negação e não proposição têm como consequência que a única certeza que os integrantes do JRA têm é em estar atuando pela autonomia e nos espaços com mobilização: “no sabemos como vamos construir, vamos a seguir resistindo, pero apostamos en la discusión assemblearia, en la reunión comum”.

Andrea disse que é anticapitalista, feminista, com afinidade com o anarquismo e com aspectos do marxismo. O JRA é sua primeira experiência de participação política. Antes de entrar no JRA nunca tinha participado das eleições, jamais votou, mas agora que está na organização, e apesar de se afirmar anticapitalista e com afinidade ao anarquismo, ela decide participar das eleições, votando pela candidatura da indígena Marichuy, segundo ela, uma decisão porque espera ter condições mínimas para resistir contra o militarismo defendido pelos

outros candidatos. Andrea disse que um dos seus maiores interesses pelo JRA é que esta é uma organização que não está “fechada” em torno de uma ideologia, pois no seu interior existem diferentes concepções.

Eclética e ambígua nos posicionamentos sobre concepção política, Andrea é exemplo da combinação de ideias dentro do JRA. Ainda que a organização se defina pelas ideias de autonomia e anticapitalismo, individualmente diversos membros, sobretudo os mais novos, afirmaram que irão participar nas eleições. Os membros mais jovens disseram que há pouca formação política dentro da organização, e que a questão do voto não é debatida dentro do JRA. Por sua vez, alguns membros mais velhos (Pineda, Mejia, Giselle), disseram que não participam de forma alguma do processo eleitoral e que existe formação política dentro do JRA, e citaram os acampamentos e seminários realizados.

Não é a diferença de idade que motiva os diferentes posicionamentos, nem mesmo a divergência de informação sobre a existência de formação política. Também membros mais velhos disseram que votam (Ortega), e membros mais novos disseram que não participam das eleições (Alicia). Por sua vez, a formação política acontece, e as principais atividades do JRA, seminários e acampamentos, são momentos de especial relevância onde a organização promove o debate de ideias. A divergência de informação sobre a formação política pode ter como explicação que em momentos anteriores, o JRA se dedicou mais à formação política, o último acampamento foi em 2014, bem como a algum tempo seminários não são realizados, o que pode explicar do porquê Andrea e Rebeca como membros mais jovens disseram não ter formação política, mas por outro lado, as duas informaram que ficaram responsável pela organização do Seminário Autonomia. Sendo assim, consideramos que a intensidade pode ter diminuído, mas que existem atividades de formação política.

O ecletismo e a ambiguidade resultam do fato de que o JRA não é uma organização fechada em uma ideologia (Rebeca), logo, aceitam diferentes concepções no seu interior, uma influenciando a outra; bem como não existe um projeto estruturado e coerente que apresente uma nova forma de sociedade, ficando a organização a reboque das lutas populares que disse defender em sua Declaração de Princípios: “nos manifestamos por la solidaridad y la participación de los jóvenes en las luchas libertarias de nuestra sociedad”.

As concepções políticas do JRA estão subordinadas ao objetivo de estar atuando dentro de uma organização, a explicação fundamental para a origem do JRA, isto é, a necessidade de que os estudantes têm de estarem organizados. Voltados para as diferentes lutas que existiram nos últimos anos, o JRA caracteriza-se pelo apego às lutas populares; não lutam por uma

reivindicação própria, e sim somente com a identificação com outras lutas que a necessidade de organização dos estudantes se revela, os objetivos que revelam interesses enraizados.

4.6.5 Política organizacional e política institucional

As perguntas que fizemos sobre a política do JRA e a política das instituições gerou respostas que nos deram um quadro com um conjunto de ideias que justificam a forma de existir do JRA, basicamente com base nas ideias sobre autorrepresentação política que anteriormente debatemos, e agora as várias reflexões sobre o funcionamento das instituições, sobretudo estatais, e os princípios organizacionais do JRA.

Ainda que alguns membros da organização participem do processo eleitoral, os indivíduos e os documentos do JRA representam a organização como antagônica às instituições do Estado. É dentro deste antagonismo que os entrevistados se pronunciam. Os princípios do JRA ficam claros nas respostas que obtivemos e eles nos indicam como deve ser a política organizacional do JRA, o seu modo de funcionamento e as ideias a respeito da transformação social que o JRA defende. Já nas reflexões sobre a política institucional a crítica do JRA é sobre o papel e o funcionamento das instituições, crítica que revela como os membros do JRA têm o esforço de tentar compreender aspectos sociais mais amplos a respeito da condição da organização e da sociedade como um todo.

Para os membros do JRA, e nos documentos da organização, esta é uma organização autônoma, baseada na horizontalidade e no anticapitalismo. No plano das ideias, é fácil delimitar o conjunto de ideias e concepções políticas que os membros do JRA identificam na organização. Mesmo uma ex-participante, Alicia fez uma larga exposição das principais ideias do JRA, sem não antes previamente afirmar que grande parte das ideias do JRA eram ideias que ela ainda compartilhava.

Nas respostas de Alicia, encontramos uma sistemática explicação sobre as ideias e o funcionamento do JRA, bem como uma aprofundada reflexão sobre as instituições mexicanas (Estado, partidos, políticos profissionais, eleições, empresariado) e a situação do país em geral. Sobre as instituições mexicanas a crítica de Alicia foi em relação à existência dos partidos políticos e a forma de funcionamento do Estado. Os partidos políticos são representados por Alicia como instituições ilegítimas dentro da sociedade mexicana, diz ela:

Acá no México no tienen ninguna legitimidad, son estructuras de poder, que hay fetichizado el poder político, se consideran ellos fuente del poder político, se quieren además autoridad de mando, no son gente que nascan del Pueblo, Mexico es una sociedad de castas. PAN es un partido de derecha, que solo acepta blancos (tienes historia de racismo, ultraconservadorismo reiligioso. Tienes otros partidos que hay como más mestizagem, los partidos no expresan solo contradicciones de clase, mas tambien de raza, no hay representacion, no hay delegación tanpoco, que lo pueblo les

deleguen el poder, la mayor parte del pueblo no vota, la democracia es carisima. Eres um setor de la población que se hay profissionalizado e encontrado su forma de vida a partir de los partidos, pero hay mucha descacreaditacion, no hay confianza, por esto no hay legitimidad, las personas los piensan como ladrones, no hay alternativas dentro de los partidos.

Sobre as eleições, Alicia disse que não participa do processo eleitoral, e recordou-se de várias mobilizações que ocorreram nos últimos anos contra as eleições, citando a “Outra Campanha” organizada pelos Zapatistas, e a campanha “Se não vota organiza-te”, em 2012, e a mobilização contra a candidatura de Peña Neto, a campanha conhecida como movimento “Yo Soy 132”, que apesar de não ter como objetivo negar a participação nas eleições, debateu o funcionamento do sistema político mexicano.

Sobre o Estado, Alicia disse que sua visão era a mesma do JRA. Ela disse que o Estado é uma forma de organização e de relação política que cria a oposição entre Estado e Comunidade autônoma, para ela “el Estado somos todos quantos décimos ser”. Segundo Alicia, tal antagonismo deriva do fato de que ocorreu a profissionalização da política o que produziu interesses opostos entre a comunidade e o Estado, que são contrários à sobrevivência da comunidade, sendo por isso o Estado separado da realidade social.

Analisando e explicando as representações de Alicia sobre a política institucional, destacamos que esta combina diferentes ideias para fundamentar sua crítica, que ora remontam para o objetivo da extinção do Estado, e ora fazem a proposição do Estado unido com a comunidade, “el Estado somos todos quantos decimos ser”. Enquanto que considera o Estado como estrutura de poder, aproximando-se do anarquismo, e complementa sua análise apontando sobre o fetichismo do poder nos partidos e a profissionalização da política, aproximando-se do marxismo, enquanto que tem tais representações, também acredita na verdadeira representação (“no hay representación”, “no hay delegacion” de poder do povo) e na mudança de forma de Estado, a fusão entre Estado e comunidade.

A crítica ao Estado e suas instituições é consolidada dentro do JRA, e abarca todos os membros entrevistados. O que diverge são as interpretações e proposições diante desta crítica. Ao passo em que Cesar Mejia diz que é contrário às reformas políticas porque o JRA tem uma política anti-estatal e as reformas fortalecem o Estado, e Enrique Pineda diz que são opositores das reformas do Estado, pois não acreditam nas reformas estatais, outros membros já admitem a participação nos processos eleitorais, bem como acreditam nas diferenças entre os projetos partidários, tal como diz Rebeca, Andrea e Cesar Ortega. Nesse sentido, as respostas de Rebeca são esclarecedoras:

Yo há sempre votado, hay muchisimo abstencionismo, el colectivo no tienes una línea de acción definida, es personal (..) voy a votar em Marichuy por la visibilidad

indígena, no eres nuestra via, pero necesitamos condiciones mínimas para seguir luchando (...) alto a la militarización.

Rebeca se definiu politicamente como marxista libertária, mas tal posicionamento teórico não se efetivou na prática da rejeição do sistema eleitoral, seu posicionamento diante das eleições é de “escolher o menos pior”, as “condições mínimas para seguir lutando”, segundo suas palavras.

Das três entrevistadas que pertencem à geração mais nova, elas disseram que os partidos são hierárquicos (Laura), autoritário (Rebeca) e uma fraude (Andrea), mas ainda assim, Rebeca e Andrea afirmaram que iriam participar das eleições para presidente no México. O que indica esta aparente incoerência entre ideia e prática? Ou dito mais claramente, por que essa diferença conflituosa entre pensar e fazer? Se a explicação acerca do interesse principal do movimento que gerou o JRA for a necessidade de organização, a explicação está na própria forma como a mobilização se desenvolveu, ou seja, entre os produtos dessa mobilização está o JRA e que tem na sua dinâmica a determinação da ação pela ação, sem adotar ou desenvolver um articulado e coerente conjunto de ideias, e sim acomodando e combinando diferentes concepções políticas e posicionamentos aos objetivos imediatos determinados pelas atividades (o apoio às lutas populares) em diferentes contextos.

Quanto à representação da política da organização e do funcionamento do JRA, as ideias são uniformes e coerentes entre si. Segundo Alicia, o JRA é anticapitalista, horizontal, autônomo e que defende a organização comunitária. Ela também nos disse que devíamos prestar atenção nos princípios do JRA, pois é a partir deles que se pode entender como a organização funciona, ou a prefiguração que os documentos e alguns membros do JRA enunciam como união entre meios e fins.

Mejia foi quem bem expressou os princípios do JRA, que segundo Alicia nos indicavam como a organização funciona.

Autonomia, horizontalidade e autogestion...y anticapitalismo (- Puedes hablar un poquito?) Autonomia es como nuestra capacidad de decision, de participar politicamente, un espacio próprio onde se puede expressar, sin necesidad de tener un programa politico ya definido, creamos nosotros mismos, no nos impuenen ninguna vision, no nos definimos todo el tempo marxisto o...pudemos ir jugando, experimentado la política, esto es imprntate. Cuanto la horizontalidad JRA tienes la rotación, que es como no importa se tienes un mez o dez años o sea, tu voz es la mista, dsdde el primer dia puedes participar de las asembleas y como uno más, motiva a seguir participando a tu ritmo. La autogestion es como la base material del coletivo, es la libertad de puerder decidir sobre los recursos de colectivo. Anticapitalismo es lo mas importante. Muchos de nosotros somos más como vegetarianos, veganos. Creemos otros formas de hacer politica, que necessariamente son reflejara los otros principios, fue una forma d einluir nos primeros principios, Son como praticas, el antipatriarcado, son praticas que llevamos acabo y e el anticapitalismo se vem reflejadas, como anticapitalismo como otra forma de hacer politica.

Ao passo que Pineda complementa:

La horizontalidad es como regular las relaciones de poder y las hierarquias en lo interior del colectivo. Somos muy conscientes de las relaciones de poder, tratamos de amortiguarlas para que no existan relaciones de dominación. No creemos que la dominación solo estea en los estado y lo capital, sino tambien en nosotros. Es nuestra diferencia con la izquierda ortodoxa porque considera es sobretudo um médio para lograr um fin y nosotros consideramos que la organizacion tambien es um fin em si mismo, porque construimos nuevas relaciones (...) Hubo un esfuerzo muy grande em la horizontalidade. Rotacion, procesos de formacion teórica, procesos de formacion empírica, mecanismos para que hablemos todos, mecanismos de tomadas de decisiones, asambleas estructuradas por lo metodo participativo, mecanismo de voceria era totalmente rotativo, en la universidad con los seminarios, en la articulacion, todo era rotativo. Tratamos de eliminar todo que la izquierda ortodoxa sea (...) Autonomia es cambiar desde abajo nuevas relaciones (...) Y el anticapitalismo nos dava um horizonte y definicion politica. Es porque luchamos contra una forma de vida, no solo una forma de produccion, una manera de gestionar el poder, una manera de relaciona com la naturaliza, construir una nueva sociedade libertada de las relaciones patriarcales, de la dominación de la naturaliza. (...) No teorizabamos, era intuitivo.

Autonomia, anticapitalismo, horizontalidade e autogestão são os princípios do JRA destacados pelos membros entrevistados, e também estão presentes no material informativo do JRA que fez parte desta pesquisa. Na Declaração de Princípios e no informe do festival Vibra-Votan, dois dos materiais mais antigos do JRA, estão presentes estes princípios da organização que foram lembrados pelos membros entrevistados.

Na Declaração de Princípios, o JRA se representa como uma organização que quer organizar os jovens de baixo para cima, criar um novo poder democrático que inverta as relações do sistema possibilitando alternativa de participação e de luta, tendo como objetivo eliminar o sistema hegemônico e a transformação integral das relações humanas. A forma da organização está nas normas de mandar-obedecendo, estrutura organizacional e participação, especialização e rotatividade, liderança e participação coletiva, combinando pares opostos de organização. O JRA, diz a Declaração, não se rege por dogmas nem por fórmulas. E define então o funcionamento da organização e seus objetivos por meio das seguintes ideias:

Buscamos la creación de un núcleo de poder democrático que se reproduzca en tantos otros como nos sea posible construir, siempre considerándonos sólo una pequeña parte del movimiento en su conjunto, a través de tres caminos:

a) La acción política autónoma a nivel local, nacional e internacional. La organización política propia, democrática y tolerante que trata de construir un nuevo poder con otros jóvenes de forma sectorial y territorial; que impulsa acciones políticas de resistencia y lucha, pero también de formación, información, difusión y organización. La acción política que intenta resistir y en medida de lo posible desarticular la lógica de la dominación y el poder tradicional.

b) La acción económica de autodesarrollo y autogestión. Que intenta construir la independencia financiera de nuestro espacio, pero también la alternativa económica local en los barrios y en nuestra ciudad, a las formas del mercado, com valores como la solidaridad, la socialización, el intercambio, el beneficio común y el trabajo colectivo. La acción económica local que trata de resistir los efectos del proyecto de exclusión y explotación económica y replantea los valores del dinero, el mercado y al explotación del trabajo.

c) La acción de resistencia cultural que permite difundir, crear y preservar la cultura tradicional combinándose con los mejores valores de la modernidad. Abriendo el camino para que la expresión y la creación autónoma sean también un canal para resistir la invasión del mercado, no abstrayéndose de la realidad sino tratando de generar contrapesos locales y alternativas culturales que demuestren el carácter pluricultural, multiétnico, ecléctico y diverso de la modernidad y no sólo el carácter cerrado y monocultural que trata de imponerse. La acción cultural que intenta resistir los embates de la cultura única que propone establecerse como paradigma universal.

A ação prefigurativa que anteriormente foi destacada no material do JRA é para ser expressa na ação política autônoma, na economia de autodesenvolvimento e autogestão, e na ação de resistência cultural. A ação autônoma organiza os jovens contra o poder tradicional, a ação econômica de autodesenvolvimento e autogestão significa independência financeira, economia local como oposição à economia de mercado, e a ação cultural que busca resistir à cultura única, combinando a cultura tradicional com valores da modernidade. O JRA declara a “luta integral em todos os espaços da vida humana”.

Confunde-se a questão da forma organizacional com os objetivos da organização, embora tal confusão seja apresentada e justificada pelos membros com a questão da prefiguração. Para diferenciar o que estava misturado, fundido, optamos por considerar que o uso das ideias de autonomia, horizontalidade, anticapitalismo e autogestão como a forma de organizar do JRA, ao tempo em que também os objetivos discursivos remetiam para estas ideias, mas com a distinção com os objetivos reais destacamos outro ponto de fundamento dos objetivos reais do JRA.

A autonomia significa a organização poder organizar-se da forma como bem entende, sem interferência de outras organizações, sobretudo no que diz respeito à interferência do Estado e dos partidos. A horizontalidade significa que todos os membros da organização têm direito à igual participação dentro do JRA, e mesmo a organização estando dividida em funções, todos podem participar, sem necessitar autorização de outro/outros membro (s), ou ter experiência/assumido outras funções anteriores, nem tampouco uma função é requisito para outra. Anticapitalismo tem o significado de rejeição desta sociedade, embora como tenhamos mostrado o projeto alternativo de sociedade não é homogêneo, incluindo o veganismo, o feminismo, o comunitarismo, ecologismo, crítica ao capital, e outras ideias incorporadas. Por fim a autogestão, compreendida em termos econômicos de não dependência financeira para efetivar as atividades propostas.

Ao distinguirmos os princípios como forma organizacional, dos princípios como objetivo, abrimos espaço para compreendermos qual é ou quais são os verdadeiros objetivos do JRA, o que apresentamos no tópico seguinte.

4.6.6 Objetivos do JRA

Para descobrirmos qual é o objetivo do JRA tivemos de resgatar nossa teoria dos movimentos sociais. Os objetivos são um dos elementos mais difíceis de conhecer nos movimentos sociais, isto porque algumas das vezes os objetivos se confundem. Nas organizações dos movimentos os objetivos podem não corresponder ao do grupo social na totalidade, os objetivos mudam, ideias são incorporadas para justificar os objetivos, elementos políticos são ressignificados e assim em grande parte das vezes os objetivos dos movimentos sociais e suas organizações são idealizados em análises valorativas e apologéticas dos movimentos sociais, ou enquadrados em perspectivas reducionistas sobre o que são os movimentos sociais.

Para compreender os objetivos é fundamental compreender a situação do grupo social e os interesses que estes buscam satisfazer. Assim, o estudante que está sob a alienação escolar tem a necessidade e o interesse de se organizar, de criar atividades que lhes sejam suas e fujam das determinações institucionais; interesse nas melhores condições de estudo; assistência estudantil para os estudantes filhos de trabalhadores e outras famílias das classes desprivilegiadas.

Os interesses expressam a situação social de determinado grupo, que a partir de uma determinada situação que gera insatisfação passa então a ter interesses em acabar com a situação de insatisfação. Os objetivos surgem como expressão consciente dos interesses, quando racionalizados e relacionados com o reconhecimento da insatisfação social e da situação social.

Os objetivos declarados do JRA são vários, desde a consolidação da organização, até intervir nas lutas populares, transformar integralmente as relações humanas, a reivindicação da tolerância, da diversidade, da paz, do diálogo, da resistência, da organização, mobilização, a formação coletiva e popular, integram a lista de objetivos que a organização propõe em seu discurso mobilizador.

Na Declaração de Principios do JRA está escrito:

Pretendemos generar y construir organización, vinculación y comunicación desde abajo y junto con la población joven hacia la resistencia y subversión al sistema imperante utilizando para ello la construcción de un nuevo poder democrático que invierta las relaciones del sistema; posibilitando también una alternativa de participación y de lucha hacia la eliminación del sistema hegemónico y un mecanismo hacia la transformación integral de las relaciones humanas en todos sus niveles.

No discurso mobilizador do JRA, a questão que se relaciona com a organização dos jovens é a necessidade de ir mais além no projeto de transformação, não interferindo somente no grupo, mas no conjunto da sociedade. Assim, seu objetivo declarado é a organização de jovens para a subversão do sistema hegemônico e a construção de um novo poder democrático

para a transformação integral das relações humanas em todos os seus níveis. Na Declaração, a dualidade de objetivos (jovens e transformação social, está presente na totalidade do texto. Por sua vez, nas entrevistas, a dualidade de objetivos tende a distinguir entre os objetivos secundários e o objetivo principal.

Para alguns membros entrevistados, o objetivo principal do JRA é ser uma organização que luta por “um outro mundo possível” (Alicia), uma “organização para agrupar o polo autônomo” (Pineda), ou “uma organização anticapitalista com posicionamento autônomo e horizontal” (Ortega). Para outros, o JRA tem por objetivo a “territorialização da luta e a solidariedade com outros grupos” (Mejia), ou a articulação entre “acompanhar as comunidades em luta” e gerar “um projeto urbano que autogestione nossos recursos” (Rebeca).

Já alguns membros nos falaram dos objetivos secundários, ou específicos, que “dependem do momento”, e que segundo Alicia variaram ao longo da história do JRA, inicialmente com os Uameros e o objetivo de fortalecer o zapatismo, depois fortalecer as organizações comunitárias, em seguida, a organização da “rede de resistências anticapitalista”. Para Alicia, o JRA era um tipo de nó com muitas atividades (festivais, oficinas, articulação política) que articulava várias organizações, sendo assim os objetivos específicos variavam ao longo do tempo, mas sempre tiveram relação com o apoio a outras mobilizações (zapatistas, comunidades, campanhas, etc.), mas que no geral sempre foi um outro mundo é possível. Para avançar no objetivo geral surge a necessidade, segundo a organização, da territorialização da luta que também fala Alicia, como a falta de uma base social e espaço de atuação, e que simboliza o problema da organização que se desvincula do seu meio social de origem, o meio estudantil. Adiante retomaremos este ponto.

Pineda, o membro mais antigo do JRA, também tem claro que o objetivo principal do JRA sempre foi o de construir um polo autônomo, ou seja, agrupar o autonomismo. Ao lado deste objetivo, outros surgem como os “objetivos operativos”, que assim ele chama, por ser os objetivos específicos que a organização concretizou ao longo do tempo. Assim, é nas atividades que o JRA realizou que Pineda diz que estão os seus objetivos operativos: festivais com cerca de 150 mil participantes em todas as edições, conferências e seminários para em torno de 20 mil pessoas, 15 mil livros vendidos, articulação política com cerca de 70 organizações, educação popular em vários bairros, acampamento com a participação de 3 mil pessoas, incluindo todas as edições. O objetivo operativo é o de criar um espaço de participação política dos jovens, que segundo Pineda está relacionado com o objetivo principal de agrupar o autonomismo.

A questão de qual é o objetivo principal do JRA é de difícil resolução porque o objetivo que aparece mais vezes declarado é o de transformação social (autonomia, anticapitalismo, horizontalidade, outro mundo possível), e mesmo na Declaração de Princípios, o objetivo de organizar os jovens é um entre tantos outros objetivos declarados. O que de fato o JRA executou ao longo da sua história foi a organização e a participação de jovens estudantes, e suas atividades contribuíram para inserir na mobilização política centenas de jovens estudantes que queriam participar em uma organização tal como o JRA e não como entidades estudantis, partidos, sindicatos, ong's. O objetivo real do JRA é ser uma organização política de jovens, e sua base social são estudantes universitários. O objetivo declarado é ser uma organização defesa da autonomia, do anticapitalismo e da horizontalidade. Mas o objetivo real é organizar os jovens porque foi efetivamente a organização fez através de suas atividades ao longo da história, envolvendo-se nas "lutas populares" (das manifestações antiglobalização às mobilizações de comunidades indígenas, de estudantes, professores, desempregados e sem-moradia urbana, seminários, acampamentos, etc.).

Mas ao distanciar-se totalmente do seu meio social original, o meio estudantil, o JRA como organização e seus membros expressaram tal necessidade, se viram diante da questão da territorialização da luta como obstáculo maior para concretizar o objetivo declarado de agrupar a autonomia, o anticapitalismo e a horizontalidade. Distanciando-se do meio estudantil, o JRA perdia sua "base social" e a territorialização foi entendida como a reconquista de sua base social e a legitimação da ação política do JRA.

O movimento estudantil não é o conjunto dos estudantes, são os estudantes mobilizados a partir de uma situação específica, concreta. Também o movimento estudantil não é uniforme; sendo um movimento social, o movimento estudantil produz diversas ramificações. JRA e MPL são duas organizações que surgem diretamente vinculadas ao seu meio estudantil, assim, é através do meio estudantil concreto de cada uma que podemos compreendê-las em suas especificidades, bem como a compreensão das organizações permite avançar na compreensão do meio estudantil e do tipo de movimento estudantil que origina, no caso, na Cidade do México e em São Paulo.

Formalmente criado em 2002, o JRA origina-se num momento de intensa agitação política na cidade do México: em 1999 a greve do fim do mundo na Unam; em 2000 as mobilizações contra o encontro de Cancun; em 2001, a Marcha de la Color de la Tierra realizada pelo EZLN; e depois de 2002, os encontros do Fórum Social Mundial; em 2003 e 2005, nas manifestações contra a Guerra no Iraque; e a mobilização contra a Reunião do Fórum Econômico Mundial em Cancun 2003, são acontecimentos presentes na fase de criação do JRA.

A criação do JRA em 2002 determinou que este deveria ser um espaço juvenil alternativo aos mecanismos de participação política tradicionais. Por sua vez, através desse espaço se buscava a “eliminación de las reglas del sistema en su totalidad”. O objetivo, ou os objetivos do JRA, são difíceis de localizar, pois se identificam e muito se confundem com a política organizacional, os princípios que anteriormente destacamos. Verificamos, segundo as entrevistas, que os objetivos do JRA variaram ao longo da história da organização, ainda que sempre vagamente se falava de “um outro mundo possível”. A questão que estava dada para os membros do JRA era que junto com o objetivo geral vários objetivos específicos (“objetivos operativos” segundo Pineda) existiram. Com a pergunta sobre qual o objetivo do JRA não tivemos uma resposta única e clara, mas sim respostas diferentes e não transparentes, posto que revelavam diversos objetivos e mesmo a identificação com os princípios organizacionais. Analisando o conteúdo das entrevistas, o histórico da organização e com nosso referencial teórico conseguimos então esclarecer qual o objetivo principal do JRA e sua relação com as atividades da organização, e não propriamente com objetivos específicos.

A questão é que o JRA buscou ser um espaço de organização de jovens; nessa busca, as formas como se deram as mobilizações enfatizaram necessidade de estar atuando, daí a diversidade de atividades que a organização se propôs ao longo dos anos. O JRA é uma tendência política formada por estudantes e que atuam por direitos juvenis e para contribuir com as lutas populares. Embora esta tendência seja formada por estudantes e tenha elementos das novas organizações estudantis, é uma organização que não se voltou para os objetivos “gremiais”, especificamente estudantis. Contudo, acreditando que a consciência é o ser consciente, devemos buscar tanto nas ideias da organização quanto no grupo social de base do JRA para compreendermos claramente a questão dos objetivos da organização.

Na constituição do JRA, o meio estudantil na cidade do México estava agitado no seu aspecto de movimentação estudantil, com uma crescente participação estudantil: a guerra em Chiapas, a greve na Unam, as manifestações antiglobalização agitavam o meio estudantil e efervesciam os setores e tendências mais críticos dentro do movimento estudantil. Considerando o conteúdo das respostas e a análise do documento de criação da organização podemos afirmar que o JRA tem 1) um objetivo geral; 2) objetivos específicos que mudaram ao longo do tempo. O objetivo geral e principal da organização é o de organizar politicamente a população jovem.

4.6.7 A territorialização da luta e o problema da base social

A primeira vez que a territorialização surgiu como um problema foi quando da experiência de participação do JRA no Fórum, em relato, descobriram que as organizações mais consolidadas tinham um espaço de atuação estável (os centros sociais da Espanha, o MST no Brasil, os movimentos indígenas), e em reflexões e decisões posteriores, o JRA decide pela construção de um Centro Social como sede e espaço do JRA. O projeto não vingou, e até o fim da organização, a territorialização passou a ser entendida como a criação de um espaço para o JRA, um instrumento para a organização se manter atuante nas “lutas populares”.

Segundo Alicia, fala que foi retomada por outros entrevistados, o JRA sempre foi como um nó das lutas sociais na Cidade do México, e assim apoiava outras organizações, tal como proposto na Declaração de Princípios. Deixar de ser um nó, objetivo que Alicia nos disse, significava ter uma “luta própria”, expressar interesses e necessidades seus através de uma atuação própria e efetiva. Como o projeto do centro social do JRA não deu certo, outras ações tentaram materializar esse objetivo, e segundo Alicia, o trabalho de bairro feito pelo JRA com a organização Los Panchos, pelo direito à moradia, era expressão da territorialização da luta do JRA, ainda que com outro grupo. A Brigada Barrial do JRA também foi expressão da tentativa de territorializar a luta, criando um vínculo direto com algum espaço da Cidade do México. A Brigada não durou muito tempo e logo depois da entrada das últimas participantes entrevistadas, ano de 2013, já tinha sido desfeita.

Mas mesmo na última geração a participar do JRA (a geração de Rebeca, Laura e Andrea, com entrada em 2013) a necessidade de territorialização da luta ainda era sentida, o que fica explícito na fala de Rebeca que diz que o objetivo do JRA é gerar um projeto urbano que autogestione nossos recursos e, a longo prazo, manter o trabalho de base a partir desse projeto urbano, de um espaço que vincule todas as lutas da Cidade do México. É nesse sentido que Cesar Ortega disse que entre os objetivos secundários do JRA está a tentativa de criar um espaço territorial para a organização e articulação das resistências.

Pineda disse que o JRA rompeu com a temporalidade estudantil do efêmero e do local, devido a rotatividade dos membros do corpo estudantil e sua fragmentação por cada unidade escolar. Assim, segundo Pineda, o JRA não estava subordinado à dinâmica do grupo estudantil de caráter temporário dos seus membros, nem tampouco fragmentado pelos interesses especificamente locais (entidades, reivindicações) dos estudantes.

Porém como vimos, na história do JRA a transição dos membros foi relativamente elevada, inclusive diferenciamos três épocas de entrada dos membros entrevistados, que além

de demonstrar o vínculo com processos de intensificação do conflito social, também estava vinculada com o ciclo de estudos, que faz dos membros do JRA serem periodicamente renovados. Por outro lado, se o JRA não reproduziu a mobilização por interesses estudantis, o que ocorreu foi que grande parte de suas mobilizações eram em apoio ou solidariedade a outros movimentos sociais e organizações, e por não expressar uma reivindicação própria que o JRA se viu diante da necessidade de “territorialização da luta” como estratégia de efetiva uma luta própria, deixando de ser nó das outras mobilizações.

A tentativa de superar a necessidade de territorialização da luta, tal como os membros do JRA dizem, não é novidade nas organizações estudantis que buscaram separar os limites do meio estudantil e das determinações do grupo social de base. Enrique Garza de la Toledo (2014), já havia expressado o limite das organizações estudantis que ao radicalizaram na proposta de revolução foram massacradas pelas forças estatais por não terem sido acompanhadas da mobilização dos trabalhadores. Nildo Viana (2015), por sua vez, analisando os diferentes tipos de lutas juvenis, evidencia que a juventude não tem um projeto totalizante, alternativo de sociedade, daí que deve se aliar ao movimento proletário para avançar na radicalização da mobilização. O que verificamos então é que as determinações estudantis permanecem na história do JRA, e ao se furtarem da dinâmica e das necessidades estudantis tiveram de seguir a dinâmica de mobilização de outros grupos, como as comunidades indígenas, o apoio ao “movimento antiglobalização”, ainda que a força do JRA esteja em não se basear nos interesses específicos do meio estudantil, e sim apontando para objetivos e interesses genéricos que refletem os objetivos e interesses das classes exploradas e de grupos reprimidos.

Assim, a tentativa de territorialização da luta levada a cabo pelo JRA expressa as dificuldades históricas e sociais do meio estudantil. Histórica porque se apresentou em diversos momentos históricos, gerando experiências de avanços e recuos; e com origem social porque se baseia na determinação da base policlassista do meio estudantil, do seu caráter de ressocialização e da relação mediada com a divisão do trabalho, por intermédio da família.

4.6.8 A luta como justificativa do voto

Uma questão que apareceu em algumas entrevistas foi a da defesa da participação nas eleições, o voto, sob a justificativa de que é necessário ter condições mínimas para seguir lutando (Rebeca), ou para que o candidato que menos apoie a militarização do México seja o vitorioso (Andrea). A defesa da visibilidade da questão indígena, ou ter condições mínimas para seguir lutando são justificativas para Rebeca ir votar. Menos militarização é a justificativa de Andrea e outros, como Cesar Ortega, que votam a depender do contexto político. Esta posição,

contrasta com a de outra parcela de membros do JRA, que sob a justificativa de que são contra as reformas estatais (Cesar Mejia), descrença na via institucional (Pineda), ou rejeição absoluta às eleições (Gisele), que jamais participaram dos processos eleitorais.

Pode-se argumentar, para alguns participantes ocorreu pouca formação política, ao passo que outros participantes falaram haver muitos momentos de formação política. Considerando a história do JRA, e no sentido amplo de formação política, consideramos que muita formação política aconteceu ao longo da existência do JRA, através de seminários, acampamentos, campanhas informativas, shows, manifestações, publicação de livros, oficinas e cursos. O que pode explicar é que nos últimos anos várias atividades do JRA foram sendo abandonadas, como as atividades nos bairros, as brigadas estudantis, os acampamentos e festivais, foram diminuindo de intensidade, sendo que os seminários e publicações prosseguiram, talvez pela relativa facilidade em comparação às outras atividades. Daí o fato de as participantes da última geração (Rebeca, Laura e Andrea), sejam as que falaram não existir consenso sobre o voto e a participação nas eleições, ao passo que para os membros que estão presentes desde outras épocas da organização todos afirmaram não votar.

A questão a explicar não é porque parte dos membros do JRA não votam, posto que como a organização diz, estes são anticapitalistas, autônomos e horizontais. O que interessa explicar é porque outra parte dos membros da mesma organização votam e participam do processo eleitoral, apesar de tudo o que fora exposto. Fica evidente não haver unidade de ideias entre a organização, mesmo porque anteriormente já apontamos a diversidade de concepções políticas dentro do JRA. E as concepções políticas adotadas não foram suficientes para dá coesão ao grupo.

Os membros do JRA têm posicionamentos diferentes sobre a questão do voto e das eleições, pois não possuem em comum um projeto político, e quando possui é somente visto pelos casos individuais, e com níveis diferentes de aprofundamento e sistematização; um indicativo é que a referência a teorias e autores de esquerda foi muito pouca, sendo mais presente a referência a fragmentos de ideologias contemporâneas, o que iremos apresentar no capítulo comparativo com o MPL-SP.

O movimento que gerou o JRA foi fruto da necessidade de organização dos estudantes, assim, a forma que o JRA expressa é a autonomia, a horizontalidade, o anticapitalismo como ideias adotadas pelo setor dos jovens estudantes que queriam se organizar politicamente, mas não através dinâmica clássica do movimento estudantil, nem sob ordenamento dos partidos, sindicatos ou outras organizações que historicamente tiveram força em parcelas do movimento estudantil. Portanto, estar fazendo algo, participar numa organização, executar uma tarefa

expressa o interesse do grupo estudantil, e no caso do JRA este interesse pela participação e organização se sobrepôs à reflexão sobre que tipo de participação ter. Quais ações serão relacionadas com meus objetivos principais? Evidentemente, quem assume a posição anticapitalista, autônoma e horizontal tem de saber manejar as justificativas pelas quais irá votar, e como vimos, justificativas não faltam.

CAPÍTULO 5 – MPL-SP E JRA: COMPARANDO SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

5.1 O modo de pensar comparativo

A questão da comparação se apresenta sob um duplo aspecto: de um lado, trata-se de uma ação simples, pois a totalidade dos membros de uma população qualquer desenvolve em sociedade a habilidade de comparar - na medida em que estamos comparando o tempo todo; por outro aspecto, a questão da comparação emerge como um tema de grande complexidade dentro do universo das Ciências na modernidade, quer sejam elas ciências humanas ou exatas, em determinado estágio de seu desenvolvimento (seja na elaboração ou manipulação dos resultados) é dado o problema da comparação. Dessa forma, a comparação deixa de existir como simples atividade do pensamento cotidiano e passa a ser sistematizada, complexificada e normatizada dentro das produções científicas. Esse segundo aspecto tem especial importância para nosso trabalho, pois partiremos aqui das distintas formas de se comparar para podermos constituir um quadro de ideias que nos ajudaram a desenvolver nossa pesquisa.

Contudo, achamos pertinente voltarmos inicialmente à questão da simplicidade do ato de comparar. É partindo dos elementos mais simples e abstratos que nos proporcionará avançarmos para os pontos mais complexos que satisfazem uma pesquisa fundamentada na perspectiva comparativista. A forma mais básica que temos para iniciar a discussão é: o que é comparação? É uma coisa existente na realidade? É um fenômeno produzido pela sociedade? Nem uma coisa, nem um fenômeno produzido por uma sociedade. A comparação é primordialmente um ato do pensamento, uma atividade intelectual desenvolvida conforme a sociedade e o tempo histórico, isto é, comparar é uma ação produzida por um indivíduo pensante, mas que o faz conforme as habilidades que este indivíduo desenvolveu em sociedade.

Isto significa que: no Egito Antigo as instalações criadas para a irrigação foram produtos, entre várias outras atividades, da comparação do clima e do solo entre os períodos de seca e de cheia; a cunhagem de moedas na Grécia Antiga somente foi possível com a comparação de diferentes metais para ao fim se chegar em um tipo desejado de metal; na Europa Feudal, a habilidade de comparar pode ser exemplificada na visão religiosa do mundo que distinguia o mundo terreno e o celestial; nas sociedades indígenas dominadas pela natureza a comparação é uma habilidade simples que se expressa nas diferenciações do tempo natural, ambiente natural, relações sexuais entre homens e mulheres, para por fim, chegarmos hoje no indivíduo que compara todas as coisas com a quantidade de dinheiro que ele vai ganhar ou perder. Em síntese, em diferentes sociedades e em épocas distintas realiza-se a comparação, alterando, obviamente, os termos e o nível da comparação.

No pensamento complexo, por sua vez, a comparação emerge como um modo de pensar que é sistematizado. Se comparar é relacionar uma coisa com outra ou mais, é em Aristóteles que temos um dos pioneiros do estudo da comparação, ao refletir sobre a categoria de relação. Segundo ele, “relação” é uma forma de compreender coisas que não têm uma realidade empírica, mas que sabemos de sua existência porque sentimos os seus efeitos. Como exemplo: o alto e o baixo, o perto e o distante, a esquerda e direita. A essas coisas não existentes em si e que, contudo, interferem na realidade, Aristóteles denomina de categorias do pensamento: o que não existe, ou seja, não é um ser, uma coisa, mas pode ser pensado e compreendido. Em seu texto *As Categorias* (2004) Aristóteles definiu a existência de 10 categorias do pensamento e que por meio delas podemos classificar todos os seres existentes, são as categorias de: substância (predicado), quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, ação, hábito, situação, posição e paixão.

Em outros textos, Aristóteles reduz o número de categorias, condensa umas em outras, mas o que é essencial aqui para a nossa discussão é que as categorias são elaborações do pensamento para compreender diferentes modos de manifestação do ser, nesse caso, nomeando-os por meio de palavras que expressam coisas que na realidade não existem, mas que explicam aspectos ou mesmo a totalidade de determinados fenômenos. Estas categorias resultam do processo de pensar sobre a realidade, abstrações que captam os elementos fundamentais de uma coisa, embora em si esta coisa não exista.

A categoria relação é a mais importante aqui para o nosso estudo, na medida em que ela expressa a ligação entre duas ou mais coisas, seres, fenômenos, etc. A comparação analisa duas ou mais coisas e expressa por meio do pensamento qual o vínculo existente entre elas. Por isso que aqui a recuperamos no sentido de aproximar com a comparação. Apresentamos até aqui o fundamento do que buscamos demonstrar: comparar é fundamentalmente uma atividade do pensamento, constitui uma atividade do intelecto humano. Porque realizamos essa reflexão inicial? O objetivo é refletir sobre a comparação como ato essencialmente cognitivo e desta forma aceitar a diversidade de modalidades de comparação tendo como objetivo construir um modelo metodológico para o estudo das duas organizações mobilizadoras enfatizando a comparação entre elas. Da comparação simples, ato cognitivo no sentido mais amplo, aportamos à comparação complexa, sistematizada pelas diferentes Ciências Sociais. Para o professor Roberto Cardoso de Oliveira, “uma das principais referências no estudo comparativo brasileiro, comparação é um aspecto genérico do pensamento humano, o que marca a sua presença nas ciências está no papel que desempenha no ‘estudo sistemático de similaridades e diferenças’” (OLIVEIRA, 2006, p. 205-6).

No pensamento complexo, a comparação se torna um modo de analisar duas ou mais coisas (fenômenos, processos, acontecimentos, etc.), logo, a comparação é uma forma de pensamento que tem por objetivo analisar tendo como base a relação entre os objetos analisados. Nesta pesquisa produzimos material informativo (todas as fontes de informação que dispomos), em seguida, analisamos as informações e explicamos como se constituiu histórica e socialmente o MPL-SP e o JRA. Nosso próximo passo é o de comparar as duas organizações que vamos expor com base nas semelhanças e diferenças identificadas.

Para os objetivos de nossa pesquisa, destacamos três modos de analisar com base na comparação, são eles: a análise das estruturas de funcionamento de uma determinada sociedade; a análise das ideias e da sociedade em que elas surgem; e a análise de processos que se alteram ao longo do tempo. Estes modos de comparar foram escolhidos porque neles existem elementos que contribuem para a análise sociológica dos movimentos sociais, isto porque as organizações dos movimentos sociais expressam aspectos do funcionamento da sociedade onde elas surgem, produzem ideias que correspondem às relações sociais de uma determinada sociedade, bem como uma organização mobilizadora é um processo social que surge e se desenvolve de acordo com a sociedade que lhe origina. Assim, destacamos três modos de comparar que têm elementos que auxiliam na análise de duas organizações mobilizadoras em perspectiva comparada.

Com estes três modos de comparar, mantemos a “vocação” interdisciplinar da pesquisa comparativa. Vejamos como.

Da perspectiva antropológica, a compara o contribui para a análise das “oposi es estruturalizadas” entre “esferas” diferentes da sociedade, tal como defende o professor Cardoso de Oliveira, resgatando o pensamento de Roberto Da Matta. Existem esferas da sociedade que funcionam de forma específica, mas que enquanto tal estão relacionadas com outras esferas, tais como a oposi o entre natureza/cultura, tempo histórico/tempo cronológico, hierarquia/igualdade, casa/rua (OLIVEIRA, 2006). Com base nessa perspectiva, Oliveira, resgatando Da Matta, define que a compara o em antropologia está fundamentada na análise dos contrastes e contradi es, relevando o contrário e o diferente para assim chegar a uma “modalidade de compara o voltada   elucida o recíproca” (Ibidem, p. 221). A análise recíproca apontada por Oliveira nos parece um elemento de fundamental importância a ser largamente utilizado pela compara o, na medida em que, por meio da reciprocidade superamos a visão determinista de ou procurar somente diferenças ou somente semelhanças em um estudo comparativo.

Outro modo de pensar através da compara o   analisando as ideias e sua correspondência com a sociedade produtora destas ideias. Foi este o caminho adotado pelo

sociólogo Reinhard Bendix, em *Industraization, ideologie and structure social*, onde ele analisa a transição para as sociedades industriais e a emergência da ideologia da reciprocidade, um dos fundamentos do processo de burocratização do trabalho, que busca garantir igualdade legal entre empregador e empregado, na análise de Bendix, a nova sociedade, em que a propriedade privada é a base da ordem social, as ideias elaboradas justificam que o governo e as leis são produto da ação de todos e para todos, daí se desenvolve a ideia de reconhecimento recíproco entre os indivíduos da ordem social. Bendix compara a industrialização inglesa, sob o Estado Liberal, com a industrialização na Rússia, que sob a propriedade estatizada, segundo o autor, estimula entre os trabalhadores o senso de dever, de obrigatoriedade de obediência à autoridade, nesse contexto, a autoridade se torna absoluta, e as regras são produto direto da autoridade que cria e destrói leis. A contribuição de Bendix é a de demonstrar que um mesmo processo, a industrialização, é acompanhado sob determinadas ideias que justificam a realidade tal como ela é. Na análise das organizações dos movimentos sociais a sociologia das ideias é fundamental, porque permite analisar porque determinadas ideias surgem em determinados movimentos sociais.

É na fronteira entre a Sociologia e a História que extensos estudos comparativos foram realizados. Nessa perspectiva de pesquisa os elementos a serem destacados são diversos: alguns autores optaram por destacar um evento e sua repercussão em diferentes países ao longo da história (DOBBIN, 1993), outros por compreender a causalidade na história (MAHONEY, 2003) e os que estão preocupados em compreender as estruturas e os processos para realizar a comparação (TILLY1984).

Para Charles Tilly, em seu clássico trabalho sobre *Big structures, large processes, huge comparisons* a história possui diferentes níveis em seu desenvolvimento e é por meio do estudo destes diferentes níveis que a análise comparativa pode se desenrolar. Quais são estes níveis: o histórico-mundial, o sistêmico-mundial, o macro-histórico e micro-histórico. Cada pesquisa comparativa pode relacionar estes níveis, buscando o isolamento de casos específicos, ou seja, da diferença, ou mesmo ter por objetivo a busca de traços universalizadores (1984). O mérito de Tilly é pôr em relevo a capacidade da pesquisa comparativa em encontrar processos e estruturas cruciais em um determinado nível sistêmico, o que auxilia o pesquisador no estudo da especificidade na medida em que a comparação individualizadora permite contrastar casos específicos de um fenômeno por meio da busca das especificidades de cada caso.

E quando o objetivo é estudar as repercussões de um fenômeno em diferentes países? No caso do estudo de Frank Dobbin, intitulado *The Social Construction of the Great Depression: Industrial Policy during the 1930s in the United States, Britain and France*, fica

evidenciado que uma onda de transformações pode ser captada por meio da análise comparativa, no caso com a introdução de uma nova política industrial, rompendo com a ortodoxia liberal dominante antes da emergência da crise de 1929 (1993). O que importa para a nossa pesquisa de Doutorado e que foi evidenciado por Dobbin é que acontecimentos revelam processos e que processos atingem uma diversidade de contextos, apesar das peculiaridades da forma em que se dá em cada país.

Por fim, na perspectiva da sociologia histórica destacamos o trabalho de Mahoney, *Comparative historical analysis in the social sciences*, em que o autor evidencia a capacidade do método comparativo descobrir uma causalidade histórica. Do trabalho de Mahoney nos interessa aqui reter duas ideias principais: a utilidade em pensar a causação em termos de necessidade e condições suficientes; e em segundo lugar, o fato de que pesquisadores comparativistas históricos usam a comparação entre casos como base para fazerem inferências causais (MAHONEY, 2003). Assim, adotamos esse seu método de buscar as causas explicativas na comparação do desenvolvimento histórico.

Quando pensamos em relacionar organizações mobilizadoras MPL-SP e JRA pressuponhamos a necessidade de compreender essas organizações em sua totalidade, para assim podermos identificar o que é diferente e o que é comum às duas organizações. Além dos aspectos de movimento social que as organizações mobilizadoras reproduzem (grupo social, insatisfação social, senso de pertencimento, mobilização e objetivos), era necessário também compreender o significado das ideias que as organizações adotaram, o contexto em que elas surgiram e especificidade enquanto organizações de movimento social, diferente de outras organizações existentes na sociedade. Tivemos como objetivo dar continuidade aos estudos que analisam fenômenos em países latino-americanos numa perspectiva mais ampla, tal como vêm sendo realizados pelas pesquisas que analisam a América Latina a partir da comparação:

Os métodos comparativos têm permitido a produção em escala mais ampla, extrapolando as produções de cunho nacional ou local, e promovendo as de cunho macrorregional e global. Não se trata de menosprezar o nacional ou o local, pelo contrário, trata-se de possibilitar análises sobre temas comuns em realidades específicas que permitem uma observação extrafronteiras e que oferecem novas perspectivas regionais e transnacionais. (NOVION, 2014, p. 7).

Foi guiado por essa forma de pensar que elaboramos a análise comparativa do MPL-SP e JRA.

5.2 Semelhança essencial e semelhanças existenciais

O professor Roberto Cardoso de Oliveira destacou a necessidade da análise recíproca para evitar absolutizar as semelhanças e diferenças. Na pesquisa sobre movimentos sociais,

Nildo Viana utilizou-se das categorias de essencial e existencial para analisar as semelhanças e diferenças, e assim distinguir o movimento social do movimento de classe. Viana disse que, se diferenciarmos que todo ser tem uma essência e uma existencia em que se manifesta a essência ao longo do seu desenvolvimento, podemos observar semelhanças essenciais e existenciais, bem como diferenças na essência e na existencia. Reduzir a análise somente às diferenças ou somente em relação às semelhanças não faz parte do pensamento comparativo na perspectiva dialética, somente em suas formas holista ou no individualismo metodológico.

Acreditamos que os militantes da organização mobilizadora MPL-SP, do JRA e as respectivas bases que eles mobilizam, criam relações sociais a partir do “querer fazer”, um sentimento que surge como rejeição da imposição da ressocialização que estão submetidos. Esse sentimento surge na sociedade determinada pela relação capital, que é uma relação determinada pelo valor e, ao contrário, baseia-se na vontade de fazer, não do valor que determina as relações sociais. No sentido mais genérico, estas organizações existem enquanto ação concreta de indivíduos que criticam e rejeitam a sociedade, ou aspectos dela, tal como existem.

No entanto, mais que representar a vontade de quer se mobilizar e de se organizar, concretamente foram criadas organizações por jovens estudantes. O elemento de unidade em cada um dos grupos era uma ideia: no MPL-SP o passe livre como um caminho para organizar a revolução; no JRA a juventude autônoma participando das lutas populares. O MPL-SP ao longo de sua existencia passou por uma alteração de objetivo, ou melhor, uma mudança de ênfase da revolução para o passe livre. Contudo, as duas organizações têm uma essência em comum, uma semelhança fundamental: são tendências de movimento político atuando no movimento estudantil. A história do MPL-SP é a história de uma o que defende, ou já defendeu mais enfaticamente, a transformação social através da transformação do sistema de transporte. Por sua vez, o JRA é uma tendência que defende o anticapitalismo através da participação da juventude autônoma.

A semelhança essencial entre estas organizações, isto é, o tipo de semelhança que torna elas manifestações diferentes do mesmo fenômeno é o fato de que são desdobramento da tendência “autônoma” que passa a atuar no meio do grupo estudantil no começo dos anos 2000. O MPL-SP se constitui a partir da orientação de vários estudantes que tinham diferentes concepções políticas, desde anarquistas, libertários a filiados em partidos e que acreditavam que a luta pelo passe livre poderia mobilizar os estudantes e “explodir” outros movimentos pela revolução social. Foi com o tempo que o objetivo do passe livre substituiu o objetivo da transformação social e, ainda hoje, apesar de ser exclusivamente voltada para a questão do

transporte, parte importante da discussão da organização MPL-SP é voltada para a defesa das lutas autônomas, do anticapitalismo, ou como diz Mayara da prefiguração: trazer as práticas da sociedade futura para as ações do presente.

Por sua vez, o JRA se constitui como organização de “jovens autônomos” para atuarem nas lutas populares. A influência das ideias do EZLN, o movimento antiglobalização, o movimento piquetero, intelectuais identificados como autonomistas (Holloway, Negri e outros) ou pós-marxistas, ou mesmo neoleninistas, estão nas influências imediatas das ideias que o JRA circula com sua produção intelectual. O JRA nunca conseguiu abarcar o grupo social que disse representar, a juventude, e sim teve sua histórica determinada pela inserção de estudantes, a maioria descontentes com as entidades estudantis e partidos políticos, na organização. O JRA aglutina os estudantes que se identificam com a ideia de autonomia, horizontalidade, anticapitalismo, e inclusive jovens que se identificam com outras concepções políticas definidas, como a presença de marxistas, anarquistas e libertários na organização.

A semelhança fundamental entre MPL-SP e JRA é que ambas pertencem à tendência autônoma que brota entre os estudantes, se desprende do grupo de base, mas sob diferentes formas retornando à sua origem. No MPL-SP, que se representa como organização autônoma e um movimento do transporte público, cada mobilização só existe devido ao trabalho de base da organização com os estudantes secundaristas, e a renovação dos membros ocorre periodicamente de acordo com o ciclo de estudos dos seus membros. No JRA, que se auto representa como jovens autônomos que contribuem com as lutas populares, o cotidiano de mobilização é feito nos corredores de algumas universidades da capital mexicana (principalmente UNAM e UAM), e lembrando Alicia, quando diz: nosso método de trabalho era com estudantes universitários.

A tendência autonomista no meio dos estudantes não mobiliza o grupo para objetivos especificamente estudantis, e o seu senso de pertencimento é direcionado para a população, criticando o grupo estudantil enquanto grupo privilegiado, preocupado com questões acadêmicas. O objetivo e o senso de pertencimento dificultam identificar essas organizações como tendência política, e a aparência dos fatos leva a identificação imediata com o movimento juvenil. Como nosso pressuposto metodológico são as relações sociais concretas, e não que o diz a consciência, analisamos que os objetivos e o senso de pertencimento das duas organizações somente encontram correspondência no grupo estudantil porque respondem à dinâmica das relações sociais que os estudantes estão envolvidos. Por isso que a tendência autônoma atrai os estudantes e pode se consolidar como uma das forças existentes no movimento estudantil. O passe livre é evidentemente um interesse estudantil, mas também dos

usuários de transporte; a autonomia é um objetivo dos estudantes, pois no interior das instituições escolares estão submetidos a relações hierárquicas e burocráticas; o senso de pertencimento à população, aos trabalhadores, às comunidades, enfim, pertencer a um grupo mais amplo e rejeitar a identidade de estudantes, também se relaciona com os estudantes na medida em que enquanto grupo situacional a identidade dos seus membros são mais flexíveis, determinadas pelas condições objetivas do processo de ressocialização.

O que torna específica a tendência que as duas organizações concretizam é que as ideias que adotam (e são plurais) conduzem a uma atuação externa ao movimento estudantil. Esta é uma tendência populista atuando dentro do movimento estudantil, seus objetivos, senso de pertencimento, formas de mobilização, ideias, apontam para a intervenção em questões que são de interesse genérico, comum às classes populares, e que aponta para os serviços públicos ou defesa das lutas populares e de direitos políticos. O populismo está em defender interesses imediatos das classes populares e, para tanto, até as suas ideias são adequadas e direcionadas para os objetivos racionalmente delimitados: gratuidade do transporte ou autonomia para se organizar.

A tendência populista é formada por ideias de origens diferentes, mas que estão submetidas à lógica de mobilização do MPL-SP e do JRA. Em ambas as organizações, os membros não estão coesos pela unidade de ideias, à exceção do objetivo da organização, as demais ideias são de origem de marxistas, do anarquistas, libertárias e autonomistas. Esta tendência populista tem origem na década de 1960, na criação de organizações estudantis para atuar fora das universidades. Das organizações externalistas, a tendência populista coexistiu por um momento com a tendência revolucionária, expressa no Maio de 1968 na França, onde os interesses defendidos pelos estudantes estavam enfatizados pela transformação social com a ação revolucionária dos trabalhadores. Posterior ao período de refluxo das mobilizações, décadas de 1980 e 1990, as organizações externalistas ressurgem, inicialmente sob a forma de tendência populista, ou seja, que subordina as ideias de transformação social a interesses imediatos das classes populares, como o são o transporte para o MPL-SP e a autonomia da luta popular para o JRA. Esta tendência tem sua existência concreta nas organizações do MPL-SP e do JRA e esta é a semelhança essencial entre as duas organizações, elas são orientações populistas que atuam no movimento estudantil.

Mas as semelhanças entre as duas organizações não param por aí. As semelhanças no desenvolvimento histórico do MPL-SP e do JRA se dão em outros diferentes pontos. São eles, o grupo social de base, a situação social, a forma de senso de pertencimento ao grupo, a forma de mobilização, a formação de um ideário conveniente para os objetivos da organização, e

também o contexto histórico de criação das duas organizações, sob o neoliberalismo, o aumento da exploração e hegemonia do pós-estruturalismo. Vejamos como se dá a semelhança sob esses aspectos em cada organização.

Com as entrevistas que realizamos, e analisando o material informativo, concluímos que as duas organizações são formadas quase que exclusivamente por estudantes, no MPL-SP havendo uma presença maior de universitários, mas também com secundaristas, e no JRA com a presença exclusiva de universitários.

Como vimos, o trabalho de base do MPL-SP se deu quase em sua totalidade em escolas da cidade de São Paulo, através da realização de atividade de formação política com os estudantes secundaristas. As manifestações do MPL-SP são formadas quase que exclusivamente por estudantes, a maioria secundarista e uma parte de estudantes universitários. Parte expressiva das ideias elaboradas por seus membros são tomadas de empréstimo de ideias consolidadas na universidade (o que retomaremos no tópico sobre ideário) e que são adaptadas para o objetivo do passe livre. Algumas das principais atividades do MPL-SP acontecem nas universidades, como seminários, debates, oficinas, arrecadação de dinheiro para as campanhas, etc. Por outro lado, o tempo de participação útil dos seus membros na organização coincide com o ciclo de estudos dos seus membros, e aqui a dinâmica no MPL-SP é bem clara: a maioria dos estudantes que conheceram o MPL-SP ainda no secundário permaneceram na organização quando entraram na universidade, já os que conheceram na universidade foram para o MPL-SP por discordarem da forma de participação no movimento estudantil oficial. Específico do MPL-SP é que os membros permanentes da organização em sua maioria são estudantes universitários, mas que realizam a quase totalidade do trabalho de base junto com os secundaristas.

No JRA a dinâmica com relação ao grupo de base se dá em termos muito próximos ao do MPL-SP, sendo que quase que exclusivamente seus membros pertencentes às universidades. E de igual forma, o tempo de participação na organização coincide com o ciclo de estudos do membro, sendo que não encontramos nenhum membro que tenha saído da universidade e permanecido na organização, e por outro lado os que saíram da universidade e saíram da organização. Ainda que na consciência e no discurso do JRA a organização e os membros não se relacionem com o movimento estudantil, em várias passagens das entrevistas fica claro o grupo social de base do JRA. Esclarecedor dessa dinâmica são as declarações de Henrique Pineda, que disse que a universidade era o meio em que trabalhavam e o método de trabalho era com jovens universitários, e que mesmo assim, romperam com a universidade no sentido estudantil, marcada pela transitoriedade e lutas por local de estudo, ainda que permaneça,

segundo ele, a racionalidade ideológica de esquerda universitária. Já Alicia diz que um dos objetivos do JRA era fazer a divulgação das lutas populares nas universidades.

A questão da base social é complexa, porque, como vimos as duas organizações não se reconhecem como movimento estudantil, e ainda realizam a crítica do grupo estudantil. A crítica aos estudantes está no reconhecimento da composição social policlassista dos estudantes, e que por sua vez se encontra no MPL-SP e no JRA, sendo esclarecedor dessa composição a declaração de Francisco Ximenes de que entrar no MPL-SP deu outra identidade para ele a partir do choque que ele teve ao sair da sua rotina de “classe média” e ir se dedicar à mobilização pela gratuidade nos transportes.

É na dinâmica de ingresso, participação e saída dos membros das duas organizações que o caráter estudantil ganha relevo. As duas organizações têm no seu interior a figura do militante em tempo integral; no MPL-SP chamam de militante orgânico, no JRA chamam de militante de tempo completo. Todos os militantes nessa condição se dedicavam integralmente aos estudos, quando trabalhavam não tinham a responsabilidade de ser o mantenedor da família, era mais para manter gastos pessoais. Assim, quanto mais envolvido na condição de estudante, mais poderiam participar da organização, assumir tarefas e ser militante orgânico. Situação que, nos dois casos, levava ao conflito entre o indivíduo e a organização quando da época de egresso da instituição escolar, tendo em vista que outras atividades (trabalho, finalizar as obrigações formais do curso, etc.) passam a dificultar a dedicação exclusiva para a organização, o que quase sempre gerou a saída dos membros da organização em tempo concomitante a sua saída da condição de estudante. Desta forma, é comum nas duas organizações o tempo média de militância dos seus membros, em torno de 4 a 6 anos, tempo que coincide aproximadamente com a duração de um ciclo escolar, o que era um tempo maior quando o estudante conhecia a organização no ensino médio e permanecia na universidade, no caso do MPL-SP; já no caso do JRA, existe a ausência de militância na escola secundária.

O senso de pertencimento dos membros das duas organizações explica o motivo das duas organizações não se identificarem com o movimento estudantil. De um lado elas negam a condição estudantil, e por outro lado elas se afirmam como “pertencentes aos movimentos sociais”, à sociedade civil, às lutas populares, à classe trabalhadora, assim, identificam-se com um grupo e com o qual buscam “lutar juntos”. A questão do senso de pertencimento levanta a questão da força que as ideias têm para levar parte de um grupo social a se mobilizar considerando-se membros de outro grupo social e não meramente apoiando ou se solidarizando. Vamos retomar essa segunda questão na parte da comparação do ideário nas duas organizações, aqui vamos somente analisar a semelhança no senso de pertencimento das duas organizações.

Tanto no MPL-SP, quanto no JRA, a identidade estudantil é rejeitada, o que marca uma rejeição concreta do movimento estudantil oficial e das lutas internalistas do movimento estudantil. Na parte dedicada às organizações, tivemos oportunidade de destacar as várias afirmações dos militantes em que a identidade estudantil é rejeitada. No JRA, Henrique Pineda disse que a organização foi se precarizando, para explicar que ao longo do tempo estudantes de família trabalhadora entraram na organização, e que ser de família de “classe média” não é mais denominador comum do grupo, ou a outra afirmação de Pineda que acredita que o JRA rompeu com a universidade no que diz respeito à dinâmica estudantil. Giselle que disse que já não eram mais estudantes mantidos pelos papais.

É nesse sentido de rejeição da condição estudantil que analisamos a frase de Alicia, que disse que não eram teóricos preocupados em extrair a última verdade das ideias de Karl Marx, criticando a sobrevalorização das ideias. Além da condição privilegiada, os estudantes também são criticados como um grupo “academicistas”, discurso que se repete no MPL-SP, com a frase de Mayara que disse ter “alergia a grupo de estudos”.

Ao mesmo tempo em que o senso de pertencimento do MPL-SP e do JRA critica a condição estudantil, eles se afirmam como organizações que pertencem à sociedade civil, aos movimentos sociais em geral, à população, à esquerda e à classe trabalhadora. Elemento comum às duas organizações, a crítica aos estudantes caminha junto com o reconhecimento de que são o setor popular da sociedade civil, portanto, são organizações que se identificam externamente fora da escola, se identificam com os “usuários do transporte”, com as comunidades das “lutas populares”. O senso de pertencimento se formula desta forma tendo em vista o elemento essencial das duas organizações: elas são tendências de um movimento político dentro do movimento estudantil, portanto, já se formaram “antes” de “entrar” no movimento estudantil, daí o papel das ideias mobilizadoras que circulam na sociedade.

Em fins da década de 1990, consolida-se o resgate do anarquismo, do marxismo, do conselhismo, situacionismo, autonomismo, pensamento libertário, que são resgatados no contexto de fim da União Soviética e da crise da social-democracia. O EZLN, o movimento antiglobalização e vários intelectuais “autonomistas” ganham destaque e são estas as influências culturais sobre esta tendência populista que se forma em uma parcela do movimento estudantil. Nesse contexto, que marca um novo ciclo da luta de classes, que surge o MPL-SP, e que se forma à contramão do movimento estudantil oficial e internalista, por isso que Diego diz que o MPL-SP sempre teve uma rixa com o movimento estudantil, ou a afirmação de Vitor, que diz que o MPL-SP nunca esteve envolvido na dinâmica da vida acadêmica, se manteve alheio ao movimento estudantil universitário e que os estudantes que eles mobilizam, os

secundaristas, não fazem movimento estudantil, tal como o fazem os universitários. A tendência populista consegue se concretizar no movimento estudantil porque consegue expressar interesses das classes populares que estão presentes em parte do grupo estudantil, é assim que o transporte público e a participação nas lutas populares mobilizam os estudantes em torno do MPL-SP e do JRA.

Senso de pertencimento nas duas organizações se dá em torno da identificação com a sociedade civil, com os trabalhadores, os movimentos sociais, que são as principais referências das duas organizações. Os estudantes, origem de quase todos os membros do MPL-SP e do JRA, são criticados como privilegiados economicamente, que sobrevalorizam as ideias e afirmam que o movimento estudantil está dominado pela instituição escolar ou por partidos políticos. É com base nesse senso de pertencimento que as duas organizações mobilizam e têm delimitado suas trajetórias externalistas, este senso de pertencimento, juntamente com os objetivos e a forma de mobilização impulsionam as duas organizações a atuar fora da escola. O populismo radicalizado dos estudantes é uma originalidade neste grupo social, essa tendência ganha força no movimento estudantil e que não ganhou em outros movimentos sociais. Aqui, a compreensão de interesses específicos (transporte e autonomia) se deu sob a forma de combinação com interesses genéricos, que atendem também às classes populares.

Ao apresentarmos a história do MPL-SP (ver tópico 3.1 e 3.2) e do JRA (ver tópico 4.2 e 4.3) vimos como se deu a forma de mobilização das duas organizações e, em ambas, a trajetória externalista definiu o tipo de mobilização das duas organizações. Tanto MPL-SP como o JRA surgiram de campanhas mais amplas. O MPL-SP surgiu da união de várias organizações mobilizadas pelo passe livre e, na época, essa reivindicação era tido como meio para se avançar na transformação da sociedade capitalista, daí a forte presença de anarquistas, autonomistas, marxistas, etc., e só depois surge a organização mobilizadora; e o JRA surgiu da campanha pela paz em Chiapas, mobilização que contribuiu para a politização dos participantes, que no contexto de reformas neoliberais, movimento antiglobalização, greves estudantis, foram incorporando ideias de concepções políticas anarquista, autonomista, libertária, marxistas, etc. Assim, a forma de mobilização está relacionada com as ideias que influenciaram as duas organizações, assim, o interesse dos jovens estudantes em ideias políticas determina a decisão de atuar sobre “questões populares”, cria-se uma orientação sobre qual motivo da mobilização e como mobilizar. Portanto, nas duas organizações, a mobilização inicia-se de fora para dentro das instituições escolares, e quando adentram as instituições, é para mobilizar mais estudantes, para logo em seguida manter a trajetória externalista da organização.

A mobilização do MPL-SP e do JRA tornou-se possível a partir da confluência do movimento estudantil “extraoficial”, que não se organiza nas entidades estudantis, com os jovens e estudantes influenciados pelo movimento antiglobalização e as ideias difundidas no seu bojo. No MPL-SP os primeiros participantes da organização, e que enfrentaram as entidades estudantis e juventudes partidárias na época do Comitê pelo Passe Livre, estavam identificados com o anarquismo, com o situacionismo, com o marxismo e acreditavam no passe livre como um meio para mobilizar por transformações mais amplas; nas origens do JRA, a ideia de autonomia sintetiza as influências do EZLN, do movimento antiglobalização e do resgate das concepções políticas autonomistas, anarquista, etc. As duas organizações só mobilizam da forma que o fazem porque anteriormente já tinham um ideário mais ou menos definido, e que se consolidou com as mobilizações efetivas. Esta confluência entre movimento estudantil extraoficial e concepções políticas aponta para a emergência de objetivos dualistas nas duas organizações. Assim, ao mesmo tempo em que se mobilizam por interesses populares, também estão atuando por interesses estudantis, por isso que as reivindicações de gratuidade no transporte e participação autônoma dos jovens nas lutas populares se tornaram o objetivo que mobiliza nas duas organizações e que possibilita a trajetória externalista.

No que diz respeito aos recursos da mobilização do MPL-SP e do JRA existem elementos em comum e elementos diferentes. Devido ao fato do MPL-SP se consolidar como organização especificamente voltada para o passe livre, esta teve de estabelecer uma determinada relação com o Estado, posto que esse é o alvo da reivindicação da gratuidade nos transportes. Nessa situação, o MPL-SP participou de audiências públicas, elaboração de projetos de lei, estudos sobre as condições do sistema de transporte, estes recursos são para intensificar a pressão que a organização exerce através de manifestações, ocupações, panfletagens. O MPL-SP precisa ter uma postura de relação com o Estado, e o fazem por meio da ação direta, da luta direta pela organização e seus membros, sem recorrer a representação política, à burocracia ou outra forma de participação nas instituições do Estado. O JRA não tem uma reivindicação específica que pode ser direcionada para o Estado, o objetivo que se propõe é a organização autônoma dos jovens nas lutas populares, e basta que o Estado não interfira através da repressão ou da cooptação. Os recursos da mobilização do JRA são seminários nas universidades, formação política através de acampamentos, oficinas, campanhas, organização de festivais musicais e a participação em manifestações de apoio a outros movimentos e organizações populares.

Os recursos utilizados pelas duas organizações demonstram que o MPL abstraiu de sua relação a participação na instituição escolar: não fazem greve estudantil, não ocupam escolas e

universidades, não fazem cadeiraços, não direcionam a reivindicação aos diretores das instituições, mas não abstraiu a relação com o Estado, posto que é ele, de acordo com a proposta com maior ou menor intervenção, que vai regular o sistema de transporte. Por sua vez, o JRA abstrai tanto a relação com a escola, quanto com o Estado, devido ao formato dos objetivos, o JRA não tem o que reivindicar do Estado, a não ser quando participa de uma campanha específica, como o caso dos estudantes que foram assassinados e a organização participou da campanha para punição dos culpados. Essa abstração da escola e do Estado, permite ao JRA manter sua ênfase da mobilização juvenil nas lutas populares, o objetivo da organização se satisfaz com a própria mobilização, daí que o JRA se assemelha a um movimento político, ao passo que o MPL-SP por ter uma reivindicação pontual, se aproxima dos movimentos sociais que demandam suas reivindicações do Estado.

Da forma como se processa a mobilização através destas duas organizações elas atuam como uma segunda escola para os estudantes, uma escola na rua, que gera formação de ideias, que gera práticas em comum, que insere em tarefas e que está motivada nesses jovens estudantes pela vontade de querer participar politicamente. Daí que em ambas as organizações, o vínculo do indivíduo com a organização é sobretudo uma ação deste para com a organização, a organização não dispõe de mecanismos para determinar a ação e para manter o indivíduo no grupo. Assim, surge uma verdadeira “filosofia da participação” entre os militantes do MPL-SP e do JRA: de um lado temos o participacionismo, a ação em si como fundamento da participação, por outro lado, a figura do ex-participante desvinculado e sem mais obrigações com a organização, a exemplo dos membros que recusaram ser entrevistados (Lucas Legume do MPL-SP, ou Mina Navarro, do JRA).

A análise dos militantes das duas organizações, quando comparada com outras mobilizações estudantis, desfaz a confusão, presente em alguns autores, de analisar que os estudantes dos cursos de ciências humanas são a maioria do movimento estudantil (FORACCHI, 1977), tal confusão tem origem na confusão entre o movimento estudantil com suas organizações mobilizadoras. Nessas últimas, tradicionalmente podemos encontrar em diversas regiões mais estudantes de humanas, mas a mobilização do movimento estudantil sempre é produzida por um número maior de estudantes, o que facilmente se verifica em manifestações ou ações estudantis com milhares de estudantes, ora os cursos de humanas nunca atingem milhares de estudantes numa determinada localidade. Agora tomada como referência, os grupos ativos antes das mobilizações generalizadas, a história passam a ser outra. Aí nas organizações a presença de estudantes de humanas e licenciatura é maior em períodos de inatividade do movimento. Tanto no MPL-SP, quanto no JRA, a composição interna dos

membros é quase que exclusiva de estudantes de ciências humanas, mas quando analisamos a mobilização que eles concretizam, percebe-se que a mobilização só se efetiva quando atinge certa quantidade de participantes em suas atividades.

Por fim, no que diz respeito à forma de mobilização das duas organizações, a comparação da trajetória das duas organizações aponta para a ação externalista: as duas abstraem o aspecto econômico da situação do grupo social de base; não há tensão com a estrutura do universo escolar e não há tensão com o universo adulto, inclusive boas relações com professores, seminários, referências a autores mais velhos. A direção que as organizações assume é outra, pode-se dizer que contra o “enquadramento burocrático” do movimento estudantil, estas organizações praticam o “esvaziamento institucional”, daí que nas duas organizações encontramos estas diretrizes: “vem pra rua contra o aumento”, modo de agir adotado pelo MPL-SP, e “vamos para as comunidades”, modo de agir adotado pelo JRA.

Cada uma das organizações produziu rico material formativo para mobilizar em torno do seu objetivo, temos muita informação com relatos, análises, propostas, normas que estão desde as formas mais simples, como panfletos, textos jornalísticos, postagens em sites até artigos, livros, seminários. Ao conjunto das ideias chamamos de ideário, e vimos no que consiste o ideário de cada uma das organizações: o MPL-SP o populismo radical dos transportes, o JRA o populismo radical do jovem autônomo. Cada organização adequou o conjunto das ideias adotadas ao objetivo fundamental, ao transporte, ou ao jovem autônomo, e assim, criaram um ideário conveniente para os objetivos que estabeleceram, ideário este que tem que adequar, subordinar e, portanto, alterar, o significado das concepções políticas que estão na origem da organização, o que significa um ideário muito particular em cada uma das organizações, marcando um pluralismo de ideias que faz convergir concepções distintas com um terceiro objetivo, o da organização.

A tendência populista radicalizada do movimento estudantil caracteriza-se então por combinar diferentes concepções políticas (anarquismo, marxismo, situacionismo, etc.) e também fundir com aspectos da ideologia pós-estruturalista. Aqui cabe retomar a discussão de ideário e discurso. O ideário conveniente assimila diferentes ideias adaptando-as ao objetivo fundamental. Por sua vez, o discurso mobilizador expressa aspectos das ideias que compõem o ideário e que podem exercer efeito de influência na mobilização. Como o discurso mobilizador tem de convencer, agitar, apontar um objetivo, as ideias adotadas pela organização não podem ser apresentadas de forma sistemática, aprofundada; daí que somente fragmentos de suas ideias podem ser expressos. No MPL-SP e no JRA encontramos tanto ideologemas, quanto teoremas, bem como a tentativa de sistematização de ideias para a organização.

Os ideologemas e teoremas são fragmentos de ideologias ou teorias, que por não poderem reproduzir o sistema das ideias, fragmenta e simplifica o conteúdo, quer seja da ideologia ou das teorias, que por suas características são conjuntos de ideias sistemáticas, no caso das ideologias, ou articuladas, no caso das teorias (VIANA, 2013). É essencial a compreender é que ideologema e teorema são fragmentos de algo maior que foi dividido e simplificado

O discurso mobilizador do MPL-SP encontramos nas cartilhas, nos panfletos, postagens, na entrevista que fizemos. No JRA o discurso mobilizador está em alguns textos, postagens e artigos da organização, bem como nas entrevistas que realizamos. Nas duas organizações há elevada produção intelectual e as ideias são um dos produtos principais das duas organizações. No caso das entrevistas, estas foram fontes de informação que contribuíram para enriquecer a compreensão de aspectos do ideário das organizações, isto porque se todos os indivíduos compartilham os objetivos da organização, eles também possuem ideias diferentes entre si. Como vimos anteriormente, são organizações plurais em termo das ideias existentes no seu interior, compreendendo de indivíduos anarquistas, marxistas, libertários, autonomistas. Mas é possível analisar melhor que concepção de anarquismo, marxismo, etc. esses indivíduos têm, a partir da análise da totalidade do discurso mobilizador e enfatizando as referências culturais.

Sabemos que determinadas palavras remetem a determinadas ideias, seja porque estão identificadas com tal conjunto de ideias, seja porque possuem um significado específico para aquelas ideias. Assim, a presença de determinadas ideias no discurso dos membros do MPL-SP e do JRA nos ajuda a situar o universo de referências culturais que os militantes adotam e que reforça os elementos fundamentais de sua concepção política. Desta forma, podemos confrontar as diferentes informações dada por determinado entrevistado e assim analisar com mais riqueza o significado de suas ideias. No caso do MPL-SP, algumas declarações dos entrevistados deram evidências para analisarmos o todo de sua concepção política.

Mayara Vivian, é a mais antiga militante da organização, que participou do movimento punk e do movimento anarquista, que disse ter alergia a grupo de estudos, que rejeita a participação no processo eleitoral e dá entrevista analisando o anarquismo, mas não se define como anarquista. Ainda que se auto represente como uma pessoa totalmente alheia ao universo acadêmico, se sentindo deslocada nesse espaço, sua ideia de anarquismo é compatível com palavras e ideias intimamente vinculados a ideologia pós-estruturalista. Para Mayara, existe a dificuldade em definir o MPL-SP como movimento estudantil porque a partir do momento em que se usa uma “categoria usa uma representatividade e isso é problemático”. Para Mayara as definições dificultam reconhecer um determinado aspecto da realidade na medida em que está

sendo representado, o que por si só se torna problemático. Tal ideia é encontrada em diferentes variantes em pensadores pós-estruturalistas, que criticam desde a existencia de uma teoria totalizante, até a definição de aspectos básicos da realidade.

Mayara, a estudante que tem alergia a grupo de estudos, não esquece de citar um “psicanalista que diz que circular livremente pela cidade empodera”. Seguindo seu raciocínio anterior, da problemática de se representar conceitualmente as coisas, não há mesmo porque se definir como anarquista, no seu pensamento, ainda mais quando se passa a utilizar dentro da concepção política anarquista a ideia de “empoderamento”, tal cara hoje a diversos organismos internacionais que financiam o empreendimento de minorias empoderadas. Outra ideia importante no discurso de Mayara é a de prefiguração (que iremos reencontrar em membros do JRA). Durante a entrevista foi a ideia em que ela mais deteve tempo para explicar, e em síntese quer dizer que a forma de combater o capitalismo deve formar o tipo de sociedade que queremos, segundo Mayara. Assim embora apesar de não se identificar como anarquista, ela deixa claro suas preferencias, pois luta da forma como se estivesse adiantando a sociedade futura que ela almeja. Só que ela não almeja claramente nenhum projeto de revolução, ela mesma disse que “conquistando o passe livre cada um vai pra sua casa, o MPL-SP não representa revolução”. As suas referências culturais são ambíguas, posto que relaciona ideias que são incoerentes entre si, como o anarquismo, com sua ideia de transformação revolucionaria, e os fragmentos da ideologia pós-estruturalista que localizamos em seu discurso.

Diga-se que os fragmentos de ideologia pós-estruturalista adotados por Mayara também estão presentes em outros militantes entrevistados. A questão do empoderamento e da definição de conceitos é recorrente: Diego diz que conceituar limita, e ele se definiu marxista libertário; já Tiago Calixto disse que quando participa das manifestações se sente empoderado. O que indica a difusão dessas duas ideias no interior da organização. Tiago Calixto também utilizou outra ideia presente no pós-estruturalismo, a ideia de “lugar de fala”, ao dizer que “não tenho muita legitimidade para estar à frente de algumas questões como raça, gênero”. E ao contrário de Mayara, Tiago se define como anarquista, e como ele disse, conheceu novas ideias e aprendeu a se expressar melhor quando entrou na universidade. A força dessas ideias que se infiltram em outras concepções políticas é a força da ideologia que se torna dominante no regime de acumulação integral e que mesmo com fragmentos consegue adentrar mesmo no pensamento crítico, sendo assimilada e dando novos contornos, no caso, para o pensamento anarquista.

Francisco Ximenes disse que o MPL-SP atua em outras lutas populares, exemplificando na questão dos moradores de rua e usuários de droga, e disse que é preciso “desconstruir o punitivismo do Estado”. Esta é uma interpretação específica do Estado, o punitivismo, que tem sua origem no pensamento foucaultino sobre o poder disciplinar, e que Francisco resgata utilizando a ideia de desconstruir, outra palavra cara ao pensamento pós-estruturalista, que geralmente substitui a palavra constituição pela palavra construção. A primeira, vinculada a análise que remontam ao processo histórico e social, e a segunda vinculada às análises micro social e individualista.

No JRA os fragmentos de ideologia têm a mesma origem que os ideogramas no MPL-SP, o pós-estruturalismo, com a especificidade da maior influência do EZLN, medida pela quantidade de referências e citações. O primeiro ideograma que destacamos é o de “mandar-obedecendo”, proposta de forma de organização política do EZLN para os municípios dirigidos pela organização. O “mandar-obedecendo” corresponderia ao antigo modo de organização das comunidades indígenas, onde quem manda só manda porque obedece. Apesar de não estar sistematizada, tal ideia, por manter a proposta de funcionamento entre representantes e representados, é compatível com a democracia representativa, com a diferença principal somente no tempo de rotação dos cargos, na primeira podendo ser a qualquer momento, na segunda, no período eleitoral.

Diz na Declaração de Princípios do JRA que o Estado deve estar subordinado à sociedade civil, o que é uma afirmação ingênua, considerando-se as ideias que já foram defendidas pelo anarquismo, conjunto de ideias geralmente identificadas com a rejeição do Estado. Mas aí como vimos, a autorrepresentação do JRA é enquanto organização autônoma formada por jovens, as ideias anarquistas, marxistas, etc., estão nos militantes, a ideia geral da organização, repetida por todos, é a da “autonomia, horizontalidade, anticapitalismo”. Por oposição à representação do JRA, a organização tem sua representação sobre o poder e o Estado:

Por otra parte, la izquierda conceptualizó al poder sólo como el poder del estado. Sin embargo, en las relaciones humanas el poder se encuentra en todas partes, diseminado a lo largo y ancho del tejido social. (...) Los pueblos, al intentar dar la lucha por la construcción de un nuevo mundo, reproducen la lógica del poder, la lógica de la dominación. (...) Es por ello que debe eliminarse la dinámica de la dominación, sea esta de tipo racial, de género, por edad, por preferencia sexual, o bien económica, política, cultural o social. Es decir, aspirar a la construcción de una sociedad libertaria, en donde el poder no es sinónimo de dominación, abandonando su rasgo de subordinación al otro, transformándose en un poder horizontal, que elimina esas formas entre la sociedad misma pero también elimina esos mecanismos desde la economía y el estado (...) Desarticular las reglas del poder significa invertir su lógica. Por ello, el mandar obedeciendo se vuelve no sólo un planteamiento ético, sino una propuesta que desarticula la lógica del poder tal y como ahora lo conocemos.

E finaliza com as propostas radicais que a organização elaborou após incorporar as ideias do EZLN: servir, representar, construir, propor e convencer são as tarefas políticas que vão ressignificar o poder a partir do conjunto do tecido social, incluindo os que desejam uma mudança verdadeira. Já tendo apresentado a influência do EZLN no ideário da organização e situado as consequências culturais da acumulação integral, com o advento do pós-estruturalismo estas ideias não nos soam estranhas, e são outra forma de discursar sobre o Estado desde a perspectiva da descentralização, da rede de poderes que estão na sociedade, da diversidade de formas de opressão criadas por cada forma específica de poder. O ideologema reconceitualizar o poder é o que introduz no discurso do JRA a influência pós-estruturalista, que é combinada com outro ideologema, o mandar-obedecendo de origem no EZLN. O que interessa observar é como uma “organização juvenil” pode reconceitualizar o poder se não somente no âmbito de suas relações internas? Se as relações de poder estão em todo o “tecido social”, a alternativa é a formação da autonomia do grupo e a partir dela interferir nas outras autonomias:

Entendemos esas experiencias no como un modelo sino como una forma organizativa que puede construirse de forma diversa: sectorial, autónoma, barrial, partidaria, comunitaria, específica, anárquica.

Daí que a organização não está simplesmente se posicionando contra as opressões: “nos oponemos y enfrentamos enérgicamente a toda forma de discriminación por género, edad, raza, religión, apariencia o preferència sexual”. A visão fragmentada da sociedade é colorário da adoção do conceito de Estado submisso à sociedade civil, do conceito de poder disperso no tecido social, e por consequência é uma clara concessão à ideologia dominante na atualidade, assimilando-a mesmo que sob os objetivos do discurso crítico e mobilizador. A concessão ao pós-estruturalismo gera a situação inusitada da organização que defende tanto a organização partidária, quanto a organização anarquista ao mesmo tempo, desde que sob a bandeira da autonomia.

E qual a proposta para ressignificar o poder no âmbito de suas relações internas? Ao lado da “autonomia, horizontalidade, anticapitalismo”, está a festa e a diversão como recursos de luta:

Reivindicamos la diversión, la fiesta, el placer, lo lúdico, la sexualidad, lo sensorial, el amor, como parte fundamental del desarrollo humano, como oposición a la frialdad del dinero y de la aburrida burocratización y racionalidad de la modernidad.

Em cada “ilha de liberdade”, uma proposta; a festiva é a proposta dos “jovens autônomos”, que caminham lado a lado com os partidos, os anarquistas, as organizações de bairro. O JRA contribui assim como a “fissura” no muro do capitalismo, tal como na metáfora do texto *Cinco sueños del Zapatismo, Cinco sueños para la resistència* (ver tópico 4.4). A ideia

de revolução como uma festa foi muito difundida por grupos e pela tendência autonomista do movimento antiglobalização, que se organizavam para o “carnaval contra o capital” (GIOVANNI, 2007; NED LUDD, 2002). A revolução como festa, cria um fetiche do acontecimento, enfatiza um elemento do cotidiano, retira-o da totalidade e politiza através da despolitização, já que o meio de expressão é o lúdico, o festivo, a animação e estes ocupam o lugar do debate, da organização, da militância. Este ideologema é muito caro ao individualismo pós-estruturalista, pois remete ao âmbito subjetivo a participação individual e oculta a visão das relações concretas entre as classes sociais e o conjunto da sociedade.

O antiacademicismo que destacamos em várias falas surge aqui como crítica abstrata da razão. É abstrata porque é feita sob forma complexa de pensamento, muitas das vezes com referência às ideias aprendidas nas universidades, e pensa estar distante daquilo que critica, sendo que o reproduz com outra linguagem. Alicia doutora em estudos latino-americanos, destacou em três momentos diferentes da pesquisa que não é uma organização de acadêmicos, de estudiosos de Marx, que não se dedicam tanto à teoria. O que contrasta com as diversas fontes de informação que utilizamos, texto, fala em apresentação de seminário, organização de oficinas, e a relativamente grande produção de artigos que a militante tem. A crítica é abstrata porque se desconecta de sua base real, dos produtores dessa ideia; e por outro lado, a ênfase nas tarefas, a mesma Alicia disse que saiu da organização, e entre os motivos, estava se tornando incompatível a finalização do doutorado e a quantidade de tarefas que ela tinha na organização.

O JRA não se define politicamente (Mejia) e por isso procura teorizar sobre a prática (Pineda), isto é, eles pensam conforme vão agindo, o que torna complicado qualquer definição prévia. A autonomia da organização, que se confunde entre forma de organização e objetivo, é o elemento central do discurso mobilizador e é em torno dela que se justifica a mobilização.

Mas não é somente fragmentos de ideologias que as organizações assimilam, em sua especificidade cada qual produziu uma ideologia que é a sistematização do pensamento que justifica a mobilização da organização. No MPL-SP surge a ideologia da “mobilidade urbana”, no JRA é a juventude como sujeito de direito. O que gera a ilusão nesses dois sistemas de pensamento, é analisar a sociedade sob o ponto de vista específico dos objetivos de cada organização. O MPL-SP analisa o conjunto das relações sociais sob o ponto de vista da catraca, o JRA sob o ponto de vista do jovem autônomo.

O ponto de vista da catraca não pode compreender a sociedade em sua totalidade se não de modo parcial, como um ponto, no conjunto das relações sociais. A “Tarifa Zero mudaria tudo na cidade” é uma forma de pensamento que reduz a dinâmica social ao ponto muito imediato em que surge a catraca, no contexto da circulação de pessoas pela cidade; é a ênfase

sobre um tipo de capital específico, o capital dos transportes, e esquecendo que o conjunto da cidade, o conjunto da sociedade, é determinado pelo conjunto dos capitais, pelo conjunto da produção capitalista. Assim, a ideologia da catraca, fundada na sistematização da ideia de “mobilidade urbana”, sistematiza uma consciência falsa a respeito do funcionamento da sociedade.

A ideia do jovem autônomo é ideológica porque ela não tem correspondente material, o jovem e o estudante quando mantidos pela família estão subordinados materialmente. Essa subordinação se estende para a escola, outro mecanismo de ressocialização, e quando ela é completada pelas relações de trabalho, a subordinação do jovem se torna ainda mais forte, além de que aos poucos ele vai deixando a condição de jovem. O JRA enquanto organização de jovens autônomos é totalmente dependente da dinâmica da vida material dos seus membros, o que explica a alta rotatividade dos membros da organização na medida em que são estudantes, e também explica a tentativa de ter uma base material, objetiva, no projeto de territorialização da luta, da construção de um centro social para ter um espaço de identidade. Como abstraíram da condição estudantil, é somente a coesão entre as ideias que pode manter o vínculo dos membros, o JRA desertou do principal espaço que cede os membros da organização, a universidade. A sistematização da ideia do jovem autônomo cria a ilusão que justifica a mobilização do jovem autônomo, e a sistematização dessa ilusão é somente resultado da separação entre o JRA e sua base material.

Outra ideia comum às duas organizações, e que nos ajuda a compreender a totalidade do ideário do MPL-SP e do JRA, é a ideia de anticapitalismo, muito utilizada por ambas as organizações e pelos seus respectivos membros. A ideia de anticapitalismo caminha junto com a crítica que fazem do capitalismo. Porém, como vimos, ambas as organizações não têm um projeto político de sociedade alternativa ao capitalismo, daí a junção do sufixo anti para justificar sua posição contra o capitalismo, mas sem efetivamente propor algo para substituir. O que não é específico das duas organizações, mas encontramos em diversas mobilizações de movimentos sociais que na atualidade têm adotado a posição defensiva, somente se opondo a projetos de reformas conservadoras, sem, no entanto, propor medidas que respondam aos seus interesses, somente de forma reativa. Assim como temos uma “filosofia” do participacionismo, a participação pela participação, temos uma “filosofia” do “negativismo” que critica e rejeita, mas não é propositiva, e é típico da crítica da razão pós-estruturalista, que critica a razão em si, e não a forma instrumental. Assim, anticapitalismo faz parte do “vocabulário” “negativista” que inclui outros termos como a anti-música, anti-filosofia, anti-política, anti-cinema, anti-poesia,

vários anti, mas não inclui o anti-partido, como frisou o MPL em sua Carta de Princípios e o JRA em vários textos.

Por outro lado, a categoria anticapitalismo faz a crítica a partir da proposição da necessidade de algo novo, só a questão que ela não sabe o que é o algo novo:

es más bien algo que está construyendose, no sabemos exatamente si va a ser lo que siempre quisemos y pensamos y anhelamos, si nos vamos a quedar en el camino, es algo como que estamos inventando, entonces no hay referentes tan claros (JRA apud NAVARRO, 2016, p. 116).

A ideia abstrata de anticapitalismo é coerente com o tipo de crítica irracional que o pós-estruturalismo propõe, mas seu elemento crítico do capitalismo faz ela perceber elementos da sociedade e com ele se identificar é assim que este anticapitalismo funde-se com interesses e lutas populares. Enquanto fragmento de ideologia, o anticapitalismo é uma crítica abstrata ao capitalismo e que se funde com fragmentos de concepções políticas que estão presentes nas concepções políticas dos militantes da organização. O ideologema anticapitalismo é combinado com certas ideias anarquistas, marxistas, libertárias, autonomistas, e como extrai somente aspectos dessas ideias, tende para se tornar um dogma, posto que é defendido de forma intransigente pelos membros das duas organizações. A gratuidade dos transportes e o jovem autônomo, se tornam um fim em si mesmo, e o objetivo discursivo da transformação social fica cada vez mais secundário. A categoria anticapitalismo é ambígua, expressando um fragmento de ideologia, mas também fragmentos de teorias de concepções políticas, o que se fosse mais desenvolvido poderia ter formado um teorema, mas é muito difícil encontrar entre os militantes das duas organizações uma definição clara do que é anticapitalismo.

Os teoremas são fragmentos de teorias que estão presentes no ideário do MPL-SP e do JRA. Quando o MPL-SP critica o sistema de transporte como uma mercadoria, ele está utilizando o fragmento de uma teoria para abordar a questão das passagens, porém, a teoria que fundamenta a análise da mercadoria, a teoria do capitalismo de Marx, foi adotada em partes, posto que a ênfase da organização é numa mercadoria específica, o transporte, e não no conjunto de todas as mercadorias existentes. Ela a introduz no interior da ideologia da “mobilidade urbana” e dessa forma subordina o fragmento de uma teoria a uma ideologia. Por outro lado, partes da ideologia da mobilidade urbana contém elementos de verdade, como por exemplo, questionar o uso capitalista da cidade, liberando a circulação para atividades que não são do trabalho, o que se diz como “direito à cidade”. Se esse fragmento fosse orientado no sentido de questionar o conjunto das “atividades na cidade” ele poderia se constituir como teorema, posto que se articularia com a crítica da mercantilização da vida em sua totalidade. contudo, ao não

se articular, permanece no nível de um momento de verdade no interior do conjunto da ideologia da “mobilidade urbana”.

Por se aproximar mais organicamente da posição de um movimento político dentro de um movimento social, o que diferencia o JRA do MPL-SP é não ter uma reivindicação específica dirigida para o Estado, esse vínculo orgânico com uma posição política estimula a organização a ter um conjunto de ideias políticas mais complexas que o MPL-SP. O uso de teoremas pelo JRA é mais presente do que no MPL e é nesse sentido que ficam compreendidas afirmações da organização sobre o poder econômico e político do capital: “a liberdade se reduz a vender e comprar”, “nunca antes a acumulação de capital e a diferença entre ricos e pobres foi tão grande”, “justiça maquiada, fome justificada e morte legitimada”, “os promotores da globalização conseguiram obter um poder completo, absoluto, integral”; ou sobre o poder cultural do capital: “a lógica do mercado avança sobre a consciência, perpetuando a cultura da competição e do egoísmo”, “o supérfluo da cultura do consumo cria um mundo irreal na consciência coletiva”, “a globalização do capital, e a alienação não somente da cultura, senão do sentido da própria vida”; ou a crítica da mercantilização das ong’s: “as ong’s acreditam que o desenvolvimento autogestionário coletivo impulsiona um trabalho supostamente neutro, por isso podem trabalhar com governos de direita ou esquerda”, “o valioso trabalho com as comunidades e coletividades se perde na excessiva especialização da defesa dos direitos e na ausência de politização dos problemas cotidianos”, “a influência do financiamento governamental ou internacional provoca graves incongruências programáticas”.

Os teoremas existentes no ideário do JRA apontam que a organização tem uma concepção crítica da sociedade, mas é combinada com elementos ideológicos dominantes na atualidade, que têm origem no pós-estruturalismo. Daí o caráter ambíguo de suas ideias, de suas práticas, ora apontando para questões genéricas, ora apontando para questões específicas do grupo com o qual se identificam, o abstrato “jovem autônomo”. A ambiguidade das ideias do JRA e do MPL-SP está na combinação instável de elementos de concepções políticas anarquistas, marxistas, etc., com elementos da ideologia pós-estruturalista, adaptando-os para os objetivos específicos da organização.

O discurso mobilizador de ambas as organizações está baseado em um ideário conveniente, que adapta as ideias para os objetivos específicos da organização. Este é o significado do uso dos ideologemas, ideologias e teoremas no discurso das organizações. Além da adaptação de ideias, as duas organizações promoveram um verdadeiro “transformismo ideológico” em torno das ideias de “prefigurativo” e “autogestão”.

Como vimos, nas entrevistas, e isso ficou mais claro com Mayara do MPL-SP e com Pineda no JRA, a ideia de prefigurativo é o que as organizações chamam de se organizar já buscando a forma de organização da sociedade que os grupos almejam. A origem cultural desta ideia está na ideia de “auto-emancipação” defendida por Karl Marx, segundo qual, as bases da sociedade comunista estão em germe na sociedade capitalista e por isso o movimento revolucionário da classe operária tem a possibilidade de se auto-organizar e se libertar por si próprio, construindo as relações sociais comunistas. Para o MPL-SP e para o JRA a prefiguração é se organizar conforme a organização futura que a sociedade deve ter, com o fim do capitalismo. No caso, na forma de organização do MPL-SP está contida o tipo de sociedade que querem, assim, a nova sociedade está na autonomia, na horizontalidade, no anticapitalismo, no apartidarismo. Mas também nas manifestações, nas ideias, nas oficinas, na festa. Nesse caso resta a pergunta: se não possui projeto político, como adiantar no presente uma sociedade futura que eles não projetaram? A consequência é que a ideia de prefigurar limita-se a organizações pontuais, específicas, cotidianas e desvinculadas do projeto de transformação, por isso tendem a perder-se em si mesmas, em cada tentativa de mobilização específica.

Outra ideia radicalmente transformada dentro do ideário conveniente das duas organizações é a de autogestão. Como vimos, esta ideia se torna sinônimo de capacidade financeira da organização poder executar suas atividades, sem depender de outras organizações ou do Estado. Chama atenção o fato de que foram pouquíssimas as referências aos teóricos da autogestão, e a não ser por uma citação ou outra, poucos foram os membros que se referiram a algum teórico ou se estenderam sobre o conteúdo da autogestão, o que é válido mesmo para os textos do MPL-SP e do JRA. Geralmente a referência a autogestão era para explicar o processo de poder organizar uma manifestação, um festival, um evento qualquer e contar com os próprios recursos dos militantes da organização. O que se verifica é o total esvaziamento do conteúdo da ideia de autogestão, que pressupõe a transformação do conjunto da sociedade (GUILLERM & BOURDET, 1976).

Demonstramos o ideário conveniente que surge do discurso mobilizador das duas organizações. Este ideário se caracteriza por subordinar concepções políticas aos interesses específicos estabelecidos pela organização, no caso do MPL-SP a transformação do sistema de transporte é justificada por ideias marxistas, anarquistas, autonomistas, libertárias; e de igual forma, essas mesmas ideias são adotadas pelo JRA para justificar a criação de uma organização de jovens autônomos.

Em suma, querem ser autônomos, e para isso mobilizam os jovens para participar das lutas populares. Pluralidade interna de ideias, desde que concorde com este objetivo e participe

nas atividades que a organização decide fazer. Contudo, o que a análise histórica e social demonstra é que as duas organizações são uma tendência política dentro do movimento estudantil, marcada resgate de ideias políticas, mas que se dá com uma linha tênue entre movimento de estudantes e movimento político, assim MPL-SP e JRA estão entre grupo situacional e grupo cultural, fato de o JRA ter acabado e do MPL-SP está em constante situação de finalizar as tarefas indica o peso situacional sobre as organizações.

O discurso mobilizador das duas organizações somente atrai estudantes, em sua maioria universitários, que encontram em um objetivo específico a materialização de uma concepção política mais ampla. O que dá senso de pertencimento é a adesão a determinadas ideias, e por isso suas ideias mobilizam essa parcela do grupo estudantil. Na sociedade contemporânea, determinada pelo individualismo e pela competição, as duas organizações criam formas ambíguas de contestar pela prática e pelas ideias as relações sociais dominantes.

5.3 As diferenças existenciais

A principal diferença entre o MPL-SP e o JRA está no objetivo de cada organização, a gratuidade dos transportes e a autonomia juvenil para participação nas lutas populares, respectivamente. Esta é uma diferença existencial, no desdobramento das duas organizações, portanto, traz consigo diferenças secundárias, e não essenciais entre o MPL-SP e o JRA. O que caracteriza a tendência populista radical é a mobilização pelos interesses populares, assim, o elemento fundamental é a mobilização, o que se verifica no tarefismo presente nas duas organizações, e não o objetivo em si, daí que as duas organizações mantenham o objetivo declarado de lutar pela transformação social, enquanto que na prática o objetivo é o da mobilização pelo passe livre ou por autonomia juvenil, tendo pouco ou nenhum vínculo entre a luta imediata e a de longo prazo, como demonstrou a análise da história das duas organizações.

O objetivo do MPL-SP, a gratuidade do transporte, cria uma organização ímpar na história brasileira, bem como considerada a história no conjunto da América Latina, visto que são poucas as notícias de mobilização por transporte gratuito no continente. Aconteceram mobilizações recentes no Chile e no México, este último motivado pelo aumento das passagens, no entanto, mais raro ainda são notícias sobre organizações voltadas exclusivamente para o passe livre estudantil. Assim, o MPL-SP é uma novidade histórica na luta dos estudantes brasileiros, que atualmente conduzem uma luta específica pela gratuidade nos transportes. Entretanto, é fundamental considerar que não se trata aqui de um “movimento do transporte público”, um movimento popular, um movimento de usuários, etc., mas sim um movimento de mobilização dos estudantes para exigir a gratuidade nos transportes; essa reivindicação, ao ser

transposta para a gratuidade para todos, coincide com um interesse popular, dos demais usuários de transporte, e é com base nessa relação que a organização elabora das ideias que servirão de justificativa para a reivindicação.

O JRA tem como objetivo fundamental a autonomia juvenil para participar nas lutas populares. Porém sua dinâmica e história demonstram que surge como tendência do movimento estudantil, autonomiza-se dele, e se transforma em uma organização de jovens autônomos. A partir daí age como grupo coeso nas lutas populares, buscando organizar o setor juvenil para este tipo de mobilização. Entretanto eles só atraem estudantes, e continuam nesta base em toda sua existência, quando o fluxo de entrada de estudantes cessa a organização entra em crise terminal (Mejia entende que a queda na entrada de novos militantes está relacionada com o fim do JRA ou Pineda que disse que aceitar as pessoas sem distinção foi criando a diferença entre jovens e adultos, no caso os com mais trabalho e outros com menos tarefas na organização). A forma de organização interna também expressa a dinâmica da entrada dos novos membros, na medida em que as posições dentro do JRA se dividem entre participante de tempo completo ou colaborador, os membros de tempo completo não foram renovados, e ainda que a organização mobilizadora exercesse certa influência entre seu grupo de base (jovens e estudantes), estava em processo acelerado de finalizar suas atividades. O rompimento de ideias, sobre a candidatura de Marichuy, veio somente a efetivar esse processo e dividir os membros em suas infinitudes.

A dimensão específica dos objetivos das duas organizações, o passe livre ou a autonomia juvenil, embora diferentes, é resultado da crise do movimento estudantil oficial (as entidades reconhecidas pelas instituições), que não tem condições de levar adiante essas reivindicações, e quer seja o passe livre ou a autonomia, ambas são interesse dos estudantes, basta lembrar os diferentes conflitos estudantis ao longo da história da América Latina em torno dos transportes e em busca de autonomia.

Porém, analisando que se os objetivos são diferentes, ainda assim eles mantêm uma dimensão em comum, que é a de objetivos que não são simplesmente estudantis, tanto o passe livre, quanto a autonomia juvenil para participar das lutas populares, representam a conexão dos interesses do grupo com interesses sociais mais amplos. A raiz dessa dupla demanda está na condição estudantil: interesses específicos e interesses de classes sociais, posto que é um grupo social policlassista. A situação se torna mais complexa porque os objetivos das duas organizações estão envoltos pelo discurso político mais amplo, que em última instância, nos dois casos, aponta para a transformação social mais ampla, e nesse sentido, MPL-SP e JRA são duas organizações que antes de terem uma reivindicação, têm um conjunto de ideias que aponta para a transformação social geral, e não em um ponto específico da realidade. Nesse sentido, o

que elas têm de genérico, suas ideias mais amplas, elas têm em comum, e o que elas têm de específico, as distingue, fazendo parecer que não existe vínculo entre o MPL-SP e o JRA.

Contudo, antes de tudo, MPL-SP e JRA são organizações políticas. As ideias que sustentam revelam este aspecto, e assim, a diferença entre MPL-SP e JRA é secundária, considerada as determinações mais genéricas. A questão é, como objetivos distintos, tanto os objetivos reais quanto os declarados, mantém o vínculo e a coesão de organizações com origem estudantil? É nas próprias condições do processo de ressocialização juvenil, e especialmente da juventude, que determinam a dinâmica desse processo: a repressão e coerção, composição social policlassista, o caráter transitório, a crise das entidades estudantis, a hipermercantilização e hiperburocratização das relações sociais, a mudança na forma de estado, a emergência de novas ideias e o resgate de outras ideias, a crise das ideias que marcaram o período histórico imediatamente anterior (com hegemonia da social-democracia e do bolchevismo). As determinações históricas e sociais tornam compreensível o fenômeno que estudamos, que pela aparência, nos conduziria à interpretação recorrente de movimentos sociais da juventude.

Entretanto, não podemos analisar os seres humanos por sua autorrepresentação, e sim pela sociedade que explica a forma desta ou daquela consciência. A dinâmica do grupo estudantil que determina fundamentalmente a existência das duas organizações, no caso, o espaço ocupado por uma determinada tendência política no interior do movimento estudantil.

5.4 Autonomia absoluta e autonomia relativa: os limites do autonomismo da juventude

Analisando a luta de classes na França de Luís Bonaparte, Marx faz a seguinte declaração:

Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia.

A citação anterior de Marx tem o seguinte valor teórico: o conteúdo pode ser enfeitado com concepções mais ou menos revolucionárias, ou seja, a forma de algo, e aqui refere-se às ideias, o conteúdo pode aparecer sob formas distintas e assim aparentar o que realmente não é; um agrupamento de pessoas, a classe social, impõe a si limites que são próprias da sua forma de existir, no caso, os interesses democráticos da pequena-burguesia.

As organizações mobilizadoras produzem ideias que estão vinculadas ao movimento social do qual fazem parte, na medida em que expressam um pensamento de grupo, um pensamento que expressa interesses coletivos que se tornaram conscientes sob a forma dos

objetivos. Em que pese a diferença fundamental entre o movimento de classe e o movimento social, os grupos sociais também expressam interesses, consciência e objetivo que são a base para as ideias das organizações mobilizadoras, ramificação de movimento social que enfatizamos em nossa pesquisa. Sob o pressuposto de que as ideias que os seres humanos fazem de si são produzidas pelas relações sociais, interpretamos que o MPL-SP e o JRA são uma tendência política, que ocupa lugar no movimento estudantil, mas se caracteriza pela ação externalista às universidades, motivadas exatamente pelas ideias que fundamentam a tendência política, entre elas podemos elencar o autonomismo, o anticapitalismo, defesa das lutas populares, etc. Essa é a forma do discurso das duas organizações, mas a análise da história e do ideário das duas organizações aponta exatamente para outra direção.

Como partes do movimento estudantil, o MPL-SP e o JRA surgem na sociedade capitalista na era da acumulação integral e nesta, os jovens estudantes vivem sob determinados processos de ressocialização, que são repressivos, coercitivos, violentos, alienadores. É nessa dinâmica que o movimento estudantil produz criaturas que nele não se reconhecem, são os desertores da escola, que rejeitando por completo o espectro da dominação do estudantil enfeita o conteúdo de suas ideias de forma revolucionária, a tal ponto de que as duas organizações não conseguem entender e identificar-se com sua própria base social, o ponto de partida efetivo para a ação coletiva que se propõe. Mas não poderia ser diferente, a intensificação da alienação e violência escolar repelem as mentes que não se conformam com tal situação. E na atualidade, essas mentes, suas ideias e práticas são atraídas para as lutas populares.

Cria-se uma utopia estudantil, no sentido mais abstrato que a palavra utopia pode ter, em que deixar de ser estudante, e ainda ser estudante, é parte crucial do conjunto de ideias, da mobilização, dos objetivos estabelecidos. A ideia que busca negar a identidade estudantil e identificar-se com as classes populares esbarra nos diversos obstáculos que existem na sociedade como um todo, o pulo sobre o muro da escola não consegue ir mais altos que os outros muros da sociedade, como o do trabalho, o do Estado e suas instituições, os muros dos meios de comunicação, etc. O autonomismo estudantil encontra-se com seus limites objetivos: representar-se como pertencente às classes populares não significa concretamente pertencer, o senso de pertencimento ocorre no nível da consciência, das ideias, e o pertencimento efetivo ocorre nas relações sociais. O que verificamos foi que a quase totalidade dos jovens das duas organizações não estavam integrados à classe social, seu vínculo era indireto, vínculo pela família, assim, sem ser proletário não tem como aplicar um projeto e abandonando a mobilização através da condição estudantil deixa de ter espaço para divulgar suas ideias, e por

isso boa parte das atividades do MPL-SP e do JRA ocorrem nos ambientes escolares (debates, formação, atividades culturais em geral).

Assim, o grupo estudantil é um grupo *sui generis*, que pode produzir a tendência no seu movimento de se negar enquanto grupo (diferente dos grupos orgânicos que não podem se negar e dos grupos culturais que geralmente se afirmam através de ideias). Contudo esta negação tem limites, tem de lutar como estudante para apoiar o proletariado, única classe que tem o projeto de transformação revolucionária da sociedade existente, e assim produzir luta cultural, mobilizar-se por local de estudo e criar hegemonia proletária na universidade e na escola, defendendo os interesses da classe trabalhadora e buscando articulá-los com o conjunto dos interesses estudantis, e de igual forma para os jovens trabalhadores, jovens desempregados, jovens que moram em favelas, etc.; se se isolam da escola ou da universidade perdem sua base, e este problema foi precocemente identificado pelo JRA com a questão da “territorialização da luta” no JRA e da dificuldade do MPL-SP se inserir nas lutas populares, tal como analisado pela organização em seus documentos. Estas duas organizações contrastam explicitamente com a do jovem piquetero e sua mobilização através da classe social.

Este processo pelo qual passa parte do grupo estudantil é caracterizado como uma rejeição de parcela dos estudantes à própria lógica do grupo estudantil, onde eles não mais se reconhecem como parte do grupo estudantil, são levados por elementos críticos (o privilégio, a partidarização) do grupo estudantil e buscam dele se distanciar. O ponto de refúgio para essa tendência é a defesa dos interesses populares através de organizações autônomas. O resgate das ideias anarquistas, marxistas, libertárias, conselhistas, foi feito por jovens e estudantes, e ao tentar colocar em prática as ideias que resgataram eles encontraram no movimento estudantil o espaço onde poderiam atuar, pois como diferente de outras épocas, onde essas concepções surgiram como movimento de classe, passam a ser ideias resgatadas por um movimento social, pela mobilização dos estudantes.

É como se os estudantes, em posse de tais ideias, dissessem: é necessário sairmos das escolas e universidades, é necessário rejeitar a ideia de estudante, privilegiado e cooptado por partidos, por isso saímos das escolas e universidades, e fazemos um chamado à participação nas lutas populares. Uma parte do movimento estudantil dedica-se então a um chamado para fora das universidades e escolas, um chamado para a mobilização nas ruas, para a defesa de interesses populares.

O processo social que engendra a existência das duas organizações é formado por uma multiplicidade de determinações e com a mobilização concreta tanto MPL-SP quanto o JRA ocupam uma posição privilegiada na história, ao efetivar o encontro e o engajamento de uma

parcela da juventude estudantil do começo do século XXI. Quanto mais a repressão, a coerção, a violência, a alienação, a mercantilização, a burocratização domina e se generaliza, tanto mais novas práticas e ideias são colocados em mobilização para contestar aspectos ou o conjunto da sociedade capitalista. Nesse sentido, MPL-SP e JRA são duas organizações que estão “fazendo história”, ou seja, indivíduos que agrupados criam relações sociais não-burocráticas no interior da organização e buscam divulgar essa relação para o conjunto da sociedade.

Observado em outro sentido, as duas organizações estabelecem uma relação ambígua com o conjunto das ideias que adotam. Primeiramente, as duas organizações fazem concessões e combinações para ideias discrepantes, e em segundo lugar o ideário é subordinado ao objetivo específico em cada organização, o que cria uma relação utilitarista com as ideias, cria um ideário conveniente, com um saber contraditório e limitado. As concessões são muitas, mas a maior delas é abrir mão do projeto de transformação social em prol do projeto de transformação situacional, a concretização do objetivo específico da organização. As combinações alteram o sentido geral das concepções políticas adotadas, como reduzir o anarquismo à horizontalidade, ou o objetivo marxista de abolição da sociedade capitalista pelo sistema de gratuidade e gestão do transporte popular. Muda o objetivo e ocorre uma ressignificação das ideias adotadas.

As análises de indivíduos conservadores são esclarecedoras na medida em que abordam aspectos, quer seja do MPL-SP ou do JRA, que não são abordados pela maioria dos estudos sobre as duas organizações, geralmente apologéticos ou descritivos. Analisando a influência do EZLN nas organizações políticas e mobilizadoras do México desde a segunda metade da década de 1990, Alberto Fernández diz que ocorreu uma reorientação destas organizações, substituindo o ideal de revolução comunista pela política identitária:

Pertenezco a una generación de activistas de izquierda que se politizó a raíz del levantamiento del EZLN en 1994. Incluso los compañeros que ya portaban el carnet de militancia renovaron significativamente su perspectiva política a través del prisma zapatista. Con el Subcomandante Marcos nuestra generación no solo aprendió a combinar el campesino “pues” con el españolísimo “vale” (póngase atención en el habla de los compas de entre 35 y 45 años), sino que también completó la transición entre una forma de activismo en la que las llamadas luchas sectoriales (género, ambientalismo, etcétera) se subsumían en un proyecto emancipador universal bajo el paradigma de la lucha de clases, hacia otro modelo basado en la autonomía y vinculación horizontal de las diversas expresiones de la política “identitaria”. No más revoluciones totalizadoras, sino una multitud de “emancipaciones” (indígenas, mujeres, personas LGBT, etcétera) coordinadas entre sí (FERNÁNDEZ, 2013, s/p).

Fernández tem o mérito de descrever algo que ele viveu e a passagem de determinadas ideias para outras ideias é característica desse momento. Os simpatizantes do EZLN, segundo Fernández, se confundiram quanto à dinâmica dos conflitos sociais, ao considerar a sociedade civil como um ator e não o espaço de luta das classes sociais, e rejeitaram toda forma de

representação, a partir da ideia do mandar-obedecendo, criando, entre os simpatizantes do EZLN, organizações extravagantes e sem estrutura funcional. Não concordamos desta crítica, por isso reconstituímos a história do JRA e constatamos a intensa atividade de mobilização. Mas o que é importante reter é a combinação de diferentes ideias que o JRA realiza, bem como várias outras organizações que surgem no alvorecer do século XXI.

Já em uma postagem anônima, intitulada “Morto ao chegar: o que era e o que se tornou o MPL-SP” o autor diz, em análise durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil, não haveria o que se preocupar com as manifestações organizadas pelo passe livre, na medida em que da forma como se deu a massificação das manifestações estava claro que o MPL-SP tinha sido derrotado. Para o autor, que diz ter participado do MPL-SP nas suas origens, se a organização tivesse conseguido manter sua coerência, estaria desenvolvendo manifestações com greve geral, apropriação da propriedade privada, lutando pelo fim do Estado que eram os ideais na origem do MPL-SP e, que ao contrário, o que se via nas manifestações de junho era uma ampla diversidade de reivindicações reformistas, por serviços públicos, contra a corrupção e que em nada tinha relação com o “projeto autonomista” do MPL-SP. Para o autor, o momento de maior expressão do MPL-SP foi, na verdade, sua derrota, a derrota das ideias que geraram a organização.

Em que pese a perspectiva conservadora do autor anônimo, este observa um aspecto muito negligenciado nas análises do MPL-SP, a saber, qual a relação entre as ideias da organização e sua mobilização efetiva? Procuramos demonstrar que existe um ideário conveniente que adapta as ideias ao objetivo da gratuidade dos transportes, que se sobrepôs ao objetivo da transformação social.

As duas análises conservadoras, embora com perspectiva diferente e sem a sistematicidade deste trabalho, chegaram a afirmações próximas à que chegamos, qual seja, as duas organizações iniciam um projeto de mobilização, colocam problemas, mas não se põem a altura dos problemas, daí que acabaram por se isolar no objetivo específico que estabeleceram. O ideário conveniente oculta as verdadeiras origens das duas organizações, só assim o JRA pode sair de uma organização de jovens para uma organização de “comuns”, o Comunal, caindo ainda mais na sua ilusão de jovens autônomos, agora como “velhos” comunalistas como dizem, e envelhece a idade envelhecendo as ideias; e quanto ao MPL-SP, este eterno rebelde da catraca, tem de compreender essa sua história e alterar o caminho futuro, caso contrário, irá continuar vivenciando o “fim do MPL-SP” a cada ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento estudantil é um dos movimentos sociais mais ricos e complexos que existe, o que se torna ainda mais notável se nos atemos à questão que seus membros só dele participam provisoriamente, o que não impede de o grupo estudantil criar um fenômeno social ao redor de sua existência. Sob diversas faces, ideias, objetivos, o movimento estudantil aparece ao longo da história do último século, aqui, procuramos apresentar uma dessas feições do movimento estudantil, a que se concretiza na tendência populista radical tal como se dá no MPL-SP e no JRA.

Para muitos, a tese de que as duas organizações pertencem ao movimento estudantil pode parecer insustentável, considerando-se as auto representações dos membros das organizações, bem como a forma de mobilização. A questão é que não se julga uma época histórica ou os homens pela imagem que fazem de si (MARX & ENGELS, 2007), mas sim pelas suas condições sociais reais, pelas relações sociais que estão envolvidos os seres humanos, nessa dimensão, encontramos a chave de análise para qualquer fenômeno social. Nesta pesquisa, seguimos a linha de raciocínio que analisou as fontes de informação, a composição social, as ideias, as práticas das duas organizações, e ainda relacionou esta existência concreta com o conjunto das transformações sociais mais amplas que aconteceram nas últimas décadas, tanto no capitalismo em geral, quanto nas sociedades brasileira e mexicana em particular.

No estudo de caso do MPL-SP, a reconstituição das origens da organização apontou para a participação ativa de militantes influenciados pelo movimento antiglobalização na articulação da criação das primeiras organizações que deram origem ao MPL-SP; a decisão era mobilizar estudantes pelo passe livre e assim estimular as mobilizações gerais para a transformação da sociedade. Somente num segundo momento da história que o MPL-SP se tornou uma organização exclusiva para o passe livre, ainda que mantenha o discurso da transformação social. No desdobrar da luta pela gratuidade das passagens a base estudantil é mobilizada para fora das instituições escolares, traçando a trajetória externalista desta mobilização específica.

No estudo de caso do JRA as origens da organização estão na mobilização pela paz em Chiapas e nas mobilizações antiglobalização. O JRA realiza a abstração completa da instituição escolar e do estado e, assim, não tem o que reivindicar do estado, somente manter o compromisso em mobilizar jovens autônomos para participar das lutas populares. Nesse aspecto, o JRA se distancia por completo do universo estudantil; o que mantém a organização enquanto mobilizadora é exatamente o fato de que somente consegue atrair membros que são

jovens estudantes e que tão logo completam o ciclo de estudos saem da organização. Neste caso, foi necessário um levantamento mais criterioso e detalhado das condições que fazem do JRA uma tendência política atuante no movimento estudantil. Apesar das limitações, acreditamos ser satisfatória a análise que fizemos, reconduzindo a história e a dinâmica da organização ao processo histórico que as efetiva, uma tendência dentro do movimento estudantil.

A comparação revelou que a dinâmica das duas organizações possui uma semelhança fundamental, ambas são uma tendência populista radical em atuação no movimento estudantil; ambas as organizações têm semelhanças no conjunto das ideias que mobilizam, bem como realizam formas similares de mobilização, ainda que existam pequenas especificidades, sobretudo considerando que o JRA não tem uma reivindicação material.

A nossa forma de pensar e analisar as duas organizações foi através da história, das relações sociais e da comparação do MPL-SP com o JRA. Definimos os conceitos da análise e apresentamos uma reflexão sobre as transformações recentes na sociedade capitalista, em geral, e no Brasil e México, em particular, como sociedades de capitalismo subordinado. Nossa forma de pensar partiu do fenômeno concreto, selecionou fontes, analisou o material informativo e expusemos nossa interpretação da existência de uma tendência populista radical no movimento estudantil em dois países da América Latina, Brasil e México, apresentando, as duas organizações analisadas, semelhanças e diferenças que existem sob uma igualdade essencial, o MPL-SP e o JRA formam parte da tendência populista radical existente no movimento estudantil nas primeiras décadas do século XXI.

A existência do MPL-SP e do JRA é produzida pelas condições de vida no capitalismo contemporâneo, na fase de acumulação integral sob as condições do capitalismo subordinado, surgem novas organizações estudantis, no Brasil e no México, e em outros países latino-americanos, que superam os limites da condição estudantil, mobilizando-se por objetivos que combinam interesses estudantis, juvenis e populares. A justificativa de tal combinação ocorre através do resgate de concepções políticas anarquistas, autonomistas, libertárias, conselhistas, situacionistas e incorpora no discurso o objetivo de transformação social. Buscamos ter demonstrado que este modo de agir conforma a tendência populista radical no movimento estudantil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Movimento Estudantil e Classe Média no Brasil.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (ORG). Classes Médias e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. In Lua Nova: São Paulo, n° 76, 2009.

ANDRADE DA SILVA, Gabrielle. Trajetória do Movimento Negro Unificado em Goiás: os dilemas e as ações mobilizadoras contra o racismo. Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Pós-graduação em Sociologia, 2018.

ANTUNES, Ricardo. As Novas Formas de Acumulação de Capital e as Formas Contemporâneas de Estranhamento (alienação). In Cadernos CRH. Salvador, n° 37. Jul./dez, 2002.

_____. Século XXI: a nova era da precarização estrutural do trabalho?. ROSSO, Sadi Dal; FORTES, José (orgs). Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI. Brasília: Época, 2008.

ARIÉS, Philippe. História Social da Infância e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARZETA, Mireille. La Estrategia Comunicacional del EZLN y su Influencia en los Movimientos Antisistémicos, caso específico: Jóvenes en Resistencia Alternativa. Monografía. Ciencias de la Comunicación. UNAM, 2008.

BARBOSA, Andreza. A (Des)articulação do Movimento Estudantil: (Décadas de 80 e 90). In Revista EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - vol. 10, n° 18, jan.-jun.-2002.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENSAID, Daniel; WEBER, Henri. Mayo 68: un ensayo general. México: Ancho Mundo, 1969.

BERGER, Patrick. Movimentos Sociais, Futuro e Utopia. In Marxismo e Autogestão Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015.

BERGER, Peter. & BERGER, Brigitte. Socialização: Como Ser Membro da Sociedade. In FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. S (orgs). Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 1978. P. 205.

BOBBIO, Norberto. Política. Verbete. In Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

BOBBIO, Norberto. Estado Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BORON, Atílio. Império e Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BRAGA, Lisandro. Lumpemproletarização Juvenil e Contestação Social na Grande Buenos Aires. In Revista Em Debate, Florianópolis, jul-dez, 2012.

BRANDÃO, Helena. Introdução à Análise de Discurso. Campinas: EDUCAMP, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Plano Diretor da Reforma do Estado. 1995.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. In EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. O tempo e o espaço no mundo estudantil.

BRITO, Sulamita (org). Sociologia da Juventude IV. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BRITO, Priscila. MPL: por uma vida sem catracas. In Revista Três Pontos. Vol. 6, nº 1, 2009.

CASTORIADIS, Cormelius. Sobre o Conteúdo do Socialismo; Os Movimentos dos Anos 60. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

CARAS-PINTADAS. Verbete. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas> Acessado em 02/01/2019.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. Campinas: Papirus, 1988.

CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL. Verbete. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/casa-do-estudante-do-brasil> Acessado em 02/01/2019.

COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA. As Lutas Sociais no Brasil e a Construção do Poder Popular. Disponível em <https://nucleonegro.noblogs.org/post/2014/01/22/as-lutas-sociais-no-brasil-e-a-construcao-do-poder-popular/> Acessado em 19/05/2017.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. Reflexões sobre o movimento estudantil e o Maio de 68. VIANA, Nildo (org.) O Movimento Estudantil em Foco: Goiânia: Edições Redelp, 2016.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. Os limites do sindicalismo estudantil francês e a auto-organização estudantil durante o Maio de 68. In Payà Rico Et al (orgs) Globalizing the student rebellion in the long '68. Salamanca: FahrenHouse, 2018.

CUBIDEZ, Juliana. Movimientos juveniles contemporáneos en América Latina: juventud y política en la encrucijada neoliberal. Buenos Aires: Clacso, 2014.

CUEVA, Agustín. El Desarrollo del Capitalismo en América Latina. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

DAHRENDORF, Ralf. O Liberalismo e a Europa. Brasília: Editora da UNB, 1981.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

EINSENSTADT, S. N. De Geração em Geração. São Paulo, Perspectiva, 1976.

EVANS, Peter. Empresas multinacionais e relação Brasil-Eua. In Revista de Administração Empresarial, nº 19, vol. 3, 1979.

FALLETO, Enzo. La juventude como movimento social en la América Latina. Antologia. Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo. Chile: Catalonia, 2007.

FAU, René. Características gerais do grupo durante a adolescência. BRITO, Sulamita. Sociologia da Juventude III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FORACCHI, Marialice. O estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

FOUCAULT, Michel. A História dos Sistemas de Pensamento. Almada, Portugal: Centelha Viva, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Marcus. Os Movimentos Juvenis e os limites do presentismo. In Ano 4, Vol. 4, num. 15, jul./set. 2017.

GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GRISSET, Antoine; KRAVETZ, Marx. Sindicalismo e movimento revolucionário nos movimentos estudantis. BRITO, Sulamita. Sociologia da Juventude IV. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

GROPPO, Luis A. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In Dilemas e contestações da juventude no Brasil e no Mundo. SOUZA, Janice T.; GROPPPO, Luis A. Florianópolis: Em Debate, 2011.

GROPPO, Luis. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967. VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa do HISTEDBR. Campinas, 2006.

HABERMAS, Jurgen; et al. O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. BRITO, Sulamita (org). Sociologia da juventude II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo Edições Loyola, 2008.

_____. La Condición Pós-Moderna: investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires, Ar: Amorrortu Ediroes, 1988.

_____. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, Otávio. O Jovem Radical. BRITO, Sulamita. Sociologia da Juventude I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

JAMESON, Frederic. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. In *Novos Estudos*, nº 12, junho, 1985.

JENSEN, Karl. Teses Sobre os Movimentos Sociais. In *Revista Ruptura*, 1996.

JENSEN, Karl. Teses Sobre os Movimentos Sociais. In *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 01, nº 01, jan/jun 2014.

LAPASSADE, Georges. Os Rebeldes sem Causa. Sociologia da Juventude III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

LANE, DAVID. Las raíces del comunismo ruso: un estudio social e histórico de la socialdemocracia rusa 1898-1907. México: Siglo XXI Editores, 1977.

LIBERATO, Leo V. Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista. Tese. Pós-Graduação em Ciência Política, UFSC. 2006.

LIPSET, Seymour. Alternativas para as atividades juvenis. Sociologia da Juventude IV. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATZA, David. As Tradições Ocultas da Juventude. BRITO, Sulamita. Sociologia da Juventude III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARINI, Ruy Mauro. Os Movimentos Estudantis na América Latina. In *Les temps modernes*, nº 219, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. STEDILE, João P.; TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. O Capital. Vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. O Capital. Vol I, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. O Capital. Vol 3. São Paulo: DIFEL, 1983.

MARX, Karl. Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATEUCCI, Nicolai. Liberalismo. Verbete. In Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial. In Revista Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 02, jan./jun. 2017.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Identidade, Cultura e Política: os movimentos estudantis na contemporaneidade. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social). PUC-SP.

MILIBAND, Ralph. Marxismo e Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos. In Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 5/6, 1997.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. In Revista de Informação Legislativa. Ano 51, nº 204 out./dez. 2014.

MUCHOW, Hans Heinrich. Os fãs de “jazz” como movimento juvenil de hoje. BRITO, Sulamita. Sociologia da Juventude III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

NASHIKI, Antonio. El movimiento estudiantil mexicano. Notas históricas de las organizaciones políticas, 1910-1971. In Revista Mexicana de Investigación Educativa, vol. 8, num. 17, enero-abril 2003.

NAVARRO, Mina. Hacer Comun Contra La Fragmentacion En La Ciudad Experiencias De Autonomia Urbana. Puebla: BUAP, 2016.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NOVION, Jacques; COSTILLA, Lucio; AYALA, Mario. Pensamento, Teoria e Estudos Latinoamericanos. In Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Vol 08, nº 2, 2014.

ORTELLADO, Pablo. JUNDENSNAIDER, Elena; PIAZZON. Vinte Centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

OTERO, Analía. Jóvenes desocupados/piqueteros: nuevas experiencias de participación en la argentina del siglo XXI. In Revista Hologramatica. Año VII, n 12, V1, 2010.

OTERO, Analía. Jóvenes urbanos de sectores populares y movimientos sociales. Repensando la participación juvenil bajo una vía diferente. In Revista Margen Nº 73, junio 2014.

PARSONS, Talcott. Parsons. In DIAS, Edmundo; Anna Maria, CASTRO (orgs) Introdução ao Pensamento Sociológico: Durkheim, Weber, Marx, Parsons. Rio de Janeiro: Eldorado, 1980. p. 220.

PARSONS, Talcott. A Classe como Sistema Social. BRITO, Sulamita (org). Sociologia da Juventude III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PEREIRA, Luis C. Bresser. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

POERNER, Arthur. O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PONIATOWSKA, Elena. La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral. México, Ed. Era, 1987.

ROMERO, Juan; MOREIRA, Natalia. La Juventud en la Sociología Uruguaya: estado del arte. ALVARADO, Sara & VOMMARO, Pablo (orgs). Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

ROMERO, Raúl. Y sin embargo se mueve. Apuntes sobre el movimiento estudiantil mexicano entre 2010 y 2014. In Revista El Cotidiano. UAM. Enero/febrero 2018.

ROSSO, Sadi Dal. Intensidade do trabalho: teoria e método. ROSSO, Sadi Dal; FORTES, José (orgs). Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI. Brasília: Época, 2008.

SANCHEZ, José. El Movimiento Estudiantil y la Teoría de los Movimientos Sociales. In Revista Convergencia, nº 21, jan/abr., 2000.

SARAIVA, Adriana. Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos. Tese. Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Unb. 2010.

SCARCELLI, Oliver. As origens do Movimento Passe Livre: do trabalho em escolas à autogestão no transporte. Apresentação. Jornadas de Estudos América Latina y Caribe. 2014.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius C. São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981.

SILVA, Marcelo. #vempruarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In CATANNI, Antono. # Protestos: análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SOARES, Laura Tavares R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1995.

SOUSA, Janice Tirelli. Ponte de. Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacher Ed. 1999.

_____. A Experiência Contemporânea da Política entre Jovens do Sul do Brasil. Clacso: 2014.

SPINA, Paulo. O Movimento Passe Livre de São Paulo: da sua formação aos protestos de junho de 2013. Dissertação. Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, 2016.

TELES, Gabriel. Movimento Estudantil e Luta de Classes. In Anais IX Colóquio Marx-Engels, UNICAMP, 2018.

TILLY, Charles; WOOD, Leslie. Los Movimientos Sociales: 1768-2008, desde sus orígenes al facebook. Barcelo: Crítica, 2010.

TOLEDO, Enrique; MENDOZA, León; GARCIA, Luis. El Otro Movimiento Estudiantil. México, UAM: Plaza y Valdés, 2014.

TORRES, Rodrigo. Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundários como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006). (Axe XI, Symposium 40). Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, Francia

TOURAINÉ, Alain. Movimentos Sociais e Ideologias nas Sociedades Dependentes. ALBUQUERQUER, J. A. Guilhon (org). Classes Médias e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

_____. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. In Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, jan./abr. 2006.

VARES, Luiz Pilla. O Anarquismo: promessas de liberdade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

VIANA, Nildo. Violência e Escola. VIANA, Nildo; VIEIRA, Renato (orgs). Educação, Cultura e Sociedade: abordagens críticas da escola. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

_____. A Constituição das Políticas Públicas. Revista Plurais. UEG. Vol. 1, num. 4, Jan./Dez. 2006.

_____. Linguagem, Discurso e Poder: ensaios sobre linguagem e sociedade. Pará de Minas, MG: VirtualBooks, 2009.

_____. O capitalismo na Era da Acumulação Integral. Aparecida, SP: Santuário, 2009.

_____. Imaginário e Ideologia. As Ilusões nas Representações Cotidianas e Pensamento Complexo. Revista Espaço Livre, Vol. 08, num. 15, jan./jun. de 2013.

_____. Juventude e Sociedade: ensaios sobre a condição juvenil. São Paulo: Giostri, 2015a.

_____. O Modo Capitalista de Educação. SILVA, Luzia; et. al. (orgs). A Educação na Perspectiva do Marxismo e da Escola de Frankfurt: teoria crítica e humanismo. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015b.

_____. Burocracia: forma organizacional e classe social. Marxismo e Autogestão. Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015c.

_____. A Pesquisa em Representações Cotidianas. Lisboa: Chiado, 2015d.

_____. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Editora Prismas, 2016a.

_____. Os Movimentos Sociais Populares. VIANA, Nildo (org.). Movimentos Sociais: Questões Teóricas e Conceituais. Goiânia: Edições Redelp, 2016b.

_____. Movimentos Sociais e Movimentos de Classe: semelhanças e diferenças. In Revista Espaço Livre, Vol. 11, Nº 22, jul/dez 2016c.

_____. Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo. VIANA, Nildo (org.) O Movimento Estudantil em Foco: Goiânia: Edições Redelp, 2016d.

_____. Movimentos Sociais: unidade e diversidade. In Revista Café com Sociologia, Vol. 5, Nº 3, agos/dez 2016e.

_____. A Mercantilização das Relações Sociais. Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas./Nildo Viana. Florianópolis, Bookess, 2016f.

_____. Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras. In Revista Espaço Livre, Vol. 12, Nº 23, jan/jun 2017a.

_____. Marx e os Movimentos Sociais. Pará de Minas: VirtualBooks, 2017b.

_____. Abordagens Sociológicas dos Movimentos Sociais. In Revista Movimentos Sociais, Vol. 2, Nº 3, 2017c.

VITULLO, Gabriel. Da “sobrecarga de demandas” às “democracias iliberais”: a 40 anos do Relatório da Comissão Trilateral. In: 39º Encontro Anual da Anpocs. 2015. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt10/9527-da-sobrecarga-de-demandas-as-democracias-iliberais-a-40-anos-do-relatorio-da-comissao-trilateral/file>.

WALLERSTEIN, Immanuel. As agonias do liberalismo. Lua Nova [online]. Nº 34, 1994.

WEBER, Max. O Político e o Cientista. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

ZÚQUETE, José. O Anarquismo está de volta?. In Revista Análise Social, nº 221, vol. 4, 2016.

ANEXO – MATERIAL INFORMATIVO

Material Informativo sobre O JRA

Revisão bibliográfica

Uma das primeiras dificuldades de se estudar um fenômeno social concreto é a possibilidade da escassa quantidade de análises prévias sobre o “objeto” específico que se quer estudar. Embora o JRA fosse uma organização com relativo conhecimento nas lutas políticas, grande parte devido à sua regularidade no tempo, efetivamente são poucos os trabalhos acadêmicos que tomaram a organização como objeto de análise. Evidentemente, esta escassez de trabalhos sobre o JRA não impediu nosso trabalho, mas o encaminha para partir das poucas análises existentes e desenvolver nosso próprio universo informativo e estrutural desta pesquisa.

No ano de 2008 Mireille Arzeta defendeu o trabalho “*La estrategia comunicacional del EZLN y su influencia en los movimientos antisistemicos, lo caso Jovenes en Resistencia Alternativa*”, monografia defendida no curso de Ciências da Comunicação. O mérito desta monografia está em relatar as atividades dos primeiros anos de existência do JRA, mais exatamente entre os anos de 2003 e 2006, enfatizando nas atividades de comunicação e na realização do “*Primer Campamento Nacional Jovenes por la Autonomia*” no ano de 2005.

Em 2017, Katia Valenzuela, socióloga Chilena, finalizou sua tese de doutoramento com o título “*Towards new emancipatory horizons: autonomous politics in urban groups of Mexico and Chile*”. Em sua tese, Valenzuela desenvolveu um estudo de caso sobre o JRA, e segundo o resumo disponível, sua pesquisa contou com um trabalho etnográfico de 1 ano. O infortúnio é que por motivos contratuais, com a Universidade, Valenzuela não pode disponibilizar sua tese até o final do ano de 2019. Em compensação, circula na página do ALAS de 2015 uma comunicação da autora onde expõe os avanços do seu estudo, e com base em sua comunicação sabemos que Valenzuela refletiu sobre três aspectos do JRA: a crítica da política representativa, a reavaliação do projeto revolucionário da esquerda tradicional e a prática da política prefigurativa (VALENZUELA, 2015).

Terceiro material importante para a revisão bibliográfica sobre o JRA é o capítulo *Jóvenes en Resistencia Alternativa: comunidad política en movimiento*, presente no livro *Hacer comum contra la fragmentación en la ciudad: experiencias de autonomia urbana*, de Mina

Navarro. Apesar de a publicação do livro constar de 2016, é somente na virada de 2017 para 2018 que o livro passa a ser mais amplamente divulgado, tendo este pesquisador participado de uma das apresentações de lançamento do livro, em fevereiro de 2018. O JRA é objeto de um dos capítulos do livro. Mina Navarro realizou uma entrevista coletiva com a organização, e entre partes da transcrição da entrevista a autora faz breves reflexões. O mérito do texto é ser fonte de informações sobre a história e as ideias que a organização defende.

Cabe destacar que os três trabalhos disponíveis foram produzidos por pessoas próximas à organização, sendo que Mina Navarro foi uma das militantes mais ativa e conhecida da organização, Mireille Arzeta participou diretamente das primeiras atividades do JRA, e Valenzuela “imersu” por um ano nas atividades da organização.

Os três trabalhos se caracterizam pela intenção manifesta de deixarem “falar a organização”, o que nos remete para a aproximação com a técnica de pesquisa da “Observação Participante”. Nos três trabalhos a abordagem é realizada por meio da descrição e na reafirmação do que foi dito pelos membros da organização. Se de um lado é ausente a perspectiva crítica, por outro lado, são fontes de informações que revelam aspectos da aparência do fenômeno social que estudamos.

Já o artigo “*De la generación zapatista al #YoSoy132: Identidades y culturas políticas juveniles en México*”, do professor Massimo Madonesi, como o título indica, argumenta que o EZLN deixou de ser um referente cultural dentro da cultura política das organizações e movimento estudantil, marcando, atualmente, o momento histórico de mudança social, com o desaparecimento do que ele chama de “zapatismo estudantil/universitário”, o que se tornou mais visível com a emergência do movimento #YoSoy132, em 2012.

Este é o conjunto de trabalhos que enfatizam ou têm o JRA como parte de uma análise mais ampla. É partindo destes textos que reconstruímos aspectos da história do JRA, bem como elementos analíticos sobre a organização. Para compreender a história do JRA outros materiais serão complementares, são estes alguns textos produzidos pela organização. A partir deste momento, apresentamos as unidades de informação que produzimos na investigação sobre o JRA, e posteriormente estas serão agrupadas em unidades temáticas de informação. Começaremos pela História do JRA.

História do JRA

A partir das leituras prévias, sabemos que o JRA se forma ao longo de 2002. Em janeiro deste ano a organização torna pública sua “*Declaração de Princípios e Documento Base*”. Este documento e, por consequência, a criação do JRA, é resultado direto da mobilização que se

gerou em torno da caravana do EZLN à *Ciudad do México* em 2001. Milhares de estudantes e organizações se mobilizaram para apoiar a caravana e se opor à repressão Estatal contra a organização de Chiapas. Contra a repressão e em apoio ao EZLN surgiram várias organizações formadas por estudantes, dentre elas destacaram-se *Uameros por la paz*, criada por estudantes da UAM-Azcapotzalco, o grupo *El Otro Colectivo*, de estudantes da UAM-Xochimilco, o grupo *Jovenes construyendo la paz*, da *Universidad Iberoamericana*, e o *Colectivo Paz, Baile y Resistencia*, formado por estudantes de várias universidades. Além das atividades de cada grupo, como debates, arrecadação de alimentos e solidariedade em geral, estas organizações lançaram juntas a campanha *Colectivo echa una mano por la paz*, como forma de pressionar para deter a repressão em Chiapas.

Também organizações convencionais do movimento estudantil participaram da mobilização de solidariedade do EZLN e para deter a campanha repressiva em Chiapas, tal como foi o caso com a participação do *Comitê Estudiantil Metropolitano (CEM)*, *Consejo Estudiantil Universitario (CEU)*, *Consejo General de Huelga (CGH)*.

O informe sobre o “*Festival echa una mano por la paz*”, divulgado no site do JRA é uma importante unidade de informação da história do JRA, pois traz um relato produzido pela organização sobre o que foi a Campanha, de mesmo nome, e como esta antecedeu, em dois anos, a criação formal do JRA. O Festival encerra a Campanha em novembro de 2000, e no ano seguinte, outro evento ocorre, a *Marcha de la Color de la Tierra*, levando as principais lideranças do EZLN à capital Mexicana, e reforçando as campanhas de solidariedade e contra a repressão.

Na falta de uma bibliografia que sintetize a história do JRA, a forma que encontramos para estruturar um pensamento que conheça e reflita sobre a história da organização foi através do levantamento das principais atividades executadas pela organização ao longo dos anos. Esta forma de organizar nosso material informativo tem o mérito de basear-se sobre o que efetivamente a organização se propôs a fazer, assim, considerando as ações humanas em sociedade, e as ideias que lhe fundamentam, refletimos sobre como uma determinada organização foi constituída histórica e socialmente.

A “*Declaración de Principios e Documento Base*” da organização é a segunda unidade de informação de que dispomos, esta revela o “espírito” com o qual a organização foi criada. A “Apresentação” da organização no site também é importante pois neste reconstituir da história conhecer o “indivíduo”, o sujeito da história, é de fundamental importância.

Em seguida os documentos que dispomos e apresentam o suceder cronológico das atividades do JRA são:

- Participação no Fórum Social Mundial dos anos de 2003 e 2005: as fontes de informação *Participación en el FSM en Brasil 2003* e *Cronica del quinto foro social mundial y participación de JRA 2005* guardam as impressões e reflexões da organização a respeito da participação em duas edições do FSM acontecidas em Porto Alegre.
- Mobilização contra guerra no Irak: ainda em 2003 o JRA participa das mobilizações contra a guerra no Iraque, conduzida pelos EUA. Mobilizações em dezenas de países aconteceram, e no México o JRA compôs a frente de organizações que prepararam a manifestação no dia 15 de fevereiro, que ficou conhecida como *15F Día de acción global contra la guerra 2003*. No texto homônimo lançado em conjunto por todas as organizações que participaram da manifestação percebemos um aspecto da existência do JRA, a participação em campanhas internacionais, bem como a atuação com diversas organizações que participaram da manifestação.
- Manifestação contra a Reunião do Fórum Econômico Mundial em Cancun 2003: por meio da convocação *Llamado global y nacional a protestar en cancún 2003* ficou registrada a participação do JRA nas manifestações contra a reunião da organização dos países mais ricos do mundo. Esta atividade é acompanhada de uma reflexão que Enrique Pineda fez e está postada em nome do grupo, no site do JRA. A reflexão *El camino que lleva a Cancun*, é uma unidade de informação que exploraremos melhor na temática das análises da organização.
- Seminários: Desde 2003 o JRA realizou o ciclo de seminários que a organização denominou Campanha informativa *El mundo que tenemos, el mundo que queremos*, que se prolongou nos anos de 2004 e 2005. O principal objetivo do seminário era divulgar informações sobre a luta do EZLN e outras lutas populares no México; Outra importante atividade de seminário realizada pelo JRA foram as *Jornadas por la libertad y autonomia* que compõe uma unidade de informação em vídeo e que consta em nosso material.
- Festivais de música: dentre as diversas festas e festivais de música que o JRA realizou iremos apresentar os mais significativos, que são *Festival Caracol de Paz, Baile y Resistencia (Ciudad Deportiva, 2003)*, *Festival Revolución Deportivo Villacoapa, 2005*, *Festival por las autonomias, Grand Fórum 2007*, *Festival de las Resistencias, Deportivo del sme, 2011*. Também forma esta unidade temática de informação o vídeo sobre a história dos festivais organizados pelo JRA, vídeo feito pela própria organização. A organização dos festivais também gerou duas reflexões da organização sobre a relação entre música, sociedade e resistência, por questões de organização do material informativo estes artigos (*Musica y Resistencia*, e *Musica, cultura e resistencia*) compõe a unidade temática sobre as análises da organização.

- Acampamentos: a organização de acampamentos para debater política é outra atividade constante na história do JRA e que merece ser destacada. Foram quatro acampamentos organizados pelo JRA, nos anos de 2005, 2007, 2012 e 2014. De cada um dos acampamentos destacamos algumas unidades de informação, são elas: *Convocatoria Primer Campamento Nacional de Jovens por la Autonomia*; *Cronica Primer Campamento Nacional Jovenes por la Autonomia 2005*; Em 2007 acontece o 2º encontro, que resgatamos a unidade de informação *Cronica del Segundo Campamento Nacional Jovenes por la Autonomia 2007*; Já no ano de 2012 o JRA e outras organizações realizam um acampamento com organizações “autônomas e anticapitalistas” que aconteceu no município de Chéram, como parte das atividades da *Red de Resistencias Autonomas e Anticapitalistas*, deste acampamento temos as seguintes unidades de informação *Convocatoria do Encuentro Nacional de Resistencias Autonomas Anticapitalistas* e *Cronica de la inauguracion del Encuentro en Cheran*; O último acampamento organizado pelo JRA foi o do 3º *Encuentro de Jovenes em Resistencia Alternativa* em 2014, que aconteceu na cidade de Xochicuautila. Deste acampamento temos as unidades de informação: *Convocatoria e Declaratória Capamento jovenes en resistênciã alternativa 2014*, vídeo sobre a comunidade de Xochicuautila, vídeo sobre a organização do acampamento e um vídeo sobre o desenvolvimento da oficina sobre funcionamento do capitalismo e educação popular.

- Adesão à Sexta Declaração da Selva Lacandona e a *La Otra Campaña*: Em 2006 a organização do JRA decidiu formar parte nas atividades propostas pelo EZLN no contexto da Sexta Declaração da Selva Lacandona, que foi uma estratégia política adotada pelo EZLN e que atraiu centenas de organizações. Primeiramente o JRA divulgou uma fala em evento sobre as possibilidades da Outra Camoanha, no texto *El reto Zapatista*, em seguida, o JRA apresentou um documento onde confirma sua participação nas atividades, este documento chamado *El sonido de la rebelión* forma parte da história das atividades do JRA. Além destes comunicados, sobre a participação do JRA em *La Otra Campaña* selecionamos as seguintes unidades de informação: *Convocatória Primera Asamblea de Adherentes en la Ciudad de México a la Sexta Declaración de la Selva Lacandona y a La Otra Campaña*, Setembro 2006, *Sobre la estructura de La Otra Campaña en el DF*, Setembro 2006 e *Consulta interna de la Otra Campaña*, Dezembro de 2006.

- Atuação com outros movimentos sociais: o JRA participou de diversas ações com outras organizações, destacaremos sua atuação junto a um movimento popular da Cidade do México, que está registrado no comunicado *Autonomia urbana: los panchos*, bem como a criação da *Red de Resistencias Autonomas Anticapitalistas*, ação que é citada no livro de Mina Navarro (2016, p. 107).

- Entrevistas rádio e TV

A segunda unidade temática de informação produzida por esta investigação denomina-se “análises” ou debates internos e diz respeito ao material produzido pela organização refletindo sobre determinada situação ou apresentando um posicionamento a respeito de algo. Na produção, seleção e ordenamento desta unidade, buscamos enfatizar as reflexões que acompanhavam alguma atividade desenvolvida pelo JRA, acreditamos que este procedimento seria mais produtivo. Na existência de uma análise específica buscamos destacar as que possuísem maior relevância considerado o universo do material informativo que produzimos.

Ao passo que várias unidades de informação da temática anterior revelem aspectos das ideias produzidas pelo JRA, é nos textos “analíticos”, geralmente produzidos diante uma conjuntura ou acompanhados de uma atividade, que se enfatizam as ideias que a organização quer apresentar, que busca torná-la pública.

Resultado desta relação flexível, para caracterizar nossas unidades de informação, é que a primeira unidade de informação desta temática é o texto *El camión que lleva a Cancun*, de fevereiro de 2003, e já presente na temática da história do JRA. Apontando os obstáculos para a atuação organizada, o texto do JRA acredita que depois das manifestações contra o Fórum Econômico Mundial o “movimento no México” irá entrar de cheio no “movimento de movimentos”, numa clara referência às mobilizações internacionais contra a globalização. A classificação nas unidades temáticas é somente um recurso mental do investigador, o que na realidade significa que como toda ação é acompanhada de um pensamento, e todo pensamento é acompanhado de uma ou várias ações, não necessariamente nesta ordem mas conforme a realidade concreta (caso da Aranha, mas casos políticos geralmente sucede o contrário, agi depois pensa), daí que enquanto agem as organizações também pensam e o texto político surge como resultado dessa relação, aspecto da realidade que iremos abordar com maior detalhes devido ao material informativo da presente unidade temática de informação. O material que segue é o que analisaremos.

- *El camión que lleva a Cancun*, de fevereiro de 2003: Manifestação contra a Reunião do Fórum Econômico Mundial em Cancun 2003.

- *Elementos e ideias para a estratégia do movimento no México*, Abril de 2003: posicionamento crítico apontando sobre a crise da "esquerda" ou de todo o campo de organizações “progressistas”.

- *7 claves para entender la nueva fase zapatista*, Abril de 2006, *Sobre la estructura de La Otra Campaña en el DF*, Setembro 2006, *Consulta interna de la Otra Campaña*, Dezembro de 2006, e *Posición frente al reciente proceso en la Otra Campaña en el DF*, maio de 2007: reflexões

do JRA sobre as novas ações do EZLN a partir de 2006, e especialmente com análises e propostas sobre o funcionamento da organização da *La Otra Campaña*.

- *Sobre la situación nacional*, setembro de 2006, *Sobre la situación nacional* parte 1, de abril de 2011, e a parte 2, de outubro de 2011. O primeiro foi apresentado em 2006 durante assembleia da *La Otra Campaña* na Cidade do México, e apresenta uma reflexão sobre as mobilizações que questionavam a derrota do candidato López Obrador às eleições presidenciais. Já o segundo texto, dividido em duas partes, apresenta uma reflexão geral sobre a sociedade mexicana, acompanhada de uma análise das lutas sociais no país.

- *A 3 años de la Sexta declaración de la Selva Lacandona*: neste material produzido pelo JRA em julho de 2008, a organização faz uma reflexão sobre os resultados gerados pela *La Otra Campaña*. Por surgir em um contexto posterior, embora relacionado com “*La Otra Campaña*”, o material é analisado como registro de uma nova situação pela qual passou a organização, qual seja, o período posterior à realização da *La Otra Campaña* e da Sexta Declaração.

- *Arriba y abajo despues del 1 de julio de 2012*: reflexão sobre o processo eleitoral mexicano em 2012, com a troca de presidentes, assumindo Enrique Peña Nieto.

- *Sobre las movilizaciones brasileñas*: em 2013 o JRA, com seu editorial Bajo Tierra Ediciones, publicou o livro Brasil Potencia, de Raul Zibechi, sobre as manifestações de Junho de 2013 no Brasil. Na ocasião do lançamento, a organização publicou um artigo intitulado *Brasil potencia y la irupcion de la multitud* onde ressaltam alguns aspectos da onda de manifestações que sacudiu o Brasil no ano de 2013.

- *La vida en la urbe del caos y del mercado*: material da organização onde refletem sobre a vida na Cidade do México, capital do país dominada pela especulação do capital. Histórias de vida, movimentos populares e a disputa para aumentar a acumulação de riquezas são o pano de fundo desta análise da organização.

- *Música Y resistênci*a e *Musica, cultura e resistencia*: com estes dois artigos a organização faz um registro e análise da promoção dos festivais musicais que fez ao longo da sua história. Refletem sobre como a música expressa formas de resistência política e que a organização tenta pôr em prática a autonomia e a autogestão através dos festivais musicais. A prática da organização surge aqui através de uma explicação política, daí a importância do conteúdo desta unidade de informação.

- *Elecciones de 2015: entre el ridículo y el desastre*: texto da organização sobre as eleições federais de 2015 no México. Dando continuidade às suas ações e reflexões realizadas nas últimas eleições Mexicanas, o JRA registra seu posicionamento sobre o processo eleitoral e as alternativas que propõe.

Ideário

A terceira unidade temática de informações diz respeito àqueles materiais que possam ser classificados como um registro de um ideário. Por ideário consideramos o conjunto de ideias que a organização considera com sendo as ideais para os seus objetivos, princípios e interesses.

Novamente a “*Declaración de Principios e Documento Base*” é nosso ponto de partida, pois registra o que levou à criação da organização do JRA. Publicada em janeiro de 2002, a Declaração é fonte de informações que apresenta a motivação da existência do JRA, bem como da crítica que a organização faz sobre a sociedade mexicana.

Seguindo-se a este documento, outros materiais que registram as elaborações ideais da organização são eles:

- *5 sueños del zapatismo, 5 sueños para la resistencia*: neste texto, apresentado por Enrique Pineda no Fórum Social das Américas, no Equador em julho de 2004, a organização busca explicar cinco pontos em que a política do EZLN se diferencia do “pensamento político ortodoxo”. É uma unidade de informação em que se registra pontos essenciais da influência do EZLN sobre a organização do JRA.

- *Ante la destrucción ambiental, destruyamos el capitalismo*: em 2010 o JRA participou das mobilizações contra a Conferência sobre as Mudanças Climáticas, em Cancún. Por esta ocasião lançou o panfleto *Ante la destrucción ambiental, destruyamos el capitalismo* que faz a oposição entre natureza e capitalismo.

- *La relación de los movimientos sociales com el estado*: considerando-se como um movimento social, o JRA faz a reflexão sobre o que eles consideram como relação perigosa entre o Estado e os movimentos sociais, já que as estratégias governamentais visam a integração, cooptação e o controle. Este texto é resultado da participação da organização no Fórum *Jovenes y Movimientos Sociales*, em setembro de 2008.

- *Jovenes em Resistencia Alternativa: comunidade política en movimiento*: capítulo do livro *Hacer Comum: contra la fragmentación em la ciudad*, de Mina Navarro (2016) em que uma entrevista coletiva concedida pela organização apresenta diversos pontos da história do JRA e aspectos do ideário da organização.

-Entrevista Radio/Entrevista TV Rompeviento

Material informativo produzido durante atividade de campo (entrevistas e materiais impressos). Dos dias 04 de fevereiro a 22 de fevereiro de 2018.

Terça-feira, 06 de Fevereiro de 2018, foi a data de chegada na Cidade do México, viagem cujo objetivo foi o de produzir material informativo sobre o JRA, notadamente realizar entrevistas com membros e ex-membros da organização e obter materiais impressos. Tal como

a viagem para São Paulo, realizada seis meses antes, o objetivo desta etapa da pesquisa é o de produzir o maior número possível de unidades de informação a respeito do “objeto de estudo”. Estas unidades de informação produzidas pela pesquisa são de ordem diferente das informações já disponíveis para a pesquisa (a exemplo de livros, teses, artigos, materiais produzidos pelas organizações, etc.); O caráter empírico destas informações dizem respeito a que foram diretamente observadas, vivenciadas e produzidas dentro desta pesquisa, a nossa ação foi fundamental para obtê-las, pertencem à realidade sensível, ou como preferem outros, ao concreto dado, imediatamente vivido, é o ponto de partida real, e ainda não pensado.

Ao contrário do sistema alternativo/pirata de transporte, a locomoção por sistema aéreo é muito mais eficaz e ágil, porém, custosa e altamente regulada. Se para a viagem a São Paulo o meio irregular de transporte era uma alternativa viável, para a Ciudad do México, somente o mais eficaz dos sistemas de transporte da modernidade capitalista se tornava viável, tendo em vista a longa distância entre Brasil e México⁷⁰.

A depender do contexto da pesquisa (tempo, verba, objetivos, disposição) a produção direta de material informativo se mostra viável, ou não. Definimos como objetivo conhecer elementos em comuns entre as duas organizações, o que unifica as duas? Isto através das produções intelectuais, dos valores, da organização, das ações. Durante o período de 21 (vinte e um) dias tentamos obter o máximo de informações na Ciudad do México, a respeito do JRA.

Apareci em um momento de recomposição do grupo, expresso na mudança do nome para Comunal (Comunidad, Autonomia e Libertad). A nova organização é composta pelos mesmos membros, com exceção dos que saíram ao longo do processo de mudança. Tive contato com três ex-membros da organização, e com uma ex-participante foi possível realizar uma das entrevistas. A transformação da organização se concretizou entre os anos de 2016 e 2017, no transcorrer desta pesquisa e, por isso, decidimos abstrair tal transformação, optando pela manutenção da ênfase da produção de material informativo sobre as condições de existência do JRA.

Sete pessoas foram entrevistadas neste período. Também consegui alguns materiais impressos pelo JRA. As entrevistas eram o objetivo principal da produção de material informativo na Ciudad do México, e considerando as condições (outro país, com normas, costumes, rotina, diferentes) é um número relativamente alto, a ver pela informação de que o JRA possuía, em determinada época (PINEDA, áudio), aproximadamente 24 membros, sete representa $\frac{1}{4}$ do grupo em determinado momento. Também foi enviado 5 perguntas para o

⁷⁰ Segundo dados disponíveis na internet, plataforma Google, a distância entre Brasília e a capital do México são de 6.832 km;

pesquisador Raúl Zibechi, tendo em vista que é reconhecido que este pensador uruguaio mantém contatos com o JRA.

Problemas envolvendo a burocracia impediram que eu iniciasse o trabalho no tempo esperado. Minha primeira oportunidade de informação foi comparecer ao lançamento do livro de Mina Navarro, *Hacer Comum: contra la fragmentación en la ciudad*, esta uma ex-participante da organização. A atividade foi na sexta-feira, dia 09/03, na Colônia Roma, centro da Ciudad do México. O local para apresentação do livro foi em uma casa de shows, chamada *El Under*, lugar vinculado à rede de música alternativa.

Mina Navarro, ex-participante do JRA é atualmente professora da Benemérita Universidade Autónoma de Puebla (BUAP). O livro que estava em lançamento contém um capítulo sobre o JRA, no qual Mina apresenta uma extensa entrevista coletiva com alguns membros da organização. Através de Mina Navarro tivemos somente a oportunidade de comprar o livro, já que a autora não quis conversar sobre a organização. Disse que já tinha saído do grupo e me indicou Giselle e Enrique, membros do JRA que estavam presentes no lançamento do livro, Giselle na coordenação da mesa redonda, e Enrique na banca de livros. Apesar de estar lançando um livro sobre o JRA, Mina se recusou a falar da organização, justificando não mais participar da mesma. A impressão que se teve foi de um verdadeiro contrassenso, onde uma autora lança um livro, mas se recusa a falar de um dos temas do livro. O caso de Mina aparentou ao de outros ex-membros que também se recusavam a falar da antiga participação, mas com Mina o peculiar foi que apesar do livro sobre a organização, Mina não se encontrava disposta a falar para outra pesquisa acadêmica.

A primeira entrevista veio a ocorrer somente no dia 12/03, uma semana depois da chegada no México. O contato foi possível graças a Waldo Lao, estudante mexicano que faz Doutorado na USP, e que eu conheci em um minicurso ministrado por ele, e a partir daí Waldo Lao me apresentou importantes informações e contatos. No México conheci seu amigo Cesar, ex-participante do JRA. Através do Cesar conheci Alicia Hopkins, também ex-participante do JRA, nos conhecemos em uma conversa informal de amigos, e marcamos a entrevista para terça-feira (13/03), às 14:00.

Alicia Hopkins, 36 anos, professora universitária, é ex-participante do JRA, tendo saído da organização no processo da recente mudança. Nos encontramos após sua aula matutina, e logo depois Alicia iria retornar aos trabalhos docentes (corrigir provas, preparar aula, etc.). Nos encontramos na Estação Isabel, La Católica, e seguimos para um restaurante popular do Centro da Ciudad de Mexico, lugar onde ocorreu a entrevista.

Nas filmagens da mesa-redonda “Jornadas por la Libertad y Autonomia” Alicia aparece discursando sobre a importância de relacionar o pensamento, a reflexão e o conhecimento das lutas dos que estão lutando. Alicia também aparece em entrevista no ano de 2012 para a Rompimento TV. Ao longo de uma hora e dez minutos fizemos a entrevista. Alicia entrou no JRA entre 2011 e 2012, naquele momento estudante de Mestrado e professora. Tinha por volta de vinte e nove, trinta anos de idade. Atualmente termina o Doutorado, além do trabalho docente. Quando Alicia entrou no JRA a organização já tinha quase dez anos de existência, sua participação se deu nos últimos anos da organização, até a data de sua saída, em 2017.

Segundo Alicia, o JRA foi sua primeira experiência política de participação dentro de uma organização, apesar de participações anteriores em organizações anarquistas e de direitos sexuais. Com o JRA ela disse que aprendeu “tudo”. Assim, em torno dos trinta anos de idade Alicia se engajou no JRA e desenvolveu sua principal experiência política organizada. As atividades foram as mais diversas: na educação popular, no editorial *Bajo Tierra*, em eventos nas universidades, divulgando manifestações, encontros estudantis, etc. Apesar da recente saída da organização do JRA, não comentamos sobre os motivos de sua saída e/ou qual quer exame crítico que ela tivesse a fazer naquele momento. Decidi por abstrair essa situação. Queríamos nos concentrar na organização do JRA, o que possibilitou a entrevista de um pouco mais de uma hora de duração.

Dois dias depois tivemos nossa segunda entrevista, agora com Cesar Pineda e Enrique. Conversei com Enrique no dia do lançamento do livro de Mina, e no dia seguinte ele me confirmou a entrevista, para o dia 15/02, às 17 horas. A entrevista foi na casa de Cesar Pineda, na Delegação Obregón, Colônia Navarte, região central da Ciudad de México.

Cesar Pineda é um dos mais antigos membros do JRA, estando na organização desde sua fundação. Professor universitário, na Faculdade de Ciências Políticas da UNAM, Pineda iniciou sua militância no movimento estudantil em meados da década de 1990, nas mobilizações que surgiram em torno do conflito em Chiapas. Hoje tem 41 anos. Já Enrique é mais novo, com 34 anos de idade. Está terminando sua segunda graduação, fazendo Sociologia após terminar a faculdade de Economia.

A entrevista durou cerca de uma hora e vinte minutos, sendo feita com os dois participantes ao mesmo tempo. Ao final da entrevista Cesar Pineda doou alguns panfletos do JRA, sendo estes incorporados no material informativo da pesquisa. Após ter feito a entrevista com Alicia, nossa segunda entrevista foi com dois membros ativos da organização, permanecendo na transição para a Comunal. A mudança foi mencionada ao largo da pesquisa e buscamos novamente enfatizar no que efetivamente tinha sido feito pela JRA.

Cesar Pineda foi um dos nomes mais lembrados em conversas com pessoas que conheciam o JRA. Além de destacada figura da organização, presente nas principais ações do JRA ao longo de sua história, Cesar também é professor da UNAM, sendo assim conhecido entre os alunos. Entre o material informativo desta tese, além da entrevista que realizamos, iremos utilizar de uma entrevista publicada em programa de rádio, a filmagem de sua participação na mesa redonda “Jornadas por la Libertad y Autonomia”, bem como dois textos seus publicados no site do JRA.

A entrevista com Cesar Pineda se mostrou positiva na medida em que produziu informações junto a um dos mais antigos membros da organização, portanto, com muita “memória” acumulada ao longo dos anos. Por sua vez, a entrevista com Enrique se mostrou positiva pois produziu informações com um membro ativo da organização. Enrique foi o primeiro participante da organização que conhecemos no México, ele estava presente no lançamento do livro de Mina com uma banca de livros, bem como serviu de “ponte” para novas entrevistas. Voltamos a nos ver no dia da entrevista com Giselle, já que ambos moram juntos, numa mesma casa que também serve de sede para a editora *Bajo Tierra*, que atualmente conta com a dedicação de Giselle e Enrique.

A terceira participante do JRA que entrevistei foi Giselle, uma uruguaia residente no México desde fins da década de 2000. Dentre os membros do JRA, Giselle é a mais velha, com 53 anos de idade, uma diferença com a qual em vários momentos da entrevista ela brincou. Considerando-se uma emigrante, por motivo da crise econômica do Uruguai nos anos 2000, Giselle chegou no México. Formada em medicina e sociologia, exerce o trabalho formal de revisora de textos, atividade que ela também exerce no editorial *Bajo Tierra*.

No Uruguai Giselle tinha sido membro da organização Tupamaros, atualmente um partido político, mas que tem sua origem numa organização guerrilheira de inspiração leninista. Diferente do seu passado como membro de uma organização bolchevique, no México a experiência política de Giselle foi com o JRA, que não é uma guerrilha, nem tampouco um partido político.

A entrevista com Giselle aconteceu na segunda-feira, dia 19 de fevereiro. Conversamos por aproximadamente uma hora, na casa em que Giselle e Enrique compartilham, local que também é sede da editora criada pelo JRA, localizada no bairro *Portales*, na delegação Benito Juarez.

Giselle entrou no JRA em 2008 e a vários anos não era estudante, na época trabalhava como processadora de dados em uma empresa. Já são quase dez anos que Giselle pertence à organização, permanecendo na organização com a alteração para a Comunal. Giselle tem boa

parte de sua participação na organização dedicada ao editorial *Bajo Tierra*, além de ter contribuído em outras atividades como finanças, educação popular, realização de debates, etc.

A próxima e última entrevista foi realizada na sexta-feira, dia 23/02 com três participantes do JRA. Laura, 23 anos, Rebeca, 24, e Andrea, 26 anos, formam parte dos membros mais novos da organização, apresentando um salto de idade entre os militantes mais experientes, Enrique com 34 anos, Alicia com 36 anos, Cesar com 41 anos e Giselle com 53 anos. As três entraram juntas na organização, estudam na Faculdade de Ciências Políticas e também moram juntas, na Colônia Avante, Delegación Coyoacan. As três estão finalizando o curso na Faculdade de Ciências Políticas, cada qual em uma especialização.

A entrevista foi realizada com as três participantes ao mesmo tempo, tendo a duração de cerca de uma hora e quarenta minutos. A entrevista ocorreu no campus da UNAM. Foi uma entrevista peculiar, pois como eram três pessoas ao mesmo tempo, o tempo de resposta tendia a se estender, o que levou a abandonar algumas perguntas, tendo em vista a limitação de tempo.

Laura, Rebeca e Andrea entraram na organização na mesma época, no início do curso universitário. À pergunta sobre quando entraram na organização veio esta primeira resposta: “Entramos casi juntas”. Entraram na organização ao longo do ano 2013, motivadas pelas mobilizações do YoSoy132 durante o ano de 2012. A entrevista foi positiva na medida em que as três participantes do JRA expuseram os seus pontos de vista sobre as questões perguntadas. Também o fato de serem participantes mais jovens revelou-se um ponto a ser destacado no contexto das informações produzidas.

Também cabe destacar as entrevistas que não foram realizadas. Assim como Mina, mas em situação diferente, Abif e Abraham também não concretizaram sua participação. No contato inicial os dois se demonstraram interessados em participar da entrevista, porém, não mais responderam as mensagens para confirmar a participação. Os dois são ex-participantes da organização, e pelo contato inicial, são membros mais jovens. A ausência de Abraham foi compensada com a entrevista que tivemos acesso para a TV Online RompeViento, sendo parte do material informativo desta pesquisa. Outros dois atuais participantes do JRA-Comunal também foram localizados, Judith Centli. Por falta de oportunidade não foram entrevistados.

Durante 20 dias no México conseguimos realizar 7 entrevistas, que fazem parte do nosso material informativo. As entrevistas se somam à revisão bibliográfica, material produzido pela organização e outras entrevistas que foram localizadas na internet. Com base nessas informações buscaremos desenvolver uma análise sobre o JRA.

Por fim, em duas conversas no México, fora do contexto de entrevistas, fomos questionados no interesse em estudar o JRA. Primeiro, Ryan, um estudante do Doutorado de Ciências Políticas

no Havaí e que pesquisa sobre movimentos autônomos, nos perguntou: “porque não estudar outros grupos mais radicais?”. Por sua vez, o professor Aguirre Rojas pontuou que existe uma divergência entre o JRA e o EZLN que surgiu com os Festivais organizados em apoio às comunidades zapatistas, decorrentes da divisão dos recursos levantados. Seja como for, espera-se que a exposição e análise sobre o JRA possam lançar luz sobre os questionamentos apontados.

Material Informativo sobre o MPL

A produção de material informativo sobre o Movimento Passe Livre fundamentou-se numa série de procedimentos com a finalidade de ordenar as informações disponíveis de forma coerente com os objetivos desta pesquisa. Do conjunto de informações sobre o MPL que esta pesquisa dispõe, a quase-totalidade das informações encontravam-se disponíveis de forma pública e acessível, com exceção das informações obtidas através das entrevistas; coube então, ao pesquisador, desenvolver a atividade de busca de fontes de informação, acumular e armazenar as informações relevantes, organizá-las de forma a dá um sentido coerente ao conjunto das informações e catalogar todo o material disponível.

Nesta seção iremos apresentar o conjunto das informações produzidas por esta pesquisa. O nosso material informativo foi produzido de acordo com critérios de busca e seleção de informações pertinentes ao objetivo geral e aos objetivos específicos desta pesquisa, nesse sentido, a atividade rigorosa de busca, produção, seleção e ordenamento das informações foi determinada pela percepção do pesquisador sobre quais eram as informações válidas e relevantes dada a necessidade de conhecer a história, a produção de ideias, os valores, e concepções políticas da organização do MPL-SP. A percepção do pesquisador na seleção das informações é produto das leituras introdutórias sobre o tema e da própria abordagem teórica e metodológica desta pesquisa, não sendo um arbítrio subjetivista, e sim um procedimento de produção, seleção e ordenamento das informações.

Por conseguinte, neste conjunto de material informativo, encontram-se diferentes tipos de informações que foram produzidas pela organização do MPL-SP, mas também reportagens dos meios de comunicação, passando por análises de integrantes do grupo, vídeos e documentários, etc. Não havendo contradição no uso desta diversidade de tipos de informação ou arbitrariedade na escolha, pelo contrário, buscou-se considerar a importância específica e relativa à cada tipo de unidade de informação selecionada para o conjunto do material informativo desta pesquisa. Por unidade de informação, nos referimos a cada material informativo específico do qual se valeu esta pesquisa, sendo, pois, uma reportagem, um vídeo,

uma tese ou dissertação, cartazes, áudios de entrevista, relatos ou relatórios, informes, cartilhas, assim, são diferentes tipos de unidades de informação. A diversidade de unidades de informação, ou vasta produção de material, parece ser uma característica das organizações mobilizadoras contemporâneas.

Em suas origens, o MPL de São Paulo é uma organização que surgiu após o contexto de lutas espontâneas contra sucessivos aumentos de tarifa, campanhas pelo passe livre estudantil e em debates em torno da necessidade de uma organização nacional de luta pelo passe livre, remontando aos anos de 2003 e 2004. Embora não seja parte dos problemas desta pesquisa, o simples fato do MPL-SP ser parte de uma rede mais ampla composta por outras organizações locais, chamada de “Federação de Movimentos” (), se faz necessário recorrer às informações que remontam ao período de criação da organização nacional, ao período de articulação e de debates entre diversos coletivos, organizações, e mesmo grupos informais, debatendo em torno da questão do transporte coletivo. Começando como “Campanha pelo Passe Livre”, logo após a explosão de dezenas de manifestações localizadas em diferentes pontos do Brasil, em junho de 2004 é realizado o I Encontro Nacional pelo Passe Livre, e que teria como sequência a realização da Plenária Nacional pelo Passe Livre em janeiro de 2005, durante o V Fórum Social Mundial. Em julho do mesmo ano, a agora organização Movimento Passe Livre realiza seu II Encontro Nacional na cidade de Campinas. No ano seguinte, em 2006, a organização realiza o III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre⁷¹ e na cidade de Guararema, interior de São Paulo.

É então pelos documentos da organização nacional, da qual o MPL-SP é aderente⁷², que iniciamos o nosso trabalho de produção do material informativo. Através de resoluções e relatórios, encontramos uma continuidade entre diferentes unidades de informação que nos levam a um período entre os anos de 2004 a 2006, e que vai desde a Campanha de Mobilização pelo Passe Livre e a realização do I Encontro Nacional pelo Passe Livre (2004), passando pela fundação da organização do MPL, elaboração e publicação da Carta de Princípios da organização ainda durante o V Fórum Social Mundial (2005), e chega até a realização de mais dois encontros nacionais que ocorreram em Campinas (2005) e Guararema (2006). Deste período, selecionamos as seguintes unidades de informação:

⁷¹ O primeiro encontro foi organizado sem antes mesmo de ainda existir o nome MPL.

⁷² No interior das concepções da organização, aderir ao MPL nacional é aderir a uma série de princípios, ou seja, concordar com determinadas ideias e promover determinados objetivos. Sobre este assunto, falaremos mais adiante.

- Manifesto e Convite para o I Encontro Nacional pelo Passe Livre. 16 a 18 de Julho de 2004 – Florianópolis.
- Manifesto e Resoluções aprovadas no I Encontro Nacional pelo Passe Livre. 16 a 18 de Julho de 2004 – Florianópolis.
- Carta de Princípios. Aprovada na Plenária Nacional pelo Passe Livre. 28 de Janeiro de 2005 – Porto Alegre, Fórum Social Mundial, Caracol Intergalatika.
- Resoluções aprovadas na Plenária Nacional pelo Passe Livre. 28 de Janeiro de 2005 – Porto Alegre, Fórum Social Mundial, Caracol Intergalatika.
- Propostas Aprovadas na Plenária Final do II Encontro Nacional do Movimento Passe Livre. 22 a 24 de Julho de 2005 – Campinas.
- Relatórios do II Encontro Nacional do Movimento Passe Livre.
- Resoluções do III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre. 28 a 30 de Julho de 2006 – Campinas.
- Notícia do III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, informação retirada do site de internet do Centro Acadêmico Professor Paulo Freire, Faculdade de Educação USP.

Este “recorte” de informações e também temporal, dos anos de 2004 a 2006, busca obedecer à lógica pela qual reconhece-se que nesse período de tempo tem-se a criação e consolidação do MPL⁷³ e que para captar o essencial deste momento devemos recorrer aos “textos fundacionais”, que apresentam a organização, sua estrutura interna, suas ideias, seus objetivos. As informações originadas de encontros, debates, manifestos revelam-se interessantes posto que apresentam maior riqueza de conteúdo sobre a organização, e nas suas entrelinhas possibilita a percepção da ação dos agentes reais e concretos em torno da organização.

Saindo da movimentação nacional que gera o intento de estruturar o MPL como organização nacional, adentramos no contexto local de constituição do MPL-SP. Na esfera local, as informações relevantes são as que reconstituem historicamente a criação da organização local, pois, tendo em vista ser o MPL-SP uma organização aderente de uma outra organização mais ampla, esta reproduz os textos fundacionais da organização maior, acatando seu objetivo e princípios, sendo assim, focalizamos em buscar reconstituir a constituição do MPL de São Paulo através de informações que encontramos em convites para reuniões,

⁷³ Como característica do MPL, a federação dos grupos por localidade, é necessário o conhecimento da criação da organização nacional e da organização local, embora, como veremos os tempos de atuação de cada grupo são diferenciados.

cartazes, eventos e encontros que foram cruciais, nas origens da organização no ano de 2005, para criar e consolidar a organização em defesa do passe livre na cidade de São Paulo.

Sendo um dos focos desta pesquisa, a constituição do MPL-SP, enriquecemos o nosso material informativo com cartazes, panfletos e cartilhas produzidas pela organização, bem como algumas informações retiradas dos meios de comunicação da organização, a exemplo da página do Facebook e do perfil do Twitter. Além deste material, outras unidades de informação se apresentam como úteis a esta etapa da pesquisa, tais como artigos, dissertações, teses textos históricos e analíticos que abordam o MPL-SP a partir de estudos acadêmicos. A esse conjunto de informações, incorporamos uma pequena lista de materiais em plataforma de vídeo, que incluem um filme, documentários e entrevistas gravadas com membros da organização e que contém informações úteis para uma tentativa de recomposição das práticas políticas e das ideias fundamentais do MPL-SP. Por fim, faz parte de nosso material informativo, uma série de entrevistas realizadas com membros e ex-membros do MPL-SP, além de observações e anotações que foram realizadas durante atividade de acompanhamento do MPL-SP ao longo do mês de Julho de 2017.

A partir do momento em que nos inserimos no contexto local o nosso material informativo cresceu em termos quantitativos e também em complexidade. Partindo das unidades de informações, decidimos por agrupá-las em temas, surgindo assim as unidades de informações temáticas. O conjunto do material informativo apresentava diversidade de tema, daí a necessidade da divisão tendo como objetivo facilitar a catalogação do conjunto das informações, surgindo as seguintes unidades de informações temáticas: **História do MPL-SP, Propaganda Reivindicativa, Debates Internos, Atividades e Ideário**. Ocorreu, por vezes, que uma unidade de informação esteve presente em mais de uma unidade temática, demonstrando isto que esses recursos linguísticos utilizados para catalogar o material informativo são antes recursos heurísticos, recursos da mente do pesquisador, do que objetos e dados encontrados na realidade concreta, assim, uma notícia pode ser pontual ou se inserir dentro da propaganda reivindicativa ou, quem sabe, em argumentos de debates internos. O que interessa é a inserção dos acontecimentos na totalidade de determinações e não o isolamento. Tal procedimento de abstração do conjunto das informações teve como objetivo constituir unidade e coerência ao que se encontrava disperso e confuso.

A reconstituição da história do MPL-SP pode ser realizada seja através da utilização de fontes que presenciaram ou narraram e analisaram⁷⁴ os eventos em questão, ou também com a

⁷⁴ Como exemplo dessas unidades de informação podemos citar um texto de um membro da organização ou uma reportagem jornalística.

utilização da revisão bibliográfica, que possibilita sintetizar o conhecimento já produzido acerca da questão. À exceção de um ou outro artigo, o MPL-SP ainda não escreveu sua versão oficial da história, existindo mais uma multiplicidade de relatos de membros e ex-participantes do que um discurso unitário e coerente. Alguns relatos encontram-se em sites de internet e outros em pesquisas acadêmicas que recolheram informações (sobretudo em entrevistas) com a organização. Somando-se a esses relatos, a pesquisa adquiriu alguns materiais produzidos pela organização ao longo do tempo. Embora dispersos e em grande volume, é possível selecionar e se apropriar de alguns relatos, tendo como apoio textos acadêmicos, de jornalistas e de demais interessados no tema do MPL-SP. Além das considerações acima adotados, utilizamos como critérios para produzir material informativo para uma reconstituição histórica do MPL-SP o desenvolvimento cronológico e a relevância histórica dos acontecimentos.⁷⁵

A respeito da unidade de informação temática **História do MPL-SP**, reunimos as seguintes unidades de informação:

- Informes do grupo Campanha pelo Passe Livre e do MPL-SP postados no site de notícias www.midiaindependente.org;
- Convocatórias de manifestações, encontros, debates, exposição de filmes e outras atividades;
- Trabalhos monográficos;
- Notícias veiculadas nos meios de comunicação.

Em um breve resumo desta unidade temática do nosso material informativo, explicamos que nosso procedimento foi o de realizar a busca sistemática de notícias e análises vinculadas ao MPL-SP. Ferramenta privilegiada para esta pesquisa foi o site de informações www.midiaindependente.org, que é um aglutinador e divulgador de informações vinculadas aos movimentos sociais e eventos políticos em geral⁷⁶. O Centro de Mídia Independente é um coletivo de produtores de informação, principalmente audiovisual, que tem como objetivo divulgar lutas populares. O site da organização se destacou porque além de divulgar as informações possibilitava aos internautas postarem mensagens na página do site, contribuindo assim para divulgar ainda mais as lutas, propagandear ideias e promover o debate político. Reconhecida a importância do site do coletivo Mídia Independente, nos restou o caminho da

⁷⁵ Por cronologia não entendemos este termo na acepção positivista, de desenvolvimento linear, mas sim no sentido mais genérico do termo história, como a sucessão de acontecimentos ao longo do tempo e que não voltam a acontecer. E por relevância histórica consideramos os acontecimentos que produzem consequências e interferem na realidade social.

⁷⁶ No Brasil, o período de maior atuação do site do cmi foi entre os anos de 2004 a 2012, sendo neste período uma das principais fontes de informação e de divulgação de análises acontecimentos políticos. Este período de maior atuação do cmi coeindiu com a criação e consolidação do MPL nacional e de São Paulo, sendo, inclusive reconhecida a atuação mútua de militantes nas duas organizações. Para uma consulta sobre informações e análises do cmi e mesmo da relação deste com o MPL consultar: Adriana Saraiva, Leo Vinícius e outros.

busca sistemática no site com o objetivo de encontrar informações pertinentes à organização do MPL-SP. Neste caminho, conseguimos reconstituir alguns acontecimentos importantes para a história do MPL-SP, tais como convites para participação das reuniões do grupo Comitê Pelo Passe Livre, que foi uma organização antecessora do MPL-SP e da qual os membros que saíram foram criar a nova organização, análises sobre a construção da organização, relatos e panfletos sobre manifestações e outras atividades. Abaixo encontra-se a lista completa do material informativo produzido a partir da pesquisa no site do coletivo Mídia Independente:

- “Passe Livre Já SP” Convite para reunião do grupo Comitê Municipal pelo Passe Livre SP. Postagem dia 24/04/2004.
- “O Fiasco do Passe Livre em São Paulo”. Análise de Mazarope (pseudônimo). Postagem dia 11/06/2004.
- “A toda juventude libertária revolucionária – Coordenar a luta pelo passe livre”. Convite anônimo. Postagem dia 15/06/2004.
- “Desorganização ou oportunismo: alterado o local de reunião do Passe Livre”. Informe anônimo. Dia 18/06/2004.
- “Não dá mais para dormir no ponto. A hora é agora”. Panfleto distribuído durante Mostra de vídeos organizada pelo Comitê pelo Passe Livre. Dia 08/04/2005.
- “Primeira reunião do Movimento Passe Livre Zona Oeste”. Convite para reunião do MPL-Zona Oeste. Dia 22/05/2005.
- “Policial disfarçado. Fotos”. Informe sobre manifestação no Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre. Dia 02/11/2005.
- “Ocupação secretaria de transportes”. Informe do MPL-SP sobre a ocupação da Secretaria municipal de transportes. Dia 16/03/2006.

Além deste material informativo produzido pelo MPL-SP, a revisão bibliográfica foi oportuna na medida em que outros trabalhos acadêmicos reforçaram a validade das informações produzidas, bem como aprofundaram em outros pontos que foram apenas referenciados nas fontes de informação do MPL-SP. Os principais trabalhos acadêmicos que contribuem para uma revisão histórica das origens do MPL-SP são:

- “Não começou em Salvador, nem vai terminar em São Paulo”, artigo publicado pelo Movimento Passe Livre - São Paulo no livro *Cidades Rebeldes*. 2013.
- “Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista”. Tese apresentada por Leo Vinícius Maia Liberato no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, 2006.

- “O Movimento Passe Livre São Paulo: da formação aos protestos de Junho de 2013”. Dissertação apresentada por Paulo Roberto Spina no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unifesp, 2016.
- “As origens do Movimento Passe Livre: do trabalho em escola à autogestão dos transportes. Artigo publicado nos anais da II Jornada de Estudios de América Latina y Caribe. Argentina, 2014.
- “Novas formas de ativismo social: o que há por detrás das mobilizações de rua? O Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP)”. Artigo publicado por Sérgio Haddad na Revista e-Curriculum, 2016.
- “Morto ao chegar: o que era e o que se tornou o Movimento Passe Livre”. Artigo publicado por Blues Brother (pseudônimo). 2013.
- “Movimento Passe Livre nas manifestações de Junho de 2013: a representação social no Jornal Folha de São Paulo”. Dissertação apresentada por Mário Helder Filho no Programa de Pós-graduação em Comunicação. UFC, 2016.
- “O ator da enunciação das manifestações de Junho de 2013 na Cidade de São Paulo, construído pela mídia”. Tese apresentada por Tânia Regina Ferreira no Programa de Pós-graduação em Letras. USP, 2016.
- “Por trás da máscara: do passe livre aos black blocs, as manifestações que tomaram conta do Brasil. Livro publicado por Flávio Morgenstern. Rio de Janeiro, editora Record, 2015.

Um conjunto heterogêneo de análises, incluindo um texto inicial elaborado pelo próprio MPL-SP, teses e artigos acadêmicos, uma análise de um ex-membro da organização e por fim um livro publicado por jornalista que cobriu o dia-a-dia no auge das manifestações de Junho de 2013. A síntese deste material informativo nos apresenta uma perspectiva da reconstituição histórica do MPL, de suas origens ao ano de 2013. Os anos mais recentes, e que estão mais próximos desta pesquisa, foram cobertos por material informativo produzido pelo próprio pesquisador e serão apresentados em outro momento desta tese.

Propaganda Reivindicativa e ideário

Por propaganda reivindicativa consideramos todo material produzido com fins de veiculação generalizada tendo por objetivo apresentar uma reivindicação, uma demanda. Por ideário consideramos o conjunto de formulações que expressam as ideias do movimento. As principais ideias da organização foram obtidas com a análise do material informativo. A unidade de informação temática propaganda reivindicativa é composta substancialmente pelas edições do Jornal Passe, publicação do MPL-SP, pela Cartilha Tarifa Zero, cartazes e panfletos

publicados ao longo da história da organização e também com a incorporação de um blog, ferramenta esta que foi produzida pelo MPL à época da campanha contra o aumento das passagens de ônibus no ano de 2010.

- Jornal Passe: edições nº 1, setembro de 2008; nº 2, outubro de 2008; nº 3, setembro de 2009; nº 4, novembro de 2009; nº 05, setembro de 2012.

- “São Paulo sem catracas: cartilha da Campanha Tarifa Zero. Publicação do MPL-SP, 2011.

- <https://barraroaumento.wordpress.com/> Blog da Campanha contra o aumento das passagens. 2010.

Cartazes e panfletos

Atividades

Consideramos como atividade pública as atividades que o MPL-SP organizou em espaços públicos, são as ações que a organização planejou e que ocorreram em determinados locais (a rua, órgãos públicos, universidades), buscando ou apresentar as ideias do movimento ou promover ações mais incisivas, ações de “pressão”, na busca de obter suas reivindicações, contra o aumento das passagens ou pelo Passe Livre/Tarifa Zero.

- “Não dá mais para dormir no ponto. A hora é agora”. Panfleto distribuído durante Mostra de vídeos organizada pelo Comitê pelo Passe Livre. Dia 08/04/2005.

- “Policial disfarçado. Fotos”. Informe sobre manifestação no Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre. Dia 02/11/2005.

- “Ocupação secretaria de transportes”. Informe do MPL-SP sobre a ocupação da Secretaria municipal de transportes. Dia 16/03/2006.

- Debate “Tarifa Zero é possível?: Mobilidade Urbana e Tarifa Zero”. Mesa Redonda com MPL, Lúcio Gregori, Chico Whitaker e outros. USP, 2011.

- Panfletagem do jornal...e assim de todos os outros materiais, mas vamos considerar a atividade de panfletar o jornal como a atividade ideal entre todos os outros tipos de panfletagem (manifestação, panfletado, durante um evento, etc.)

- Manifestações de rua: reportagem TVT sobre manifestação contra o aumento das passagens em 2012

- Manifestação de rua no dia da votação do Orçamento de 2013 na Câmara Municipal.

- Atividade de formação “Por que lutar por transporte público?” Dia 02/12/2012

- Protesto do MPL contra a repressão aos Movimentos Sociais realizado em frente à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. 05/06/2014.

- Manifestação no Terminal Campo Limpo. Semana Nacional de Luta pelo Passe Livre. 25/10/2014.
- Aula Pública: Colocando aspas no “passe livre estudantil”: Aula Pública, Tarifa Zero Já!”. 05/01/2015.
- Ofício, MPL. Ofício com convite endereçado à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte e à Prefeitura Municipal de São Paulo para participação em Debate Público sobre o sistema de transporte, cortes no passe estudantil e assuntos correlatos. Dia 21/07/2017.
- Chamada para a participação nas manifestações do Dia do Estudante (11/08/2017) contra os cortes do passe estudantil. 11/08/2017.

Pode-se argumentar que este catálogo do nosso material informativo ficou extenso, ou mesmo na perspectiva empiricista apontar a necessidade de mais “dados”. Mantendo os objetivos desta pesquisa argumentamos em dois sentidos: de um lado, não é de nosso interesse problematizar temas específicos dentro do MPL-SP, pois a pesquisa também tem como foco a organização política mexicana Jovenes en Resistencia Alternativa; por outro lado, a questão é que o conjunto do material informativo ganhou forma e relevância conforme a revisão bibliográfica sobre o MPL-SP se desenvolvia. E como ação complementar desta pesquisa, desenvolvemos uma breve atividade de produção de material informativo diretamente com o MPL-SP, estando presente ao longo de três semanas na cidade de São Paulo. O relato desta experiência e os resultados para a pesquisa seguem em tópico abaixo.

Relatório de atividade de observação e produção de informações com o MPL-São Paulo.

Material produzido entre os dias 06/07/2017 a 27/07/2017.

A iniciativa de ir para São Paulo produzir informações junto ao MPL surgiu como proposta do projeto de pesquisa como técnica de pesquisa a ser adotada. E assim foi feito. Porém, faz-se necessário uma explicação antes de entrarmos no assunto.

Não acreditamos que a realidade observável por si só evidencia os significados dos fenômenos sociais, “ver para crer” não pode ser o fundamento de uma teoria social explicativa da realidade social e dos processos históricos. Os fenômenos sociais, que são produzidos pela interação social ao longo da história, devem ser apreendidos através da multiplicidade de determinações. Pensar que a realidade é o que eu observo é uma compreensão reducionista e empobrecedora, sobretudo por ter como limite não apreender o desenvolvimento histórico, a mudança, a constituição dos fenômenos sociais, e sim o que está dado imediatamente, voltando-se para o que é possível de se captar pelo pesquisador.

Entendido que a posição destas informações observadas diretamente pelo pesquisador e utilizadas nesta pesquisa estão inseridas dentro da perspectiva metodológica do materialismo histórico, apresentamos aqui nosso Relatório.

A viagem de embarque do pesquisador ocorreu no dia 06 de julho de 2017, chegando em São Paulo na madrugada do dia 07, sexta-feira. Decidido a não ir de ônibus da linha oficial, devido ao alto preço da passagem, a opção era o transporte alternativo, ilegal, pirata ou clandestino, dentre os vários nomes. Na ocasião me pareceu oportuno persistir na ideia de viajar de transporte pirata; embora não fosse o tipo de transporte de que trata o MPL-SP, pois seu objetivo é tratar de questões relacionadas ao transporte urbano de passageiros, pensei que de alguma forma aquela viagem poderia me levar a pensar um pouco mais da situação geral que vivenciam diariamente milhões de passageiros pelo Brasil.

Diferente do sistema regular não existe compra antecipada de passagem, somente acordos verbais realizados entre o passageiro e a empresa. A organização pela prática parece ser a diretriz das empresas de transporte ilegal. Por um desencontro, o ônibus da empresa havia passado antes do horário previsto, não foi possível o embarque na quarta-feira dia 05, sendo adiado para uma nova tentativa no dia seguinte. Na quinta-feira, retornei ao local de parada dos ônibus piratas, uma parada de ônibus do transporte urbano, situada na exata divisa entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás. Novamente no ponto, para minha surpresa, o vendedor de doces que me deu informação sobre os ônibus no dia anterior, já tinha para este dia “combinado” a minha passagem com a empresa de ônibus Geralda Turismo. Logo em seguida, um carro aparece no ponto de ônibus e o motorista me diz que tenho que entrar no carro e seguir até outro ponto onde o ônibus espera. Combino o valor da passagem por R\$ 75, 00, e sigo no carro. 4 Km depois desço do carro em outra parada de ônibus. Espero cinco minutos e o ônibus da Geralda Turismo aparece para iniciar sua longa jornada. Desce a auxiliar do motorista e me informa que devo pagar R\$ 120, 00, um preço bem maior que o combinado. Com a pressão de decidir logo, fica acertado o preço de R\$ 90, 00 reais.

Após mais uma parada na cidade de Luziânia, uma das cidades que sobrevivem de Brasília e que está entre as mais distantes, o ônibus abastece e seguimos em viagem. No ônibus, com quase todas as poltronas ocupadas, estão presentes muitas mulheres, algumas crianças e vários jovens. São moradores da periferia de Brasília que seguem em direção à periferia de São Paulo, visitar parentes, ou fazer compra de roupas na região do Brás, Feirinha da Madrugada, para revender nas cidades do DF. Dez minutos de viagem e a auxiliar do motorista ressurgiu, agora para fazer uma pequena fala para os passageiros.

Informando o provável horário de chegada, inicia sua fala a nossa auxiliar. Esclarecido, ela diz que vai “puxar” uma pequena oração para proteger a viagem. Com a mesma disposição com que antes vendia passagem e chamava os passageiros para o ônibus, agora nossa auxiliar é declamadora de versos bíblicos e de orações. O fervor da fala logo revela sua vertente Pentecostal do cristianismo. Na verdade, a “empresa” de transporte Geralda Turismo, assim como várias outras, são de donos que professam a religião Evangélica, sendo o “ramo de transporte alternativo” para São Paulo por eles controlado. O fato deste serviço ser também utilizado como meio de trabalho, transportar pequenos comerciantes para comprar roupas em São Paulo, e a hegemonia dos evangélicos no ramo, expliquem em certa medida a pequena alteração que nossa auxiliar fez em sua oração final: “pai nosso, perdoai as nossas dívidas e devedores”.

A mercantilização do transporte faz com que produtos e serviços tenham qualidades diferentes, pois atendem a públicos diferentes, que pagam de acordo com suas condições, assim, o serviço precarizado atende às demandas da classe trabalhadora e de outros grupos marginalizados. Se, como no nosso caso, a ilegalidade foi sinônimo de serviço precário, devemos reconhecer também que a legalidade e o sistema de transporte regular não garantem qualidade no serviço oferecido; no fundo, são os custos de operacionalização do sistema que definem o nível de qualidade oferecida. E na ausência de críticas e pressão por melhoria persiste a atual ordem de funcionamento do sistema de transporte.

A chegada em São Paulo ocorreu por volta de 04:00 da manhã, na Feirinha da Madrugada. Como o nome explica, a feira estava em pleno funcionamento e logo os passageiros do ônibus se organizaram para ir passar o dia inteiro fazendo compras no atacado e retornar para o D.F. ao final do dia, os demais passageiros seguiram seus destinos. Ao amanhecer do dia, eu entrava no campus da USP Butantã, na espera de ser um local privilegiado para encontro de hospedagem. Para minha surpresa, o dono de um hostel perto da USP (Hostel USP), retorna o contato e avisa ter surgido uma vaga imprevista. Ligação encerrada, contrato fechado. Pelas próximas semanas estarei hospedado na Rua Barroso Neto, 281, Vila Indiana, Butantã. Ponto de apoio para realizar esta etapa da pesquisa. Retomar contatos, pesquisar e consolidar novos contatos, preparar e organizar as novas informações, fazer leituras e no tempo livre, descansar. Por três semanas, um pequeno quarto na Vila Indiana e um extenso deslocamento pela cidade, entrevistas e observações.

Chegando em São Paulo era o momento de retomar os contatos irregulares estabelecidos inicialmente através da internet, principalmente redes sociais. O objetivo imediato era encontrar pessoas vinculadas ao MPL-SP. O primeiro contato a ser retomado foi o do membro do MPL-

SP, Diego Soares. Conversamos e combinamos de nos encontrar na próxima terça-feira (11/07/2017), às 11:00 no centro de São Paulo. Por motivos pessoais Diego S. não compareceu na terça-feira, mas na quinta-feira seguinte (13/07). Planejando os próximos passos no Hostel Usp, no sábado recebi o contato de um ex-membro do MPL-SP, Vitor, que me foi indicado por um ex-colega de classe. Apesar de diversas atividades pessoais, Vitor está na faixa dos 32 anos, casado e metroviário⁷⁷, Vitor teve disposição e tempo para prontamente marcar uma data para entrevista, segunda-feira (10/07), às 11:00 da manhã, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Sábado e domingo, primeiro fim de semana em São Paulo, foi de retomada de contatos pelas redes sociais, verificando a possibilidade de encontrar membros e ex-membros para serem entrevistados. No fim de semana recebi duas importantes mensagens: a primeira mensagem, de Mayara Vivian, histórica militante do MPL-SP, confirmando a disponibilidade para entrevista, na próxima sexta-feira (14/07). Na verdade, a entrevista seria quarta-feira (12/07), pois tinha surgido a notícia de que uma manifestação tinha sido convocada para esse dia devido ao corte no número de passes estudantis assinado pelo prefeito de São Paulo João Dória, no dia anterior; porém, depois de remarcar a entrevista, ficou acertado para sexta-feira, dia 14. Já a segunda mensagem, fora enviada por Thiago Calixto, um ex-membro do MPL-SP, a quem eu tinha enviado uma mensagem de contato por volta de um mês e meio antes. Thiago, como ele depois esclareceu, tinha muita dificuldade de acesso às redes sociais, pai de 2 filhas e professor da Rede Municipal, seu tempo é muito bem dividido e ocupado. Ao longo de uma semana, estivemos combinando o nosso encontro, que se agendou para o domingo (16/07), às 16 horas, tendo como ponto de encontro a Biblioteca Mário de Andrade.

Apesar da aproximação e facilidade de contato possibilitadas pela internet e redes sociais, foi crucial para conseguirmos estabelecer contato fixo a presença na cidade de São Paulo. Quaisquer tentativas de entrevistas via meios virtuais, provavelmente resultariam em longas esperas, e inviabilizariam o transcorrer esperado de algumas etapas desta pesquisa; a exemplo do contato P. que em conversa virtual demonstrou disponibilidade para a entrevista, porém, como havia mudado para outro estado ele poderia responder através de e-mail, mas até hoje a mensagem com as perguntas foi-se, e nunca mais voltou.

Na segunda-feira por volta de 11:10 da manhã, em frente à Biblioteca Mario de Andrade eu e Vitor nos encontrávamos. Após apresentações formais, seguimos para dentro da Biblioteca, onde transcorreu a entrevista. Vitor ainda é militante, agora atuando no Sindicato dos

⁷⁷ Vitor e sua esposa são alguns dos metroviários demitidos pelo Governo Estadual de São Paulo, por causa da greve de 2014.

Metroviários, dentro do qual ele faz parte de uma tendência de oposição de caráter “anarquista/especifista”. Vitor entrou no MPL no ano de 2004, portanto, nas origens da organização, e veio a sair no ano de 2012. Uma variada quantidade de atividades e uma experiência política muito rica foram relatadas por Vitor. A entrevista com Vitor teve duração de 40 minutos. Vitor é ex-membro do MPL-SP, organização do qual participou por cerca de oito anos, pertence ao grupo original da época da criação da organização.

Para o dia seguinte tinha sido marcado entrevista com Diego Soares, porém no final da segunda-feira, Diego teve de remarcar para a próxima quinta-feira (13/07), entre as justificativas, a convocação imprevista de manifestação contra os cortes no passe estudantil por João Dória. Com a desistência de última hora, restou-me a expectativa para a manifestação convocada para quarta-feira, pois um dos sentimentos do pesquisador em campo é não ter o acesso às fontes de pesquisa, no caso os entrevistados. Porém, uma nova surpresa aconteceria.

Recebo uma mensagem via WhatsApp informando que naquela semana que se iniciava (10 a 17/07), também aconteceria uma série de exposições do documentário “1917: a Greve Geral”, de Carlos Pronzato. E as exposições contariam com a presença do diretor. De imediato tive a ideia de fazer uma pequena entrevista com o diretor; embora não previsto no projeto de pesquisa, tampouco o roteiro de entrevista elaborado para os membros e ex-membros da organização tinha estrutura para uma entrevista desse tipo, decidi que obter informações com o diretor do documentário “A Revolta do Buzu”, documentário este que estava constantemente nas atividades de exibição de vídeos organizadas pelo MPL, não só em São Paulo mais em outras cidades do Brasil, obter informações com Carlos Pronzato não só enriqueceria o conteúdo da presente pesquisa, bem como poderia abrir possibilidades para novas reflexões.

Na noite de segunda-feira elaborei algumas questões disposto a ir me apresentar para o diretor Pronzato e perguntar da possibilidade de uma rápida entrevista. As perguntas que elaborei para o diretor Pronzato tinham como objetivo produzir informações sobre a história e a organização do MPL. Outras perguntas mais específicas e para obter detalhes poderiam ter sido feitas, mas em um curto prazo de tempo para elaborar as perguntas, acabei por formular as perguntas que seguem abaixo:

- 1) Existe algum vínculo entre as revoltas contra a passagem antes do MPL e depois que o MPL foi criado?
- 2) Quais as influências políticas dos jovens que se mobilizam contra os aumentos das passagens e pelo passe livre?
- 3) Qual o vínculo desses jovens com partidos, sindicatos, ong's?
- 4) Estes jovens têm um projeto alternativo de sociedade?

5) O Mpl, ou mais genericamente os jovens que se mobilizam em torno da questão do transporte, possuem uma prática política própria? Qual o impacto das ações desses jovens na sociedade?

O diretor foi muito solícito com meu pedido, e não podendo responder às perguntas naquela hora, combinamos de que ele me responderia via WhatsApp, assim que tivesse tempo. E assim foi feito. Na parte analítica deste trabalho retomaremos o conteúdo da entrevista realizada com Carlos Pronzato.

Para a quarta-feira, dia 12, a expectativa era sobre a manifestação contra os cortes no passe estudantil. No sábado⁷⁸, dia 08/07, o prefeito João Doria havia assinado e publicado a portaria número 125/17 limitando os horários de embarque pelo passe livre estudantil, na prática, reduzindo as possibilidades de uso do cartão. A reação fora imediata e prontamente um evento criado no facebook convocava os estudantes para manifestarem-se contra os cortes. Três eventos foram criados no facebook; dois eventos foram criados por organizações que surgiram do movimento de ocupações de escolas em 2015, um que se identifica por “Secundaristas em Luta de SP” e outro que se identifica como “Canal Secundarista”⁷⁹. Ainda um terceiro evento foi criado, este por entidades estudantis como UBES, UNE, ANPG, dentre outras.

Ao chegar perto do local de concentração a primeira coisa que me chamou atenção foi a ostensiva presença da Polícia Militar. A Prefeitura de São Paulo tem sua sede ao final do Viaduto do Chá, sendo que no lado oposto encontra-se o Theatro Municipal. Desde a esquina do Theatro até a esquina oposta a presença policial era grande, na verdade, ao caminharmos pela região do ato percebia-se que em diferentes pontos havia um pequeno aglomerado de policiais em serviço devido à ocorrência da manifestação. Marcada para iniciar as 16:00, por algum tempo a concentração esteve esvaziada, com poucos participantes e destaque para as bandeiras de entidades estudantis. Assim que avistei dois indivíduos que pela aparência seriam punks iniciei uma conversa. Fil, como um deles se apresentou, logo me disse que conhecia o Diego Soares e que ele estava presente na manifestação. Fui ao encontro do meu primeiro contato de um membro atual do MPL. Nos conhecemos pessoalmente e no grupo de amigos que ele estava mais duas pessoas eram do MPL-SP. Marcos e Ana logo se interessaram em contribuir com a pesquisa, porém, por diversos contratempos não foi possível realizar a

⁷⁸<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1899768-doria-limita-horario-de-viagem-em-onibus-para-estudantes.shtml>

⁷⁹ Estes dois grupos, surgiram no contexto da onda de ocupações de escolas públicas contra os remanejamentos decretados pelo governador Geraldo Alckmin. O primeiro grupo é resultado da reestruturação do Comando de Escolas em Luta, que serviu como órgão de coordenação das escolas em luta, já o segundo grupo se apresenta como uma mídia alternativa para divulgar as lutas estudantis que ocorrem no Brasil.

entrevista com Marcos, e a entrevista com a Ana ficou agendada para o dia 25/07, assim que esta retornasse de um congresso estudantil.

Durante o ato conversei com Diego Soares, membro do MPL-SP que iria ser entrevistado no dia seguinte. Comentando a respeito da quantidade de pessoas presentes no ato, Diego S. argumentou que era um bom número, mesmo considerando o tamanho da cidade, mas numa breve fala saudosista comparando com as manifestações de rua de 2013 ele concluiu: “aquele ano mudou a minha vida”, complementando: “é meio romântico, mas mudou”. Naquela quarta-feira, dia 12 de julho, durante férias escolares, a manifestação convocada tinha atraído cerca de 600 pessoas. No dia seguinte, nenhuma notícia entre os maiores jornais de circulação em São Paulo. A notícia da primeira condenação de Lula, e mesmo um pequeno ato de organizações vinculadas ao PT e em defesa de Lula, ocupou a maior parte do noticiário. Realmente, era uma situação bem distante de 2013, quatro anos após os principais acontecimentos envolvendo a história do MPL-SP aparece o pesquisador interessado em conhecer o grupo.

Interessante lembrar que a presença no ato nos fez anotar as seguintes impressões:

- O surgimento de uma reivindicação (contra os cortes no passe livre estudantil) resultou na mobilização de um grupo (estudantes).
- Interessante notar que nos últimos anos algumas mobilizações contra as condições de transporte não foram puxadas pelo MPL e sim espontaneamente pela base social dos estudantes. Está sendo assim aqui em São Paulo na mobilização atual (Julho de 2017) e também em Brasília quando os cartões do passe livre não estavam funcionando e os estudantes ocuparam a sede do DF Trans na Rodoviária (Abril/Maio de 2016⁸⁰).

Ainda durante a manifestação tirei algumas fotos (da concentração, presença policial, bandeiras e grupos presentes), também gravei algumas falas e frases entoadas pelos manifestantes ao longo do percurso da manifestação, bem como foi gravado a realização do jogral. Por fim, algumas observações que surgiram como impressões durante a manifestação e que foram gravadas em áudio pelo pesquisador. A manifestação terminou por volta de 19:00 em frente à Secretaria Municipal de Transportes. Neste momento, um jogral foi feito, por algum membro do grupo “Secundaristas em Luta de SP”, e fazendo uma pequena conclusão sobre a manifestação a pessoa deixou o convite para que todos fossem participar na próxima reunião do grupo, sábado, dia 15/07. Em seguida, um grupo de manifestantes dispersou pulando as catracas do metrô na Estação da Sé.

⁸⁰<http://www.metropoles.com/distrito-federal/estudantes-resistem-a-tentativa-de-desocupacao-de-posto-do-dftrans>

Para o dia seguinte, quinta-feira 13/07, tinha entrevista marcada com Diego S. Nos encontramos às 18:00 em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo. Seguimos por uma rua paralela e paramos em frente a uma lanchonete, local escolhido para a entrevista. Diego S. tem 28 anos e é “militante orgânico” do MPL-SP desde 2013. Conforme Diego S. se apresentou, ele é um “figura pública” da organização, função, de caráter rotativo, que os membros do grupo podem assumir. Sobre a divisão em funções dentro da organização teremos diferentes momentos para apresentá-la e refletirmos sobre ao longo deste trabalho. O contato de Diego S. foi repassado pelo perfil do MPL-SP no facebook, em um dos primeiros momentos do contato com a organização. A entrevista teve duração de uma hora e quinze minutos e consideramos que foi produtiva, pela profundidade da conversa, conseguindo adentrar em todas as perguntas do roteiro, e ainda aprofundando em perguntas específicas. Ao longo do trabalho do campo, encontrei o Diego S. na segunda manifestação e na aula pública que o MPL-SP realizou na sexta-feira, dia 21/07, atividade que comentaremos mais logo adiante.

Ao término da entrevista eu tive de realizar o trajeto de volta para o meu pequeno quarto no Hostel Usp, Vila Indiana. Antes, no caminho, estava marcado um encontro com uma antiga amiga. Da lanchonete eu busquei me localizar e seguir para o ponto de ônibus em frente ao Vale do Anhangabaú. Percebi que o melhor trajeto era retornando pela frente da Prefeitura de São Paulo, seguindo caminho do Viaduto do Chá. Ao percorrer este trajeto, na noite seguinte à primeira manifestação contra os cortes estudantis, por volta de pouco mais de 20:00 horas da noite o que vejo no passeio do Viaduto do Chá é uma dupla de cantores de rap, com o nome de “Resistência Urbana”, cantando suas músicas ao vivo, auxiliados por uma pequena caixa de som. O som abafado, atrativo para os mais curiosos, porém, crítico à vida na cidade de São Paulo, denunciando o que eles chamam de “corrupção das classes dominantes” e “guerra contra a periferia”. Minha surpresa foi a de pouco menos de 24 horas eu encontrar no mesmo lugar outra manifestação, desta vez sob a forma de um protesto cultural através de músicas como “Guerra não declarada”, “Zona Sul Nativa”, “Ideia de Mil Grau” e outras músicas presentes no álbum 3xR (Rua, Rap, Resistência), da dupla Resistência Urbana. Comprei o cd da dupla, conversei um pouco com os músicos e segui em frente.

A segunda parte do trajeto de volta para a Vila Indiana também merece um pequeno comentário, outro ponto importante dentro do contexto de nosso trabalho de campo. Após encontrar com minha antiga amiga, decidimos fazer uma pequena parada em uma Praça da Vila Indiana, a poucas quadras da minha hospedagem. Enquanto conversávamos, por volta de 22:00, uma jovem se aproxima e pedi para nos avisar de um evento que acontece naquela mesma praça, todos os domingos. Segundo a jovem, alguns moradores da região decidiram por “ocupar a

praça” aos domingos, buscando utilizar o espaço como local de encontro dos moradores e de debates sobre política. A jovem nos convidou ao encontro, pois acreditava que as praças deveriam impulsionar nova vida nas pessoas, que atualmente são “escravas que se retiram para suas casas e descansam assistindo Netflix”. Conversamos mais um pouco e todos fomos embora. Antes de dormir, escrevi no meu caderno de anotações: há uma politização latente na cidade de São Paulo.

No dia seguinte, sexta-feira, 14/07, a entrevista marcada era com a histórica militante do MPL-SP, Mayara Vivian⁸¹. Um dos principais nomes da organização desde a suas origens, Mayara contou que por causa de colegas de uma escola pública muito cedo iniciou sua participação em atividades políticas, ingressando nas movimentações pelo passe livre estudantil ainda na época do Comitê Pelo Passe Livre. Mayara tem 27 anos, em 2004 tinha por volta de 14 anos. Ainda é militante da organização passado todos esses anos, uma das poucas a permanecer. Foram 2 horas de entrevista, Mayara tem boa capacidade para guardar fatos, nomes e ideias. Foi uma entrevista muito detalhista. As informações dadas por Mayara foram valiosas, o longo tempo de sua participação teve como resultado que Mayara vivenciou diferentes fases da organização, é uma informante privilegiada; presenciou a consolidação do MPL-SP, mas também rupturas internas, além de ter participado na reunião convocada pela presidente Dilma Rousseff em 2013, no auge das manifestações de rua⁸².

No sábado, 15/07, iria ocorrer a reunião ampliada chamada pelo grupo “Secundaristas em luta de SP”. Refleti que não iria participar da reunião, pois estava ficando evidente que a mobilização contra os cortes estava sendo dirigida por esse grupo, e não pelo MPL-SP. Não pretendi alargar o campo de interesse desta pesquisa, mantendo o foco no MPL-SP. Porém, como alguns membros do MPL-SP me informaram que iriam participar da reunião eu decidi comparecer para, caso houvesse tempo, eu poderia fazer uma entrevista. Compareci à Casa do Povo, local combinado para a reunião. Como imaginado, não surgiu um tempo para eu entrevistar os membros do MPL-SP que lá estavam. Ao final da reunião, alguns participantes foram fazer colagem de lambes⁸³ pelas ruas do Centro da cidade de São Paulo. Ainda não estava claro, mas o que ocorreu foi que a reação aos cortes no passe livre surgiu no seio dos estudantes secundaristas e a atuação do MPL-SP foi a de auxiliar os secundaristas e algumas de suas organizações, tal como o grupo “Secundaristas em luta de SP”, na mobilização que se iniciou.

⁸¹<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/rosto-publico-do-mpl-mayara-vivian-abraca-causa-e-evita-fama-pessoal.html>

⁸² <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/06/presidenta-dilma-se-reune-com-manifestantes>

⁸³ Lambes são imagens impressas em folhas, geralmente tamanho A3, e que são coladas nos muros da cidade.

Como me disse Gabriel, membro do MPL-SP, em conversa informal ao lado de fora da sala de reunião: “nessa jornada de lutas o MPL (SP) vai ajudar, o protagonismo é dos secundas, é contraditório o MPL lutar somente pelo passe livre estudantil, quando queremos é a Tarifa Zero”.

No domingo, dia 16/07, às 17:00 encontrei-me com Thiago Calixto, outro ex-membro do MPL-SP que se disponibilizou em nos conceder uma entrevista para a pesquisa. Thiago disse que participou do MPL-SP desde as suas origens, mas que a partir de 2009 começou a participar como “militante orgânico”. Atualmente Thiago tem 35 anos, é professor da rede municipal e desde 2012 não participa mais da organização. Thiago Calixto representa um tipo de perfil dos membros do MPL-SP; identificado com a cultura punk, “cultura marginal”, ele passou a participar das manifestações e reuniões juntamente com um grupo de amigos. Colaborou com a Fanfarras do Mal, a banda de música do MPL-SP. Thiago já não participa mais do MPL-SP, mas segue militando vinculado a um “grupo de professores autônomos do município”. Novamente conseguimos concluir a entrevista com todas as perguntas. Tal entrevista foi considerada como positiva, tendo em vista as informações que este militante do MPL-SP pode nos repassar, afinal, sua participação na organização abrangeu um período de tempo de cerca de oito anos.

Ao final de uma semana de trabalho de campo em São Paulo já tínhamos realizado cinco entrevistas: três ex-membros da organização, um membro atual e o diretor Carlos Pronzato. Uma militante histórica, uma figura pública da organização e dois ex-participantes que atuaram por vários anos. Para a próxima semana que se iniciava, permanecia a expectativa de aumento das atividades da pesquisa, entrevistas e observações, sobretudo, se considerado que as mobilizações contra os cortes no passe livre estudantil estavam tentando se estruturar como uma “jornada de lutas contra os cortes”, o que com certeza resultaria numa maior movimentação.

A partir da mobilização gerada pelos cortes no passe livre, esboçou-se o seguinte quadro político na cidade de São Paulo em torno da questão do passe livre: secundaristas (organizados ou individualmente), MPL-SP e entidades estudantis (UBES, UPES, UNE, e outras). A próxima manifestação, marcada para terça-feira, dia 18/07, expressava claramente este quadro: a manifestação dos secundaristas e do MPL-SP estava marcada com concentração para a Praça do Ciclista, ao passo que a manifestação das Entidades teve concentração no vão do MASP.

No dia 17/07, segunda-feira, não tive compromisso da pesquisa. Foi um dia para um pequeno deslocamento pela cidade e de revisão do material que até aquele momento eu tinha produzido. Data deste dia, a seguinte anotação em nosso caderno de campo:

- O acesso às informações no trabalho de campo não diz respeito a uma atividade mágica, adentrar num mundo encantado onde o acadêmico se descobre um mundo a desvendar misticamente, tal como a tradição dos estudos de campo buscam romantizar; na verdade, trata-se de uma ação sistemática e rigorosa do pesquisador, definindo racionalmente aquilo que mais lhe convém para os objetivos traçados em sua pesquisa; por outro lado, as informações de um trabalho de campo tampouco são sinais de revelação e assim, mesmo a crença de que somente o contato direto com os movimentos sociais pode nos revelar seu significado, fica descabida de razão quando percebemos que a depender da quantidade de estudos sobre aquele grupo as próprias informações bibliográficas satisfazem grande parte dos interesses, e o trabalho de campo ainda possui outro agravante, a necessidade de sistematizar a ação no campo inevitavelmente reduz o tempo de estudo que o pesquisador dispõe, daí que pode ser uma das explicações para o caráter eminentemente descritivo das etnografias se encontra no fato do longo tempo dedicado ao campo e a redução do tempo para a ação reflexiva do pesquisador (SP. 17/08/2017).

Na terça-feira dia 18/07 aconteceu a segunda manifestação contra os cortes do passe livre, novamente compareci em busca de informações para o nosso projeto. Estive na manifestação convocada pelos “Secundaristas em Luta de SP”, mas que, desde a última reunião do sábado, teria agora o auxílio do MPL-SP. Cabe retomar aqui, uma anotação que fiz a partir da conversa entre dois membros do MPL-SP e que tive oportunidade de presenciar: uma pessoa pergunta: “Vocês não vão ficar na frente do Ato?” – E a outra responde: “Decidimos que o protagonismo será dos secundaristas”. A descrição desta segunda manifestação será retomada quando da apresentação e avaliação das atividades do MPL-SP.

No dia seguinte da manifestação, quarta-feira (19/08), ocorreu uma nova reunião para avaliação da manifestação e planejamento das atividades futuras. A reunião foi na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo, na rua Antônio de Godói, centro de São Paulo. Estive presente na reunião e as observações anotadas serão retomadas em momento oportuno. Entre as decisões da reunião, estava a decisão de realizar uma aula pública na sexta-feira, dia 21/07.

Quinta-feira dia 20/07 não realizamos nenhuma entrevista, nem ocorreu atividade ligada ao MPL-SP.

A aula-pública é uma atividade de debate que geralmente ocorre em um espaço aberto. Sexta-feira dia 21/07 a aula-pública aconteceu em frente à Prefeitura de São Paulo. Como retirado em reunião, o MPL-SP ficou à frente da organização da aula, conseguindo os equipamentos de som e organizando as falas. A aula-pública começou por volta de 17:00 e se

estendeu até as 19:00. Para os membros do MPL-SP ali presentes, a atividade foi muito satisfatória, tendo contado com cerca de 40 pessoas, acrescentando-se a esse grupo vários transeuntes que pararam e estiveram presentes em momentos da aula-pública.

Ao término da aula-pública tive oportunidade de entrevistar Daniel Ferraz, um membro recém-ingresso no MPL-SP, Daniel entrou no começo do ano. Daniel tem 22 anos e é estudante de História na USP. A entrevista com Daniel durou aproximadamente por trinta minutos. Pelo fato de o militante ter menos tempo de organização, as informações dadas por este foram mais condensadas e, inclusive, o mesmo teve certa relutância em participar da entrevista argumentando que tem pouco tempo na organização, porém, eu lhe convenci que sua participação também tinha importância para os objetivos desta pesquisa.

Ainda durante a aula-pública agendei uma entrevista com Chico, militante do MPL-SP responsável por ser o mediador da aula-pública. Marcamos a entrevista para o dia 26/07, quarta-feira.

Enquanto os próximos dias eram de espera para as entrevistas da semana seguinte, com Ana no dia 25/07 e com Chico dia 26/07, mantive contato com outros membros do MPL-SP em busca de outras entrevistas. Não foi uma atividade frutífera. Três membros desistiram de última hora, no caso de dois militantes aconteceram várias desistências de última hora; inclusive, um dos militantes argumentou da divisão de funções dentro da organização, e como este não era “figura pública” pediu que aguardássemos uma resposta da organização autorizando, ou não, sua participação na entrevista. A militante Ana, que seria entrevistada na próxima terça-feira também era recém-ingressa na organização, de igual forma Daniel, o entrevistado no dia da aula-pública. Por sua vez, Chico, que foi entrevistado no dia 27/07, também era “figura pública”. O fato é que dos membros atuais do MPL-SP eu só consegui entrevistar os chamados “figura pública” e os recém-ingressos. Os demais militantes se mostravam disponíveis para participar da entrevista, mas no momento combinado desistiram.

Para a última semana de atividades em trabalho de campo em São Paulo realizamos duas entrevistas com membros do MPL-SP. A primeira entrevista com Ana, terça-feira, e Chico, quarta-feira, respectivamente dias 25 e 26/07. Ana tem 20 anos e estuda Pedagogia na USP, além de trabalhar como assistente de professor em escola particular. Como comentado anteriormente, Ana entrou esse ano na organização. A entrevista durou cerca de quarenta e cinco minutos e conseguimos fazer as todas as perguntas. No dia seguinte, a entrevista foi feita com Francisco Ximenes, de 20 anos. Estudante de Geografia na USP, Chico, como é mais conhecido, entrou no MPL-SP em 2015. Chico foi o membro do MPL-SP responsável por mediar a aula pública. Possuidor de muitas informações sobre o sistema de transporte, a

exposição inicial da aula-pública foi uma breve reflexão sobre o funcionamento do transporte em São Paulo. A entrevista com Chico curou cerca de uma hora e dez minutos.

Por fim, ainda realizamos mais uma entrevista na nossa última semana em São Paulo. André Ciola tem 31 anos e participou do MPL-SP desde as origens em 2005. Atualmente não participa mais do MPL-SP, ele saiu da organização por divergências. Hoje trabalha como professor do Ensino Fundamental. A entrevista durou cerca de trinta e cinco minutos. Por questão de tempo, tivemos de suprimir algumas perguntas, mas por se tratar de um ex-membro da organização que esteve atuante por vários anos, foi uma entrevista positiva e com informações importantes, que posteriormente iremos apresentar em mais detalhes.

Ao longo de três semanas estive presente em São Paulo produzindo material informativo para esta pesquisa. Observações, anotações, gravações de áudio, entrevistas, fotos e muita locomoção pela cidade de São Paulo. Também inúmeras tentativas de estabelecer contato com ex-membros e membros atuais do MPL-SP. Consideramos que atingimos o objetivo deste trabalho de campo, que era o de obter informações. Nossa ação foi sistemática e rigorosa, planejando detalhes, escolhendo alternativas e descartando o que era considerado secundário. A pesquisa sobre Movimentos Sociais, incluindo aí as suas ramificações ou derivações, trabalha com um campo aberto e amplo de possibilidades. O pesquisador tem de procurar se informar em mínimos detalhes sobre as atuais condições sob as quais ele irá produzir informações, no nosso caso, com o início da jornada de lutas contra os cortes no passe livre, tivemos oportunidade de mais facilmente encontrar os membros atuais da organização, de se informar sobre membros do passado, de presenciar atividades da organização, enfim, encontramos condições favoráveis para realizar os procedimentos necessários para obter as informações em campo.